

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	8
DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	20
DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	21
Demonstração de Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23

Notas Explicativas	48

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	150

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	151

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	152
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	153
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	154
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	155

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

156

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	581.165
Preferenciais	0
Total	581.165
Em Tesouraria	
Ordinárias	13.607
Preferenciais	0
Total	13.607

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	11.799.102	12.501.915
1.01	Ativo Circulante	2.270.788	2.887.990
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	362.384	932.703
1.01.03	Contas a Receber	314.890	360.465
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	314.890	360.465
1.01.03.02.01	Dividendos a receber	314.890	360.465
1.01.06	Tributos a Recuperar	91.641	119.900
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	91.641	119.900
1.01.06.01.01	Imposto de renda e Contribuição social a compensar	21.306	56.760
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	70.335	63.140
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.501.873	1.474.922
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	1.231.241	1.228.954
1.01.08.03	Outros	270.632	245.968
1.01.08.03.01	Cauções e depósitos vinculados	350	350
1.01.08.03.02	Empréstimos a receber	228.945	216.606
1.01.08.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	9.156	0
1.01.08.03.04	Outros créditos	32.181	29.012
1.02	Ativo Não Circulante	9.528.314	9.613.925
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	855.258	543.625
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	855.258	543.625
1.02.01.10.03	Adiantamento para futuro aumento de capital	683.660	346.285
1.02.01.10.04	Cauções e depósitos vinculados	12.006	4.892
1.02.01.10.05	Empréstimos a receber	99.238	94.132
1.02.01.10.06	Imposto de renda e Contribuição social a compensar	0	55.421
1.02.01.10.07	Outros tributos compensáveis	1.909	1.909
1.02.01.10.08	Outros créditos	58.445	40.986
1.02.02	Investimentos	8.555.108	8.964.308
1.02.02.01	Participações Societárias	8.545.624	8.954.824
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	9.484	9.484
1.02.03	Imobilizado	78.006	67.567
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	32.291	34.150
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	18.017	7.325
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	27.698	26.092
1.02.04	Intangível	39.942	38.425
1.02.04.01	Intangíveis	39.942	38.425
1.02.04.01.02	Intangível em andamento	27.134	28.673
1.02.04.01.03	Intangível em operação	12.808	9.752

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	11.799.102	12.501.915
2.01	Passivo Circulante	189.679	1.074.089
2.01.02	Fornecedores	23.739	50.834
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	23.739	50.834
2.01.03	Obrigações Fiscais	31.269	126.590
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	28.471	124.168
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.153	3.899
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	27.318	120.269
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.798	2.422
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	30.433	307.198
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	105.305
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	105.305
2.01.04.02	Debêntures	30.433	201.893
2.01.05	Outras Obrigações	104.238	589.467
2.01.05.02	Outros	104.238	589.467
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.489	515.900
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	9.156	0
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	90.593	73.567
2.02	Passivo Não Circulante	360.729	276.429
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	41.896	34.736
2.02.01.02	Debêntures	41.896	34.736
2.02.02	Outras Obrigações	38.408	26.327
2.02.02.02	Outros	38.408	26.327
2.02.02.02.03	Outros tributos a recolher	8.957	11.409
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	29.451	14.918
2.02.03	Tributos Diferidos	206.348	206.202
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	206.348	206.202
2.02.04	Provisões	74.077	9.164
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	20.154	8.099
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.024	1.619
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	13.804	6.157
2.02.04.01.05	Outros	326	323
2.02.04.02	Outras Provisões	53.923	1.065
2.02.04.02.04	Provisão para passivo a descoberto	53.923	1.065
2.03	Patrimônio Líquido	11.248.694	11.151.397
2.03.01	Capital Social Realizado	5.502.716	5.502.716
2.03.02	Reservas de Capital	-150.740	42.300
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-279.374	-90.534
2.03.02.07	Ágio na incorporação de sociedade controladora	35.351	35.351
2.03.02.08	Resultado na alienação de ações em tesouraria	58.968	60.490
2.03.02.09	Opções de ações outorgadas	3.799	5.681
2.03.02.20	Outras Reservas de Capital	30.516	31.312
2.03.04	Reservas de Lucros	5.583.748	6.260.565
2.03.04.01	Reserva Legal	673.859	673.859
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	4.909.889	4.116.043
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	1.470.663

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	903.909	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-590.939	-654.184
2.03.08.01	Equivalência Patrimonial s/Resultados Abrangentes de Subsidiárias	-590.939	-654.184

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	799	2.362	683	1.418
3.03	Resultado Bruto	799	2.362	683	1.418
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	393.173	912.338	344.456	857.327
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-37.116	-62.164	-32.601	-61.012
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-37.116	-62.164	-32.601	-61.012
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-410	0	4.408	4.138
3.04.04.01	Ganho na alienação de investimentos	-410	0	0	0
3.04.04.02	Outras Receitas Operacionais	0	0	4.408	4.138
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.435	-9.064	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	438.134	983.566	372.649	914.201
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	393.972	914.700	345.139	858.745
3.06	Resultado Financeiro	-8.780	7.152	304	-18.081
3.06.01	Receitas Financeiras	4.763	32.699	10.967	18.085
3.06.02	Despesas Financeiras	-13.543	-25.547	-10.663	-36.166
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	385.192	921.852	345.443	840.664
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.081	-17.943	-953	-392
3.08.01	Corrente	-3.993	-17.815	0	0
3.08.02	Diferido	-88	-128	-953	-392
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	381.111	903.909	344.490	840.272
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	381.111	903.909	344.490	840.272
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação	0,33575	10,15662	0,59286	1,43004
3.99.01.01	ON	0,33575	10,15662	0,59286	1,43004
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	0,33435	9,99015	0,59057	1,42342
3.99.02.01	ON	0,33435	9,99015	0,59057	1,42342

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	381.111	903.909	344.490	840.272
4.02	Outros Resultados Abrangentes	83.462	63.245	13.292	70.834
4.02.05	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	83.462	63.245	13.292	70.834
4.03	Resultado Abrangente do Período	464.573	967.154	357.782	911.106

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-78.820	-35.172
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-49.010	-39.582
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	921.852	840.664
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	8.742	9.102
6.01.01.04	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	0	387
6.01.01.05	Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos	-27.438	-6.830
6.01.01.06	Tributos diferidos	18	4
6.01.01.07	Encargos de dívidas, variações monetárias e AVP sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	20.936	34.407
6.01.01.10	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	13.061	1.660
6.01.01.11	Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP	979	304
6.01.01.12	Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	-196	0
6.01.01.13	Resultado de participações societárias	-983.566	-914.201
6.01.01.15	Ganhos com investimentos	0	-4.465
6.01.01.16	Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	-376	-77
6.01.01.18	Outros	-3.022	-537
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-29.810	4.410
6.01.02.02	Imposto de renda e contribuição social a compensar	0	295
6.01.02.03	Outros tributos compensáveis	-5.452	-2.525
6.01.02.04	Cauções e depósitos vinculados	-6.738	-359
6.01.02.06	Outros ativos operacionais	-28.076	5.900
6.01.02.07	Fornecedores	-27.095	-7.742
6.01.02.08	Outros tributos a recolher	2.000	-424
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-4.734	0
6.01.02.12	Provisões	-1.006	-1.154
6.01.02.14	Outros passivos operacionais	41.291	10.419
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.184.830	358.358
6.02.02	Dividendos e Juros sobre o capital próprio recebidos	1.530.052	495.686
6.02.04	Aumento de capital social em subsidiárias	0	-8.700
6.02.05	Adições ao ativo financeiro indenizável	-17.272	-30.189
6.02.06	Adiantamento para futuro aumento de capital	-337.375	-126.330
6.02.07	Empréstimos a receber	9.425	27.891
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.676.329	-1.075.725
6.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-1.193.872	-562.914
6.03.05	Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos	-1.554	-984
6.03.06	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures	-271.422	-154.019
6.03.07	Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos	-19.119	-17.910
6.03.09	Recompra de ações em tesouraria	-190.362	-342.065
6.03.10	Títulos recebidos	0	2.167
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-570.319	-752.539
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	932.703	907.204
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	362.384	154.665

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.502.716	42.300	6.260.565	0	-654.184	11.151.397
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.502.716	42.300	6.260.565	0	-654.184	11.151.397
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-193.040	-676.817	0	0	-869.857
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-1.522	0	0	0	-1.522
5.04.08	Dividendos adicionais - AGO 05/04/2022	0	0	-676.817	0	0	-676.817
5.04.10	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	-796	0	0	0	-796
5.04.11	Opções de ações outorgadas	0	-1.882	0	0	0	-1.882
5.04.12	Recompra de ações em tesouraria	0	-188.840	0	0	0	-188.840
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	903.909	63.245	967.154
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	903.909	0	903.909
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	63.245	63.245
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	63.245	63.245
5.07	Saldos Finais	5.502.716	-150.740	5.583.748	903.909	-590.939	11.248.694

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.502.716	-4.919	5.365.110	0	-741.827	10.121.080
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.502.716	-4.919	5.365.110	0	-741.827	10.121.080
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-341.567	-203.072	0	0	-544.639
5.04.06	Dividendos	0	0	-203.072	0	0	-203.072
5.04.10	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	-797	0	0	0	-797
5.04.14	Opções de ações outorgadas	0	1.295	0	0	0	1.295
5.04.15	Recompra de ações em tesouraria	0	-342.065	0	0	0	-342.065
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	840.272	70.834	911.106
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	840.272	0	840.272
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	70.834	70.834
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	70.834	70.834
5.07	Saldos Finais	5.502.716	-346.486	5.162.038	840.272	-670.993	10.487.547

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
7.01	Receitas	8.886	28.309
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.530	1.427
7.01.02	Outras Receitas	991	4.466
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	5.365	22.416
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-36.041	-45.408
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-20.426	-39.926
7.02.04	Outros	-15.615	-5.482
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-15.615	-5.482
7.03	Valor Adicionado Bruto	-27.155	-17.099
7.04	Retenções	-8.739	-9.106
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.739	-9.106
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-35.894	-26.205
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.029.413	932.901
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	983.566	914.201
7.06.02	Receitas Financeiras	45.847	18.700
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	993.519	906.696
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	993.519	906.696
7.08.01	Pessoal	29.735	24.653
7.08.01.01	Remuneração Direta	23.555	19.395
7.08.01.02	Benefícios	3.476	3.809
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.704	1.449
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	34.354	4.173
7.08.02.01	Federais	33.161	3.310
7.08.02.02	Estaduais	12	72
7.08.02.03	Municipais	1.181	791
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	25.521	37.598
7.08.03.01	Juros	25.547	36.166
7.08.03.02	Aluguéis	-26	1.432
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	903.909	840.272
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	903.909	840.272

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	35.564.038	33.378.739
1.01	Ativo Circulante	9.648.993	9.871.303
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.203.804	2.699.490
1.01.02	Aplicações Financeiras	357.965	11.722
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	357.965	11.722
1.01.02.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	357.965	11.722
1.01.03	Contas a Receber	3.690.891	3.402.167
1.01.03.01	Clientes	2.477.448	2.856.290
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.213.443	545.877
1.01.03.02.01	Dividendos a receber	38.239	50.015
1.01.03.02.02	Ativos da concessão	420.663	55.184
1.01.03.02.03	Compromissos futuros	743.572	440.678
1.01.03.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	10.969	0
1.01.04	Estoques	436.432	460.408
1.01.06	Tributos a Recuperar	824.190	833.765
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	824.190	833.765
1.01.06.01.01	Imposto de renda e Contribuição social a compensar	228.575	280.791
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	595.615	552.974
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.135.711	2.463.751
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	1.311.194	1.328.481
1.01.08.03	Outros	824.517	1.135.270
1.01.08.03.01	Cauções e depósitos vinculados	22.800	10.001
1.01.08.03.02	Ativos financeiros setoriais	344.157	643.174
1.01.08.03.03	Outros créditos	344.510	425.434
1.01.08.03.04	Tributos diferidos	113.050	56.661
1.02	Ativo Não Circulante	25.915.045	23.507.436
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	14.240.951	13.505.015
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	2.500	2.500
1.02.01.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	2.500	2.500
1.02.01.04	Contas a Receber	115.448	103.977
1.02.01.04.01	Clientes	115.448	103.977
1.02.01.07	Tributos Diferidos	554.631	601.422
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	554.631	601.422
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	13.568.372	12.797.116
1.02.01.10.03	Outros tributos compensáveis	638.276	1.070.781
1.02.01.10.05	Cauções e depósitos vinculados	414.250	419.776
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro Indenizável	5.082.839	4.362.393
1.02.01.10.07	Ativos da concessão	6.936.872	5.685.037
1.02.01.10.08	Ativos financeiros setoriais	61.879	786.263
1.02.01.10.09	Empréstimos a receber	14.469	12.713
1.02.01.10.10	Outros créditos	31.414	32.570
1.02.01.10.11	Compromissos Futuros	388.373	427.583
1.02.02	Investimentos	1.502.126	1.323.266
1.02.02.01	Participações Societárias	1.443.943	1.311.885
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	58.183	11.381
1.02.03	Imobilizado	5.940.731	6.068.213

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.432.803	5.580.306
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	92.504	86.243
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	415.424	401.664
1.02.04	Intangível	4.231.237	2.610.942
1.02.04.01	Intangíveis	4.202.612	2.582.317
1.02.04.01.02	Intangível em Andamento	89.143	85.303
1.02.04.01.03	Intagível em Operação	4.113.469	2.497.014
1.02.04.02	Goodwill	28.625	28.625

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	35.564.038	33.378.739
2.01	Passivo Circulante	5.802.030	6.989.584
2.01.02	Fornecedores	1.400.671	1.944.092
2.01.03	Obrigações Fiscais	533.737	770.934
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	304.315	461.261
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	154.054	136.043
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	150.261	325.218
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	221.361	302.327
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	8.061	7.346
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.452.855	1.580.503
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	947.745	801.082
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	718.200	608.441
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	229.545	192.641
2.01.04.02	Debêntures	505.110	779.421
2.01.05	Outras Obrigações	2.237.133	2.398.937
2.01.05.02	Outros	2.237.133	2.398.937
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	66.590	680.874
2.01.05.02.04	Encargos setoriais	119.707	132.454
2.01.05.02.05	Uso do bem público	45.234	43.269
2.01.05.02.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	130.601	67.558
2.01.05.02.07	Passivos financeiros setoriais	744.798	627.003
2.01.05.02.08	Ressarcimento por indisponibilidade	1.915	2.945
2.01.05.02.09	Outras contas a pagar	488.365	464.929
2.01.05.02.10	Compromissos futuros	575.468	379.905
2.01.05.02.11	Instrumentos Financeiros Derivativos	64.455	0
2.01.06	Provisões	118.776	117.118
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	64.461	65.981
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	45.860	51.615
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	2.436	2.315
2.01.06.01.07	Outras	16.165	12.051
2.01.06.02	Outras Provisões	54.315	51.137
2.01.06.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	54.315	51.137
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	58.858	178.000
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	58.858	178.000
2.02	Passivo Não Circulante	17.317.897	14.095.143
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	11.864.002	9.017.011
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.012.690	2.072.049
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.943.254	2.072.049
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.069.436	0
2.02.01.02	Debêntures	8.851.312	6.944.962
2.02.02	Outras Obrigações	1.914.401	2.462.304
2.02.02.02	Outros	1.914.401	2.462.304
2.02.02.02.04	Imposto de renda e Contribuição social a recolher	283.828	291.986
2.02.02.02.06	Uso do bem público	493.494	462.865
2.02.02.02.07	Passivos financeiros setoriais	780.146	1.496.347

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.02.02.02.09	Outras contas a pagar	138.342	125.369
2.02.02.02.10	Compromissos futuros	82.301	85.737
2.02.02.02.11	Instrumentos Financeiros Derivativos	136.290	0
2.02.03	Tributos Diferidos	2.168.914	1.227.836
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.168.914	1.227.836
2.02.04	Provisões	1.370.580	1.387.992
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.328.755	1.348.940
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	53.984	52.545
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	156.754	137.027
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	714.026	798.634
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	350.096	308.289
2.02.04.01.07	Outras	53.895	52.445
2.02.04.02	Outras Provisões	41.825	39.052
2.02.04.02.04	Provisões para Licenças Ambientais	29.423	26.052
2.02.04.02.06	Provisão para passivo a descoberto	1.325	2.329
2.02.04.02.07	Provisão para desmantelamento	11.077	10.671
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	12.444.111	12.294.012
2.03.01	Capital Social Realizado	5.502.716	5.502.716
2.03.02	Reservas de Capital	-150.740	42.300
2.03.02.04	Opções Outorgadas	3.799	5.681
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-279.374	-90.534
2.03.02.07	Ágio na incorporação de sociedade controladora	35.351	35.351
2.03.02.08	Resultado na alienação de ações em tesouraria	58.968	60.490
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	30.516	31.312
2.03.04	Reservas de Lucros	5.583.748	6.260.565
2.03.04.01	Reserva Legal	673.859	673.859
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	4.909.889	4.116.043
2.03.04.10	Lucros retidos à deliberar	0	1.470.663
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	903.909	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-590.939	-654.184
2.03.08.01	Equivalência Patrimonial s/ Resultados abrangentes das subsidiárias	-590.939	-654.184
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.195.417	1.142.615

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.065.139	8.176.250	3.954.428	7.947.221
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.881.883	-5.675.673	-3.133.524	-6.050.439
3.02.01	Custo do serviço de energia elétrica	-1.897.333	-3.925.128	-2.130.772	-4.095.668
3.02.02	Custo da produção da energia elétrica	-101.361	-107.914	-116.975	-258.537
3.02.03	Custo de operação	-384.792	-718.597	-341.254	-645.894
3.02.04	Custo do serviço prestado a terceiros	-498.397	-924.034	-544.523	-1.050.340
3.03	Resultado Bruto	1.183.256	2.500.577	820.904	1.896.782
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-186.937	-367.118	-144.581	-272.115
3.04.01	Despesas com Vendas	-42.348	-84.837	-34.050	-58.981
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-195.928	-334.281	-139.888	-286.513
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-195.928	-334.281	-139.888	-286.513
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-410	0	0	0
3.04.04.01	Ganho na alienação de investimento	-410	0	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-36.759	-76.445	-23.596	-47.924
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	88.508	128.445	52.953	121.303
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	996.319	2.133.459	676.323	1.624.667
3.06	Resultado Financeiro	-417.595	-765.979	-136.093	-346.075
3.06.01	Receitas Financeiras	239.946	396.719	80.009	163.413
3.06.02	Despesas Financeiras	-657.541	-1.162.698	-216.102	-509.488
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	578.724	1.367.480	540.230	1.278.592
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-159.715	-388.360	-159.480	-372.540
3.08.01	Corrente	-137.945	-335.542	-113.493	-253.736
3.08.02	Diferido	-21.770	-52.818	-45.987	-118.804
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	419.009	979.120	380.750	906.052
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	419.009	979.120	380.750	906.052
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	381.111	903.909	344.490	840.272
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	37.898	75.211	36.260	65.780
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,33575	10,15662	0,59286	1,43004
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,33435	9,99015	0,59057	1,42342

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	419.009	979.120	380.750	906.052
4.02	Outros Resultados Abrangentes	83.462	63.245	13.292	70.834
4.02.01	Ganhos atuariais - Benefícios pós-emprego	91.051	91.096	15.236	15.280
4.02.02	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	-5	64.979	-2	56.284
4.02.03	Hedge de fluxos de caixa	35.412	-93.726	4.907	6.766
4.02.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-42.996	896	-6.849	-7.496
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	502.471	1.042.365	394.042	976.886
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	464.573	967.154	357.782	911.106
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	37.898	75.211	36.260	65.780

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.316.226	567.956
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.221.160	1.551.773
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	1.367.480	1.278.592
6.01.01.02	Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	84.629	58.981
6.01.01.03	Remuneração e valor justo do ativo financeiro indenizável	-247.602	-121.476
6.01.01.04	Tributos diferidos	4.921	1.664
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	376.755	344.225
6.01.01.06	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	42.830	40.339
6.01.01.07	Compromissos futuros	-71.556	-52.926
6.01.01.08	Direito de concessão - GSF	0	-23.296
6.01.01.09	Encargos de dívidas e var. monetárias e cambiais de mútuos, empréstimos, financiamentos e debêntures	675.523	247.371
6.01.01.10	Uso do bem público e Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP	60.994	81.000
6.01.01.11	Provisão para plano de benefícios pós-emprego	36.946	31.975
6.01.01.12	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	90.984	60.902
6.01.01.13	Ativos e passivos financeiros setoriais	5.501	-25.948
6.01.01.14	Instrumentos Financeiros Derivativos	134.831	0
6.01.01.15	Resultado de participações societárias	-128.445	-121.303
6.01.01.16	Remuneração dos Ativos da concessão	-303.043	-312.200
6.01.01.17	Encargos setoriais - provisão e atualização monetária	26.935	15.482
6.01.01.18	Fornecedores - atualização monetária - Energia livre	3.133	4.916
6.01.01.19	Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	-22.695	26.049
6.01.01.20	Outros	83.039	17.426
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	95.066	-983.817
6.01.02.01	Contas a receber	338.281	742.746
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	289.787	347.721
6.01.02.04	Ativos financeiros setoriais	1.135.581	-37.540
6.01.02.05	Estoques	-36.832	-127.680
6.01.02.06	Cauções e depósitos vinculados	11.069	-2.271
6.01.02.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	-1.813	0
6.01.02.08	Rendas a receber	-8.483	1.859
6.01.02.09	Outros ativos operacionais	-40.967	-45.222
6.01.02.10	Fornecedores	-564.203	-1.034.613
6.01.02.11	Passivos financeiros setoriais	-715.617	-416.189
6.01.02.12	Outros tributos e contribuições sociais	-189.101	-102.806
6.01.02.13	Benefícios pós-emprego	-38.266	-22.891
6.01.02.14	Encargos setoriais	-41.698	-12.250
6.01.02.15	Provisões	-37.752	-39.081
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-195.328	-249.493
6.01.02.17	Uso do bem público	-22.187	-18.304
6.01.02.19	Outros passivos operacionais	44.164	2.103
6.01.02.20	Ativos da concessão	168.431	30.094
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.250.490	-870.197
6.02.02	Alienação de investimento	115	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.02.03	Dividendos e Juros sobre o capital próprio recebidos	71.145	36.867
6.02.04	Aquisição de investimento	-2.113.690	-78.355
6.02.07	Adições ao Imobilizado e Intangível e ativo financeiro indenizável	-74.261	-67.253
6.02.08	Alienação de bens e direitos	0	11
6.02.09	Empréstimo a receber	-107.974	1.649
6.02.10	Caixa e equivalentes de caixa - Investimentos alienados	206.290	631
6.02.11	Títulos e valores mobiliários	-346.243	45.441
6.02.12	Adições aos ativos da concessão	-885.872	-809.188
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	438.578	-897.632
6.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-1.355.330	-693.700
6.03.05	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	2.986.369	2.350.798
6.03.06	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures	-613.515	-1.979.248
6.03.07	Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos	-372.518	-211.721
6.03.08	Cauções e depósitos vinculados	84	-6.040
6.03.09	Títulos recebidos	-18.750	-19.456
6.03.12	Recompra de ações em tesouraria	-190.362	-342.065
6.03.13	Adiantamento para futuro aumento de capital por não controladores	2.600	0
6.03.14	Aumento de capital social em subsidiárias por não controladores	0	3.800
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-495.686	-1.199.873
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.699.490	2.735.858
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.203.804	1.535.985

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.502.716	42.300	6.260.565	0	-654.184	11.151.397	1.142.615	12.294.012
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.502.716	42.300	6.260.565	0	-654.184	11.151.397	1.142.615	12.294.012
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-193.040	-676.817	0	0	-869.857	-22.409	-892.266
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-1.522	0	0	0	-1.522	0	-1.522
5.04.08	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	-796	0	0	0	-796	796	0
5.04.09	Dividendos adicionais - AGO 05/04/2022	0	0	-676.817	0	0	-676.817	0	-676.817
5.04.11	Dividendos destinados a não controladores	0	0	0	0	0	0	-23.205	-23.205
5.04.15	Opções de ações outorgadas	0	-1.882	0	0	0	-1.882	0	-1.882
5.04.18	Recompra de ações em tesouraria	0	-188.840	0	0	0	-188.840	0	-188.840
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	903.909	63.245	967.154	75.211	1.042.365
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	903.909	0	903.909	75.211	979.120
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	63.245	63.245	0	63.245
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	63.245	63.245	0	63.245
5.07	Saldos Finais	5.502.716	-150.740	5.583.748	903.909	-590.939	11.248.694	1.195.417	12.444.111

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.502.716	-4.919	5.365.110	0	-741.827	10.121.080	1.135.193	11.256.273
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.502.716	-4.919	5.365.110	0	-741.827	10.121.080	1.135.193	11.256.273
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-341.567	-203.072	0	0	-544.639	-32.842	-577.481
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	3.800	3.800
5.04.08	Opções de ações outorgadas	0	1.295	0	0	0	1.295	0	1.295
5.04.09	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	-797	0	0	0	-797	797	0
5.04.10	Dividendos destinados a não controladores	0	0	0	0	0	0	-37.439	-37.439
5.04.11	Recompra de ações de tesouraria	0	-342.065	0	0	0	-342.065	0	-342.065
5.04.13	Dividendos complementares	0	0	-203.072	0	0	-203.072	0	-203.072
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	840.272	0	840.272	65.780	906.052
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	840.272	0	840.272	65.780	906.052
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	70.834	70.834	0	70.834
5.06.06	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	0	0	0	0	70.834	70.834	0	70.834
5.07	Saldos Finais	5.502.716	-346.486	5.162.038	840.272	-670.993	10.487.547	1.168.131	11.655.678

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
7.01	Receitas	11.838.191	12.804.069
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	10.347.831	11.037.274
7.01.02	Outras Receitas	1.505.719	1.745.555
7.01.02.01	Receita de construção	903.023	1.163.801
7.01.02.02	Atualização do Ativo financeiro indenizável	247.602	121.476
7.01.02.03	Remuneração dos Ativos da concessão	340.439	255.327
7.01.02.04	Outras Receitas	14.655	204.951
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	69.478	80.221
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-84.837	-58.981
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.863.070	-7.987.460
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-3.636.970	-5.502.068
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-501.324	-602.624
7.02.04	Outros	-1.724.776	-1.882.768
7.02.04.01	Encargos de uso da rede elétrica	-673.557	-712.498
7.02.04.02	Custo com construção da infraestrutura	-901.799	-1.039.546
7.02.04.03	Outros custos operacionais	-149.420	-130.724
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.975.121	4.816.609
7.04	Retenções	-401.417	-356.371
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-401.417	-356.371
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.573.704	4.460.238
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	552.363	298.247
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	128.445	121.303
7.06.02	Receitas Financeiras	423.918	176.944
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.126.067	4.758.485
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.126.067	4.758.485
7.08.01	Pessoal	290.641	236.344
7.08.01.01	Remuneração Direta	207.645	167.574
7.08.01.02	Benefícios	61.588	53.885
7.08.01.03	F.G.T.S.	21.408	14.885
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.683.041	2.914.180
7.08.02.01	Federais	1.983.477	1.504.815
7.08.02.02	Estaduais	1.690.421	1.397.477
7.08.02.03	Municipais	9.143	11.888
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.173.265	701.909
7.08.03.01	Juros	1.170.450	701.002
7.08.03.02	Aluguéis	2.815	907
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	979.120	906.052
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	903.909	840.272
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	75.211	65.780

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

As informações a seguir referem-se ao segundo trimestre de 2022 e primeiro semestre de 2022, em comparação ao período homólogo de 2021.

1. EVENTOS RELEVANTES

Distribuição de Dividendos

Em 05 de abril, em Assembléia Geral Ordinária ("AGO"), foi deliberado a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2021, no valor de R\$ 803,2 milhões, equivalente a R\$ 1,40 por ação. Em 29 de dezembro, o Conselho de Administração já tinha aprovado o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP"), no montante de R\$ 454,8 milhões, correspondente a R\$ 0,79 por ação. Com esse montante, os dividendos e JCP somam R\$ 1.258 milhões, correspondente a R\$ 2,19 por ação pagos em 27 de maio.

Desenvolvimento de Projeto de Energia Solar

Em 20 de abril, a Companhia informou o desenvolvimento da usina fotovoltaica Novo Oriente Solar, com capacidade instalada de 254 MWac, em conjunto com a EDP Renováveis S.A., em um co-investimento em partes iguais.

Adesão à Conta de Escassez Hídrica para as Distribuidoras

Em 26 de abril, em reunião de diretoria da ANEEL, foi aprovado o Contrato de Operação de Crédito, elaborado pela CCEE, referente ao Termo de Aceitação da Resolução Normativa 1.008/2022, destinada a cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as distribuidoras. A conta foi instituída pela Medida Provisória nº 1.078/2021, com objetivo de dar liquidez financeira ao setor e aliviar os consumidores dos impactos tarifários no período. O valor total requerido pela EDP foi de R\$ 109,1 milhões, sendo R\$ 59,2 milhões referente à EDP São Paulo ("EDP SP") e R\$ 49,9 milhões à EDP Espírito Santo ("EDP ES").

Entrada em Operação Comercial da EDP Transmissão SP-MG (lote18)

Em 16 de maio, o Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") autorizou a operação comercial das instalações do trecho final da EDP Transmissão SP-MG S.A que possui 740 km de linha. Com a conclusão da entrada em operação, a Companhia passa a receber a Receita Anual Permitida ("RAP") de R\$ 248 milhões¹.

Entrada em Operação Comercial Total da EDP Transmissão Litoral Sul (lote Q)

Em 05 de julho, o ONS autorizou a operação comercial das instalações da EDP Transmissão Litoral Sul, que possui 142 km de linhas de transmissão. Com a conclusão da entrada em operação, a Companhia passa a receber RAP de R\$ 51,4 milhões¹.

Programa de Recompra de Ações

O segundo Programa de Recompra de Ações já realizou 15.287.400 ações até o momento.

Liberações e Captações de Recursos Financeiros

Ao longo do semestre foram desembolsados os seguintes recursos:

Empresa	Fonte	Data da Liberação	Valor (R\$ Mil)
EDP Goiás	Debêntures - 1ª Emissão	jan-22	700.000
EDP Goiás	4131 Scotiabank - SWAP	jan-22	849.870
EDP Goiás	4131 ITAU - SWAP	fev-22	350.000
Subtotal EDP Goiás			1.899.870
EDP Trading	4131 MUFG	mar-22	50.000
Cachoeira Caldeirão	BNDES - Sub C	mar-22	2.600
Total até 31 de Março			1.952.470
EDP Smart Serviços	4131 ITAU - SWAP	abr-22	120.000
Lajeado	Debêntures - 6ª Emissão	mai-22	200.000
EDP São Paulo	Debêntures - 14ª Emissão	mai-22	450.000
EDP Espírito Santo	Debêntures - 12ª Emissão	mai-22	270.000
Total até 30 de Junho			2.992.470

Nota: Na aquisição da EDP Goiás foi utilizada a sub-holding PCH SL como veículo de aquisição

¹ RAP Ciclo 2021/2022

Release 2T22



2. CONSOLIDADO

2.1 RESULTADO CONSOLIDADO

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Eliminações	Consolidado ³
	2T22	2T22	2T22	2T22	2T22	2T22	2T22	2T22	2T22
Receita Líquida¹	312.017	285.828	2.213.927	708.313	217.692	799	104.231	(225.371)	3.617.436
Receita de Construção	-	-	351.235	-	130.876	-	-	-	482.111
Margem Construção Transmissoras	-	-	-	-	(34.408)	-	-	-	(34.408)
Gastos Não-Gerenciáveis	(52.863)	(120.420)	(1.330.449)	(647.748)	-	-	(71.682)	224.468	(1.998.694)
Margem Bruta	259.154	165.408	883.478	60.565	183.284	799	32.549	(903)	1.584.334
Gastos Gerenciáveis⁴	(61.709)	(88.882)	(719.086)	(6.001)	(165.220)	(44.551)	(33.163)	(38.612)	(1.158.224)
PMSO	(17.133)	(40.345)	(220.786)	(5.614)	(34.875)	(37.165)	(28.896)	(1.351)	(386.165)
Provisões	(375)	(312)	(51.848)	147	665	(2.838)	(108)	-	(54.669)
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	-	7	(18.232)	-	-	-	-	-	(18.225)
EBITDA	241.646	124.758	592.612	55.098	149.074	(39.614)	3.545	(2.254)	1.124.865
Depreciação e Amortização	(44.201)	(49.232)	(76.985)	(534)	(134)	(4.548)	(4.159)	(37.261)	(217.054)
Resultado das Participações Societárias	22.208	-	-	(11.308)	-	438.134	-	(360.526)	88.508
Resultado Financeiro Líquido	(51.496)	(12.499)	(117.876)	(20.358)	(137.447)	(8.780)	(5.826)	(63.313)	(417.595)
IR e Contribuição Social	(44.527)	(14.493)	(114.094)	(11.590)	(9.661)	(4.081)	219	38.512	(159.715)
Lucro Líquido Antes de Minoritários	123.630	48.534	283.657	11.308	1.832	381.111	(6.221)	(424.842)	419.009
Participações de Minoritários	(38.538)	-	-	-	639	-	-	1	(37.898)
Lucro Líquido do Exercício	85.092	48.534	283.657	11.308	2.471	381.111	(6.221)	(424.841)	381.111

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Eliminações	Consolidado ³
	2T21	2T21	2T21	2T21	2T21	2T21	2T21	2T21	2T21
Receita Líquida¹	306.923	400.466	2.246.505	479.659	144.958	683	43.089	(237.180)	3.385.103
Receita de Construção	-	-	267.261	-	271.514	-	-	-	538.775
Margem Construção Transmissoras	-	-	-	-	17.124	-	-	-	17.124
Gastos Não-Gerenciáveis	(75.493)	(225.804)	(1.682.905)	(458.714)	-	-	(27.392)	235.987	(2.234.321)
Margem Bruta	231.430	174.662	563.600	20.945	162.082	683	15.697	(1.193)	1.167.906
Gastos Gerenciáveis⁴	(54.373)	(88.489)	(598.643)	(7.461)	(278.290)	(28.193)	(16.409)	(11.453)	(1.083.311)
PMSO	(17.931)	(40.530)	(199.918)	(5.605)	(6.571)	(27.350)	(13.576)	42	(311.439)
Provisões	51	(16)	(39.989)	(225)	-	(57)	142	-	(40.094)
Ganhos/Perdas na Desativação/Alienação de Bens	19	36	(21.681)	-	11	4.465	-	-	(17.150)
EBITDA	213.569	134.152	302.012	15.115	155.522	(22.259)	2.263	(1.151)	799.223
Depreciação e Amortização	(36.512)	(47.979)	(69.794)	(1.631)	(216)	(5.251)	(2.975)	(11.495)	(175.853)
Resultado das Participações Societárias	(8.439)	-	-	(4.851)	-	372.649	-	(306.406)	52.953
Resultado Financeiro Líquido	(46.054)	(12.056)	(54.746)	(901)	(20.143)	304	(2.731)	234	(136.093)
IR e Contribuição Social	(41.252)	(11.513)	(58.725)	(4.287)	(47.017)	(953)	359	3.908	(159.480)
Lucro Líquido Antes de Minoritários	81.312	62.604	118.747	3.445	88.146	344.490	(3.084)	(314.910)	380.750
Participações de Minoritários	(31.667)	-	-	-	(4.592)	-	-	-	(36.259)
Lucro Líquido do Exercício	49.645	62.604	118.747	3.445	83.554	344.490	(3.084)	(314.910)	344.491

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Eliminações	Consolidado ³
	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var
Receita Líquida¹	1,7%	-28,6%	-1,5%	47,7%	50,2%	17,0%	141,9%	-5,0%	6,9%
Receita de Construção	n.d.	n.d.	31,4%	n.d.	-51,8%	n.d.	n.d.	n.d.	-10,5%
Margem Construção Transmissoras	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Gastos Não-Gerenciáveis	-30,0%	-46,7%	-20,9%	41,2%	n.d.	n.d.	161,7%	-4,9%	-10,5%
Margem Bruta	12,0%	-5,3%	56,8%	189,2%	13,1%	17,0%	107,4%	-24,3%	35,7%
Gastos Gerenciáveis⁴	13,5%	1,6%	20,1%	-19,6%	-40,6%	58,0%	102,1%	237,1%	6,9%
PMSO	-4,5%	-0,5%	10,4%	0,2%	430,7%	35,9%	112,8%	n.d.	24,0%
Provisões	n.d.	1850,0%	29,7%	n.d.	n.d.	4878,9%	n.d.	n.d.	36,4%
Ganhos/Perdas na Desativação/Alienação de Bens	-100,0%	-80,6%	-15,9%	n.d.	-100,0%	-100,0%	n.d.	n.d.	6,3%
EBITDA	13,1%	-7,0%	96,2%	264,5%	-4,1%	78,0%	56,7%	n.d.	40,7%
Depreciação e Amortização	21,1%	2,6%	10,3%	-67,3%	-38,0%	-13,4%	39,8%	224,1%	23,4%
Resultado das Participações Societárias	n.d.	n.d.	n.d.	133,1%	n.d.	17,6%	n.d.	17,7%	67,1%
Resultado Financeiro Líquido	11,8%	3,7%	115,3%	2159,5%	582,4%	n.d.	113,3%	n.d.	206,8%
IR e Contribuição Social	7,9%	25,9%	94,3%	170,4%	-79,5%	328,2%	-39,0%	885,5%	0,1%
Lucro Líquido Antes de Minoritários	52,0%	-22,5%	138,9%	228,2%	-97,9%	10,6%	101,7%	34,9%	10,0%
Participações de minoritários	21,7%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	4,5%
Lucro Líquido do Exercício	71,4%	-22,5%	138,9%	228,2%	-97,0%	10,6%	101,7%	34,9%	10,6%

¹ Não considera receita de construção. ² Considera consolidado Grid e EDP Varejista. ³ Considera eliminações intragrupo. ⁴ Gastos gerenciáveis contemplam depreciação e amortização.

Release 2T22



Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Eliminações	Consolidado ³
	6M22	6M22	6M22	6M22	6M22	6M22	6M22	6M22	6M22
Receita Líquida¹	632.517	511.144	4.553.484	1.498.912	402.170	2.362	195.515	(471.816)	7.324.288
Receita de Construção	-	-	708.993	-	192.806	-	-	-	901.799
Margem Construção Transmissoras	-	-	-	-	(49.837)	-	-	-	(49.837)
Gastos Não-Gerenciáveis	(104.673)	(158.502)	(2.705.056)	(1.394.379)	-	-	(140.171)	469.739	(4.033.042)
Margem Bruta	527.844	352.642	1.848.428	104.533	352.333	2.362	55.344	(2.077)	3.241.409
Gastos Gerenciáveis⁴	(247.884)	(37.852)	(1.431.860)	(11.780)	(238.625)	(71.228)	(55.285)	(43.680)	(2.138.194)
PMSO	(32.782)	(67.780)	(430.055)	(10.666)	(46.636)	(59.613)	(46.707)	(1.783)	(696.022)
Provisões	(339)	(361)	(105.545)	(8)	1.069	(2.838)	(423)	-	(108.445)
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	-	101	(45.224)	-	-	-	-	-	(45.123)
EBITDA	494.723	284.802	1.267.804	93.859	306.766	(60.089)	8.214	(3.860)	2.391.819
Depreciação e Amortização	(88.161)	(96.414)	(142.043)	(1.106)	(252)	(8.777)	(8.155)	(41.897)	(386.805)
Resultado das Participações Societárias	22.208	-	-	(8.034)	-	983.566	-	(869.295)	128.445
Resultado Financeiro Líquido	(111.758)	(24.322)	(231.703)	(36.073)	(259.991)	7.152	(9.191)	(100.093)	(765.979)
IR e Contribuição Social	(90.470)	(32.273)	(260.738)	(19.184)	(21.393)	(17.943)	(232)	53.873	(388.360)
Lucro Líquido Antes de Minoritários	226.542	131.593	633.120	29.462	25.130	903.909	(9.364)	(961.272)	979.120
Participações de Minoritários	(76.142)	-	-	-	931	-	-	-	(75.211)
Lucro Líquido do Exercício	150.400	131.593	633.120	29.462	26.061	903.909	(9.364)	(961.272)	903.909

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Eliminações	Consolidado ³
	6M21	6M21	6M21	6M21	6M21	6M21	6M21	6M21	6M21
Receita Líquida¹	697.002	789.735	4.354.780	1.356.472	247.024	1.418	83.724	(700.939)	6.829.196
Receita de Construção	-	-	491.783	-	547.763	-	-	-	1.039.546
Margem Construção Transmissoras	-	-	-	-	78.479	-	-	-	78.479
Gastos Não-Gerenciáveis	(185.833)	(452.785)	(3.088.076)	(1.271.648)	-	-	(54.686)	698.823	(4.354.205)
Margem Bruta	511.169	336.950	1.266.684	84.824	325.503	1.418	29.038	(2.116)	2.553.470
Gastos Gerenciáveis⁴	(239.409)	(32.189)	(1.135.552)	(8.823)	(561.151)	(56.874)	(33.213)	(22.441)	(2.089.652)
PMSO	(34.946)	(69.328)	(391.299)	(11.446)	(12.985)	(51.625)	(27.965)	557	(599.037)
Provisões	(425)	(16)	(83.681)	4.769	-	(327)	155	-	(79.525)
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	19	174	(31.703)	-	11	4.465	-	-	(27.034)
EBITDA	475.817	267.780	760.001	78.147	312.529	(46.069)	1.228	(1.559)	1.847.874
Depreciação e Amortização	(71.745)	(95.331)	(137.086)	(2.146)	(414)	(9.387)	(5.403)	(22.998)	(344.510)
Resultado das Participações Societárias	(8.439)	-	-	(21.721)	-	914.201	-	(762.738)	121.303
Resultado Financeiro Líquido	(144.906)	(36.136)	(108.460)	(999)	(34.102)	(18.081)	(3.722)	331	(346.075)
IR e Contribuição Social	(78.039)	(23.785)	(168.747)	(25.482)	(84.221)	(392)	307	7.819	(372.540)
Lucro Líquido Antes de Minoritários	172.688	112.528	345.708	27.799	193.792	840.272	(7.590)	(779.145)	906.052
Participações de Minoritários	(58.728)	-	-	-	(7.052)	-	-	-	(65.780)
Lucro Líquido do Exercício	113.960	112.528	345.708	27.799	186.740	840.272	(7.590)	(779.145)	840.272

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Eliminações	Consolidado ³
	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var
Receita Líquida¹	-9,3%	-35,3%	4,6%	10,5%	62,8%	66,6%	133,5%	-32,7%	7,2%
Receita de Construção	n.d.	n.d.	44,2%	n.d.	-64,8%	n.d.	n.d.	n.d.	-13,3%
Margem Construção Transmissoras	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Gastos Não-Gerenciáveis	-43,7%	-65,0%	-12,4%	9,7%	n.d.	n.d.	156,3%	-32,8%	-7,4%
Margem Bruta	3,3%	4,7%	45,9%	23,2%	8,2%	66,6%	90,6%	-1,8%	26,9%
Gastos Gerenciáveis⁴	3,5%	17,6%	26,1%	33,5%	-57,5%	25,2%	66,5%	94,6%	2,3%
PMSO	-6,2%	-2,2%	9,9%	-6,8%	259,2%	15,5%	67,0%	n.d.	16,2%
Provisões	-20,2%	2156,3%	26,1%	n.d.	n.d.	767,9%	n.d.	n.d.	36,4%
Ganhos/Perdas na Desativação/ Alienação de Bens	-100,0%	-42,0%	42,6%	n.d.	-100,0%	-100,0%	n.d.	n.d.	66,9%
EBITDA	4,0%	6,3%	66,8%	20,1%	-1,8%	30,4%	568,9%	n.d.	29,4%
Depreciação e Amortização	22,9%	1,1%	3,6%	-48,5%	-39,1%	-6,5%	50,9%	82,2%	12,3%
Resultado das Participações Societárias	n.d.	n.d.	n.d.	-63,0%	n.d.	7,6%	n.d.	14,0%	5,9%
Resultado Financeiro Líquido	-22,9%	-32,7%	113,6%	3510,9%	662,4%	n.d.	146,9%	n.d.	121,3%
IR e Contribuição Social	15,9%	35,7%	54,5%	-24,7%	-74,6%	4477,3%	n.d.	589,0%	4,2%
Lucro Líquido Antes de Minoritários	31,2%	16,9%	83,1%	6,0%	-87,0%	7,6%	23,4%	23,4%	8,1%
Participações de minoritários	29,7%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	14,3%
Lucro Líquido do Exercício	32,0%	16,9%	83,1%	6,0%	-86,0%	7,6%	23,4%	23,4%	7,6%

2.1.1 MARGEM BRUTA

Itens em R\$ Mil ou %	Consolidado					
	2T22	2T21	Var	6M22	6M21	Var
Receita Operacional Líquida	3.583.028	3.402.227	5,3%	7.274.451	6.907.675	5,3%
Gastos Não Gerenciáveis	(1.998.694)	(2.234.321)	-10,5%	(4.033.042)	(4.354.205)	-7,4%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.592.270)	(1.806.074)	-11,8%	(3.311.889)	(3.469.467)	-4,5%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(303.821)	(323.334)	-6,0%	(610.697)	(646.351)	-5,5%
Outros	(102.603)	(104.913)	-2,2%	(110.456)	(238.387)	-53,7%
Margem Bruta	1.584.334	1.167.906	35,7%	3.241.409	2.553.470	26,9%

Nota: Margem Bruta desconsidera Receita de Construção.

A Margem Bruta aumentou 35,7% no trimestre, decorrente de:

Release 2T22

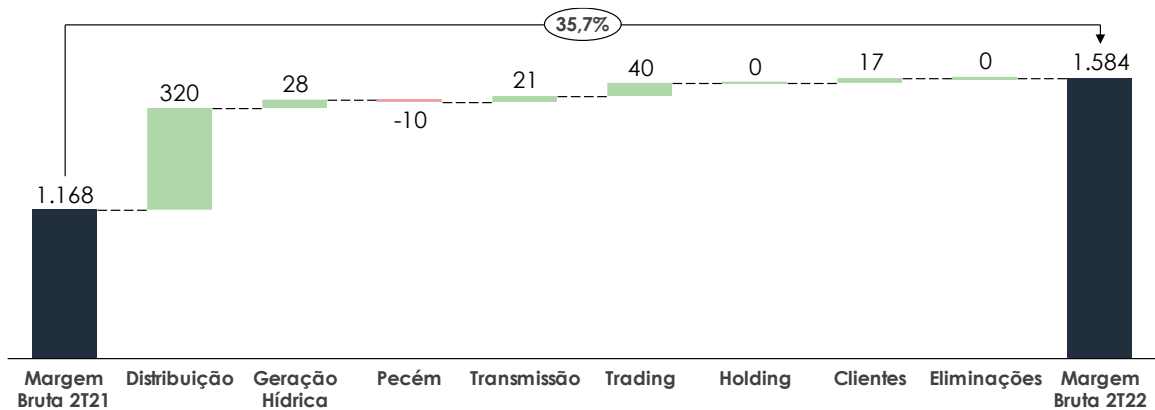


- (i) **Distribuição:** aumento de R\$ 319,9 milhões, decorrente principalmente de: (i) reajustes tarifa decorrente dos reajustes tarifários ocorridos em 2021 na EDP SP e na EDP ES; (ii) maior reconhecimento do valor novo de reposição ("VNR"), resultando em +R\$ 79,7 milhões; (iii) crescimento do mercado de energia distribuída em 3,0%; e (iv) outras receitas;
- (ii) **Hídrica:** aumento de R\$ 27,7 milhões, reflexo dos reajustes anuais dos contratos, além do menor custo com compra de energia, decorrente das condições mais favoráveis de hidrologia, com aumento dos níveis dos reservatórios. Além disso, a estratégia de sazonalização da Companhia contribuiu para o resultado do período, com maior alocação de energia no segundo semestre;
- (iii) **Pecém:** redução de R\$ 9,3 milhões, em função da contabilização da venda de carvão, a fim de mitigar o risco de consumo do estoque futuro;
- (iv) **Transmissão:** aumento de R\$ 21,2 milhões, decorrente dos efeitos de atualização dos ativos de concessão e do impacto positivo da incorporação da EDP Goiás, ocorrida em fevereiro;
- (v) **Trading:** aumento de R\$ 39,6 milhões, decorrente da melhora do cenário hidrológico, gerando antecipação das flutuações de preços e refletindo no aumento do volume de venda; e
- (vi) **Cliente:** aumento de R\$ 16,9 milhões, decorrente da entrada em operação dos projetos de energia fotovoltaica, além do aumento dos contratos na Varejista.

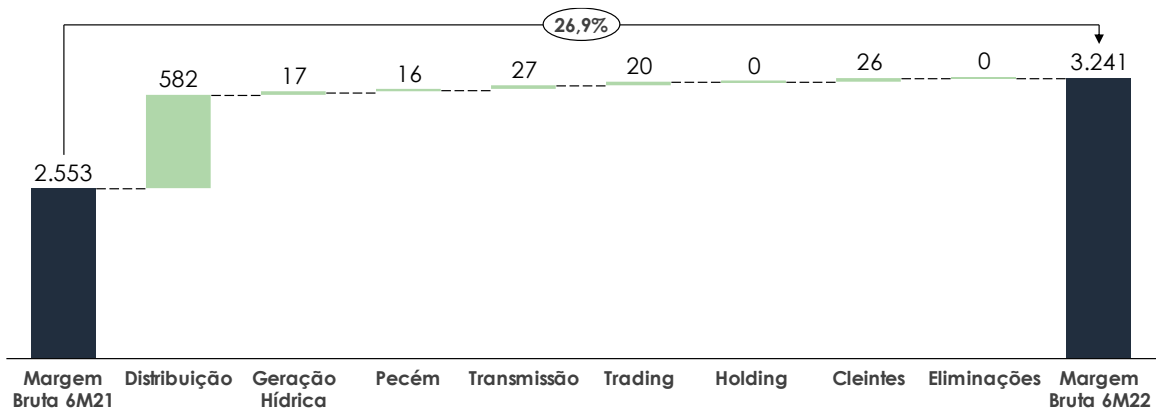
A Margem Bruta aumentou 26,9% no semestre, decorrente de:

- (vii) **Distribuição:** aumento de R\$ 581,7 milhões, decorrente principalmente de: (i) efeito tarifa, conforme já mencionado; (ii) maior reconhecimento do VNR, resultando em +R\$ 126,1 milhões; (iii) crescimento do mercado de energia distribuída em 2,4%; e (iv) outras receitas;
- (viii) **Hídrica:** aumento de R\$ 16,7 milhões, reflexo dos efeitos já mencionados, minimizado pela contabilização ocorrida em 2021 do complemento da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), que possibilitou o incremento de R\$ 23,3 milhões;
- (ix) **Pecém:** aumento de R\$ 15,7 milhões, decorrente do reajuste anual dos contratos, ocorrido em novembro, além dos efeitos mencionados no trimestre;
- (x) **Transmissão:** aumento de R\$ 26,8 milhões, decorrente dos efeitos já mencionados;
- (xi) **Trading:** aumento de R\$ 19,7 milhões, decorrente dos efeitos já mencionados; e
- (xii) **Cliente:** aumento de R\$ 26,3 milhões, decorrente dos efeitos já mencionados.

Formação da Margem Bruta 2T22 (R\$ milhões)



Formação da Margem Bruta 6M22 (R\$ milhões)



Nota: A Margem Bruta da Transmissão refere-se a Receita com a Remuneração do Ativo de Concessão.

Release 2T22



2.1.2 GASTOS GERENCIÁVEIS

No segundo trimestre, a Companhia manteve sua trajetória de eficiência e gerenciamento de gastos, refletindo no aumento do PMSO recorrente em 9,9% e de 6,7%, no trimestre e no semestre, respectivamente, abaixo da inflação (IPCA: 11,9% e IGP-M: 10,7%) dos últimos 12 meses.

	2T22	2T21	Var	6M22	6M21	Var
PMSO	(386.165)	(311.439)	24,0%	(696.022)	(599.037)	16,2%
Contabilização do IFRS 16 (aluguéis)	(7.312)	(6.953)	5,2%	(13.481)	(14.844)	-9,2%
Novos Negócios ¹	51.976	18.919	174,7%	80.203	36.010	122,7%
Custos com Receita Associada	14.407	3.131	360,2%	18.912	7.896	139,5%
Manutenção Preventiva Pecém	21.709	18.207	19,2%	31.437	26.818	17,2%
Crédito de PIS/COFINS Pecém	(1.855)	(1.606)	15,5%	(3.060)	(2.669)	14,6%
PMSO recorrente	(307.239)	(279.741)	9,8%	(582.011)	(545.826)	6,6%

¹ Transmissão, EDP Varejista, EDP Ventures, EDP GRID e Soluções.

Itens em R\$ mil ou %	EDP Goiás	
	2T22	6M22
Pessoal	(21.590)	(24.597)
Material	(369)	(533)
Serviços de Terceiros	(4.770)	(6.328)
Outros	(480)	(1.590)
Total PMSO	(27.209)	(33.048)

O PMSO da EDP Goiás foi de 27,2 milhões e de 33,0 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente. No trimestre e no semestre, destaca-se o efeito não recorrente de rescisões e do plano de demissão voluntário no valor de R\$ 13,4 milhões. Se excluirmos esse efeito, o valor recorrente de PMSO é de R\$ 13,8 milhões e de R\$ 19,6 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente.

Itens em R\$ Mil ou %	Consolidado					
	2T22	2T21	Var	6M22	6M21	Var
Pessoal	(178.557)	(138.867)	28,6%	(329.243)	(269.458)	22,2%
Material	(32.735)	(19.074)	71,6%	(48.832)	(34.543)	41,4%
Serviços de Terceiros	(148.252)	(126.924)	16,8%	(262.854)	(242.826)	8,2%
Provisões	(54.669)	(40.094)	36,4%	(108.445)	(79.525)	36,4%
Outros	(26.621)	(26.574)	0,2%	(55.093)	(52.210)	5,5%
Total PMSO com Provisões	(440.834)	(351.533)	25,4%	(804.467)	(678.562)	18,6%
Total PMSO (excluindo Provisões)	(386.165)	(311.439)	24,0%	(696.022)	(599.037)	16,2%
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	(18.225)	(17.150)	6,3%	(45.123)	(27.034)	66,9%
Custo com Construção da Infraestrutura	(482.111)	(538.775)	-10,5%	(901.799)	(1.039.546)	-13,3%
Depreciação e Amortização	(217.054)	(175.853)	23,4%	(386.805)	(344.510)	12,3%
Gastos Gerenciáveis	(1.158.224)	(1.083.311)	6,9%	(2.138.194)	(2.089.652)	2,3%

Os principais itens que influenciaram no aumento de PMSO, no trimestre e semestre foram:

- (i) Pessoal – aumento R\$ 39,7 milhões no trimestre e de R\$ 59,8 milhões no semestre, decorrente da incorporação da EDP Goiás e do reajuste anual de remuneração, conforme acordo coletivo realizado em novembro de 2021. Além disso, a rubrica foi impactada pelo maior número de horas extras;
- (ii) Material – aumento de R\$ 13,7 milhões no trimestre e de R\$ 14,3 milhões no semestre, decorrente do aumento de gastos no projeto de desenvolvimento do Hidrogênio Verde, além do aumento de gastos com combustíveis. Adicionalmente, no semestre houve impacto em EPIs;
- (iii) Serviços de Terceiros – aumento de R\$ 21,3 milhões no trimestre e de R\$ 20,0 milhões no semestre, reflexo das ações de combate às perdas nas distribuidoras e da manutenção programada em Pecém, além dos maiores gastos com Consultoria e Publicidade realizados no semestre; e
- (iv) Outros – aumento de R\$ 0,2 milhão no trimestre e de R\$ 3,0 milhões no semestre, decorrente do aumento em aluguéis.

A conta de **Provisões** aumentou 36,4% e 36,4%, no trimestre e no semestre, respectivamente, principalmente na rubrica de PECLD, detalhado no capítulo de distribuição.

A conta de **Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens**, aumentou R\$ 1,1 milhão e R\$ 18,1 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente da intensificação do plano de investimentos nas distribuidoras.

A conta de **Depreciação e Amortização** aumentou 23,4% e 12,2%, no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente da extensão do aumento do prazo de concessão das geradoras, conforme repactuação do GSF no ACL.

Release 2T22



2.1.3. RESULTADO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

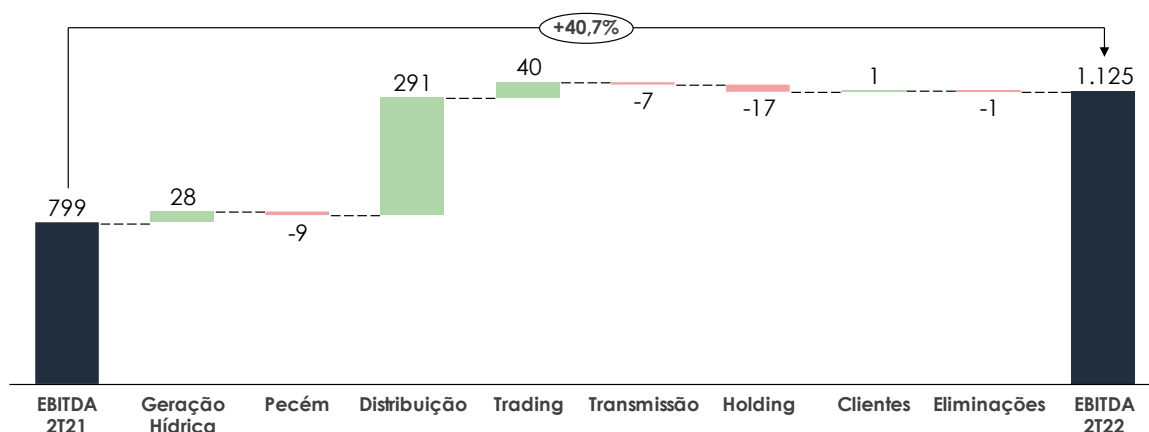
Itens em R\$ Mil ou %	2T22	2T21	Var	6M22	6M21	Var
Santo Antônio do Jari (50%) ¹	17.070	2.845	500,0%	33.052	9.938	232,6%
Cachoeira Caldeirão (50%) ¹	(1.064)	(5.250)	n.d.	(936)	(8.898)	-89,5%
São Manoel (33,33%) ¹	(5.449)	(4.480)	21,6%	(9.908)	(9.478)	4,5%
Celesc (29,90%) ¹	77.614	59.540	30,4%	103.966	129.391	-19,6%
Outros ²	337	298	n.d.	2.271	350	549,0%
Resultado das Participações Societárias	88.508	52.953	67,1%	128.445	121.303	5,9%

¹ Considera participação dos ativos e no caso da Celesc, a equivalência patrimonial utiliza as demonstrações financeiras com defasagem de um trimestre em relação à data apresentada das demonstrações financeiras da Companhia; ² Considera equivalência de Pecém TM, Pecém OM e Mabe.

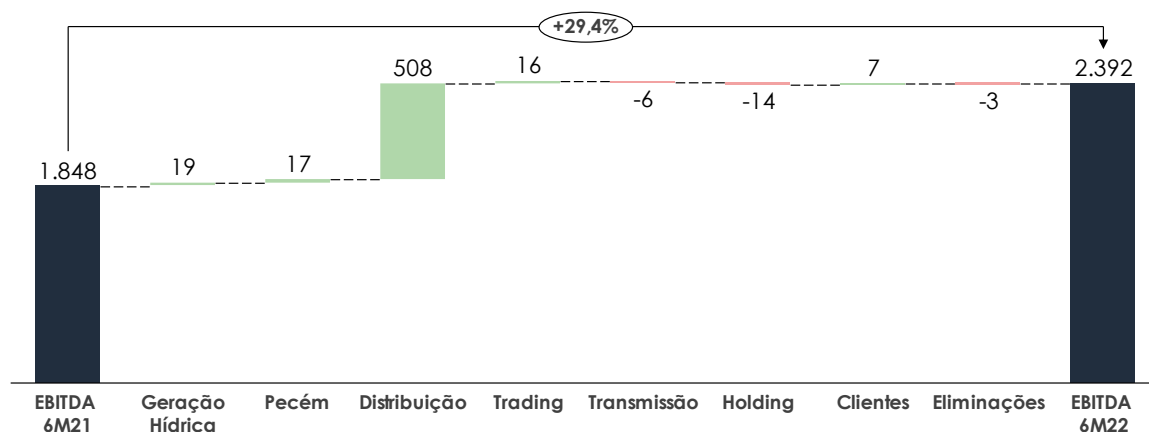
O aumento do Resultado das Participações Societárias, tanto no trimestre quanto no semestre, reflete o maior resultado em Jari, Celesc e Cachoeira Caldeirão. Na Celesc, o aumento do resultado no trimestre reflete a melhora operacional gerada pela expansão do número de clientes e redução das perdas, além da revisão tarifária ocorrida em 2021. No semestre, o resultado da Celesc reduziu decorrente do efeito positivo contabilizado no 4T20, conforme comentado no trimestre anterior. Os resultados das participações societárias de Jari, Cachoeira Caldeirão e São Manoel serão detalhados no capítulo de Ativos Não Consolidados.

2.1.4 EBITDA

Formação do EBITDA 2T22 (R\$ milhões)



Formação do EBITDA 6M22 (R\$ milhões)



Nota: A contabilização do resultado do segmento de Transmissão está de acordo com o ICPC 01,IFRIC12

O EBITDA foi de R\$ 1,1 bilhão e de R\$ 2,4 bilhões, aumento de 40,7% e de 29,4%, no trimestre e no semestre, respectivamente, conforme efeitos mencionados anteriormente.

Release 2T22



Itens em R\$ Mil ou %	2T22	2T21	Var	6M22	6M21	Var
EBITDA	1.124.865	799.223	40,7%	2.391.819	1.847.874	29,4%
Atualização do ativo financeiro indenizável - VNR	(128.220)	(48.463)	164,6%	(247.602)	(121.476)	103,8%
EBITDA Societário Transmissão (IFRS)	(149.074)	(155.522)	-4,1%	(306.766)	(312.529)	-1,8%
EBITDA Regulatório Transmissão	96.122	22.647	324,4%	168.950	33.281	407,7%
Prêmio de risco GSF - Extensão da concessão	-	-	n.d.	-	(23.296)	n.d.
EBITDA Ajustado	943.693	617.885	52,7%	2.006.401	1.423.854	40,9%
Resultado das Participações Societárias	88.508	52.953	67,1%	128.445	121.303	5,9%
EBITDA conforme "Instrução CVM 527"	1.213.373	852.176	42,4%	2.520.264	1.969.177	28,0%

Nota: O Ebitda Regulatório pode sofrer alteração decorrente de ajustes de PIS/COFINS

O EBITDA ajustado, pelos efeitos não recorrentes e não caixa, foi de R\$ 943,7 milhões e de R\$ 2,0 bilhões, aumento de 52,7% e de 40,9%, no trimestre e no semestre, respectivamente. Conforme instrução CVM 527, o EBITDA foi de R\$ 1,2 bilhão e de R\$ 2,5 bilhões, no trimestre e no semestre, respectivamente.

2.1.5. RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ mil)	Consolidado					
	2T22	2T21	Var	6M22	6M21	Var
Receita Financeira	239.946	80.009	199,9%	396.719	163.413	142,8%
Juros e variações monetárias	156.500	71.157	119,9%	306.630	149.798	104,7%
Operações de swap e hedge	24.090	(38.441)	n.d.	30.539	-	n.d.
Variações em moeda estrangeira	70.492	24.786	n.d.	81.536	24.786	n.d.
Ajustes a Valor Presente	156	31	403,2%	395	279	41,6%
(-) Juros capitalizados	(169)	26.488	n.d.	(256)	(4.774)	-94,6%
(-) Tributos sobre Receitas Financeiras	(13.659)	(4.715)	189,7%	(26.943)	(8.757)	207,7%
Outras Receitas Financeiras	2.536	703	260,7%	4.818	2.081	131,5%
Despesa Financeira	(657.541)	(216.102)	204,3%	(1.162.698)	(509.488)	128,2%
Encargos de Dívidas	(556.207)	(129.891)	328,2%	(945.318)	(254.347)	271,7%
Juros e variações monetárias	(92.193)	(72.348)	27,4%	(199.526)	(222.144)	-10,2%
Variações em moeda estrangeira	(369)	5.353	n.d.	(369)	(5.670)	-93,5%
Operações de swap e hedge	597	(11.420)	n.d.	-	(11.420)	n.d.
Ajustes a Valor Presente	(469)	36	n.d.	(1.243)	(384)	223,7%
(-) Juros capitalizados	-	202	-100,0%	-	986	n.d.
Outras Despesas Financeiras	(8.900)	(8.034)	10,8%	(16.242)	(16.509)	-1,6%
Total	(417.595)	(136.093)	206,8%	(765.979)	(346.075)	121,3%

A Receita Financeira aumentou 199,9% no trimestre e 142,8% no semestre, em decorrência de:

- Aumento de juros e variações monetárias, resultante de: (i) Maior renda de aplicações financeiras, em função do aumento do CDI; (ii) Aumento Juros e Multa sobre tributos, referente a atualização monetária do saldo de ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS; e (iii) Redução em Ativos e Passivos Setoriais reflexo do aumento da taxa Selic; e
- Aumento na rubrica de Operações de Swap e Hedge e Variação em Moeda Estrangeira decorrente principalmente das dívidas em moeda estrangeira captadas no semestre, do impacto da variação dos swaps, decorrente da mudança de indexador (IPCA para CDI), das debêntures da EDP SP e EDP ES e do reflexo do aumento das taxas de juros.

A Despesa Financeira aumentou 204,3% e 128,2%, no trimestre e no semestre, em decorrência de:

- Aumento dos encargos de dívidas, reflexo do aumento dos indexadores atreladas às dívidas, principalmente na rubrica de debêntures (CDI, IPCA e TJLP) nos segmentos de distribuição e transmissão, além do aumento de saldo de dívida, decorrente de novas captações.

Release 2T22



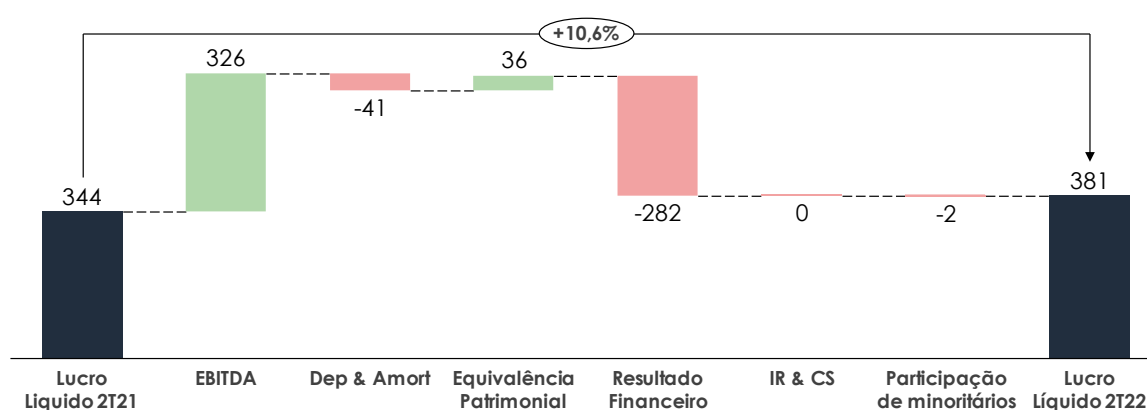
2.1.6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR/CS)

	2T22	2T21	Var	6M22	6M21	Var
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	578.724	540.230	7,1%	1.367.480	1.278.592	7,0%
Alíquota	34%	34%		34%	34%	
IR/CS	(196.766)	(183.678)	7,1%	(464.943)	(434.721)	7,0%
Adições/Exclusões						
Doações	(1.325)	(1.298)	2,1%	(1.449)	(1.615)	-10,3%
Impostos Diferidos N.Reconhecidos / (Adição)/reversão de diferenças perm.	910	(12.894)	-107,1%	2.025	(30.358)	-106,7%
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	4.172	-	n.d	4.849	28.895	-83,2%
Ajuste de Lucro Presumido	(6.835)	(1.750)	290,6%	(8.565)	(20.845)	-58,9%
Resultados de Equivalência Patrimonial	30.091	18.004	67,1%	43.671	41.243	5,9%
Juros sobre capital próprio	(4.259)	-	n.d	(7.754)	-	n.d
Incentivos Fiscais (SUDAM / SUDENE/Outros)	15.117	23.676	-36,2%	45.923	47.119	-2,5%
Outras	(820)	(1.540)	-46,8%	(2.117)	(2.258)	-6,2%
Total	(159.715)	(159.480)	0,1%	(388.360)	(372.540)	4,2%
Alíquota Efetiva	27,6%	29,5%	-1,9%	28,4%	29,1%	-0,7%

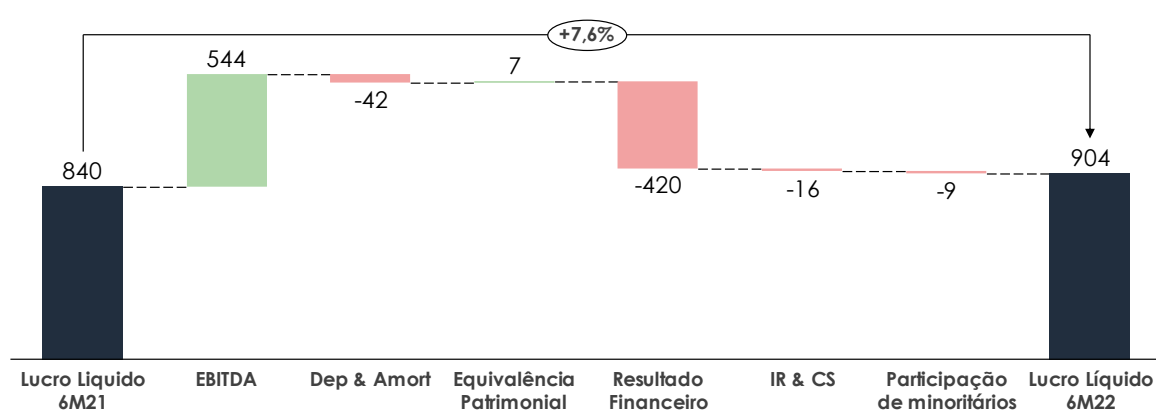
O IR/CS foi de R\$ 159,7 milhões no trimestre, em linha com o período homólogo. No semestre, o IR/CS foi de R\$ 388,4 milhões, aumento de 4,2%, decorrente do aumento do resultado entre os períodos, além das adições e exclusões à base de cálculo, conforme efeitos: (i) impostos diferidos não constituídos referente a prejuízos fiscais na Holding; e (ii) ajustes de lucro presumido, refletindo alterações dos regimes tributários das transmissoras, contabilizados no 1T21, minimizado pelos ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores.

2.1.7. LUCRO LÍQUIDO

Formação do Lucro Líquido 2T22 (R\$ milhões)



Formação do Lucro Líquido 6M22 (R\$ milhões)



O Lucro Líquido foi de R\$ 381,1 milhões e de R\$ 903,9 milhões, aumento de 10,6% e de 7,6%, no trimestre e no semestre, respectivamente. O Lucro Líquido ajustado foi de R\$ 369,9 milhões e de R\$ 755,9 milhões, aumento de 60,5% e de 37,1%, no trimestre e no semestre, respectivamente.

Release 2T22



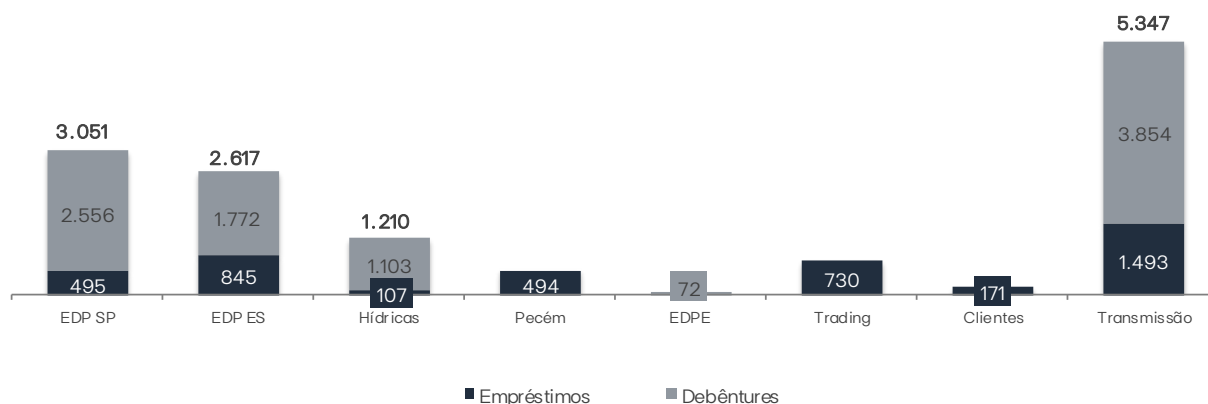
Itens em R\$ Mil ou %	2T22	2T21	Var	6M22	6M21	Var
Lucro	381.111	344.491	10,6%	903.909	840.272	7,6%
Atualização do ativo financeiro indenizável - VNR	(84.625)	(31.986)	164,6%	(163.417)	(80.175)	103,8%
Lucro Transmissão (IFRS)	(2.471)	(84.449)	-97,1%	(26.061)	(187.635)	-86,1%
Lucro Regulatório Transmissão	39.307	2.417	1526,1%	4.950	(5.884)	-184,1%
Prêmio de risco GSF - Extensão da concessão	-	-	n.d.	-	(15.375)	-100,0%
Lucro Líquido Ajustado	333.322	230.473	44,6%	719.381	551.203	30,5%

2.2. ENDIVIDAMENTO

2.2.1. DÍVIDA BRUTA

A Companhia finalizou o trimestre com Dívida Bruta de R\$ 13,3 bilhões, desconsiderando as dívidas dos ativos não consolidados, que representaram R\$ 1,3 bilhão. A fim de minimizar a volatilidade proveniente de ano eleitoral, a Companhia optou por antecipar a maioria das necessidades de capital. As principais captações feitas no período estão disponíveis no anexo IX.

Dívida Bruta por empresa (R\$ milhões)

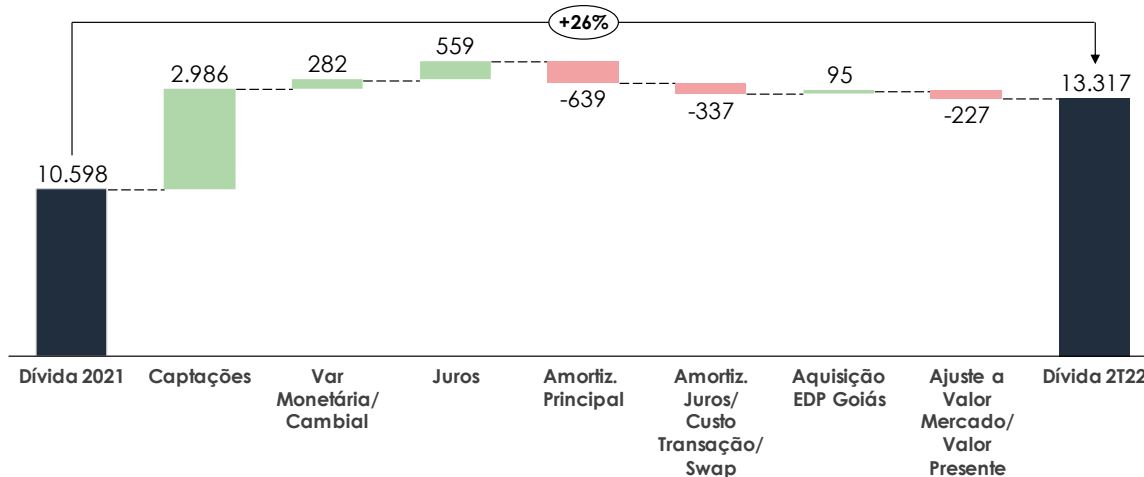


Nota: Não considera eliminações intragrupo de R\$ 375 milhões (considera os contratos de mútuo intragrupo e as ações preferenciais da Investco classificadas como dívida).

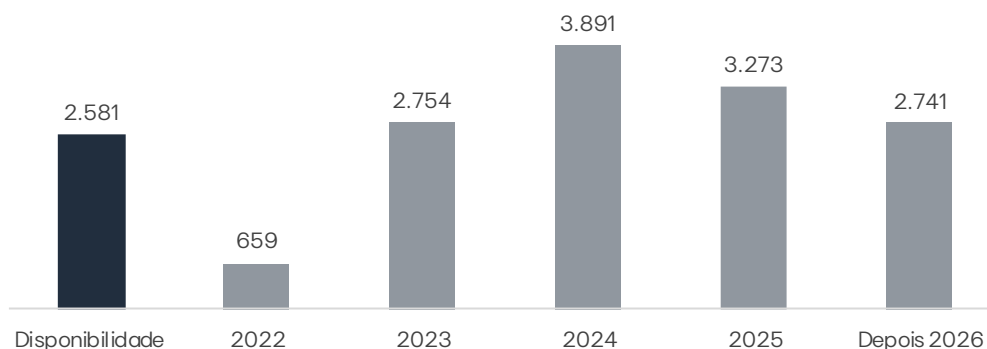
No semestre as duas principais captações realizadas foram para a aquisição da EDP Goiás. No trimestre, foram realizadas captações para reforço de caixa das distribuidoras.

As amortizações de Principal e Juros referem-se a: (i) BNDES nas distribuidoras e Pecém; (ii) 5ª, 7ª, 8ª, 10ª e 11ª Emissões de Debêntures da EDP Espírito Santo; (iii) 7ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª e 13ª Emissões de Debêntures da EDP SP; (iv) 4ª e 5ª Emissões de Debêntures na Holding; (v) Cédula de Crédito Bancário na EDP Grid; (vi) 2ª, 3ª e 4ª Emissões de Debêntures da Enerpeixe; (vii) Cédula de Crédito Bancário na Trading; (viii) 1ª Emissão de Debêntures da EDP Transmissão Aliança SC; (ix) 3ª Emissão de Debêntures da EDP Transmissão SP-MG; (x) 2ª, 3ª e 5ª Emissões de Debêntures da Lajeado Energia (xi) 1ª Emissão de Notas Promissórias da Energest.

Composição da Dívida Bruta Consolidada 2T22 (R\$ milhões)

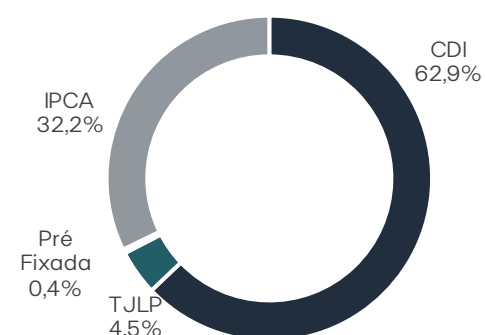


Nota: Captações consideram os custos de transação com a emissão de debêntures.

Cronograma de Vencimento da Dívida¹ (R\$ milhões)Nota: ¹Valores consideram principal + encargos + resultados de operações de hedge

O custo médio da dívida encerrou o trimestre em 12,0% a.a., em comparação aos 9,3% a.a. no final de 2021, levando em consideração os juros capitalizados das dívidas e os encargos incorridos. A variação do custo médio é reflexo do aumento do IPCA² e do CDI³. O prazo médio da dívida atingiu 3,1 anos. Considerando as dívidas das empresas que a Companhia detém participação, o prazo médio seria de 3,5 anos e o custo médio seria de 11,8% a.a..

Dívida Bruta por Indexador em 30/06/2022



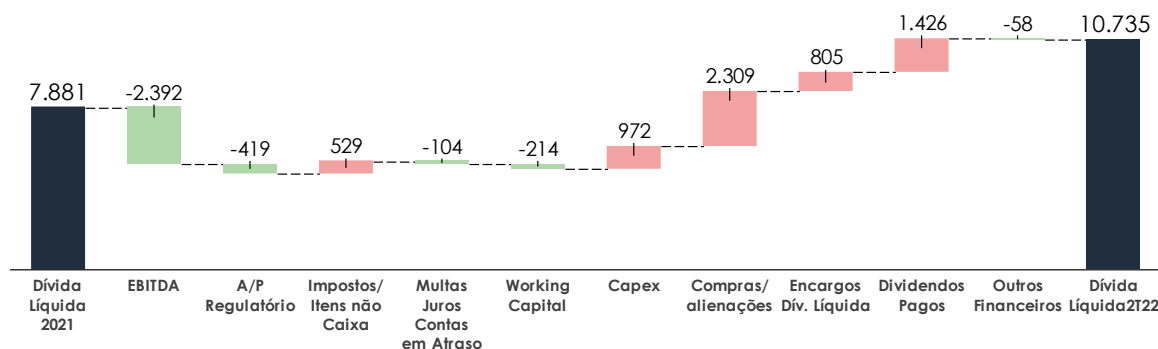
Nota: Inseridos no CDI estão consideradas as captações em dólar com swap para CDI.

2.2.2 FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL, DÍVIDA LÍQUIDA E ALAVANCAGEM

A Dívida Líquida, considerando a geração operacional e os dispêndios de caixa no período, foi de R\$ 10,7 bilhões, aumento de 36,5% em relação ao saldo de 2021.

No semestre, a Companhia captou R\$ 3,0 bilhões, referentes às operações já mencionadas no capítulo Eventos Relevantes.

Evolução da Dívida Líquida (R\$ milhões)

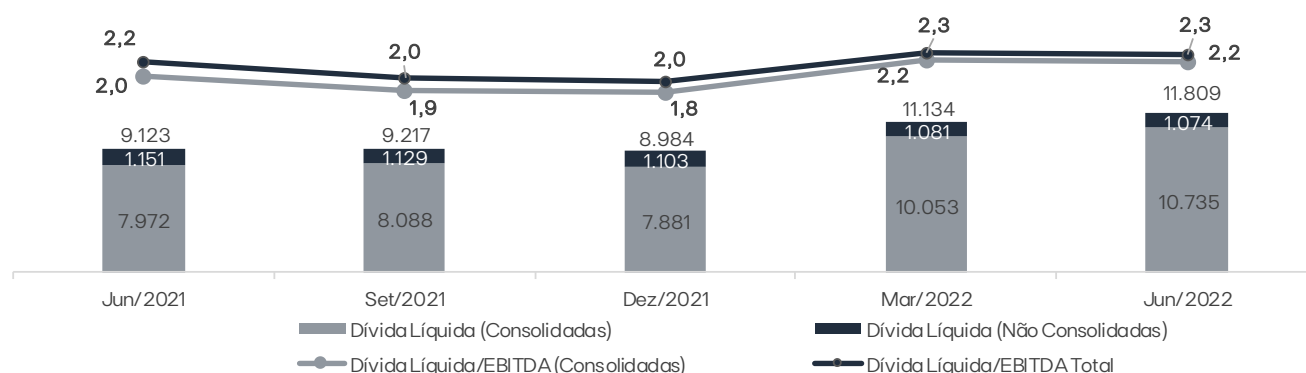


A relação Dívida Líquida/EBITDA dos ativos consolidados foi de 2,2 vezes e de 2,3 vezes considerando a participação em Jari, Cachoeira Caldeirão e São Manoel. Excluindo os efeitos não caixa dos últimos 12 meses, a relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado seria de 2,6 vezes.

² IPCA acumulado nos últimos 12 meses até junho de 2022 foi de 11,89% versus 10,06% em dezembro de 2021.

³ CDI acumulado nos últimos 12 meses até junho de 2022 foi de 8,69% versus 4,42% em dezembro de 2021.

Evolução da Dívida Líquida/EBITDA (R\$ milhões)



Nota: Considera proporção da participação detida pela EDP nos projetos não consolidados. O caixa considera disponibilidade e títulos e valores mobiliários.

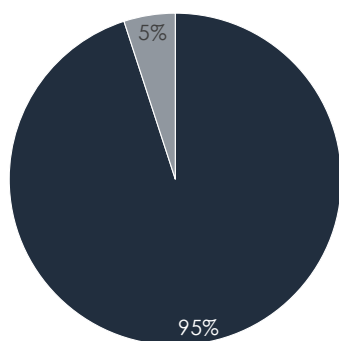
2.3. VARIAÇÃO DO IMOBILIZADO

Total						
Variação do Imobilizado (R\$ mil)	2T22	2T21	Var	6M22	6M21	Var
Distribuição	351.235	267.261	31,4%	708.993	491.783	44,2%
EDP São Paulo	179.407	123.122	45,7%	378.289	220.222	71,8%
EDP Espírito Santo	171.828	144.139	19,2%	330.704	271.561	21,8%
Geração	20.070	9.336	115,0%	31.138	20.028	55,5%
Enerpeixe	229	270	-15,2%	983	408	140,9%
Energest	346	1.330	-74,0%	493	1.703	-71,0%
Lajeado / Investco	137	533	-74,3%	333	631	-47,2%
Pecém	19.358	7.203	168,7%	29.329	17.287	69,7%
Transmissão	130.876	271.514	-51,8%	192.806	547.763	-64,8%
Solar	21.241	8.258	157,2%	27.800	18.166	53,0%
Outros	4.283	22.176	-80,7%	10.531	24.450	-56,9%
Total	527.705	578.545	-8,8%	971.268	1.102.190	-11,9%
Geração não consolidado	1.204	(514)	n.d.	2.204	437	404,4%
Total	528.909	578.032	-8,5%	973.472	1.102.627	-11,7%

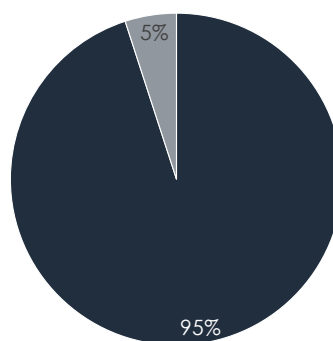
Os investimentos totalizaram R\$ 527,7 milhões e R\$ 971,3 milhões, redução de 8,8% e de 11,9%, no trimestre e no semestre, respectivamente, resultante da entrada em operação dos lotes de Transmissão.

Na Distribuição, os investimentos totalizaram R\$ 351,2 milhões e 709,0 milhões, aumento de 31,4% e de 44,2%, no trimestre e no semestre, respectivamente, em função do reforço dos investimentos para as obras de expansão, melhoria da rede, projetos relacionados ao combate as perdas e telecomunicações. Os principais investimentos foram direcionados à expansão do sistema elétrico, melhoria da rede e indicadores de continuidade de fornecimento, projetos de combate as perdas e investimentos em telecomunicações.

EDP SP 6M22



EDP ES 6M22



■ CAPEX Elétrico (BRR) ■ CAPEX Não Elétrico

Na Geração, os investimentos apresentaram aumento de R\$ 10,7 milhões e R\$ 11,1 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente do cronograma de execução de projetos, com destaque para o projeto de hidrogênio verde, renovação da licença de operação e demais manutenções programadas ocorridas em Pecém.

Release 2T22



Na Transmissão, os investimentos reduziram 51,8% e 64,8%, no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente da conclusão das obras de transmissão entre os períodos. No semestre, foram concluídas as obras da EDP Transmissão Aliança SC, da EDP Transmissão SP-MG e da EDP Transmissão Litoral Sul.

Variação do Imobilizado (R\$ mil)						
Linhas de Transmissão (Lote)	2T22	2T21	Var	6M22	6M21	Var
EDP Transmissão + EDP Transmissão MA I + EDP Transmissão MA II	-	6.974	-100,0%	-	30.342	-100,0%
Mata Grande Transmissão de Energia	14.767	19.180	-23,0%	27.202	19.180	41,8%
EDP Transmissão Aliança SC	2.291	86.149	-97,3%	11.861	207.983	-94,3%
EDP Transmissão SP-MG	59.830	118.674	-49,6%	63.358	225.670	-71,9%
EDP Transmissão Norte	4.173	-	n.d.	6.518	-	n.d.
EDP Transmissão Goiás	22.109	-	n.d.	24.095	-	n.d.
EDP Transmissão Litoral Sul	27.706	40.537	-31,7%	59.772	64.588	-7,5%
Total	130.876	271.514	-51,8%	192.806	547.763	-64,8%

Nota: Em 28 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu a alienação de 100% do capital social dos ativos EDP Transmissão S.A. ("Lote 24"), EDP Maranhão I S.A. ("Lote 7") e EDP Maranhão II S.A. ("Lote 11"), conforme Plano Estratégico da Companhia no período de 2021-2025

No segmento Solar, os investimentos aumentaram R\$ 13,0 milhões e R\$ 9,6 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente do cronograma de execução dos projetos.

A rubrica de investimentos também foi impactada pela construção da nova sede, concluída em 2021, além de novos projetos de eficiência energética, tecnologia e desenvolvimento de novos negócios.

3. DESEMPENHO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

3.1. DISTRIBUIÇÃO

3.1.2. RESULTADO

Itens em R\$ mil ou %	EDP São Paulo			EDP Espírito Santo			Consolidado		
	2T22	2T21	Var	2T22	2T21	Var	2T22	2T21	Var
Receita Operacional Líquida	1.197.817	1.262.818	-5,1%	1.016.110	983.687	3,3%	2.213.927	2.246.505	-1,5%
Gastos não gerenciáveis	(736.410)	(968.220)	-23,9%	(594.039)	(714.685)	-16,9%	(1.330.449)	(1.682.905)	-20,9%
Energia elétrica comprada para revenda	(594.903)	(812.719)	-26,8%	(472.363)	(586.467)	-19,5%	(1.067.266)	(1.399.186)	-23,7%
Encargos de uso da rede elétrica	(141.215)	(155.235)	-9,0%	(121.437)	(128.018)	-5,1%	(262.652)	(283.253)	-7,3%
Outros	(292)	(266)	9,8%	(239)	(200)	19,5%	(531)	(466)	13,9%
Margem Bruta	461.407	294.598	56,6%	422.071	269.002	56,9%	883.478	563.600	56,8%
Total do PMSO	(110.208)	(103.025)	7,0%	(110.578)	(96.893)	14,1%	(220.786)	(199.918)	10,4%
Pessoal	(52.047)	(44.884)	16,0%	(45.153)	(39.580)	14,1%	(97.200)	(84.464)	15,1%
Material	(7.384)	(4.332)	70,5%	(6.743)	(3.874)	74,1%	(14.127)	(8.206)	72,2%
Serviços de terceiros	(45.266)	(40.882)	10,7%	(52.440)	(46.589)	12,6%	(97.706)	(87.471)	11,7%
Outros	(5.511)	(12.927)	-57,4%	(6.242)	(6.850)	-8,9%	(11.753)	(19.777)	-40,6%
Provisões	(31.807)	(23.233)	36,9%	(20.041)	(16.756)	19,6%	(51.848)	(39.989)	29,7%
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	(8.200)	(10.300)	-20,4%	(10.032)	(11.381)	-11,9%	(18.232)	(21.681)	-15,9%
EBITDA	311.192	158.040	96,9%	281.420	143.972	95,5%	592.612	302.012	96,2%
Margem EBITDA	26,0%	12,5%	13,5%	27,7%	14,8%	13,1%	26,8%	13,4%	13,3%
Itens em R\$ mil ou %	EDP São Paulo			EDP Espírito Santo			Consolidado		
	6M22	6M21	Var	6M22	6M21	Var	6M22	6M21	Var
Receita Operacional Líquida	2.381.669	2.406.934	-1,0%	2.171.815	1.947.828	11,5%	4.553.484	4.354.760	4,6%
Gastos não gerenciáveis	(1.438.911)	(1.748.565)	-17,7%	(1.266.145)	(1.339.511)	-5,5%	(2.705.056)	(3.088.076)	-12,4%
Energia elétrica comprada para revenda	(1.155.817)	(1.438.203)	-19,6%	(1.022.491)	(1.083.139)	-5,6%	(2.178.308)	(2.521.342)	-13,6%
Encargos de uso da rede elétrica	(282.520)	(309.829)	-8,8%	(243.188)	(255.972)	-5,0%	(525.708)	(565.801)	-7,1%
Outros	(574)	(533)	7,7%	(466)	(400)	16,5%	(1.040)	(933)	11,5%
Margem Bruta	942.758	658.369	43,2%	905.670	608.315	48,9%	1.848.428	1.266.884	45,9%
Total do PMSO	(217.243)	(202.124)	7,5%	(212.812)	(189.175)	12,5%	(430.055)	(391.299)	9,9%
Pessoal	(103.281)	(89.339)	15,6%	(87.539)	(76.926)	13,8%	(190.820)	(166.265)	14,8%
Material	(12.741)	(7.586)	68,0%	(12.100)	(7.210)	67,8%	(24.841)	(14.796)	67,9%
Serviços de terceiros	(81.935)	(79.442)	3,1%	(100.025)	(93.455)	7,0%	(181.960)	(172.897)	5,2%
Outros	(9.286)	(25.757)	-25,1%	(13.148)	(11.584)	13,5%	(32.434)	(37.341)	-13,1%
Provisões	(55.974)	(45.984)	21,7%	(49.571)	(37.697)	31,5%	(105.545)	(83.681)	26,1%
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	(18.692)	(13.361)	39,9%	(26.532)	(18.342)	44,7%	(45.224)	(31.703)	42,6%
EBITDA	650.849	396.900	64,0%	616.755	363.101	69,9%	1.267.604	760.001	66,8%
Margem EBITDA	27,3%	16,5%	10,8%	28,4%	18,6%	9,8%	27,8%	17,5%	10,4%

Nota: Margem Bruta desconsidera Receita de Construção.

A Receita Líquida atingiu R\$ 2,2 bilhões e R\$ 4,5 bilhões, redução de 1,5% e aumento de 4,6%, no trimestre e no semestre, respectivamente. No trimestre, a redução da Receita Líquida reflete a queda dos ativos regulatórios. Os impactos positivos, tanto no trimestre, quanto no semestre foram::

Release 2T22



(i) maior reconhecimento de VNR, resultante do aumento do IPCA; (ii) reajustes tarifários das distribuidoras, com 46,08% de incremento na parcela B da EDP ES e de 32,59% na EDP SP; e (iii) aumento no volume de energia distribuída, resultante do aumento da atividade comercial da EDP SP e do desempenho positivo das classes de consumo na EDP ES, conforme [Relatório de Mercado](#).

A tarifa média, decorrente do mix de mercado, aumentou 18,7% na EDP SP e 14,9% na EDP ES, respectivamente, refletindo os reajustes tarifários ocorridos em 2021, bem como a bandeira tarifária, que permaneceu no patamar “escassez hídrica” até o mês de abril.

Tarifa Média (R\$/MWh)						
	EDP São Paulo			EDP Espírito Santo		
	2T22	2T21	Var	2T22	2T21	Var
Residencial	642,11	553,76	16,0%	622,01	560,79	10,9%
Industrial	622,48	505,12	23,2%	522,12	451,81	15,6%
Comercial	675,40	565,29	19,5%	632,74	549,20	15,2%
Rural	598,03	470,23	27,2%	522,98	433,44	20,7%
Outros	516,96	405,98	27,3%	493,33	399,00	23,6%
Total	633,54	533,84	18,7%	562,08	489,31	14,9%

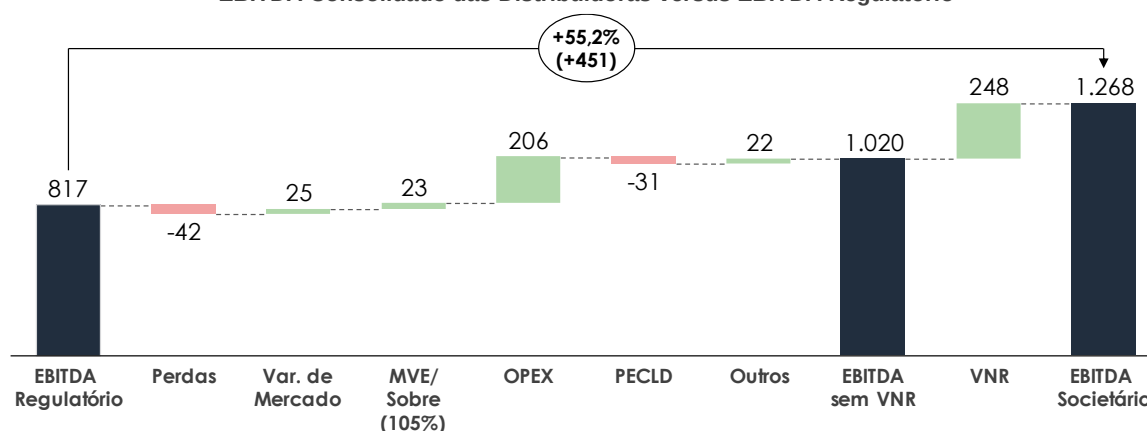
Os Gastos não Gerenciáveis foram de R\$ 1,3 bilhão e de R\$ 2,7 bilhões, redução de 20,9% e 12,4%, no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente da redução do preço de compra de energia (EDP SP: de R\$ 248,90/MWh para R\$ 206,30/MWh, EDP ES: de R\$ 237,90/MWh para R\$ 213,00/MWh). Além disso, houve redução de 7,3% nos encargos de uso da rede elétrica, relacionados com a expansão de rede e com a conexão de novos clientes livres.

A Margem Bruta foi de R\$ 883,5 milhões e de R\$ 1,8 bilhão, no trimestre e no semestre, respectivamente, resultante dos efeitos mencionados acima, além de:

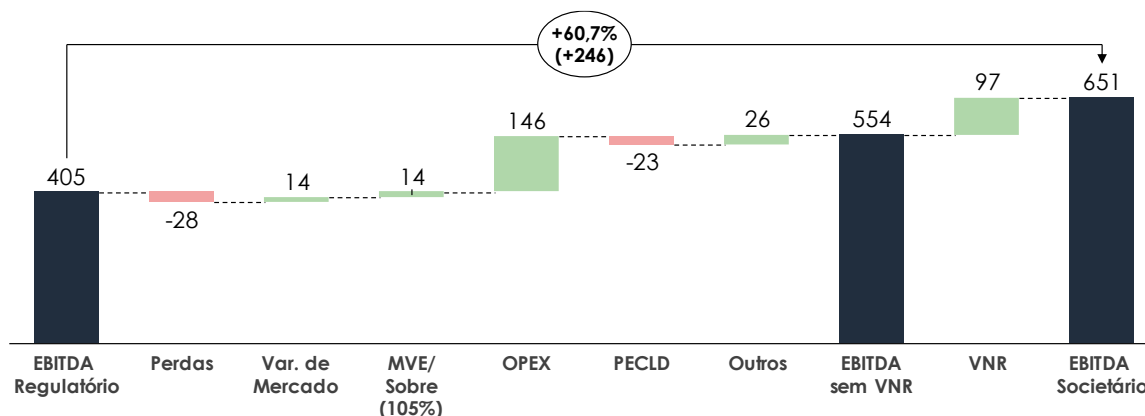
R\$ milhões	EDP São Paulo			EDP Espírito Santo			Total Distribuição		
	2T22	2T21	Var	2T22	2T21	Var	2T22	2T21	Var
VNR	52,7	24,1	28,6	75,5	24,4	51,1	128,2	48,5	79,8
Perdas	(17,1)	(10,4)	(6,7)	(5,3)	(13,0)	7,7	(22,4)	(23,4)	1,0
MVE/Sobrecontratação	3,6	(8,6)	12,2	2,1	-	2,1	5,7	(8,6)	14,4
Mercado	10,2	-	10,2	6,8	-	6,8	17,0	-	17,0
Efeito Tarifa	103,3	-	103,3	112,1	-	112,1	215,4	-	215,4
Outras Receitas	32,0	19,9	12,1	12,4	11,2	1,2	44,4	31,1	13,3

R\$ milhões	EDP São Paulo			EDP Espírito Santo			Total Distribuição		
	6M22	6M21	Var	6M22	6M21	Var	6M22	6M21	Var
VNR	97,0	54,9	42,1	150,6	66,6	84,0	247,6	121,5	126,1
Perdas	(28,4)	(21,8)	(6,6)	(13,2)	(17,1)	3,9	(41,6)	(38,9)	(2,8)
MVE/Sobrecontratação	14,4	(11,1)	25,5	8,5	-	8,5	22,9	(11,1)	34,0
Mercado	14,0	-	14,0	11,1	-	11,1	25,1	-	25,1
Efeito Tarifa	186,9	-	186,9	222,9	-	222,9	409,8	-	409,8
Outras Receitas	56,9	44,1	12,8	27,9	29,0	(1,1)	84,8	73,1	11,7

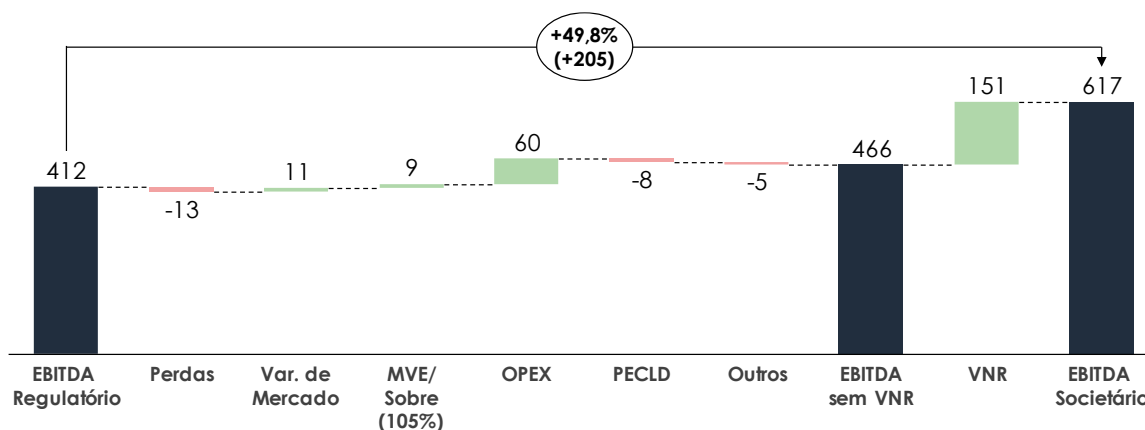
EBITDA Consolidado das Distribuidoras versus EBITDA Regulatório



EBITDA das Distribuidoras versus EBITDA Regulatório – EDP SP



EBITDA das Distribuidoras versus EBITDA Regulatório – EDP ES



O EBITDA Societário, desconsiderando o VNR, foi de R\$ 1.020 milhões, 24,8% acima do EBITDA regulatório, demonstrando o compromisso da Companhia em manter ações de eficiência operacionais e de custos, além dos ganhos relacionados com a gestão da sobrecontratação de energia.

3.1.3 BALANÇO ENERGÉTICO CONSOLIDADO (GWh)

Do total da Energia Requerida, 60,9% referem-se à EDP SP e 39,1% à EDP ES.

EDP DISTRIBUIÇÃO	EDP São Paulo	EDP Espírito Santo	EDP Distribuição
Itaipu + Proinfa	547.254	425.973	973.227
Leilão	2.292.327	1.599.987	3.892.314
Outros ¹	3.000	38.700	41.701
Energia em Trânsito	2.093.607	1.093.286	3.186.893
Total Energia Recebida	4.936.188	3.157.947	8.094.135
Perdas Transmissão (+)	63.422	41.660	105.081
Perdas de Itaipu (+)	32.273	25.077	57.350
Vendas C.Prazo (-)	-262.237	-125.449	-387.686
Ajustes C.Prazo (-)	7.071	39.694	46.766
Total Perdas	350.860	152.492	503.352
Cessões MCSD Energia Nova (+)	29.467	96.051	125.518
Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE)	-331.251	-225.325	-556.575
Total Vendas	-301.783	-129.274	-431.057
Energia Requerida	4.887.111	3.134.729	8.021.840
Suprimento	9.179	0	9.179
Fornecimento	1.875.352	1.542.380	3.417.732
Perdas e Diferenças	305.693	341.447	647.139
Energia em Trânsito	2.093.607	1.093.286	3.186.893
Total Energia Distribuída	4.283.830	2.977.112	7.260.943

¹ Bilaterais e Compras no Curto Prazo. Nota: Balanço energia considera energia medida.

Release 2T22



3.1.4 PERDAS

Perdas Acumuladas em 12 meses (GWh ou %)	EDP São Paulo						EDP Espírito Santo					
	Jun-21	Set-21	Dez-21	Mar-22	Jun-22	ANEEL	Jun-21	Set-21	Dez-21	Mar-22	Jun-22	ANEEL
Entrada de Energia na Rede	17.221	17.362	17.239	17.258	17.348		11.548	11.666	11.659	11.717	11.832	
Total de Perdas	1.435	1.434	1.431	1.420	1.423		1.484	1.482	1.451	1.422	1.429	
Total	8,33%	8,26%	8,30%	8,23%	8,20%	7,12%	12,85%	12,70%	12,45%	12,13%	12,08%	11,30%

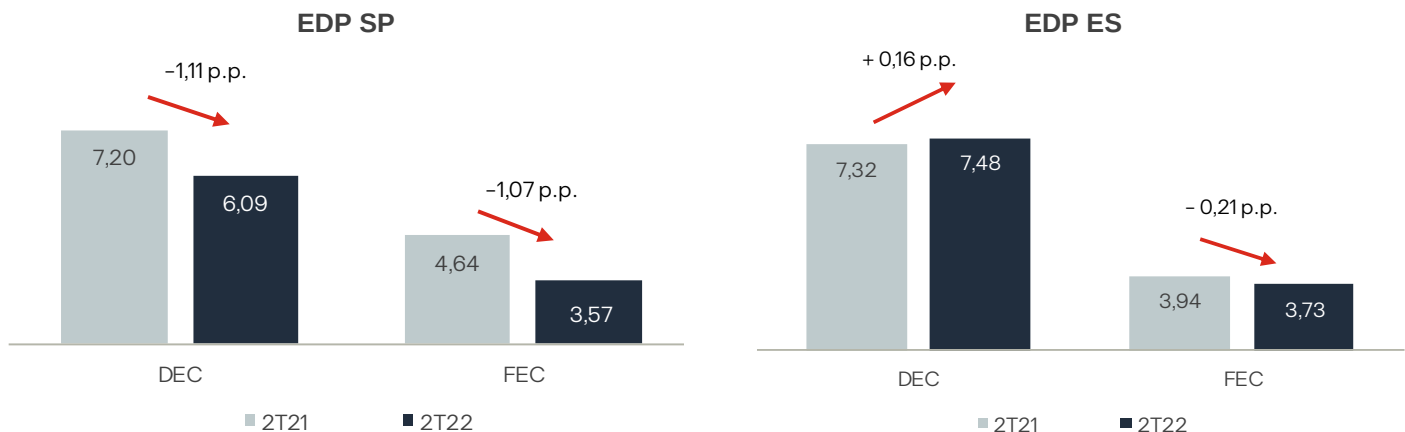
Ambas as distribuidoras reduziram perdas totais, concluindo o trimestre com 8,20% na EDP SP, redução de 0,13 p.p. e de 12,08% na EDP ES, redução de 0,77 p.p., em relação ao mesmo período do ano anterior, em função de reduções nas perdas técnicas e não técnicas. Em ambas as distribuidoras, a redução das perdas técnicas reflete a energização de novas subestações, além dos reforços de melhorias realizados na rede de média tensão. Além disso, a intensificação das ações de combate às perdas refletiram na redução das perdas não técnicas, com destaque para as iniciativas: (i) substituições de medidores; (ii) inspeções de campo; (iii) blindagem da rede de distribuição através da tecnologia BT Zero; (iv) blindagem de medição de edifícios populares; (v) instalação de medidores remotos; e (vi) manutenções dos ativos de telemedicação.

3.1.5. INDICADORES DE QUALIDADE

Os indicadores de qualidade nas distribuidoras permaneceram abaixo das metas regulatórias estabelecidas pela Aneel, devido às ações de melhoria que envolvem as manutenções preventivas e a utilização de plataformas digitais para as equipes de campo.

A iniciativa "De Olho no DEC" baseada na multidisciplinaridade das equipes de campo, nas inovações no Centro de Operação Integrado (COI) e na ampliação do número de religadores de rede, refletiu na centralização dos despachos das equipes de manutenção e religamento, aumentando a eficiência e o tempo de resposta nas ações.

A quantidade de clientes interrompidos continua reduzindo, mesmo com o aumento no número de clientes na EDP SP e na EDP ES, refletindo no indicador DEC e FEC.



Meta Anual Regulatória ANEEL para 2022

EDP SP: DEC 7,05 / FEC: 5,22

EDP ES: DEC: 9,05 / FEC: 6,41

3.1.6. PECLD - PERDA ESTIMADA EM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA E INADIMPLÊNCIA

A PECLD consolidada das distribuidoras foi de R\$ 42,2 milhões e de R\$ 84,3 milhões, aumento de R\$ 8,4 milhões e de R\$ 20,3 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente, resultante da piora da conjuntura econômica do país. De acordo com o Serasa Experian, mais de dois milhões de pessoas se tornaram inadimplentes desde o início de 2022, sendo este o maior número registrado desde o início da série histórica do índice.

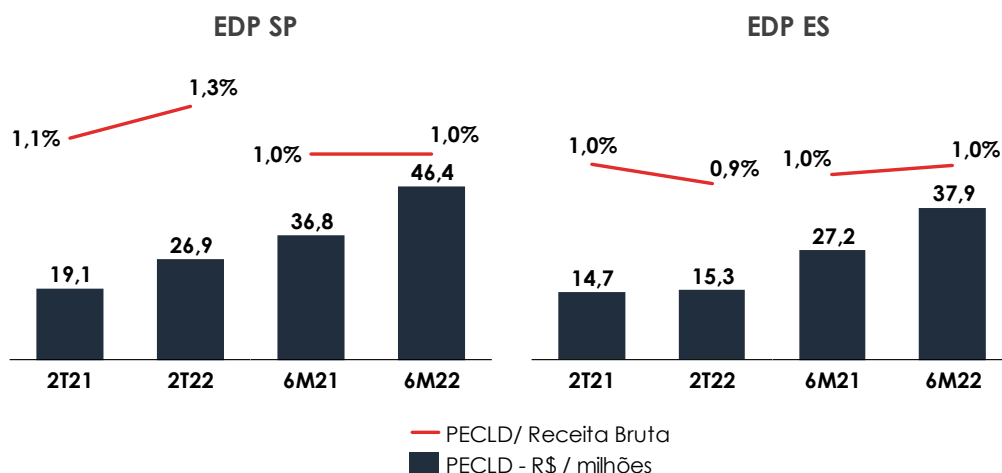
No semestre, a PECLD/Receita Bruta foi de 1,0%, em ambas as distribuidoras, em linha com o semestre do ano anterior.

Além disso, a curva histórica da PECLD sobre o faturamento foi alterada, de acordo com a realização da perda esperada por classe de consumo, conforme tabela abaixo:

Consumidores	PECLD Esperada							
	EDP São Paulo				EDP Espírito Santo			
	Consumo Irregular		Consumo Regular		Consumo Irregular		Consumo Regular	
	Baixa Tensão	Alta Tensão	Baixa Tensão	Alta Tensão	Baixa Tensão	Alta Tensão	Baixa Tensão	Alta Tensão
Residencial	22,56%	n/a	1,19%	n/a	21,42%	n/a	1,79%	n/a
Industrial	21,01%	8,51%	1,64%	0,23%	14,86%	7,37%	2,10%	0,82%
Comercio, Serviços e Outras Atividades	10,93%	1,84%	0,75%	0,86%	13,31%	n/a	1,07%	0,72%
Rural	14,62%	n/a	0,47%	n/a	7,50%	n/a	1,08%	0,11%
Poder Público	n/a	n/a	0,01%	n/a	n/a	n/a	0,01%	n/a
Iluminação Pública	4,51%	n/a	0,04%	n/a	4,55%	n/a	0,13%	0,04%
Serviço Público	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	0,18%

Vale destacar que a Companhia mantém medidas de controle e gestão da arrecadação, a fim de garantir e monitorar os indicadores de maneira que a perda estimada se mantenha controlada.

Release 2T22



3.1.7. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

No final do semestre, o saldo de passivos regulatórios era de R\$ 1,1 bilhão, reflexo da contabilização do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS, a ser devolvido ao consumidor. Excluindo esse efeito, o saldo de ativos regulatórios é de R\$ 210,7 milhões, conforme:

- Compra de energia:** a variação da apropriação referente aos valores de Compra de Energia deve-se a conjuntura de sazonalidade, associada ao cenário energético. Adicionalmente, cabe destacar que no primeiro semestre de 2022, em razão das afluências registradas no período, houve redução do despacho das usinas termoeletricas. Além disso, até abril vigorou a Bandeira Tarifária “escassez hídrica”, que contribuiu para atenuar o déficit registrado no final de 2021;
- Encargos (ESS/EER):** Conta de Desenvolvimento Energético – CDE: a variação positiva acumulada no período analisado é devido ao aumento do valor das quotas, quando comparadas ao período de 2021;
- Sobrecontratação/MVE:** o aumento nos valores do período ocorreu em função da participação no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) da EDP SP que negociou 158 MWm, ao preço de R\$ 286,93/MWh, e da EDP ES que negociou 110 MWm, ao preço de R\$ 281,30/MWh;
- PIS/COFINS sobre ativos financeiros setoriais:** redução no saldo de PIS e Cofins, decorrente da redução do saldo de ativos e passivos setoriais da EDP ES. O saldo de tributos acompanhou a redução das demais contas; e
- Outros:** o principal impacto nessa rubrica refere-se a bandeiras tarifárias, uma vez que em dezembro de 2021 vigorava a bandeira de “escassez hídrica” com término em abril de 2022.

	EDP Consolidado							
	dez-21	Apropriação	Amortização	Atualização	Recebimento Conta - ACR	Transferência	jun-22	Variação Acumulado
Aquisição de Energia/Custo de Energia Itaipu	825.641	(985.489)	(350.601)	9.449	-	-	(501.000)	(1.326.641)
Encargos	563.496	644.353	(91.932)	46.733	-	-	1.162.650	599.154
Sobrecontratação (100% a 105%)	(79.908)	103.172	10.466	2.177	-	-	35.907	115.815
PIS/COFINS sobre ativos financeiros setoriais	(1.425.643)	-	153.199	(57.141)	-	-	(1.329.585)	96.058
Outros	(577.499)	(190.560)	287.898	(6.719)	-	-	(486.880)	90.619
Total	(693.913)	(428.524)	9.030	(5.501)	-	-	(1.118.908)	(424.995)

	EDP São Paulo							
	dez-21	Apropriação	Amortização	Atualização	Recebimento Conta - ACR	Transferência	jun-22	Variação Acumulado
Aquisição de Energia/Custo de Energia Itaipu	539.275	(638.665)	(251.534)	3.202	-	-	(347.722)	(886.997)
Encargos	350.229	363.371	(75.697)	26.790	-	-	664.693	314.464
Sobrecontratação (100% a 105%)	(87.352)	49.750	27.368	1.006	-	-	(9.228)	78.124
PIS/COFINS sobre ativos financeiros setoriais	(873.778)	-	69.052	(33.442)	-	-	(838.168)	35.610
Outros	(387.383)	(44.471)	191.746	(426)	-	-	(240.534)	146.849
Total	(459.009)	(270.015)	(39.065)	(2.870)	-	-	(770.959)	(311.950)

	EDP Espírito Santo							
	dez-21	Apropriação	Amortização	Atualização	Recebimento Conta - ACR	Transferência	jun-22	Variação Acumulado
Aquisição de Energia/Custo de Energia Itaipu	286.366	(346.824)	(99.067)	6.247	-	-	(153.278)	(439.644)
Encargos	213.267	280.982	(16.235)	19.943	-	-	497.957	284.690
Sobrecontratação (100% a 105%)	7.444	53.422	(16.902)	1.171	-	-	45.135	37.691
PIS/COFINS sobre ativos financeiros setoriais	(551.865)	-	84.147	(23.699)	-	-	(491.417)	60.448
Outros	(190.116)	(146.089)	96.152	(6.293)	-	-	(246.346)	(56.230)
Total	(234.904)	(158.509)	48.095	(2.631)	-	-	(347.949)	(113.045)

Release 2T22



3.2. TRANSMISSÃO

Itens em R\$ mil ou %	Transmissão Consolidado					
	2T22	2T21	Var	6M22	6M21	Var
Receita Total	314.160	433.596	-27,5%	545.139	873.266	-37,6%
Receita de Construção	130.876	271.514	-51,8%	192.806	547.763	-64,8%
Margem Construção	(34.408)	17.124	n.d.	(49.837)	78.479	n.d.
Outras Receitas	217.692	144.958	50,2%	402.170	247.024	62,8%
Gastos Não Gerenciáveis	-	-	n.d.	-	-	n.d.
Margem Bruta	183.284	162.082	13,1%	352.333	325.503	8,2%
Total do PMSO	(34.875)	(6.571)	430,7%	(46.636)	(12.985)	259,2%
Pessoal	(25.735)	(2.409)	968,3%	(32.148)	(4.768)	574,2%
Material	(573)	(296)	93,6%	(861)	(169)	409,5%
Serviços de Terceiros	(7.763)	(3.212)	141,7%	(11.189)	(6.931)	61,4%
Outros	(804)	(654)	22,9%	(2.438)	(1.117)	118,3%
Provisões	665	-	n.d.	1.069	-	n.d.
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	-	11	-100,0%	-	11	-100,0%
Custo com Construção	(130.876)	(271.514)	-51,8%	(192.806)	(547.763)	-64,8%
EBITDA	149.074	155.522	-4,1%	306.766	312.529	-1,8%
Margem EBITDA	81,3%	96,0%	-15,2%	87,1%	96,0%	-9,3%

Receita Líquida Transmissão - 2T22							
	Mata Grande Transmissão de Energia	EDP Transmissão Norte	EDP Transmissão Aliança SC	EDP Transmissão SP-MG	EDP Transmissão Litoral Sul	EDP Transmissão Goiás	Total
Receita de construção	15.639	4.348	2.556	72.805	5.217	26.331	126.896
Atualização dos Ativos da concessão	1.304	223	61.000	66.439	10.617	40.089	179.672
Receita de Operação e Manutenção (O&M)	-	-	9.018	5.558	4.024	26.803	45.403
Outras receitas operacionais	-	1	-	-	-	278	279
PIS/COFINS	(618)	(167)	(6.912)	(13.543)	(545)	(8.643)	(30.428)
ISS	-	-	-	-	-	(9)	(9)
P&D	-	-	(453)	(264)	(25)	2.125	1.383
Outros encargos	-	-	-	-	-	(9.036)	(9.036)
Total	16.325	4.405	65.209	130.995	19.288	77.938	314.160

Receita Líquida Transmissão - 6M22							
	Mata Grande Transmissão de Energia	EDP Transmissão Norte	EDP Transmissão Aliança SC	EDP Transmissão SP-MG	EDP Transmissão Litoral Sul	EDP Transmissão Goiás	Total
Receita de construção	28.809	6.797	15.125	83.953	30.647	28.699	194.030
Atualização dos Ativos da concessão	2.393	375	120.582	130.298	20.097	66.694	340.439
Receita de Operação e Manutenção (O&M)	-	-	16.653	11.618	8.544	36.884	73.699
Outras receitas operacionais	-	1	75	-	-	278	354
PIS/COFINS	(1.138)	(262)	(14.361)	(21.042)	(2.002)	(12.256)	(51.061)
ISS	-	-	-	-	-	(9)	(9)
P&D	-	-	(770)	(476)	(70)	(809)	(2.125)
Outros encargos	-	-	-	-	-	(10.179)	(10.179)
Total	30.064	6.911	137.295	204.351	57.216	109.302	545.139

As transmissoras em operação comercial total (conforme quadro abaixo), apresentaram no trimestre RAP Líquida de R\$ 129,3 milhões e EBITDA regulatório de R\$ 96,1 milhões. Todos os lotes estão em operação comercial total, com exceção da Mata Grande Transmissão de Energia e da EDP Transmissão Norte, adquirida no leilão nº 01/2021, com previsão de entrada em operação em 2024. No semestre, a RAP Líquida foi de R\$ 213,2 milhões e o EBITDA regulatório de R\$ 168,9 milhões.

Até o momento foram investidos R\$ 4,6 bilhões nos projetos de Transmissão.

Nome Societário	Nº Leilão	Entrada em Operação	RAP Líquida 2T22 (R\$ milhões)	RAP Líquida 6M22 (R\$ milhões)	RAP Homologada - Ciclo 2022/2023 (em operação)	RAP Homologada - Ciclo 2022/2023 (prevista*)	TOTAL RAP Homologada Ciclo 2022/2023
EDP Transmissão Litoral Sul S.A.	nº 013/2015	jul/22	R\$ 4,1	R\$ 8,6	R\$ 57,5	R\$ 3,3	R\$ 60,8
EDP Transmissão Aliança SC S.A.	nº 05/2016	fev/22	R\$ 46,5	R\$ 76,9	R\$ 232,4	R\$ 6,7	R\$ 239,1
EDP Transmissão SP- MG S.A.	nº 05/2016	mai/22	R\$ 26,2	R\$ 47,4	R\$ 277,6	-	R\$ 277,6
Mata Grande Transmissão de Energia (MGTE)	nº 002/2018	-	-	-	-	R\$ 10,1	R\$ 10,1
Transmissão Norte	nº 01/2021	-	-	-	-	R\$ 45,1	R\$ 45,1
EDP Transmissão Goiás	nº 02/2021	Em operação	R\$ 52,5	R\$ 80,3	R\$ 254,7	R\$ 34,3	R\$ 289,0
Total			R\$ 129,3	R\$ 213,2	R\$ 822,2	R\$ 99,6	R\$ 921,8

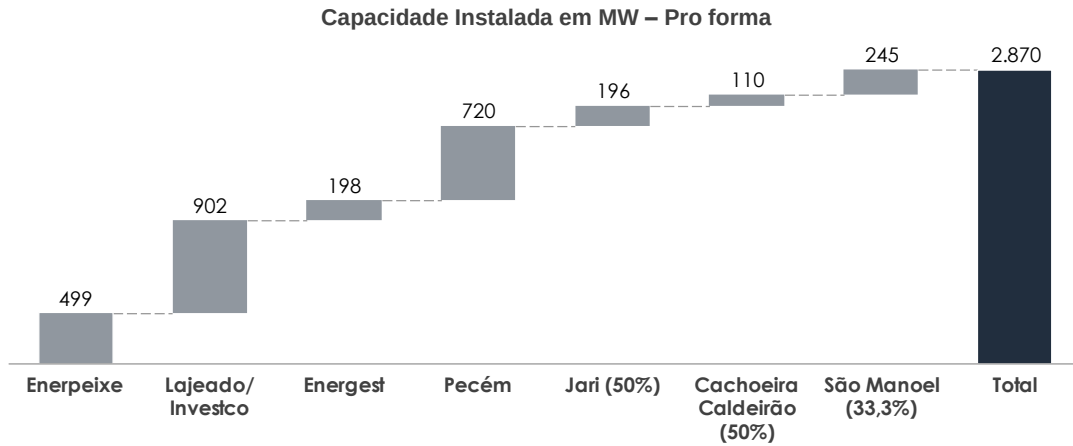
*Refere-se a projetos em construção, reforços e melhorias com RAP já homologada para o ciclo 22-23

3.3. GERAÇÃO CONVENCIONAL

3.3.1 CAPACIDADE INSTALADA

A Companhia possui 2,9 GW de capacidade instalada e 1,9 GW médios de garantia física.

Release 2T22

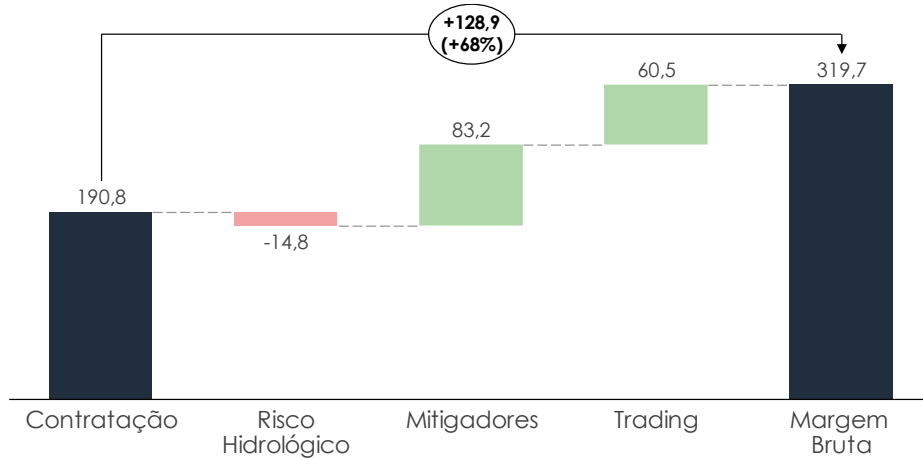


3.3.2 GESTÃO ENERGÉTICA INTEGRADA

Através da operação conjunta entre a Trading e a Geração Hídrica, a Companhia realiza a gestão do portfólio energético, atuando em conjunto nas transações de compra e venda de energia, possibilitando a mitigação do risco hidrológico.

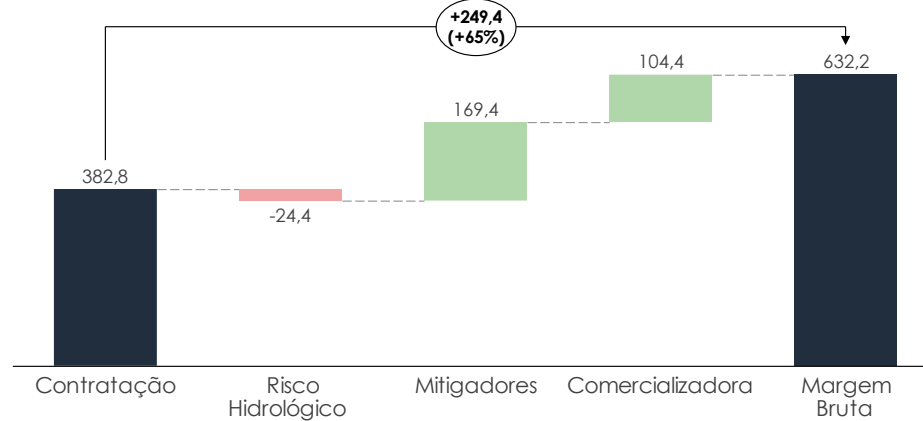
No trimestre, a Companhia manteve sua estratégia de proteção do portfólio, através da descontratação e/ou compra de energia para mitigação de riscos relativos ao GSF e da oscilação do PLD, com posição “*hedge*” de 24,9% no trimestre e 47,2% no semestre. Os mitigadores adotados protegeram o portfólio dos efeitos do GSF médio de 95,1% e de 95,4%, respectivamente, além da volatilidade do PLD (R\$ 55,70/MWh, no trimestre e de R\$ 56,90/MWh, no semestre (Submercado SE/CO)).

Impacto Energético na Geração e na Trading – 2T22 (R\$ milhões)



Nota: Considerando impactos do MRE, PLD e GSF. Desconsidera a repactuação do GSF no ACL.

Impacto Energético na Geração e na Trading – 6M22 (R\$ milhões)



Release 2T22



3.3.3 GERAÇÃO HÍDRICA

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica					
	2T22	2T21	Var	6M22	6M21	Var
Receita Operacional Líquida	312.017	306.923	1,7%	632.517	697.002	-9,3%
Gastos Não Gerenciáveis	(52.863)	(75.493)	-30,0%	(104.673)	(185.833)	-43,7%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(25.798)	(51.562)	-50,0%	(50.374)	(161.201)	-68,8%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(26.906)	(23.755)	13,3%	(53.978)	(47.580)	13,4%
Outros	(159)	(176)	-9,7%	(321)	22.948	n.d.
Margem Bruta	259.154	231.430	12,0%	527.844	511.169	3,3%
Total do PMSO	(17.133)	(17.931)	-4,5%	(33.121)	(35.371)	-6,4%
Pessoal	(9.734)	(9.095)	7,0%	(18.273)	(18.118)	0,9%
Material	(864)	(1.129)	-23,5%	(1.335)	(1.823)	-26,8%
Serviços de Terceiros	(5.961)	(6.852)	-13,0%	(10.815)	(12.925)	-16,3%
Outros	(574)	(855)	-32,9%	(2.359)	(2.080)	13,4%
Provisões	(375)	51	n.d.	(339)	(425)	-20,2%
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	-	19	-100,0%	-	19	-100,0%
EBITDA	241.646	213.569	13,1%	494.723	475.817	4,0%
Margem EBITDA	77%	70%	11,3%	78%	68%	14,6%

Ativo	Volume (MWh)			Tarifa média (R\$/MWh)		
	2T22	2T21	Var	2T22	2T21	Var
Lajeado	718.022	761.493	-5,7%	255,7	225,2	13,5%
Investco	8.260	8.250	0,1%	312,5	265,5	17,7%
Enerpeixe	501.576	449.863	11,5%	170,7	160,5	6,4%
Energest	257.020	272.644	-5,7%	239,4	229,0	4,6%
Total Hídricas	1.484.877	1.492.250	-0,5%	224,5	206,6	8,6%

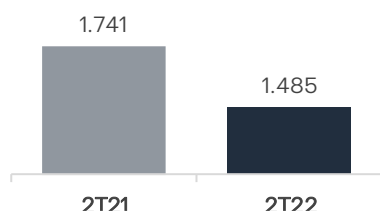
Nota: No 2T21 o valor transacionado era 1.741 GWh, no entanto na Energest desconsideramos 249,4 GWh, referente a transações de contratos de curto prazo, não sendo considerados no cálculo da tarifa média.

Ativo	Volume (MWh)			Tarifa de venda (R\$/MWh)		
	6M22	6M21	Var	6M22	6M21	Var
Lajeado	1.506.330	1.514.671	-0,6%	244,5	237,0	3,1%
Investco	16.455	16.788	-2,0%	300,3	244,9	22,6%
Enerpeixe	1.058.256	970.681	9,0%	159,4	162,2	-1,7%
Energest	467.941	502.704	-6,9%	257,2	391,4	-34,3%
Total Hídricas	3.048.981	3.004.844	1,5%	217,2	238,7	-9,0%

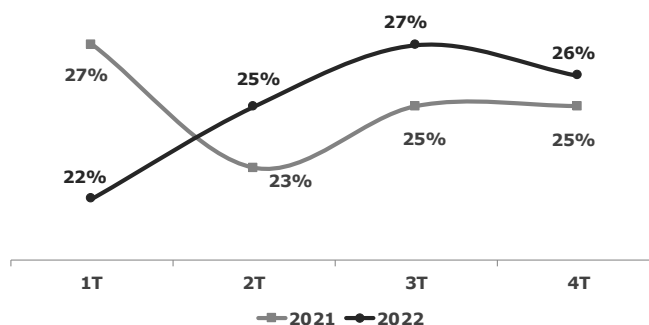
Nota: No 6M21 o valor transacionado era 3.254 GWh, no entanto na Energest desconsideramos 249,4 GWh, referente a transações de contratos de curto prazo, não sendo considerados no cálculo da tarifa média. Tarifa Total das Hídricas não considera eliminações intragrupo e refere-se a tarifa média.

A Receita Líquida foi de R\$ 312,0 milhões no trimestre, aumento de 1,7%, reflexo dos reajustes anuais dos contratos de energia. Já no semestre, a Receita Líquida foi de R\$ 632,5 milhões, redução de 9,3%, reflexo do menor número de contratos bilaterais estabelecidos no período, além do efeito de sazonalização dos contratos de venda, com maior alocação de energia no segundo semestre.

Venda Consolidada da Geração Hídrica (GWh)



Sazonalização dos Contratos de Venda (GWh)



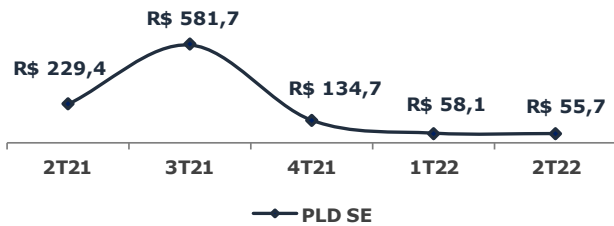
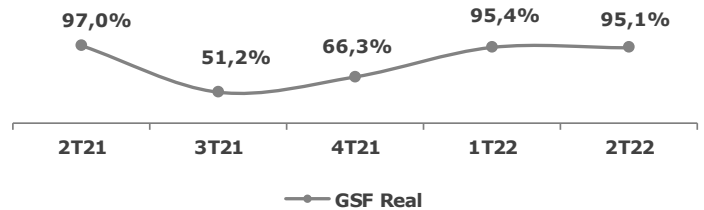
Os Gastos não Gerenciáveis reduziram 30,0% e 43,7% no trimestre e semestre, respectivamente, reflexo da menor compra de energia e da redução do PLD. No semestre, o efeito positivo da contabilização do complemento da repactuação do GSF das usinas hídricas no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), ocorrido em 2021, minimizou o efeito da redução. Excluindo esse efeito, a redução seria de 49,9%. O PMSO reduziu 4,5% e 6,4% no trimestre e semestre, respectivamente, reflexo de redução de gastos com manutenções. A Margem Bruta apresentou aumento de 12,0% e de 3,3%,

Release 2T22



no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente dos efeitos mencionados acima. Excluindo o efeito da contabilização da repactuação do risco hidrológico no semestre, o aumento da Margem Bruta seria de 8,1%.

Evolução do PLD (MWh)

Evolução do GSF⁴ (%)

3.3.4 ATIVOS NÃO CONSOLIDADOS

Demonstrativo de Resultados (R\$ mil)	Jari			Cachoeira Caldeirão			São Manoel		
	2T22	2T21	Var.	2T22	2T21	Var.	2T22	2T21	Var.
Margem Bruta	32.853	19.909	65,0%	15.354	8.119	89,1%	20.839	20.605	1,1%
EBITDA	30.349	18.122	67,5%	13.977	6.254	123,5%	18.452	18.350	0,6%
Resultado financeiro líquido	(3.824)	(7.354)	-48,0%	(9.930)	(8.388)	18,4%	(16.573)	(14.123)	17,3%
Lucro líquido	17.070	4.525	277,3%	(1.084)	(5.238)	-79,7%	(5.449)	(4.480)	21,6%
Dívida Líquida	148.995	209.526	-28,9%	348.296	361.930	-3,8%	576.310	579.175	-0,5%

Demonstrativo de Resultados (R\$ mil)	Jari			Cachoeira Caldeirão			São Manoel		
	6M22	6M21	Var.	6M22	6M21	Var.	6M22	6M21	Var.
Margem Bruta	66.277	45.252	46,5%	32.435	19.864	63,3%	42.800	43.105	-0,7%
EBITDA	60.542	41.641	45,4%	29.542	16.391	80,2%	37.783	38.601	-2,1%
Resultado financeiro líquido	(8.847)	(14.726)	-39,9%	(19.640)	(18.333)	7,1%	(32.633)	(30.806)	5,9%
Lucro líquido	33.052	13.299	148,5%	(936)	(8.872)	-89,5%	(9.908)	(9.478)	4,5%
Dívida Líquida	148.995	209.526	-28,9%	348.296	361.930	-3,8%	576.310	579.175	-0,5%

Nota: Valores correspondem a 50% de Jari, 50% de Cachoeira Caldeirão e 33,3% de São Manoel, referente à participação da EDP Brasil. Saldo de dívida líquida referente a 12 meses.

3.3.4.1 UHE SANTO ANTÔNIO DO JARI

Jari						
Demonstrativo de Resultados (R\$ mil)	2T22	2T21	Var.	6M22	6M21	Var.
Receita operacional líquida	37.910	34.946	8,5%	76.217	70.947	7,4%
Gastos não gerenciáveis	(5.057)	(15.038)	-66,4%	(9.940)	(25.695)	-61,3%
Margem Bruta	32.853	19.909	65,0%	66.277	45.252	46,5%
Total do PMSO	(2.520)	(1.785)	41,1%	(5.774)	(3.610)	60,0%
Pessoal	(842)	(887)	-5,0%	(1.802)	(1.599)	12,7%
Material	(162)	(101)	59,9%	(250)	(369)	-32,4%
Serviços de terceiros	(1.328)	(599)	121,7%	(3.301)	(1.218)	171,0%
Outros	(188)	(199)	-5,3%	(422)	(424)	-0,5%
Provisões	15	(2)	n.d.	40	(2)	n.d.
EBITDA	30.349	18.122	67,5%	60.542	41.641	45,4%
Margem EBITDA	80,1%	51,9%	28,2 p.p.	79,4%	58,7%	20,7 p.p.
Resultado financeiro líquido	(3.824)	(7.354)	-48,0%	(8.847)	(14.726)	-39,9%
Lucro líquido	17.070	4.525	277,3%	33.052	13.299	148,5%

Nota: Valores correspondem a 50% de Jari, referente à participação da EDP Brasil.

Ativo	Volume (MWh)			Tarifa de Venda (R\$/MWh)		
	2T22	2T21	Var.	2T22	2T21	Var.
Jari (50%)	225.755	222.877	1,3%	192,8	175,9	9,6%

Ativo	Volume (MWh)			Tarifa de Venda (R\$/MWh)		
	6M22	6M21	Var.	6M22	6M21	Var.
Jari (50%)	460.404	460.651	-0,1%	189,2	174,1	8,7%

A Receita Líquida aumentou 8,5% e 7,4%, no trimestre e no semestre, respectivamente, em decorrência do reajuste anual dos contratos indexados ao IPCA. Os Gastos não Gerenciáveis reduziram 66,4% e 61,3%, no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente da redução do preço de energia e do menor volume de energia comprada, refletindo a melhora do cenário hidrológico. A Margem Bruta aumentou 65,0% e 46,5%, no trimestre e no semestre, respectivamente. O PMSO aumentou 41,1% e 60,0%, no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente das manutenções realizadas na usina. O EBITDA totalizou R\$ 30,3 milhões e R\$ 60,5 milhões, aumento de 67,5% e de 45,4%, no trimestre e no semestre, respectivamente.

⁴ Cálculo de média ponderada

Release 2T22



semestre, respectivamente. O Resultado Financeiro foi negativo em R\$ 3,8 milhões e em R\$ 8,8 milhões, redução de 48,0% e de 39,9%, no trimestre e no semestre, respectivamente, reflexo da maior renda de aplicações financeiras e da redução do saldo de dívida.

3.3.4.2 UHE CACHOEIRA CALDEIRÃO

Cachoeira Caldeirão						
Demonstrativo de Resultados (R\$ mil)	2T22	2T21	Var.	6M22	6M21	Var
Receita operacional líquida	20.273	18.372	10,4%	41.281	37.614	9,7%
Gastos não gerenciáveis	(4.920)	(10.253)	-52,0%	(8.846)	(17.751)	-50,2%
Margem Bruta	15.354	8.119	89,1%	32.435	19.864	63,3%
Total do PMSO	(1.377)	(1.945)	-29,2%	(2.893)	(3.554)	-18,6%
Pessoal	(654)	(808)	-19,1%	(1.358)	(1.479)	-8,2%
Material	(65)	(104)	-37,5%	(67)	(348)	-80,7%
Serviços de Terceiros	(395)	(722)	-45,3%	(855)	(1.104)	-22,5%
Outros	(263)	(311)	-15,4%	(613)	(624)	-1,8%
Provisões	-	5	-100,0%	-	6	-100,0%
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	-	75	-100,0%	-	75	-100,0%
EBITDA	13.977	6.254	123,5%	29.542	16.391	80,2%
Margem EBITDA	68,9%	34,0%	34,9 p.p.	71,6%	43,6%	28,0 p.p.
Resultado financeiro líquido	(9.930)	(8.388)	18,4%	(19.640)	(18.333)	7,1%
Lucro Líquido	(1.064)	(5.236)	-79,7%	(936)	(8.872)	-89,5%

Nota: Valores correspondem a 50% de Cachoeira Caldeirão, referente à participação da EDP Brasil.

Ativo	Volume (MWh)			Tarifa de Venda (R\$/MWh)		
	2T22	2T21	Var	2T22	2T21	Var
Cachoeira Caldeirão (50%)	138.240	137.411	0,6%	162,3	147,4	10,1%

Ativo	Volume (MWh)			Tarifa de Venda (R\$/MWh)		
	6M22	6M21	Var	6M22	6M21	Var
Cachoeira Caldeirão (50%)	282.427	281.812	0,2%	162,3	147,4	10,1%

A Receita Líquida aumentou 10,4% e 9,7%, no trimestre e no semestre, respectivamente, em decorrência do reajuste anual dos contratos indexados ao IPCA. Os Gastos não Gerenciáveis apresentaram redução de 52,0% e de 50,2%, no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente da redução do preço de energia e do menor volume de energia comprada, refletindo a melhora do cenário hidrológico. A Margem Bruta foi de R\$ 15,4 milhões e de R\$ 32,4 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente. O PMSO reduziu 29,2% e 18,6%, no trimestre e no semestre, respectivamente, reflexo da redução nos gastos com serviços jurídicos, nos gastos atrelados às remunerações e rescisões, além dos gastos com manutenções. O EBITDA totalizou R\$ 14,0 milhões e R\$ 29,5 milhões, aumento de 123,5% e de 80,2%, no trimestre e no semestre, respectivamente. O Resultado Financeiro foi negativo em R\$ 9,9 milhões e em R\$ 19,6 milhões, aumento de 18,4% e de 7,1%, no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente do aumento dos encargos sobre dívidas indexadas a TJLP e IPCA.

3.3.4.3 UHE SÃO MANOEL

São Manoel						
Demonstrativo de Resultados (R\$ mil)	2T22	2T21	Var.	6M22	6M21	Var
Receita operacional líquida	33.253	28.202	17,9%	66.491	60.330	10,2%
Gastos não gerenciáveis	(12.413)	(7.598)	63,4%	(23.690)	(17.225)	37,5%
Margem Bruta	20.839	20.605	1,1%	42.800	43.105	-0,7%
Total do PMSO	(2.387)	(2.391)	-0,2%	(7.526)	(7.060)	6,6%
Pessoal	(872)	(801)	8,8%	(2.534)	(2.500)	1,4%
Material	(131)	(118)	11,0%	(385)	(335)	14,9%
Serviços de terceiros	(738)	(930)	-20,7%	(2.814)	(2.681)	5,0%
Outros	(647)	(542)	19,3%	(1.794)	(1.545)	16,1%
Provisões	-	137	-100,0%	-	205	-100,0%
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	-	(0)	-100,0%	-	100	-100,0%
EBITDA	18.452	18.350	0,6%	37.783	38.601	-2,1%
Margem EBITDA	55,5%	65,1%	-14,7%	56,8%	64,0%	-11,2%
Resultado financeiro líquido	(16.573)	(14.123)	17,3%	(32.633)	(30.806)	5,9%
Lucro Líquido	(5.449)	(4.480)	21,6%	(9.908)	(9.478)	4,5%

Nota: Valores correspondem a 33,3% de São Manoel, referente à participação da EDP Brasil.

Ativo	Volume (MWh)			Tarifa de Venda (R\$/MWh)		
	2T22	2T21	Var	2T22	2T21	Var
São Manoel (33,3%)	263.279	260.319	1,1%	139,9	126,8	10,3%

Release 2T22



Ativo	Volume (MWh)			Tarifa de Venda (R\$/MWh)		
	6M22	6M21	Var	6M22	6M21	Var
São Manoel (33,3%)	531.967	539.953	-1,5%	138,4	126,4	9,5%

A Receita Líquida aumentou 17,9% e 10,2%, no trimestre e no semestre, respectivamente, em decorrência do reajuste dos contratos indexados ao IPCA. Os Gastos não Gerenciáveis aumentaram 63,4% e 37,5% no trimestre e semestre, respectivamente, decorrente do maior volume de compra de energia e dos contratos de hedge estabelecidos no período. A Margem Bruta foi de R\$ 20,8 milhões no trimestre, aumento de 1,1% e de R\$ 42,8 milhões no semestre, redução de 0,7%. O EBITDA totalizou R\$ 18,4 milhões e R\$ 37,8 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente. O Resultado Financeiro foi negativo em R\$ 16,6 milhões e em R\$ 32,6 milhões, aumento de 17,3% e de 5,9%, no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente do aumento dos encargos de dívida, mitigado parcialmente pela melhora na renda de aplicações financeiras.

3.3.5 GERAÇÃO TÉRMICA

Itens em R\$ mil ou %	Geração Térmica					
	2T22	2T21	Var	6M22	6M21	Var
Receita Operacional Líquida	285.828	400.466	-28,6%	511.144	789.735	-35,3%
Gastos Não Gerenciáveis	(120.420)	(225.804)	-46,7%	(158.502)	(452.785)	-65,0%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(4.051)	(91.865)	-95,6%	(20.543)	(160.558)	-87,2%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(20.975)	(20.547)	2,1%	(42.028)	(41.226)	1,9%
Outros	(95.394)	(113.392)	-15,9%	(95.931)	(251.001)	-61,8%
Margem Bruta	165.408	174.662	-5,3%	352.642	336.950	4,7%
Total do PMSO	(40.345)	(40.530)	-0,5%	(68.141)	(69.344)	-1,7%
Pessoal	(13.667)	(16.009)	-14,6%	(26.227)	(28.951)	-9,4%
Material	(6.355)	(8.016)	-20,7%	(9.495)	(12.277)	-22,7%
Serviços de Terceiros	(20.035)	(14.224)	40,9%	(30.871)	(23.601)	30,8%
Outros	(288)	(2.281)	-87,4%	(1.187)	(4.499)	-73,6%
Provisões	(312)	(16)	1850,0%	(361)	(16)	2156,3%
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	7	36	-80,6%	101	174	-42,0%
EBITDA	124.758	134.152	-7,0%	284.602	267.780	6,3%
Margem EBITDA	44%	33%	30,3%	56%	34%	64,2%

Ativo	Volume (MWh)			CVU (R\$/MWh)		
	2T22	2T21	Var	2T22	2T21	Var
Pecém	1.343.160	1.343.160	0,0%	887,7	242,3	266,4%

Ativo	Volume (MWh)			CVU (R\$/MWh)		
	6M22	6M21	Var	6M22	6M21	Var
Pecém	2.671.560	2.671.560	0,0%	707,0	225,0	214,2%

A Receita Líquida foi de R\$ 285,8 milhões e de R\$ 511,1 milhões, redução de 28,6% e de 35,3%, no trimestre e no semestre, respectivamente, em decorrência do não despacho da usina pelo ONS, decorrente da melhora do cenário hidrológico e dos níveis dos reservatórios. A receita fixa mensal é de R\$ 80,5 milhões, aumento de 10,7%, decorrente do reajuste anual, ocorrido em novembro.

Os Gastos não Gerenciáveis apresentaram redução de 46,7% e de 65,0%, no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente do não despacho da Usina, conforme mencionado. Além disso, o resultado foi impactado pela venda de carvão a fim de mitigar o risco financeiro do consumo do estoque futuro.

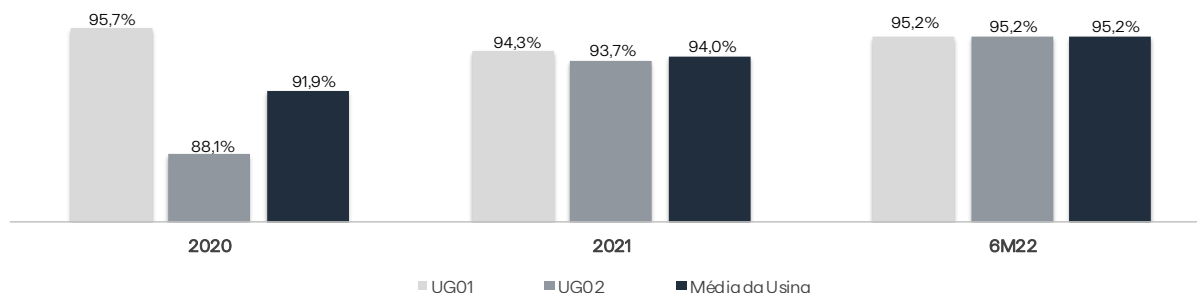
O aumento do CVU é reflexo da volatilidade do preço do carvão, decorrente principalmente da guerra entre Ucrânia e Rússia. A Margem Bruta apresentou redução de 5,3% no trimestre e aumento de 4,7% no semestre, conforme efeitos mencionados.

O PMSO reduziu 0,5% e 1,7%, no trimestre e no semestre, respectivamente, impactado pelas rubricas Pessoal, Material e Outros, reflexo de headcount, manutenções e do contrato de uso compartilhado de ativos, respectivamente, minimizado pela rubrica de Serviços de Terceiros, que refletiu as manutenções programadas ocorridas nas unidades geradoras. O EBITDA foi de R\$ 124,8 milhões e de R\$ 284,6 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente, refletindo os efeitos mencionados anteriormente. O Resultado Financeiro foi negativo em R\$ 12,5 milhões e em R\$ 24,3 milhões, aumento de 3,7% e redução de 32,7%, no trimestre e no semestre, respectivamente. No semestre a redução decorre do aumento de renda de aplicações financeiras e do menor saldo de dívida entre os períodos.

Disponibilidade

A disponibilidade média da Usina no semestre foi de 95,2%, em função da manutenção programada ocorrida nas duas unidades geradoras no trimestre.

Release 2T22



3.4 TRADING

Itens em R\$ mil ou %	EDP Trading					
	2T22	2T21	Var	6M22	6M21	Var
Receita Operacional Líquida	708.313	479.659	47,7%	1.498.912	1.356.472	10,5%
Gastos Não Gerenciáveis	(647.748)	(458.714)	41,2%	(1.394.379)	(1.271.648)	9,7%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(647.351)	(521.280)	24,2%	(1.393.514)	(1.267.466)	9,9%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	(1)	-100,0%	-	(2.729)	-100,0%
Outros	(397)	62.567	n.d.	(865)	(1.453)	-40,5%
Margem Bruta	60.565	20.945	189,2%	104.533	84.824	23,2%
Total do PMSO	(5.614)	(5.605)	0,2%	(10.666)	(11.446)	-6,8%
Pessoal	(3.963)	(4.244)	-6,6%	(7.338)	(8.167)	-10,2%
Material	(34)	(24)	41,7%	(71)	(50)	42,0%
Serviços de Terceiros	(1.563)	(1.147)	36,3%	(2.840)	(2.850)	-0,4%
Outros	(54)	(190)	-71,6%	(417)	(379)	10,0%
Provisões	147	(225)	n.d.	(8)	4.769	n.d.
EBITDA	55.098	15.115	264,5%	93.859	78.147	20,1%
Margem EBITDA	7,8%	3,2%	146,9%	6,3%	5,8%	8,7%

	Volume (MWh)			Volume (MWh)		
	2T22	2T21	Var	6M22	6M21	Var
Partes Relacionadas	292.416	199.764	46,4%	782.569	878.940	-11,0%
Vendas fora do grupo	3.686.698	3.060.511	20,5%	7.050.833	6.273.345	12,4%
Total Trading	3.979.114	3.260.275	22,0%	7.833.401	7.152.285	9,5%
Tarifa Média (R\$/MWh)	191,0	187,6	1,8%	208,1	205,0	1,5%

A Receita Líquida foi de R\$ 708,3 milhões e de R\$ 1,5 bilhão, aumento de 47,7% e de 10,5%, no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente do aumento de energia comercializada, conforme explicado no [Release de Mercado](#). Além disso, o PLD apresentou redução de 72,0% e de 67,6%, no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente da melhora do cenário hidrológico no Sistema Interligado Nacional ("SIN"), resultando em maiores níveis dos reservatórios. No trimestre, o valor contabilizado de marcação a mercado foi de R\$ 40,3 milhões, aumento de R\$ 38,7 milhões e no semestre foi de R\$ 52,1 milhões, redução de R\$ 0,8 milhão.

Os Gastos não Gerenciáveis foram de R\$ 647,7 milhões e de R\$ 1,4 bilhão, aumento de 41,2% e de 9,7%, no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente do aumento de volume e dos contratos bilaterais estabelecidos entre os agentes.

A Margem Bruta foi de R\$ 60,6 milhões e de R\$ 104,5 milhões, aumento de R\$ 36,6 milhões e de R\$ 19,7 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente, conforme efeitos já mencionados.

O PMSO foi de R\$ 5,6 milhões e de R\$ 10,7 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente, em linha com o mesmo período comparado. A rubrica de provisões apresentou redução de R\$ 4,8 milhões no semestre, decorrente do estorno de PECLD em 2021, devido a renegociações estabelecidas com clientes. O EBITDA foi de R\$ 55,1 milhões e de R\$ 93,9 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente.

Release 2T22



3.5. CLIENTES

Itens em R\$ mil ou %	Consolidado GRID			EDP Varejista			Clientes (Total GRID + Varejista)		
	2T22	2T21	Var	2T22	2T21	Var	2T22	2T21	Var
Receita Operacional Líquida	30.947	18.408	68,1%	73.284	24.681	196,9%	104.231	43.089	141,9%
Gastos Não Gerenciáveis	(7.543)	(4.531)	66,5%	(64.139)	(22.861)	180,6%	(71.682)	(27.392)	161,7%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	n.d.	(64.124)	(22.853)	180,6%	(64.124)	(22.853)	180,6%
Outros	(7.543)	(4.531)	66,5%	(15)	(8)	87,5%	(7.558)	(4.539)	66,5%
Margem Bruta	23.404	13.877	68,7%	9.145	1.820	402,5%	32.549	15.697	107,4%
Total do PMSO	(27.219)	(12.151)	124,0%	(1.677)	(1.425)	17,7%	(28.896)	(13.576)	112,8%
Pessoal	(9.992)	(7.139)	40,0%	(1.394)	(1.113)	25,2%	(11.386)	(8.252)	38,0%
Material	(10.666)	(1.298)	721,7%	(5)	(1)	400,0%	(10.671)	(1.299)	721,5%
Serviços de Terceiros	(5.382)	(3.345)	60,9%	(326)	(233)	39,9%	(5.708)	(3.578)	59,5%
Outros	(1.179)	(369)	219,5%	48	(78)	n.d.	(1.131)	(447)	153,0%
Provisões	(107)	141	n.d.	(1)	1	-200,0%	(108)	142	n.d.
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	-	-	n.d.	-	-	n.d.	-	-	n.d.
EBITDA	(3.922)	1.867	n.d.	7.467	396	1785,6%	3.545	2.263	56,7%
Margem EBITDA	-12,7%	10,1%	n.d.	10,2%	1,6%	n.d.	3,4%	5,3%	-35,2%

Itens em R\$ mil ou %	Consolidado GRID			EDP Varejista			Clientes (Total GRID + Varejista)		
	6M22	6M21	Var	6M22	6M21	Var	6M22	6M21	Var
Receita Operacional Líquida	51.377	36.877	39,3%	144.138	46.847	207,7%	195.515	83.724	133,5%
Gastos Não gerenciáveis	(13.705)	(9.516)	44,0%	(126.466)	(45.170)	180,0%	(140.171)	(54.686)	156,3%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	n.d.	(126.436)	(45.127)	180,2%	(126.436)	(45.127)	180,2%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	n.d.	-	-	n.d.	-	-	n.d.
Outros	(13.705)	(9.516)	44,0%	(30)	(43)	-30,2%	(13.735)	(9.559)	43,7%
Margem Bruta	37.672	27.361	37,7%	17.672	1.677	953,8%	55.344	29.038	90,6%
Total do PMSO	(42.706)	(25.275)	69,0%	(4.001)	(2.690)	48,7%	(46.707)	(27.965)	67,0%
Pessoal	(17.852)	(13.172)	35,5%	(3.309)	(2.022)	63,6%	(21.161)	(15.194)	39,3%
Material	(11.745)	(4.763)	146,6%	(10)	(2)	400,0%	(11.755)	(4.765)	146,7%
Serviços de Terceiros	(9.732)	(6.443)	51,0%	(507)	(520)	-2,5%	(10.239)	(6.963)	47,0%
Outros	(3.377)	(897)	276,5%	(175)	(146)	19,9%	(3.552)	(1.043)	240,6%
Provisões	(421)	154	n.d.	(2)	1	-300,0%	(423)	155	n.d.
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	-	-	n.d.	-	-	n.d.	-	-	n.d.
EBITDA	(5.455)	2.240	n.d.	13.669	(1.012)	n.d.	8.214	1.228	568,9%
Margem EBITDA	-10,6%	6,1%	n.d.	9,5%	-2,2%	n.d.	4,2%	1,5%	186,4%

A Receita Líquida do Consolidado GRID aumentou R\$ 12,5 milhões e R\$ 14,5 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente. Dentre os principais impactos positivos, destacam-se os investimentos significativos em geração fotovoltaica. Foram contratados 247,6 MWp de projetos solares até o trimestre, reforçando o compromisso da Companhia em ampliar os investimentos no mercado de Solar. Desse total foram instalados 75,3 MWp em mais de 40 projetos e 172,3 MWp estão em desenvolvimento, sendo 137,2 MWp de contratos *Utility Scale*, em parceria com a EDP Renováveis.

O PMSO aumentou 124,0% e 69,0%, no trimestre e no semestre, respectivamente, reflexo do aumento no quadro de funcionários e de maiores manutenções. O EBITDA foi negativo em R\$ 4,0 milhões e R\$ 5,5 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente.

A Receita Líquida da EDP Varejista aumentou R\$ 48,6 milhões e R\$ 97,3 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente, reflexo da contabilização dos contratos de médio e longo prazo, que passaram a vigorar à partir de julho de 2021, resultando em aumento da Margem Bruta de R\$ 7,3 milhões e de R\$ 16,0 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente.

O PMSO aumentou 17,7% e 48,7%, no trimestre e no semestre, respectivamente, reflexo do aumento na rubrica de Pessoal, decorrente do aumento no quadro de funcionários. O EBITDA foi de R\$ 7,5 milhões e de R\$ 13,7 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente.

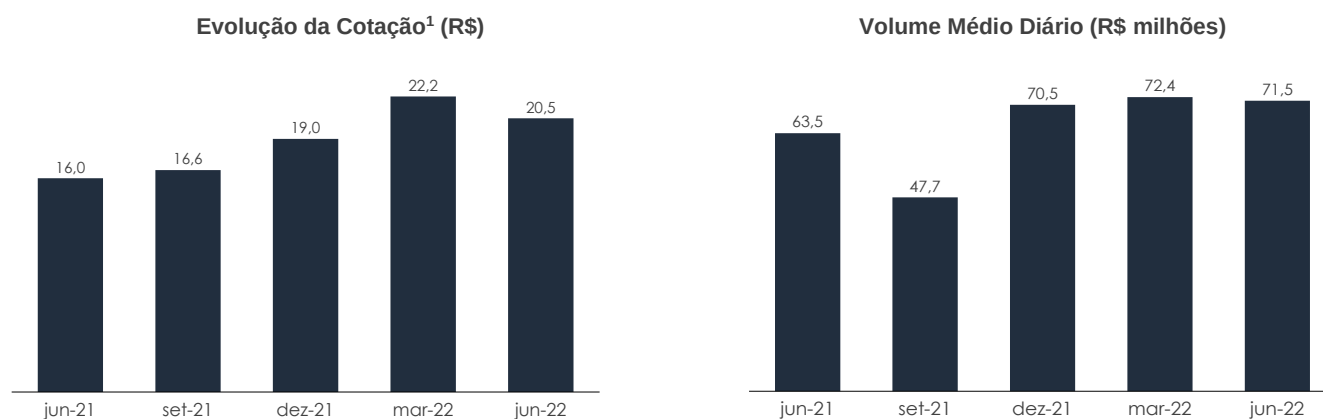
A Companhia apresentou aumento de 316,9 GWh e de 339,4 GWh no volume de energia comercializada, no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente da intensificação das vendas dos contratos da atacadista.

4. MERCADO DE CAPITAIS

4.1. DESEMPENHO DAS AÇÕES

Em 30 de junho, o valor de mercado da Companhia era de R\$ 11,9 bilhões, com as ações cotadas a R\$ 20,5, desvalorização de 7,4% no trimestre, desempenho este superior ao Ibovespa (-17,9%) e igual ao IEE (-7,4%). No semestre, as ações da Companhia valorizaram 8,1%, enquanto o Ibovespa apresentou desvalorização de 6,0% e o IEE valorização de 3,3%. As ações da Companhia foram negociadas em todos os pregões, totalizando 205,2 milhões de ações no trimestre e 416,8 milhões de ações no semestre. A média diária alcançou 3,3 milhões e 3,4 milhões de ações, no trimestre e no semestre, respectivamente. O volume financeiro no semestre totalizou R\$ 8,9 bilhões, com volume médio diário de R\$ 71,9 milhões.

Release 2T22



¹ Considera ajustes por proventos até 06/04/2022

4.2. CAPITAL SOCIAL

Em 30 de junho, o capital social da Companhia era representado, na sua totalidade, por 581.165.268 ações ordinárias nominativas. Do total de ações, 241.570.814 encontravam-se em circulação, em conformidade com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, 13.606.506 ações em tesouraria e 261.954 foram destinados ao programa de Incentivo de Longo Prazo dos executivos.

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)



		Controladora		Consolidado	
	Nota	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	362.384	932.703	2.203.804	2.699.490
Títulos e valores mobiliários	6			357.965	11.722
Contas a receber	7			2.477.448	2.856.290
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	9	21.306	56.760	228.575	280.791
Outros tributos compensáveis	9	70.335	63.140	595.615	552.974
Tributos diferidos	10			113.050	56.661
Empréstimos a receber	11	228.945	216.606		
Instrumentos Financeiros Derivativos	36.1.2	9.156		10.969	
Dividendos	14	314.890	360.465	38.239	50.015
Estoques	12			436.432	460.408
Cauções e depósitos vinculados	13	350	350	22.800	10.001
Ativos financeiros setoriais	8			344.157	643.174
Ativos da concessão	21			420.663	55.184
Compromissos futuros	15			743.572	440.678
Outros créditos	16	32.181	29.012	344.510	425.434
		1.039.547	1.659.036	8.337.799	8.542.822
Ativos não circulantes mantidos para venda	17	1.231.241	1.228.954	1.311.194	1.328.481
Total do Ativo Circulante		2.270.788	2.887.990	9.648.993	9.871.303
Não circulante					
Títulos a receber					
Ativo financeiro indenizável	20			5.082.839	4.362.393
Ativos da concessão	21			6.936.872	5.685.037
Contas a receber	7			115.448	103.977
Títulos e valores mobiliários	6			2.500	2.500
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	9		55.421	61.139	139.812
Outros tributos compensáveis	9	1.909	1.909	577.137	930.969
Tributos diferidos	10			554.631	601.422
Empréstimos a receber	11	99.238	94.132	14.469	12.713
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	683.660	346.285		
Cauções e depósitos vinculados	13	12.006	4.892	414.250	419.776
Ativos financeiros setoriais	8			61.879	786.263
Compromissos futuros	15			388.373	427.583
Outros créditos	16	58.445	40.986	31.414	32.570
		855.258	543.625	14.240.951	13.505.015
Investimentos	18	8.545.624	8.954.824	1.443.943	1.311.885
Propriedades para investimentos	22	9.484	9.484	58.183	11.381
Imobilizado	23	78.006	67.567	5.940.731	6.068.213
Intangível	24	39.942	38.425	4.231.237	2.610.942
		8.673.056	9.070.300	11.674.094	10.002.421
Total do Ativo Não circulante		9.528.314	9.613.925	25.915.045	23.507.436
TOTAL DO ATIVO		11.799.102	12.501.915	35.564.038	33.378.739

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)



		Controladora		Consolidado	
	Nota	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	25	23.739	50.834	1.400.671	1.944.092
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	9	1.153	3.899	154.054	136.043
Outros tributos a recolher	9	30.116	122.691	379.683	634.891
Tributos diferidos	10			130.601	67.558
Dividendos	14	4.489	515.900	66.590	680.874
Debêntures	26	30.433	201.893	505.110	779.421
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	27		105.305	947.745	801.082
Instrumentos Financeiros Derivativos	36.1.2	9.156		64.455	
Benefícios pós-emprego	28			45.860	51.615
Encargos setoriais				119.707	132.454
Uso do bem público				45.234	43.269
Ressarcimento por indisponibilidade				1.915	2.945
Provisões	29			72.916	65.503
Passivos financeiros setoriais	8			744.798	627.003
Compromissos futuros	15			575.468	379.905
Outras contas a pagar	16	90.593	73.567	488.365	464.929
		189.679	1.074.089	5.743.172	6.811.584
Passivos não circulantes mantidos para venda	17			58.858	178.000
Total do Passivo Circulante		189.679	1.074.089	5.802.030	6.989.584
Não circulante					
Outros tributos a recolher	9	8.957	11.409	283.828	291.986
Tributos diferidos	10	206.348	206.202	2.168.914	1.227.836
Debêntures	26	41.896	34.736	8.851.312	6.944.962
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	27			3.012.690	2.072.049
Instrumentos Financeiros Derivativos	36.1.2			136.290	
Benefícios pós-emprego	28			714.026	798.634
Uso do bem público				493.494	462.865
Provisões	29	20.154	8.099	655.229	587.029
Provisão para passivo a descoberto	18	53.923	1.065	1.325	2.329
Passivos financeiros setoriais	8			780.146	1.496.347
Compromissos futuros	15			82.301	85.737
Outras contas a pagar	16	29.451	14.918	138.342	125.369
Total do Passivo Não circulante		360.729	276.429	17.317.897	14.095.143
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	30.1	5.502.716	5.502.716	5.502.716	5.502.716
Reservas de capital	30.2	128.634	132.834	128.634	132.834
Reservas de lucros	30.2	5.583.748	6.260.565	5.583.748	6.260.565
Outros resultados abrangentes	30.3	(590.939)	(654.184)	(590.939)	(654.184)
Ações em tesouraria	30.4	(279.374)	(90.534)	(279.374)	(90.534)
Lucros acumulados		903.909		903.909	
		11.248.694	11.151.397	11.248.694	11.151.397
Participações não controladores	30.5			1.195.417	1.142.615
Total do Patrimônio líquido		11.248.694	11.151.397	12.444.111	12.294.012
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		11.799.102	12.501.915	35.564.038	33.378.739

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
 PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	Controladora				Consolidado			
		Movimento do período		Acumulado do período		Movimento do período		Acumulado do período	
		01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
Receitas	31	799	683	2.362	1.418	4.065.139	3.954.428	8.176.250	7.947.221
Custos	32								
Custo do serviço de energia elétrica						(1.897.333)	(2.130.772)	(3.925.128)	(4.095.668)
Custo da produção da energia elétrica						(101.361)	(116.975)	(107.914)	(258.537)
Custo de operação						(384.792)	(341.254)	(718.597)	(645.894)
Custo do serviço prestado a terceiros						(498.397)	(544.523)	(924.034)	(1.050.340)
		-	-	-	-	(2.881.883)	(3.133.524)	(5.675.673)	(6.050.439)
Lucro bruto		799	683	2.362	1.418	1.183.256	820.904	2.500.577	1.896.782
Despesas e Receitas operacionais	32								
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD						(42.348)	(34.050)	(84.837)	(58.981)
Despesas gerais e administrativas		(37.116)	(32.601)	(62.164)	(61.012)	(195.928)	(139.888)	(334.281)	(286.513)
Ganho na alienação de investimentos		(410)				(410)			
Outras despesas e receitas operacionais		(7.435)	4.408	(9.064)	4.138	(36.759)	(23.596)	(76.445)	(47.924)
		(44.961)	(28.193)	(71.228)	(56.874)	(275.445)	(197.534)	(495.563)	(393.418)
Resultado das participações societárias	18	438.134	372.649	983.566	914.201	88.508	52.953	128.445	121.303
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		393.972	345.139	914.700	858.745	996.319	676.323	2.133.459	1.624.667
Resultado financeiro	33								
Receitas financeiras		4.763	10.967	32.699	18.085	239.946	80.009	396.719	163.413
Despesas financeiras		(13.543)	(10.663)	(25.547)	(36.166)	(657.541)	(216.102)	(1.162.698)	(509.488)
		(8.780)	304	7.152	(18.081)	(417.595)	(136.093)	(765.979)	(346.075)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		385.192	345.443	921.852	840.664	578.724	540.230	1.367.480	1.278.592
Tributos sobre o lucro	34								
Imposto de renda e contribuição social correntes		(3.993)		(17.815)		(137.945)	(113.493)	(335.542)	(253.736)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(88)	(953)	(128)	(392)	(21.770)	(45.987)	(52.818)	(118.804)
		(4.081)	(953)	(17.943)	(392)	(159.715)	(159.480)	(388.360)	(372.540)
Lucro líquido do período		381.111	344.490	903.909	840.272	419.009	380.750	979.120	906.052
Atribuível aos acionistas controladores		381.111	344.490	903.909	840.272	381.111	344.490	903.909	840.272
Atribuível aos acionistas não controladores						37.898	36.260	75.211	65.780
Resultado por ação atribuível aos acionistas	35								
Resultado básico por ação (reais/ações)									
ON		0,33575	0,59286	10,15662	1,43004	0,33575	0,59286	10,15662	1,43004
Resultado diluído por ação (reais/ações)									
ON		0,33435	0,59057	9,99015	1,42342	0,33435	0,59057	9,99015	1,42342

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
 PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO
 (Em milhares de reais)



	Controladora				Consolidado			
	Movimento do período		Acumulado do período		Movimento do período		Acumulado do período	
	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
Lucro líquido do período	381.111	344.490	903.909	840.272	419.009	380.750	979.120	906.052
Outros resultados abrangentes								
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado								
Ganhos atuariais - Benefícios pós-emprego					91.051	15.236	91.096	15.280
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	83.462	13.292	63.245	70.834	(5)	(2)	64.979	56.284
Imposto de renda e contribuição social diferidos					(30.956)	(5.181)	(30.971)	(5.196)
	<u>83.462</u>	<u>13.292</u>	<u>63.245</u>	<u>70.834</u>	<u>60.090</u>	<u>10.053</u>	<u>125.104</u>	<u>66.368</u>
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado								
Hedge de fluxos de caixa					35.412	4.907	(93.726)	6.766
Imposto de renda e contribuição social diferidos					(12.040)	(1.668)	31.867	(2.300)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>23.372</u>	<u>3.239</u>	<u>(61.859)</u>	<u>4.466</u>
Resultado abrangente do período	<u>464.573</u>	<u>357.782</u>	<u>967.154</u>	<u>911.106</u>	<u>502.471</u>	<u>394.042</u>	<u>1.042.365</u>	<u>976.886</u>
Atribuível aos acionistas controladores	464.573	357.782	967.154	911.106	464.573	357.782	967.154	911.106
Atribuível aos acionistas não controladores					37.898	36.260	75.211	65.780

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais)



Período de 6 meses findos em 30 de junho

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.502.716	141.069	5.365.110	(145.988)	(741.827)	-	10.121.080	1.135.193	11.256.273
Aumento/Redução de capital de subsidiárias							-	3.800	3.800
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(797)					(797)	797	-
Dividendos destinados a não controladores							-	(37.439)	(37.439)
Opções de ações outorgadas		(730)		2.025			1.295		1.295
Recompra de ações em tesouraria				(342.065)			(342.065)		(342.065)
Lucro líquido do período						840.272	840.272	65.780	906.052
Destinação do lucro									
Dividendos complementares			(203.072)				(203.072)		(203.072)
Outros resultados abrangentes					70.834		70.834		70.834
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias									
Saldos em 30 de junho de 2021	5.502.716	139.542	5.162.038	(486.028)	(670.993)	840.272	10.487.547	1.168.131	11.655.678

Período de 6 meses findos em 30 de junho

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.502.716	132.834	6.260.565	(90.534)	(654.184)	-	11.151.397	1.142.615	12.294.012
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(796)					(796)	796	-
Dividendos adicionais - AGO 05/04/2022			(676.817)				(676.817)		(676.817)
Dividendos destinados a não controladores							-	(23.205)	(23.205)
Opções de ações outorgadas		(1.882)					(1.882)		(1.882)
Alienação de ações de tesouraria		(1.522)					(1.522)		(1.522)
Recompra de ações em tesouraria				(188.840)			(188.840)		(188.840)
Lucro líquido do período						903.909	903.909	75.211	979.120
Outros resultados abrangentes					63.245		63.245		63.245
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias									
Saldos em 30 de junho de 2022	5.502.716	128.634	5.583.748	(279.374)	(590.939)	903.909	11.248.694	1.195.417	12.444.111

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODOS DE 6 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO
(Em milhares de reais)



Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	921.852	840.664	1.367.480	1.278.592
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Tributos diferidos	18	4	4.921	1.664
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD			84.629	58.981
Remuneração dos Ativos da concessão			(303.043)	(312.200)
Valor justo do ativo financeiro indenizável			(247.602)	(121.476)
Depreciações e amortizações	8.742	9.102	376.755	344.225
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		387	42.830	40.339
Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos				(1.257)
Juros e atualizações monetárias dos Empréstimos à receber	(27.438)	(6.830)	(32.187)	(8.608)
Direito de concessão - GSF				(23.296)
Ativos e passivos financeiros setoriais			5.501	(25.948)
Fornecedores - atualização monetária - Energia livre			3.133	4.916
Encargos de dívidas, variações monetárias e AVP sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	20.936	34.407	707.710	255.979
Uso do bem público - atualização monetária e AVP			54.781	76.487
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP	979	304	6.213	4.513
Provisão para plano de benefícios pós-emprego			36.946	31.975
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	13.061	1.660	90.984	60.902
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP			4.374	3.693
Compromissos futuros			(71.556)	(52.926)
Resultado de participações societárias	(983.566)	(914.201)	(128.445)	(121.303)
Ganhos com investimentos		(4.465)		(4.465)
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária			26.935	15.482
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(376)	(77)	(10.630)	(4.771)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(196)		(22.695)	26.049
Provisão (reversão) - Ressarcimento por Indisponibilidade			(1.030)	(1.739)
Atualização monetária - GSF			1.634	52.050
Instrumentos Financeiros Derivativos			134.831	
Outros	(3.022)	(537)	88.691	(26.085)
	(49.010)	(39.582)	2.221.160	1.551.773
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Contas a receber			338.281	742.746
Ativos financeiros setoriais			1.135.581	(37.540)
Ativos da concessão			168.431	30.094
Imposto de renda e contribuição social a compensar		295	64.204	121.747
Outros tributos compensáveis	(5.452)	(2.525)	225.583	225.974
Estoques			(36.832)	(127.680)
Cauções e depósitos vinculados	(6.738)	(359)	11.069	(2.271)
Rendas a receber			(8.483)	1.859
Instrumentos Financeiros Derivativos			(1.813)	
Outros ativos operacionais	(28.076)	5.900	(40.967)	(45.222)
	(40.266)	3.311	1.855.054	909.707
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores	(27.095)	(7.742)	(564.203)	(1.034.613)
Passivos financeiros setoriais			(715.617)	(416.189)
Imposto de renda e contribuição social a recolher			(133.257)	(141.459)
Outros tributos a recolher	2.000	(424)	(55.844)	38.653
Benefícios pós-emprego			(38.266)	(22.891)
Encargos setoriais			(41.698)	(12.250)
Provisões	(1.006)	(1.154)	(37.752)	(39.081)
Uso do bem público			(22.187)	(18.304)
Outros passivos operacionais	41.291	10.419	44.079	2.103
	15.190	1.099	(1.564.745)	(1.644.031)
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(74.086)	(35.172)	2.511.469	817.449
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.734)		(195.328)	(249.493)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(78.820)	(35.172)	2.316.141	567.956
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Alienação de investimento			115	
Aquisição de investimento			(2.113.690)	(78.355)
Dividendos e Juros sobre o capital próprio recebidos	1.530.052	495.686	71.145	36.867
Títulos e valores mobiliários			(346.243)	45.441
Adiantamento para futuro aumento de capital	(337.375)	(126.330)		
Aumento de capital social em subsidiárias		(8.700)		
Adições aos ativos da concessão			(885.872)	(809.188)
Adições ao ativo financeiro indenizável	(17.272)	(30.189)	(17.272)	(30.189)
Adições ao Imobilizado e Intangível			(56.989)	(37.064)
Alienação de bens e direitos				11
Empréstimos a receber	9.425	27.891	(107.974)	1.649
Caixa e equivalentes de caixa - Investimentos			206.290	631
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	1.184.830	358.358	(3.250.490)	(870.197)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Cauções e depósitos vinculados			84	(6.040)
Títulos recebidos		2.167		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(1.193.872)	(562.914)	(1.355.330)	(693.700)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures			2.986.369	2.350.798
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures	(271.422)	(154.019)	(613.515)	(1.979.248)
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos	(19.119)	(17.910)	(372.518)	(211.721)
Pagamentos do principal de arrendamentos	(1.554)	(984)	(18.665)	(19.456)
Aumento de capital social em subsidiárias por não controladores				3.800
Adiantamento para futuro aumento de capital por não controladores			2.600	
Recompra de ações em tesouraria	(190.362)	(342.065)	(190.362)	(342.065)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento	(1.676.329)	(1.075.725)	438.663	(897.632)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(570.319)	(752.539)	(495.686)	(1.199.873)
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	362.384	154.665	2.203.804	1.535.985
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	932.703	907.204	2.699.490	2.735.858
	(570.319)	(752.539)	(495.686)	(1.199.873)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PERÍODOS DE 6 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO
 (Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Geração do valor adicionado	8.886	28.309	11.838.191	12.804.069
Receita operacional	2.530	1.427	10.347.831	11.037.274
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD			(84.837)	(58.981)
Receita relativa à construção de ativos próprios	5.365	22.416	69.478	80.221
Receita de Construção			903.023	1.163.801
Remuneração dos Ativos da concessão			340.439	255.327
Atualização do Ativo financeiro indenizável			247.602	121.476
Outras receitas	991	4.466	14.655	204.951
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(36.041)	(45.408)	(5.863.070)	(7.987.460)
Custos da energia comprada			(3.636.970)	(5.502.068)
Encargos de uso da rede elétrica			(673.557)	(712.498)
Materiais	(258)	(746)	(81.588)	(46.900)
Matéria-prima e insumos para produção energia elétrica			(110.218)	(262.391)
Serviços de terceiros	(20.168)	(39.180)	(309.518)	(293.333)
Custo de construção da infraestrutura			(901.799)	(1.039.546)
Outros custos operacionais	(15.615)	(5.482)	(149.420)	(130.724)
Valor adicionado bruto	(27.155)	(17.099)	5.975.121	4.816.609
Retenções				
Depreciações e amortizações	(8.739)	(9.106)	(401.417)	(356.371)
Valor adicionado líquido produzido	(35.894)	(26.205)	5.573.704	4.460.238
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	45.847	18.700	423.918	176.944
Resultado da equivalência patrimonial	983.566	914.201	128.445	121.303
Valor adicionado total a distribuir	993.519	906.696	6.126.067	4.758.485
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	23.555	19.395	207.645	167.574
Benefícios	3.476	3.809	61.588	53.885
FGTS	2.704	1.449	21.408	14.885
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	33.161	3.310	1.983.477	1.504.815
Estaduais	12	72	1.690.421	1.397.477
Municipais	1.181	791	9.143	11.888
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	25.547	36.166	1.170.450	701.002
Aluguéis	(26)	1.432	2.815	907
Remuneração de capital próprio				
Participações dos não controladores			75.211	65.780
	89.610	66.424	5.222.158	3.918.213
Lucros retidos	903.909	840.272	903.909	840.272
	993.519	906.696	6.126.067	4.758.485

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



1 Contexto

1.1 Operacional

A EDP - Energias do Brasil S.A. (Companhia, Controladora ou EDP - Energias do Brasil), sociedade anônima de capital aberto, constituída em 24 de julho de 2000, com sede no município de São Paulo, tem como objeto social: (i) participar em outras sociedades, como acionista ou quotista, bem como prestar serviços em negócios e empreendimentos do setor energético, no Brasil ou no exterior; (ii) gerir ativos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; (iii) estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; e (iv) prestar serviços em negócios do setor energético no Brasil ou no exterior.

As ações da Companhia, sob o código "ENBR3", estão registradas no mais elevado nível de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, denominado Novo Mercado. Adicionalmente, as ações da Companhia integram as carteiras dos seguintes índices na B3: Índice Bovespa - Ibovespa e Índice de Energia Elétrica - IEE.

A Companhia possui as seguintes participações nas controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas:

			% Participação			
Empresas	Classificação	Consolidação	30/06/2022		31/12/2021	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
Distribuição						
EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. (EDP Espírito Santo)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. (EDP São Paulo)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Geração						
Energest S.A. (Energest)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Enerpeixe S.A. (Enerpeixe)	Controlada	integral	60,00	-	60,00	-
Investco S.A. (Investco)	Controlada	integral	-	40,78	-	40,78
Lajeado Energia S.A. (Lajeado)	Controlada	integral	55,86	-	55,86	-
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Porto do Pecém)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Resende Engenharia e Assessoria Ltda. (Resende)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Companhia Energética do Jari - (CEJA)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Cachoeira Caldeirão)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Empresa de Energia São Manoel S.A. (São Manoel)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	33,334	-	33,334	-
Comercialização						
EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. (EDP Trading)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Transmissão						
EDP Transmissão Aliança SC S.A. (EDP Transmissão Aliança)	Controlada	integral	90,00	-	90,00	-
EDP Transmissão Litoral Sul S.A. (EDP Transmissão Litoral Sul)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
EDP Transmissão SP-MG S.A. (EDP Transmissão SP-MG)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	100,00
Mata Grande Transmissora de Energia Ltda. (Mata Grande Transmissora) (Nota 18.1)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP Transmissão Norte S.A. (EDP Transmissão Norte)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
EDP Transmissão Goiás S.A. (EDP Goiás)	Controlada	integral	99,994	-	-	-
Clientes						
EDP Smart Serviços S.A. (EDP Smart Serviços)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP Smart Soluções S.A. (EDP Smart Soluções)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
EDP Smart Energia Ltda. (EDP Smart Energia)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
UFV SP V Equipamentos Fotovoltáicos LTDA. (UFV SP V Equipamentos)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
AES Inova Soluções de Energia Ltda. (Inova Soluções de Energia)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
Nova Geração Solar Ltda. (Nova Geração Solar)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
Energia Solar I SPE Ltda. (Energia Solar I) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
Energia Solar II SPE Ltda. (Energia Solar II)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
Energia I SPE S.A (Energia I)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
Energia II SPE S.A (Energia II)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
Outros						
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (CELESC)	Coligada com influência significativa	por equivalência patrimonial	29,90	-	29,90	-
EDP Ventures Brasil S.A. (EDP Ventures)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Mabe Construções e Administração de Projetos Ltda. (Mabe)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Comercializadora de equipamentos y materiais Mabe Ltda. (Mabe Chile)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial pela Mabe Construções	-	50,00	-	50,00
Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. (Santa Leopoldina)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. (Pecém OM)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. (Pecém TM)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Blue Sol Participações S.A. (Blue Sol)	Coligada	por equivalência patrimonial	-	40,00	-	40,00

1.1.1 Alteração na denominação social

No período findo em 30 de junho de 2022, foram deliberadas alterações das denominações sociais das controladas, conforme relacionadas abaixo:

Denominação antiga	Denominação atual	Data de Alteração
CELG Transmissão S.A. - CELG - T	EDP Transmissão Goiás S.A. (EDP Goiás)	AGE - 17/03/2022
AES Tietê Inova Soluções de Energia II (Inova Soluções de Energia II)	Energia Solar I SPE Ltda (Energia Solar I)	ACS - 04/01/2022

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



1.2 Estratégias ESG - Environmental, Social and Governance

A EDP - Energias do Brasil integra, há 16 anos, o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, tendo conquistado o 1º lugar no *ranking* geral no exercício de 2021, sendo *benchmark* no desempenho da carteira nas dimensões Geral, Natureza do Produto, Econômico, Ambiental e Social, indicando a solidez da sua estratégia de sustentabilidade. O ISE é uma ferramenta de análise comparativa e reflete o retorno de uma carteira composta por ações de companhias com os melhores desempenhos de aspectos ESG, sendo referência para o investimento socialmente responsável. O ESG é um conjunto de práticas ambientais, sociais e de governança que pode ser usado para guiar investimentos e escolhas de consumo focadas em sustentabilidade. A Companhia mantém o seu compromisso em contribuir para 9 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Organização das Nações Unidas - ONU, sendo eles: Igualdade de gênero; Energia acessível e limpa; Trabalho decente e crescimento econômico; Indústria, Inovação e Infraestrutura; Cidades e comunidades sustentáveis; Consumo e produção responsáveis; Ação contra a mudança global do clima; Vida terrestre; e Parcerias e meios de implementação.

A EDP - Energias do Brasil é uma companhia comprometida com a excelência ESG, que tem a Sustentabilidade como principal valor de uma estratégia integrada. Por isso, a visão de futuro da Grupo EDP - Energias do Brasil é guiada pelo Plano Estratégico 2021-2025, um compromisso ambicioso, que inclui uma aceleração do crescimento em energias renováveis, apoiado pela história de conquistas enquanto líderes da transição energética. O Plano Estratégico 2021-2025 é orientado por quatro eixos: liderança da transição energética, compromisso com a proteção do meio ambiente, geração de impacto social positivo e atuação sob uma estrutura de governança forte.

2 Outorgas

Nas concessões, registros e autorizações as companhias têm ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21, os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Também é estabelecido que, extinta a concessão a autorização ou o registro, operar-se-á, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados à prestação dos serviços, procedendo-se os levantamentos e as avaliações necessárias pelo órgão regulador.

A Resolução ANEEL nº 691/15 regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados a concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

Em 30 de junho de 2022 as controladas e controladas em conjunto da Companhia possuem o direito de explorar as seguintes outorgas de geração, transmissão e distribuição de energia:

Em operação

Empresas	Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada (MWm)	Energia assegurada (MWm)	Início	Término	Prorrogação	Indenização
Distribuição										
EDP Espírito Santo		Serviço Público	Concessão	ES			17/07/1995	17/07/2025	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
EDP São Paulo		Serviço Público	Concessão	SP			23/10/1998	23/10/2028	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Geração										
Cachoeira Caldeirão (Nota 17.2)	UHE Cachoeira Caldeirão	Produtor Independente	Concessão	AP	219,00	129,70	29/05/2013	19/08/2048	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(ii)
CEJA (Nota 17.2)	UHE Santo Antônio do Jari	Produtor Independente	Concessão	PA/AP	392,95	222,00	21/12/1987	28/10/2045	20 anos	(i)
Energist (Nota 17.1)	UHE Mascarenhas	Serviço Público	Concessão	ES/MG	198,00	134,80	14/07/1995	12/03/2027	A critério da Aneel poderá ser prorrogada por mais 20 anos	(i)
Enerpeixe	UHE Peixe Angical	Produtor Independente	Concessão	TO	498,75	280,50	07/11/2001	11/05/2042	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Investco	UHE Luiz Eduardo Magalhães	Produtor Independente	Concessão	TO	902,50	505,10	15/01/1998	22/09/2035	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Porto do Pecém	UTE Porto do Pecém I	Produtor Independente	Autorização	CE	720,27	645,30	01/07/2008	20/01/2044	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(iii)
São Manoel	UHE São Manoel	Produtor Independente	Concessão	PA	735,84	430,40	10/04/2014	09/12/2049	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(ii)

Transmissão

Operação comercial

Empresas	Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação	Indenização
EDP Transmissão Aliança (Nota 4.6)	484,5 km	Serviço Público	Concessão	TO	3 LT 525kV; 2 LT 230kV; SE 525/230 kV	15/01/1998	22/09/2035	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
EDP Transmissão SP-MG (Nota 4.6)	375 km	Serviço Público	Concessão	PA	LT 500 kV	10/04/2014	09/12/2049	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
EDP Goiás (Nota 4.7)	744 km	Serviço Público	Concessão	GO	13 LT 230 kV; 12 SE 230/138/69 kV	01/01/2013	01/01/2043	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
	11 km	Serviço Público	Concessão	GO	1 LT 230 kV; 2 SE 230 kV	06/03/2015	06/03/2045	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
	0 km (Compensador Estático)	Serviço Público	Concessão	GO	Compensador Estático	20/01/2016	20/01/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)

Operação parcial (Nota 4.6)

Empresas	Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação	Indenização
Transmissão									
EDP Transmissão Litoral Sul	142 km	Serviço Público	Concessão	SC/RS	3 LT 230kV; SE 230/69 kV; SE 230/138/69 kV	27/06/2016	27/06/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Em fase de projeto/construção

Empresas	Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação	Indenização
Transmissão									
Mata Grande Transmissora	113 km	Serviço Público	Concessão	MA	LT 230kV	20/09/2018	20/09/2048	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
EDP Transmissão Norte	360 km	Serviço Público	Concessão	AC/RO	LT 230kV; SE 230/69-13,8kV	30/09/2021	30/09/2051	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)

(i) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da própria Agência.

(ii) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O valor será apurado mediante auditoria própria do Poder Concedente.

(iii) Não existe previsão de indenização.

Adicionalmente a coligada Celesc, na qual a Companhia possui participação minoritária com influência significativa, detém o controle das seguintes outorgas:

Empresas	Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada (MWm)	Energia assegurada (MWm)	Término da concessão
Distribuição							
Celesc Distribuição S.A. – Celesc D		Serviço Público	Concessão	SC			07/07/2045
Gás natural							
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS		Serviço Público	Concessão	SC			28/03/2044
Geração							
Celesc Geração S.A. – Celesc G	UHE Garcia	Produtor Independente	Concessão	SC	8,92	7,10	03/01/2053
	UHE Pery	Produtor Independente	Concessão	SC	30,00	14,08	07/07/2054
	UHE: Palmeiras, Bracinho e Cedros	Produtor Independente	Concessão	SC	48,00	32,25	06/11/2053
	UHE Saltos	Produtor Independente	Concessão	SC	6,28	3,99	05/11/2053
	PCH Celso Ramos	Produtor Independente	Concessão	SC	13,92	6,77	(i)
	CGH: Caveiras, Ivo Silveira, Pirai, São Lourenço e Rio do Peixe	Produtor Independente	Concessão	SC	8,15	5,97	(i)
Total					115,27	70,16	

Outros projetos de expansão de propriedade integral da coligada Celesc G estão em fase de revisão para ampliação e reativação conforme tabela a seguir:

Descrição	Localização	Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Acréscimo de Potência (MW)	Potência Final (MW)	Status
Usina Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	23,00	29,28	Licenciamento Ambiental
Usina Cedros Etapas 1 e 2	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	4,50	12,90	Revisão de Projeto Básico
Usina Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	0,75	25,35	Revisão de Projeto Básico
CGH Marum	São José/SC	(i)	-	1,00	1,00	Obras em licitação
CGH Caveiras	Lages/SC	(i)	3,83	-	-	Revisão de Projeto Básico
Total			43,11	29,25	68,53	

As informações apresentadas acima foram extraídas das informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2022, divulgadas ao mercado em 20 de maio de 2022.

(i) Usinas com potência instalada inferior a 5MW estão dispensadas do ato de Concessão (Lei no 13.360/16).

(ii) Potência final será definida com a Revisão de Projeto Básico.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que ela e suas controladas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia e das controladas não têm conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia e suas controladas autorizou a emissão das informações contábeis intermediárias em 13 de julho de 2022. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2021.

Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas devido às variações não serem relevantes comparadas às informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2021. Consequentemente, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais divulgadas à CVM em 16 de fevereiro de 2022. Segue abaixo a relação das notas explicativas nessa situação:

Número da nota explicativa em 31/12/2021	Título da nota explicativa	Justificativa
2.1	Contratos de concessão de Distribuição, Geração e Transmissão	(a)
3.8	Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes	(b)
9.6	Parcelamentos	(b)

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Número da nota explicativa em 31/12/2021	Título da nota explicativa	Justificativa
16.10	Títulos a receber	(b)
17.1	Alienação de 100% do capital social das três subsidiárias de transmissão	(a)
24.2	Energia livre	(a)
18.1	Aquisição de ativos - Mata Grande Transmissora	(b)
18.2	Combinação de negócios - Inova Soluções de Energia e subsidiárias	(b)
29	Uso do Bem Público - UBP	(b)
30	Ressarcimento por indisponibilidade	(b)
32.2	Destinação do lucro	(b)
32.3.1.1	Características dos Planos de Remuneração Baseado em Ações	(a)
32.6.1	Partes beneficiárias	(b)
36.3	SUDAM e SUDENE	(b)
38.1.1.1	Ativos financeiros	(c)
38.1.1.2	Passivos financeiros	(c)
38.1.2	Valor justo	(c)
38.1.2.1	Mensuração a valor justo	(c)
41	Cobertura de seguros	(b)

(a) Nota explicativa idêntica à divulgada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

(b) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 30 de junho de 2022, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, considerados imateriais pela Administração da Companhia.

(c) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, desta forma, os textos não estão sendo apresentados.

3.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia e suas controladas estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

3.3 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 36.1.1; (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial (Nota 28); (iii) a marcação a mercado dos contratos de compromissos futuros, conforme demonstrado na nota 36.2.1; e (iv) instrumentos financeiros derivativos, conforme demonstrado na nota 36.1.2.

3.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.7.

As principais estimativas que representam risco significativo de causar ajustes materiais ao conjunto das informações contábeis intermediárias, nos próximos períodos, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 3.7); Fornecimento não faturado (Nota 7); Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota 7); Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (Nota 7.7); Ativos e passivos financeiros setoriais (Nota 8); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 10); Compromissos futuros (Nota 15); Ativos da concessão (Nota 21); Ativo Financeiro Indenizável (Nota 20); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 23 e 24); Planos de benefícios pós-emprego (Nota 28); Provisões para contingências (Nota 29.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 29.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros.

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas, que operam no Brasil, é o Real e as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6 Informações contábeis intermediárias consolidadas

As informações contábeis intermediárias consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, correlacionado ao IFRS 10, aprovado pela Deliberação CVM nº 698/12, abrangendo a Companhia e suas controladas (Nota 18).

As controladas diretas e indiretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora nas suas controladas.
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado e nas demonstrações dos resultados abrangentes.
- As combinações de negócios são consideradas no momento da aquisição do controle de um negócio, sendo os montantes reconhecidos mensurados a valor justo com base em laudos de avaliação elaborados por avaliadores independentes.
- Consolidação de entidades com investimento inferior a 50%: a Companhia é controladora indireta da Investco, com 40,78% de participação, devido ao controle direto da Lajeado com 55,86% que, por sua vez, detém 73% do capital votante da Investco, assegurando o poder de controle das atividades da mesma, bem como, da sua consolidação integral nas demonstrações financeiras.
- Coligada com influência significativa: a Companhia detém 29,90% da participação no capital total e 33,11% de participação no capital votante da Celesc, possuindo 3 assentos no Conselho de Administração e 1 assento no Conselho Fiscal (Nota 19.2) e 40% da participação no capital total da Blue Sol.
- As datas das informações contábeis intermediárias das controladas e controladas em conjunto utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia. Em relação à coligada Celesc, sociedade anônima com ações negociadas na B3 e que segue as normas da CVM, o cálculo de equivalência patrimonial utiliza as demonstrações financeiras com defasagem em relação à data-base apresentada, uma vez que o calendário de divulgação das demonstrações financeiras da Companhia antecede ao calendário de divulgação da coligada.
- Acordos de controle compartilhado: a Companhia detém 50% do direito a voto nos empreendimentos, Pecém TM, Pecém OM, Mabe, CEJA e Cachoeira Caldeirão (Nota 17) e 33,334% em São Manoel. A Companhia detém o controle conjunto nestes empreendimentos pois, conforme os acordos contratuais, é requerido consenso unânime entre todas as partes dos acordos para todas as atividades relevantes.

Os acordos conjuntos da Companhia estão estruturados na forma de sociedades anônimas de capital fechado e, segundo os acordos contratuais, conferem à Companhia e às outras partes dos acordos direitos aos ativos líquidos das sociedades anônimas de capital fechado. Por essa razão, esses acordos são classificados como empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*) e não são consolidados nas informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



3.7 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de suas controladas revisam o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

• Ativos financeiros e Ativos contratuais

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Atualmente, a rubrica que apresenta saldos relevantes de redução ao valor recuperável é a de Contas a receber e, para mais informações sobre os critérios e premissas utilizadas nas estimativas dos valores, vide nota 7.7.

• Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

4 Eventos significativos no período

4.1 Liberações e captações de recursos

Durante o 1º semestre de 2022, as controladas e as controladas em conjunto obtiveram os seguintes recursos:

Consolidado						
Empresa	Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Em moeda nacional						
Santa Leopoldina	Debêntures - 1ª Emissão	jan/22	jan/24	700.000	CDI + 1,52% a.a.	(i) Compra de ações de emissão da EDP Goiás (ii) Capital de Giro da Emissora
Lajeado	Debêntures - 6ª Emissão	mai/22	mai/25	200.000	CDI + 1,45% a.a.	Capital de Giro
EDP São Paulo	Debêntures - 14ª Emissão	mai/22	mai/27	450.000	CDI + 1,20% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e Capital de Giro
EDP Espírito Santo	Debêntures - 12ª Emissão	mai/22	mai/27	270.000	CDI + 1,20% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e Capital de Giro
EDP Trading	Cédula de Câmbio Aditivo - MUFG	mar/22	mar/24	50.000	CDI + 1,24% a.a.	Capital de Giro
				1.670.000		
Controlada em Conjunto (não consolidada nessas Informações Contábeis Intermediárias (Nota 17.3))						
Cachoeira Caldeirão	BNDES - SUB C	mar/22	out/23	2.600	TJLP	subcrédito do BNDES para investimento social
				2.600		
				1.672.600		
Em moeda estrangeira						
Santa Leopoldina	4131 Scotiabank - SWAP	jan/22	jan/24	150.000 USD	USD + 1,6175%	(i) compra de ações de emissão da EDP Goiás (ii) capital de giro da Emissora
Santa Leopoldina	4131 ITAU - SWAP	fev/22	jan/24	64.941 USD	USD + 2,2000%	(i) compra de ações de emissão da EDP Goiás (ii) capital de giro da Emissora
EDP Smart Serviços	4131 ITAU - SWAP	abr/22	mar/23	25.565 USD	USD + 3,733%	Capital de Giro
				240.506 USD		

Para mais informações sobre os recursos recebidos acima, vide notas 26 e 27.

4.2 EDP Energias do Brasil - Agenda ESG

Em janeiro de 2022, após as divulgações prévias no final de 2021, a B3 anunciou a 17ª carteira de Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3) e pela primeira vez os resultados foram divulgados em formato de *ranking*, sendo que a EDP Brasil alcançou a 1ª posição no *ranking* geral que considera todas as empresas e setores, com mais de 90 pontos. A carteira será válida de 3 de janeiro a 30 de dezembro de 2022. São 46 empresas que foram avaliadas a partir de questionários temáticos, o *Carbon Disclosure Project* (CDP) e a nota de risco reputacional calculada pela RepRisk.

No período de 2022 também foi anunciada a carteira do Índice CDP Brasil de Resiliência Climática (ICDPR70) 2022, que entrou em vigor no dia 1º de abril de 2022 e na qual a EDP está presente sendo uma das duas empresas com *score* A. O índice mensura o desempenho financeiro de uma carteira teórica composta por empresas listadas na B3, que atuam em território nacional, com elevado nível de conscientização sobre as questões climáticas e integração de medidas efetivas na redução de suas pegadas de carbono.

Em junho de 2022, a EDP - Energias do Brasil ficou entre as empresas destacadas pelo Guia Exame Melhores do ESG 2022, como uma das três empresas destaque do setor de Energia. Nesta edição, o *ranking* contou metodologia desenvolvida em parceria com o Ibmecc e teve como objetivo avaliar a gestão e boas práticas ambientais, sociais e de governança das companhias.

No mês de junho, a Companhia anunciou globalmente sua nova identidade, acompanhada de seu novo propósito: “Our energy and heart drive a better tomorrow” (em português, com tradução livre “Nossa energia e coração constroem um amanhã melhor”). A nova marca traz a natureza, a tecnologia e as pessoas como eixos centrais, e tem como objetivo traduzir o compromisso da EDP - Energias do Brasil com a transição energética e seus compromissos ESG no horizonte 2021-2025. O novo logo é inspirado na circularidade da natureza, do planeta e das tecnologias de geração de energia, as turbinas hídricas, eólicas e o próprio sol – elementos centrais da estratégia da empresa, de duplicar a geração de energia renovável, a nível global, até 2025.

4.3 Medidas de Assistência Governamental adotadas desde o início da pandemia, com impactos no período de 2022

Diante da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) que teve início no exercício de 2020, as incertezas geradas pela disseminação do vírus e suas variantes, provocaram intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundiais. Como forma de atenuar os impactos causados pela pandemia, as autoridades governamentais brasileiras e agentes regulatórios tomaram diversas medidas para amenizar os impactos aos agentes do mercado de energia. Algumas das medidas adotadas apresentam efeitos no período de 2022, conforme descritas abaixo:

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Publicação	Descrição	Status
Despachos ANEEL nº 939 de 05 de abril 2021	O Despacho ANEEL nº 939 revogou o Despacho nº 181/21 com a finalidade de: (i) homologar os prazos de recolhimento e os valores das quotas mensais da CDE Conta-covid, devidas pelas concessionárias e permissionárias de distribuição, para amortização da operação de crédito contratada pela CCEE na gestão da Conta-covid, nos termos da Resolução Normativa (REN) ANEEL nº 885/2020; (ii) o valor de que trata o item (i) considera o custo total estimado das operações de crédito contratadas pela CCEE, incluindo principal, acessórios e despesas operacionais, observadas as condições contratadas e a constituição da Reserva de Liquidez; e (iii) os valores de que trata o item (i) devem ser recolhidos mensalmente à CCEE, diretamente na Conta-covid, a partir do processo tarifário ordinário de 2021, com pagamento até o dia 10 do mês subsequente. Conforme a Nota Técnica nº 55/2021-SGT/ANEEL, o valor total da Cobertura Tarifária Anual é de R\$5,9 bilhões e o valor total do Encargo Mensal é de R\$491 milhões. O valor do recolhimento destinado à EDP São Paulo e EDP Espírito Santo da Cobertura Tarifária Anual é de R\$141.414 e R\$87.916 e o valor do Encargo Mensal é de R\$11.784 e R\$7.326 respectivamente.	Para o período de 2022 o valor do recolhimento destinado à EDP São Paulo é de R\$70.706, e para EDP Espírito Santo é de R\$43.958 para CDE COVID, sendo o pagamento mensal de R\$11.784 e R\$7.326 respectivamente.
REN nº 1.000 de 07 de dezembro de 2021	A REN ANEEL nº 1.000 revoga e substitui a REN nº 414 de 9 de setembro de 2010 e estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Revoga ainda as Resoluções normativas nº 470, de 13 de dezembro de 2011; nº 901, de 8 de dezembro de 2020 e dá outras providências. Com a publicação da consolidação, 61 resoluções normativas da Agência serão totalmente revogadas e três terão revogação parcial. Os efeitos da REN tiveram início em 1º de janeiro de 2022 e se estenderão até 1º de julho de 2023.	As distribuidoras estão em processo de adequação das alterações decorrentes da REN. Para isso, foi definido plano de ação de três fases atendendo os prazos definidos pela ANEEL.
Resolução Homologatória (REH) nº 3.004 de 14 de dezembro de 2021	A REH ANEEL nº 3.004 homologa as quotas mensais provisórias da CDE, relativas às competências de janeiro a abril de 2022, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. A EDP São Paulo deverá pagar mensalmente diretamente à CCEE o montante de R\$89.216, e a EDP Espírito Santo o montante de R\$54.505 mensais até abril de 2022, conforme consta do Anexo I da referida Resolução. A partir de maio de 2022, a EDP São Paulo deverá pagar diretamente à CCEE o montante mensal de R\$86.084 e a EDP Espírito Santo o montante de R\$52.592, até o mês de dezembro de 2022.	As cotas mensais destinadas as controladas EDP São Paulo e Espírito Santos desde maio de 2022, foram respectivamente de R\$86.084 e R\$52.592. O pagamento será realizado mensalmente até dezembro de 2022.

4.4 Medidas governamentais para gestão de recursos hídricos

Diante do cenário de escassez hídrica que teve início no exercício de 2021, as autoridades brasileiras e os agentes reguladores do mercado de energia tomaram diversas medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e para o enfrentamento da situação de escassez hídrica, garantindo a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no país. Ao final do exercício de 2021 e para a extensão do período de 2022, o aumento das chuvas ocasionou melhorias significativas para o cenário hidrológico no país. Algumas das medidas adotadas apresentam efeitos no período de 2022, conforme descritas abaixo:

Publicação	Descrição	Status
Bandeiras tarifárias - faixas de acionamento e adicionais	Após deliberação na 23ª Reunião Pública Ordinária de Diretoria da ANEEL realizada em 29 de junho de 2021, foram definidos os novos adicionais aplicados a partir de 1º julho de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.888/2021, alterando de R\$1,343 para R\$1,874 o valor adicional da vigência da bandeira tarifária amarela a cada 100 kWh consumidos, de R\$4,169 para R\$3,971 o valor adicional para a bandeira vermelha patamar 1 para cada 100 kWh consumidos e de R\$6,243 para R\$9,492 o valor adicional da bandeira tarifária vermelha patamar 2 a cada 100 kWh consumidos. Em razão da excepcionalidade advinda da escassez hídrica em 2021, foi criada a Bandeira Tarifária Escassez Hídrica conforme determinação da CREG. Esse patamar foi criado por meio da Resolução nº 3 de 31 de agosto de 2021 para custear com recursos da bandeira tarifária os custos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia. Com isso, a cobrança da bandeira Escassez Hídrica é de R\$14,20 a cada 100 kWh consumidos. Essa cobrança vale para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional - SIN com exceção dos beneficiários da tarifa social que deverá ser aplicado a bandeira anterior patamar 2 vigente desde 1º de julho de 2021. Com a decisão da CREG, a Bandeira Escassez Hídrica não houve necessidade de deliberar a revisão do patamar 2 da bandeira vermelha oriunda da Consulta Pública nº 41/2021 aberta em julho. A consulta foi fechada por perda do objeto, considerando a decisão da CREG. Os valores estão vigentes desde 1º de setembro de 2021 à abril de 2022. Foi aberta Consulta Pública nº 012/2022, a fim de realizar a atualização anual dos adicionais e das faixas de acionamento das bandeiras tarifárias.	Valores foram vigentes até abril de 2022. A Consulta Pública nº 012/2022 foi concluída e resultou na REN nº 3.051/22 que Estabelece as faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias.
Medida Provisória - MP nº 1.078 de 13 de dezembro de 2021	A MP nº 1.078 dispõe sobre as medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica. A partir da referida MP, passa a vigorar a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com as principais alterações: (i) prover recursos, arrecadados exclusivamente por meio de encargo tarifário, para a amortização de operações financeiras vinculadas a medidas de enfrentamento aos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica e dos diferimentos aplicados no processo tarifário anterior à liberação dos recursos da operação financeira, conforme definido em regulamento; (ii) Os consumidores do ambiente de contratação regulada, a partir da data de publicação desta MP, deverão pagar, por meio de encargo tarifário cobrado na proporção do consumo de energia elétrica, os custos remanescentes das operações financeiras; e (iii) O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, fica autorizado a estabelecer bandeira tarifária extraordinária para a cobertura de custos excepcionais decorrentes de situação de escassez hídrica. Esta MP entrou em vigor no dia 13 de dezembro de 2021 (Nota 16.1), data de sua publicação e foi prorrogada até maio de 2022.	A Medida Provisória teve seu prazo encerrado em Maio de 2022.
Resolução Normativa - REN nº 02 de 31 de agosto de 2021	A REN nº 02, tendo em vista o disposto na Medida Provisória nº 1.055/21, na Lei nº 10.848/04, institui o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras dos grupos A e B no mercado regulado do Sistema Interligado Nacional - SIN, com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País. O Programa foi implementado mediante a concessão de bônus em fatura, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh, em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), por unidade consumidora do ambiente de contratação regulada, limitado a 20% (vinte por cento), apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021. Esta REN entrou em vigor no dia de sua publicação. A controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo reconheceram o montante de R\$64.018 e R\$59.807, respectivamente, referente a este subsídio em dezembro de 2021.	As controladas de distribuição liquidaram em 30 de junho de 2022 o montante total de subsídios destinados às mesmas (Nota 16.1.1).
Decreto nº 10.939 de 13 de janeiro de 2022	O Decreto nº 10.939/22, autoriza a criação da Conta Escassez Hídrica para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. Trata-se do resultado da MP nº 1.078 que previu o uso de recursos que seriam arrecadados por meio de encargo tarifário, para lidar com esses custos adicionais. A Lei possibilita que a CDE seja utilizada para arrecadação de recursos referentes à amortização de operações financeiras vinculadas ao enfrentamento da situação de escassez hídrica e dos diferimentos aplicados em processos tarifários anteriores, o que engloba os custos adicionais com as bandeiras tarifárias, as despesas relacionadas ao programa de bonificação por redução do consumo e os custos com a importação de energia entre julho e agosto de 2021.	Com a deliberação da Consulta Pública nº 02/2022 sobre a MP nº 1.078/21 e o Decreto nº 10.939/2022, entrou em vigor a REN nº 1.010/2022
Despachos - DSP ANEEL nº 397 de 10 de fevereiro de 2022	O DSP ANEEL nº 397/22 estabelece a operacionalização da cobrança dos custos e repasse de créditos relativos ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2/2021, emitida pela CREG.	As controladas de distribuição realizaram o reconhecimento do subsídio previsto conforme operacionalização prevista no DSP, mais detalhes na nota 16.1.1

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Publicação	Descrição	Status
Resoluções Normativas - REN nº 1.008 de 15 de março de 2022 e REN nº 1.010 de 29 de março de 2022 (Conta escassez hídrica)	A REN nº 1.008/22 dispõe sobre a Conta Escassez Hídrica, as operações financeiras, a utilização do encargo tarifário da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para estes fins e os procedimentos correspondentes. Estabelecer os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica e regular a utilização do encargo tarifário da CDE, para fins de pagamentos e recebimentos de valores. Em 29 de março de 2022, foi publicada a REN nº 1.010/22 que define os valores dos repasses de recursos da Conta Escassez Hídrica para as distribuidoras que ocorrerão até 28 de fevereiro de 2023.	A REN nº 1.010/22 entrou em vigor na data de sua publicação, e determina o montante de R\$59.174 como teto a ser repassado a EDP São Paulo e R\$49.853 a EDP Espírito Santo.
Resoluções Normativas - REN nº 3.051 de 21 de junho de 2022	A REN nº 3.051/22 estabelece as faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias, de que trata o submódulo 6.8 do PRORET, com vigência a partir de julho de 2022. As principais medidas são: (i) a partir de 1º de julho de 2022, as faixas de acionamento das Bandeiras Tarifárias, de que trata o Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, serão as definidas no Ábaco de Acionamento das Bandeiras Tarifárias; e (ii) a partir de 1º de julho de 2022, os valores a serem adicionados à tarifa de aplicação de energia, TE, serão de 29,89 R\$/MWh, quando da vigência da bandeira tarifária amarela, 65,00 R\$/MWh, quando da vigência do patamar 1 da bandeira tarifária vermelha e de 97,95 R\$/MWh, quando da vigência do patamar 2 da bandeira tarifária vermelha.	As novas faixas de acionamento de Bandeira Tarifárias entrarão em vigor a partir de julho de 2022

4.5 Distribuidoras - Sobrecontratação de energia

A sobrecontratação do período de 2022 oriunda substancialmente da estratégia da Administração das Distribuidoras para redução do nível de contratação. Em 30 de junho de 2022 o volume negociado pela EDP São Paulo foi de 276.713 MWh frente à 672.531 MWh no período do ano anterior, o preço comercializado pela controlada foi de R\$196,05/MWh enquanto que no período anterior foi de R\$ 286,09/MWh. Para a EDP Espírito Santo o volume negociado foi de 462.925 MWh frente à 41.702 MWh no período do ano anterior, o preço comercializado foi de R\$ 281,30/MWh enquanto que no período anterior foi de R\$ 196,06/MWh. No período findo em 30 de junho de 2022, ocorreu impacto positivo de R\$28.826 na EDP São Paulo e de R\$19.821 na EDP Espírito Santo (Nota 36.2.2.1).

4.6 Transmissoras - Entrada em Operação Parcial e Comercial Total

EDP Transmissão SP-MG

Em 27 de janeiro de 2022 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, nesta data, solicitou ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS o termo de liberação do início de operação comercial do primeiro trecho da linha de transmissão da EDP Transmissão SP-MG, com 7 meses de antecipação frente ao cronograma da ANEEL. A entrada em operação comercial deste primeiro trecho representa uma RAP Parcial de R\$111,8 milhões, sendo 45% da RAP total.

Em 16 de maio de 2022 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que o ONS autorizou a operação comercial das instalações do trecho final da EDP Transmissão SP-MG S.A., com 3 meses de antecipação frente ao cronograma da ANEEL. Com a conclusão da entrada em operação, a controlada passa a receber a RAP de R\$248 milhões.

EDP Transmissão Aliança

Em 18 de fevereiro de 2022 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, nesta data, a ONS autorizou a operação comercial das instalações do trecho final da EDP Transmissão Aliança, com 6 meses de antecipação frente ao cronograma da ANEEL. O primeiro trecho da linha de transmissão e a subestação Siderópolis 2 da EDP Transmissão Aliança entraram em operação comercial no dia 14 de junho de 2021, com 14 meses de antecipação em relação ao calendário da ANEEL. Com a conclusão da entrada em operação, a controlada passa a receber RAP de R\$208 milhões, resultando em receita antecipada total de R\$143,1 milhões.

4.7 Conclusão de investimento na EDP Goiás (Nota 1.1)

Em 07 de fevereiro de 2022, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, em cumprimento ao disposto nos termos da Instrução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, e em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 14 de outubro de 2021 que, na referida data, concluiu a aquisição de 99,994% das ações da EDP Goiás (anteriormente denominada Celg Transmissão S.A.), pelo montante atualizado de R\$2.113.690. O laudo de aquisição está sendo elaborado por consultoria especializada (Nota 18.3).

4.8 Distribuidoras - Alteração no regime de tributação

A partir de 2022 as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo alteraram o regime de tributação, que anteriormente era apurado pelo Lucro Real Anual, e passou a ser apurado pelo Lucro Real Trimestral.

4.9 Distribuidoras - Revisão do Submódulo 2.3 do PRORET

A ANEEL concluiu em 21 de fevereiro de 2022, a primeira etapa da Tomada de Subsídios 002/2022, que trata da revisão do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET), relativa à Base de Remuneração Regulatória (BRR) das distribuidoras de energia elétrica. Em suma, a tomada de subsídios propõe a revisão das componentes de custo que formam a Base de Remuneração e questiona quais fatores devem ser revisados na metodologia de cálculo. A Base de Remuneração consiste no montante de investimentos realizados pelas distribuidoras na prestação dos serviços e que será coberto pelas tarifas cobradas dos consumidores. Foram recebidas 140 contribuições, com as quais as controladas de distribuição contribuíram, e aguardam a conclusão dos próximos passos para avaliar os impactos desta decisão.

4.10 Porto do Pecém - Estoque de carvão

A controlada Porto do Pecém, considerando cenário hídrico (Nota 4.4) e energético global no período de 2022 e previsão de queima inicial de carvão, antes prevista para o primeiro trimestre de 2022 e atualizada para o primeiro trimestre de 2023, efetuou acordo de venda de seu estoque com a EDP Espanha, sendo 117 mil toneladas entregues no 2º trimestre de 2022 tendo recebido o valor de R\$166.088 e 108 mil toneladas com previsão de entrega no 3º trimestre de 2022 tendo já sido adiantado 80% do montante em dólar que representa em 30 de junho de 2022, R\$136.113 e o restante será recebido na data da entrega do carvão (Nota 12).

4.11 Destinação de lucro, distribuição de dividendos e JSCP

Em 05 de abril, foi realizada a AGOE, onde a Companhia deliberou a destinação de lucro líquido e a distribuição de JSCP e dividendos referentes ao exercício de 2021. Serão distribuídos na forma de JSCP o montante de R\$454,8 milhões, correspondente a R\$0,79 por ação, e na forma de dividendos o valor de R\$803 milhões, equivalente a R\$1,40 por ação, totalizando R\$2,19 por ação.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



4.12 Desenvolvimento de projeto de energia solar larga escala - Novo Oriente Solar ("Novo Oriente" ou "Projeto")

Em 20 de abril de 2022, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que irá investir no desenvolvimento da usina fotovoltaica Novo Oriente, com capacidade instalada de 254 MWac, em conjunto com a EDP Renováveis S.A. em co-investimento em partes iguais. Novo Oriente está localizado no estado de São Paulo, no município de Ilha Solteira, já está outorgado e tem previsão de início de operação em 2024. O Projeto possui um contrato de venda de energia ("PPA") de 120MWac. Este investimento reforça a orientação estratégica da EDP - Energias do Brasil, que foi apresentada ao mercado no Plano Estratégico 2021-2025, sendo o maior projeto de larga escala na ampliação da sua participação no segmento Clientes, especificamente geração solar.

4.13 Medidas da ANEEL para regulação de contratação de energia

Publicação	Descrição	Status
Resolução Normativa nº 1.009 de 22 de março de 2022	A REN nº 1.009/22 estabelece as regras atinentes à contratação de energia pelos agentes nos ambientes de contratação regulado e livre, sendo as principais: (i) estabelecer os critérios e procedimentos para controle dos contratos de comercialização de energia elétrica; (ii) determinar as condições para a contratação de Cotas de Garantia Física de Energia e Potência, em observância ao disposto no Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012; e (iii) estabelecer as condições para a comercialização de energia elétrica, proveniente de geração distribuída.	As RNEs se tratam de uma consolidação de normativos relativos à pertinência temática Contratação de Energia, sem alteração de mérito ou conceito.
Resolução Normativa nº 1.018 de 26 de abril de 2022	A REN nº 1.018/22 Altera a Resolução Normativa nº 1.009, de 22 de março de 2022, que estabelece as regras atinentes à contratação de energia pelos agentes nos ambientes de contratação regulado e livre, e dá outras providências.	
Resolução Normativa nº 1.015 de 12 de abril de 2022	A REN nº 1.015/22 estabelece a obrigação de aporte de garantias financeiras no Mecanismo de Venda de Excedentes e altera a redação de medidas estabelecidas pela Resolução Normativa nº 1.009/22 que são: (i) que os compradores deverão aportar as garantias financeiras e declarar montante de energia elétrica e preço, por submercado e por tipo de energia convencional ou convencional especial, a que estão dispostos a negociar; (ii) as distribuidoras que estiverem inadimplentes com qualquer obrigação financeira no âmbito da CCEE, na data de liquidação financeira do Mecanismo de Venda de Excedentes, terão a sua receita capturada para quitação de seus débitos, inclusive aquela oriunda da execução das garantias financeiras; e (iii) para a suspensão do processo de desligamento, o comprador inadimplente deverá efetuar o pagamento da multa rescisória e de outros valores eventualmente devidos. A CCEE deverá promover diretamente ou contratar instituição financeira para os serviços de depósito, avaliação, custódia e execução das garantias financeiras referidas.	A REN determina a instituição de garantias financeiras para participação no MVE, com objetivo de proporcionar maior segurança para os agentes de distribuição.
Despacho nº 1.007 de 19 de abril de 2022	O DSP nº 1.007/2022 defere o Requerimento Administrativo interposto pela EDP Energias do Brasil S.A. - EDP, mediante a aprovação da flexibilização excepcional do limite interposto pelo inciso III do art. 111 da REN nº 1.009, de 2022, para todas as distribuidoras, referente aos processamentos do MVE para 2022, devendo ser adotado o valor de 30%.	A flexibilização pleiteada pela Companhia foi aceita, desta forma os aumentos de limites declarados no MVE serão de até 30%.

4.14 TUST - Ciclo tarifário 2021/2022

Publicação	Descrição	Status
Resolução Normativa nº 1.021 de 30 de maio de 2022	A REN nº 1.021/22 mantém a regra de transição para os geradores que tiveram a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica - TUST revisada e aumentada até o ciclo tarifário 2021/2022, conforme art. 8º da REN nº 559/2013; e afasta a regra de transição: (i) a partir do ciclo 2022/2023 para os geradores com TUST estabilizada que tiveram o cálculo definido sob a vigência da Resolução Normativa nº 267/2007; e (ii) para os geradores que tiveram a TUST estabilizada revisada e reduzida até o ciclo tarifário 2021/2022.	A REN nº 1.021/2022 afastou a regra de transição para a UTE Porto do Pecém I, sendo definido um crédito de R\$25.656 que será creditado no ciclo tarifário 2022/2023, que inicia em julho de 2022

4.15 Resoluções Autorizativas - extensão do prazo de outorga CEJA

Em 26 de abril de 2022, a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 11.715 de 26 de abril 2022 com a extensão de 301 dias no prazo da outorga da UHE Santo Antônio do Jari.

Enerpeixe

Em 15 de junho de 2022, a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 11.998 de 15 de junho 2022 com a extensão de 2.011 dias no prazo da outorga da UHE Peixe Angical.

4.16 Constituição de controladas

No período findo em 30 de junho de 2022, a Companhia constituiu três novas controladas, sendo elas Energia Solar II, Energia I e Energia II. As referidas controladas foram constituídas com finalidade de viabilizar projetos do grupo EDP - Energias do Brasil, alinhados com o Plano Estratégico da Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento		12.416	2.581	98.338	130.962
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	5.1	349.968	930.122	1.897.005	2.544.000
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	5.2			154.393	22.824
Fundos de investimento	5.3			54.068	1.704
		349.968	930.122	2.105.466	2.568.528
Total		362.384	932.703	2.203.804	2.699.490

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. No caso dos fundos de investimento, o valor justo está refletido no valor de sua cota.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira. Em se tratando do fundo de investimento, não há concentração de risco em um único banco administrador ou gestor, tendo em vista que o risco é pulverizado nos ativos da carteira.

A exposição do Grupo EDP - Energias do Brasil a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 36.2.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



5.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB

Em 30 de junho de 2022 as aplicações financeiras da Companhia e suas controladas estão remuneradas a taxas que variaram entre 99,00% e 105,25% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5.2 Operações compromissadas lastreadas em Debêntures

Em 30 de junho de 2022, as operações compromissadas lastreadas em Debêntures são referentes às controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo e EDP Trading, e foram remuneradas a taxas que variaram entre 92,00% e 97,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5.3 Fundos de investimento

A partir de janeiro de 2018 as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo constituíram um Fundo de Investimento Restrito denominado "Discos Renda Fixa Fundo de Investimento Longo Prazo", administrado pelo Itaú Unibanco S.A., com o objetivo de diversificar as opções de aplicações financeiras além de obter maior eficiência e melhor rentabilidade com menor nível de risco.

Este fundo possui liquidez diária e remuneração pós-fixada com sua carteira de ativos atrelada a Letras Financeiras do Tesouro – LFT, emitidas pelo Governo Brasileiro, ou Operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais, considerados de baixíssimo risco e com alta liquidez. As cotas do fundo estão custodiadas junto ao administrador.

As operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais são classificadas como Equivalentes de caixa, uma vez que possuem liquidez imediata com o emissor. A rentabilidade do fundo no período foi equivalente a 90,53% do CDI.

6 Títulos e valores mobiliários

	Nota	Consolidado			
		Circulante		Não circulante	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Fundos de Investimento	6.1	357.965	11.722	2.500	2.500
Total		357.965	11.722	2.500	2.500

6.1 Fundos de investimento

O montante refere-se substancialmente aos títulos da controlada Porto do Pecém e são decorrentes de aplicação financeira em fundo de investimento, pertencente à instituição financeira, com carteira substancialmente composta por LFTs, com rentabilidade equivalente a 96,65% do CDI.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



7 Contas a Receber

		Consolidado													
		Valores Correntes						Valores Renegociados							
		Corrente a Vencer		Corrente Vencida				PECLD (Nota 7.7)	Renegociada a Vencer		Renegociada Vencida		PECLD (Nota 7.7)	Saldo líquido em 30/06/2022	Saldo líquido em 31/12/2021
Nota		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Circulante															
Consumidores															
Fornecimento faturado	7.2														
Residencial		270.435		323.922	56.850	66.730	314.022	(320.111)	24.787	62.218	16.351	66.416	(83.807)	797.813	852.904
Industrial		62.836		22.157	3.922	4.044	47.149	(35.803)	4.264	4.728	1.040	10.940	(4.169)	121.108	115.225
Comércio, Serviços e Outras Atividades		93.104		64.679	15.045	17.986	118.788	(107.076)	6.630	12.562	3.773	19.160	(21.454)	223.197	252.545
Rural		42.951		35.327	5.451	7.568	30.229	(30.394)	4.427	6.524	2.579	4.097	(5.592)	103.167	98.149
Poder Público															
Federal		2.101		362	122	98	189	(145)	9	4		51	(1)	2.790	2.961
Estadual		3.872		1.043	189	86	803	(293)	685	53	9	71	(62)	6.456	6.727
Municipal		15.511		4.841	1.483	1.054	2.924	(1.264)	455	2.145	107	283	(39)	27.500	27.283
Iluminação Pública		3.419		4.019	1.021	8.934	7.407	(11)	944	1.969	291	4.062	(3)	32.052	37.757
Serviço Público		11.722		1.710	759	1.009	1.493	(801)	76	135	542	272	(240)	16.677	27.134
Clientes livres		126.879				2.848		(2.848)						126.879	119.014
Serviços Cobráveis		282		1.694	297	724	6.647	(5.071)						4.573	3.808
Fornecimento não faturado	7.3	506.424						(3.536)						502.888	641.266
(-) Arrecadação em processo de reclassificação		(13.277)												(13.277)	(2.242)
Outros créditos		29.187		25	21	3	458	(3)						29.691	29.649
		1.155.446	-	459.779	85.160	111.084	530.109	(507.356)	42.277	90.338	24.692	105.352	(115.367)	1.981.514	2.212.180
Concessionárias															
Suprimento de energia elétrica	7.4	316.316		561		443	1.460	(443)	507					318.844	529.837
Energia de curto prazo		15.355												15.355	18.297
Encargos de uso da rede elétrica	7.5	75.177		361	92		2.187		329			104		78.250	18.551
Outros créditos		27.179												27.179	27.842
		434.027	-	922	92	443	3.647	(443)	836	-	-	104	-	439.628	594.527
Clientes															
Eficiência energética		26.414	1.992				4.012	(4.012)						28.406	22.133
Serviços de gerenciamento de assinaturas		584			5	6	117	(148)						564	1.539
Dispêndios a reembolsar		4.046	2.087											6.133	6.536
Geração de vapor		7		6										13	7.793
Construção de usina solar														-	953
Arrendamentos		1.617	3.076	363	108									5.164	9.333
Outros clientes		3.035	12.686	167	214	246	63	(385)						16.026	1.296
		35.703	19.841	536	327	252	4.192	(4.545)	-	-	-	-	-	56.306	49.583
Total Circulante		1.625.176	19.841	461.237	85.579	111.779	537.948	(512.344)	43.113	90.338	24.692	105.456	(115.367)	2.477.448	2.856.290

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Nota	Consolidado							
	Corrente a Vencer		Corrente Vencida	Renegociada a Vencer		PECLD (Nota 7.7)	Saldo líquido em 30/06/2022	Saldo líquido em 31/12/2021
	Mais de 60 dias	Mais de 360 dias	Mais de 360 dias	Mais de 60 dias				
Não circulante								
Consumidores								
Fornecimento faturado	7.2							
Residencial				45.899	(20.433)		25.466	9.213
Industrial			4.983	988	(442)		2.316	2.128
Comércio, Serviços e Outras Atividades			18	12.905	(6.688)		6.217	3.537
Rural				3.489	(903)		2.586	775
Poder público				2			2	
Federal							-	2
Estadual							-	3
Municipal				3.885	(1)		3.884	5.406
Iluminação pública				1.909			1.909	3.030
Serviço público				86	(2)		84	22
(-) Ajuste a valor presente				(588)			(588)	(730)
	-	-	5.001	(3.231)	68.575	(28.469)	41.876	23.386
Concessionárias								
Outros créditos	1.028			(119)			909	909
	1.028	-	-	(119)	-	-	909	909
Clientes								
Eficiência energética		18.974					18.974	22.849
Dispêndios a reembolsar		17.121					17.121	19.745
Arrendamentos		27.687					27.687	37.088
Outros clientes		8.881					8.881	-
	-	72.663	-	-	-	-	72.663	79.682
Total Não circulante	1.028	72.663	5.001	(3.350)	68.575	(28.469)	115.448	103.977

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Os saldos de Contas a receber são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos tributos de responsabilidade tributária da Companhia e das controladas.

O saldo de Consumidores e Concessionárias refere-se, substancialmente aos: (i) valores faturados de venda de energia elétrica a consumidores finais, concessionárias revendedoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia fornecida e não faturada; (ii) valores a receber relativos à energia comercializada na CCEE; e (iii) encargos de uso da rede elétrica.

7.1 Características das Contas a receber

• Geração

O recebimento da venda de energia realizada pelas controladas de geração, com exceção da controlada Porto do Pecém, relacionadas a contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Para a controlada Porto do Pecém, os contratos são desdobrados em três parcelas, sendo a primeira parcela com vencimento no dia 10 do mês seguinte ao reconhecimento da receita, a segunda no dia 20 do mês subsequente e a última parcela no dia 10 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo, são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

• Transmissão

A RAP remunera a o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção. Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária. Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

• Distribuição

O prazo mínimo para o vencimento das faturas junto aos Consumidores das classes residencial, industrial, rural e comercial é após 5 dias úteis, contados da data da respectiva apresentação. Quando se tratar de consumidores das classes de poder público, iluminação pública e serviço público, o prazo mínimo para o vencimento é de 10 dias úteis. Contudo, a companhia oferece aos consumidores a opção de alteração da data de vencimento da fatura (6 opções de datas) ao longo do mês.

• Comercialização

Para as controladas de comercialização, parte substancial das vendas ocorre em contratos bilaterais. Dessa forma, a condição de pagamento é livremente negociada entre as partes, contudo, a maioria dos recebimentos ocorre no 6º dia útil posterior ao reconhecimento da receita.

• Clientes

Para as controladas de clientes, o reconhecimento das receitas vinculadas à construção de usina solar e aos serviços de eficiência energética acontece durante toda a fase de construção do empreendimento pelo método de insumo e o recebimento pode ocorrer de duas formas: (i) com adiantamentos na fase de construção e o saldo restante no momento da entrega do empreendimento; e (ii) de forma parcelada ao longo de determinado período estabelecido em contrato.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente, pela taxa de financiamento de cada projeto, e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária.

Em relação à venda de vapor e ao serviço de gerenciamento de assinatura, a receita é reconhecida mediante medições mensais relativas à entrega de vapor para a produção de energia e conforme a prestação do serviço, respectivamente, sendo o recebimento de ambos programado para cerca de 30 dias após o reconhecimento da receita.

7.2 Distribuidoras - Fornecimento faturado

A redução observada refere-se a: (i) em 30 de junho de 2022 ocorreu aumento do saldo provisionado de PECLD (Nota 7.7) quando comparado ao mesmo período do ano anterior, ocasionando uma redução do saldo de contas a receber; e (ii) foi aplicada em maio e junho deste ano a bandeira tarifária verde (Nota 31.9), que também resultou na redução dos saldos a receber.

7.3 Distribuidoras - Fornecimento não faturado

A variação observada na rubrica refere-se ao impacto do fornecimento não faturado decorrente da redução da bandeira tarifária (Nota 31.9), em 30 de junho de 2022 quando comparado ao consumo em 31 de dezembro de 2021.

7.4 Concessionárias - Suprimento de Energia Elétrica

A variação de suprimentos de energia elétrica refere-se substancialmente à controlada Porto do Pecém, que no período de 2022 não foi despachada pela ONS dado a melhora do cenário hídrico do país (Nota 4.4).

7.5 Concessionárias - Encargos de uso da rede elétrica

O aumento no saldo no período refere-se (i) aquisição da controlada EDP Goiás (Notas 4.7 e 18.3); e (ii) EDP Transmissão Aliança e EDP Transmissão SP-MG que entraram em operação total em fevereiro e maio de 2022, respectivamente. Assim, a variação ocorre devido ao faturamento de RAP no mês junho de 2022. A RAP remunera o investimento na linha de transmissão e os serviços de Operação e Manutenção.

7.6 Ajuste a valor presente

Os saldos renegociados estão reconhecidos a valor presente considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto.

Para as controladas de distribuição o ajuste a valor presente, regulamentado pelo CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, foi calculado com base na taxa de remuneração de capital, aplicada pela ANEEL nas suas revisões tarifárias. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a taxa correspondente para a EDP São Paulo e EDP Espírito Santo é de 12,26% a.a., afetando positivamente o resultado financeiro das distribuidoras em R\$141 (R\$493 em 2021).

Para as controladas EDP Smart Soluções e EDP Smart Serviços o ajuste a valor presente considera a taxa de retorno de cada projeto, afetando positivamente o resultado do período em R\$2.046 (R\$2.221 em 2021).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



7.7 Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

	Consolidado				
	PECLD esperada		Revisão de risco (I)		Saldo em 30/06/2022
	Saldo em 31/12/2021	Ao longo da vida	PECLD	Resultado de perdas	
Consumidores					
Residencial	(388.086)	(56.236)	(2.843)	22.814	(424.351)
Industrial	(45.688)	(3.922)	(1.698)	7.681	(43.627)
Comércio, Serviços e Outras Atividades	(127.639)	(13.678)	(1.506)	7.587	(135.236)
Rural	(36.900)	(4.450)	3.259	1.202	(36.889)
Poder Público	(1.519)	(15)	(220)	(51)	(1.805)
Iluminação Pública	-	(182)	158	10	(14)
Serviço Público	(792)	(123)	(129)	1	(1.043)
Clientes livres	(2.867)		19		(2.848)
Serviços Cobráveis	(5.095)		24		(5.071)
Não faturado	(4.331)	795	(3)		(3.539)
	(612.917)	(77.811)	(2.939)	39.244	(654.423)
Concessionárias	(498)		(64)		(562)
Clientes	(4.298)	(246)	(1)		(4.545)
Total	(617.713)	(78.057)	(3.004)	39.244	(659.530)
Circulante	(597.362)				(627.711)
Não circulante	(20.351)				(31.819)

(I) A matriz de risco é avaliada anualmente, no entanto, o estudo poderá ser reavaliado caso a PECLD se comporte diferente do resultado esperado.

Para as controladas de distribuição e comercialização, de acordo com os estudos realizados pela Companhia, para o período findo em 30 de junho de 2022, novos percentuais da PECLD passaram a ser aplicados, referente aos faturamentos de 2022 com base em um novo estudo da Matriz. A matriz anterior à pandemia do COVID-19, permanece sendo aplicada aos faturamentos referentes ao citado período, não tendo sido identificado aumento relevante de perda esperada conforme demonstrado no quadro a seguir.

Seguem abaixo os percentuais de perdas esperadas, segregadas por classe de consumo, aplicados quando do reconhecimento inicial dos recebíveis:

	30/06/2022							
	EDP São Paulo				EDP Espírito Santo			
	Consumo regular		Consumo irregular		Consumo regular		Consumo irregular	
			Clientes ativos				Clientes ativos	
	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão
Residencial	1,19%	n/a	22,56%	n/a	1,79%	n/a	21,42%	n/a
Industrial	1,64%	0,23%	21,01%	8,51%	2,10%	0,82%	14,86%	7,37%
Comércio, Serviços e Outras Atividades	0,75%	0,86%	10,93%	1,84%	1,07%	0,72%	13,31%	n/a
Rural	0,47%	n/a	14,62%	n/a	1,08%	0,11%	7,50%	n/a
Poder Público	0,04%	n/a	4,51%	n/a	0,01%	0,00%	0,00%	n/a
Iluminação Pública	0,01%	n/a	n/a	n/a	0,13%	0,04%	4,55%	n/a
Serviço Público	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	0,18%	n/a	n/a

	31/12/2021							
	EDP São Paulo				EDP Espírito Santo			
	Consumo regular		Consumo irregular		Consumo regular		Consumo irregular	
			Clientes ativos				Clientes ativos	
	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão
Residencial	1,09%	n/a	17,32%	n/a	1,69%	n/a	13,01%	n/a
Industrial	1,86%	0,66%	9,93%	23,68%	1,77%	n/a	27,28%	7,37%
Comércio, Serviços e Outras Atividades	0,84%	0,46%	24,25%	n/a	1,02%	0,46%	20,79%	n/a
Rural	0,35%	0,03%	14,62%	n/a	1,84%	0,01%	10,94%	n/a
Poder Público	n/a	n/a	n/a	n/a	0,16%	n/a	24,75%	n/a
Iluminação Pública	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Serviço Público	n/a	n/a	n/a	n/a	0,08%	0,18%	n/a	n/a

Para fins de PECLD, a Administração das controladas de distribuição adotou como prática as seguintes premissas de mensuração:

- A aplicação mensal de matriz de inadimplência, com bases em análises de arrecadação;
- Período de carência entre perdas esperadas e a aplicação da matriz de 4 meses;
- Atualização do risco de crédito pelo cenário econômico atual considerando projeção dos parâmetros do indicador de inadimplência do Banco Central; e
- Período de recebimento da carteira de recebíveis em 60 meses, que converge para o período regulatório para recuperação de crédito junto aos consumidores.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 36.2.4.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



8 Ativos e passivos financeiros setoriais

	Consolidado							Valores em		
	Saldo em 31/12/2021	Apropriação	Amortização (i)	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2022	Circulante	Não circulante	Valores em amortização IRT (*) 2021	Valores em constituição	
									IRT (*) 2022	IRT (*) 2023
CVA										
Compra de energia (ii)	259.398	(1.068.885)	(118.799)	(12.810)	(941.096)	(749.969)	(191.127)	88.539	(995.328)	(34.307)
Custo da Energia de Itaipu (iii)	566.243	83.396	(231.802)	22.259	440.096	385.895	54.201	112.837	327.259	
PROINFA (iv)	28.507	59.040	(12.389)	2.506	77.664	64.238	13.426	6.230	71.434	
Transporte Rede Básica (v)	93.652	34.208	(55.246)	3.794	76.408	67.634	8.774	23.026	53.382	
Transporte de Energia - Itaipu	15.084	7.317	(5.478)	722	17.645	15.399	2.246	2.788	14.857	
Encargos de Serviço do Sistema - ESS / Encargos de Energia de Reserva - EER (vi)	527.929	192.195	(68.811)	33.149	684.462	573.602	110.860	46.545	637.917	
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (vii)	(101.676)	351.593	49.992	6.562	306.471	248.824	57.647	(11.995)	318.466	
	1.389.137	(341.136)	(442.533)	56.182	661.650	605.623	56.027	267.970	427.987	(34.307)
Itens financeiros										
Sobrecontratação de energia (viii)	(79.908)	103.172	10.466	2.177	35.907	31.830	4.077	(14.379)	52.969	(2.683)
Neutralidade da Parcela A (ix)	(40.827)	(23.787)	23.856	(593)	(41.351)	(33.088)	(8.263)	(9.974)	(26.954)	(4.423)
Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativos (x)	(249.623)	(47.865)	119.797		(177.691)	(48.143)	(129.548)	(48.143)	(48.704)	(80.844)
Risco Hidrológico (xi)	(362.418)				(362.418)	(124.283)	(238.135)	(101.730)	(260.688)	
Outros (xii)	54.064	(118.908)	148.671	(6.126)	77.701	(139.013)	216.714	27.394	51.799	(1.492)
	(678.712)	(87.388)	302.790	(4.542)	(467.852)	(312.697)	(155.155)	(146.832)	(231.578)	(89.442)
PIS e COFINS										
PIS/ COFINS Nota Técnica nº 115/04	21.305		(4.426)		16.879	16.879			16.879	
Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS (Nota 9.2.2)	(1.425.643)		153.199	(57.141)	(1.329.585)	(710.446)	(619.139)	(61.268)	(810.567)	(457.750)
	(1.404.338)	-	148.773	(57.141)	(1.312.706)	(693.567)	(619.139)	(61.268)	(793.688)	(457.750)
Total	(693.913)	(428.524)	9.030	(5.501)	(1.118.908)	(400.641)	(718.267)	59.870	(597.279)	(581.499)
Ativo Circulante	643.174				344.157	344.157				
Ativo Não circulante	786.263				61.879		61.879			
Passivo Circulante	627.003				744.798	744.798				
Passivo Não circulante	1.496.347				780.146		780.146			

(*) IRT - Índice de Reposicionamento Tarifário

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



As receitas das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo são, basicamente, compostas pela venda da energia elétrica e pela sua entrega (transporte) por meio do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. As receitas das concessionárias são afetadas pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- Parcela "A" (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pelas distribuidoras, classificáveis como Parcela "A", são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela "B" (custos gerenciáveis): é composta pelos gastos na infraestrutura de distribuição e respectivo retorno pelo investimento e gastos com a operação e a manutenção. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho das distribuidoras, pois possui risco intrínseco do negócio por não haver garantia de neutralidade tarifária.

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se aos valores originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela "A"), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito incondicional das controladas receberem caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos. São segregados entre ativo e passivo de acordo com o cronograma de homologação nas tarifas pela ANEEL nos próximos processos tarifários.

Nos reajustes tarifários a ANEEL recalcula os montantes efetivamente faturados e arrecadados, conforme regulamentações vigentes, com o objetivo de garantir a liquidação financeira desses montantes, sem prejuízo ao equilíbrio econômico-financeiro da concessão, reduzindo o risco de perdas a valores imateriais.

São homologados anualmente pela ANEEL e incorporados à tarifa de energia por meio de Reajustes ou Revisões Tarifárias que, na EDP Espírito Santo ocorre em 7 de agosto e na EDP São Paulo ocorre em 23 de outubro.

Os valores que compõem os ativos e passivos financeiros setoriais são:

- Conta de Compensação de Variação dos Valores de Itens da Parcela "A" – CVA: É composta da variação dos custos com a aquisição da energia elétrica, de conexão e de transmissão, além dos encargos setoriais. A CVA deve ser neutra em relação ao desempenho da distribuidora, ou seja, as variações apuradas são integralmente repassadas ao consumidor ou suportadas pelo Poder Concedente; e
- Itens financeiros: Referem-se a outros componentes financeiros que se constituem em direitos ou obrigações que também integram a composição tarifária, dentre eles: Sobrecontratação de energia; Neutralidade dos encargos setoriais; e a Exposição financeira no mercado de curto prazo por diferença de preços entre Submercados.

O processo de amortização se dá de forma mensal e corresponde ao recebimento/devolução por meio da aplicação das tarifas vigentes, homologadas nos últimos eventos tarifários. Para os Itens financeiros, os valores de amortização mensais correspondem a 1/12 avos dos montantes totais homologados pela ANEEL. Para a CVA, a amortização mensal é efetuada de acordo com a curva de mercado. Os valores em constituição referem-se à diferença entre os custos incorridos e os constantes na tarifa até a data do fechamento do mês de referência, a serem homologados nos próximos processos tarifários.

As distribuidoras reconhecem seus ativos e passivos financeiros setoriais com base no "OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral da Companhia de Energia Elétrica, emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade", de modo que os registros dos ativos e passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada exercício contábil, apresentem como contrapartida receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, considerando a melhor estimativa da Companhia quanto ao montante financeiro a ser realizado como decorrência do cumprimento integral da obrigação de performance completada no período, bem como todos os fatos e circunstâncias existentes que suportam a transação.

8.1 Efeitos relevantes no período

O total de passivos setoriais líquidos dos ativos, em 31 de dezembro de 2021, somava um valor de R\$693.913, sendo que o total de passivos setoriais líquido dos ativos em 30 de junho de 2022 equivale ao montante de R\$1.118.908. A variação no período, no montante de R\$424.995, foi causada pelos seguintes motivos:

- Amortização: No período, foi repassado aos consumidores no faturamento de energia o montante de R\$9.030 referente a passivos setoriais líquidos homologados pela ANEEL.
- Compra de Energia: A variação da apropriação referente aos valores de Compra de Energia deve-se a uma conjuntura de sazonalidade associada ao cenário energético de 2021 com relação ao cenário médio previsto para o ano tarifário das distribuidoras. Adicionalmente, cabe observar que no período de 2022 em razão das afliências registradas, houve redução do acionamento das usinas termelétricas (Nota 4.4). Além disso, até meados de abril estava em vigor a Bandeira Tarifária Escassez Hídrica (Nota 31.9), o que contribuiu para atenuar o déficit registrado ao final de 2021.
- Custo da energia de Itaipu: Os custos de energia elétrica de Itaipu atribuídos mensalmente às distribuidoras são valorados de acordo com o câmbio do dólar. No processo tarifário de 2021 da controlada EDP Espírito Santo, realizado em agosto do referido exercício, foi considerada uma premissa de R\$5,10. No caso da EDP São Paulo, para o mesmo processo realizado em outubro de 2021, foi considerada uma premissa de R\$5,34. Apesar da taxa cambial do dólar verificada em alguns meses do período em análise ter sido inferior à cobertura tarifária, outro fator que explica o resultado obtido é decorrente da metodologia de cálculo da CVA, que se compara mensalmente ao preço da energia de Itaipu, assim como o preço dos demais contratos de energia com a Tarifa Média de Cobertura - TMC. A TMC é uma média ponderada dos preços dos contratos de energia das distribuidoras previstos para o seu ano tarifário. Portanto, o preço de energia de Itaipu verificado no período foi superior à TMC, resultando na formação de um ativo regulatório.
- PROINFA: A variação no período analisado decorre do aumento do valor das quotas do PROINFA, quando comparado com a cobertura tarifária definida nos Reajustes de 2021. A publicação das quotas do PROINFA de 2022 foi definida pela REH nº 2.995/21.
- Transporte rede básica: O saldo observado no período refere-se ao efeito do aumento das Tarifas de Transmissão (TUST) do ciclo 2021/2022, que remunera os custos de Rede Básica e outros de encargos de transmissão. As tarifas de transmissão do ciclo 2021/2022 foram definidas pela REH nº 2.959/21.
- Encargos de Serviço do Sistema - ESS / Encargos de Energia de Reserva - EER: Os custos do ESS/EER atribuídos às Distribuidoras no período mostraram-se superiores aos montantes previstos de cobertura tarifária, em decorrência principalmente do acionamento de usinas termelétricas despachadas fora da ordem de mérito. Além disso, no período verificado ocorreu a cobrança do encargo de Energia de Reserva, com o objetivo de remunerar as geradoras que operam nessa modalidade. Esse despacho termelétrico está inserido no contexto da crise hídrica mencionada na nota 4.4. Adicionalmente temos o efeito, do custo do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica que conforme Resolução CREG nº 2 (Nota 4.4), serão recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos Custos do Serviço do Sistema, seguindo os Ofícios nº 131/2022-SGT/ANEEL e 132/2022-SGT/ANEEL, além do Despacho nº 397/2022 (Nota 4.4), os custos foram contabilizados em março de 2022.
- Conta de Desenvolvimento Energético – CDE: a variação positiva acumulada no período analisado é devido ao aumento do valor das quotas quando comparadas ao período de 2021. A publicação das quotas da CDE a serem recolhidos pelas Distribuidoras foram definidos pela Resolução Homologatória nº 3.004/22 (Nota 4.3).
- Sobrecontratação de energia: A apropriação dos valores no período ocorreu em função da participação no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE), a controladas EDP São Paulo negociou 158 MWm ao preço de R\$286,93 R\$/MWh, e a controlada EDP Espírito Santo negociou 110 MWn ao preço de R\$281,30 R\$/MWh.
- Neutralidade da Parcela A: No período em análise houve um crescimento de mercado no qual as distribuidoras estão inseridas em relação aos mercados de referência dos Reajustes Tarifários de 2021, levando a uma maior arrecadação dos Encargos Setoriais. As diferenças serão repassadas aos consumidores no processo tarifário de 2022.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



(x) Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativos: Referem-se aos faturamentos realizados pelas distribuidoras, referente a parcela de ineficiência de utilização da rede de energia elétrica da Demanda e Reativos pelos consumidores de média e alta tensão. Esses valores faturados constituem passivo setorial, a serem revertidos nas tarifas no momento da Revisão Tarifária das distribuidoras.

(xi) Previsão de Risco Hidrológico – Antecipação: Os valores em apropriação no período em análise referem-se a cobertura tarifária dos custos de Risco Hidrológico, prevista no processo tarifário anterior, que fazem frente aos custos do GSF para as usinas hidrelétricas de Itaipu, Cotas e Repactuação CCEAR. Essa previsão é baseada na expectativa de GSF para os próximos 12 meses, além do PLD de referência no momento do processo tarifário.

(xii) Outros: O montante observado no período refere-se substancialmente às provisões de Bandeiras Tarifárias. No final do exercício de 2021 estava em vigência a Bandeira Tarifária Escassez Hídrica (Nota 4.4), cujos valores provisionados eram elevados, já em 30 de junho de 2022 a Bandeira Verde está vigente (Nota 31.9).

9 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

Controladora										
	Nota	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamen- tos / Pagamentos	Compen- sação tributos federais	Transferên- cia	Saldo em 30/06/2022	
Ativos compensáveis										
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9.1	112.181			606	3.661	(91.481)	(3.661)	21.306	
Total		112.181	-	-	606	3.661	(91.481)	(3.661)	21.306	
Circulante		56.760							21.306	
Não circulante		55.421								
Outros tributos compensáveis										
ICMS		-	25						25	
PIS e COFINS		411	311					(311)	411	
IRRF sobre aplicações financeiras		60.124	22.926					(15.828)	67.222	
IR/CS retidos sobre faturamento		990	17						1.007	
Outros		3.524	55						3.579	
Total		65.049	23.334	-	-	-	-	(16.139)	72.244	
Circulante		63.140							70.335	
Não circulante		1.909							1.909	
Passivos a recolher										
Imposto de renda e contribuição social a recolher		3.899	17.815			(1.073)		(19.488)	1.153	
Total Circulante		3.899	17.815	-	-	(1.073)	-	(19.488)	1.153	
Circulante		3.899							1.153	
Outros tributos a recolher										
PIS e COFINS		34.146	13.217			(11.724)	(28.903)	(312)	6.424	
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		2.443	5.025			(4.658)			2.810	
IRRF sobre juros s/ capital próprio	9.5	68.222		(5.644)			(62.578)		-	
Parcelamentos		16.983			407	(2.860)			14.530	
Encargos com pessoal		11.873	11.504			(8.373)			15.004	
Outros		433			3	(131)			305	
Total		134.100	29.746	(5.644)	410	(27.746)	(91.481)	(312)	39.073	
Circulante		122.691							30.116	
Não circulante		11.409							8.957	
Consolidado										
	Nota	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adianta- mentos / Pagamentos	Compen- sação tributos federais	Aquisição de empresas (Nota 18.3)	Transferên- cia	Saldo em 30/06/2022
Ativos compensáveis										
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9.1	420.603		(21)	10.205	45.582	(151.483)		(35.172)	289.714
Total		420.603	-	(21)	10.205	45.582	(151.483)	-	(35.172)	289.714
Circulante		280.791								228.575
Não circulante		139.812								61.139
Outros tributos compensáveis										
ICMS	9.3	259.345	103.647			172	(123)		(24.819)	338.222
PIS e COFINS	9.2	1.116.479	498.701		37.498		(458.721)		(482.348)	711.609
IRRF sobre aplicações financeiras		77.007	42.214						(27.661)	91.560
IRRF sobre juros s/ capital próprio		1.840							(1.840)	-
IR/CS retidos sobre faturamento		6.940	3.923	(9)				182	(2.898)	8.138
Outros		22.332	1.913			(37)		2.043	(3.028)	23.223
Total		1.483.943	650.398	(9)	37.498	135	(458.844)	2.225	(542.594)	1.172.752
Circulante		552.974								595.615
Não circulante		930.969								577.137

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Nota	Consolidado							
	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação tributos federais	Aquisição de empresas (Nota 9)	Saldo em 30/06/2022
Passivos a recolher								
Imposto de renda e contribuição social a recolher	136.043	319.813		2.997	(133.910)	(103.250)	3.437	154.054
Total Circulante	136.043	319.813	-	2.997	(133.910)	(103.250)	3.437	154.054
Outros tributos a recolher								
ICMS	302.327	1.718.798		4.359	(1.778.121)	(123)		222.421
PIS e COFINS	131.071	876.462		1	(83.478)	(379.360)	1.634	64.459
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	12.367	49.287		5	(49.645)			12.014
IRRF sobre juros s/ capital próprio	116.453	14.491	(5.646)		(15.079)	(102.778)		7.441
Parcelamentos	334.394			14.105	(22.346)			326.153
Encargos com pessoal	25.477	92.255		12	(70.909)	(18.333)	1.776	30.278
Outros	4.788	4		2.611	(7.131)		473	745
Total	926.877	2.751.297	(5.646)	21.093	(2.026.709)	(500.594)	3.883	663.511
Circulante	634.891							379.683
Não circulante	291.986							283.828

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas apresentam os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia e suas controladas liquidem ou compensem o tributo em um único pagamento ou compensação.

9.1 Imposto de renda e contribuição social - Ativos Compensáveis - Controladora

Os valores registrados referem-se, em suma, ao imposto de renda decorrente de retenções na fonte e suas respectivas atualizações pela SELIC. A compensação desse saldo é feita, principalmente, com Imposto de renda retido na fonte sobre o JSCP declarado e PIS e COFINS sobre receitas financeiras.

9.2 PIS e COFINS

9.2.1 PIS e COFINS - Ativos Compensáveis - Consolidado

A controlada Enerpeixe apurou um crédito de R\$134.244, sendo líquido das compensações até 30 de junho de 2022 o montante de R\$80.515 (R\$81.299 em 31 de dezembro de 2021), onde houve atualizações monetárias de R\$17.446 (R\$15.127 em 31 de dezembro de 2021) e compensações no valor R\$71.300 (R\$71.300 em 31 de dezembro de 2021). Este crédito está sendo compensado com os respectivos débitos desses tributos, à medida que os faturamentos de energia elétrica são realizados.

9.2.2 Distribuidoras - Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS

Em 3 de abril de 2019 e 10 de dezembro de 2019, as controladas de Distribuição EDP Espírito Santo e EDP São Paulo obtiveram respectivamente o trânsito em julgado com decisão favorável em processo judicial, no qual foi reconhecido o direito de excluir os valores do ICMS próprio da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente. A Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos. Com relação ao tratamento tarifário, as distribuidoras formularam consulta à ANEEL e receberam resposta por meio do Ofício nº 392 em 19 de novembro de 2019, com a orientação de que a Agência, por meio de suas áreas técnicas, está analisando a melhor forma do repasse dos valores recuperados às tarifas homologadas aos consumidores das Concessionárias. Em 17 de março de 2020, a ANEEL abriu a Tomada de Subsídios nº 5/2020 buscando obter subsídios por meio de "Participação Social", para a formulação de sua manifestação quanto ao tratamento a ser dado pelas distribuidoras de energia elétrica aos créditos tributários decorrentes desses processos judiciais.

Com relação a apuração dos créditos, o Supremo Tribunal Federal, em 13 de maio de 2021, modulou os efeitos da decisão e, entre eles, decidiu que o ICMS a ser retirado da base de cálculo das contribuições é aquele destacado na nota fiscal. Nesta ocasião, a controlada EDP Espírito Santo procedeu com recálculo e registrou ajuste no principal de R\$1.798 no exercício de 2021. A controlada EDP São Paulo aplicou essa modulação, além de efetuar uma revisão de estimativa do saldo, gerando uma redução de R\$156.441 da base de faturas elegíveis ao crédito, cuja contrapartida ocorreu nos ativos e passivos financeiros setoriais (Nota 8), assim sendo, sem efeitos no resultado.

Em 11 de fevereiro de 2021 a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 5/2021, objetivando definir a metodologia de devolução aos consumidores dos créditos tributários. O prazo de contribuições dos agentes se estendeu até 29 de março de 2021, cujos principais pontos de discussão apresentados em Nota Técnica nº 9/2021 SFF/SGT/SRM/SMA/ANEEL, estavam relacionados ao: (i) montantes a serem devolvidos a cada ciclo tarifário das distribuidoras; (ii) tempo necessário para a devolução; e (iii) operacionalização da devolução. A expectativa é que o tema seja deliberado pela Agência no primeiro semestre de 2021, com publicação da Resolução contendo as regulamentações para devolução dos créditos tributários.

A controlada EDP Espírito Santo, por meio da carta CT-EDP-ES-61/2021, solicitou a consideração da antecipação da reversão dos referidos créditos como componente financeiro negativo extraordinário a ser compensado do montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil. Em 29 de julho de 2020, a SGT, por meio da Nota Técnica nº 170/2020-SGT/ANEEL, consolidou o cálculo do Reajuste Tarifário Anual - RTA de 2021 da controlada, nas tarifas aplicadas aos consumidores a partir de 07 de agosto de 2021.

A controlada EDP São Paulo, por meio da carta CT-EDP-SP-64/2021, solicitou a consideração da antecipação da reversão dos créditos como componente financeiro negativo extraordinário a ser compensado do montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil. Em 20 de outubro de 2021, a SGT, por meio da Nota Técnica nº 236/2021-SGT/ANEEL, acatou o pedido da Companhia e consolidou o cálculo do Reajuste Tarifário Anual - RTA de 2021 da Companhia, nas tarifas aplicadas aos consumidores a partir de 23 de outubro de 2021.

Em 27 de junho de 2022 foi sancionada a Lei nº 14.385/22, que altera a Lei nº 9.427/96, com objetivo disciplinar a devolução de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica. A atual Lei respalda à ANEEL de reverter os créditos em prol dos consumidores, no âmbito dos processos tarifários das concessionárias, prática essa adotada pela Agência, em caráter provisório, desde o Reajuste Tarifário de 2020 da EDP Espírito Santo e Reajuste Tarifário de 2021 da EDP São Paulo.

Desta forma, o montante reconhecido na rubrica de passivos financeiros setoriais (Nota 8) refere-se ao valor principal atualizado monetariamente. A movimentação dos referidos valores, está em conformidade com a Solução de Consulta da RFB nº 13/2018, incluindo atualização monetária e compensação em 30 de junho de 2022, demonstrado a seguir:

Exclusão do ICMS próprio na base de cálculo do PIS e da COFINS		Saldo em 31/12/2021	Atualização	(-) Compensação	Saldo em 31/03/2022
	EDP Espírito Santo	381.228	11.676	(208.211)	184.693
	EDP São Paulo	463.614	15.184	(250.489)	228.309
		844.842	26.860	(458.700)	413.002

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



9.3 ICMS - Ativos Compensáveis - Consolidado

Do montante em 30 de junho de 2022 de R\$338.222 (R\$259.345 em 31 de dezembro de 2021), as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo de R\$307.733 (R\$252.475 em 31 de dezembro de 2021), que incluem créditos de ICMS decorrente de aquisição de bens no valor de R\$307.695 (R\$253.306 em 31 de dezembro de 2021) que, de acordo com o parágrafo 5º do artigo 20 da Lei Complementar nº 87/96, são compensados à razão de 1/48 avos por mês.

9.4 ICMS - Passivo a Recolher - Consolidado

Do montante em 30 de junho de 2022 de R\$222.421 (R\$302.327 em 31 de dezembro de 2021), as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo de R\$200.664 (R\$290.930 em 31 de dezembro de 2021), referente ao ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.

9.5 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. Na controladora, o saldo em 31 de dezembro de 2021 de R\$68.222 foi relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2021 e liquidado em janeiro de 2022.

10 Tributos diferidos

	Nota	Controladora		Consolidado							
		Passivo		Ativo				Passivo			
		Não circulante		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
PIS e COFINS	10.1	187	169	113.050	56.661	20.972	26.205	129.555	67.229	622.276	491.114
Imposto de renda e contribuição social	10.2 e 18.3	206.161	206.033			533.659	575.766			1.545.909	735.085
Imposto sobre serviços							(549)	1.046	329	729	1.637
Total		206.348	206.202	113.050	56.661	554.631	601.422	130.601	67.558	2.168.914	1.227.836

10.1 PIS e COFINS

O PIS e COFINS diferidos reconhecidos apresentam as seguintes naturezas:

		Controladora		Consolidado							
		Passivo		Ativo				Passivo			
		Não circulante		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Compromissos futuros - EDP Trading (Nota 15)				113.050	56.661	20.972	26.205	128.600	66.928	49.283	53.308
Receitas sobre reconhecimento dos custos incorridos (CPC 47) na EDP Smart Soluções								955	301	665	1.494
Receita de construção nas controladas de transmissão										565.579	432.071
Atualização monetária dos depósitos judiciais (Nota 18.3)		187	169							6.749	4.241
		187	169	113.050	56.661	20.972	26.205	129.555	67.229	622.276	491.114

10.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

10.2.1 Composição

Natureza dos créditos	Nota	Controladora			
		Passivo Não circulante		Resultado	
				Períodos de 6 meses findos em 30 de junho	
		30/06/2022	31/12/2021	2022	2021
Diferenças Temporárias					
Compra vantajosa	10.2.1.1	151.230	151.230		(1.517)
Mais valia		53.436	53.436		1.152
Outras		1.495	1.367	(128)	(27)
Total		206.161	206.033	(128)	(392)

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



		Consolidado							
		Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado		Patrimônio Líquido	
						Períodos de 6 meses findos em 30 de junho			
Natureza dos créditos	Nota	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Prejuízos Fiscais	10.2.1.2	384.152	317.967			66.185	(15.080)		
Base Negativa da Contribuição Social	10.2.1.2	131.962	108.570			23.392	(5.411)		
		516.114	426.537	-	-	89.577	(20.491)	-	-
Diferenças Temporárias									
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		272.837	255.641			16.449	1.671		
Benefício pós-emprego		121.896	144.319			(22.359)	(2.056)		
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas		196.175	178.870			16.350	8.875		
Consumidores - ajuste a valor presente		200	243	5		(48)	(88)		
Gastos Pré-operacionais		23.080	14.444			8.636	(4.401)		
Compra vantajosa	10.2.1.1			151.230	151.230		(1.517)		
Mais valia	18.3			1.029.314	486.400	121	1.152		
Amortização / Depreciação mais valia - CPC 15 (R1)		4.554	4.554	(170.952)	(152.220)	18.916	7.819		
Uso do bem público - CPC 25		183.168	172.086	45.162	46.594	12.514	20.918		
Valor justo do Ativo Financeiro Indenizável - ICPC 01 (R1)				553.911	448.522	(87.569)	(41.302)		
Remuneração dos ativos da concessão				797.162	435.463	(89.330)	(69.606)		
PIS e COFINS sobre ativos da concessão		186.758	141.753			8.529	7.149		
Instrumentos financeiros - CPC 39		56.781	5.314	85.100	72.551	7.051	4.940	31.867	(2.300)
Benefícios pós-emprego - PSAP	10.2.1.3	(99.530)	(121.475)			21.945	5.212		
Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes		235.709	266.448				1	(30.971)	(5.196)
Ressarcimento por indisponibilidade							(6)		
Direito de concessão - GSF	24.1.3.1			140.309	144.745	7.439	(6.080)		
Licenças ambientais		12.999	8.071	10.179	7.638	693	1.824		
Compromissos futuros	15	492.621	304.592	653.840	441.481	(24.330)	(17.995)		
Outras		61.812	82.733	59.069	44.252	(31.100)	(8.153)		
Total diferenças temporárias		1.749.060	1.457.593	3.354.329	2.126.656	(136.093)	(91.643)	896	(7.496)
Crédito fiscal do ágio incorporado	10.2.1.4	76.905	83.207			(6.302)	(6.670)		
Total bruto		2.342.079	1.967.337	3.354.329	2.126.656	(52.818)	(118.804)	896	(7.496)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(1.808.420)	(1.391.571)	(1.808.420)	(1.391.571)				
Total		533.659	575.766	1.545.909	735.085				

A variação no Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos Consolidado no montante de R\$774.270, refere-se substancialmente, às entradas e saídas dos ativos e passivos não circulantes mantidos para venda, do Grupo EDP - Energias do Brasil (Nota 17), além da aquisição da EDP Goiás (Nota 18.3)

10.2.1.1 Compra vantajosa

Os tributos diferidos sobre as compras vantajosas são decorrentes das aquisições: (i) R\$120.096 da Porto do Pecém; (ii) R\$29.457 da Celesc; e (iii) R\$1.677 da Mata Grande Transmissora. Os tributos sobre as compras vantajosas serão realizados quando da alienação destes investimentos.

10.2.1.2 Prejuízos fiscais e Base negativa da contribuição social

Conforme legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos a prazo prescricional.

10.2.1.3 Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP

O crédito fiscal advindo da Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP da EDP São Paulo, refere-se à parcela de benefícios excedente aos ativos relativos aos planos previdenciários do tipo Benefício definido, cuja provisão, em 31 de dezembro de 2001, foi efetuada em contrapartida ao Patrimônio líquido, dedutível por ocasião dos pagamentos mensais, com expectativa de finalização no exercício de 2028 (Nota 28.1.1.4).

10.2.1.4 Crédito fiscal do ágio incorporado

O crédito fiscal do ágio é proveniente:

(i) na controlada EDP São Paulo: da incorporação, ocorrida no exercício de 2002, da parcela cindida da anterior controladora Enerpaulo - Energia Paulista Ltda., representada pelo ágio pago pela Enerpaulo quando da aquisição de ações de emissão da EDP São Paulo;

(ii) na controlada EDP Espírito Santo: da incorporação, ocorrida em abril de 2005, da parcela cindida da Controladora, representada pelo ágio pago pelas incorporadas EDP 2000 Participações Ltda. e EDP Investimentos Ltda. quando da aquisição de ações de emissão da IVEN, na época controladora da EDP Espírito Santo; e

(iii) na controlada Lajeado: da incorporação das controladas EDP Lajeado e Tocantins, ocorrida em novembro de 2009, representada pelo ágio pago pela Lajeado.

Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e, conforme determinação da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão das controladas, o que resulta em realização anual média futura do crédito fiscal de R\$5.747 para a controlada EDP São Paulo até o ano de 2027, de R\$1.514 para a controlada EDP Espírito Santo até o ano de 2025 e de R\$3.733 para a controlada Lajeado até o ano de 2032.

10.2.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração das controladas e controladas indiretas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Lajeado, Investco, EDP Trading, EDP Smart Energia, EDP Smart Serviços, Inova Soluções de Energia, Enerpeixe, Porto do Pecém, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG, EDP Goiás e Santa Leopoldina elaboraram a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, as controladas estimam recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2022	2023	2024	2025	2026	2027 a 2029	A partir de 2030	Total Não circulante
266.626	454.259	429.101	329.120	397.493	211.114	254.366	2.342.079

A realização do ativo fiscal diferido está em consonância com as disposições do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



10.2.3 Créditos fiscais diferidos não reconhecidos

Em 30 de junho de 2022 a Companhia e as controladas Lajeado, EDP Ventures, Nova Geração Solar I e Energia Solar I, possuem créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias no montante de R\$2.091 (R\$30.358 em 2021), tendo em vista as incertezas na sua realização. Este montante poderá ser objeto de reconhecimento futuro, conforme as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis. Não há prazo de prescrição para a utilização de tais créditos.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



11 Partes relacionadas

Além dos valores do saldo dos dividendos a pagar e a receber e de empréstimos a pagar apresentado na nota 27, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladas e controladas em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, estão apresentadas como segue:

	Relacionamento	Preço praticado	Duração	Controladora									
				Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)	
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais	Financeiras
				Períodos de 6 meses findos em 30 de junho		Períodos de 6 meses findos em 30 de junho		Períodos de 6 meses findos em 30 de junho		Períodos de 6 meses findos em 30 de junho		2022	2021
				30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	2022	2021
Empréstimos a receber													
Contratos de mútuo - 100% a 110% do CDI													
EDP Trading	Controlada		02/10/2020 a 01/10/2022			99.238	94.132					5.106	1.146
Horizon Transmissão MA I	Controlada		26/11/2020 a 25/11/2024										1.844
Horizon Transmissão MA II	Controlada		26/11/2020 a 25/11/2024										676
EDP Transmissão SP-MG	Controlada (*)		22/11/2018 a 21/11/2022	228.945	216.606							11.766	2.628
				228.945	216.606	99.238	94.132	-	-	-	-	-	16.872
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC													
EDP Transmissão Aliança	Controlada		23/08/2017 a indeterminado			158.400	135.000						
Horizon Transmissão ES	Controlada		07/03/2017 a indeterminado										
EDP Smart Energia	Controlada		15/12/2017 a indeterminado			16.025	5.300						
EDP Ventures	Controlada		13/12/2019 a indeterminado			18.455	16.455						
EDP Smart Serviços	Controlada		07/12/2015 a indeterminado			246.050	186.100						
Santa Leopoldina	Controlada		25/11/2021 a indeterminado			244.700	3.400						
Resende	Controlada		14/05/2019 a indeterminado			30	30						
				-	-	683.660	346.285	-	-	-	-	-	-
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 16)													
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)													
EDP São Paulo	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			219				725		(2.384)	(3.782)
Energest	Controlada (*)		01/01/2019 a 31/12/2022			138	128				10	183	631
EDP Trading	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			469	112			274	986	2.027	787
Investco	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			908	879			25	25	389	696
EDP Espírito Santo	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			1.600	91			665		6.208	3.675
Porto do Pecém	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			172	248			368		173	3.880
EDP Smart Soluções	Controlada		01/01/2020 a 01/01/2022			1.227	1.223			190		181	73
EDP Smart Serviços	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			304	(5)			230	148	362	(652)
Lajeado	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			440	765			135		905	856
Horizon Transmissão	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022										68
EDP Smart Energia	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			128	73			94		53	836
EDP Transmissão Norte	Controlada		01/01/2020 a 01/01/2022			2						8	
Horizon Transmissão MA I	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022										134
Horizon Transmissão MA II	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022										129
Mata Grande Transmissora	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			13						59	
EDP Transmissão SP-MG	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			212	30			75		715	659
EDP Transmissão Litoral Sul	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2022			54				36	2	149	
EDP Transmissão Aliança	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			265	55			194	17	713	838
CEJA	Controlada em conjunto		01/01/2018 a 31/12/2022			(3)	8			292	236	309	197
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto		01/01/2019 a 31/12/2022			204	203			309	259	286	
UFV SP V Equipamentos						3						20	
São Manoel	Controlada em conjunto		01/05/2018 a 31/12/2022			264	268			108		641	592
Enerpeixe	Controlada		01/07/2018 a 31/12/2022			140	79			314		771	472

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



				Controladora											
				Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)			
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		Financeiras	
												Períodos de 6 meses findos em 30 de junho			
	Relacionamento	Preço praticado	Duração	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Compartilhamento do serviços de infraestrutura (b)															
EDP São Paulo	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			198				9	75	799	657		
Energest	Controlada (*)		01/01/2019 a 31/12/2022			5	3			10		(19)	9		
EDP Trading	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			90	15			143		119	120		
Horizon Transmissão ES	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022										3		
Investco	Controlada		01/01/2015 a 31/12/2022			41	10					144	75		
Porto do Pecém	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			108	30			257		173	257		
Lajeado	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			13						143	56		
CEJA	Controlada em conjunto		01/01/2019 a 31/12/2022												
EDP Espírito Santo	Controlada em conjunto (***)		01/01/2015 a 31/12/2022			374	75					1.435	456		
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto		01/01/2019 a 31/12/2022												
EDP Smart Serviços	Controlada em conjunto (***)		01/01/2015 a 31/12/2022				11			23		(114)	82		
Horizon Transmissão MA I	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022										10		
Horizon Transmissão MA II	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022										6		
EDP Transmissão SP-MG	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			14	5			50		40	36		
Mata Grande Transmissora			01/01/2019 a 31/12/2022			1						4			
EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			3	1			1		9			
EDP Transmissão Aliança	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			25	5			30		58	35		
EDP Goiás			01/01/2019 a 31/12/2022			31						99			
EDP Smart Soluções	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			178	52					187	68		
Enerpeixe	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022									116			
EDP Smart Serviços	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			65						189			
UFV SP V Equipamentos			01/01/2019 a 31/12/2022			12						37			
EDP Smart Energia	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			45	5			28		92	37		
Reembolso de gastos com leilão															
EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada		01/03/2019 a indeterminado				758								
EDP Transmissão SP-MG	Controlada		01/06/2017 a indeterminado				24								
EDP Transmissão Aliança	Controlada		01/06/2017 a indeterminado				23								
EDP Transmissão Aliança	Controlada		01/06/2017 a indeterminado												
Mata Grande Transmissora	Controlada		01/05/2021 a indeterminado				230								
EDP Transmissão Norte	Controlada		01/04/2021 a indeterminado				781								
Santa Leopoldina	Controlada		01/12/2021 a indeterminado				12								
Opções de ações outorgadas pela Companhia (Nota 11.2.1)															
EDP São Paulo	Controlada		15/06/2017 a 30/06/2026			445	514					15	(65)		
Energest	Controlada (*)		15/06/2017 a 30/06/2026			108	194						184		
EDP Trading	Controlada		15/06/2017 a 18/06/2025			19	224						59		
EDP Espírito Santo	Controlada		15/06/2017 a 30/06/2026			462	465					141	(188)		
Porto do Pecém	Controlada		15/06/2017 a 30/06/2026			481	733						(63)		
EDP Transmissão SP-MG	Controlada		18/06/2020 a 30/06/2026			24	17						6		
EDP Smart Serviços	Controlada		06/06/2018 a 30/06/2026				261						(12)		
EDP Transmissão Aliança	Controlada		22/06/2020 a 22/06/2025										10		
Contrato de serviços de consultoria															
EDP Renováveis	Parte Relacionada		01/06/2017 a indeterminado			270	270						61		
Contrato de prestação de serviços (c)															
EDP Portugal	Controladora		Indeterminado	9.490	8.124			51.983	44.336	1.259	1.287	(9.606)		84	3.244
EDP Renováveis	Controlada em conjunto (***)		Indeterminado	423	437										
EDP Valor	Parte Relacionada		Indeterminado					5.132	5.347						
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (d)															
EDP Espírito Santo	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			3.661	769			1.047		4.993	4.024		
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto (**)		01/01/2019 a 31/12/2021										260		
Horizon Transmissão MA I	Controlada (*)		01/01/2019 a 31/12/2021										404		
Horizon Transmissão MA II	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2021										371		
EDP Transmissão MA III	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			122						171			
EDP Transmissão Norte	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			149				44		104			
EDP Transmissão SP-MG	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			348	71			82		204	491		
EDP Transmissão Aliança	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			469	67			110		253	543		
EDP Goiás			01/01/2019 a 31/12/2024			233						109			
Energest	Controlada (*)		01/01/2019 a 31/12/2024			49	102					145	345		
EDP Smart Soluções	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			293	132					572	729		

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



				Controladora											
				Ativo		Passivo						Receitas (Despesas)			
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		Financeiras	
												Períodos de 6 meses findos em 30 de junho			
	Relacionamento	Preço praticado	Duração	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Lajeado	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			396				60		329	407		
UFV SP V Equipamentos			01/01/2019 a 31/12/2024			13						18			
Porto do Pecém	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			1.868	357			9		2.544	3.136		
EDP Smart Serviços	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			425	123			22		141	634		
EDP São Paulo	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			7.412	396			1.368		8.022	3.464		
EDP Trading	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			1.115	109			1.213		727	1.058		
Enerpeixe	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			420	134			197		439	804		
Investco	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			597	104					921	1.013		
Horizon Transmissão ES	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024										403		
EDP Smart Energia	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			116	49			7		(111)	383		
EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			241	1			41		181			
Compartilhamento da plataforma Neweb (e)												1.481			
EDP Portugal	Controladora		Indeterminado												
				9.913	8.561	27.698	11.289	57.115	49.683	10.044	3.045	27.072	30.457	84	3.244
				238.858	225.167	810.596	451.706	57.115	49.683	10.044	3.045	27.072	30.457	16.956	9.538

				Consolidado											
				Ativo		Passivo						Receitas (Despesas)			
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		Financeiras	
												Períodos de 6 meses findos em 30 de junho			
	Relacionamento	Preço praticado	Duração	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Contas a receber (Nota 7)															
Suprimento de energia elétrica															
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto (**)	140,76	01/01/2017 a 31/12/2046									1.235			
São Manoel	Controlada em conjunto (**)		01/01/2019 a 31/12/2019	2.565								15.473			
Encargo de uso da rede															
CEJA	Controlada em conjunto (**)		09/02/2019 a 10/02/2047		5							182			
São Manoel	Controlada em conjunto		09/02/2019 a 10/02/2047	197	16							593			
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto (**)		09/02/2019 a 10/02/2047	23	3							115			
				2.785	24	-	-	-	-	-	-	17.598	-	-	-
Fornecedores (Nota 25)															
Suprimento de energia elétrica															
CEJA	Controlada em conjunto (**)	174,22	01/01/2015 a 31/12/2044					479	791	173		(3.252)	(2.848)		
CEJA	Controlada em conjunto (**)	165,63	01/01/2015 a 31/12/2044						1.131	285		(5.033)	(7.147)		
São Manoel	Controlada em conjunto		01/05/2018 a 31/12/2038					3.155	3.116			(17.671)	(19.810)		
São Manoel	Controlada em conjunto	121,99	26/04/2018 a 31/12/2047					160	192			(876)	(754)		
				-	-	-	-	3.794	5.230	458	-	(26.832)	(30.559)	-	-
Compromissos futuros															
São Manoel	Controle comum		01/05/2018 a 31/12/2038	16.178	25.719	8.982	24.625	12.337		227		37.748	21.603		
EDP Renovaveis	Parte Relacionada		01/12/2023 a 31/12/2038	6.112		42.424	94.576			2.010		48.051	94.576		
Central Eólica Aventura II	Parte Relacionada		01/12/2022 a 31/12/2022					11.997	6.454			5.543	(6.454)		
Central Eólica Aventura III	Parte Relacionada		01/12/2022 a 31/12/2022					14.133	7.605			6.528	(7.605)		
Central Eólica Aventura IV	Parte Relacionada		01/12/2022 a 31/12/2022		820			2.533	4.655			(1.302)	(3.835)		
Central Eólica Aventura V	Parte Relacionada		01/12/2022 a 31/12/2022		4.712			4.187				8.899	4.712		
Central Eólica Srmn I	Parte Relacionada		01/12/2022 a 31/12/2022		2.663			2.366				5.030	2.663		
Central Eólica Jerusalém I	Parte Relacionada		01/1/2023 a 31/12/2023				9.248	4.947		7.095		21.289	9.248		
Central Eólica Monte Verde I	Parte Relacionada		01/7/2023 a 31/12/2023			2.223	3.490			1.080		2.348	3.490		
Central Eólica Monte Verde IV	Parte Relacionada		01/7/2023 a 31/12/2023				5.049			350		5.398	5.049		
Central Eólica Monte Verde V	Parte Relacionada		01/7/2023 a 31/12/2023				3.366			233		3.599	3.366		
Central Eólica Barreto I	Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036	2.993	35.367	11.981	44.639	14.066		671		79.770	80.006		
				25.283	69.281	65.610	184.993	66.566	18.714	11.666	-	222.901	206.819	-	-

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



				Consolidado											
				Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)			
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		Financeiras	
				Períodos de 6 meses findos em 30 de junho											
	Relacionamento	Preço praticado	Duração	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 16)															
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos															
(a)															
CEJA	Controlada em conjunto (**)		01/01/2018 a 31/12/2022			(3)	8			292	236	309	197		
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto (**)		01/01/2019 a 31/12/2022			204	203			309	274	286			
São Manoel	Controlada em conjunto		01/05/2018 a 31/12/2022			264	268			108		641	592		
Prestação de serviços - Backoffice															
Pecém TM	Controlada em conjunto		01/05/2015 a 01/05/2025			75	75								
Pecém OM	Controlada em conjunto		01/05/2015 a 01/05/2025			128	128								
Mabe	Controlada em conjunto		01/05/2015 a 01/05/2020	1.311	1.311										
Contrato de serviços de consultoria															
EDP Renováveis	Parte Relacionada		01/06/2017 a indeterminado	423	437	270	270					115			
Contrato prestação de serviços (d)															
EDP Portugal	Controladora		Indeterminado	9.490	8.124			51.983	44.336	1.259	1.287	(9.606)		84	3.244
São Manoel	Controlada em conjunto		01/05/2014 a 30/04/2019									(243)			
CEJA	Controlada em conjunto		01/01/2019 a 31/12/2022									(842)			
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto (**)		01/01/2019 a 31/12/2022									(246)			
EDP Valor	Controlada em conjunto (**)		Indeterminado					5.132	5.347						
Elebrás	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	11								57			
Cenaeel	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	2								11			
Baixa do Feijão I	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	5								59			
Baixa do Feijão II	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	5								64			
Baixa do Feijão III	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	5								62			
Baixa do Feijão IV	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	5								60			
JAU	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	15								164			
Aventura I	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	12								59			
Aventura II	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	3								17			
Aventura III	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	4								21			
Aventura IV	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	4								24			
Aventura V	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	4								24			
Babilônia I	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	44								27			
Babilônia II	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	4								24			
Babilônia III	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	5								27			
Babilônia IV	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	5								27			
Babilônia V	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	4								21			
Pereira Barreto I	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	6								34			
Pereira Barreto II	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	6								34			
Pereira Barreto III	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	6								34			
Pereira Barreto IV	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	6								34			
Pereira Barreto V	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	5								29			
Compartilhamento do serviços de infraestrutura (b)															
EDP Renováveis	Parte Relacionada		29/07/2015 a 31/12/2022			287	18								
Contrato revenda de carvão															
EDP Espanha								136.213				166.088			
Compartilhamento da plataforma NEWEB															
EDP Portugal								1.589	1.862			1.481		(273)	
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (c)															
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto (**)		01/01/2019 a 31/12/2021									260			
				11.390	9.872	1.225	970	194.917	51.545	1.968	1.797	158.896	1.049	(189)	3.244
				39.458	79.177	66.835	185.963	265.277	75.489	14.092	1.797	372.563	177.309	(189)	3.244

(*) A Energest encontra-se como Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda (Nota 17.1)

(**) As controladas em conjunto Cachoeira Caldeirão e CEJA encontram-se como Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda (Nota 17.2)

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

Os avais e fianças concedidos e recebidos pela Companhia estão demonstrados na nota de Garantias (Nota 37.2).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a Companhia as controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (*), Investco, Lajeado, Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES (Nota 17.1), EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I, Horizon Transmissão MA II, e EDP Transmissão SP-MG. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2022.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação de imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 2021, foi assinado contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à nova sede da Companhia. O contrato celebra o compartilhamento entre a Companhia e as partes relacionadas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest (*), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. Ambos os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2022. Com a alienação pela controladora EDP - Energias do Brasil, das companhias Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, onde foram excluídas do compartilhamento.

Ainda em 2021, foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da controlada EDP São Paulo localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a controlada e partes relacionadas EDP Trading, Porto do Pecém, Investco, Lajeado, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções e EDP Smart Energia, já o segundo contrato com as partes EDP Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, Energest (*), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. Ambos os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2022. Com a alienação das companhias Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, com vigência a desde de 1º de janeiro de 2022, onde foram excluídas do compartilhamento.

A partir de 07 de fevereiro de 2022, foram firmados os aditivos com a inclusão da EDP Goiás como parte dos contratos. Os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2022.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) Contratos de Prestação de serviços

Os órgãos responsáveis pelo controle e respectiva supervisão destes contratos são o Comitê de Governança Corporativa e Partes Relacionadas, o Conselho de Administração e uma área interna da Companhia dedicada à apuração e conferência dos serviços importados e exportados.

Todo serviço importado ou exportado é submetido a uma análise criteriosa que exige interação da área dedicada à apuração e conferência com as demais áreas internas da Companhia que importaram e exportaram o serviço. São averiguados se o tempo despendido nas atividades, o número de pessoas beneficiadas e o volume de negócios agregado demonstram o efetivamente aplicado pelos colaboradores para realizar as atividades em questão.

EDP Portugal

Os montantes referem-se a contratos de prestação de serviços de consultoria e apoio a gestão celebrado mutuamente entre a Companhia e seu acionista controlador EDP – Energias de Portugal S.A. Estes contratos têm como objetivo: (i) o compartilhamento de custos, estrutura, conhecimento e tecnologia, possibilitando, assim, uma maior sinergia entre as empresas do grupo; (ii) evitar eventual capacidade ociosa de pessoal; (iii) reduzir os custos de contratação de determinados serviços em relação à média do mercado; e (iv) impedir o acesso de terceiros a questões estratégicas ou informações de tecnologia própria das contratantes.

EDP Trading, Enerpeixe, Investco, Lajeado, Cachoeira Caldeirão (**), CEJA (**), Horizon Transmissão ES e Horizon Transmissão MA II

Os contratos têm por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, das linhas, subestações e equipamentos associados, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, com vigência de 36 meses, a partir de 1º de janeiro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2021, pela EDP - Energias do Brasil como cedente, tendo como cessionária a EDP Trading, sendo que um aditivo foi firmado em 1º de outubro de 2019, quando do início das prestações de serviços, passando a EDP Trading para cedente. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações.

Foram anuídos pela ANEEL os seguintes Despachos, relacionados à celebração do contrato de Prestação de serviços com a Companhia, referente a operação remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de 24 horas, durante os 7 dias da semana, pelo prazo de 36 meses: (i) Despacho nº 1.976, de 3 de julho de 2020 com a Horizon Transmissão ES no valor global do contrato de R\$1.260; e (ii) Despacho nº 3.403, de 5 de dezembro de 2019 com a Horizon Transmissão MA II no valor global do contrato de R\$1.800.

EDP Trading, EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I, EDP Transmissão SP- MG e EDP Transmissão Litoral Sul

Foram anuídos pela ANEEL os seguintes Despachos, relacionados à celebração do contrato de Prestação de serviços, referente a operação remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de 24 horas, durante os 7 dias da semana, pelo prazo de 36 meses: (i) Despacho nº 1.962, de 3 de julho de 2020 com a EDP Transmissão Aliança no valor global do contrato de R\$1.726; (ii) Despacho nº 2.943, de 14 de outubro de 2020 com a Horizon Transmissão MA I no valor global do contrato de R\$1.769; (iii) Despacho nº 3.036, de 22 de outubro de 2020 com a EDP Transmissão SP-MG no valor global do contrato de R\$1.785; e (iv) Despacho nº 588, de 03 de março de 2021 com a EDP Transmissão Litoral Sul no valor global do contrato de R\$1.573.

(d) Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *backoffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve a Companhia e as seguintes partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (*), Investco, Lajeado e Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES, EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I, Horizon Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG. Com a alienação da Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II em dezembro de 2021, a partir de 2022 estas companhias estão excluídas do compartilhamento, fato que foi firmado em aditivo contratual. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima. Esses contratos são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadram nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de *backoffice* têm vigência até 31 de dezembro de 2023.

Em 2022 foi firmado o aditivo com a inclusão das empresas Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte e EDP Goiás (Nota 1.1.1) como parte do contrato. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima. Esses contratos são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadram nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de *backoffice* têm vigência até 31 de dezembro de 2023.

(e) Compartilhamento da plataforma Neweb: Refere-se à licença de utilização do *software Neweb*, contratado pela EDP Portugal, com o objetivo de hospedar os diferentes sites Grupo EDP - Energias do Brasil no mundo.

(*) A Energest encontra-se como Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda (Nota 17.1)

(**) As controladas em conjunto Cachoeira Caldeirão e CEJA encontram-se como Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda (Nota 17.2)

11.1

Controladora direta e final

A controladora final da Companhia é a EDP – Energias de Portugal S.A., que exerce controle por meio de suas controladas EDP International Investments and Services, S.L. e a EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



11.2 Remuneração dos administradores

11.2.1 Ações outorgadas pela Companhia

Entre os anos de 2016 e 2021, a Companhia instituiu, planos um a seis, de remuneração baseados em ações, com características semelhantes, os quais concedem outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre eles, encontram-se gestores e diretores estatutários e não estatutários das controladas, sendo estimado no resultado de 2022 da Companhia o montante de R\$156 (R\$69 em 2021) a ser reembolsado pelas controladas no momento da outorga. A outorga das ações será concedida quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo de 3 ou 5 anos a partir do início do plano.

11.2.2 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária paga pela Companhia

	Períodos de 6 meses findos em 30 de junho							
	2022				2021			
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	5.641	873	119	6.633	4.828	784	115	5.727
Benefícios de curto prazo (b)	107			107	92			92
Benefícios - Previdência privada	8			8	94			94
Remuneração baseada em ações	3.474			3.474	226			226
Total	9.230	873	119	10.222	5.240	784	115	6.139

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

Em relação às ações outorgadas, o montante relativo a diretores estatutários da Companhia, estimado no resultado de 2022, é de R\$1.380 (R\$491 em 2021). Os montantes estimados apenas são considerados como remuneração da diretoria estatutária no quadro acima quando da efetiva outorga das ações da Companhia.

12 Estoques

Nota	Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021
Matéria prima e insumos para produção de energia		
Carvão	12.1	345.735
Diesel		3.641
Cal		244
Outros		3.245
		352.865
Material de almoxarifado		105.114
Resíduos e sucatas		54.466
Kit fotovoltaico		672
Estoque de Produtos em Elaboração		2.400
Outros		9
(-) Perda estimada na realização dos estoques	12.2	(79.094)
		83.567
Total		436.432

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados nas rubricas de: (i) Ativos da concessão, nas controladas de distribuição, pelo montante, em 30 de junho de 2022, de R\$175.792 (R\$86.466 em 31 de dezembro de 2021); e (ii) Imobilizado, nas controladas de geração e serviços, pelo montante, em 30 de junho de 2022, de R\$19.190 (R\$21.189 em 31 de dezembro de 2021).

12.1 Carvão

A redução do estoque de carvão na controlada Porto do Pecém deve-se aos seguintes fatores: (i) devido ao cenário hidrológico favorável em 2022 (Nota 4.4), a controlada encontra-se desde o início do ano desligada pela ONS, por esta razão não foi necessária aquisição de estoque de carvão no primeiro semestre; (ii) a principal redução ocorreu em maio com a venda parcial do estoque de 117 mil toneladas de carvão para empresa do mesmo grupo econômico EDP Espanha (Nota 11).

12.2 Perda estimada na realização dos estoques - Controlada Porto do Pecém

A constituição do saldo de provisão em 31 de dezembro de 2021 refere-se à controlada Porto do Pecém, no montante de R\$141.490 foi decorrente de ajuste ao valor de realização do estoque, mensurado pela expectativa de preço do Custo Variável Unitário - CVU aplicado, considerando o cenário de realização do estoque no próximo exercício, quando comparado ao custo de aquisição.

Esta provisão ocorreu no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, substancialmente devido ao cenário de crise hidrológica mencionada na nota 4.4 e ao elevado preço médio do carvão, onde a controlada Porto do Pecém foi despachada integralmente em 8 meses, e parcialmente em 4, tendo CVU médio de 359,84R\$/Mwh em 2021 e 147,45R\$/Mwh em 2020, além do dólar médio de R\$5,21 para a aquisição de carvão, que trouxe aquisição elevada para planejamento de despacho. Ao final do exercício de 2021 a controlada foi desligada pela ONS após o aumento das chuvas, o que fez com que as projeções de despacho passassem para o final do último trimestre de 2022, trazendo a redução ao valor recuperável dos estoques, com reversão do montante de R\$3.427 em 31 de março de 2022, e de R\$ 67.371 no período findo em 30 de junho de 2022.

Considerando a melhoria do cenário hídrico e energético global e a frustração da previsão de queima inicial de carvão, que passou do primeiro trimestre de 2022, em 31 de dezembro de 2021, para o primeiro trimestre de 2023, em 30 de junho de 2022, a controlada que possuía um estoque total de 409 mil toneladas de carvão, efetuou acordo de venda de 225 mil toneladas do estoque para EDP Espanha (Nota 11), com entrega no segundo trimestre de 2022 de 117 mil toneladas e 108 mil toneladas restante para o segundo semestre de 2022 (Nota 4.10), a queima das 184 mil toneladas de carvão restante está prevista para primeiro trimestre de 2023.

13 Cauções e depósitos vinculados

		Controladora				
	Nota	Saldo em 31/12/2021	Adição	Atualização	Resgate	Saldo em 30/06/2022
Depósitos judiciais	29	4.850	6.754	376	(16)	11.964
Outros cauções		392				392
Total		5.242	6.754	376	(16)	12.356
Circulante		350				350
Não circulante		4.892				12.006

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	Consolidado					
		Saldo em 31/12/2021	Aquisição de Empresas (Notas 4.7 e 18.3)	Adição	Atualização	Resgate	Saldo em 30/06/2022
Depósitos judiciais	29	413.482	1.470	19.706	9.314	(4.197)	408.316
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures		5.798	12.958	5.953	967	(6.037)	19.639
Outros cauções		10.497	765	3.027	402	(5.596)	9.095
Total		429.777	15.193	28.686	10.683	(15.830)	437.050
Circulante		10.001					22.800
Não circulante		419.776					414.250

14 Dividendos – Ativos e Passivos

Os dividendos e os JSCP a pagar são reconhecidos em contrapartida do Patrimônio líquido nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral. Os dividendos a receber das controladas, coligadas e controladas em conjunto são registrados como ativo nas demonstrações financeiras da Companhia, em consonância com a prática contábil do passivo anteriormente descrita.

Os créditos de JSCP são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito. Para o JSCP a receber, são inicialmente registrados em receitas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao investimento.

Em 29 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP do exercício de 2021 no montante bruto de R\$454.811, com retenção de 15% de IRRF, exceto para os acionistas imunes ou isentos que comprovarem essa condição até a data de 31 de dezembro de 2021, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia. O pagamento foi realizado em junho de 2022.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos a receber e a pagar do período:

Ativo	Controladora					
	Dividendos			Recebimen- tos/ Pagamentos		Saldo em 30/06/2022
	Saldo em 31/12/2021	Adicionais	Exercícios anteriores	JSCP	Reversão	
Energest	26.833	78.602			(84.340)	21.095
EDP Trading	14.244					14.244
EDP São Paulo	43.335	322.368	395.633	37.572	(761.336)	37.572
EDP Espírito Santo	55.502	256.914	185.086	44.547	(497.502)	44.547
Lajeado	11.343	104.385			(115.728)	-
EDP Transmissão Aliança	19.188					19.188
EDP Transmissão SP-MG	33.598					33.598
Pecém TM	95					95
Pecém OM	54					54
CEJA	18.492	33.979			(52.471)	-
Celesc	31.375	6.001		19.386	(18.674)	38.091
Porto do Pecém	106.406					106.406
	360.465	802.249	580.719	101.505	(1.530.051)	314.890

Passivo	Controladora				
	Dividendos			Pagamentos	
	Saldo em 31/12/2021	Adicionais	JSCP		Saldo em 30/06/2022
Acionistas não controladores	228.740	290.169	5.049	(519.469)	4.489
EDP International Investments and Services, S.L.	160.315	217.691	519	(378.525)	-
EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal Ltda.	126.845	168.983	76	(295.904)	-
	515.900	676.843	5.644	(1.193.898)	4.489

Ativo	Consolidado				
	Dividendos			Recebimen- tos	
	Saldo em 31/12/2021	Adicionais	JSCP		Saldo em 30/06/2022
Pecém TM	94				94
Celesc	31.375	6.001	19.386	(18.674)	38.091
Pecém OM	54				54
CEJA	18.492	33.979		(52.471)	-
	50.015	39.980	19.386	(71.145)	38.239

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Consolidado				
	Dividendos		Partes beneficiárias	Pagamentos	Saldo em 30/06/2022
	Saldo em 31/12/2021	Adicionais	JSCP		
Passivo					
CEB Lajeado	2.767	1.593			4.360
Paulista Lajeado Energia	969	557			1.526
Eletrobras	155.492			13.587	51.293
Governo do Tocantins	826	7.601		(8.427)	-
Cellesc Geração	2.132				2.132
Acionistas não controladores	231.528	290.169	5.051	(519.469)	7.279
EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal Lda.	160.315	217.691	519	(378.525)	-
EDP International Investments and Services, S.L.	126.845	168.983	76	(295.904)	-
	680.874	686.594	5.646	(1.320.111)	66.590

15 Compromissos futuros - Marcação a mercado de Instrumento Financeiro Derivativo

EDP Trading

Os contratos celebrados pela controlada EDP Trading visam a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda, que tem o objetivo também de comercializar com outros agentes.

Isto posto, a controlada avalia seus contratos, sob a ótica do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, sendo que eles não se destinam apenas a entrega da energia ("uso próprio", conforme termo utilizado pelo CPC 48), mas para a geração de valor na intermediação financeira, no que se refere a compra e venda de item não financeiro (energia), podendo ser quitados pelo seu valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro. Portanto, a controlada reconhece de forma integral as curvas compradas e vendidas de energia de seu portfólio (no limite da venda). Estes contratos de compromissos futuros são mensurados ao valor justo pela utilização de curva de *forward* com as melhores informações disponíveis e observáveis, assim sendo, considerado no resultado a Marcação a Mercado (MtM) de Instrumento Financeiro Derivativo.

Nesta mensuração, são consideradas as sensibilidades do PLD, sendo avaliado o portfólio de operações contendo curvas *forward* de preço de energia, representada pela Dcide (empresa do setor para cálculo de curvas futuras de preço da energia), além do direito dos clientes de usar de forma flexível o consumo, sob o mesmo preço. O resultado destes contratos é determinado a partir do diferencial, para cada prazo, entre os preços dos contratos bilaterais de compra e venda de energia e a respectiva valorização por marcação a mercado utilizando curvas de preço *forward*. A metodologia adotada é um VaR (*Value at Risk*) com 95% de confiança que considera uma curva *forward* de preços de mercado, a exposição do portfólio (diferença entre compra e venda) e a volatilidade e liquidez observadas no mercado livre para cada período.

No período findo em 30 de junho de 2022, a realização do valor justo dos referidos contratos, por meio da liquidação entre compra e venda de energia, gerou receita líquida de R\$52.102 (R\$52.925 em 2021) registrada no resultado do período de 2022.

EDP Smart Energia

A EDP Smart Energia celebra os contratos de comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Este perfil de agente fica responsável por toda operação de seus representados no mercado livre de energia, desde a migração para o ACL até a gestão de todos os procedimentos relacionados à sua operacionalização, entre eles modelagem, medição, contabilização, obrigações financeiras, entre outros.

Neste sentido, a controlada também avalia seus contratos sob a ótica do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, julgando que os mesmos destinam-se também a entrega da energia para a geração de valor na intermediação financeira, no que se refere a compra e venda de item não financeiro (energia), podendo ser quitados pelo seu valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro. Portanto, a controlada passou a reconhecer de forma integral as curvas compradas e vendidas de energia de seu portfólio (no limite da venda). Estes contratos de compromissos futuros também são mensurados de acordo com os preços de referência de compra do dia, e os demais riscos são transferidos à EDP Trading, uma vez que ela sofre exposição ao mercado. Assim sendo, as margens da controlada EDP Smart Energia são fixadas e sua exposição é mensurada pela EDP Trading através da utilização de curva de *forward* com as melhores informações disponíveis e observáveis, assim sendo, considerado no resultado a marcação a mercado de Instrumento Financeiro.

No período findo em 30 de junho de 2022, a realização do valor justo dos referidos contratos, por meio da liquidação entre compra e venda de energia, gerou despesa de R\$19.454 registrada no resultado do período de 2022.

16 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

Nota	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Outros créditos - Ativo								
Adiantamentos		67			47.325	44.224		
Descontos tarifários	16.1				98.705	211.928		
Modicidade tarifária - baixa renda	16.2						8.069	8.055
Bens destinados à alienação/desativação		2.411	2.411		13.330	12.640		
Serviços em curso					8.958	4.947	518	501
Serviços prestados a terceiros		4	4		96.518	84.373	364	457
Convênios de arrecadação					1.452	1.571		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	11	9.913	8.561	27.698	11.390	9.872	1.225	970
Rendas a receber					5.217	2.927		
Prêmio de risco - GSF					2.749	2.749	15.809	17.184
Despesas pagas antecipadamente		1.123	480	76	9.969	15.599	1.630	1.663
Títulos a receber		2.349	1.121	27.504				
Outros	16.8	16.314	16.435	3.167	48.897	34.604	3.799	3.740
Total		32.181	29.012	58.445	344.510	425.434	31.414	32.570

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Nota	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Outras contas a pagar - Passivo								
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos					3.176	26		
Contribuição de iluminação pública	16.3				26.301	31.489		
Credores diversos - consumidores e concessionárias	16.7				37.098	159.941		
Folha de pagamento		2.187	1.298	3.490	8.574	8.627	5.179	2.266
Modicidade tarifária - baixa renda	16.2				448	454	9.810	9.810
Arrecadação de terceiros a repassar		3.427			24.032	19.861		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	11	57.115	49.683	10.044	194.917	51.545	1.968	1.797
Arrendamentos e aluguéis	16.6	3.768	1.250	15.718	27.232	29.850	88.579	80.560
Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.4	12.988	17.905		100.201	116.987		
Reserva para reversão e amortização	16.5				1.944	1.944	6.802	7.774
Adiantamento para futuro aumento de capital							17.600	15.000
Outros		11.108	3.431	199	64.442	44.205	8.404	8.162
Total		90.593	73.567	29.451	488.365	464.929	138.342	125.369

16.1 Descontos tarifários e Adiantamentos de descontos tarifários

Refere-se a descontos aplicados a clientes nas tarifas de unidades consumidoras, conforme regulamentação da ANEEL, por meio de resoluções específicas. Os descontos são aplicados de acordo com a classificação da atividade de cada unidade consumidora e procuram contemplar residências de famílias com baixa renda inscritas no Cadastro Único do Governo Federal, estímulo à melhoria da produção agrícola, assim como descontos para serviços públicos essenciais, como é o caso das unidades de água, esgoto e saneamento.

Ao mesmo tempo em que determina o percentual de desconto a ser aplicado nos faturamentos mensais das unidades consumidoras, a regulamentação também estabelece o direito das controladas de serem ressarcidas dos respectivos montantes por meio do mecanismo da subvenção econômica, com recursos originários da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, conforme Lei nº 10.438/02.

Por meio da Lei nº 13.360/16, a partir de maio de 2017, a gestão e o repasse dos recursos é de responsabilidade da CCEE.

A ANEEL homologou os valores a serem repassados para as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, por meio das seguintes Resoluções Homologatórias:

Resolução Homologatória	Competências	Valor mensal
EDP Espírito Santo		
ANEEL nº 2.749/20	Ago/20 a Jul/21	20.523
ANEEL nº 2.918/21	Ago/21 a Jul/22	27.464
EDP São Paulo		
ANEEL nº 2.790/20	Out/20 a Set/21	7.868
ANEEL nº 2.964/21	Out/21 a Set/22	11.521

Segue abaixo a composição dos descontos tarifários:

Nota	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2021	Descontos tarifários	Ressarcimento	Saldo em 30/06/2022
Subsídio Baixa Renda	15.953	67.735	(61.306)	22.382
Subsídio Carga Fonte Incentivada - Res. nº 77/04	44.985	162.527	(147.427)	60.085
Subsídio Geração Fonte Incentivada - Res. nº 77/04	1.252	6.191	(5.857)	1.586
Subsídio Rural	34.615	35.479	(34.654)	35.440
Subsídio Irrigante/Aquicultor - Res. nº 414/10	(14.928)	23.720	(36.334)	(27.542)
Subsídio Água/Esgoto/Saneamento - Despacho nº 3.629/11	9.026	7.395	(8.546)	7.875
Subsídio Distribuição - TUSD fio B	(2.800)	609	(1.017)	(3.208)
Subsídio Crise Hídrica	123.825	(1.149)	(122.008)	668
	211.928	302.507	(417.149)	97.286

Adicionalmente, demonstramos abaixo a abertura por parcela de desconto tarifário:

	EDP Espírito Santo	EDP São Paulo	Saldo em 30/06/2022	Saldo em 31/12/2021
Parcela mensal	24.195	10.622	34.817	34.817
Parcela de ajustes homologados	39.229	10.791	50.020	50.020
Parcela de ajustes a homologar	(15.210)	5.277	(9.933)	111.138
Saldo subsídio baixa renda	10.606	11.776	22.382	15.953
	58.820	38.466	97.286	211.928

16.1.1 Subsídio Crise Hídrica

A rubrica refere-se ao reconhecimento do subsídio Crise Hídrica, que tem como base a Resolução Nº 2, de 31 de agosto de 2021 (Nota 4.4), que tem como propósito incentivar os consumidores a reduzirem o seu consumo de energia em meio a escassez hídrica. Para ter direito ao bônus, o consumidor precisou reduzir o consumo de energia elétrica nos meses de setembro a dezembro de 2021, de tal forma que a soma dos consumos de energia elétrica no período seja ao menos 10% menor, em relação à soma verificada no mesmo período de 2020. Uma vez atingida a meta de redução, o consumidor recebe um bônus de R\$0,50/kWh do total da energia economizada, bônus esse que passa a ser creditado na conta de luz e é limitado a 20% da energia economizada. Os consumidores aptos a receberem o bônus são os da baixa tensão e os de média e alta tensão, das classes de consumo residencial, industrial, comercial, serviços e outras atividades, rural e serviço público, incluindo aqueles residenciais com benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE). O DSP ANEEL nº 397/22 estabelece a operacionalização da cobrança dos custos e repasse de créditos (Nota 4.4).

Em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecido pelas distribuidoras, o montante total de subsídio de R\$123.825. A redução observada em 30 de junho de 2022 no montante total de R\$123.157, refere-se à liquidação do bônus reconhecido no final do exercício anterior (Nota 4.4), sendo R\$63.936 referente à controlada EDP São Paulo, e R\$59.221 à controlada EDP Espírito Santo.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



16.2 EDP São Paulo - Modicidade tarifária – baixa renda

Através do Termo de Notificação nº 1.091/05, a Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE, atual Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, determinou a correção do critério de cadastramento do equipamento de medição instalados em unidades consumidoras residenciais, alterando-as de bifásicas para monofásicas, com efeito retroativo a 2002.

As unidades consumidoras, apesar de estarem conectadas por meio do sistema monofásico a três fios, estavam classificadas como bifásicas, situação que impedia o faturamento das mesmas na condição de residencial baixa renda. Depois de inúmeras negociações com ANEEL e ARSESP, entre os períodos de 2008 e 2009, a controlada EDP São Paulo providenciou a revisão dos faturamentos classificando as unidades consumidoras como residencial Baixa Renda, quando identificados os valores a devolver aos consumidores até então faturados sem o benefício da tarifa social.

Conforme acordado com ANEEL e ARSESP, a restituição de valores aos consumidores teve início a partir do faturamento de março de 2009. Até 30 de junho de 2022 foi restituído o montante de R\$19.500 (R\$19.491 em 31 de dezembro de 2021), restando um saldo a restituir de R\$10.258 (R\$10.264 em 31 de dezembro de 2021), envolvendo unidades consumidoras ainda ativas e inativas do cadastro de faturamento da controlada EDP São Paulo.

Como as restituições são realizadas mediante compensação nos faturamentos mensais, as unidades consumidoras inativas estão a exigir medidas da controlada EDP São Paulo, com vistas a identificar a nova localização do cliente para efetuar a devolução.

Adicionalmente, a regulamentação prevê o direito da controlada EDP São Paulo reaver valores a título de subvenção econômica, líquidos dos referidos impostos e deduções previstas, cujo saldo a receber em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$8.069, que se realizará à medida em que as devoluções aos consumidores forem validadas pela ARSESP e homologadas pela ANEEL.

16.3 Contribuição de Iluminação Pública

Refere-se à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP das controladas de distribuição, que tem por finalidade os serviços de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública. É cobrada dos consumidores, em conformidade com o estabelecido por lei municipal, arrecadada pelas distribuidoras e repassadas mensalmente às Prefeituras, conforme previsto no artigo 149-A da Constituição Federal.

16.4 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de 13º salário, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

16.5 Reserva para reversão e amortização

Refere-se a recursos derivados da Reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do Serviço Público de Energia Elétrica - SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57 revogado pelo Decreto nº 10.810/21)), aplicado pela controlada EDP São Paulo na expansão do SPEE. Sobre o fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. A amortização do principal aguardava determinações do Poder Concedente.

O Decreto Lei nº 9.022/17 determinou que as Concessionárias, que possuíam recursos correspondentes ao fundo de reversão, deveriam amortizar integralmente seus débitos até 31 de dezembro de 2026, junto à CCEE.

As amortizações foram iniciadas em janeiro de 2018 e o montante relativo ao principal e juros, das próximas 12 parcelas, foram transferidos do Não circulante para o Circulante.

16.6 Arrendamentos e Aluguéis

Em atendimento ao CPC 06 (R2) a Companhia e suas controladas efetuaram o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

	Controladora					Saldo em 30/06/2022
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Pagamentos	Transferências	AVP	
Edifícios	1.250	853	(845)	921	2	2.181
Veículos	-	1.447	(709)	851	(2)	1.587
Total Circulante	1.250	2.300	(1.554)	1.772	-	3.768
Edifícios	6.904	4.964		(921)	586	11.533
Veículos	-	4.642		(851)	394	4.185
Total Não circulante	6.904	9.606	-	(1.772)	980	15.718
	8.154	11.906	(1.554)	-	980	19.486

	Consolidado					Saldo em 30/06/2022
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Pagamentos	Transferências	AVP	
Terrenos	1.433	177	(1.106)	268	29	801
Edifícios	15.521	1.143	(8.507)	8.582	19	16.758
Máquinas e equipamentos	8.419		(5.079)	1.075	104	4.519
Veículos	4.477	2.855	(3.971)	1.730	63	5.154
Total Circulante	29.850	4.175	(18.663)	11.655	215	27.232
Terrenos	4.610	4		(268)	245	4.591
Edifícios	73.803	4.496		(8.582)	4.826	74.543
Máquinas e equipamentos	2.027			(1.075)	160	1.112
Veículos	120	9.159		(1.731)	785	8.333
Total Não circulante	80.560	13.659	-	(11.656)	6.016	88.579
	110.410	17.834	(18.663)	(1)	6.231	115.811

Os montantes registrados no passivo encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Controladora			
	Edifícios		Veículos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
2022	1.131	10,54%	819	13,81%
2023	1.050	10,61%	768	13,81%
Total Circulante	2.181		1.587	
2023	951	10,91%	720	13,81%
2024	1.713	11,19%	1.307	13,81%
2025	1.541	11,19%	1.149	13,81%
2026	1.386	11,19%	1.009	13,81%
2027	1.246	11,19%		
2028 até 2040	4.696	11,19%		
Total Não circulante	11.533		4.185	

	Consolidado							
	Terrenos		Edifícios		Máquinas e equipamentos		Veículos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
2022	554	7,52%	8.876	9,27%	3.626	3,60%	3.678	10,59%
2023	247	6,40%	7.882	9,82%	893	3,73%	1.476	116,58%
	801		16.758		4.519		5.154	
2023	233	7,56%	7.397	9,92%	454	4,51%	1.458	10,76%
2024	433	7,56%	13.081	9,49%	658	3,49%	2.620	11,51%
2025	393	7,56%	11.474	9,51%			2.267	11,51%
2026	357	7,56%	9.717	9,59%			1.984	
2027	325	7,56%	7.135	10,10%			4	
2028 até 2040	2.850	7,56%	25.739	9,62%				
	4.591		74.543		1.112		8.333	

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

Fluxos de caixa	Controladora		Consolidado	
	Nominal	Com AVP	Nominal	Com AVP
Contraprestação do arrendamento	30.538	19.486	187.026	116.358
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(2.825)	(1.802)	(17.300)	(10.763)

Os contratos de arrendamentos e aluguéis foram registrados em contrapartida da rubrica do Imobilizado como "Ativos de direito de uso" (Nota 23.1.2).

16.7 Credores diversos - consumidores e concessionárias

A redução dos credores diversos ocorreu devido a liquidação da bonificação para os clientes que economizaram energia com o bônus de escassez hídrica (Nota 16.1.1). Do saldo de R\$159.941 em 31 de dezembro de 2021, R\$64.018 e R\$59.807 referem-se ao referido bônus das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo respectivamente. Os montantes foram liquidados em sua totalidade no período findo em 30 de junho de 2022.

16.8 Outros - Ativo circulante Consolidado

O aumento observado no período refere-se, a controlada EDP Smart Serviços que contratou carta de crédito para a liquidação das importações de módulos e inversores que são empregados nos projetos de arrendamento operacional.

17 Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda

Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda são registrados nas respectivas rubricas e foram mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda.

No exercício findo e 31 de dezembro de 2021 ocorreram alienações de ativos que estavam mantidos para venda (Nota 17.1) e classificação de novos ativos como mantidos para venda (Notas 17.2 e 17.3).

Por não se qualificarem como operações descontinuadas, nenhuma alteração foi efetuada na apresentação da demonstração do resultado, com exceção das depreciações e amortizações que não são consideradas entre a assinatura do contrato de compra e venda e a conclusão da alienação, conforme previsto no CPC 31.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



17.1 Controladas integrais

A Administração da Companhia visa estrategicamente a alienação de 100% de participação no investimento em ativo hídrico da controlada Energest S.A. ("Energest" ou "UHE Mascarenhas"). Portanto, em outubro de 2021, foram cumpridas as condições previstas no CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada (IFRS 5 - Ativos não correntes detidos para venda), para a classificação da controlada como ativos e passivos não correntes mantidos para venda. A controlada possui 198MWn de capacidade instalada.

Os montantes registrados nas respectivas rubricas foram mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda.

Por referirem-se a ativos cuja alienação do controle é altamente provável, todos os ativos e passivos foram classificados em linha separada do balanço. Por não se qualificarem como operação descontinuada, nenhuma alteração foi efetuada nas apresentações das demonstrações do resultado.

17.1.1 Balanço Patrimonial

ATIVO	Energest	
	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	23.929	35.871
Concessionárias	23.149	22.727
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	3.036	5.241
Outros tributos compensáveis	3.754	5.294
Empréstimos a receber		105.305
Estoques	6.926	6.545
Outros créditos	839	1.603
Total do Ativo Circulante	61.633	182.586
Não circulante		
Outros créditos	3.355	3.909
	3.355	3.909
Imobilizado	192.901	196.320
Intangível	85.526	94.795
Total do Ativo Não circulante	281.782	295.024
Total do Ativo	343.415	477.610
Passivo	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		
Fornecedores	2.130	5.981
Imposto de renda e Contribuição social a	12.277	10.796
Outros tributos a recolher	1.628	3.905
Dividendos	21.095	26.833
Empréstimos e financiamento		110.183
Provisões		105
Outras contas a pagar	3.670	4.934
	40.800	162.737
Não circulante		
Tributos diferidos	19.912	23.102
Provisões	7.312	6.460
Outras contas a pagar	11.926	12.536
	39.150	42.098
Patrimônio Líquido		
Capital social	3.205	3.205
Reservas de lucros	193.632	272.233
Outros resultados abrangentes	(2.210)	(2.663)
Lucros acumulados	68.838	
Total do passivo e patrimônio líquido	343.415	477.610

17.1.2 Informações sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa

	Energest	
	Períodos de 6 meses findos em 30 de junho	
	2022	2021
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	79.409	113.723
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	108.965	(1.298)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	(200.316)	(117.225)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(11.942)	(4.800)

17.1.3 Provisões

	Energest	
	30/06/2022	31/12/2021
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros	7.312	6.437
Licenças Ambientais		128
Total	7.312	6.565
Circulante		105
Não circulante	7.312	6.460

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



17.1.4 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros

17.1.4.1 Risco de perda provável

	Energest				
	Passivo		Ativo		
			Depósito Judicial		
	Saldo em 31/12/2021	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2022	30/06/2022	31/12/2021
Trabalhistas	5.049	651	5.700	2.858	2.850
Cíveis	1.166	74	1.240		
Outros	222	7	229		
Total Não circulante	6.437	732	7.169	2.858	2.850

17.1.4.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Energest			
			Ativo	
			Depósito judicial	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Trabalhistas	1.923	1.609	361	339
Cíveis	6.875	4.028		
Fiscais	3.921	3.835		
Total	12.719	9.472	361	339

17.1.5 Compromissos contratuais

Em 30 de junho de 2022 a controlada apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da sua atividade operacional, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP - Energias do Brasil.

	Energest	
	30/06/2022	31/12/2021
Responsabilidades com locações operacionais	13	17
Obrigações de compra		
Compra de Energia		4.203
Materiais e serviços	12.823	16.269
Prêmio de risco - GSF	3.983	3.915
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	621	5.326
	17.440	29.730

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 30 de junho de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	Energest	
	30/06/2022	31/12/2021
Responsabilidades com locações operacionais	13	18
Obrigações de compra		
Compra de Energia		4.344
Materiais e serviços	12.926	16.775
Prêmio de risco - GSF	5.409	5.409
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos		4.679
	18.348	31.225

17.1.6 Garantias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a controlada apresenta montante de R\$2.767 referente a seguro de vida.

17.2 Empreendimentos controlados em conjunto

A Administração da Companhia visa estrategicamente a alienação de 100% de participação nos investimentos em ativos hídricos das controladas em conjunto Companhia Energética do Jari – CEJA ("UHE Jari") e Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. ("UHE Cachoeira Caldeirão"). Portanto, em outubro de 2021, foram cumpridas as condições previstas no CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada (IFRS 5 - Ativos não correntes detidos para venda), para a classificação das referidas controladas como ativos e passivos não correntes mantidos para venda. Em conjunto totalizam o correspondente a 612MWm de capacidade instalada.

Os montantes registrados nas respectivas rubricas foram mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda.

Por referirem-se a ativos cuja alienação do controle é altamente provável, todos os ativos e passivos foram classificados em linha separada do balanço. Por não se qualificarem como operação descontinuada, nenhuma alteração foi efetuada nas apresentações das demonstrações do resultado.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

17.2.1 Balanço Patrimonial

Ativo	CEJA		Cachoeira Caldeirão	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	170.472	188.364	107.250	62.653
Consumidores e Concessionárias	39.170	45.868	20.815	27.741
Outros créditos	24.724	35.108	43.091	28.281
	234.366	269.340	171.156	118.675
Não circulante				
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	4.344	5.239		
Tributos diferidos			82.278	81.392
Outros créditos	33.957	34.299	41.566	54.545
	38.301	39.538	123.844	135.937
Investimentos				
Imobilizado	1.002.763	1.017.376	1.108.790	1.129.668
Intangível	465.260	476.418	11.277	11.699
Total do ativo	1.740.690	1.802.672	1.415.067	1.395.979
Passivo	CEJA		Cachoeira Caldeirão	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Circulante				
Fornecedores	95.028	93.640	5.326	11.160
Debêntures			29.658	26.954
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	53.808	53.755	29.272	28.410
Provisões	2.778	2.326	1.879	2.259
Outras contas a pagar	12.810	55.295	3.793	5.212
	164.424	205.016	69.928	73.995
Não circulante				
Tributos diferidos	121.753	117.898	4	2
Debêntures			187.945	190.617
Empréstimos e financiamentos	414.654	440.036	556.967	531.649
Uso do bem público	34.329	31.927	13.242	12.631
Provisões	6.243	6.600	20.739	19.402
Outras contas a pagar		54	679	249
	576.979	596.515	779.576	754.550
Patrimônio Líquido	999.287	1.001.141	565.563	567.434
Total do passivo e patrimônio líquido	1.740.690	1.802.672	1.415.067	1.395.979
Participação EDP - 50%	870.345		707.534	

17.2.2 Demonstração do Resultado

	CEJA		Cachoeira Caldeirão	
	Períodos de 6 meses findos em 30 de junho		Períodos de 6 meses findos em 30 de junho	
	2022	2021	2022	2021
Receitas	152.433	141.893	82.561	75.228
Custo da produção e serviço de energia elétrica	(56.431)	(80.902)	(44.106)	(64.036)
Despesas e Receitas operacionais	(1.301)	(2.676)	(1.932)	(1.349)
Resultado financeiro	(17.693)	(29.451)	(39.280)	(36.666)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(10.904)	(2.267)	886	9.080
Resultado líquido do período	66.104	26.597	(1.871)	(17.743)

17.2.3 Extensão de prazo - GSF

Assim como as controladas de geração que tiveram os incrementos nos prazos de concessão, os empreendimentos CEJA (Nota 4.14) e Cachoeira Caldeirão também procederam com o registro contábil conforme abaixo:

	Direito de concessão GSF - ACL		Direito de concessão GSF - ACR		Total	
	Incremento - R\$	Incremento - prazo	Incremento - R\$	Incremento - prazo	Incremento - R\$	Incremento - prazo
CEJA	5.714	3,8	9.815	6,1	15.529	9,9
Cachoeira Caldeirão			1.875	2,7	1.875	2,7
Total	5.714		11.690		17.404	

17.2.4 Informações sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa

	CEJA		Cachoeira Caldeirão	
	Períodos de 6 meses findos em 30 de junho		Períodos de 6 meses findos em 30 de junho	
	2022	2021	2022	2021
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	131.298	105.568	67.815	41.610
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	(612)	(762)	(779)	(923)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	(148.578)	(81.190)	(22.439)	(59.947)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(17.892)	23.616	44.597	(19.260)

17.2.5 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros

17.2.5.1 Risco de perda provável

	CEJA				Cachoeira Caldeirão		
	Passivo		Ativo				
	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2022	Depósito Judicial 30/06/2022	Judicial 31/12/2021
Trabalhistas	2.582	12	(61)	267	2.800	486	523
Cíveis	45	1		5	51	4	
Fiscais	30				30		
Outros	610		(31)	60	639		
Total Não circulante	3.267	13	(92)	332	3.520	490	523

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Cachoeira Caldeirão						Ativo	
	Passivo					Saldo em 30/06/2022	Depósito Judicial	
	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária		30/06/2022	31/12/2021
Cíveis	16.815	491	(347)	(10)	1.629	18.578	1.127	1.050
Outros	680					680		
Total Não circulante	17.495	491	(347)	(10)	1.629	19.258	1.127	1.050

Cachoeira Caldeirão

Dentre as ações cíveis destacam-se demandas envolvendo desapropriações relativas ao evento de passagem de água ocorrido na abertura contratada na enseadeira da UHE Cachoeira Caldeirão onde, em 7 de maio de 2015, devido a cheia do rio Araguaia, a Cachoeira Caldeirão realizou a abertura controlada na enseadeira na margem esquerda para permitir a passagem das águas do rio. Na sequência desse procedimento de segurança e de manobras executadas por outras usinas da região, verificou-se um alagamento parcial da cidade de Ferreira Gomes, a jusante da barragem.

Mediante o ocorrido, em 18 de maio de 2015, a Cachoeira Caldeirão assinou junto ao Ministério Público do Estado do Amapá um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, sem presunção de culpa, com o objetivo de promover a indenização em caráter emergencial das famílias e comerciantes atingidos pelo alagamento.

Os Ministérios Público, Estadual e Federal ajuizaram ação de Medida Cautelar com intuito de apurar, por meio de perícia judicial, a causa e os responsáveis pelo ocorrido em face da UHE Ferreira Gomes, UHE Coaracy Nunes, Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá - Imap e da Cachoeira Caldeirão.

Os reclamantes alegam terem sido impactados pelo alagamento, demandando a aplicação dos termos do TAC, adicionais aos previamente assinados pela Cachoeira Caldeirão, qual seja indenização em R\$20 para residências e R\$35 para estabelecimentos comerciais.

Em relação às referidas ações, a Cachoeira Caldeirão interpôs recurso, que foi admitido pelo colégio recursal do Amapá, que suspendeu parte das ações em trâmite no Juizado Especial Cível, até decisão final no Supremo Tribunal Federal - STF. Contudo, no mês de março de 2019, a Cachoeira Caldeirão participou do mutirão de acordos promovido pelo Tribunal de Justiça do Amapá, em conjunto com o juízo da Comarca de Ferreira Gomes, encerrando parte dos processos judiciais em andamento. O recurso da Cachoeira Caldeirão não foi conhecido pelo STF, desta forma parte das ações suspensas voltaram a tramitar. Ainda encontram-se suspensas ações com pedidos de danos morais.

A Cachoeira Caldeirão havia acionado sua seguradora para reembolso das indenizações e despesas gerais decorrentes do evento e, em 13 de agosto de 2018, encerrou-se o processo de regulação do seguro apurando-se como indenização para Cachoeira Caldeirão, já líquida de franquia, o valor de R\$28.000.

17.2.5.2 Risco de perda possível

	CEJA		Cachoeira Caldeirão			
			Ativo			
			Depósito Judicial			
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Trabalhistas	1.455	1.293	235	154		19
Cíveis	32.714	29.164			8.935	7.941
Fiscais	888	860	77	73	15.577	12.884
Total	35.057	31.317	312	227	24.512	20.844

CEJA

Cíveis

A CEJA, conjuntamente com outros agentes do setor, em outubro de 2014, ajuizaram ação judicial em trâmite na 2ª Vara Federal do Distrito Federal, em face da União Federal, visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/13, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema – ESS).

Em 04 de novembro de 2014 foi concedida liminar para suspender os efeitos das disposições previstas nos artigos 2º e 3º e no anexo da Resolução CNPE nº 03/13. Em 05 de setembro de 2017 foi publicada decisão julgando procedente os pedidos das autoras. A CEJA aguarda decisão do recurso interposto pela União. Em 30 de junho de 2022 o valor estimado da causa é de R\$32.714 (R\$29.164 em 31 de dezembro de 2021) e é estimado com base nos relatórios de contabilização da CCEE.

Cachoeira Caldeirão

Fiscais

Ação judicial movida pela Cachoeira Caldeirão em face da Receita Federal do Brasil, na qual discute a não homologação dos pedidos de compensações de créditos de retenções na fonte (IRRF), envolvendo o montante de R\$13.424 em 30 de junho de 2022 (R\$10.791 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente aguarda o julgamento.

17.2.6 Compromissos contratuais e Garantias

17.2.6.1 Compromissos contratuais

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os empreendimentos controlados em conjunto apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias e demonstrações financeiras, apresentados pelo seu montante total.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal de suas atividades operacionais atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 6,86% na CEJA e 7,00% na Cachoeira Caldeirão.

	CEJA		Cachoeira Caldeirão	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Obrigações de compra				
Compra de Energia	9.284	8.825	69.356	65.970
Materiais e serviços	33.193	22.790	19.254	23.221
Prêmio de risco - GSF	79.694	75.083		
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	122.389	141.238	330.262	353.181
	244.560	247.936	418.872	442.372

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas nas datas base de 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, ou seja, sem projeção dos índices de correção e não estão ajustados a valor presente.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	CEJA		Cachoeira Caldeirão	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Obrigações de compra				
Compra de Energia	10.821	11.031	81.176	82.446
Materiais e serviços	33.014	23.362	22.296	26.792
Prêmio de risco - GSF	241.616	241.616		
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	172.487	161.193	557.487	535.496
	<u>457.938</u>	<u>437.202</u>	<u>660.959</u>	<u>644.734</u>

17.2.6.2 Garantias

Os empreendimentos controlados em conjunto apresentam as garantias conforme demonstradas abaixo:

Garantias	Tipo de Garantias	CEJA		Cachoeira Caldeirão	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	(i) Depósito Cauçionado; (ii) Fiança Bancária; (iii) Fiança Corporativa; (iv) Penhor de ações; e (v) Penhor de Direitos	468.866	494.242	588.163	562.101
Debêntures	(i) Fiança Bancária; e (ii) Fiança Corporativa			217.883	217.885
Seguro de vida	Aval de acionista				
Ações judiciais	(i) Depósito caucionado; (ii) Fiança bancária; e (iii) Seguro garantia.	184	180	38.130	34.050
Compra de energia	(i) Depósito caucionado; (ii) Fiança bancária; (iii) Fiança corporativa; (iv) Recebíveis; e (v) Seguro garantia.				1.196
Outros	Recebíveis	2.438	2.431	1.539	1.534
		<u>471.488</u>	<u>496.853</u>	<u>845.715</u>	<u>816.766</u>

18 Investimentos e Provisão para passivo a descoberto

Nas demonstrações financeiras da Controladora os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa, são avaliadas por equivalência patrimonial.

• Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia está exposta ou tem direito de determinar as políticas financeiras e operacionais para obter retornos variáveis decorrentes de suas atividades.

• Coligadas e Controladas em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos do Grupo EDP - Energias do Brasil em coligadas e *joint ventures* incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação em Outros resultados abrangentes é reconhecida diretamente contra o Patrimônio Líquido da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou controladas em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo EDP - Energias do Brasil e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do Grupo EDP - Energias do Brasil. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas e controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo EDP - Energias do Brasil.

• Combinação de negócios

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo ativo (negócio), independente da sua forma jurídica. No momento da aquisição a companhia adquirente deverá reconhecer e mensurar os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores à valor justo, que resultará no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) ou em um ganho proveniente de compra vantajosa, sendo o ganho alocado ao resultado do período. Os custos gerados pela aquisição dos ativos deverão ser alocados diretamente ao resultado na medida que são incorridos.

18.1 Aquisição de ativos - Mata Grande Transmissora

Em 11 de fevereiro de 2021 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, na data de 10 de fevereiro de 2021, assinou contrato de compra e venda com o consórcio formado pela I.G. Distribuição e Transmissão de Energia S.A e ESS Energias Renováveis Ltda. para aquisição de 100% das quotas da Mata Grande Transmissora de Energia Ltda. (Mata Grande Transmissora).

O consórcio arrematou o lote 18, no Leilão de Transmissão para Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 002/2018, realizado pela ANEEL em 28 de junho de 2018, com 23,63% de deságio sobre a RAP máxima.

A Mata Grande Transmissora é composta por uma linha de transmissão de 230 kV com 113 km de extensão no estado do Maranhão. O projeto já possui licença de instalação e deverá entrar em operação com antecipação frente ao cronograma da ANEEL, em setembro de 2022. A linha está próxima aos lotes 11 e 7, este em fase final de desenvolvimento, o que permitirá sinergias de construção e operação.

O investimento total estimado é de R\$88,5 milhões, considerando o valor de aquisição e o CAPEX total, bem como os benefícios fiscais. A RAP é de R\$8,4 milhões caracterizando um rácio de 9,4% RAP/CAPEX. A alavancagem foi estimada em aproximadamente 80%, sendo o regime tributário da Mata Grande Transmissora o de lucro presumido.

Em 11 de maio de 2021 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que efetivou a aquisição da Mata Grande Transmissora após as vendedoras I.G. Distribuição e Transmissão de Energia S.A. e ESS Energias Renováveis Ltda. terem atendido a todas as condições precedentes estipuladas no contrato de compra e venda firmado anteriormente. Após análises efetuadas pela Companhia, a operação de compra foi classificada como aquisição de ativos, assim sendo, fora do alcance do CPC 15 - Combinação de Negócios, pelo valor de custo de aquisição de R\$1.320, relativo ao patrimônio líquido na data da aquisição de R\$6.252, gerando um resultado positivo pelo valor justo do ativo adquirido de R\$4.932.

18.2 Combinação de negócios - Inova Soluções de Energia e subsidiárias

Em 25 de fevereiro de 2021 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, nesta data, assinou através de sua controlada EDP Smart Serviços, um contrato de compra e venda com a AES Tietê Energia S.A. para aquisição de 100% das quotas, com direito de voto, representativas do capital social da Inova Soluções de Energia, e suas respectivas subsidiárias, a Nova Geração Solar e a Energia Solar I (Nota 1.1.1).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



A Inova Soluções de Energia é uma plataforma de investimento em geração solar distribuída detentora de um portfólio de aproximadamente 34MWp localizados nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais, em diferentes estágios de desenvolvimento. Deste total, aproximadamente 16MWp referem-se a empreendimentos contratados e em operação comercial, garantindo acréscimo de receita no curtíssimo prazo. Os demais 18MWp são caracterizados por projetos *ready to build* em Minas Gerais, que permitirão à Companhia o desenvolvimento da obra, a contratação em um mercado estratégico e o aproveitamento de sinergias operacionais com outros ativos na região.

No 1º semestre 2021, a controlada EDP Smart Serviços, com base no CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, contratou laudo de avaliação, junto a consultores independentes para mensuração dos ativos e passivos adquiridos a valor justo.

Com a conclusão da aquisição da Inova Soluções de Energia em 14 de junho de 2021, e os valores estabelecidos no momento da negociação passaram por avaliação de consultoria especializada, contratada pela Companhia, para realização de cálculo dos montantes a serem contabilizados a valor presente. O montante total trazido a valor presente foi de R\$100.245, deste total foram pagos à vista o montante de R\$66.656. Foi retido o montante de R\$33.589 do saldo de aquisição base, com a finalidade de garantir o cumprimento das obrigações pós fechamento.

18.3 Combinação de negócios - EDP Goiás

Em 14 de outubro de 2021, a Companhia, subsidiária Santa Leopoldina, sagrou-se vencedora no procedimento licitatório na modalidade de leilão, realizado na forma do edital CelgPar nº 02/2021, para alienação de 100% das ações da Celg Transmissão S.A. ("Celg-T") pertencentes à companhia Celg de Participações – CelgPar, pelo montante de R\$1.977.000.

A liquidação do leilão e a consumação da aquisição das ações EDP Goiás, por meio da celebração de contrato de compra e venda de ações, foi homologada pela Comissão de Licitação, aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) na data de 04 de janeiro de 2022, e recebeu anuência da ANEEL na data de 24 de janeiro de 2022.

Em 07 de fevereiro de 2022, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, em cumprimento ao disposto nos termos da Instrução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, conforme alterada, e em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 14 de outubro de 2021 que, naquela, concluiu a aquisição de 99,994% das ações da EDP Goiás (anteriormente denominada Celg Transmissão S.A.), pelo montante, atualizado nesta data-base, de R\$2.113.690.

A EDP Goiás (Nota 1.1) possui um portfólio de 755,5 Km de rede e opera 14 subestações (12 próprias + 2 como acessantes), percorrendo predominantemente o estado de Goiás. O prazo de concessão é até o período de 2043 a 2046 e apresenta Receita Anual Permitida ("RAP") de R\$ 223,0 milhões (ciclo 2021/2022). Esta transação reforça o ciclo de crescimento da EDP Brasil, com ênfase nos segmentos de distribuição e transmissão, apresentado ao mercado em 26 de abril de 2021.

Os três contratos de concessão (Nota 2) da EDP Goiás, e suas datas de vigência são: (i) Contrato de Concessão nº63/2001, de 1º de janeiro de 2013 até 1º de janeiro de 2043; (ii) Contrato de Concessão nº03/2015, de 6 de março de 2015 até 6 de março de 2045; e (iii) Contrato de concessão nº04/2016, de 20 de janeiro de 2016 até 20 de janeiro de 2046. Os três contratos podem ser prorrogados a critério do Poder Concedente.

A Companhia avaliou a operação por meio do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e determinou que os ativos adquiridos e os passivos assumidos constituem um negócio e satisfazem as condições para a aplicação do método de aquisição de combinação de negócios por meio da aquisição de controle, análise dos *inputs* e *outputs*, teste de concentração e substantivo.

O montante total pago na aquisição foi alocado provisoriamente, na data de sua realização como ativo intangível relacionado ao direito de uso da concessão e passivo não circulante de imposto de renda diferido, não contendo valor residual alocado como *goodwill*. O laudo de aquisição está sendo elaborado por consultoria especializada e independente, com isso, a Administração da Companhia estima que a alocação definitiva deva ocorrer ao longo do segundo semestre de 2022, dentro do prazo estipulado pelo CPC 15 (R1), item 45 e não se espera alterações significativas em relação à alocação provisória que foi realizada.

O preço de aquisição, que se refere à contraprestação conforme edital, adicionado aos ajustes de atualização monetária para a referida avaliação foi de R\$2.113.690.

O valor de aquisição dos ativos e passivos na data de aquisição é apresentado a seguir:

	Nota	31/01/2022		Nota	31/01/2022
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		194.348	Fornecedores		1.519
Consumidores e concessionárias		26.094	Impostos e contribuições sociais		7.321
Ativos da Concessão		160.492	Dividendos e JSCP		35.246
Impostos e contribuições sociais		2.225	Empréstimos e financiamentos		10.668
Estoques		18.928	Obrigações sociais e trabalhistas		4.094
Outros Créditos		5.588	Encargos setoriais		2.768
Total do Ativo Circulante		407.675	Outras contas a pagar		675
			Total do Passivo Circulante		62.291
Não circulante			Não circulante		
Ativos da concessão	21	1.097.325	Impostos e contribuições sociais e diferidos	10.1	355.254
Cauções e depósitos vinculados		1.291	Empréstimos e financiamentos		84.260
Outros créditos		12.958	Benefícios pós-emprego		1.498
Investimentos		532	Encargos setoriais		1.944
Propriedade para investimentos		63.515	Provisões		12.295
Imobilizado		9.304	Outras contas a pagar		1.646
Intangível		1.790	Total do Passivo Não circulante		456.897
Total do Ativo Não circulante		1.186.715	Patrimônio Líquido		
Total do Ativo		1.594.390	Capital Social		328.750
			Reservas		773.072
			Lucros (Prejuízos) acumulados		(40.689)
			Resultado do período		14.069
			Total do Patrimônio líquido (i)		1.075.202
			Total do Passivo		1.594.390

O cálculo do montante desembolsado está demonstrado a seguir:

Aquisição de ativos	Nota	Valor Contábil
Investimento	(i)	1.036.992
Direito de Concessão	24	1.631.361
Tributos diferidos	10	(554.663)
Valor Pago na aquisição		2.113.690

(i) R\$130 na data de aquisição, refere-se à participação de não controladores (Nota 30.5).

O montante do investimento da Companhia na adquirida considera adequação de políticas do Grupo EDP - Energias do Brasil.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



18.4 Movimentação dos Investimentos e da Provisão para passivo a descoberto

	Controladora								% Participação direta	
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas / Amortizações	Equivalência patrimonial	Dividendos / JSCP	Outros resultados abrangentes	Outras	Transferência	Saldo em 30/06/2022	
Investimentos										
EDP São Paulo	1.290.518			322.040	(762.202)	42.600			892.956	100,00
EDP Espírito Santo	1.382.908			311.079	(494.408)	17.070			1.216.649	100,00
Lajeado	236.985			62.845	(104.386)				195.444	55,86
Lajeado (Mais Valia)	91.755			(1.335)			(796)		89.624	55,86
Mata Grande Transmissora	12.816			(1.962)					10.854	100,00
EDP Transmissão Aliança	308.855			(8.393)					300.462	90,00
EDP Transmissão SP-MG	291.203			7.904					299.107	100,00
Enerpeixe	399.462			(7.354)					392.108	60,00
Energest (Nota 17.1)				82.302	(78.602)			(3.700)	-	100,00
EDP Trading	348.817			29.462					378.279	100,00
EDP Smart Energia	20.279			9.138					29.417	100,00
CEJA (Nota 17.2)	-			33.052	(33.980)			928	-	50,00
CEJA (Mais Valia) (Nota 17.2)	-								-	50,00
Cachoeira Caldeirão (Nota 17.2)	-			(936)				936	-	50,00
Cachoeira Caldeirão (Mais Valia) (Nota 17.2)	-								-	50,00
Porto do Pecém	2.734.834			131.594		(62.853)			2.803.575	100,00
Porto do Pecém (Mais Valia)	290.761			(9.968)					280.793	100,00
Pecém TM	5.383			1.362					6.745	50,00
Pecém OM	3.757			180					3.937	50,00
Resende	21.182			(8)					21.174	100,00
EDP Smart Serviços	124.091			(18.502)		993			106.582	100,00
Mabe	391			(275)					116	50,00
Celesc(*)	698.188			103.966	(28.784)	64.985			838.355	29,90
São Manoel	603.696			(9.908)					593.788	33,334
EDP Ventures	19.275			140					19.415	100,00
Energia Solar II	-								-	100,00
Energia I	-								-	100,00
Energia II	-								-	100,00
	8.885.156	-	-	1.036.424	(1.502.362)	62.795	(796)	(1.836)	8.479.380	
Direito de Concessão (Nota 18.4.1)										
EDP São Paulo	9.841		(728)						9.113	
Enerpeixe	1.722		(58)						1.664	
Lajeado	58.105		(2.638)						55.467	
	69.668	-	(3.424)	-	-	-	-	-	66.244	
Total dos Investimentos	8.954.824	-	(3.424)	1.036.424	(1.502.362)	62.795	(796)	(1.836)	8.545.624	
Santa Leopoldina	(1.065)			(52.858)					(53.923)	100,00
Total de Provisão para passivo a descoberto	(1.065)	-	-	(52.858)	-	-	-	-	(53.923)	
Investimento líquido	8.953.759	-	(3.424)	983.566	(1.502.362)	62.795	(796)	(1.836)	8.491.701	

(*) O montante de R\$838.355 refere-se ao investimento na Celesc no período findo em 31 de março de 2022.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Equivalên- cia Patrimonial	Dividendos/ JSCP	Outros resultados abrangentes	Transferên- cia	Saldo em 30/06/2022
Investimentos							
EDP - Energias do Brasil							
Celesc	698.188		103.966	(28.784)	64.985		838.355
Pecém TM	5.383		1.362				6.745
Pecém OM	3.757		180				3.937
CEJA (Nota 17.2)	-		33.052	(33.980)		928	-
Cachoeira Caldeirão (Nota 17.2)	-		(936)			936	-
Mabe	391		(275)				116
São Manoel	603.696		(9.908)				593.788
EDP Trading							
BBCE	470	532					1.002
Total dos Investimentos	1.311.885	532	127.442	(62.764)	64.985	1.864	1.443.943
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Equivalên- cia Patrimonial	Dividendos/ JSCP	Outros resultados abrangentes	Transferên- cia	Saldos em 30/06/2022
Provisão para passivo a descoberto							
Blue Sol	(2.329)		1.004				(1.325)
Total de Provisão para passivo a descoberto	(2.329)	-	1.004	-	-	-	(1.325)
Investimento líquido	1.309.556	532	128.446	(62.764)	64.985	1.864	1.442.618

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



18.4.1 Direito de concessão

Conforme o ICPC 09, os Direitos de concessão são classificados como investimentos na controladora. Para fins de consolidação, estão classificados como Intangível (Nota 24.1.3).

18.5 Participação direta dos investimentos

Companhia	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)				% de participação da Companhia				Ativos totais	Passivos (Circulantes e Não circulantes)		Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		Receitas		Resultado líquido do período		
	30/06/2022		31/12/2021		30/06/2022		31/12/2021			30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021	
	Ordinárias / Quotas	Preferenciais	Ordinárias / Quotas	Preferenciais	Capital social integralizado	Capital votante	Capital social integralizado	Capital votante										
EDP São Paulo	39.091.735		39.091.735		100,00	100,00	100,00	100,00	6.472.427	7.214.987	5.579.471	5.924.469	892.956	1.290.518	2.759.958	2.627.156	322.041	179.804
EDP Espírito Santo	5.876		5.876		100,00	100,00	100,00	100,00	6.121.202	6.588.861	4.904.553	5.205.953	1.216.649	1.382.908	2.502.519	2.219.387	311.079	165.904
Energest (Nota 17.1)	48.205		48.205		100,00	100,00	100,00	100,00	343.415	477.610	79.950	204.835	263.465	272.775	106.248	207.221	68.838	72.452
Lajeado	113.690		113.690		55,86	100,00	55,86	100,00	1.383.246	1.357.556	673.235	657.824	710.011	699.732	343.854	332.852	135.852	131.594
CEJA (Nota 17.2)	12.897		12.897		50,00	50,00	50,00	50,00	1.740.690	1.802.672	741.403	801.531	999.287	1.001.141	152.433	141.893	66.104	26.597
Enerpeixe	499.951		499.951		60,00	60,00	60,00	60,00	1.812.631	1.866.974	1.159.117	1.201.201	653.514	665.773	149.135	136.990	(12.259)	(24.689)
Cachoeira Caldeirão (Nota 17.2)	364.000		364.000		50,00	50,00	50,00	50,00	1.415.066	1.395.979	849.503	828.545	565.563	567.434	82.561	75.228	(1.871)	(17.743)
EDP Trading (*)	32.606		32.606		100,00	100,00	100,00	100,00	2.881.657	2.292.065	2.503.378	1.943.248	378.279	348.817	1.498.912	1.356.472	29.462	27.799
EDP Smart Energia	4.531		4.531		100,00	100,00	100,00	100,00	312.263	122.251	282.846	101.972	29.417	20.279	144.138	46.847	9.138	(622)
EDP Smart Serviços	10		10		100,00	100,00	100,00	100,00	576.933	516.509	470.350	392.417	106.583	124.092	21.474	11.314	(18.502)	(6.968)
Porto do Pecém	2.368.998		2.368.998		100,00	100,00	100,00	100,00	3.932.736	3.939.611	1.129.161	1.204.777	2.803.575	2.734.834	511.144	789.735	131.593	112.528
Pecém TM	1.682		1.682		50,00	50,00	50,00	50,00	17.948	15.539	4.643	4.770	13.305	10.769	13.893	10.336	2.725	946
Pecém OM	3.527		3.527		50,00	50,00	50,00	50,00	9.587	9.299	1.824	1.786	7.763	7.513	3.923	4.010	360	350
São Manoel	803.341		803.341		33,33	33,33	33,33	33,33	3.837.665	3.818.594	2.056.337	2.007.542	1.781.328	1.811.052	199.472	180.989	(29.724)	(28.433)
Mabe	283.076		283.076		50,00	50,00	50,00	50,00	5.651	6.172	5.419	5.390	232	782			(550)	(1.560)
Resende	21.573		21.573		100,00	100,00	100,00	100,00	21.206	21.213	31	30	21.175	21.183			(8)	(8)
Horizon Transmissão ES (**)																15.105		25.060
Horizon Transmissão MA I (**)																108.243		46.136
Horizon Transmissão MA II (***)																22.315		12.568
EDP Transmissão Aliança	113.851		113.851		90,00	90,00	90,00	90,00	2.414.619	2.316.687	2.080.772	1.973.515	333.847	343.172	137.295	322.531	(9.325)	70.519
EDP Transmissão SP-MG	33.001		33.001		100,00	100,00	100,00	100,00	2.619.630	2.488.283	2.320.523	2.197.080	299.107	291.203	204.351	325.434	7.904	61.568
Celelec(**)	5.141	6.391	5.141	6.391	29,90	33,11	29,90	33,11	3.043.353	2.803.107	196.826	181.738	2.846.527	2.621.369			259.859	199.154
EDP Ventures	6.501		6.501		100,00	100,00	100,00	100,00	39.635	38.663	20.219	19.387	19.416	19.276			140	(746)
Mata Grande Transmissora	8.830		8.830		100,00	100,00	100,00	100,00	120.753	117.128	109.899	104.312	10.854	12.816	30.064	19.773	(1.962)	(338)
Blue Sol	66.665		66.665		40,00	40,00	40,00	40,00	24.129	24.129	29.950	29.950	(5.821)	(5.821)			(2.310)	
Santa Leopoldina	10		10		100,00	100,00	100,00	100,00	2.201.527	2.510	2.255.450	3.575	(53.923)	(1.065)			(52.858)	

(*) O montante em 31 de dezembro de 2021 para a controlada EDP Trading está reapresentado para adequada informação em R\$249.883 entre o ativo e o passivo totais, que se refere a adiantamento a fornecedor e de cliente.
(**) Os montantes patrimoniais referem-se às informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2022 e às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e de resultado às informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2022 e 2021 respectivamente.
(***) No período de 2022, a Novo Horizon, atual controladora destas transmissoras, alterou a denominação social das empresas de EDP Transmissão, EDP Transmissão MA I e EDP Transmissão MA II para Horizon Transmissão ES S.A., Horizon Transmissão MA I S.A e Horizon Transmissão MA II S.A., respectivamente.

18.6 Reconciliação das informações financeiras dos Investimentos

Segue abaixo a reconciliação dos principais saldos de investimento:

	EDP São Paulo		EDP Espírito Santo		Lajeado		Enerpeixe		Porto do Pecém		São Manoel		Celelesc	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido - Saldo inicial	1.290.518	987.963	1.382.908	1.082.961	699.732	676.832	665.773	664.277	2.734.834	2.613.691	1.811.052	1.890.863	2.586.668	1.984.612
Distribuição de dividendos aos acionistas	(762.203)	(124.309)	(494.410)	(193.356)	(111.986)	(316.668)		4.313	131.593	(125.184)			(41.897)	(178.504)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	322.041	446.677	311.079	444.408	122.265	339.369	(12.259)	(2.817)		246.560	(29.724)	(79.811)	259.859	563.172
Outros resultados abrangentes	42.800	(19.813)	17.072	48.895		199			(62.852)	(233)				217.388
Patrimônio líquido - Saldo final	892.956	1.290.518	1.216.649	1.382.908	710.011	699.732	653.514	665.773	2.803.575	2.734.834	1.781.328	1.811.052	2.804.630	2.586.668
Percentual de participação societária - %	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	55,86%	55,86%	60,00%	60,00%	100,00%	100,00%	33,334%	33,334%	29,90%	29,90%
Participação nos investimentos	892.956	1.290.518	1.216.649	1.382.908	396.629	390.887	392.108	399.462	2.803.575	2.734.834	593.788	603.696	838.355	773.190
Partes Beneficiárias					(252.150)	(252.150)								
Benefício Fiscal					56.244	56.244								
Resultados Acumulados					(5.280)	42.004								
Saldo contábil do investimento na Controladora	892.956	1.290.518	1.216.649	1.382.908	195.443	236.985	392.108	399.462	2.803.575	2.734.834	593.788	603.696	838.355	773.190
Participação dos não controladores	-	-	-	-	514.568	462.747	261.406	266.311	-	-	1.187.540	1.207.356	1.966.275	1.813.478

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



19 Divulgação em outras Entidades

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 45 - Divulgação em Outras Entidades, as demonstrações financeiras condensadas relativas a cada um dos empreendimentos controlados em conjunto relevantes e coligada estão apresentadas a seguir. Os investimentos destes empreendimentos são contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial e os valores apresentados nas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as IFRS.

19.1 Empreendimentos controlados em conjunto (Joint venture)

Todas as informações apresentadas abaixo representam 100% dos saldos dos empreendimentos controlados em conjunto que, na avaliação da Companhia, são considerados relevantes.

CEJA

A CEJA é a detentora do direito da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari (UHE Jari), com sede no município de São Paulo - SP. O empreendimento foi transferido para ativo mantido para venda, conforme nota 17.2.

Cachoeira Caldeirão

A Cachoeira Caldeirão é a detentora do direito de concessão da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão, com sede na cidade de Ferreira Gomes no estado do Amapá. O empreendimento foi transferido para ativo mantido para venda, conforme nota 17.2.

São Manoel

A São Manoel é a detentora do direito de concessão da Usina Hidrelétrica São Manoel, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

Mediante substituição do consórcio construtor da UHE São Manoel, ocorrida em janeiro de 2017, a Administração projetou que haveria um incremento no montante total previsto para a construção da UHE São Manoel, uma vez que gastos adicionais seriam demandados junto às novas empresas para a conclusão da construção dentro do cronograma esperado.

Devido ao ocorrido, em 31 de dezembro de 2016, a São Manoel procedeu o teste de recuperabilidade dos ativos para constatar se esse potencial incremento no valor total do ativo seria recuperável. Com base em premissas que vão desde a base de determinação do valor recuperável, até a taxa de desconto, a São Manoel, no exercício de 2016, entendendo que usou as melhores estimativas disponíveis para o cálculo, identificou uma perda no valor recuperável do ativo UHE São Manoel no valor de R\$460.236, registrada em contrapartida da rubrica Outras despesas operacionais, no resultado daquele exercício.

Adicionalmente, a São Manoel avalia a obrigação de indenizar a cargo da Pan Seguros S.A., seguradora que emitiu apólice de seguro garantia em favor da São Manoel, com início de cobertura a partir de julho de 2014. A São Manoel contratou parecer jurídico junto a consultores especializados o qual conclui que a São Manoel possui direito ao recebimento da indenização visto que o seguro possui como objetivo garantir a execução, em regime de empreitada total, a preço fixo, dos fornecimentos de materiais e equipamentos, montagem, serviços de engenharia e obras civis, na modalidade "Turn Key" pleno, para a implantação do empreendimento. O limite de indenização pela apólice é R\$429.555.

Em agosto de 2018, a Pan Seguros S.A. encerrou o procedimento de regulação do sinistro e negou cobertura securitária à São Manoel. Em razão disso, em janeiro de 2019, foi ajuizada ação de cobrança pela São Manoel em face da seguradora. Em outubro de 2019, foi proferida sentença desfavorável à São Manoel, diante desta decisão, foi interposto recurso de Apelação, o qual aguarda julgamento. O prognóstico de perda permanece classificado como "possível" pelos assessores jurídicos da São Manoel.

A São Manoel monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade. Nos exercícios 2021, 2020, 2018 e 2017 a São Manoel procedeu a revisão do teste de recuperabilidade dos ativos, não identificando a necessidade de reversão ou complemento ao valor registrado no exercício de 2016.

No entanto, no último trimestre de 2019, a Administração da São Manoel, por meio de testes de sensibilidade, alterações regulatórias, e análise de indicadores, identificou indicativos de que o cálculo de valor recuperável da usina poderia estar subavaliado, tendo efeito sobre o lançamento de *impairment* reconhecido em 2016. Os indicadores identificados vão desde a homologação da nova Garantia Física, até fatores de melhora no cenário macroeconômico, componentes para desconto de fluxo de caixa na avaliação de investimentos, utilizados para cálculo do valor recuperável.

Após realizadas as análises de indicadores e performedo o teste de recuperabilidade, utilizando as fontes internas e externas de informação previstas no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a São Manoel procedeu com o registro da reversão no montante de R\$111.191.

Em 30 de junho de 2022 a Administração da São Manoel efetuou a análise da situação patrimonial e financeira e concluiu que o valor registrado de ativos não financeiros no período, considerando o acima exposto, é recuperável, não tendo constituído valor adicional ou reversão.

19.1.1 Demonstrações financeiras condensadas

Balanco Patrimonial

Ativo	São Manoel	
	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	199.722	93.791
Consumidores e Concessionárias	56.276	47.942
Outros créditos	69.381	75.724
	<u>325.379</u>	<u>217.457</u>
Não circulante		
Imposto de renda e Contribuição social a compensar		
Tributos diferidos	323.544	308.250
Outros créditos	78.996	126.403
	<u>402.540</u>	<u>434.653</u>
Imobilizado	3.040.930	3.094.742
Intangível	68.816	71.742
Total do ativo	<u>3.837.665</u>	<u>3.818.594</u>
Passivo	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		
Fornecedores	18.978	23.234
Debêntures	35.340	37.882
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	55.811	48.861
Provisões	23.019	24.007
Outras contas a pagar	12.095	12.538
	<u>145.243</u>	<u>146.522</u>
Não circulante		
Tributos diferidos	25	19
Debêntures	259.551	273.456
Empréstimos e financiamentos	1.576.146	1.510.707
Uso do bem público	54.682	52.097
Provisões	20.401	24.389
Outras contas a pagar	289	352
	<u>1.911.094</u>	<u>1.861.020</u>
Patrimônio Líquido	<u>1.781.328</u>	<u>1.811.052</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>3.837.665</u>	<u>3.818.594</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Demonstração do Resultado

	2022	2021
Receitas	199.472	180.989
Custo da produção e serviço de energia elétrica	(139.949)	(125.701)
Despesas e Receitas operacionais	(6.642)	(5.944)
Resultado financeiro	(97.899)	(92.418)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	15.294	14.641
Resultado líquido do exercício	(29.724)	(28.433)

19.1.2 Extensão de prazo - GSF

Assim como as controladas de geração que tiveram os incrementos nos prazos de concessão descrito na nota 24.1.3.1, a São Manoel também procedeu com o registro contábil conforme abaixo:

	Direito de concessão GSF - ACL		Direito de concessão GSF - ACR		Total	
	Incremento - R\$	Incremento - prazo	Incremento - R\$	Incremento - prazo	Incremento - R\$	Incremento - prazo
São Manoel	11.484	5,8	4.737	2,2	16.221	8,0
Total	11.484		4.737		16.221	

19.1.3 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e depósitos vinculados a litígios – Circulante e Não circulante

19.1.3.1 Risco de perda provável

	São Manoel		
	Passivo		Saldo em 30/06/2022
	Saldo em 31/12/2021	Atualização	
Trabalhistas	2.714	290	3.004
Outros	663	12	675
Total Não circulante	3.377	302	3.679

19.1.3.2 Risco de perda possível

	São Manoel			
			Ativo	
			Depósito Judicial	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Trabalhistas	6.147	5.479	10	
Cíveis	1.213	1.679	4	
Fiscais	45.894	44.321	2.608	2.501
Total	53.254	51.479	2.622	2.501

São Manoel

Cíveis

A São Manoel é parte em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal - MPF, sob a alegação de supostas irregularidades no licenciamento ambiental para a construção da UHE São Manoel, quanto ao não cumprimento das condicionantes relativas ao componente indígena.

Na ação o MPF requer em sede de liminar a suspensão do licenciamento. Em virtude da complexidade do pedido, não é possível estimar o valor econômico envolvido, pois os reflexos de eventual suspensão do licenciamento vão variar de acordo com o valor do investimento já realizado pela São Manoel para a construção do empreendimento. Apesar dos argumentos sólidos da defesa, a São Manoel e seus assessores jurídicos classificam a ação com risco possível em virtude da tendência protetiva da matéria ambiental. Atualmente a ação aguarda julgamento do recurso interposto pelo MPF.

Fiscais

- Mandado de Segurança, executado pela São Manoel em face do Estado do Pará, para discutir a constitucionalidade do diferencial de alíquota de ICMS que deveria estar previsto por Lei Complementar, bem como, a forma de cálculo prevista na lei estadual nº 8.315/15, em 30 de junho de 2020, em consideração a decisão desfavorável em 2ª instância a São Manoel incluiu esse processo no grupo de risco de perda possível o valor envolvido em 30 de junho de 2022 é de R\$27.639 (R\$26.687 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente o processo encontra-se em fase de recurso ao Tribunal Superior.

- Ação judicial movida pela São Manoel em face da Receita Federal do Brasil, na qual discute a não homologação dos pedidos de compensações de créditos de retenções na fonte (IRRF), envolvendo o montante de R\$7.658 em 30 de junho de 2022 (R\$7.366 em 31 de dezembro de 2021). A São Manoel aguarda o julgamento.

- Discussão administrativa decorrente de Auto de infração, lavrado pelo Estado do Pará, objetivando a cobrança do diferencial de alíquota, relativo ao período compreendido entre março e agosto de 2016, o montante envolvido em 30 de junho de 2022 é de R\$7.233 (R\$7.040 em 31 de dezembro de 2021). A São Manoel apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento.

19.1.4 Compromissos contratuais e Garantias

19.1.4.1 Compromissos contratuais

Em 30 de junho de 2022, os empreendimentos controlados em conjunto apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados pelo seu montante total.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal de suas atividades operacionais atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente que representam a taxa média de financiamento para a construção dos empreendimentos.

	São Manoel	
	30/06/2022	31/12/2021
Obrigações de compra		
Compra de Energia		34.515
Encargos de conexão e Transporte de Energia	29	88
Materiais e serviços	27.937	32.083
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.043.683	1.100.522
	1.071.649	1.167.208

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 30 de junho de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção e não estão ajustados a valor presente.

	São Manoel	
	30/06/2022	31/12/2021
Obrigações de compra		
Compra de Energia		32.883
Encargos de conexão e Transporte de Energia	26	86
Materiais e serviços	28.368	32.831
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.823.574	1.736.501
	1.851.968	1.802.301

19.1.4.2 Garantias

Garantias	Tipo de Garantias	São Manoel	
		30/06/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	(i) Depósito Cauçionado; (ii) Fiança Bancária; (iii) Fiança Corporativa; (iv) Penhor de ações; e (v) Penhor de Direitos	1.648.232	1.576.836
Debêntures	(i) Fiança Bancária; e (ii) Fiança Corporativa	308.095	325.674
Executante construtor	Seguro garantia	823	823
		1.957.150	1.903.333

19.2

Coligada

A Companhia detém 6.390.720 ações preferenciais, acrescidas a 5.140.868 ações ordinárias, totalizando 11.531.588 ações, que representam 29,90% do capital social total da Celesc.

A Celesc é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista que atua desde 1955 nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia. Durante esse período, consolidou-se como uma das maiores empresas do setor elétrico brasileiro, com reconhecimento nacional e internacional pela qualidade dos seus serviços e por suas ações nos campos técnico, econômico, ambiental e social. Em 2006, atendendo ao modelo preconizado pela legislação do setor elétrico nacional, a Celesc foi estruturada como *Holding*, com duas subsidiárias integrais: a Celesc Geração S.A., que conta com 12 usinas operacionais com 115,27 MW de capacidade e a Celesc Distribuição S.A., que atende mais de 3,2 milhões de clientes, para 285 municípios, além de parte do município de Rio Negro, no Paraná. Além disso, possui a controlada em conjunto Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS que atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

As informações apresentadas abaixo representam 100% dos saldos da Celesc, extraídas das: (i) informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2022, divulgadas ao mercado em 20 de maio de 2022; e (ii) demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, divulgadas ao mercado em 11 de março de 2022, que, na avaliação da Companhia, são considerados relevantes para divulgação. A Companhia avaliou os eventos societários divulgados ao mercado pela Celesc entre 1º de janeiro e 30 de junho de 2022 e não identificou eventos relevantes a serem ajustados nas demonstrações financeiras utilizadas para cálculo da equivalência patrimonial.

19.2.1

Demonstrações financeiras individuais condensadas

Balanco Patrimonial

Ativo	31/03/2022	31/12/2021	Passivo	31/03/2022	31/12/2021
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5.345	26.872	Dividendos e JCP a Pagar	166.215	134.356
Tributos a recuperar	29.044	37.879	Obrigações Fiscais	6.770	23.304
Dividendos a receber	177.789	145.877	Outros passivos circulantes	3.214	3.483
Outros ativos circulantes	70	51		176.199	161.143
	212.248	210.679			
Não circulante			Não circulante		
Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	137.478	137.478	Provisões	20.567	20.477
Outros ativos não circulantes	64.982	51.984	Outros passivos não circulantes	60	118
	202.460	189.462		20.627	20.595
			Patrimônio Líquido	2.846.527	2.621.369
Investimentos	2.624.048	2.398.187	Total do passivo e patrimônio líquido	3.043.353	2.803.107
Imobilizado		282			
Intangível	4.315	4.441			
Total do ativo	3.043.353	2.803.107			

Demonstração do Resultado

	31/03/2022	31/03/2021
Despesas e Receitas operacionais	(1.693)	(5.342)
Resultado das participações societárias	264.425	202.766
Resultado financeiro	(2.873)	208
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos		1.522
Resultado líquido do período	259.859	199.154

19.2.2

Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e depósitos vinculados a litígios – Circulante e Não circulante

19.2.2.1 Risco de perda provável

	31/03/2022		31/12/2021	
	Passivo	Ativo Depósito Judicial	Passivo	Ativo Depósito Judicial
Trabalhistas		4.686		4.686
Cíveis	271	49.997	181	21.748
Fiscais	16.813	2.117	16.813	2.117
Regulatórias	3.483	8.182	3.483	8.182
Total Não circulante	20.567	64.982	20.477	36.733

19.2.2.1.1 Fiscais

Estão relacionadas às contingências de ordem tributária na esfera federal, relativas a recolhimento de COFINS e Contribuição Previdenciária, e na esfera municipal, associadas às notificações fiscais expedidas pela Prefeitura de Florianópolis para exigência de ISS.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



19.2.2.1.2 Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc D discute com outros agentes setoriais (concessionários de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação setorial.

20 Ativo financeiro indenizável

	Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2021	Transferência dos ativos da concessão	Valor justo	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 30/06/2022
Ativo financeiro indenizável	4.362.393	494.987	247.602	(18.760)	(3.383)	5.082.839
Total Não circulante	4.362.393	494.987	247.602	(18.760)	(3.383)	5.082.839

As controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo no ativo não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estes ativos financeiros são avaliados a valor justo com base no Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos vinculados à concessão, revisado a cada quatro anos por meio do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR, conforme estabelecido no contrato de concessão.

O método do Valor Novo de Reposição - VNR estabelece que cada ativo é valorado, a preços atuais, por todos os gastos necessários para sua substituição por idêntico, similar ou equivalente que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente. A aplicação deste método se dá pela utilização do Banco de Preços Referenciais, do Banco de Preços da empresa ou de Orçamento Referencial.

O Banco de Preços Referenciais representa os custos médios regulatórios, por agrupamento, de componentes menores e custos adicionais, conforme definido no Anexo V dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, submódulo 2.3.

O Banco de Preços da empresa é definido como o banco formado com base em informações da própria empresa, podendo ser aplicado unicamente para os equipamentos principais ou também para os componentes menores e custos adicionais.

O Orçamento Referencial representa o valor de um bem ou suas partes constituintes por meio da comparação de dados de mercado relativos a outros de características similares, aplicado exclusivamente sobre Edificações, obras civis e benfeitorias.

O Ativo financeiro indenizável é ajustado: (i) por atualização do IPCA de acordo com a Resolução Normativa nº 686/15; e (ii) por adições e baixas de itens da infraestrutura conforme regulamentação da ANEEL.

Estes ativos serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão e os efeitos da mensuração a valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Nesse sentido, a avaliação é validada mediante fiscalização da ANEEL e ocorre a partir de inspeções em campo da infraestrutura da concessão, seguindo metodologia e critérios de avaliação de bens, considerados elegíveis, das concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, com o objetivo restabelecer o nível eficiente dos custos operacionais e da base de remuneração regulatória das concessionárias.

21 Ativos da concessão

	Consolidado											
	Valor líquido em 31/12/2021	Transferên- cia para o Intangível	Transferên- cia para o Ativo financeiro indenizável	Adições (Notas 21.1.1 e 32)	Remunera- ção	RAP	Aquisição de empresas (Nota 18.3)	Juros Capitalizados	Margem de Construção	Reclassifica- ção	Outros (**)	Valor líquido em 30/06/2022
	Reapresenta- do (*)											
Distribuição	858.576	(212.073)	(494.987)	701.584				7.409		(532)		859.977
Transmissão	4.881.645			192.719	340.439	(175.286)	1.257.817	87	(13.017)	(21)	13.175	6.497.558
	5.740.221	(212.073)	(494.987)	894.303	340.439	(175.286)	1.257.817	7.496	(13.017)	(553)	13.175	7.357.535
Circulante	55.184											420.663
Não circulante	5.685.037											6.936.872

(*) O montante em 31 de dezembro de 2021 está reapresentado para adequada informação na rubrica de Transmissão, incluindo montante de R\$1.659 de reversão.

(**) O montante apresentado na coluna de Outros refere-se ao reconhecimento do PIS e COFINS que incidem nas adições dos ativos da concessão das controladas de transmissão.

21.1 Distribuição

Referem-se ao direito contratual das concessionárias de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e na Deliberação CVM nº 672/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nos Ativos da concessão, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras. A taxa média mensal aplicada no período para determinar o montante dos encargos financeiros passíveis de capitalização foi de 1,5412% para as controladas de distribuição, que representam a taxa efetiva do empréstimo conforme regras previstas do PRORET submódulo 2.4 e Resolução Normativa ANEEL nº 648/15.

Quando da conclusão da construção da infraestrutura, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho exigida pelo CPC 47, sendo os referidos ativos bifurcados como Ativo financeiro indenizável (Nota 20) ou como Intangível (Nota 24), conforme a forma de remuneração.

21.1.1 Adições

A distribuição nos montantes de investimentos das distribuidoras estão destacados a seguir:

	EDP Espírito Santo	EDP São Paulo
Instalação de sistemas de medição, expansão de linhas, subestações e redes de distribuição para ligação de novos clientes	50%	40%
Melhoria da rede, substituição de equipamentos e de medidores, tanto obsoletos quanto depreciados, além do recondução de redes em final de vida útil	20%	17%
Telecomunicações, informática e outras atividades, tais como infraestrutura e projetos comerciais	8%	15%
Combate a perdas	22%	28%
	100%	100%

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



21.2 Transmissão

Os ativos da concessão de transmissão da controlada EDP Goiás estão relacionados aos contratos de concessão de serviço público e são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão.

No entanto, os bens vinculados aos contratos de uso de bem público sob o regime de produtor independente de energia elétrica são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, como determina a Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, às taxas constantes na tabela anexa à mesma Resolução, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

Para as demais transmissoras do Grupo EDP - Energias do Brasil os ativos contratuais incluem os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto vigente quando da formalização do contrato de concessão, conforme CPC 47.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, as transmissoras reconhecem receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcional ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de “ativo de contrato” até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque as transmissoras ainda detêm obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia apresentadas na nota 31.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

22 Propriedades para investimentos

O montante em 30 de junho de 2022 refere-se substancialmente à controlada EDP Goiás adquirida no período (Notas 4.7 e 18.3), sendo referente a imóveis recebidos pela EDP Goiás como promessa de compra e venda, com anuência da CELGPAR, de acordo com o CPC 28 – Propriedade para Investimento, de operações realizadas anteriormente a aquisição da controlada pela Companhia. O montante foi ajustado ao valor justo com base no referido CPC, pois foram considerados inservíveis à concessão da Celg Distribuição S.A., e repassados à EDP Goiás, conforme acordo de cisão ocorrido.

23 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do período.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

A taxa de depreciação considera o prazo de vida útil dos bens, entretanto, para os ativos não indenizáveis pelo Poder Concedente ao final da concessão/autorização, a depreciação é registrada considerando o prazo remanescente de concessão/autorização.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados às usinas hidrelétricas passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

23.1 Composição do Imobilizado

Nota	Controladora							
	30/06/2022				31/12/2021			
	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	7,58	24.797	(4.295)	20.502	12,50	24.797	(3.334)	21.463
Máquinas e equipamentos	13,20	28.225	(21.709)	6.516	11,52	28.069	(20.905)	7.164
Veículos	14,29	1.245	(970)	275	10,00	1.245	(931)	314
Móveis e utensílios	6,25	7.460	(2.462)	4.998	8,67	7.460	(2.251)	5.209
		61.727	(29.436)	32.291		61.571	(27.421)	34.150
Total do Imobilizado em serviço		61.727	(29.436)	32.291		61.571	(27.421)	34.150
Ativos de direito de uso	23.1.2							
Edificações, obras civis e benfeitorias	9,81	13.580	(930)	12.650	11,16	7.762	(437)	7.325
Veículos	20,00	6.089	(722)	5.367				
Total Ativos de direito de uso		19.669	(1.652)	18.017		7.762	(437)	7.325
Imobilizado em curso								
Administração		27.698	-	27.698		26.092	-	26.092
Total do Imobilizado em curso		27.698	-	27.698		26.092	-	26.092
Total Imobilizado		109.094	(31.088)	78.006		95.425	(27.858)	67.567

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Nota	Consolidado							
	30/06/2022				31/12/2021			
	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		183.610		183.610		183.610		183.610
Reservatórios, barragens e adutoras	1,84	1.764.278	(608.776)	1.155.502	1,84	1.764.278	(590.674)	1.173.604
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,26	943.791	(335.799)	607.992	2,26	944.039	(324.532)	619.507
Máquinas e equipamentos	3,93	5.454.566	(2.274.706)	3.179.860	3,93	5.446.291	(2.154.431)	3.291.860
Veículos	14,49	4.703	(3.904)	799	14,48	4.890	(3.784)	1.106
Móveis e utensílios	7,04	5.430	(2.060)	3.370	6,61	5.295	(1.879)	3.416
		8.356.378	(3.225.245)	5.131.133		8.348.403	(3.075.300)	5.273.103
Sistema de Transmissão de Conexão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,38	2.993	(1.471)	1.522	3,38	2.993	(1.421)	1.572
Máquinas e equipamentos	3,06	201.713	(94.044)	107.669	3,06	201.715	(91.001)	110.714
		204.706	(95.515)	109.191		204.708	(92.422)	112.286
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	6,65	37.219	(7.008)	30.211	9,93	37.218	(5.746)	31.472
Máquinas e equipamentos	7,95	195.257	(77.131)	118.126	10,37	186.153	(67.594)	118.559
Veículos	12,23	9.990	(4.521)	5.469	13,54	8.794	(3.095)	5.699
Móveis e utensílios	6,74	11.665	(4.497)	7.168	8,54	11.260	(3.981)	7.279
		254.131	(93.157)	160.974		243.425	(80.416)	163.009
Atividades não vinculadas à concessão								
Terrenos		85		85		85		85
Edificações, obras civis e benfeitorias	8,70	47.619	(12.384)	35.235	9,95	47.028	(10.442)	36.586
		47.704	(12.384)	35.320		47.113	(10.442)	36.671
Atividades vinculadas à concessão	23.1.1							
Veículos	14,29	(5.176)	1.361	(3.815)	14,29	(5.716)	953	(4.763)
		(5.176)	1.361	(3.815)		(5.716)	953	(4.763)
Total do Imobilizado em serviço		8.857.743	(3.424.940)	5.432.803		8.837.933	(3.257.627)	5.580.306
Ativos de direito de uso	23.1.2							
Terrenos	25,11	7.320	(1.926)	5.394	3,84	7.139	(1.007)	6.132
Edificações, obras civis e benfeitorias	10,18	96.105	(24.609)	71.496	13,90	90.463	(19.648)	70.815
Máquinas e equipamentos	26,51	25.618	(21.256)	4.362	26,51	25.618	(17.878)	7.740
Veículos	23,12	17.908	(6.656)	11.252	30,55	5.894	(4.338)	1.556
Total Ativos de direito de uso		146.951	(54.447)	92.504		129.114	(42.871)	86.243
Imobilizado em curso								
Geração		171.055		171.055		160.812		160.812
Administração		51.519		51.519		44.879		44.879
Terrenos		897		897		897		897
Edificações, obras civis e benfeitorias		4.200		4.200		4.200		4.200
Máquinas e equipamentos		175.235		175.235		139.656		139.656
Outros		12.518		12.518		51.220		51.220
Total do Imobilizado em curso		415.424	-	415.424		401.664	-	401.664
Total Imobilizado		9.420.118	(3.479.387)	5.940.731		9.368.711	(3.300.498)	6.068.213

23.1.1 Atividades vinculadas à concessão

Refere-se ao desenvolvimento do primeiro ônibus elétrico brasileiro movido totalmente a energia solar, projetado pela montadora BYD em parceria com área de Pesquisa & Desenvolvimento - P&D da controlada Porto do Pecém.

23.1.2 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos decorrentes da aplicação do CPC 06 (R2) (Nota 16.6). Os principais ativos reconhecidos possuem as seguintes características:

- **Terrenos:** refere-se substancialmente a terrenos destinados a projetos de construção de usinas com contratos de arrendamento operacional.
- **Edificações, obras civis e benfeitorias:** Referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) às sedes das empresas pertencentes ao Grupo EDP - Energias do Brasil; e (ii) às lojas de atendimento presencial aos consumidores localizadas nos municípios onde as distribuidoras possuem suas concessões.
- **Máquinas e equipamentos:** Referem-se, substancialmente, à controlada Porto do Pecém e correspondem ao aluguel de máquinas para movimentação e empilhamento do carvão armazenado no pátio.
- **Veículos:** Refere-se, substancialmente, ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

23.2 Movimentação do Imobilizado

	Controladora			
	Valor líquido em			Valor líquido em
	31/12/2021	Ingressos	Depreciação	30/06/2022
Imobilizado em serviço				
Edificações, obras civis e benfeitorias	21.463		(961)	20.502
Máquinas e equipamentos	7.164		(803)	6.361
Veículos	314		(39)	275
Móveis e utensílios	5.209		(211)	4.998
Total do Imobilizado em serviço	34.150	-	(2.014)	32.136
Ativos de direito de uso				
Edificações, obras civis e benfeitorias	7.325	5.818	(493)	12.650
Veículos (Nota 23.2.1)	-	6.089	(722)	5.367
Total Ativos de direito de uso	7.325	11.907	(1.215)	18.017
Imobilizado em curso				
Edificações, obras civis e benfeitorias	650			650
Máquinas e equipamentos	25.442	1.761		27.203
Total do Imobilizado em curso	26.092	1.761	-	27.853
Total do Imobilizado	67.567	13.668	(3.229)	78.006

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Consolidado						
	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço e ativos de concessão	Depreciação	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 30/06/2022
Imobilizado em serviço							
Terrenos	183.695						183.695
Reservatórios, barragens e adutoras	1.173.604			(18.102)			1.155.502
Edificações, obras civis e benfeitorias	689.137		597	(14.611)	(163)		674.960
Máquinas e equipamentos	3.521.133		19.834	(131.859)	(4.626)	1.173	3.405.655
Veículos	2.042		826	(468)	(73)	126	2.453
Móveis e utensílios	10.695		167	(518)		194	10.538
Total do Imobilizado em serviço	5.580.306	-	21.424	(165.558)	(4.862)	1.493	5.432.803
Ativos de direito de uso							
Terrenos	6.132	182		(920)			5.394
Edificações, obras civis e benfeitorias	70.815	5.638		(4.957)			71.496
Máquinas e equipamentos	7.740			(3.378)			4.362
Veículos (Nota 23.2.1)	1.556	12.014		(2.318)			11.252
Total Ativos de direito de uso	86.243	17.834	-	(11.573)	-	-	92.504
Imobilizado em curso							
Terrenos	23.183						23.183
Reservatórios, barragens e adutoras	52	3					55
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.310					(39)	3.271
Máquinas e equipamentos	111.082	24.688	(15.062)		(1)	21.558	142.265
Adiantamento a fornecedores	2.988					6.456	9.444
A ratear	2.456				(10)	(1.062)	1.384
Outros	53.205	7.398	(993)		(1.769)	(14.623)	43.899
Ativos destinados a arrendamentos operacionais							
Terrenos	897						897
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.200	7					4.207
Máquinas e equipamentos	155.705	15.764	(4.772)			8.530	175.227
Outros	22.804	6.350				(27.054)	2.100
Adiantamento a fornecedores	21.782				(18.555)	6.265	9.492
Total do Imobilizado em curso	401.664	54.210	(20.827)	-	(20.335)	31	415.424
Total do Imobilizado	6.068.213	72.044	597	(177.131)	(25.197)	31	5.940.731

23.2.1 Veículos

O valor de ingressos na Controladora e no Consolidado refere-se principalmente a renovação da frota de veículos da Companhia que ocorreu no período.

23.2.2 Ativos destinados a arrendamentos operacionais - Máquinas e equipamentos e Outros

O montante de ingressos de R\$22.121 refere-se a projetos de eficiência energética da controlada EDP Smart Serviços

23.2.3 Imobilizado em curso - Máquinas e equipamentos e Outros

O montante de ingressos de R\$32.086 refere-se a aquisição de equipamentos para manutenção e substituição em torres de resfriamento e caldeiras da controlada Porto do Pecém.

24 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

As servidões permanentes estão registradas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, com exceção da controlada Porto do Pecém, que amortiza suas servidões permanentes pelo prazo de autorização.

Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

24.1 Composição do Intangível

	Controladora							
	30/06/2022				31/12/2021			
	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Administração								
Software	20,00	39.894	(27.086)	12.808	20,00	34.751	(24.999)	9.752
Total do Intangível em serviço		39.894	(27.086)	12.808		34.751	(24.999)	9.752
Intangível em curso								
Administração		27.134	-	27.134		28.673	-	28.673
Total do Intangível em curso		27.134	-	27.134		28.673	-	28.673
Total do Intangível		67.028	(27.086)	39.942		63.424	(24.999)	38.425

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



		Consolidado							
		30/06/2022				31/12/2021			
		Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortiza- ção acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortiza- ção acumulada	Valor líquido
	Nota								
Intangível em serviço									
Distribuição									
Direito de concessão - Infraestrutura	24.1.1	4,78	4.931.786	(3.555.601)	1.376.185	4,65	4.776.007	(3.450.189)	1.325.818
Direito de concessão - Outros		3,82	38.143	(29.030)	9.113	3,82	38.143	(28.302)	9.841
			4.969.929	(3.584.631)	1.385.298		4.814.150	(3.478.491)	1.335.659
Geração e Transmissão									
Software		23,36	2.437	(2.120)	317	21,35	2.437	(2.073)	364
Servidão permanente			1.224	(604)	620		1.224	(604)	620
Direito de concessão - Licenças ambientais		22,69	75.242	(50.570)	24.672	22,06	71.076	(46.265)	24.811
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	24.1.2	3,67	229.799	(96.970)	132.829	3,27	229.799	(92.757)	137.042
Direito de concessão - Outros	24.1.3	2,78	1.572.812	(651.325)	921.487	541,74	1.572.812	(619.016)	953.796
			1.881.514	(801.589)	1.079.925		1.877.348	(760.715)	1.116.633
Sistema de Transmissão de Conexão									
Servidão permanente		3,19	1.132	(346)	786	3,19	1.132	(328)	804
			1.132	(346)	786		1.132	(328)	804
Administração									
Software		20,20	66.964	(43.704)	23.260	20,33	57.399	(39.071)	18.328
Outros		4,38	33.162	(8.220)	24.942	4,38	33.154	(7.564)	25.590
			100.126	(51.924)	48.202		90.553	(46.635)	43.918
Transmissão									
Direito de concessão - Outros	24.1.3	4,43	1.631.361	(32.103)	1.599.258		-	-	-
			1.631.361	(32.103)	1.599.258		-	-	-
Total do Intangível em serviço			8.584.062	(4.470.593)	4.113.469		6.783.183	(4.286.169)	2.497.014
Intangível em curso									
Geração			17.785		17.785		17.785		17.785
Administração			71.358		71.358		67.518		67.518
Total do Intangível em curso			89.143	-	89.143		85.303	-	85.303
Atividades não vinculadas à concessão									
Ágio na incorporação de sociedade controladora	24.1.4	4,18	940.511	13.566	954.077	4,23	940.511	14.611	955.122
(-) Provisão para manutenção de dividendos	24.1.4	4,18	(940.511)	(13.566)	(954.077)	4,23	(940.511)	(14.611)	(955.122)
			-	-	-		-	-	-
Goodwill									
BlueSol	24.1.5		22.477		22.477		22.477		22.477
EDP Smart Soluções			6.148		6.148		37.952	(31.804)	6.148
			28.625	-	28.625		60.429	(31.804)	28.625
Total do Intangível			8.701.830	(4.470.593)	4.231.237		6.928.915	(4.317.973)	2.610.942

24.1.1 Direito de concessão - Infraestrutura

Referem-se ao direito das concessionárias EDP São Paulo e EDP Espírito Santo de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estão registrados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

A amortização é registrada com base na vida útil estimada de cada bem, limitada ao prazo final da concessão. As taxas de amortização utilizadas são as determinadas pela ANEEL, responsável por estabelecer a vida útil dos ativos de distribuição do setor elétrico, e estão previstas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

24.1.2 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado às UHEs das controladas Investco e Enerpeixe. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo. A amortização será até o término do contrato de concessão das controladas.

	Consolidado	
	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 30/06/2022
(*) Reapresentado		
Investco	7.126	(324)
Enerpeixe	129.916	(3.889)
	137.042	(4.213)

(*) Os montantes em 31 de dezembro de 2021 estão reapresentados para adequada informação da controlada Investco, incluindo montante de R\$648 de amortização.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



24.1.3 Direito de concessão - Outros

		Consolidado			
		30/06/2022			
	Nota	Custo	Amortização	Total	
Distribuição					
EDP São Paulo		38.143	(29.030)	9.113	
Transmissão					
EDP Transmissão Litoral Sul		63.851		63.851	
EDP Goiás		24.2 e 18.3	1.631.361	(32.103)	1.599.258
Geração					
Lajeado		164.826	(109.356)	55.470	
Enerpeixe		3.837	(2.173)	1.664	
Porto do Pecém		106.855	(26.969)	79.886	
Investco		787.263	(479.323)	307.940	
Total Geração		1.062.781	(617.821)	444.960	
Extensão de prazo - GSF					
Enerpeixe		216.842	(15.246)	201.596	
Lajeado		229.338	(18.258)	211.080	
Total Extensão de prazo - GSF		24.1.3.1	446.180	(33.504)	412.676
Total			3.242.316	(712.458)	2.529.858

Referem-se à diferença entre o custo total de aquisição do investimento e o seu valor justo, deduzidas das despesas de amortização. A amortização é linear de acordo com o prazo da concessão.

24.1.3.1 Extensão de prazo - GSF

Refere-se ao Projeto de Lei nº 10.985/18, que trata do ressarcimento dos riscos não hidrológicos do Generation Scaling Factor - GSF, por meio de extensão da concessão condicionada à desistência das liminares, foi aprovado em 2019 na Câmara dos Deputados. O Ativo foi reconhecido conforme as estimativas divulgadas pela CCEE dos efeitos do ACL e ACR e os acréscimos pela ANEEL. A amortização teve início em janeiro de 2021 e ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão. No período findo em 30 de junho de 2020, a ANEEL divulgou as Resoluções Autorizativas nº 11.715/22 e 11.998/22 para as controladas CEJA e Enerpeixe, respectivamente, onde são informados os prazos de extensão concedidos (Nota 4.15).

As controladas Enerpeixe e Lajeado efetuaram os incrementos cujos valores e meses estão demonstrados a seguir:

	Direito de concessão GSF - ACL		Direito de concessão GSF - ACR		Total	
	Incremento - R\$	Incremento - prazo	Incremento - R\$	Incremento - prazo	Incremento - R\$	Incremento - prazo
Enerpeixe	216.841	67,0			216.841	67,0
Lajeado	98.416	13,6	130.922	18,5	229.338	32,1
Total	315.257		130.922		446.179	

24.1.4 Ágio - Incorporação de Sociedade Controladora e Provisão para manutenção de dividendos

Refere-se à parcela cindida do ágio incorporado nas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo e Lajeado, decorrentes da aquisição de ações das mencionadas Companhias, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva da expectativa de resultados futuros dentro do prazo de concessão das controladas. Consequentemente ao registro, foi reconhecido um crédito fiscal (Nota 10.2.1.4).

A constituição da provisão para manutenção dos dividendos visa ajustar o valor do ágio pago ao valor do benefício fiscal esperado por sua amortização e, consequentemente, ajustar o fluxo de dividendos futuros das controladas, para que este não seja afetado negativamente pela despesa incorrida na amortização contábil do ágio.

A provisão tem o objetivo de reduzir o valor do ágio ao seu montante líquido (representativo do efetivo benefício fiscal), parcela que possui substância econômica que lhe permite ser considerada um ativo em contrapartida da Reserva Especial de Ágio, no Patrimônio líquido.

24.1.5 Goodwill

O *goodwill* é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores a determinação do *goodwill* inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida e o *goodwill* é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. O *goodwill* apurado sobre investimento adquirido com prazo indefinido, não deve ser amortizado, porém é objeto de análise de redução ao valor recuperável.

24.2 Movimentação do Intangível

	Controladora		
	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Amortização
Intangível em serviço			
Software	9.752		(2.087)
Total do intangível em serviço	9.752	-	(2.087)
Intangível em curso			
Outros Intangíveis em curso	28.673	3.604	
Total do intangível em curso	28.673	3.604	-
Total do Intangível	38.425	3.604	(2.087)

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Consolidado								
	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos (Nota 18.3)	Transferên- cia para intangível em serviço	Transferên- cias dos ativos da concessão	Amortização	Baixas	Reclassifica- ção	Transferên- cia de Investimentos	Valor líquido em 30/06/2022
Intangível em serviço									
Software	18.692		8.617	266	(4.066)			68	23.577
Servidão permanente	1.424				(18)				1.406
Direito de concessão - Licenças ambientais	24.811		4.168	(2)	(4.305)				24.672
Direito de concessão - Infraestrutura	1.325.818			212.073	(150.599)	(14.490)	3.383		1.376.185
Direito de concessão - Uso do Bem Público	137.042				(4.213)				132.829
Direito de concessão - Outros	963.637	1.631.361			(65.140)				2.529.858
Outros intangíveis em serviço	25.590				(656)			8	24.942
Total do intangível em serviço	2.497.014	1.631.361	12.785	212.337	(228.997)	(14.490)	3.383	76	4.113.469
Intangível em curso									
Outros Intangíveis em curso	85.303	15.200	(12.785)	(264)		7	(31)	1.713	89.143
Total do Intangível em curso	85.303	15.200	(12.785)	(264)	-	7	(31)	1.713	89.143
Goodwill	28.625								28.625
Total do Intangível	2.610.942	1.646.561	-	212.073	(228.997)	(14.483)	3.352	1.789	4.231.237

25 Fornecedores

	Nota	Controladora Circulante		Consolidado Circulante	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Suprimento de energia elétrica (i)	25.1			757.096	999.880
Energia livre				41.501	38.368
Encargos de uso da rede elétrica				148.671	146.461
Operações CCEE	25.2			56.807	194.215
Materiais e serviços	25.3	23.739	50.834	396.596	565.168
Total		23.739	50.834	1.400.671	1.944.092

(i) O valor total de garantias de compras de energia em 30 de junho de 2022 é de R\$353.754 (R\$285.397 em 31 de dezembro de 2021) na Controladora e R\$510.497 (R\$585.696 em 31 de dezembro de 2021) no Consolidado.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

25.1 Suprimento de energia elétrica

A variação observada no período refere-se a redução do custo na contratação de energia decorrente do desligamento das termoeletricas pela ONS ao final de 2021 que se mantém em 2022, devido ao aumento das chuvas ocorridas no período citado, acarretando diretamente na redução da parcela variável dos contratos de compra de energia por disponibilidade.

25.2 Operações CCEE

O saldo refere-se às transações de energia comercializada e encargos no âmbito da CCEE. Da redução total, R\$49.657 é decorrente substancialmente da redução das transações de energia e de encargos comercializados no âmbito da CCEE, por sazonalização operacionalizada pelas Distribuidoras, os quais foram impactados pela redução da carga contratada do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits – MCSD. Adicionalmente, a redução tem impacto da liquidação do bônus da crise hídrica no montante de R\$64.018 da EDP São Paulo e de R\$57.761 da EDP Espírito Santo (Nota 16.1.1)

25.3 Materiais e serviços

A redução de R\$168.572 observada na rubrica decorre substancialmente:

- (i) redução de R\$27.095 na Controladora devido ao pagamento de consultorias especializadas contratadas para os processos de novos negócios no exercício de 2021;
- (ii) redução de R\$127.099 da controlada Porto do Pecém ocorreu devido a liquidação dos montantes a pagar a fornecedores referente a importação de carvão no exercício anterior;
- (iii) redução de R\$15.389 da controlada EDP Transmissão Litoral Sul ocorreu devido a liquidação de montantes em aberto relacionados a obras de construção civil dada a entrada em operação da controlada (Nota 40.1)

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



26 Debêntures
26.1 Composição do saldo de Debêntures

												Controladora								
												30/06/2022					31/12/2021			
												Encargos		Principal			Encargos		Principal	
												Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Agente Fiduciário	Empresa	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Moeda Nacional																				
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 400/03	48.066	1	48.066	3ª Série da 4ª emissão em 15/09/2015	15/09/2015 a 15/09/2024	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,2608% a.a. até 14/03/2016 IPCA + 8,7608% a.a. a partir de 15/03/2016 (ii)	Amortizações anuais a partir de setembro de 2022 e juros semestral		4.156		26.277	42.033	72.466	1.882	29.266	34.927	66.075
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(16.347)		15/09/2015 a 15/09/2024			Amortização mensal					(137)	(137)			(191)	(191)
Planner Trustee Distribuidora	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 476/09	25.000	10	250.000	5ª emissão em 22/03/2016	22/03/2016 a 15/04/2022	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,3479% a.a.	Amortizações anuais a partir de abril de 2021 e juros semestrais						-	5.001	165.936		170.937
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(7.097)		22/03/2016 a 15/04/2022			Amortização mensal						-		(192)		(192)
Total												4.156	-	26.277	41.896	72.329	6.883	195.010	34.736	236.629
Consolidado																				
												30/06/2022					31/12/2021			
												Encargos		Principal			Encargos		Principal	
												Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
												Agente Fiduciário	Empresa	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	19.000	10	190.000	5ª emissão em 07/04/2017	07/04/2017 a 07/04/2022	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	108,75% do CDI a.a.	Principal semestral a partir de abril/2020 e juros semestral						-	711	38.000		38.711
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(1.301)		07/04/2017 a 07/04/2022			Amortização mensal						-		(17)		(17)
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	190.000	1	190.000	7ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/07/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 5,91%	Principal anual a partir de agosto/2023 e juros semestral		5.791			240.406	246.197	5.683		228.348	234.031
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(2.941)		15/08/2018 a 15/07/2025			Amortização mensal					(1.055)	(1.055)			(1.299)	(1.299)
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	300.000	1	300.000	8ª emissão em 30/03/2019	09/04/2019 a 30/03/2024	Refinanciar e alongar o prazo média da dívida e capital de giro	106,90% do CDI a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		9.462			300.000	309.462	5.910		300.000	305.910
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(375)		09/04/2019 a 30/03/2024			Amortização mensal					(375)	(375)			(481)	(481)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	500.000	1	500.000	10ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/07/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 3,26%	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		8.335			575.266	583.601	9.646		501.034	510.680
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(9.559)		12/02/2021 a 15/07/2025			Amortização mensal					(5.750)	(5.750)			(6.702)	(6.702)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	400.000	1	400.000	11ª emissão em 04/08/2021	04/08/2021 a 15/07/2025	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	Principal no final do contrato e juros semestral		22.344			400.000	422.344	12.779		400.000	412.779
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(1.399)		04/08/2021 a 15/07/2025			Amortização mensal					(1.078)	(1.078)			(1.253)	(1.253)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	270.000	1	270.000	12ª emissão em 25/05/2022	25/05/2022 a 25/05/2027	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,20% a.a.	Principal anual a partir de maio/2025 e juros semestral					270.000	270.000				-
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(1.399)		25/05/2022 a 25/05/2027			Amortização mensal					(924)	(924)				-
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	15.000	10	150.000	7ª emissão em 07/04/2017	07/04/2017 a 07/04/2022	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	108,75% do CDI a.a.	Principal semestral a partir de abril/2020 e juros semestral						-	564	30.293		30.857
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.052)		07/04/2017 a 07/04/2022			Amortização mensal						-		(14)		(14)

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



												Consolidado								
												30/06/2022				31/12/2021				
												Encargos		Principal			Encargos		Principal	
Agente Fiduciário	Empresa	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	260.000	1	260.000	9ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/08/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 5,91%	Principal anual a partir de agosto/2023 e juros semestral		18.107			319.082	337.189	17.958		302.004	319.962
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(3.948)		15/08/2018 a 15/08/2025			Amortização mensal					(1.416)	(1.416)			(1.745)	(1.745)
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	200.000	1	200.000	10ª emissão em 30/03/2019	09/04/2019 a 30/03/2024	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	106,60% do CDI a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		6.290			200.000	206.290	3.929		200.000	203.929
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(301)		09/04/2019 a 30/03/2024			Amortização mensal					(301)	(301)			(386)	(386)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	700.000	1	700.000	11ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/01/2026	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 3,91%	Principal anual a partir de janeiro/2025 e juros semestral		13.972			805.374	819.346	15.065		711.485	726.550
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(4.001)		12/02/2021 a 15/01/2026			Amortização mensal					(1.928)	(1.928)			(2.240)	(2.240)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	350.000	1	350.000	12ª emissão em 04/08/2021	04/08/2021 a 20/07/2026	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	Amortizações anuais a partir de julho de 2024 e juros semestral		19.111			350.000	369.111	11.181		350.000	361.181
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.234)		04/08/2021 a 20/07/2026			Amortização mensal					(952)	(952)			(1.106)	(1.106)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	450.000	1	450.000	13ª emissão em 20/12/2021	20/12/2021 a 20/12/2026	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,38% a.a.	Amortizações anuais a partir de dezembro de 2024 e juros semestral		1.965			450.000	451.965	1.086		450.000	451.086
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.944)		20/12/2021 a 20/12/2026			Amortização mensal					(1.714)	(1.714)			(1.944)	(1.944)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	450.000	1	450.000	14ª emissão em 25/05/2022	25/05/2022 a 25/05/2027	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,20% a.a.	Principal anual a partir de maio/2025 e juros semestral					450.000	450.000				-
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.944)		25/05/2022 a 25/05/2027			Amortização mensal					(1.490)	(1.490)				-
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 400/03	48.066	1	48.066	3ª Série da 4ª emissão em 15/09/2015	15/09/2015 a 15/09/2024	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,2608% a.a. até 14/03/2016 IPCA + 8,7608% a.a. a partir de 15/03/2016 (ii)	Amortizações anuais a partir de setembro de 2022 e juros semestral		4.156		26.277	42.033	72.466	1.882	29.266	34.927	66.075
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(16.347)		15/09/2015 a 15/09/2024			Amortização mensal					(137)	(137)			(191)	(191)
Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 476/09	25.000	10	250.000	5ª emissão em 22/03/2016	22/03/2016 a 15/04/2022	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,3479% a.a.	Amortizações anuais a partir de abril de 2021 e juros semestrais						-	5.001	165.936		170.937
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(7.097)		22/03/2016 a 15/04/2022			Amortização mensal								(192)		(192)
Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado	Instrução CVM nº 476/09	200.000	1	200.000	2ª série da 2ª emissão em 08/12/2017	08/12/2017 a 08/12/2022	Readequação da estrutura de capital, com redução de capital social.	113,70% do CDI a.a.	Principal anual a partir de dezembro/2021 e juros semestral		868		100.000		100.868	667	100.000		100.667
(-) Custos de emissão	Lajeado				(1.635)		08/12/2017 a 08/12/2022			Amortização mensal				(37)		(37)		(78)		(78)
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado	Instrução CVM nº 476/09	100.000	1	100.000	3ª emissão em 14/11/2018	14/11/2018 a 20/10/2022	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	109,25% do CDI a.a.	Principal anual a partir de outubro/2021 e juros semestral		1.230		50.000		51.230	836	50.000		50.836
(-) Custos de emissão	Lajeado				(351)		14/11/2018 a 20/10/2022			Amortização mensal				(16)		(16)		(41)		(41)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado	Instrução CVM nº 476/09	150.000	1	150.000	5ª emissão em 21/06/2021	21/06/2021 a 17/06/2024	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,05% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		797			150.000	150.797	702		150.000	150.702
(-) Custos de emissão	Lajeado				(608)		21/06/2021 a 17/06/2024			Amortização mensal					(991)	(991)			(493)	(493)

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



											Consolidado										
											30/06/2022				31/12/2021						
											Encargos		Principal			Encargos		Principal			
												Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	
Agente Fiduciário	Empresa	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias										
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado	Instrução CVM nº 476/09	200.000	1	200.000	6ª emissão em 05/05/2022	05/05/2022 a 05/05/2025	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,45% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		4.100			200.000	204.100				-	
Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Enepeixe	Instrução CVM nº 476/09	32.000	10	320.000	2ª emissão em 20/11/2017	20/11/2017 a 20/12/2022	Realavancagem e redução de capital	116% do CDI a.a.	Principal semestral a partir de junho/2020 e juros semestral	Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios de Contratos de Energia	245		53.441		53.686	388	106.752		107.140	
(-) Custos de emissão	Enepeixe				(2.048)		20/11/2017 a 20/12/2022			Amortização mensal				(43)		(43)		(127)		(127)	
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Enepeixe	Instrução CVM nº 476/09	255.000	1	255.000	3ª emissão em 23/11/2018	23/11/2018 a 23/11/2023	Alongamento da dívida.	112,48% do CDI a.a.	Principal em parcela única em novembro/2023 e juros semestral		3.732			255.000	258.732	2.614		255.000	257.614	
(-) Custos de emissão	Enepeixe				(510)		23/11/2018 a 23/11/2023			Amortização mensal					(146)	(146)			(197)	(197)	
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Enepeixe	Instrução CVM nº 476/09	275.000	1	275.000	4ª emissão em 30/03/2021	30/03/2021 a 20/03/2026	Capital de giro	CDI + 1,75% a.a.	Principal anual a partir de março/2025 e juros semestral		10.356			275.000	285.356	6.939		275.000	281.939	
(-) Custos de emissão	Enepeixe				(1.084)		30/03/2021 a 20/03/2026			Amortização mensal					(769)	(769)			(887)	(887)	
Simplific Pavarini Distribuido	EDP Transmissão Aliança	Instrução CVM nº 476/09	1.200.000	1	1.200.000	1ª emissão em 15/10/2018	15/10/2018 a 15/10/2028	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 21 do leilão 05/2016-ANEEL	IPCA + 6,7200% a.a.	Principal semestral a partir de abril/2023 e juros semestral	a. Fianças Corporativas da EDP - Energias do Brasil e da Celesc proporcionais às suas participações acionárias; b. Depósitos caucionados.	23.023		27.417	1.487.046	1.537.486	22.720		1.434.857	1.457.577	
(-) Custos de emissão	EDP Transmissão Aliança				(56.660)		15/10/2018 a 15/10/2028			Amortização mensal				(6.952)	(24.367)	(31.319)			(34.764)	(34.764)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Transmissão SP-MG	Instrução CVM nº 476/09	800.000	1	800.000	2ª emissão em 15/07/2019	15/07/2019 a 15/07/2039	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	IPCA + 4,45% a.a.	Principal semestral a partir de julho/2022 e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	25.753		23.394	1.069.206	1.118.353	107.074	7.030	923.117	1.037.221	
(-) Custos de emissão	EDP Transmissão SP-MG				(56.278)		15/07/2019 a 15/07/2039			Amortização mensal				(4.359)	(39.233)	(43.592)		(4.381)	(41.395)	(45.776)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Transmissão SP-MG	Instrução CVM nº 476/09	525.000	1	525.000	3ª emissão em 05/11/2021	05/11/2021 a 05/11/2023	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	CDI + 1,10% a.a.	Principal no final e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	10.759			525.000	535.759	5.785		525.000	530.785	
(-) Custos de emissão	EDP Transmissão SP-MG				(1.266)		05/11/2021 a 05/11/2023			Amortização mensal					(862)	(862)			(1.166)	(1.166)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Santa Leopoldina	Instrução CVM nº 476/09	700.000	1	700.000	1ª emissão em 19/01/2022	19/01/2022 a 17/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	CDI + 1,52% a.a.	Principal e juros no final	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil		38.479		700.000	738.479				-	
(-) Custos de emissão	Santa Leopoldina				(404)		19/01/2022 a 17/01/2024			Amortização mensal					(307)	(307)				-	
Total moeda nacional												190.396	38.479	269.122	8.979.618	9.477.615	239.120	522.427	6.944.523	7.706.070	
Derivativos																					
Safra	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	500.000	1	700.000	10ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/01/2026	Plano de Investimento 2019, 2020 e 2021	Swap de IPCA + 3,91% a.a. para CDI + 1,50% a.a.	Principal anual a partir de janeiro/2025 e juros semestral		25.948			(96.402)	(70.454)	10.260		(3.248)	7.012	
Itaú	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	700.000	1	500.000	11ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/07/2025	Plano de Investimento 2019, 2020 e 2021	Swap de IPCA + 3,26% a.a. para CDI + 1,15% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		19.644			(70.383)	(50.739)	7.614		3.687	11.301	
Total derivativos												45.592	-	-	(166.785)	(121.193)	17.874	-	439	18.313	
Total geral												235.988	38.479	269.122	8.812.833	9.356.422	256.994	522.427	6.944.962	7.724.383	

(i) Conforme cláusula 4.2.3.2. da escritura da emissão, que prevê um aumento de 0,3% na taxa anual face um rebaixamento de pelo menos dois níveis no rating da emissora frente ao da data da emissão. Em 25 de fevereiro de 2016 o rating da EDP Espírito Santo foi rebaixado pela agência Moody's da nota "Aa1.br" em escala local e "Baa3" em escala global para a nota "Aa2.br" em escala local e "Ba2" em escala global.
(ii) Conforme cláusula 9.1. da escritura da emissão, que prevê um aumento de 0,5% no spread anual face um rebaixamento de pelo menos dois níveis no rating da emissora frente ao da data da emissão. Em 25 de fevereiro de 2016 o rating da Companhia foi rebaixado pela agência Moody's da nota "Aa3.br" em escala local e "Ba2" em escala global para a nota "A2.br" em escala local e "Ba3" em escala global.

As debêntures são demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, a exceção das 10ª e 11ª emissões da EDP Espírito Santo e EDP São Paulo respectivamente, que estão mensurada a valor justo considerando opção irrevogável de mensuração no reconhecimento inicial decorrente de contratação de derivativo de swap, com a finalidade de evitar descasamento de mensuração entre os instrumentos financeiros e das 7ª e 9ª emissões das controladas de distribuição, mensuradas a valor justo considerando expediente de aplicação de hedge de valor justo.
O valor total referente as garantias das debêntures mencionados acima em 30 de junho de 2022 na Companhia é de R\$3.776.330 (R\$2.490.708 em 31 de dezembro de 2021) e no consolidado R\$3.983.763 (R\$3.123.723 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



26.2 Movimentação das debêntures

Controladora										
	Valor líquido em 31/12/2021	Pagamentos	Juros provisiona- dos	Transferên- cias	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 30/06/2022			
Circulante										
Principal	195.202	(171.422)		(7.106)		9.603	26.277			
Juros	6.883	(9.735)	7.008				4.156			
Custo de transação	(192)			(54)	246		-			
	201.893	(181.157)	7.008	(7.160)	246	9.603	30.433			
Não circulante										
Principal	34.927			7.106			42.033			
Custo de transação	(191)			54			(137)			
	34.736	-	-	7.160	-	-	41.896			
Consolidado										
	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Pagamentos	Juros provisiona- dos	Juros integraliza- dos	Transferên- cias	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado	Valor líquido em 30/06/2022
Circulante										
Principal	527.277		(292.733)			(62.858)		108.843		280.529
Juros	239.120		(257.935)	314.515	(105.304)					190.396
Custo de transação	(4.850)					(15.955)	9.398			(11.407)
Swap	17.874		(23.938)	51.656						45.592
	779.421	-	(574.606)	366.171	(105.304)	(78.813)	9.398	108.843	-	505.110
Não circulante										
Principal	7.040.772	1.620.000			105.304	62.858		238.974	(4.495)	9.063.413
Juros	-			38.479						38.479
Custo de transação	(96.249)	(3.501)				15.955				(83.795)
Swap	439								(167.224)	(166.785)
	6.944.962	1.616.499	-	38.479	105.304	78.813	-	238.974	(171.719)	8.851.312

26.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	Controladora	Consolidado
Circulante		
2022	16.020	361.988
2023	14.413	143.122
	30.433	505.110
Não circulante		
2023	17.327	1.174.778
2024	24.569	2.001.355
2025		3.105.564
2026		772.138
2027		973.465
2028 até 2040		824.012
	41.896	8.851.312
Total	72.329	9.356.422

As emissões realizadas pela Companhia e suas controladas não são conversíveis em ações.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

Em 30 de junho de 2022 a Companhia e as controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Lajeado, Enerpeixe, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG, Porto do Pecém e Santa Leopoldina encontram-se em pleno atendimento de todas as obrigações previstas no contrato de emissão de debêntures.

EDP - Energias do Brasil

• Para ambas as emissões:

- (i) Descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;
- (ii) Descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;
- (iii) Pedido de autofalência;
- (iv) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, decretação de falência, liquidação ou dissolução da Companhia ou pelas Controladas Relevantes - EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Enerpeixe, ou qualquer controlada cuja receita represente mais de 20% da receita consolidada da Companhia, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;
- (v) Descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro da Dívida Líquida Consolidada em relação ao EBITDA Consolidado nas datas de apuração, qual seja 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano, não superior a 3,5;
- (vi) Protesto de título contra a Emissora e/ou suas Controladas Relevantes, cujo valor individual, ou agregado, ultrapasse R\$75.000, desde que não tenha sido comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário, que foi contestado de boa-fé e/ou não tenha sido sanado em 30 dias contados de sua intimação; e
- (vii) Arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra constrição de bens e/ou direitos, ou vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, com valor, individual ou agregado, superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas.

• Específicas para a 4ª emissão:

- (i) Fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária (inclusive incorporação e/ou incorporação de ações) da Emissora, salvo se: (a) divulgado pela Emissora por meio de fato relevante ou comunicado ao mercado até a data da Escritura de Emissão; (b) por determinação legal ou regulatória; (c) concedida anuência prévia dos titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas - AGD especialmente convocada para tal finalidade; ou (d) não provocar alteração do rating da Emissão para uma nota inferior a: (aa) "AA-" (duplo A menos) pela Standard & Poors Ratings do Brasil Ltda.; (bb) "Aa3.br" pela Moody's; ou (cc) "AA-" (duplo A menos) pela Fitch Ratings Brasil Ltda.;
- (ii) Notificação de pagamento oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva contra a Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, com valor, individual ou agregado, superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas; e

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



(iii) Venda, cessão, locação ou qualquer forma de alienação ou promessa de alienação total ou parte relevante de ativos da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$75.000, sem aprovação prévia dos titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação, reunidos em AGD especialmente convocada para tal finalidade, ressalvada a alienação de ativos ou projetos, individualmente considerados, desde que não tenha sido divulgado pela Emissora por meio de fato relevante ou comunicado ao mercado e que tenham capacidade instalada individual, atual ou futura, de até 70MW, e de forma que afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Emissora.

• Específicas para a 5ª emissão:

(i) Fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária (inclusive incorporação e/ou incorporação de ações) da Emissora, salvo se: (a) por determinação legal ou regulatória (ressalvada, neste caso, a hipótese de extinção); (b) concedida anuência prévia dos titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% dos Debenturistas presentes à AGD, especialmente convocada para tal finalidade; ou (c) não provocar a queda do *rating* da Emissão em 2 ou mais *notches*; e

(ii) Descumprimento, pela Emissora ou pelas Controladas Relevantes, de sentença judicial transitada em julgado ou de qualquer decisão ou sentença administrativa ou arbitral não sujeita a recurso contra a Emissora, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas, e desde que, cumulativamente, a critério dos Debenturistas, seja capaz de colocar em risco o cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora.

Controladas

EDP São Paulo

(i) EDP São Paulo (7ª, 8ª, 9ª e 10ª emissões): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado¹, não superior a 3,5 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano;

(ii) EDP São Paulo (11ª emissão): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado^(*), não superior a 3,5 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano, para os anos de 2021, 2022, 2023 e 2024; e não superior a 4,0 na data de apuração, de 2025 até o vencimento;

(iii) EDP São Paulo (12ª, 13ª e 14ª emissões): Descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida ajustada²/EBITDA ajustado, em 31 de dezembro de cada ano, e não superior a 4,0 na data de apuração; e

(iv) EDP São Paulo (11ª emissão) celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a R\$200.000.

EDP Espírito Santo

(i) EDP Espírito Santo (5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª emissões): descumprimento, pela Emissora, da manutenção do índice financeiro Dívida líquida em relação ao EBITDA ajustado^(*) na data de apuração, 31 de dezembro de cada ano, sendo não superior a 3,5;

(ii) EDP Espírito Santo (5ª e 6ª emissões): declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora no mercado local ou internacional em montante superior a R\$75.000;

(iii) EDP Espírito Santo (10ª, 11ª e 12ª emissões): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida ajustada²/EBITDA ajustado¹, não superior a 4,0 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano; e

(iv) EDP Espírito Santo (10ª emissão): celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a R\$200.000.

EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

(i) EDP São Paulo (8ª, 12ª e 13ª emissões) e EDP Espírito Santo (6ª e 11ª emissões): celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a R\$100.000.

(ii) celebração de contratos de mútuo pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas que representem, no mínimo, dois terços das Debêntures em Circulação, com quaisquer sociedades, nacionais ou estrangeiras, integrantes do seu grupo econômico, em valor individual ou agregado superior a: até 31 de dezembro de 2025, R\$100.000, e após 31 de dezembro de 2025, R\$200.000;

Enerpeixe

(i) Enerpeixe (2ª, 3ª e 4ª emissões): não observância, pela Emissora, do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 vezes, a ser apurado anualmente, em 31 de dezembro de cada ano;

(ii) Enerpeixe (4ª emissão): redução de capital social da controlada para valor inferior a R\$50.000 até 2022, para valor inferior a R\$ 30.000 a partir de 2023 e para valor inferior a R\$ 10.000 a partir de 2025, exceto se para absorção de prejuízos ou em caso de aprovação pelos Debenturistas; e

(iii) Enerpeixe (4ª emissão): declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora no mercado local ou internacional em montante superior a R\$85.000.

Lajeado

(i) Lajeado (2ª, 3ª, 5ª e 6ª emissões): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro da Dívida Líquida em relação ao EBITDA, não superior a 3,5 vezes nas datas de apuração, qual seja 31 de dezembro de cada ano; e

(ii) Lajeado (2ª e 3ª emissões): descumprimento de sentença condenatória final transitada em julgado em ação judicial cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$75.000, sem que esteja em curso eventual ajuizamento, de boa-fé, pela controlada de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos.

(iii) Lajeado (5ª emissão): inadimplemento de sentença judicial, ou decisão administrativa, e/ou decisão arbitral contra a controlada cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$75.000, considerando o período de doze meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajuizamento de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral;

(iv) Lajeado (6ª emissão): inadimplemento de sentença judicial, ou decisão administrativa, e/ou decisão arbitral contra a Companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000, considerando o período de doze meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajuizamento de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral;

Porto do Pecém

(i) Porto do Pecém (1ª emissão): não observância: (a) pela Emissora, do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD maior ou igual a 1,2 vezes a ser apurado anualmente, em 31 de dezembro de cada ano, a partir de 31 de dezembro de 2017; e (b) pela Fiadora (EDP - Energias do Brasil), do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 vezes.

EDP Transmissão Aliança

(i) EDP Transmissão Aliança (1ª emissão): manutenção de Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes da EDP - Energias do Brasil, apurado semestralmente nos meses de junho e dezembro.

EDP Transmissão SP-MG

(i) EDP Transmissão SP-MG (2ª e 3ª emissões): manutenção de Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes da EDP - Energias do Brasil, apurado anualmente em dezembro.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



EDP Transmissão Aliança e EDP Transmissão SP-MG

(i) EDP Transmissão Aliança (1ª emissão) e EDP Transmissão SP-MG (2ª emissão): vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da emissora ou da interveniente garantidora cujo valor individual ou agregado ultrapasse R\$75.000, caso não sanado em 10 dias, ou caso protesto foi efetuado por erro ou má-fé, ou tenha sido cancelado, ou teve sua exigibilidade suspensa por medida judicial.

Santa Leopoldina

(i) distribuição de dividendos da controlada em montante superior ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto na Lei das S.A.; (b) aprovação de resgate ou amortização de ações de emissão da controlada; ou (c) realização de pagamentos aos acionistas da companhia sob obrigações contratuais;

(ii) não observância, pela Garantidora, do índice financeiro resultante da divisão Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,5, a ser apurado anualmente a partir das Demonstrações Financeiras da Garantidora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e verificado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 dias úteis contados da data de recebimento.

¹ O EBITDA ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".

² A Dívida Líquida ajustada não considera em seu cálculo as operações de mútuos com partes relacionadas.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



27 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
27.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

											30/06/2022					31/12/2021				
											Encargos		Principal		Total	Encargos		Principal		Total
											Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Instituição	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Moeda nacional																				
Energest	EDP - Energias do Brasil S.A.	400.000	03/07/2020	100.000	03/07/2020 a 02/07/2022	Contratos de Mútuo		100,3% CDI	Principal e juros com parcela única ao final do contrato					-	5.305		100.000		105.305	
														-	5.305		100.000		105.305	
											Consolidado									
											30/06/2022					31/12/2021				
											Encargos		Principal <th rowspan="3">Total</th> <td colspan="2">Encargos</td> <td colspan="2">Principal<th rowspan="3">Total</th></td>		Total	Encargos		Principal <th rowspan="3">Total</th>		Total
											Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
BNDES - FINEM / Nº 14.2.1238.1	EDP São Paulo	296.785	28/12/2014	253.733	28/12/2014 a 16/12/2024	Programa de investimentos de 2013 a 2015	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	T.JLP a T.JLP + 3,05% a.a., IPCA + TR(ii) + 3,05% a.a., e Pré de 6,00% a.a.	Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal. Principal e juros anuais. (iv)	a. Depósitos caucionados; b. Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil.	68		11.383	17.075	28.526	1.910		47.297	28.776	77.983
(-) Custo de transação	EDP São Paulo		28/12/2014	(1.134)	28/12/2014 a 16/12/2024								(10)	(6)	(16)			(70)	(10)	(80)
Notas Promissórias (5ª Emissão)	EDP São Paulo	300.000	19/07/2019	300.000	19/07/2019 a 17/07/2024	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	106,58% do CDI	Principal e juros com parcela única ao final do contrato			50.851		300.000	350.851		31.721		300.000	331.721
(-) Custo de transação	EDP São Paulo		19/07/2019	(507)	19/07/2019 a 17/07/2024									(208)	(208)				(258)	(258)
BNDES - FINEM / Nº 17.2.0295.1	EDP São Paulo	399.733	05/09/2017	158.600	05/09/2017 a 15/06/2025	Programa de investimentos no triênio de 2016 a 2018	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	T.JLP + 2,96% a.a. IPCA + 3,23% a.a.	a)Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal; b)Principal e juros anuais.	a. Cessão fiduciária de no mínimo 130% do valor do saldo devedor; b. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	382		39.296	77.147	116.825	3.773		32.870	108.983	145.626
(-) Custo de transação	EDP São Paulo		05/09/2017	(3.498)	05/09/2017 a 15/06/2025								(325)	(288)	(613)			(385)	(442)	(827)
BNDES - FINEM / Nº 14.2.1237.1	EDP Espírito Santo	270.924	28/12/2014	249.593	28/12/2014 a 16/12/2024	Programa de investimentos de 2013 a 2015	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	T.JLP a T.JLP + 3,05% a.a., IPCA + TR(ii) + 3,05% a.a., e Pré de 6,00% a.a.	Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal. Principal e juros anuais. (iv)	a.Depósitos caucionados; b. Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil	69		10.967	17.073	28.109	1.727		44.629	28.346	74.702
(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo		28/12/2014	(1.390)	28/12/2014 a 16/12/2024				Amortização mensal do custo de transação					-				(67)	(8)	(75)
BNDES - FINEM / Nº 17.2.0296.1	EDP Espírito Santo	354.078	05/09/2017	174.093	05/09/2017 a 15/06/2025	Programa de investimentos no triênio de 2016 a 2018	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	T.JLP + 2,96% a.a. IPCA + 3,23% a.a.	a)Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal; b)Principal e juros anuais.	a. Cessão fiduciária de no mínimo 130% do valor da prestação vincenda do mês subsequente; b. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	416		43.200	83.960	127.576	4.049		46.909	107.374	158.332
(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo		05/09/2017	(2.676)	05/09/2017 a 15/06/2025				Amortização mensal do custo de transação				(259)	(232)	(491)			(296)	(347)	(643)
MFUG - Cédula de Câmbio	EDP Espírito Santo	300.000	15/01/2021	300.000	15/01/2021 a 17/01/2023	Capital de Giro	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,13% a.a.	Principal em parcela única no final e Juros em parcelas semestrais	Nota Promissória	16.330		300.000	316.330	10.155			300.000		310.155
Notas Promissórias (2ª Emissão)	EDP Espírito Santo	350.000	30/11/2021	350.000	30/11/2021 a 30/11/2023	Capital de Giro	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 4,0, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,20% a.a.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato			24.318		350.000	374.318		3.057		350.000	353.057
(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo		30/11/2021	(734)	30/11/2021 a 30/11/2023				Amortização mensal do custo de transação					(479)	(479)				(648)	(648)
BNDES	Porto do Pecém	1.410.000	10/06/2009	1.402.000	09/07/2009 a 15/06/2026	Implantação da usina termelétrica Pecém I.	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20, apurado anualmente em Dezembro.	2,77% a.a. acima da T.JLP	Principal e juros mensais	a. Penhor de ações; b. Fiança bancária; c. Cessão de direitos e contratos; d. Notas promissórias; e. Hipoteca; e f. Alienação de ativos.	1.748		123.317	370.066	495.131	1.935		123.102	430.966	556.003
(-) Custo de transação	Porto do Pecém	(11.286)	10/06/2009	(11.286)	09/07/2009 a 15/06/2026	-	-		Amortização mensal do custo de transação				(398)	(503)	(901)			(464)	(722)	(1.186)

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Instituição											Consolidado									
											30/06/2022					31/12/2021				
											Encargos		Principal			Encargos		Principal		
		Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
Ações recebíveis cumulativa (v)	Investco					Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"			Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão		5.372	21.036		41.894	68.302	2.584	21.650		40.182	64.416
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Smart Soluções	82.000	20/08/2018	82.000	20/08/2018 a 22/08/2023	Capital de Giro		CDI + 0,45% a.a	Principal semestral a partir de agosto/2020 e juros semestral	a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil	1.431		23.429	11.714	36.574	1.185		23.429	23.429	48.043
MFUG - Cédula de Câmbio	EDP - Trading	200.000	05/04/2021	200.000	05/04/2021 a 05/04/2022	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul		CDI + 0,65% a.a.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato	a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil	6.115			200.000	206.115	8.648		200.000		208.648
MFUG - Cédula de Câmbio	EDP - Trading	100.000	09/09/2021	100.000	09/09/2021 a 09/03/2023	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul		CDI + 0,99% a.a.	Principal a partir 09/09/2022 em parcelas semestrais e juros parcelas semestrais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	3.895		100.000		103.895	2.433		50.000	50.000	102.433
MFUG - Cédula de Câmbio	EDP - Trading	250.000	12/11/2021	250.000	12/11/2021 a 13/11/2023	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul		CDI + 1,165% a.a.	Principal no final e juros parcelas anuais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	18.207			250.000	268.207	3.088			250.000	253.088
Cédula de Crédito Bancário nº 091200050341	EDP - Trading	50.000	14/12/2021		14/12/2021 a 14/01/2022	Capital de Giro		CDI +0,249000% a.m.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	2.016			50.000	52.016					-
CCB BRASIL - 511600554	EDP Goiás	53.581	26/09/2018	53.387	26/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	419		4.853	35.592	40.864					-
(-) Custo de transação	EDP Goiás		26/09/2018		26/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(45)	(334)	(379)					-
CCB BRASIL - 511600555	EDP Goiás	9.132	26/09/2018	7.414	26/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e Amortização mensal do custo de transação	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos	62		674	4.943	5.679					-
(-) Custo de transação	EDP Goiás		26/09/2018		26/09/2018 a 01/10/2030								(10)	(76)	(86)					-
CCB BRASIL - 511600556	EDP Goiás	6.260	26/11/2020	4.521	26/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Principal semestral a partir de maio/2021 e juros semestral	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	38		411	3.014	3.463					-
(-) Custo de transação	EDP Goiás		26/09/2018		26/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(7)	(52)	(59)					-
CCB BRASIL - 511600557	EDP Goiás	8.309	26/09/2018	7.923	26/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	62		720	5.282	6.064					-
(-) Custo de transação	EDP Goiás		26/09/2018		26/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(9)	(70)	(79)					-
CCB BRASIL - 511600561	EDP Goiás	8.508	28/09/2018	8.038	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	68		731	5.359	6.158					-
(-) Custo de transação	EDP Goiás		28/09/2018		28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(10)	(71)	(81)					-
CCB BRASIL - 511600669	EDP Goiás	13.383	28/03/2019	13.207	28/03/2019 a 01/04/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,694%	Juros trimestrais até abril/2020 a partir de maio/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	114		1.201	9.405	10.720					-
(-) Custo de transação	EDP Goiás		28/03/2019		28/03/2019 a 01/04/2031				Amortização mensal do custo de transação				(15)	(119)	(134)					-
CCB BRASIL - 511600670	EDP Goiás	6.406	28/03/2019	6.284	28/03/2019 a 01/04/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,694%	Juros trimestrais até abril/2020 a partir de maio/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	55		571	4.476	5.102					-
(-) Custo de transação	EDP Goiás		28/03/2019		28/03/2019 a 01/04/2031				Amortização mensal do custo de transação				(7)	(57)	(64)					-
CCB BRASIL - 511600682	EDP Goiás	7.004	09/04/2019	6.968	09/04/2019 a 01/05/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,454%	Juros trimestrais até maio/2020 a partir de junho/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	60		633	5.016	5.709					-
(-) Custo de transação	EDP Goiás		09/04/2019		09/04/2019 a 01/05/2031				Amortização mensal do custo de transação				(8)	(62)	(70)					-
CCB BRASIL - 511600785	EDP Goiás	11.992	27/06/2019	10.282	27/06/2019 a 01/07/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,356%	Juros trimestrais até set/2020 a partir de out/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	5		999	7.702	8.706					-
(-) Custo de transação	EDP Goiás		27/06/2019		27/06/2019 a 01/07/2031				Amortização mensal do custo de transação				(14)	(112)	(126)					-
Total moeda nacional											56.932	96.205	661.268	1.847.049	2.661.454	41.487	56.428	566.954	2.015.621	2.680.490

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



											Consolidado									
											30/06/2022				31/12/2021					
											Encargos		Principal				Encargos		Principal	
											Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
Instituição	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira																				
4131 Scotiabank - SWAP	EDP Smart Serviços	17.985 USD	12/04/2021	17.985 USD	12/04/2021 a 12/04/2022	Capital de Giro	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 0,62% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final		1.440		133.007		134.447	463		100.303		100.766
4131 Scotiabank - SWAP	Mata Grande Transmissora	16.283 USD	16/08/2021	16.283 USD	16/08/2021 a 16/08/2022	Investimento no projeto	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 0,66% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final		497		84.835		85.332	228		90.728		90.956
4131 Scotiabank - SWAP	Santa Leopoldina	150.000 USD	14/01/2022	150.000 USD	14/01/2022 a 16/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 1,6175% a.a.	Principal no final e Juros anual		5.895		729.294		735.189					-
4131 Scotiabank - SWAP	Santa Leopoldina	64.941 USD	01/02/2022	64.941 USD	01/02/2022 a 16/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 2,933% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final		3.871		340.142		344.013					-
Total moeda estrangeira											11.703	-	217.842	1.069.436	1.298.981	691	-	191.031	-	191.722
Derivativos																				
4131 Scotiabank - SWAP	EDP Smart Serviços	17.985 USD	12/04/2021	17.985 USD	12/04/2021 a 12/04/2022	Hedge frente ao financiamento do Banco Scotiabank		Swap de variação cambial de USD + 0,62% a.a. para CDI + 0,79% a.a.	Em parcela única no final do contrato.									3.957		3.957
4131 Scotiabank - SWAP	Mata Grande Transmissora	16.283 USD	16/08/2021	16.283 USD	16/08/2021 a 16/08/2022	Hedge frente ao financiamento do Banco Scotiabank		Swap de variação cambial de USD + 0,66% a.a. para CDI + 0,86% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final							2.223		(5.261)		(3.038)
Total derivativos											-	-	-	-	-	2.223		(1.304)	-	919
Total geral											68.635	96.205	879.110	2.916.485	3.960.435	44.401	56.428	756.681	2.015.621	2.873.131

Para melhor apresentação, os saldos de derivativos estão apreendendo na nota 36.1.2.
(*) Conforme Alteração nº1 do Contrato de crédito junto ao MUFG, foi deliberada: (i) a prorrogação do vencimento para 22/07/2021; e (ii) alteração dos juros remuneratórios para CDI + 1,89% a.a. a partir de 22/07/2021.
(i) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".
(ii) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais" e com outras rubricas não operacionais que tenham efeito no caixa.
(iii) Equivale ao resultado da interpolação linear das taxas internas de retorno observadas no mercado secundário das Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), aplicável ao prazo médio de amortização de cada parcela dos Subcréditos B e D.
(iv) Os subcréditos A, C, E e F possuem juros e amortizações mensais, e os subcréditos B e D possuem juros e amortizações anuais.
(v) Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela controlada indireta Investco no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º do estatuto social da Investco, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos. O saldo em 31 de dezembro de 2021 de R\$100.741 (R\$98.591 em 31 de dezembro de 2020) contempla o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações. Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o Item 19 do CPC 39.

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo, exceto para as controladas Mata Grande Transmissora e EDP Smart Serviços, cujas dívidas em moeda estrangeira são demonstrados pelo valor justo na data de 30 de junho de 2022, sendo classificado tal devido ao fato de terem, no reconhecimento inicial, sido mensurados ao valor justo por meio do resultado, e o resultado líquido, incluindo juros, reconhecidos no resultado.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no período findo em 30 de junho de 2022 as mesmas encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de empréstimos e financiamentos.
As operações de empréstimos em moeda estrangeira foram reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado e a forma de realização é marcação a mercado.
O valor total referente às garantias de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, mencionados acima, em 30 de junho de 2022 na Companhia é de R\$2.854.421 (R\$2.068.637 em 31 de dezembro de 2021) e no consolidado R\$3.154.420 (R\$2.116.580 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



27.2 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

		Controladora										
		Valor líquido em 31/12/2021	Pagamentos	Juros provisio- nados	Valor líquido em 30/06/2022							
Circulante												
	Principal	100.000	(100.000)		-							
	Juros	5.305	(9.384)	4.079	-							
		105.305	(109.384)	4.079	-							
Consolidado												
	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Pagamentos	Juros provisio- nados	Transferên- cias	Ajuste a valor presente	Ajuste a valor de mercado	Aquisição de empresas	Reclassifica- ção	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 30/06/2022
Circulante												
Principal	759.267	120.000	(322.119)		313.977		(1.149)	10.793			(542)	880.227
Juros	42.178		(89.308)	113.826	1.510						429	68.635
Custo de Transação	(1.282)				(772)			(125)		1.062		(1.117)
Swap	919								(919)			
	801.082	120.000	(411.427)	113.826	314.715	-	(1.149)	10.668	(919)	1.062	(113)	947.745
Não circulante												
Principal	2.018.056	1.249.870			(313.977)	1.712	(56.361)	85.267			(65.412)	2.919.155
Juros	56.428			40.391	(1.510)	896						96.205
Custo de Transação	(2.435)				772			(1.007)				(2.670)
	2.072.049	1.249.870	-	40.391	(314.715)	2.608	(56.361)	84.260	-	-	(65.412)	3.012.690

Para melhor apresentação, os saldos de derivativos estão apresentados na nota 36.1.2.

27.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	Consolidado		
	Nacional	Estrangeira	Total
Circulante			
2022	211.537	85.332	296.869
2023	505.771	145.105	650.876
	717.308	230.437	947.745
Não circulante			
2023	784.849		784.849
2024	819.986	1.069.436	1.889.422
2025	167.259		167.259
2026	74.527		74.527
2027 até 2033	96.633		96.633
	1.943.254	1.069.436	3.012.690
Total	2.660.562	1.299.873	3.960.435

28 Benefícios pós-emprego

A Companhia e determinadas controladas mantêm planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida, Auxílio de Incentivo a Aposentadoria - AIA e outros benefícios a aposentados.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest (*) e Investco contrataram atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base de 30 de junho de 2022.

A Companhia e suas controladas reconhecem as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano, conforme legislação vigente e regulamento do plano.

Oriundo da aquisição da EDP Goiás (Notas 1.1.1, 4.7 e 18.3), em 30 de junho de 2022 a referida controlada possui montante de R\$1.498 referente a benefícios de assistência médica e odontológica pagos diretamente pela controlada. A Administração da Companhia avaliou as premissas dos planos e não foram identificadas alterações em premissas relevantes no período de 2022.

A controlada EDP Goiás, através da Fundação CELG de Seguros e Previdência (ELETRA), oferece aos seus empregados o Plano Misto de Benefícios, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de CD, durante o exercício de acumulação e de benefício definido na fase de pagamento. A referida controlada tem responsabilidade no plano original de benefício definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No plano misto, a responsabilidade durante a fase de acumulação é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a controlada assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do período em que os serviços são prestados.

(*) A controlada Energest foi classificada para Ativo Mantido para Venda (Nota 17.2), porém para maior clareza, relevância, comparabilidade e transparência aos acionistas a Administração optou por não retirar as informações da subsidiária nesta nota.

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
PSAP Bandeirante	7.135	12.687	189.300	254.025
Auxílio Incentivo à aposentadoria - AIA	167	167	20	
Assistência médica e seguro de vida	38.649	38.649	524.706	544.609
Contribuição definida	(91)	112		
	45.860	51.615	714.026	798.634

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



28.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

São administrados pela Enerprev, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrados no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia e de suas controladas, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos nos regulamentos.

28.1.1 Planos de Benefício definido e Contribuição variável

EDP São Paulo

Os planos estão estruturados na modalidade "Saldado, Benefício definido e Contribuição variável", encontram-se fechados para novas adesões, e possuem as seguintes características:

(i) Plano PSAP Bandeirante – Grupo de Custeio BSPS: Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998, enquanto esteve vigente. Possui a característica do tipo Benefício definido, que concede Benefício saldado, na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apuradas pelo atuário da Enerprev, é da EDP São Paulo; e

(ii) Plano PSAP Bandeirante – Grupos de Custeio BD e CV:

• Grupo de Custeio BD - vigente após 31 de março de 1998: Plano do tipo Benefício definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apuradas pelo atuário da Enerprev, é paritária entre a controlada e os participantes.

• Grupo de Custeio CV: Implantado junto com a modalidade BD vigente após 31 de março de 1998 que, até a concessão da renda (vitalícia ou financeira), reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial à controlada. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando, neste caso, responsabilidade atuarial para a EDP São Paulo.

A EDP São Paulo contribuiu para estes grupos de custeio, no período, com o montante de R\$753 (R\$597 em 2021).

EDP Espírito Santo

• Plano Escelsos I estruturado na modalidade de Benefício definido (vigente para adesões até 31 de maio de 1998): O Plano de custeio é sustentado por contribuições da patrocinadora, que correspondem ao dobro das contribuições dos participantes limitado a 7% da folha de salários. Concede renda vitalícia reversível em pensão, na base de até 100% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade.

EDP Espírito Santo e Energest (Nota 17.2)

• Plano Escelsos II estruturado na modalidade de Contribuição variável (vigente para adesões até 1º de novembro de 2006): O Plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano. É um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para as controladas. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, se for essa a escolha do participante, é que o plano previdenciário pode passar a ser do tipo Benefício definido e, portanto, gerando responsabilidade atuarial às controladas. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando responsabilidade atuarial para as controladas.

28.1.1.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência.

As obrigações dos planos são calculadas utilizando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade do tipo Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B) com *duration* similar ao do benefício, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios.

As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditas pelos fluxos atuariais futuros.

Foi publicada em 21 de fevereiro de 2017 a Resolução nº 24 da PREVIC que dispõe sobre o reconhecimento de submassas nos planos de benefícios. De acordo com a referida resolução, caracteriza-se como submassa um grupo de participantes ou assistidos vinculados a um plano de benefícios e que tenham identidade de direitos e obrigações homogêneos entre si, porém heterogêneos em relação aos demais participantes e Em 25 de setembro de 2018, a Enerprev iniciou junto aos órgãos competentes processo para permitir a opção de migração que dispõe sobre a possibilidade dada a cada Participante e Assistido do referido Plano de transacionar seus direitos e obrigações a ele inerentes pelos direitos e obrigações do Plano Energias do Brasil e/ou do Plano Saldado PSAP. A possibilidade da ocorrência de migração para ambos os Planos decorre do fato de o Plano PSAP/Bandeirante possuir três submassas, assim denominadas: BD, CV e BSPS.

Com base neste conceito, para a EDP São Paulo a avaliação atuarial realizada em 30 de junho de 2022 identificou que cada grupo de custeio do plano PSAP Bandeirante (BSPS, BD e CV) representaria uma submassa no plano e, por sua vez, deveriam ser controlados de forma segregada, resultando em uma posição superavitária para a submassa de custeio BD nos montantes de R\$106.588 e R\$6.184 uma posição deficitária para as submassas de custeio CV e BSPS no montante de R\$194.978, resultando em um montante líquido deficitário atualizado de R\$82.206

Para a EDP Espírito Santo e para a Energest, a avaliação atuarial realizada na data-base 30 de junho de 2022 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se superavitário. O superávit possui restrição no seu reconhecimento decorrente de premissas estabelecidas no CPC 33 (R1).

28.1.1.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais

EDP São Paulo

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconheci- mento do ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(1.274.624)	1.075.563	(67.651)	(266.712)
Custo do serviço corrente	461			461
Custo dos juros	(46.890)	38.522	(2.956)	(11.324)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no Patrimônio Líquido	90.024	(16.385)	(9.094)	64.545
Contribuições pagas pela controlada		16.595		16.595
Contribuições pagas pelos empregados	(601)	601		
Benefícios pagos pelo plano	(33.864)	33.864		
Saldos em 30 de junho de 2022	(1.265.494)	1.148.760	(79.701)	(196.435)

O ganho atuarial no valor presente das obrigações no montante de R\$64.545, apurada na avaliação atuarial efetuada em 30 de junho de 2022, decorrente dos efeitos de aumento na taxa de desconto considerando situação atual de mercado bem como por efeitos de inflação realizada ter sido superior à inflação projetada no estudo atuarial de 2020.

As contribuições da EDP São Paulo esperadas neste plano para os próximos 12 meses é de R\$12.687.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



O saldo de perda atuarial em 30 de junho de 2022, líquido de Imposto de renda e Contribuição social, é de R\$193.204 (R\$235.804 em 31 de dezembro de 2021).

EDP Espírito Santo

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Ativo reconhecido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(175.696)	304.975	(130.938)	
Custo do serviço corrente	(27)			(27)
Custo dos juros	(2.738)	5.156	(2.912)	(494)
Ganhos/(perdas) atuariais	(324)			(324)
Contribuições pagas pela companhia		845		845
Benefícios pagos pelo plano	(9.493)	9.493		-
Saldos em 30 de junho de 2022	(188.278)	320.469	(133.850)	-

Devido à situação superavitária destes planos, não há contribuições esperadas da EDP Espírito Santo para os próximos 12 meses.

Para estes planos o saldo de perda atuarial, líquido de imposto de renda e contribuição social, em 30 de junho de 2022 é de R\$42 (perda atuarial de R\$117 em 31 de dezembro de 2021).

Energist (Nota 17.1)

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Ativo reconhecido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(577)	1.278	(701)	
Custo do serviço corrente	1			1
Contribuições pagas pela companhia	(1)			(1)
Saldos em 30 de junho de 2022	(577)	1.278	(701)	-

Devido a situação superavitária destes planos, não há contribuições esperadas da Energist para os próximos 12 meses.

28.1.1.3 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	EDP São Paulo		EDP Espírito Santo		Energist (Nota 17.1)	
	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
Custo do serviço						
Custo do serviço corrente	(461)	(1.162)	27	51	(1)	1
Custo dos juros	46.890	41.474	494	7.497		1
Rendimento esperado dos ativos	(36.712)	(34.754)	(8.875)	(11.929)		
Benefícios / contribuições pagas pela empresa	(18.405)	(7.717)				
Mudança na recuperação do superávit	2.956	1.962	10.720	4.470		
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado	(5.732)	(197)	2.366	89	(1)	2
Remuneração do valor líquido do passado de benefício definido						
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)	(32.681)	(32.013)	8.875	2.826	(99)	(852)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência	(12.668)	848	(2.864)	1.053	102	553
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras	(61.061)		845	861		
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	41.865	15.835	(6.532)	(5.034)	(2)	297
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(64.545)	(15.330)	324	(294)	1	(2)
Total	(70.277)	(15.527)	2.690	(205)	-	-

28.1.1.4 Confissão de dívida - Enerprev e EDP São Paulo

A EDP São Paulo, com o objetivo de equacionar o déficit atuarial da sua submassa BSPS e diminuir o risco de futuros déficits, formalizou instrumento jurídico com a Enerprev decorrente de déficit atuarial, calculado conforme diretrizes da Resolução CGPC nº 26/2008 e suas alterações. O acordo original estava sendo liquidado financeiramente em 240 meses com base em percentual sobre a folha de salários, contados a partir de setembro de 1997. Em 22 de agosto de 2016, a EDP São Paulo e a Enerprev firmaram o 2º aditivo do termo de compromisso entre as empresas, destacando a alteração do prazo da liquidação (que estava prevista para encerrar-se em setembro de 2017) para 143 parcelas, sendo a primeira em setembro de 2016. A partir de dezembro de 2016, o saldo devedor e o valor da prestação mensal serão apurados uma vez por ano na época da avaliação atuarial da Enerprev, posicionada em dezembro, considerado o valor e o prazo remanescente da dívida. As premissas atuariais utilizadas pela EDP São Paulo atendem ao disposto no CPC 33 (R1) enquanto que as premissas atuariais utilizadas pela Enerprev atendem a Resolução CGPC nº 18/2006 e Instrução Previc nº 7/2013.

Segue abaixo conciliação entre os dois métodos de avaliação atuarial:

	30/06/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações do plano	(1.055.740)	(1.116.303)
Valor justo dos ativos do plano	973.534	917.376
Superávit	(82.206)	(198.927)
Superávit irre recuperável	(112.772)	(67.785)
Total registrado submassa BSPS - CPC 33 (Nota 28.1.1.1)	(194.978)	(266.712)
Contrato de confissão de dívida e ajuste de reserva matemática - Resolução CGPC nº 26/2008	(73.032)	(64.932)
Diferença entre premissas (*)	121.946	201.780

(*) O montante de R\$121.946 (R\$201.780 em 31 de dezembro de 2021) é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela EDP São Paulo para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 695/12 e aquelas utilizadas pela Enerprev (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento à Resolução nº 26/08 e suas alterações do Conselho Nacional de Previdência Complementar e tende a ser eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.

28.1.2 Planos de Contribuição definida

A Companhia e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil são patrocinadoras do Plano Energias do Brasil administrado pela Enerprev, o qual encontra-se aberto para adesão de novos participantes. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual fixo de 1% até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para as patrocinadoras. Os participantes poderão ainda participar com contribuições voluntárias mensais, que equivalem a um percentual de sua livre escolha aplicado sobre o seu salário de contribuição, ou anuais, por meio de um valor único a escolha do participante. Este tipo de contribuição é feito adicionalmente à contribuição básica, sem a proporcional contribuição das

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Na qualidade de patrocinadoras deste plano a Companhia contribuiu no período com R\$62 (R\$610 em 2021) e as controladas contribuíram no período com o montante de R\$1.539 (R\$3.047 em 2021).

Em 30 de junho de 2022 este plano tem a adesão de 133 colaboradores (142 em 31 de dezembro de 2021) da Companhia e 1.714 (1.721 em 31 de dezembro de 2021) das suas controladas.

28.2 Auxílio Incentivo à Aposentadoria (AIA), Assistência médica, Seguro de vida e Outros benefícios a aposentados: Benefício Definido

• Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA (EDP Espírito Santo): Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996;

• Assistência médica, seguro de vida e outros benefícios a aposentados (EDP Espírito Santo e Energest (Nota 17.2) - vigente aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1990 e aposentados nas controladas): Cobertura vitalícia com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial das

• Assistência médica (Investco): De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos planos de assistência à saúde. O modelo de assistência médica da Investco de abril de 2005 até dezembro de 2011 atendia a essa condição.

28.2.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente da calculada na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos benefícios ou da legislação aplicável a estes.

A maior parte das obrigações dos benefícios consistem na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos. Estes benefícios são sensíveis à inflação, sendo que uma inflação maior que o previsto nesta avaliação levará a um maior nível de obrigações.

A avaliação atuarial realizada na data-base 30 de junho de 2022 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido.

28.2.2 Movimentação dos passivos atuariais

	Valor presente das obrigações do plano		
	EDP Espírito Santo	Energest (Nota 17.1)	Investco
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(582.091)	(12.077)	(1.334)
Custo do serviço corrente	(378)	(10)	(30)
Custo dos juros	(4.342)	(515)	(59)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no Patrimônio Líquido	26.190	686	
Contribuições pagas pela controladas		330	
Saldos em 30 de junho de 2022	(560.621)	(11.586)	(1.423)

O ganho atuarial no montante de R\$25.866 na EDP Espírito Santo e de R\$685 na Energest (Nota 17.2), apurados na avaliação atuarial efetuada em 30 de junho de 2022, foi decorrente, principalmente, do aumento na taxa de desconto de mercado utilizado no valor presente do fluxo de pagamento de benefícios previsto no estudo atuarial.

Para estes planos, acumulado desde o início da obrigação, o saldo de perda atuarial líquido de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2022 na EDP Espírito Santo é de R\$428.463 (R\$402.597 em 31 de dezembro de 2021), na Energest (Nota 17.2) de R\$3.343 (R\$2.661 em 31 de dezembro de 2021) e na Investco de R\$415 (R\$415 em 31 de dezembro de 2021).

28.2.3 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	Períodos de 6 meses findos em 30 de junho					
	EDP Espírito Santo		Energest (Nota 17.1)		Investco	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Custo do serviço						
Custo do serviço corrente	378	1.195	10	14	30	37
Custo dos juros	4.342	23.577	515	487	59	60
Benefícios / contribuições pagas pela empresa		(15.780)	(330)			
Mudança na recuperação do superávit				(197)		
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado	4.720	8.992	195	304	89	97
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido (Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência		337	(686)	9		(1)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras	(26.190)					
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(26.190)	337	(686)	9	-	(1)
Total	(21.470)	9.329	(491)	313	89	96

29 Provisões

Nota	Controladora		Consolidado			
	Não circulante		Circulante		Não circulante	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias	29.1	20.154	8.099	18.601	14.367	614.729
Licenças Ambientais	29.2			54.315	51.136	29.423
Desmantelamento	29.3				11.077	10.671
Total		20.154	8.099	72.916	65.503	655.229

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco

29.1 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e depósitos vinculados a litígios

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



29.1.1 Risco de perda provável

A Administração da Companhia e de suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue.

		Controladora							
		Passivo				Ativo			
						Depósito Judicial			
		Saldo em 31/12/2021	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2022	30/06/2022	31/12/2021
Trabalhistas		1.619	2.833	(408)		1.980	6.024	1.249	
Cíveis		6.157	8.165	(596)	(577)	655	13.804	8.608	2.279
Outros		323	9	(2)	(8)	4	326		
Total Não circulante		8.099	11.007	(1.006)	(585)	2.639	20.154	9.857	2.279

		Consolidado							Ativo	
		Passivo								
								Depósito Judicial		
Nota		Saldo em 31/12/2021	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Aquisição de empresas	Saldo em 30/06/2022	30/06/2022	31/12/2021
Trabalhistas	29.1.1.1	137.027	20.515	(14.589)	(7.461)	18.339	2.924	156.755	51.859	59.014
Cíveis	29.1.1.2	310.605	26.612	(15.833)	(6.911)	37.958	102	352.533	134.056	129.810
Fiscais	29.1.1.3	52.545	386	(697)	(407)	1.314	842	53.983	628	628
Regulatórios	29.1.1.4	12.051				881	3.232	16.164		
Outros	29.1.1.5	52.445	1.102	(852)	(710)	1.910		53.895		
Total		564.673	48.615	(31.971)	(15.489)	60.402	7.100	633.330	186.543	189.452
Circulante		14.367						18.601		
Não circulante		550.306						614.729	186.543	189.452

O valor total referente as garantias de provisões prováveis na Companhia e consolidado é de R\$101.120 em 30 de junho de 2022 (R\$91.564 em 31 de dezembro de 2021).

29.1.1.1 Trabalhistas

EDP - Energias do Brasil, EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Porto do Pecém, EDP Smart Serviços e EDP Smart Soluções

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e equiparação salarial.

Em 4 de agosto de 2015, por meio do julgamento do processo de arguição de inconstitucionalidade nº 479-60.2011.5.04.0231, o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que os débitos trabalhistas devem ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O índice seria utilizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT para a tabela de atualização monetária da Justiça do Trabalho (Tabela Única). Desta forma, o índice de correção desses débitos, que era a Taxa Referencial - TR, passaria a ser o IPCA-E.

O novo índice deveria ser aplicado em todas as ações trabalhistas que envolvem entes públicos e privados que discutem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009, que ainda não foram executadas ou houve o trânsito em julgado. Todavia, em 14 de outubro de 2015, o Ministro do Supremo Tribunal Federal - STF deferiu liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST.

Em ato contínuo, em 05 de dezembro de 2017, a 2ª Turma do STF, por maioria dos votos, julgou improcedente a ação ajuizada pela Federação Nacional dos Bancos - FENABAN contra a decisão do TST nos autos do processo ArgInc-479-60.2011.5.04.0231, que determinava a aplicação do IPCA-E como índice de correção monetária dos débitos trabalhistas. Na decisão questionada pela FENABAN, o TST declarou que o uso da TR como índice de correção na Justiça do Trabalho era inconstitucional, ficando, em consequência, revogada a liminar anteriormente deferida, e determinou a adoção do IPCA-E determinado pelo IBGE, para calcular os débitos.

Em março de 2018 os Embargos Declaratórios foram julgados no TST e, neste sentido, a Companhia e suas controladas entenderam, por ora, que a decisão do STF deveria ser aplicada a partir de seus efeitos modulatórios e não sobre todo o processo, logo, a aplicação do IPCA-E deveria ocorrer a partir de 25 de março de 2015. Cabe recurso ao tema.

Desta forma, desde dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas passaram a atualizar todos os processos trabalhistas por meio do IPCA-E.

Em dezembro de 2020, o plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu que a correção monetária de débitos trabalhistas deve ser feita pelo IPCA-E e pela taxa SELIC, mais favoráveis aos trabalhadores. O entendimento firmado pela Corte abrange também os depósitos recursais realizados em Os processos que ainda estejam na fase de conhecimento, independentemente da prolação de sentença, deverão observar, de forma retroativa, a aplicação dos dois índices da seguinte forma: a aplicação do IPCA-E na fase prejudicial e, a partir da citação do processo, a taxa SELIC. A decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal encerra discussões travadas nos TRTs e TST sobre o índice de correção aplicável na Justiça do Trabalho, e tais índices devem ser aplicados enquanto não for aprovado projeto de Lei pelo Congresso Nacional sobre o tema.

Neste sentido, a Companhia e suas controladas a partir de 1º de janeiro de 2021 passaram a aplicar os referidos índices de correção das seguintes formas: (i) processos em andamento com atualização da nova forma de cálculos em fase de liquidação do processo; e (ii) processos novos com aplicação dos índices desde o cadastramento no sistema EDP Legal, o qual deverá ser incluído já com o correto valor atualizado pelo índice IPCA-E para que o sistema realize as atualizações mensais pós citação pela taxa SELIC.

29.1.1.2 Cíveis

EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

Referem-se, principalmente, a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38/86 e nº 45/86 - Plano Cruzado, que vigoraram de fevereiro a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. O saldo em 30 de junho de 2022 para a EDP São Paulo é de R\$ R\$85.684 (R\$71.426 em 31 de dezembro de 2021) e para a EDP Espírito Santo é de R\$6.349 (R\$6.339 em 31 de dezembro de 2021), destacando-se o seguinte processo para a EDP São Paulo:

• Processo nº 2000.001.127615-0, em trâmite na 10ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, movido pela White Martins que discute a existência de reflexos decorrentes da vigência das Portarias nº 38/86 e nº 45/86 do extinto DNAEE, nas tarifas de consumo de energia elétrica, relativo ao período de setembro de 2000 em diante. No mês de abril de 2010, a EDP São Paulo cumpriu determinação judicial de substituição da garantia processual existente, de carta-fiança por depósito bancário no montante de R\$60.951 e, em junho de 2011, foi efetuado o complemento do depósito judicial no valor de R\$10.627. A EDP São Paulo apresentou diversas manifestações e recursos visando a suspensão da execução do montante, bem como para reverter a determinação de desconto do percentual de 16,66% nas faturas mensais da White Martins, até que, em 8 de junho de 2011, foi autorizado o levantamento, em pagamento, do valor de R\$60.951 depositado inicialmente, sem prestação de caução. No dia 10 de junho de 2011, a White Martins realizou o levantamento do referido depósito atualizado monetariamente no montante de R\$66.806. Não obstante o levantamento do referido depósito, permanece depositado judicialmente o montante de R\$10.627, havendo ainda recursos pendentes perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e no Superior Tribunal de Justiça - STJ discutindo a questão. Atualmente, foi realizada nova pericia no âmbito do cumprimento de sentença. O registro contábil foi efetuado de forma a apresentar a redução do depósito judicial em contrapartida de uma redução da provisão constituída para esta contingência. O saldo remanescente em 30 de junho de 2022 é de R\$61.526 (R\$57.960 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



EDP São Paulo

Ação De Cobrança nº 0002000-33.2001.8.26.0100, promovida pela Fundação CESP em face das empresas cindidas da Eletropaulo, para haver a importância total de R\$ 1.642 de 30 de outubro de 2000, referente à parte que lhes caberia em face do plano de suplementação de aposentadorias e pensão para os empregados da Funcesp - o valor refere-se à reavaliação atuarial anual do plano referido ocorrido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 1997. O montante estimado em 30 de junho de 2022 é de R\$31.885 (R\$28.426 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente a EDP São Paulo aguarda julgamento do recurso.

EDP Espírito Santo

A controlada é parte em causas referente a pedidos de responsabilidade civil por eletroplessão, onde ocorreu acidentes provocados pela exposição acidental a carga elétrica. O montante estimado em 30 de junho de 2022 é de R\$16.590 (R\$ 14.863 em 31 de dezembro de 2021). Aguarda-se julgamento dos processos.

Processos relacionados a desapropriação e constituição de servidão administrativa para a construção de empreendimentos no Estado. Na grande maioria dos processos discute-se apenas o valor indenizatório decorrente da desapropriação e permanecem aguardando julgamento ou decisão final. O montante estimado em 30 de junho de 2022 é de R\$22.177 (R\$ 18.771 em 31 de dezembro de 2021).

Investco

A Investco possui provisionado em 30 de junho de 2022 o montante de R\$17.075 (R\$15.281 em 31 de dezembro de 2021) que refere-se:

(i) Indenizações

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Investco, cujo montante provisionado em 30 de junho de 2022 é de R\$2.770 (R\$2.474 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Desapropriações

Referem-se a indenizações a título de desapropriações propostas pela Investco para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Investco e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 30 de junho de 2022 é de R\$14.305 (R\$12.807 em 31 de dezembro de 2021). O saldo dos Depósitos judiciais, relacionados a estes processos, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$13.138 e estão registrados no Imobilizado em curso - Outros (Nota 23).

EDP Transmissão Aliança

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela controlada para a construção da linha de transmissão. O montante estimado em 30 de junho de 2022 é de R\$27.283 (R\$ 25.500 em 31 de dezembro de 2021).

EDP Transmissão SP-MG

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela controlada para a construção da linha de transmissão. O montante estimado em 30 de junho de 2022 é de R\$44.110 (R\$ 41.533 em 31 de dezembro de 2021).

29.1.1.3

Fiscais

Enerpeixe

Refere-se a processo administrativo no âmbito da Receita Federal do Brasil - RFB, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL apurados nos períodos de 2014 a 2016 por suposta falta de recolhimento. O valor atualizado em 30 de junho de 2022 é de R\$2.214 (R\$2.140 em 31 de dezembro de 2021). A Enerpeixe apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento.

EDP São Paulo

Em 30 de junho de 2022, o valor total da contingência é de R\$11.028 (R\$10.730 em 31 de dezembro de 2021), em razão da reavaliação de provas do processo judicial, no qual discute-se ao direito aos créditos de ICMS utilizados pela EDP São Paulo no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica". Foi efetuada a provisão parcial do valor total da contingência, e a segregação da classificação de risco. A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda julgamento. O valor em risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/09, além dos honorários exigidos pela Procuradoria Estadual na fase judicial.

Mandado de Segurança em face da Receita Federal, objetivando o afastamento da base de cálculo da COFINS prevista pela Lei nº 9.718/98. Em 2009 foi feita adesão ao REFIS, para liquidação parcial dos débitos (1999), mantendo a discussão dos demais temas relativos aos períodos de 2000 e 2001, entretanto, a EDP São Paulo obteve decisão parcialmente favorável, restando devido a União o valor relativo a discussão da majoração da alíquota no montante de R\$6.602 em 30 de junho de 2022 (R\$6.486 em 31 de dezembro de 2021). O processo aguarda decisão sobre a conversão parcial do depósito em favor da União, para quitação dos débitos.

EDP Espírito Santo

Refere-se a ação judicial movida pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS e COFINS dos períodos de 2002 e 2005, em razão do não processamento das retificações das declarações decorrentes da recomposição tarifária extraordinária, conforme orientações do parecer COSIT 26/02. Em razão do indeferimento da perícia nos autos, foi proferida decisão desfavorável no Tribunal Superior, ocasionando o provisionamento da contingência no valor de R\$28.039, já atualizados, em 30 de junho de 2022 (R\$27.560 em 31 de dezembro de 2021). A EDP Espírito Santo apresentou recurso e aguarda julgamento.

Processo judicial entre a controlada e a Receita Federal, o qual discute, dentre demais assuntos, a multa aplicada pela entrega em atraso da DCTF relativo ao primeiro trimestre de 2003. O valor em 30 de junho de 2022 é de R\$2.966 (R\$2.905 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente, o processo aguarda o julgamento dos recursos nos Tribunais Superiores.

29.1.1.4

Regulatórios

EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

Referem-se a autos de infração editados pela ANEEL ou outros órgãos reguladores que encontram-se em fase de recurso pelas controladas de distribuição.

29.1.1.5

Outros

Porto do Pecém

Como consequência da combinação de negócios relativa à aquisição da Porto do Pecém, é considerado em 30 de junho 2022 o montante de R\$21.745 (R\$21.745 em 31 de dezembro de 2021) resultante de processo judicial, o qual a Porto do Pecém é litisconsorte, promovido por prestador de serviços na construção da usina que questiona suposto descumprimento contratual. Atualmente aguarda-se início da fase de produção de provas.

EDP São Paulo

Em 30 de junho de 2022, o valor total é de R\$2.366. A provisão foi constituída de acordo com o Termo de Restituição, no qual atribuiu responsabilidade a EDP São Paulo em favor da Enerprev, em caso de desembolso relacionado ao processo judicial nº 0021584-06.2001.4.03.6100 em nome Fundação CESP em face da União Federal, no qual discute as regras de imunidade e isenção quanto ao recolhimento de contribuições sociais do período de 1995 a 1999, o mesmo foi parcialmente classificado com perda provável pelos patronos da ação. A reversão de parte do valor se deu em razão da liberação da garantia nos autos do processo judicial.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



29.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

		Controladora				Consolidado			
		Ativo		Ativo		Ativo		Ativo	
		Saldo em		Depósito Judicial		Saldo em		Depósito Judicial	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Trabalhistas	29.1.2.1	1.505	1.540	33	54	106.543	111.988	5.915	6.104
Cíveis	29.1.2.2	150.003	107.153	1.006	307	1.484.297	1.341.280	16.012	14.991
Fiscais	29.1.2.3	47.920	46.885	1.035	995	2.186.320	2.132.095	110.457	131.504
Regulatórios	29.1.2.4					12.298	12.298	552	552
Total		199.428	155.578	2.074	1.356	3.789.458	3.597.661	132.936	153.151

O valor total referente as garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$770.272 em 30 de junho de 2022 (R\$725.666 em 31 de dezembro de 2021) e no consolidado R\$652.810 em 30 de junho de 2022 (R\$736.225 em 31 de dezembro de 2021).

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacam-se as seguintes:

29.1.2.1 Trabalhistas

EDP - Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, EDP São Paulo, Porto do Pecém e EDP Smart Soluções

Referem-se a diversas ações que, de maneira geral, versam sobre horas extras, equiparação salarial, responsabilidade subsidiária/solidária envolvendo empresas prestadoras de serviços, indenização por danos morais/materiais decorrentes de doenças/acidentes de trabalho, dentre

29.1.2.2 Cíveis

EDP - Energias do Brasil

• Processo nº 1109675-81.2014.8.26.0100, em trâmite na 20ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, movido pela Montcalm Montagens Industriais S.A. contra as empresas MABE Construção e Administração de Projetos LTDA, Pecém II Geração de Energia S.A., Eneva S.A. e EDP - Energias do Brasil, que discute suposto desequilíbrio contratual em subcontratação realizada pela MABE, para prestação de serviços de montagem de equipamento relacionadas à implantação da UTE Pecém II, empresa do grupo econômico da Eneva S.A.. A Montcalm, alega que as empresas possuem responsabilidade subsidiária pelos inadimplementos contratuais, em razão de suposta sucessão contratual e sucessão empresarial. Atualmente o processo encontra-se em fase pericial. O valor estimado em 30 de junho de 2022 é de R\$68.009 (R\$60.630 em 31 de dezembro de 2021).

• Referem-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 29.1.1.2 - Indenizações e Desapropriações, no montante em 30 de junho de 2022 de R\$122.128 (R\$109.146 em 31 de dezembro de 2021).

EDP Espírito Santo e EDP São Paulo

• Ação civil pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte, movida pela Associação de Defesa de Interesses Coletivo - ADIC, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"). Nesta demanda, foi proferida decisão que determinou a exclusão das concessionárias do polo passivo da ação, sendo mantida tão somente a ANEEL. O processo encontrava-se suspenso até que, em 27 de novembro de 2013, o STJ considerou o Juízo da 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte como competente para julgar todas as demandas coletivas que discutem a questão da Parcela "A". Em 05 de abril de 2017, foi proferida sentença extinguindo o feito também em relação a ANEEL. Após julgamento que extinguiu o processo sem resolução do mérito, atualmente aguarda-se decisão do recurso da parte autora. A ação tramita apenas em face da ANEEL. O valor estimado em 30 de junho de 2022 da EDP Espírito Santo é de R\$119.955 (R\$106.941 em 31 de dezembro de 2021) e da EDP São Paulo é de R\$269.557 (R\$240.310 em 31 de dezembro de 2021).

• Mandado de segurança nº 0002173-26.2014.4.01.3400, em trâmite na 22ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, impetrado por Santo Antônio Energia S.A. - SAESA contra ato da Diretoria da ANEEL, objetivando suspender as obrigações de recomposição de lastro e potência e de pagamento dos encargos pelo uso do sistema de transmissão, bem como a aplicação de eventuais penalidades pelo descumprimento do cronograma da obra. Em 26 de fevereiro de 2014 foi deferido em parte o pedido de antecipação de tutela, que gerou impactos às distribuidoras de energia. Em face da referida decisão, as controladas, por meio da ABRADÉE, ajuizaram o pedido de suspensão da decisão perante o STJ, que foi deferido. Atualmente aguarda-se decisão de recurso. O valor estimado em 30 de junho de 2022 da EDP Espírito Santo é de R\$22.389 (R\$19.960 em 31 de dezembro de 2021) e da EDP São Paulo é de R\$24.826 (R\$22.132 em 31 de dezembro de 2021).

EDP Espírito Santo, EDP São Paulo, Lajeado, Investco e Enerpeixe

• Ação Ordinária nº 0028271-48.2014.4.01.3400, em trâmite na 13ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, também proposta pela SAESA contra a ANEEL com pedido de liminar para não aplicação, durante o período de motorização da UHE Santo Antônio, do Mecanismo de Redução de Energia Assegurada - MRA. A liminar não foi concedida em primeira instância. Em sede de agravo, o TRF deferiu o pedido de antecipação de tutela formulado pela SAESA, conferindo efeito retroativo, que passou a ter eficácia desde o início de março de 2012. As controladas e a ANEEL protocolaram junto ao STJ pedidos de Suspensão de Liminar que foi deferido suspendendo a mesma. Em 18 de março de 2015 o recurso proposto pela SAESA foi rejeitado pela corte especial do STJ. Em 26 de setembro de 2018 foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos da SAESA. Atualmente aguarda-se decisão de recurso. O valor estimado consolidado em 30 de junho de 2022 é de R\$32.745 (R\$29.192 em 31 de dezembro de 2021).

EDP Espírito Santo

• Ação de Repetição de Indébito nº 0031324-59.2008.8.08.0024 proposta pela Vale do Rio Doce - CVRD em que se pleiteia a condenação da EDP Espírito Santo e da Empresa de Luz e Força Santa Maria S/A a devolução do valor correspondente à majoração tarifária instituída pelas Portarias nº 38/86 e nº 45/86 do DNAEE, durante o período do congelamento, qual seja, de fevereiro a novembro de 1986, bem como dos supostos reflexos de tal aumento nas tarifas posteriores. Após a realização de perícia, em 12 de junho de 2014 foi proferida sentença julgando a ação extinta em relação à Empresa Luz e Força Santa Maria S/A e procedente em relação à EDP Espírito Santo, condenando esta última a restituir os valores pagos pela companhia Vale do Rio Doce no período de congelamento de preços. Em face da referida decisão, foram interpostos recursos de Apelação pelas partes ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Os recursos da EDP Espírito Santo e da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. foram providos, e o recurso da companhia Vale do Rio Doce foi rejeitado. A companhia Vale do Rio Doce então interpôs Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça, com posterior interposição de Agravo, o qual aguarda admissão e julgamento. O valor estimado em 30 de junho de 2022 é de R\$26.226 (R\$23.416 em 31 de dezembro de 2021).

• Ação de indenização nº 0000526-91.2003.8.08.0024, ora em fase de cumprimento de sentença, em trâmite perante a 6ª Vara Cível da Comarca de Vitória/ES, na qual pretendeu a Transalva a condenação da EDP Espírito Santo ao pagamento (i) dos valores constantes nos contratos para cada viagem contratada e não fornecida pela concessionária e, (ii) lucros cessantes, devidos em razão da rescisão unilateral imotivada do contrato, em quantia a ser arbitrada pelo Juízo. Iniciado o procedimento de liquidação de sentença pela Transalva em 10 de fevereiro de 2014, o qual se encontra em fase pericial. O Valor estimado em 30 de junho de 2022 é de R\$23.967 (R\$21.367 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



EDP São Paulo

• Ação de Cobrança nº 0187728-40.2007.8.26.0100, ajuizada pela EDP São Paulo no ano de 2007 visando: (i) a condenação da RTR a restituir R\$11.260 arrecadados e não repassados; (ii) a desconsideração da personalidade jurídica da RTR para condenar seus sócios e seus administradores, solidariamente à RTR, ao pagamento da mencionada quantia; (iii) a inclusão do Lemon Bank no polo passivo da ação; e (iv) consequentemente, a declaração de responsabilidade solidária do Lemon Bank quanto aos atos ilícitos praticados, condenando-o a devolver, solidariamente, a quantia acima mencionada. O valor acrescido de juros e correção monetária ultrapassa os R\$12.500. Em 2014, a EDP São Paulo firmou acordo com o Lemon Bank, atual Banco Bracce, no qual as partes concordaram em (i) autorizar o levantamento do valor de R\$9,5 milhões em favor da distribuidora; (ii) autorizar o levantamento do saldo remanescente do depósito judicial em favor do Lemon Bank; e (iii) extinguir a ação em relação ao Lemon Bank e prosseguir a demanda tão somente em face da RTR Serviços Financeiros e seus sócios. Em 13 de outubro de 2020, foi proferida sentença julgando a ação improcedente. Aguarda-se julgamento do recurso de apelação protocolado, tendo em vista o prognóstico de reversão de julgamento de mérito em favor da controlada. O valor estimado em 30 de junho de 2022 é de R\$109.475 (R\$97.598 em 31 de dezembro de 2021).

• Ação Anulatória de ato administrativo nº 1031550-21.2017.8.26.0577, em trâmite perante a 10ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na qual pretendeu a EDP São Paulo a anulação dos autos de infração originários dos processos administrativos nº 119354/2014 e nº 119464/2014, bem como declarar a inconstitucionalidade das leis municipais nº 7.451/2007 e nº 8.766/2012, caso os pleitos anteriores não sejam atendidos a redução das multas para R\$ 10. Em 29 de outubro de 2018 foi proferida sentença que julgou procedente a demanda para declarar incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 1º, §2º, §3º e §4º, da Lei Municipal nº 7.451/2007, com as correlatas alterações posteriores pelas Leis nº 8.766/2012 e nº 9.559/2017, bem como declarar a nulidade dos autos de infração mencionados na inicial e do julgamento dos recursos apresentados nos processos administrativos nº 119354/2014 e nº 119364/2014. Irresignados, a Prefeitura de São José dos Campos, quanto a procedência da ação, e a EDP São Paulo, quanto ao valor dos honorários fixados, apresentaram recursos de apelação, sendo que estes foram tempestivamente contra arrazoados. Ato contínuo, o processo foi remetido e acabou por julgar procedente, por votação unânime, os apelos, reduzindo apenas o valor da multa e majorando o valor dos honorários advocatícios.

A EDP São Paulo apresentou os competentes Recursos Especiais e Extraordinários sendo que estes foram inadmitidos, razão pela qual interpusemos os competentes Agravos de Instrumento de Despacho Denegatório de Recurso Especial e Extraordinário que após terem sido remetidos ao STJ, seguem conclusos com o Ministro Relator para julgamento. O valor estimado em 30 de junho de 2022 é de R\$98.984 (R\$88.245 em 31 de dezembro de 2021).

Porto do Pecém

Em decorrência da situação de escassez hídrica no Estado do Ceará, o Governo do Estado por meio do Decreto nº 32.044 de 16 de setembro de 2016, estabeleceu a cobrança do Encargo Hídrico Emergencial – EHE a ser incidido sobre as indústrias termoeletricas do Estado, cobrado mensalmente com base no consumo verificado no valor de R\$7.210,00 a cada 1.000 metros cúbicos.

Em 13 de outubro de 2016 a Porto do Pecém apresentou à ANEEL requerimento administrativo com o fim de obter, cautelarmente, a aplicação de novo valor de Custo Variável Unitário – CVU da energia gerada pela UTE Pecém I, face à cobrança do novo encargo, visto que afetaria a equação econômico-financeira dos CCEARs. A ANEEL, por meio do Despacho nº 3.293 de 16 de dezembro de 2016, negou provimento ao requerimento.

Encontra-se em andamento a ação judicial promovida em face da ANEEL em 19 de dezembro de 2016, com vistas a ter garantido o equilíbrio econômico financeiro dos CCEARs, mediante repasse do EHE ao CVU. Em 31 de janeiro de 2017 foi indeferido o pedido de liminar. Em 3 de maio de 2017 a Porto do Pecém ingressou com um novo recurso requerendo nova apreciação onde foi proferida decisão deferindo a antecipação da tutela em favor da Porto do Pecém. Atualmente o processo aguarda a sentença. Mediante os fatos, a Porto do Pecém vem reconhecendo e repassando o custo integral do EHE no CVU impactando a receita líquida em contrapartida do contas a receber. Em 11 de agosto de 2017 foi promulgado pelo governo do estado de Ceará o decreto nº32.305/17 que prorrogou o encargo por prazo indeterminado.

Em 30 de junho de 2022 a ação possui o valor estimado total de R\$163.413 (R\$145.684 em 31 de dezembro de 2021). No decorrer de 2020 houve a revisão das premissas envolvendo o cálculo da contingência que, anteriormente, levavam em consideração a estimativa do valor a ser pago de EHE, segundo a média histórica, passando a ser considerado o risco efetivo da ação considerando o repasse da CVU.

29.1.2.3 Fiscais

EDP - Energias do Brasil (Controladora e Consolidado)

• A Companhia possui discussão administrativa relativa à não homologação de compensações diversas e ao não reconhecimento pela Receita Federal do Brasil - RFB de saldo negativo de IRPJ, apurado nos anos calendários de 1999/2001, originado de empresa incorporada (Magistra Participações S.A.), que totalizam em 30 de junho de 2022 o valor de R\$23.443 (R\$23.007 em 31 de dezembro de 2021). O processo aguarda julgamento na esfera administrativa.

EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

• Ação Judicial objetivando assegurar o direito da inclusão de débitos de PIS e COFINS dos períodos de 2015 e 2017 para a EDP São Paulo e inclusão de débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2015 e 2016 para a EDP Espírito Santo, no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Receita Federal do Brasil, os quais estão sendo regularmente pagos. Contudo, não constavam no sistema no momento da consolidação realizada em dezembro de 2018, envolvendo o montante em 30 de junho de 2022 de R\$36.550 (R\$35.464 em 31 de dezembro de 2021) para a EDP São Paulo e R\$147.977 para a EDP Espírito Santo (R\$143.55 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente aguardam o julgamento.

EDP São Paulo

• Autos de infração lavrados pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL do exercício de 2017, incidentes sobre as perdas não técnicas de energia elétrica. O montante atualizado até 30 de junho de 2022 é de R\$147.977 (R\$116.957 em 31 de dezembro de 2021). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda o julgamento.

• Discussão na esfera judicial sobre créditos de ICMS utilizados pela EDP São Paulo no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante atualizado em 30 de junho de 2022 de R\$128.443 (R\$125.000 em 31 de dezembro de 2021). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda julgamento. O valor em risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/09 além dos honorários exigidos pela Procuradoria Estadual na fase judicial.

• Discussões administrativas e judiciais relativas à utilização de crédito de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas (2007, 2012 e 2015) e creditamento de ativo imobilizado (2014 a 2019). Em dezembro de 2021 houve nova adição de auto de infração, objetivando a cobrança de ICMS relativa à utilização de crédito de ICMS pela aquisição de bens integrados ao ativo imobilizado, com base no coeficiente de credimento e forma de escrituração das notas (2016 a 2020) totalizando o montante de R\$165.867 em 30 de junho de 2022 (R\$160.730 em 31 de dezembro de 2021). A Controlada apresentou as defesas e aguarda o julgamento.

• Discussão Judicial em face da Receita Federal, objetivando o cancelamento dos débitos originários do processo administrativo nº 19515.720336/2014-24, o qual manteve a cobrança dos débitos compensados com crédito decorrente de saldo negativo de CSLL da empresa cindida (Eletropaulo) do exercício de 2011, envolvendo o montante de R\$29.238 em 30 de junho de 2022 (R\$28.867 em 31 de dezembro de 2021). A EDP São Paulo aguarda o julgamento da ação judicial.

• Discussão judicial decorrente de execução fiscal ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança de CSLL, relativa ao ano-calendário de 2009, que foi compensada com saldo de base negativa de CSLL de exercícios anteriores, acumulada pela empresa cindida AES Eletropaulo, que envolve o montante atualizado em 30 de junho de 2022 de R\$40.633 (R\$39.957 em 31 de dezembro de 2021). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda o julgamento.

• Discussões administrativas envolvendo o montante atualizado até 30 de junho de 2022 de R\$109.076 (R\$107.314 em 31 de dezembro de 2021), referentes às compensações não homologadas de créditos decorrentes de pagamento a maior efetuados em 2001 com relação ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE). A redução do valor se deu em razão do êxito obtido em um dos processos administrativos, cancelando a cobrança do débito. A EDP São Paulo apresentou as defesas, tendo obtido êxito em alguns dos processos, que resultou na redução da contingência. Os demais casos aguardam julgamento.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



- Medida judicial relativa à COFINS do período de 1993 a 1995, em litisconsórcio com a Eletropaulo. A questão versa sobre o direito ao aproveitamento da anistia trazida pelas Medidas Provisórias nºs 1858-6 e 1858-8, concedida aos contribuintes que deixaram de recolher tributos por entendê-los indevidos. No julgamento de 2ª Instância, foi confirmado parcialmente o direito à anistia, excluindo-se a parcela atinente aos encargos do Decreto-Lei nº 1.025/69. O valor atualizado até 30 de junho de 2022 é de R\$78.232 (R\$77.408 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente o processo aguarda julgamento de recurso nos Tribunais Superiores.
- Autuações de prefeituras que exigem o pagamento de multa por suposto descumprimento de obrigações acessórias relacionadas à instalação de postes de energia elétrica bem como taxas de fiscalização de obras em logradouros públicos e preço público. O valor da contingência em 30 de junho de 2022 é de R\$114.364 (R\$102.378 em 31 de dezembro de 2021). No primeiro trimestre de 2022 houve um aumento expressivo no valor da contingência, em razão da alteração de risco para possível de um dos processos, que discute taxa de de fiscalização de obras. A EDP São Paulo apresentou as defesas, as quais aguardam julgamento.
- Discussões administrativas relativas à não homologação pela Receita Federal, dos créditos decorrentes de saldo negativo de IRPJ e CSLL relativos aos anos-calendários de 2016 e 2017, envolvendo o montante em 30 de junho de 2022 de R\$13.955 (R\$13.415 em 31 de dezembro de 2021). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda o julgamento.
- Discussões administrativas relativas à não homologação pela Receita Federal, dos créditos de PIS e COFINS recolhidos a maior nos períodos de 2015 e 2016, envolvendo o montante em 30 de junho de 2022 de R\$17.342 (R\$16.550 em 31 de dezembro de 2021). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda julgamento.
- Ação Judicial objetivando assegurar o direito da inclusão de débitos de PIS e COFINS dos períodos de 2015 e 2017, no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Receita Federal do Brasil, os quais estão sendo regularmente pagos, contudo, não constavam no sistema no momento da consolidação realizada em dezembro de 2018, envolvendo o montante de R\$36.550 em 30 de junho de 2022 (R\$35.464 em 31 de dezembro de 2021). A EDP São Paulo aguarda o julgamento.

EDP Espírito Santo

- Discussão administrativa relativa ao auto de infração lavrado pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2014 e 2015, incidentes sobre as perdas não técnicas de energia elétrica. O montante do processo atualizado até 30 de junho de 2022 é de R\$191.243 (R\$184.042 em 31 de dezembro de 2021). A EDP Espírito Santo apresentou defesa e aguarda julgamento.
- A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança da contribuição previdenciária versando sobre: (i) a descon sideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a EDP Espírito Santo; e (ii) a sua incidência sobre pagamentos realizados aos segurados empregados a título de PLR e bolsa de estudos. Essas notificações atualizadas até 30 de junho de 2022 importam em R\$8.804 (R\$8.685 em 31 de dezembro de 2021) e atualmente aguardam decisão administrativa.
- Diversas Prefeituras: A EDP Espírito Santo discute administrativa e judicialmente a cobrança de ISSQN supostamente incidente sobre os serviços relacionados à atividade de fornecimento de energia elétrica. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamento das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos atualizados até 30 de junho de 2022 totalizam o montante de R\$119.579 (R\$116.642 em 31 de dezembro de 2021). Deste montante, destaca-se o valor de R\$97.086 (R\$94.843 em 31 de dezembro de 2021) decorrente da lavratura de 122 autos de infração pelo município de Vitória objetivando a cobrança do ISSQN do período de março de 2011 a fevereiro de 2016. A EDP Espírito Santo apresentou as defesas administrativas e judiciais, as quais aguardam julgamento.
- Discussões administrativas e judiciais relativas às compensações não homologadas pela Receita Federal, com respaldo em créditos reconhecidos judicialmente, bem como de saldo negativo de IRPJ e CSLL, e decorrentes de pagamento a maior de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS efetuados em 2001 em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE), que somam em 30 de junho de 2022 o valor de R\$107.132 (R\$111.235 em 31 de dezembro de 2021). A EDP Espírito Santo apresentou as defesas, tendo obtido êxito em alguns dos processos, que resultou na redução da contingência. Os demais casos aguardam julgamento.
- Ação Judicial objetivando assegurar o direito da inclusão de débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2015 e 2016, no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Receita Federal do Brasil, os quais estão sendo regularmente pagos, contudo, não constavam no sistema no momento da consolidação realizada em dezembro de 2018, envolvendo o montante de R\$147.977 em 30 de junho de 2022 (R\$143.550 em 31 de dezembro de 2021). A EDP Espírito Santo aguarda o julgamento.
- Auto de infração lavrado pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS e COFINS em razão dos créditos utilizados como insumos no período de 2017 e 2018. O montante atualizado em 30 de junho de 2022 é de R\$4.280 (R\$4.171 em 31 de dezembro de 2021). A EDP Espírito Santo apresentou defesa e aguarda o julgamento.

Adicionalmente, o saldo apresentado em Depósito Judicial em 30 de junho de 2022 deve-se, principalmente, ao processo nº 2009.50.01.010131-6, no valor de R\$59.934 (R\$57.291 em 31 de dezembro de 2021), referente à execução Fiscal que visa a cobrança de débitos de COFINS referente aos meses de março a outubro de 2001, que foram compensados com crédito advindo do recolhimento indevido de FINSOCIAL. Após decisão nos autos de Agravo de Instrumento da Fazenda Nacional, foi determinada a liquidação da Carta de Fiança Bancária apresentada nos autos da Execução, resultando no depósito judicial.

EDP Trading

- Discussão administrativa acerca da cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente aos exercícios de 2004 a 2006, decorrentes da não homologação da compensação com créditos dos mesmos tributos. O valor atualizado desses processos em 30 de junho de 2022 é de R\$14.750 (R\$14.494 em 31 de dezembro de 2021). A EDP Trading apresentou as defesas, tendo obtido êxito em alguns dos processos, que resultou na redução da contingência. Os demais casos aguardam julgamento.
- Discussão administrativa decorrente de Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, objetivando à cobrança de multa por suposta informação incorreta nas obrigações acessórias (EFD ICMS/IPI e EFD Contribuições) do período de 2016, envolvendo o montante de R\$25.434 em 30 de junho de 2022 (R\$24.294 em 31 de dezembro de 2021).

Lajeado

- Discussões nas esferas administrativa e judicial decorrente da autuação da RFB em 2014, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL em decorrência da glosa de despesas com ágio gerado na aquisição de participação societária. O valor atualizado até 30 de junho de 2022 é de R\$149.365 (R\$145.323 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente, aguarda-se o julgamento da cobrança da multa majorada na esfera administrativa e na esfera judicial dos demais valores em cobrança (principal atualizado com acréscimo dos encargos da Procuradoria).
- Discussão na esfera administrativa relativa à não homologação pela Receita Federal, dos créditos de saldo negativo de IRPJ do ano-calendário de 2014, envolvendo o montante em 30 de junho de 2022 de R\$8.193 (R\$7.894 em 31 de dezembro de 2021). A Lajeado apresentou defesa e aguarda o julgamento.

Enerpeixe

- Discussões administrativas relativas às compensações de PIS e COFINS não homologadas pela RFB, nos períodos de 2012 a 2015, por suposta falta de crédito em razão das DCTFs retificadoras não terem sido analisadas pela RFB, totalizando em 30 de junho de 2022 o valor de R\$159.899 (R\$151.173 em 31 de dezembro de 2021). O acréscimo no valor é devido ao ingresso de novos casos. A Enerpeixe apresentou as defesas e aguarda julgamento.
- Discussão na esfera administrativa de autuação da RFB, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL apurados nos períodos de 2014 a 2016 por suposta falta de recolhimento. O valor atualizado até 30 de junho de 2022 é de R\$63.440 (R\$60.886 em 31 de dezembro de 2021). A Enerpeixe apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento.
- Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Estadual do Tocantins, objetivando a cobrança de multa por supostas divergências de informações constantes nos registros do período de 2014. O valor atualizado até 30 de junho de 2022 é de R\$5.225 (R\$5.003 em 31 de dezembro de 2021). A Enerpeixe apresentou defesa e aguarda julgamento.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Porto do Pecém

Discussão judicial decorrente de Execução Fiscal nº 000.153777.2015.405.8100, que envolve o montante atualizado em 30 de junho de 2022 de R\$96.346 (R\$93.708 em 31 de dezembro de 2021), ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança de débitos de IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de exclusões de determinadas receitas financeiras e variações cambiais ativas auferidas nos meses de janeiro, fevereiro e dezembro de 2009. Aguardando o julgamento dos recursos nos Tribunais Superiores.

29.1.2.4 Regulatórias

EDP Espírito Santo

Refere-se à penalidade por ultrapassagem dos Montantes de Uso do Sistema de Transmissão – MUST nos anos de 2011 e 2013. A contratação do MUST foi realizada conforme recomendação do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contudo, em razão de restrições sistêmicas, pela ausência de rede básica para escoar a geração no SIN, em 2011 o escoamento elevou a utilização do ponto de conexão de Mascarenhas e, em 2013, ocorreu a inversão de fluxo no ponto de Mascarenhas resultando em ultrapassagem no ponto de conexão de Campos. Atualmente, o processo encontra-se judicializado com liminar suspendendo as cobranças até a avaliação do mérito.

29.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações, o saldo de depósitos judiciais em 30 de junho de 2022 na Controladora é de R\$33 (R\$1.215 em 31 de dezembro de 2021) e nas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Enerpeixe, Porto do Pecém, Lajeado, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG, EDP Transmissão Litoral Sul, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções, Investco e EDP Goiás é de R\$67.508 (R\$60.032 em 31 de dezembro de 2021).

29.2 Licenças Ambientais

O montante em 30 de junho de 2022 no Circulante e Não circulante de R\$83.738 (R\$77.188 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação das UHEs, PCHs, UTE e LT, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes.

Os custos relativos às Licenças ambientais estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA. As controladas efetuaram alteração de sua taxa de atualização de IGP-M para IPCA, devido ao indexador refletir atualmente a melhor estimativa de inflação do mercado. As controladas realizaram o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto as taxas compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação dos empreendimentos, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens (usinas hidrelétricas) ou das máquinas e equipamentos (usinas térmicas), conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil desses imobilizados. Já as licenças de operação, obtidas para a entrada em operação comercial das usinas, são reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência das licenças.

As controladas de geração, distribuição e transmissão de energia estão sujeitas a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra as mesmas por eventual inobservância da legislação.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares, além de permitirem ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

A Companhia mantém compromisso e processos de melhoria contínua no que diz respeito às questões ambientais, buscando excelência e embasamento sólido para o planejamento de suas ações, estando alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. A EDP mantém, ainda, metas nos horizontes 2022 e 2025 com relação direta com 9 dos 17 ODS, incluindo objetivos diretamente ligados a temática ambiental, como o ODS 13 que trata de alterações climáticas e o ODS 15, sobre proteção da vida terrestre. Para fazer a gestão do tema, contamos com uma Política de Sistemas de Gestão e Sustentabilidade e Sistemas de Gestão Ambiental (SGA), em linha com a Norma ISO 14.001, com atividades conduzidas pelas áreas locais de Meio Ambiente das unidades de negócio.

A Companhia e suas controladas desenvolvem projetos que consolidam também seu engajamento nos esforços de restauração e preservação da biodiversidade, sendo eles:

(i) Água e fluentes: Com foco na preservação e uso eficiente de recursos hídricos, a Companhia e suas controladas contam com sistema de captação de água pluvial nos telhados no prédio administrativo da controlada Porto do Pecém, nos Centros de Serviços da Distribuição (CSD), Poá (SP), Carapina (ES), São Mateus (ES), Linhares (ES), Cachoeiro (ES) e na sede da EDP São Paulo em São José dos Campos. Além disso, a UTE Pecém possui, ainda, o reaproveitamento de parte dos efluentes no processo de produção de energia.

(ii) Resíduos: Além de buscar a diminuição do consumo de materiais, a Companhia e suas controladas segregam, armazenam, tratam e descartam seus resíduos de forma ambientalmente adequada, respeitando os requisitos legais aplicáveis. Na controlada Porto do Pecém, são reaproveitadas as cinzas produzidas na geração de energia, enviadas para processamento na indústria cimenteira, diminuindo o montante de resíduos não perigosos enviados para aterro. As distribuidoras utilizam óleo vegetal nos transformadores de distribuição que são adquiridos e reformados, e possuem contrato de recuperação de transformadores que ajudam na redução do consumo de recursos naturais para a fabricação de novos equipamentos, incentivando a economia circular.

(iii) Biodiversidade: A Companhia e suas controladas estabelecem, em sua política ambiental, os compromissos relativos à biodiversidade e serviços ecossistêmicos e à gestão dos impactos de suas atividades e ao longo de sua cadeia de valor. As principais iniciativas desenvolvidas continuamente envolvem o acompanhamento aéreo e fluvial das represas das usinas, monitoramento de fauna e flora das áreas de usina e das faixas de servidão (linhas e redes) em zona rural da distribuição e transmissão. Na Distribuição são realizadas análises durante o planejamento de projetos, a partir de geoprocessamento e visitas em campo, para que seja avaliada a presença de unidades de conservação, reservas legais, áreas de preservação permanente e vegetação nativa nos processos de implantação de linhas. As análises têm como objetivo encontrar alternativas com o menor impacto possível ou soluções para mitigá-los.

(iv) Atualmente a Companhia mantém o Plano Estratégico Climático 2021-2025 (PEC 21-25). Esse plano visa dar maior clareza sobre as ações de mitigação que serão feitas para cumprir as metas climáticas do Grupo, um aprofundamento nos cenários climáticos e estratégicos para gestão dos riscos e oportunidades climáticas e planos de ação para melhoria da performance em índices de sustentabilidade relacionados com o tema. A Companhia possui metas de redução das emissões aprovadas pela ciência (SBTi targets).

Os desembolsos relacionados ao licenciamento ambiental ocorridos no período foram de R\$144.798 (R\$86.159 em 2021). Deste montante, já haviam sido provisionados e capitalizados nas rubricas de Imobilizado, Intangível e Ativos da concessão o valor de R\$140.853 (R\$76.124 em 2021), relativos a proteção de biodiversidade e da paisagem e gestão e proteção do meio ambiente. Em contrapartida do resultado do período, na rubrica de Serviços de terceiros, foram registrados R\$3.965 (R\$10.035 em 2021), relativos a Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações e gestão de resíduos.

29.3 Desmantelamento

O montante em 30 de junho de 2022 de R\$11.077 (R\$10.671 em 31 de dezembro de 2021), refere-se à controlada Porto do Pecém. O Desmantelamento foi constituído para fazer face à responsabilidade relativa às despesas com a reposição dos locais ocupados pela usina em seu estado original. Esta provisão foi calculada com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e é registrada em contrapartida do Imobilizado (Nota 23). Anualmente, a provisão está sujeita a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras.

O cálculo do valor da provisão foi efetuado a partir dos custos obtidos com entidades externas idôneas, projetado até o fim da autorização de funcionamento da usina, com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa responsabilidade à taxa de desconto de 9,0% a.a. que representava a taxa de financiamento no momento do reconhecimento.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



30 Patrimônio Líquido

30.1 Capital social

O Capital social da Companhia em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$5.502.716, totalmente subscrito e integralizado, representado por 581.165.268 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com as principais características, a saber:

- O Capital social está representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia;
- As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio;
- Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia;
- A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 novas ações ordinárias independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização;
- A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado; e
- A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A composição do capital social está demonstrada a seguir:

Acionista	30/06/2022		31/12/2021		Acionista controlador
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação	
EDP International Investments and Services, S.L. (1)	183.141.323	31,51	180.209.523	31,01	Sim
EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda (1)	142.584.671	24,53	142.584.671	24,53	Sim
Conselheiros e Diretores	261.954	0,05	165.005	0,03	
Ações em tesouraria (2)	13.606.506	2,34	4.435.100	0,76	
Ações em circulação	241.570.814	41,57	253.770.969	43,67	
Total	581.165.268	100,00	581.165.268	100,00	

(1) Empresa de controle estrangeiro.

(2) As ações em tesouraria não têm direitos patrimoniais.

30.2 Reservas

	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Reservas de capital			
Resultado na alienação de ações em tesouraria	30.2.1	58.968	60.490
Opções de ações outorgadas	30.2.2	3.799	5.681
Ágio na incorporação de sociedade controladora		35.351	35.351
Outras Reservas de Capital		30.516	31.312
		<u>128.634</u>	<u>132.834</u>
Reservas de lucros			
Legal		673.859	673.859
Retenção de lucros	14	4.909.889	4.116.043
Dividendo adicional proposto	14		1.470.663
		<u>5.583.748</u>	<u>6.260.565</u>

30.2.1 Resultado na alienação de ações em tesouraria

A variação no exercício de R\$1.523 é decorrente do feito da apuração de perdas e ganhos na outorga das ações.

30.2.2 Opções de ações outorgadas

A Companhia oferece a seus administradores e a alguns colaboradores indicados pelo Conselho de Administração plano de opção de compra de ações da Companhia. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas, ajustadas a valor presente, e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido. No final de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções e ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

A variação no exercício no montante de R\$1.882 é decorrente das provisões de ações outorgadas referente aos planos II, III, IV, V e VI, bem como a transferência da outorga aos colaboradores contemplados no plano ILP II e IV.

Planos	Data da aquisição	Qtde. de ações adquiridas pelos colaboradores	Preço unitário (R\$)	Valor total das ações adquiridas	Qtde. de ações a serem outorgadas	
					Plano de incentivo	Plano de retenção
Plano de remuneração II	junho/2017	44.113	13,37	590	2.845	11.930
Plano de remuneração III	agosto/2017	27.747	14,26	396		
Plano de remuneração IV	junho/2018	83.240	13,75	1.144	79.746	156.501
Plano de remuneração V	junho/2019	57.892	18,68	1.081	5.541	19.817
Plano de remuneração VI	junho/2020	71.256	16,71	1.191	94.507	87.144
Plano de remuneração VII	julho/2020	12.000	16,71	201	24.000	73.607
Plano de remuneração VIII	agosto/2021	71.645	18,69	1.339	122.181	172.887
Total		<u>367.893</u>			<u>328.820</u>	<u>521.886</u>

Planos	Plano de incentivo			Plano de retenção		
	Quantidade de ações em 31/12/2021	Outorga/Baixa	Exercidas	Quantidade de ações em 31/12/2021	Outorga/Baixa	Exercidas
Plano de remuneração II	71.704	(7.758)	(61.101)	58.646		(46.716)
Plano de remuneração III	83.404	(3.658)		79.746	(10.909)	
Plano de remuneração IV	64.859	(7.937)	(51.381)	135.900	(13.256)	(102.827)
Plano de remuneração V	130.622	(10.224)	(1.891)	118.507	(9.425)	
Plano de remuneração VI	130.167	(7.986)		172.887		
Total	<u>480.756</u>	<u>(37.563)</u>	<u>(114.373)</u>	<u>328.820</u>	<u>(33.590)</u>	<u>(149.543)</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



30.3 Outros resultados abrangentes

A movimentação de Outros resultados abrangentes no período é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2021	Equivalência patrimonial	Saldo em 30/06/2022
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias			
Ganhos e (Perdas) com subsidiárias e coligadas	(654.184)	63.245	(590.939)
	(654.184)	63.245	(590.939)

30.4 Ações em tesouraria

A recompra de ações próprias são classificadas na rubrica de Ações em tesouraria e reconhecidas ao custo de aquisição como dedução no patrimônio líquido. Quando essas ações forem alienadas, seu ganho ou perda na operação serão transferidos para Reservas de Capital.

Em 28 de agosto de 2020 a Companhia divulgou Fato Relevante informando que, nesta data, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações ordinárias de sua emissão. O objetivo da recompra foi adquirir ações de própria emissão da Companhia para manutenção em tesouraria, com o objetivo de aplicar recursos disponíveis para maximizar a geração de valor para os acionistas, uma vez que, na visão da administração da Companhia, o valor atual de suas ações não reflete o real valor dos seus ativos combinado com a perspectiva de rentabilidade e geração de resultados futuros.

Em RCA realizada em 25 de outubro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento de ações atualmente mantidas em tesouraria e o lançamento de novo programa de recompra de ações ordinárias de sua emissão.

A Companhia cancelou o total de 25.685.126 ações ordinárias de sua emissão mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social. Em decorrência do Cancelamento de Ações, o capital social da Companhia, de R\$ 5.502.715.947,12, passou a ser dividido em 581.165.268 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mantendo-se em tesouraria a quantidade de 200.000 ações ordinárias.

De modo maximizar a geração de valor para os acionistas da Companhia, e capturar o potencial de valorização das ações da Companhia, o Conselho de Administração aprovou a realização de um novo Programa de Recompra. Serão adquiridas no âmbito do Programa de Recompra até 23.558.500 ações ordinárias de emissão da Companhia, tendo em vista o limite de manutenção de ações em tesouraria disposto no artigo 8º da ICVM 567/15, qual seja, de 10% das ações de cada espécie ou classe de ações em circulação no mercado.

O Programa de Recompra tem o objetivo de adquirir ações de própria emissão da Companhia para manutenção em tesouraria, com o objetivo de aplicar recursos disponíveis para maximizar a geração de valor para os acionistas, uma vez que, na visão da administração da Companhia, o valor atual de suas ações não reflete o real valor dos seus ativos combinado com a perspectiva de rentabilidade e geração de resultados futuros.

A Administração entende que esta deliberação faz parte do processo contínuo da Companhia em maximizar valor aos seus acionistas e que sua situação financeira atual é compatível com a possível execução do Programa de Recompra nas condições aprovadas, não sendo vislumbrado nenhum impacto ao cumprimento das obrigações assumidas aos credores e demais compromissos. Ainda em 25 de outubro de 2021 a Companhia divulgou ao mercado as características do Programa de Recompra de Ações:

Prazo da realização das operações	Máximo de ações que poderão ser recompradas	Quantidade recomprada de ações	Preço médio de aquisição	Recursos disponíveis	Instituições financeiras intermediárias
18 meses após a realização da RCA	23.558.500	13.606.506	20,66	Reservas de Lucros ou capital da Companhia, com exceção das reservas descritas no parágrafo primeiro do artigo 7º da Instrução CVM nº 567/15.	BTG Pactual CTVM S.A.; Itaú; Santander CCVM S.A.; Safra Corretora de Valores e Câmbio Ltda.; e XP Investimentos CCTVM S/A

30.5 Participações de não controladores

O saldo em 30 de junho de 2022 de R\$1.195.417 (R\$1.142.615 em 31 de dezembro de 2021) refere-se à participação que outros acionistas detêm sobre as controladas (Nota 18.4).

A participação total dos não controladores no balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 é composta por: (i) R\$514.569 correspondente à Lajeado; (ii) R\$385.928 correspondente à Investco; (iii) R\$261.405 correspondente à Enerpeixe; (iv) R\$33.385 correspondente à EDP Transmissão Aliança; e (v) R\$130 correspondente à EDP Goiás.

As informações sintéticas de fluxo de caixa das controladas que possuem participação dos não controladores, estão apresentadas a seguir:

	Investco	Enerpeixe	Lajeado	EDP Transmissão Aliança	EDP Goiás	Total
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	74.733	94.780	87.160	54.110	67.896	378.679
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(189)	(983)	(5)	(11.855)	(25.027)	(38.059)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(125)	(88.232)	(59.956)	(23.404)	(46.458)	(218.175)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	74.419	5.565	27.199	18.851	(3.589)	122.445

31 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados para os clientes, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados para o cliente ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia e suas controladas, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia e suas controladas reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

As receitas da Companhia e suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

Distribuição

• **Fornecimento - Faturado:** São reconhecidos por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela distribuidora. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas com base na tarifa vigente homologada pelo órgão regulador.

• **Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado:** São reconhecidas pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos), sendo o valor justo da contraprestação calculado conforme tarifa de uso do sistema, a qual é definida pelo órgão regulador.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



- **Não faturado:** Refere-se a energia fornecida e/ou ao uso do sistema de distribuição que ainda não foram faturados correspondentes ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento das demonstrações financeiras. É estimada e reconhecida como receita não faturada considerando-se como base a carga real de energia distribuída no mês, o índice de perda anualizado e a tarifa vigente.
- **Resultados de ativos financeiros setoriais:** É reconhecido mensalmente pela diferença entre os custos pertencentes à Parcela "A" efetivamente incorridos no resultado, daqueles reconhecidos na receita de operações com energia elétrica previstos na tarifa vigente pela ANEEL.
- **Suprimento - Faturado:** Refere-se a energia elétrica fornecida para outra concessionária, segundo condições contratuais. O montante da contraprestação é determinado pela quantidade de energia entregue multiplicada pela tarifa vigente estabelecida pelo órgão regulador.
- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.
- **Receita de construção:** O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições aos Ativos da concessão, não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida à Custo com construção da infraestrutura em igual montante (Nota 32).
- **Subvenções vinculadas ao serviço concedido:** É reconhecida quando da efetiva aplicação de descontos nas tarifas de unidades consumidoras beneficiadas por subsídios governamentais (Nota 16.1) pela diferença entre a tarifa de referência da respectiva classe de consumo daquela efetivamente aplicada a consumidores beneficiários desses subsídios.
- **Arrendamentos e aluguéis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e são reconhecidas em bases mensais conforme os contratos de arrendamento.

Geração

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A controlada poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.
- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

Transmissão

• Receita de construção da Infraestrutura de construção

A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

As margens da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 30 de junho de 2022 está entre -23,72% e 44,71% sobre o custo real incorrido de construção no resultado.

A referida margem é estimada pelas transmissoras levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término da Linha de Transmissão são reconhecidas no resultado do período da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.

Conforme o modelo praticado pelas transmissoras, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

• Receita de Operação e Manutenção (O&M)

A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data que a Companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.

As margens da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 30 de junho de 2022 equivalem a 5,00% a 218,00%.

Conforme o modelo de negócios praticado pelas transmissoras, que trabalham com faixa de *mark up* para precificação que deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.

• Remuneração dos Ativos da concessão

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da Concessão.

O Ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento.

As taxas de remuneração dos Ativos da Concessão das transmissoras representam de 5,00% a 13,65% a.a. para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento das transmissoras, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do período em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

Comercialização

A receita é reconhecida com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE. Os contratos de compromisso futuro, são classificados como Instrumentos Financeiros, reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado conforme orientação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros (Nota 15).

Clientes

• Vendas à vista e vendas financiadas

A receita é reconhecida quando da conclusão do projeto, em caso de venda à vista e financiadas. Para o caso de venda a prazo, o ajuste a valor presente é diferido no prazo do contrato.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



• Vendas reconhecidas por transferência de controle faseada

As vendas reconhecidas por transferência de controle faseada tem seu reconhecimento da receita diretamente associado à medição da prestação de serviços e de outros custos diretamente alocados, por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47. Determinados contratos possuem componente de financiamento significativo, os quais são reconhecidos proporcionalmente ao longo do contrato utilizando a taxa de financiamento que seria refletida em uma transação separada entre as partes.

• Arrendamentos financeiros e operacionais

Para os arrendamentos financeiros, as receitas referentes ao componente de financiamento dos contratos são reconhecidas na demonstração do resultado do período no decorrer do período contratual, sendo seu reconhecimento inicial no início do arrendamento. Já para os arrendamentos operacionais, as contraprestações do contrato são reconhecidas como receitas na demonstração do resultado linearmente e em consonância com a depreciação dos respectivos ativos arrendados, durante o período do arrendamento.

	Nota	Movimento do Período					
		Controladora		Consolidado			
		R\$		MWh		R\$	
		01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021
Fornecimento	7.2 e 31.1						
Residencial				1.693.604	1.695.355	712.135	595.762
Industrial				304.647	342.836	153.450	127.422
Comercial				745.371	699.458	339.457	245.794
Rural				264.713	267.528	79.166	68.592
Poder público				140.804	113.739	71.372	45.945
Iluminação pública				159.257	166.644	45.112	36.085
Serviço público				106.620	103.091	50.086	40.818
Consumo próprio				2.994	3.255		
		-	-	3.418.011	3.391.906	1.450.778	1.160.418
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado							
Consumidores cativos							
Residencial						730.781	657.400
Industrial						106.212	101.366
Comercial						326.976	259.811
Rural						89.098	73.078
Poder público						56.413	37.852
Iluminação pública						46.306	38.690
Serviço público						32.511	27.543
Consumidores livres				3.220.571	3.070.721	525.081	550.839
		-	-	3.220.571	3.070.721	1.913.378	1.746.579
Não faturado	31.2						
Fornecimento						(100.524)	(11.126)
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado						(111.731)	(27.674)
		-	-	-	-	(212.255)	(38.800)
Resultados de ativos financeiros setoriais	8						
CVA						(553.441)	194.892
Itens financeiros - RTE	31.3					381.660	(17.320)
Itens financeiros - Outros						166.616	33.170
PIS/COFINS						39.975	148.580
		-	-	-	-	34.810	359.322
Suprimento - Faturado	31.4			2.805.735	3.086.169	472.933	580.620
Energia de curto prazo	31.5			405.140	386.245	31.808	165.538
Comercialização	31.6					854.583	492.582
Receita de construção						478.131	595.177
Atualização dos Ativos da concessão						179.672	136.700
Atualização do ativo financeiro indenizável	20					128.220	48.463
Receita de Operação e Manutenção (O&M)						45.403	8.520
Serviços cobráveis						4.780	4.461
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	31.8					189.554	145.982
Ressarcimento por indisponibilidade						(7.024)	(5.278)
Arrendamentos e aluguéis						53.232	32.631
Compromissos futuros	15					46.537	1.570
Outras receitas operacionais		819	683			135.329	39.052
Receita operacional bruta		819	683	9.849.456	9.935.041	5.799.869	5.473.537
(-) Deduções à receita operacional							
Tributos sobre a receita							
ICMS						(774.680)	(696.073)
PIS/COFINS		(13)				(398.426)	(520.239)
ISS		(7)				(652)	(610)
		(20)	-	-	-	(1.173.758)	(1.216.922)
Encargos do consumidor							
P&D						(25.358)	(23.979)
CDE						(485.817)	(247.586)
RGR						(936)	(1.087)
PROINFA - Consumidores Livres						(34.437)	(18.470)
Bandeiras tarifárias (CCRBT)	31.9						
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH						(7.408)	(6.769)
Outros encargos						(7.016)	(4.296)
		-	-	-	-	(560.972)	(302.187)
		(20)	-	-	-	(1.734.730)	(1.519.109)
Receita		799	683	9.849.456	9.935.041	4.065.139	3.954.428

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	Acumulado do Período							
		Controladora		Consolidado					
		R\$		Nº de consumidores		MWh		R\$	
		01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
Fornecimento	7.2 e 31.1								
Residencial				3.194.260	3.105.639	3.498.109	3.444.337	1.652.361	1.230.136
Industrial				17.572	22.598	618.592	699.763	304.201	224.581
Comercial				275.938	267.740	1.559.594	1.465.409	726.840	493.110
Rural				196.002	201.098	491.906	516.638	152.228	124.225
Poder público				21.718	21.470	289.423	244.152	147.052	84.978
Iluminação pública				4.247	4.717	320.742	330.413	99.443	58.850
Serviço público				3.287	3.234	219.607	220.655	106.520	70.448
Consumo próprio				390	406	6.573	6.817		
		-	-	3.713.414	3.626.902	7.004.546	6.928.184	3.188.645	2.286.328
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado									
Consumidores cativos									
Residencial								1.572.403	1.320.977
Industrial								217.801	176.519
Comercial								696.127	516.187
Rural								178.303	140.183
Poder público								113.607	70.288
Iluminação pública								97.735	62.508
Serviço público								69.927	47.926
Consumidores livres				1.758	1.542	6.343.909	6.126.624	1.085.688	1.091.772
		-	-	1.758	1.542	6.343.909	6.126.624	4.031.591	3.426.360
Não faturado	31.2								
Fornecimento								(63.777)	83.244
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição								(75.395)	31.973
		-	-	-	-	-	-	(139.172)	115.217
Resultados de ativos financeiros setoriais	8								
CVA								(674.643)	264.351
Itens financeiros - RTE	31.3							(82.219)	(32.123)
Itens financeiros - Outros								297.621	35.851
PIS/COFINS								148.773	188.196
		-	-	-	-	-	-	(310.468)	456.275
Suprimento - Faturado	31.4					6.277.118	6.085.883	1.047.536	1.176.136
Energia de curto prazo	31.5					715.554	630.145	70.449	311.404
Comercialização	31.6							1.687.755	1.097.333
Receita de construção	21							903.023	1.163.801
Remuneração dos Ativos da concessão	21							340.439	255.327
Atualização do ativo financeiro indenizável	20							247.602	121.476
Receita de Operação e Manutenção (O&M)	31.7							73.699	(7.848)
Serviços cobráveis								9.588	12.237
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	31.8							350.418	275.108
Arrendamentos e aluguéis								100.949	72.538
Compromissos futuros	15							71.556	52.925
Outras receitas operacionais	4.10 e 12	2.530	1.427					165.285	64.837
Receita operacional bruta		2.530	1.427	3.715.172	3.628.444	20.341.127	19.770.836	11.838.895	10.879.454
(-) Deduções à receita operacional									
Tributos sobre a receita									
ICMS								(1.684.597)	(1.380.704)
PIS/COFINS		(110)	(6)					(842.456)	(885.940)
ISS		(58)	(3)					(1.320)	(1.198)
		(168)	(9)	-	-	-	-	(2.528.373)	(2.267.842)
Encargos do consumidor									
P&D								(56.429)	(48.031)
CDE								(974.311)	(552.829)
RGR								(1.873)	(2.174)
PROINFA - Consumidores Livres								(68.874)	(36.938)
Bandeiras tarifárias (CCRBT)	31.9								
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH								(19.237)	(15.834)
Outros encargos								(13.548)	(8.585)
		-	-	-	-	-	-	(1.134.272)	(664.391)
		(168)	(9)	-	-	-	-	(3.662.645)	(2.932.233)
Receita		2.362	1.418	3.715.172	3.628.444	20.341.127	19.770.836	8.176.250	7.947.221

31.1 Fornecimento - Faturado

A variação em fornecimento faturado, quando comparados os dois períodos, deve-se principalmente ao: (i) aumento do consumo quando comparados os dois períodos; e (ii) aumento da receita da Parcela B devido ao reajuste tarifário.

31.2 Fornecimento não faturado

A variação refere-se principalmente pela aplicação da bandeira tarifária verde em maio e junho de 2022 (Nota 7.3), visto que o volume de energia não faturada aumentou em quando comparado ao mesmo período em 2021.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



31.3 Itens financeiros - RTE

A variação refere-se às bandeiras tarifárias que, em 2022 foram aplicadas a de crise hídrica e verde, enquanto que no período de 2021 foram substancialmente amarela e vermelha (Notas 4.4 e 31.9)

31.4 Suprimento - Faturado

A variação de suprimento faturado deve-se substancialmente à (i) redução de R\$252.648 da controlada Porto do Pecém, que devido a melhora do cenário hídrico no país não está sendo despachada pela ONS desde dezembro de 2021; (ii) aumento do saldo de suprimento das controladas EDP São Paulo de R\$138.142 e da EDP Espírito Santo de R\$121.353, devido ao aumento da carga de energia elétrica comercializada no MVE, em linha com a estratégia das controladas em reduzir os níveis de sobrecontratação. Adicionalmente, no período de 2022 o preço comercializado pela EDP São Paulo foi de R\$196,05/MWh enquanto que no período anterior foi de R\$ 286,09/MWh, e para a EDP Espírito Santo o preço foi de R\$ 281,30/MWh enquanto que no período anterior foi de R\$ 196,06/MWh, além do impacto da pandemia do COVID-19 na receita de suprimento do período anterior.

31.5 Energia de curto prazo

A redução de R\$240.955 observada na rubrica de energia de curto prazo é decorrente substancialmente:

(i) redução de R\$62.819 na controlada EDP São Paulo, e redução de R\$20.149 da controlada EDP Espírito Santo, cujas variações ocorreram devido as transações de energia e de encargos comercializados no âmbito da CCEE, por sazonalização operacionalizada nas controladas, os quais foram impactados pela redução da carga contratada do MCS.

(ii) redução de R\$131.012 na controlada Porto do Pecém, com a melhora do cenário energético (Nota 4.4) no período de 2022 a controlada não realizou operações no mercado de curto prazo, ao contrário do que ocorreu no período anterior, quando foram realizadas operações de recomposição de lastro para suprimento do mercado interno.

(iii) redução de R\$33.765 na controlada EDP Trading, devido diminuição do PLD médio em vista da melhora no cenário hidrológico do país (Nota 4.4).

31.6 Comercialização

O aumento ocorrido nas controladas EDP Trading e EDP Smart Energia, é reflexo da melhora do cenário hidrológico no período de 2022 quando comparado ao mesmo período do ano anterior, ocorrido pela retomada e avanço operacional no país, considerando também a diminuição da volatilidade dos preços do mercado. Adicionalmente, em relação à EDP Smart Energia, houve reflexo da entrada de novos contratos.

31.7 Transmissoras - Receita de Operação e Manutenção (O&M)

O aumento de R\$81.547 observado na rubrica de Receita de Operação e Manutenção O&M refere-se às transmissoras EDP Transmissão Litoral Sul, no montante de R\$7.355; à EDP Transmissão Aliança, no montante de R\$15.742; e à EDP Transmissão SP-MG no montante de R\$11.618, que no período de 2022 estão em operação, ao contrário do período anterior em que os lotes de transmissão estavam em construção. Adicionalmente, com a aquisição da EDP Goiás (Notas 4.7 e 18.3) houve um reconhecimento de receitas de O&M no montante total de R\$36.884 no período analisado.

31.8 Subvenções vinculadas ao serviço concedido

O aumento da subvenção é observado principalmente devido reconhecimento de repasses financeiros feitos às controladas de distribuição decorrentes do aumento do consumo no período e da tarifa decorrente do último reajuste tarifário.

31.9 Bandeiras tarifárias e Subvenções vinculadas ao serviço concedido

O Sistema de Bandeiras Tarifárias é o mecanismo que tem como objetivo sinalizar aos consumidores os custos da geração de energia elétrica de cada mês, sendo dividido em 4 bandeiras: verde, amarela, vermelha patamar 1 e vermelha patamar 2. Em razão do cenário de escassez hídrica (Nota 4.4) foi criada a bandeira tarifária de escassez hídrica, regulamentada pela Resolução nº 3/2021 da CREG.

A definição das faixas de acionamento observa limites de risco hidrológico definidos segundo o histórico operativo do Sistema Interligado Nacional - SIN. A métrica de acionamento considera a definição de custo do risco hidrológico, onde há relação indireta entre a profundidade do déficit de geração hidráulica (GSF) e o preço da energia elétrica de curto prazo (PLD). A composição dessas duas variáveis, em sistemática de gatilho, faz com que a arrecadação prevista com as bandeiras tarifárias se aproxime mais dos custos incorridos. Este acionamento das Bandeiras Tarifárias é definido mensalmente pela ANEEL, por meio de Despacho da Superintendência de Gestão Tarifária - SGT.

O saldo relativo às bandeiras tarifárias refere-se aos valores a repassar à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, gerida pela CCEE, provenientes da diferença entre os valores faturados líquidos de ICMS e os valores estimados não faturados, a título de bandeiras tarifárias, deduzidos de parte dos sobrecustos de energia e encargos. Esses recursos são alocados para a cobertura de custos não previstos nas tarifas das diversas distribuidoras do país. O valor homologado mensalmente pela ANEEL a repassar ou a ressarcir é a diferença entre o montante cobrado dos clientes e os sobrecustos referentes a: (i) Segurança Energética do Encargo de Serviço do Sistema - ESS; (ii) despacho térmico; (iii) risco hidrológico; (iv) cotas de Itaipu; (v) exposição ao mercado de curto prazo; e (vi) excedente da Conta de Energia de Reserva - CONER. Os eventuais custos não cobertos pela receita são considerados no processo tarifário subsequente.

As faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias vigentes para o período findo em 30 de junho de 2022 são:

(i) Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. Tarifa não sofre nenhum acréscimo;

(ii) Bandeira Amarela: R\$1,874 a cada 100 kWh;

(iii) Bandeira Vermelha no patamar 1: R\$3,971 a cada 100 kWh;

(iv) Bandeira Vermelha no patamar 2: R\$9,492 a cada 100 kWh; e

(v) Bandeira Escassez Hídrica: R\$14,20 a cada 100 kWh.

As bandeiras tarifárias aplicadas em 2022 e 2021 foram:

	2022						2021					
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Bandeira Tarifária	Escassez hídrica	Escassez hídrica	Escassez hídrica	Escassez hídrica	Verde	Verde	Amarela	Amarela	Amarela	Amarela	Vermelha I	Vermelha II
PLD gatilho (**)	69,85	55,70	55,70	55,70	55,70	55,70	213,42	136,72	127,36	92,88	203,88	251,84

(*) Exceto para os clientes inscritos na Tarifa Social de Energia - TSEE, que permanecem na Bandeira Vermelha - patamar 2.

(**) PLD gatilho: Valor em reais / MWh utilizado como base de PLD médio mensal para o acionamento do patamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE.

32 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e suas controladas classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço de energia elétrica vinculados a concessão e também os gastos vinculados à geração de energia, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, amortização do direito de concessão da infraestrutura, gastos relacionados ao atendimento comercial, operação e manutenção da concessão, e gastos com matéria prima para a produção de energia; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e de suas controladas representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com créditos de liquidação duvidosa e provisões judiciais, Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

Controladora						
Movimento do Período						
01/04/2022 a 30/06/2022				01/04/2021 a 30/06/2021		
Despesas Operacionais				Despesas Operacionais		
Nota	Gerais e administrativas	Outras	Total	Gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	32.4	16.289	16.289	13.926		13.926
Material		110	110	104		104
Serviços de terceiros	32.5	10.147	10.147	10.953		10.953
Depreciação - Imobilizado em serviço		1.011	1.011	897		897
Depreciação - Ativos de direito de uso		630	630	730		730
Amortização		2.907	2.907	3.624		3.624
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas		2.838	2.838		57	57
Arrendamentos e aluguéis		914	914	302		302
Ganho na aquisição de investimentos					(4.465)	(4.465)
Outras		5.108	9.705	2.065		2.065
Total		37.116	44.551	32.601	(4.408)	28.193

Controladora						
Períodos de 6 meses findos em 30 de junho						
01/01/2022 a 30/06/2022				01/01/2021 a 30/06/2021		
Despesas Operacionais				Despesas Operacionais		
Nota	Gerais e administrativas	Outras	Total	Gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	32.4	32.227	32.227	27.128		27.128
Material		159	159	663		663
Serviços de terceiros	32.5	16.082	16.082	18.089		18.089
Depreciação - Imobilizado em serviço		2.014	2.014	1.566		1.566
Depreciação - Ativos de direito de uso		1.253	1.253	1.217		1.217
Amortização		5.510	5.510	6.604		6.604
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas		2.838	2.838		327	327
Arrendamentos e aluguéis		(337)	(337)	871		871
Ganho na aquisição de investimentos					(4.465)	(4.465)
Outras		5.256	11.482	4.874		4.874
Total		62.164	71.228	61.012	(4.138)	56.874

Consolidado								
Movimento do Período								
01/04/2022 a 30/06/2022								
Custos					Despesas operacionais			
Nota	Com energia elétrica	Da produção	De operação	Prestado a terceiros	PECLD	Gerais e administrativas	Outras	Total
Encargos de uso da rede elétrica	32.2	303.821						303.821
Custo da matéria prima consumida	32.3		101.361					101.361
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	32.4			110.950	2.130	65.477		178.557
Material				20.285	10.854	1.596		32.735
Serviços de terceiros	32.5			88.032	2.580	57.640		148.252
Depreciação - Imobilizado em serviço				72.010		8.152		80.162
Depreciação - Ativos de direito de uso				440		2.818		3.258
Amortização				84.628		49.006		133.634
PECLD / perdas líquidas					42.348			42.348
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas							12.321	12.321
Arrendamentos e aluguéis				1.820	187	(1.236)		771
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							18.225	18.225
Custo com construção da infraestrutura	21			482.111				482.111
Outras		1.242	6.627	535		12.475	6.213	27.092
Total		1.897.333	101.361	384.792	498.397	42.348	36.759	3.156.918

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Consolidado								
Movimento do Período								
01/04/2021 a 30/06/2021								
Nota	Custos				Despesas operacionais			Total
	Com energia elétrica	Da produção	De operação	Prestado a terceiros	PECLD	Gerais e administrativas	Outras	
Energia elétrica comprada para revenda	32.1	1.806.074						1.806.074
Encargos de uso da rede elétrica	32.2	323.334						323.334
Custo da matéria prima consumida	32.3		116.975					116.975
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	32.4			94.630	1.844	42.393		138.867
Material				16.533	1.303	1.238		19.074
Serviços de terceiros	32.5			73.880	2.584	50.460		126.924
Depreciação - Imobilizado em serviço				69.844		14.669		84.513
Depreciação - Ativos de direito de uso						6.357		6.357
Amortização				68.732		16.251		84.983
PECLD / perdas líquidas					34.050			34.050
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas							6.044	6.044
Arrendamentos e aluguéis			102	6		716		824
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							17.150	17.150
Custo com construção da infraestrutura	21			538.775				538.775
Outras		1.364	17.533	11		7.804	402	27.114
Total		2.130.772	116.975	341.254	544.523	139.888	23.596	3.331.058

Consolidado								
Acumulado do período								
01/01/2022 a 30/06/2022								
Nota	Custos				Despesas operacionais			Total
	Com energia elétrica	Da produção	De operação	Prestado a terceiros	PECLD	Gerais e administrativas	Outras	
Energia elétrica comprada para revenda	32.1	3.311.889						3.311.889
Encargos de uso da rede elétrica	32.2	610.697						610.697
Custo da matéria prima consumida	32.3		107.914					107.914
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	32.4			212.939	3.574	112.730		329.243
Material				33.212	12.539	3.081		48.832
Serviços de terceiros	32.5			157.210	4.799	100.845		262.854
Depreciação - Imobilizado em serviço				142.992		15.103		158.095
Depreciação - Ativos de direito de uso				877		5.612		6.489
Amortização				152.118		70.103		222.221
PECLD / perdas líquidas					84.837			84.837
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas							23.608	23.608
Arrendamentos e aluguéis			2.971	244		(552)		2.663
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							45.123	45.123
Custo com construção da infraestrutura	21			901.799				901.799
Outras		2.542	16.278	1.079		27.359	7.714	54.972
Total		3.925.128	107.914	718.597	924.034	84.837	76.445	6.171.236

Consolidado								
Acumulado do período								
01/01/2021 a 30/06/2021								
Nota	Custos				Despesas operacionais			Total
	Com energia elétrica	Da produção	De operação	Prestado a terceiros	PECLD	Gerais e administrativas	Outras	
Energia elétrica comprada para revenda	32.1	3.469.467						3.469.467
Encargos de uso da rede elétrica	32.2	646.351						646.351
Custo da matéria prima consumida	32.3		258.537					258.537
Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão		(23.296)						(23.296)
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	32.4			182.324	3.108	84.026		269.458
Material				27.907	4.441	2.195		34.543
Serviços de terceiros	32.5			136.736	3.196	102.894		242.826
Depreciação - Imobilizado em serviço				139.927		27.960		167.887
Depreciação - Ativos de direito de uso						11.789		11.789
Amortização				132.950		31.884		164.834
PECLD / perdas líquidas					58.981			58.981
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas							20.544	20.544
Arrendamentos e aluguéis			(695)	5		1.199		509
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							27.034	27.034
Custo com construção da infraestrutura	21			1.039.546				1.039.546
Outras		3.146	26.745	44		24.566	346	54.847
Total		4.095.668	258.537	645.894	1.050.340	58.981	47.924	6.443.857

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



32.1 Energia elétrica comprada para revenda

Nota	Consolidado			
	Movimento do Período		Acumulado do Período	
	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
Contratos de compra de energia por disponibilidade	32.1.1	372.875	556.829	564.330
Contratos de compra de energia por quantidade	32.1.2	175.923	208.091	378.468
PROINFA		39.150	30.913	83.615
Contratos de compra de energia por cotas	32.1.1	139.784	271.217	280.782
Energia de curto prazo	32.1.3	26.293	125.712	59.163
Energia de Itaipu Binacional	32.1.4	255.395	271.931	476.611
Encargo de Energia de Reserva - EER	32.1.5	39.062	39.672	86.340
Encargos de Serviço do Sistema - ESS		84.276	49.276	246.371
Contratos de comercialização de energia	32.1.6	690.354	466.494	1.469.882
Outros	32.1.7	(81.101)	(9.946)	(14.494)
(-) Ressarcimentos CCEE/CONER		(1.904)	(25.589)	(1.807)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(147.837)	(178.526)	(317.372)
		1.592.270	1.806.074	3.311.889
				3.469.467

32.1.1 Contratos de compra de energia por disponibilidade e por cotas

A redução observada nos montantes de compra de energia por disponibilidade e por cotas refere-se substancialmente as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, devido as condições favoráveis de geração de energia hídrica ocasionada pela maior incidência de chuvas no período, consequentemente acarretando na redução expressiva da geração termoeletrica (Notas 4.4 e 4.10).

32.1.2 Contratos de compra de energia por quantidade

A variação de R\$36.544 observada na rubrica de contratos de compra de energia por quantidade refere-se a:

- (i) redução de R\$154.035 na controlada Porto do Pecém, que devido a melhora do cenário de crise hídrica não está sendo despachada pela ONS;
- (ii) redução de R\$6.813 na controlada Lajeado devido à compra de energia para constituição de lastro em 2021, com intuito estratégico de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE, o que não ocorreu de forma relevante em 2022;
- (iii) aumento de R\$16.058 na controlada Enerpeixe, referente a compra de energia como estratégia de mitigação dos efeitos do GSF na controlada, com volatilidade de efeitos entre os períodos dependendo da alocação de sazonalidade contratual de energia, PLD e efeitos reais de GSF; e
- (iv) aumento de R\$37.520 e R\$40.079 nas controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, respectivamente, devido ao aumento nos contratos de compra de energia por quantidade deve-se, substancialmente, a sazonalidade e os reajustes de preços os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e Contratos Bilaterais Regulados - CBR.

32.1.3 Energia de curto prazo

A redução de R\$128.631 observada na rubrica de energia de curto prazo decorre substancialmente:

- (i) redução de R\$17.593 da controlada EDP São Paulo ocorreu devido a exposição associada à contratação regulada, provocando exposições financeiras em relação à diferença entre os PLDs dos submercados envolvidos, sendo no período de 2022 PLD médio de R\$56,90/MWh (Submercado SE/CO), quando no mesmo período de 2021, para o mesmo submercado, alcançou a média de R\$201,00/MWh.
- (i) redução R\$24.645 da controlada Lajeado refere-se ao PLD menor em 2022, que alcançou média de R\$57,90/MWh (Submercado SE/CO), em comparação com R\$201,00/MWh em 2021, influenciado pela crise hídrica em 2021 quando apresentou o maior período seco registrado no país (Nota 4.4), trazendo baixa nos reservatórios, além de um maior desvio no GSF médio.
- (ii) redução de R\$35.111 da controlada EDP Trading ocasionada pela melhora no cenário energético (Nota 4.4), levando os preços de liquidação ao seu menor valor, tornando os custos para operação no mercado de curto prazo menores.

32.1.4 Energia de Itaipu Binacional

A redução decorre substancialmente das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, pois houve uma diminuição dos montantes correspondentes às cotas-partes a serem consideradas no rateio de energia elétrica referentes a Itaipu quando comparado ao mesmo período de 2021.

32.1.5 Encargo de Energia de Reserva - EER

O EER representa todos os custos decorrentes da contratação da energia de reserva, entendida como aquela destinada a aumentar a segurança no fornecimento de energia elétrica ao SIN, proveniente de usinas especialmente contratadas mediante leilões para este fim, incluindo os custos administrativos, financeiros e tributários, que são rateados entre os usuários finais de energia elétrica do SIN. No período de 2022, as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, levando em consideração o comportamento da estimativa do PLD e da geração das usinas vencedoras em Leilões de Energia de Reserva - LER, houve a necessidade do recolhimento do EER visando o contínuo equilíbrio financeiro do fundo, de modo a assegurar a cobertura das próximas obrigações vinculadas à Conta. A complementação da Conta de Energia de Reserva (CONER) ocorre por meio do pagamento das controladas de distribuição.

32.1.6 Contratos de comercialização de energia

A variação refere-se as controladas EDP Trading e EDP Smart Energia, que apresentaram aumento nos contratos de comercialização de energia em montantes negociados, em razão do avanço das operações das controladas (Nota 31.6).

32.1.7 Outros

O aumento do saldo observado na rubrica refere-se às controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo e decorrem, principalmente, da Cobrança dos valores da Redução Voluntária de Consumo, conforme DSP ANEEL nº 397/22 (Nota 16.1.1).

32.2 Encargos de uso da rede elétrica

O aumento deve-se principalmente à Tarifa do uso do sistema de transmissão - TUST, no qual é realizada uma revisão tarifária em todos os agentes de transmissão.

32.3 Custo da matéria prima consumida

A diminuição na rubrica refere-se substancialmente a controlada Porto do Pecém, ocasionada pela baixa de estoque decorrente da venda do estoque de 117 mil toneladas, correspondente ao montante de R\$152.157. Adicionalmente, houve a reversão de R\$70.798 da provisão de perda estimada na realização dos estoques da controlada (Notas 4.10 e 12.2).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



32.4 Pessoal e Administradores

	Controladora				Consolidado			
	Movimento do Período		Acumulado do Período		Movimento do Período		Acumulado do Período	
	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
Pessoal								
Remuneração	5.208	4.715	11.464	9.610	73.420	62.646	141.691	121.625
Encargos	1.885	1.958	3.947	3.755	27.517	24.083	51.741	45.379
Previdência privada - Corrente	127	251	191	517	3.099	3.483	5.058	6.912
Despesas rescisórias	417	379	691	413	10.158	3.427	14.783	7.840
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	1.252	610	2.496	1.658	13.812	7.056	25.884	17.535
Outros benefícios - Corrente	1.318	1.497	3.265	3.312	27.042	24.148	55.761	46.484
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	4		(19)		432	623	865	1.246
(-) Créditos de tributos recuperáveis					(326)			
Outros	316	10	520	19	10.421	1.400	11.965	2.248
	10.527	9.420	22.555	19.284	165.575	126.866	307.748	249.269
Administradores								
Honorários e encargos	4.118	3.600	7.044	6.290	10.880	9.969	18.234	16.951
Benefícios dos administradores	1.644	906	2.628	1.554	2.102	2.032	3.261	3.238
	5.762	4.506	9.672	7.844	12.982	12.001	21.495	20.189
	16.289	13.926	32.227	27.128	178.557	138.867	329.243	269.458

32.5 Serviços de terceiros

	Controladora				Consolidado			
	Movimento do Período		Acumulado do Período		Movimento do Período		Acumulado do Período	
	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
Serviços de consultoria	11.703	9.716	17.642	18.392	20.051	20.559	34.758	37.163
Serviços comerciais					34.678	32.881	66.791	64.220
Serviços de manutenção	175	1.858	291	1.961	38.090	34.160	67.119	59.739
Serviços de limpeza e vigilância	144	210	474	314	7.045	7.274	13.396	14.513
Serviços de informática	5.556	3.045	8.967	6.125	20.015	20.641	36.447	41.912
Serviços de publicação e publicidade	974	483	2.184	1.955	3.525	861	5.332	5.359
Serviços de transporte	1.131	101	1.683	163	4.018	2.270	6.531	4.195
Serviços Compartilhados	(13.010)	(5.699)	(20.430)	(13.968)	5	131		
(-) Crédito de PIS/COFINS					(5.448)	(5.072)	(9.803)	(9.007)
Outros	3.474	1.239	5.271	3.147	26.273	13.219	42.283	24.732
	10.147	10.953	16.082	18.089	148.252	126.924	262.854	242.826

33 Resultado financeiro

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Movimento do Período		Acumulado do Período		Movimento do Período		Acumulado do Período	
		01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
Receitas financeiras									
Juros e variações monetárias									
Renda de aplicações financeiras e cauções	5 e 13	10.575	3.072	26.280	6.638	72.316	16.556	140.407	30.547
Energia vendida						55.043	56.631	104.526	111.725
Energia comprada						(400)		522	
Depósitos judiciais		260	33	376	77	7.810	2.592	9.429	4.620
Contratos de mútuo	11	9.258	3.815	16.872	6.294		(4)		(1)
Ativos/ passivos financeiros setoriais	8					(2.602)	23.857		25.113
Juros e multa sobre tributos	9		122	606	122	21.959	(28.538)	47.900	(22.271)
Remuneração das ações preferenciais		662	1.285	1.798	1.833	90		90	
Arrendamentos e aluguéis	16.6						(2)		
Outros juros e variações monetárias			58		58	2.284	65	3.756	65
Operações de swap e hedge	26.2 e 27.2					24.090	(38.441)	30.539	
Variações em moeda estrangeira	36.1.2	(9.228)	3.244		3.244	70.492	24.786	81.536	24.786
Ajustes a valor presente	7.6					156	31	395	279
(-) Juros capitalizados	21					(169)	26.488	(256)	(4.774)
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(6.679)	(332)	(13.148)	(615)	(13.659)	(4.715)	(26.943)	(8.757)
Outras receitas financeiras		(85)	(330)	(85)	434	2.536	703	4.818	2.081
		4.763	10.967	32.699	18.085	239.946	80.009	396.719	163.413

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Nota	Controladora				Consolidado			
	Movimento do Período		Acumulado do Período		Movimento do Período		Acumulado do Período	
	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
Despesas financeiras								
Encargos de dívida								
Empréstimos e financiamentos	27.2	(1.499)	(784)	(4.079)	(1.282)	(37.031)	(58.386)	(121.145)
Debêntures	26.2	(8.373)	(12.985)	(16.857)	(33.125)	(427.246)	(132.438)	(706.001)
Variações em moeda estrangeira	36.1.2	(80)		(80)		(80)	29.545	(80)
Operações de swap e hedge	26.2 e 27.2					(94.711)	(24.458)	(123.805)
Ajustes a valor presente						(1.310)	(1.480)	(2.039)
(-) Juros capitalizados	21					4.171	57.326	7.752
Energia comprada						400	(209)	400
Juros e multa sobre tributos	9	(218)	(72)	(410)	(122)	(12.541)	(2.103)	(24.090)
Ativos/ passivos financeiros setoriais	8					3.953	4.612	(5.501)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	29.1.1	(2.902)	(748)	(2.639)	(1.333)	(35.964)	(18.152)	(61.135)
Uso do bem público						(22.207)	(37.031)	(54.781)
Generation Scaling Factor - GSF							358	(52.050)
Benefícios pós-emprego	28.1.1 e 28.2.1					(18.289)	(16.425)	(38.473)
Arrendamentos e aluguéis	16.6	(560)	(293)	(979)	(304)	(3.217)	(3.393)	(6.253)
Energia Livre						(1.027)	(2.224)	(3.133)
Outros juros e variações monetárias						(3.301)	2.219	(6.560)
Variações em moeda estrangeira		4.219				(369)	5.353	(369)
Operações de swap e hedge						597	(11.420)	(11.420)
Ajustes a valor presente						(469)	36	(1.243)
(-) Juros capitalizados							202	986
Outras despesas financeiras		89	(503)			(8.900)	(8.034)	(16.242)
		(13.543)	(10.663)	(25.547)	(36.166)	(657.541)	(216.102)	(1.162.698)
Total		(8.780)	304	7.152	(18.081)	(417.595)	(136.093)	(765.979)

34

Imposto de renda e contribuição social

Nas controladas EDP Smart Soluções, EDP Smart Energia, UFV SP V Equipamentos, Mata Grande Transmissora e EDP Transmissão Litoral Sul o imposto de renda e a contribuição social registrados no resultado referem-se ao regime de tributação de lucro presumido, cujas bases de cálculo foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente.

Para a Companhia e demais controladas, o imposto de renda corrente é calculado conforme sistemática do lucro real com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis, por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido. Em 2022, houve alteração do regime de apuração de Lucro Real anual para trimestral das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo (Nota 4.8).

Nota	Controladora				Consolidado			
	Movimento do Período		Acumulado do Período		Movimento do Período		Acumulado do Período	
	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	385.192	345.443	921.852	840.664	578.724	540.230	1.367.480	1.278.592
Alíquota	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(130.966)	(117.451)	(313.430)	(285.826)	(196.768)	(183.675)	(464.944)	(434.719)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes								
Doações	(1.095)		(1.095)		(1.325)	(1.298)	(1.449)	(1.615)
Perdas indedutíveis	(3)	(4)	(12)	(7)	(43)	(4)	(52)	(7)
Resultados de equivalência patrimonial	148.983	127.276	334.412	311.980	30.091	18.004	43.671	41.243
Juros sobre o capital próprio	(21.127)		(40.602)		(4.259)		(7.754)	
Juros sobre as ações preferenciais							(664)	
Outras	(66)	(60)	(281)	(333)	(781)	(1.539)	(1.400)	(2.253)
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	(171)	(10.714)	2.695	(26.206)	976	(12.894)	2.091	(30.358)
(Adição) Reversão de diferenças permanentes					(66)		(66)	
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores					4.172		4.849	28.895
Ajuste lucro presumido					(6.835)	(1.750)	(8.585)	(20.845)
SUDAM / SUDENE					12.916	22.385	41.231	43.840
Outras	364		370		2.207	1.291	4.692	3.279
Despesa de IRPJ e CSLL	(4.081)	(953)	(17.943)	(392)	(159.715)	(159.480)	(388.360)	(372.540)
Alíquota efetiva	1,06%	-0,28%	1,95%	-0,05%	27,60%	29,52%	28,40%	29,14%

35

Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por ação.

A Companhia instituiu Plano de Remuneração Baseado em Ações, plano este que concede outorga futura de ações da Companhia aos seus beneficiários. Assim, para o cálculo do resultado por ação diluído, foram considerados os valores estimados destas outorgas na data de encerramento destas informações contábeis intermediárias.

O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Controladora e Consolidado			
	Movimento do Período		Acumulado do Período	
	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
Resultado básico				
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas	381.111	344.490	903.909	840.272
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas (mil) (*)	570.413	581.062	573.172	587.588
Resultado básico por ações (reais/ação)	0,66813	0,59286	1,57703	1,43004
Resultado diluído				
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas	381.111	344.490	903.909	840.272
Ajuste ao lucro (prejuízo) líquido do período disponível para as ações considerando o potencial incremento das ações ordinárias como resultado dos planos de incentivo e retenção	(206)	(768)	(2.730)	(2.524)
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas ajustado	380.905	343.722	901.179	837.748
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas (mil) (*)	570.413	581.062	573.172	587.588
Potencial incremento nas ações ordinárias em função dos planos de incentivo e retenção a longo prazo	851	958	851	958
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas ajustado (mil) (*)	571.264	582.020	574.023	588.546
Resultado diluído por ações (reais/ação)	0,66678	0,59057	1,56994	1,42342

(*) O número de ações ordinárias não contempla as ações em tesouraria.

36 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

36.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

36.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:

		Controladora				
Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil		
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa						
Aplicações financeiras	5	Nível 2	349.968	930.122	349.968	930.122
Derivativos		Nível 2	9.156		9.156	
			359.124	930.122	359.124	930.122
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Bancos conta movimento		Nível 2	12.416	2.581	12.416	2.581
Títulos a receber		Nível 2	29.853	28.145	29.853	28.145
Consumidores e concessionárias						
Rendas a receber						
Empréstimos a receber	11	Nível 2	328.183	310.738	328.183	310.738
Cauções	13	Nível 2	392	392	392	392
Outros créditos - Partes relacionadas	11	Nível 2	37.611	19.850	37.611	19.850
			408.455	361.706	408.455	361.706
			767.579	1.291.828	767.579	1.291.828
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Derivativos						
Derivativos outros		Nível 2	9.156		9.156	
			9.156	-	9.156	-
Custo amortizado						
Fornecedores	25	Nível 2	23.739	50.834	23.739	50.834
Debêntures	26	Nível 2	71.732	237.212	72.329	236.629
Contratos de mútuo		Nível 2		105.305		105.305
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	11	Nível 2	67.159	52.728	67.159	52.728
Arrendamentos e aluguéis	16.6	Nível 2	25.674	8.156	19.486	8.154
			188.304	454.235	182.713	453.650
			197.460	454.235	191.869	453.650

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



		Consolidado				
		Valor justo		Valor contábil		
	Nota	Níveis	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Aplicações financeiras		Nível 2	2.105.466	2.568.528	2.105.466	2.568.528
Ativo financeiro indenizável	20	Nível 2	5.082.839	4.362.393	5.082.839	4.362.393
Títulos e valores mobiliários	6	Nível 2	357.965	11.722	357.965	11.722
Contrato de compromisso futuro	15	Nível 3	1.923.063	868.261	1.923.063	868.261
Derivativos		Nível 2	81.841	3.227	81.841	3.227
			9.551.174	7.814.131	9.551.174	7.814.131
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa						
Bancos conta movimento	5	Nível 2	98.338	130.962	98.338	130.962
Contas a receber	7	Nível 2	2.592.896	2.960.267	2.592.896	2.960.267
Rendas a receber		Nível 2	5.217	2.927	5.217	2.927
Empréstimos a receber	11	Nível 2	14.469	12.713	14.469	12.713
Cauções	13	Nível 2	28.734	16.295	28.734	16.295
Títulos e valores mobiliários	6	Nível 2	2.500	2.500	2.500	2.500
Ativos financeiros setoriais	8	Nível 2	406.036	1.429.437	406.036	1.429.437
Outros créditos - Partes relacionadas	11	Nível 2	12.615	10.842	12.615	10.842
			3.160.805	4.565.943	3.160.805	4.565.943
			12.711.979	12.380.074	12.711.979	12.380.074
Consolidado						
			Valor justo		Valor contábil	
	Nota	Níveis	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	27					
Moeda estrangeira		Nível 2	1.298.982	192.641	1.298.981	192.641
Contrato de compromisso futuro	15	Nível 3	1.463.320	215.642	1.463.320	215.642
Debêntures		Nível 2	624.771	1.228.288	624.771	1.228.288
Derivativos						
Derivativos de dívidas		Nível 2	186.573		186.573	
Derivativos de debêntures		Nível 2	15.177	18.313	15.177	18.313
Derivativos outros		Nível 2	9.156		9.156	
			3.597.979	1.654.884	3.597.978	1.654.884
Custo amortizado						
Fornecedores	25	Nível 2	1.400.758	1.960.429	1.400.758	1.960.429
Debêntures	26	Nível 2	8.886.071	6.409.151	8.852.844	6.602.502
Uso do bem público		Nível 2	495.482	464.934	538.728	506.134
Ressarcimento por indisponibilidade		Nível 2	1.915	2.945	1.915	2.945
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	27					
Moeda nacional		Nível 2	2.686.801	2.696.841	2.661.454	2.680.489
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	11	Nível 2	196.586	53.342	196.885	53.342
Arrendamentos e aluguéis	16.6	Nível 2	157.716	110.844	115.811	110.410
Licenças ambientais		Nível 2	83.534	81.236	83.738	81.193
Passivos financeiros setoriais	8	Nível 2	1.524.944	2.123.350	1.524.944	2.123.350
			15.433.807	13.903.072	15.377.077	14.120.794
			19.031.786	15.557.956	18.975.055	15.775.678

36.1.2 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas registrados em Outros resultados abrangentes no Patrimônio líquido.

As operações com derivativos nas controladas EDP Trading e EDP Smart Energia referem-se a operações de compra e venda de energia, sendo transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente convertíveis em montante financeiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 e são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, sendo reavaliado a valor justo na data do balanço. A Controlada não efetuou transações de caráter especulativo em instrumentos derivativos no período.

Durante o período de 2022, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo registrado por meio de seu valor justo no resultado, com a finalidade de proteção cambial sobre investimento em projetos solares em parceria com a EDP Renováveis. Simultaneamente à contratação, a Companhia realizou transferência da operação junto às companhias detentoras dos projetos solares através de contrato específico em condições análogas ao contrato de derivativo (Nota 11).

Em 30 de junho de 2022, as operações com derivativos no consolidado referem-se a Controladora e às controladas EDP Smart Serviços, EDP Espírito Santo, EDP São Paulo, Mata Grande Transmissora, Porto do Pecém e Santa Leopoldina. Segue abaixo o quadro contendo as principais informações a respeito destes derivativos:

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



							Controladora			Períodos de 6 meses findos em 30 de junho
							30/06/2022			
Controlada	Contraparte	Operação	Vigência	Posição	Nacional USD	Nacional BRL	Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	
NDF										
EDP - Energias do Brasil	Itaú	Compra	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	79.094	454.278	9.156		9.156	9.156
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente I S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685		(1.465)	(1.465)	(1.465)
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente II S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685		(1.465)	(1.465)	(1.465)
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente III S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685		(1.465)	(1.465)	(1.465)
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente IV S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685		(1.465)	(1.465)	(1.465)
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente V S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	14.237	81.770		(1.648)	(1.648)	(1.648)
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente VI S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	14.237	81.770		(1.648)	(1.648)	(1.648)
Total geral							9.156	(9.156)	-	-

							Consolidado							
Controlada	Contraparte	Operação	Vigência	Posição	Nacional USD	Nacional BRL	30/06/2022			Períodos de 6 meses findos em 30 de junho Efeito Resultado	31/12/2021			Períodos de 6 meses findos em 30 de junho Efeito Resultado
							Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido		Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	
Swap de dívida														
EDP Transmissão SP-MG	Scotiabank Brasil S/A Banco Múltiplo		23/12/2020 a 10/12/2021	USD + 0,95% a.a. / CDI + 0,45% a.a.	59.055	300.000								(13.924)
EDP São Paulo	Safra		12/02/2021 a 15/01/2026	IPCA + 3,91% a.a. / CDI + 1,50% a.a.		700.000	761.356	(748.892)	12.464	64.009	725.195	(732.207)	(7.012)	(6.786)
EDP Espírito Santo	Itaú		12/02/2021 a 15/07/2025	IPCA + 3,26% a.a. / CDI + 1,15% a.a.		500.000	536.311	(532.862)	3.449	51.370	510.680	(521.981)	(11.301)	(4.634)
EDP Smart Serviços	Scotiabank Brasil S/A Banco Múltiplo		07/04/2021 a 12/04/2022	USD + 0,62% a.a. / CDI + 0,79% a.a.	17.986	100.000				(18.487)	100.766	(104.723)	(3.957)	(10.534)
Mata Grande Transmissora	Scotiabank Brasil S/A Banco Múltiplo		16/08/2021 a 16/08/2022	USD + 0,95% a.a. / CDI + 0,45% a.a.	16.284	85.000	85.332	(92.582)	(7.250)	(10.288)	90.956	(87.918)	3.038	
Pequena Central Hidrelétrica SL	Itaú BBA		01/02/2022 a 16/01/2024	USD + 2,20% a.a. / CDI + 1,25% a.a.	64.941	350.000	329.776	(370.282)	(40.506)	(40.506)				
Pequena Central Hidrelétrica SL	Scotiabank Brasil S/A Banco Múltiplo		14/01/2022 a 16/01/2024	USD + 1,6175% a.a. / CDI + 0,85% a.a.	150.000	849.870	749.426	(898.873)	(149.447)	(149.447)				
EDP Smart Serviços	Itaú BBA		08/04/2022 a 29/03/2023	USD + 3,733% a.a. / CDI + 1,59% a.a.	25.565	120.000	134.447	(123.817)	10.630	10.630				
EDP São Paulo	XP Investimentos		15/06/2022 a 15/08/2025	IPCA + 5,91% a.a./CDI + 0,15% a.a.		329.605	331.895	(332.197)	(302)	(302)				
EDP Espírito Santo	XP Investimentos		15/06/2022 a 15/07/2025	IPCA + 5,91% a.a. / CDI + 0,19% a.a.		240.865	242.503	(242.937)	(434)	(434)				
Total swap de dívida							3.171.046	(3.342.442)	(171.396)	(93.455)	1.427.597	(1.446.829)	(19.232)	(35.878)
NDF														
Porto do Pacém	Citibank		06/04/2020 a 04/01/2021	BRL/USD 5,3076	4.902	25.470								(794)
Porto do Pacém	Citibank		06/04/2020 a 01/02/2021	BRL/USD 5,3289	1.009	5.245								28
Porto do Pacém	Citibank		16/04/2021 a 01/06/2021	BRL/USD 5,6020										(2.400)
Porto do Pacém	BTG Pactual	Compra	02/02/2022 a 15/07/2022	BRL/USD 5,5410	4.250	23.594		(4.280)	(4.280)					

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



							Consolidado									
							30/06/2022			Períodos de 6 meses findos em 30 de junho		31/12/2021			Períodos de 6 meses findos em 30 de junho	
Controlada	Contraparte	Operação	Vigência	Posição	Nocional USD	Nocional BRL	Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado	Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado		
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	17/05/2021 a 17/05/2022	BRL/USD 5,5451	385	2.134					86		86			
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	21/06/2021 a 31/03/2022	BRL/USD 5,2500	257	1.348					113		113			
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	04/08/2021 a 31/03/2022	BRL/USD 5,4120	25	134					7		7			
EDP Smart Serviços	Safra	Compra	04/08/2021 a 30/06/2022	BRL/USD 5,5090	37	205					12		12			
EDP Smart Serviços	Safra	Compra	20/08/2021 a 29/07/2022	BRL/USD 5,7720	1.123	6.483		(24)	(24)		144		144			
EDP Smart Serviços	Safra	Compra	01/10/2021 a 31/05/2022	BRL/USD 5,6315	608	3.424					99		99			
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	03/11/2021 a 31/05/2022	BRL/USD 5,9978	190	1.139						(36)	(36)			
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	15/12/2021 a 30/06/2022	BRL/USD 6,0186	460	2.767						(72)	(72)			
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/12/2021 a 31/03/2022	BRL/USD 5,8100	57	329						(6)	(6)			
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/12/2021 a 31/03/2022	BRL/USD 5,8600	85	497						(9)	(9)			
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/12/2021 a 28/04/2022	BRL/USD 5,9100	122	721						(13)	(13)			
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/12/2021 a 29/06/2022	BRL/USD 5,9600	141	841						(14)	(14)			
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/12/2021 a 28/04/2022	BRL/USD 5,8591	29	169						(3)	(3)			
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	19/01/2022 a 29/08/2022	BRL/USD 5,8143	133	6.356	(197)		(197)							
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	19/01/2022 a 28/07/2022	BRL/USD 5,7602	133	767	(40)		(40)							
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	18/05/2022 a 30/11/2022	BRL/USD 5,2525	11.942	62.726	2.048		2.048							
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	15/06/2022 a 30/11/2022	BRL/USD 5,3245	248	1.323	26		26							
EDP - Energias do Brasil	Itaú	Compra	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	79.094	454.278	9.156		9.156	9.156						
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente I S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685		(1.465)	(1.465)	(1.465)						
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente II S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685		(1.465)	(1.465)	(1.465)						
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente III S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685		(1.465)	(1.465)	(1.465)						
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente IV S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685		(1.465)	(1.465)	(1.465)						
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente V S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	14.237	81.770		(1.648)	(1.648)	(1.648)						
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente VI S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	14.237	81.770		(1.648)	(1.648)	(1.648)						
Total NDF							10.993	(13.460)	(2.467)		461	(153)	308	(3.166)		
Opções																
Porto do Pecém	BTG Pactual		22/04/2021 a 01/06/2021	API2" 66,75 USD/ton	8.310	41.565								350		
Porto do Pecém	BTG Pactual		22/04/2021 a 01/07/2021	API2" 67,26 USD/ton	12.352	61.784								500		
Porto do Pecém	BTG Pactual		22/04/2021 a 02/08/2021	API2" 67,63 USD/ton	1.436	7.182								598		
Total							-	-	-	-	-	-	-	1.448		
Total geral							3.182.039	(3.355.902)	(173.863)	(93.455)	1.428.058	(1.446.982)	(18.924)	(37.596)		

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Os impactos dos ganhos e perdas no período findo em 30 de junho de 2022, assim como a movimentação dos derivativos foram os seguintes:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2021	Liquidação	Efeito no Patrimônio Líquido	Juros provisionados	Efeito no resultado Variação monetária e cambial Ajuste a valor de mercado	30/06/2022
Swap						
Risco de taxa de juros e moeda						
Empréstimos	919	(22.444)		66.531	79.390	186.573
Debêntures	-				736	736
	919	(22.444)	-	66.531	79.390	187.309
Hedge de fluxo de caixa						
Risco de taxa de juros e moeda						
NDFs	(308)		(1.505)			(1.813)
Risco cambial						
NDFs	-		4.280			4.280
	(308)	-	2.775	-	-	2.467
Total	611	(22.444)	2.775	66.531	79.390	189.776

36.1.2.1 Contratos de swap

Os contratos de *swap* são utilizados como seguro ou *hedge*, com o objetivo de reduzir riscos e de dar mais previsibilidade para diferentes agentes do mercado.

Mata Grande Transmissora e Santa Leopoldina

Em 16 de agosto de 2021 e 1º de fevereiro de 2022, as controladas Mata Grande Transmissora e Santa Leopoldina contrataram respectivamente instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial e da taxa de juros CDI do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 27).

EDP Espírito Santo e EDP São Paulo

Em 12 de fevereiro de 2021, as controladas contrataram instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos de inflação (IPCA) através da troca dos fluxos de pagamentos, de IPCA + *Spread* para taxa de juros CDI + *Spread* da 10ª emissão de debêntures da controlada EDP Espírito Santo e da 11ª emissão de debêntures da controlada EDP São Paulo (Nota 26). A referida dívida está mensurada a valor justo por meio de resultado para evitar descasamento contábil com a mensuração deste derivativo em procedimento optativo do CPC 48.

Em 15 de junho de 2022, as controladas contrataram instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos de inflação (IPCA) através da troca dos fluxos de pagamentos, de IPCA + *Spread* para taxa de juros CDI + *Spread* da 7ª emissão de debêntures da controlada EDP Espírito Santo e da 9ª emissão de debêntures da controlada EDP São Paulo (Nota 26). O *swap* foi declarado como Hedge de Valor Justo, de acordo com o CPC 48, considerado como instrumento de proteção da 7ª emissão de debêntures, que, por consequência, está mensurada a valor justo por meio de resultado.

EDP Smart Serviços

Em 12 de abril de 2021, a controlada contratou instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial através da troca dos fluxos de pagamentos, de dólar americano para taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 27).

36.1.2.2 Non-Deliverable Forward - NDF

Os contratos de NDFs garantem ao seu comprador/vendedor ou titular o direito de pagar/receber uma determinada moeda/ação/índice/mercadoria a um preço pré-determinado em uma data de vencimento definida.

36.1.2.3 Non-Deliverable Forward - NDF - hedge accounting

Os contratos de NDFs - *hedge accounting* são instrumentos financeiros de cobertura do risco de taxa de juros e variação cambial. Os derivativos que não se qualificam como de cobertura são registrados como para negociação.

EDP Smart Serviços

Desde de 2020, a controlada adotou metodologia de *hedge accounting*, registrado por meio de seu valor justo com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial nas aquisições de mercadoria em moeda estrangeira. Por se tratar de *hedge accounting* classificado como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação do MtM, líquido dos juros provisionados, são reconhecidas diretamente no Patrimônio líquido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial quando considerado efetivo. A diferença entre o valor justo e a taxa fixada é a parcela inefetiva e, por consequência, é reconhecida no resultado.

Porto do Pecém

A controlada contratou em 16 de abril de 2021 operações de derivativos no montante de USD10.300, envolvendo venda de NDF de câmbio e de API2(*). Em 6 de janeiro de 2022, realizou novas operações de derivativos no montante de USD24.600.

O objetivo dos derivativos foram de mitigar o risco de descasamento do *pass-through* entre receita variável e custo de aquisição de estoque de carvão. A receita variável foi mensurada, dentre outros fatores pelo CVU, que tem como variáveis de cálculo o valor do carvão em dólar (carvão mineral importado) e a taxa de câmbio. A estratégia da Companhia foi reduzir a exposição da variável de câmbio, uma vez que, conforme fórmula aplicada pelo regulador, a valorização do real frente ao dólar diminui o valor do CVU e, por consequência, reduz o valor da Receita Variável. Os prazos e montantes foram alinhados com a previsão de despacho da usina.

36.1.2.4 Contabilidade de hedge (hedge accounting)

Os derivativos de cobertura são registrados ao valor justo e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo da contabilidade de cobertura adotado e, para isso, os seguintes requisitos foram atendidos:

- (i) para a data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- (ii) existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- (iii) a eficácia da cobertura possa ser mensurada de forma confiável;
- (iv) a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período da vida útil da estrutura de *hedge accounting*; e
- (v) em relação a cobertura de uma transação prevista, esta deve ser altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia, em última análise, afetar o resultado.

• Cobertura de fluxos de caixa

A parte efetiva das variações do valor justo dos derivativos designados e que se qualifiquem como cobertura de fluxos de caixa é reconhecida no Patrimônio líquido – na rubrica Outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas da parcela inefetiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida no resultado do exercício, no momento em que ocorre a inefetividade.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Os valores acumulados no Patrimônio líquido transitam pelo resultado nos exercícios em que o item coberto afeta o resultado, entretanto, quando a transação prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registrados no Patrimônio líquido são reconhecidos, por contrapartida, do custo inicial do ativo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registrado em Patrimônio líquido na data mantém-se em Patrimônio líquido até que a transação prevista seja reconhecida em resultado. Quando já não é esperado que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registrados por contrapartida de Patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

• Efetividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, a controlada executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e em cada data de balanço, e de modo a demonstrar a sua efetividade e que as alterações no valor justo do item coberto são compensadas por alterações no valor justo do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida no resultado no momento em que ocorre.

36.2 Gestão de riscos

Desde 2006 o Grupo EDP – Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo o mesmo sido consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

O Grupo EDP – Energias do Brasil, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, segregou as funções de *Compliance* e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão do Riscos, foi criada uma Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

Dessa forma, o Grupo EDP – Energias do Brasil possui uma área de Gestão de Riscos e Segurança, responsável por gerências Executivas de Riscos e Crise, Cyber Segurança e Segurança do Trabalho, a qual realiza o gerenciamento integrado dos riscos e resposta rápida a eventos disruptivos que possam impactar os negócios. As atividades de gestão de risco, Controles Internos, *Compliance* e Auditoria Interna da EDP Brasil seguem o conceito das três linhas de defesa.

A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, pública ao mercado, e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma de Riscos Corporativos, documentos esses atualizados no exercício de 2021 e aprovados no Comitê de Auditoria e Conselho de Administração. Ainda em linha com as melhores práticas, esse processo está baseado em metodologias reconhecidas, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e Norma ISO 31.000, que fornece diretrizes para gerenciar riscos enfrentados pelas organizações por meio de uma linguagem e abordagem comuns a quaisquer tipos de riscos.

O Grupo EDP – Energias do Brasil atualiza anualmente seu Mapa de Riscos atualizado, de forma colegiada pela Liderança e aprovado no Comitê de Auditoria. Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro grupos: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro; (4) Operacional e desdobrados em 50 categorias de risco.

O Grupo EDP – Energias do Brasil teve mais uma vez as suas boas práticas reconhecidas ao manter a Certificação da Norma ISO 37.001, que tem por objetivo apoiar as organizações a combater suborno, a partir de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis vigentes, com o auxílio de requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os respectivos riscos. O resultado desta manutenção reforça que os controles adotados pelo Grupo EDP – Energias do Brasil são adequados e aderentes ao Sistema de Gestão Antissuborno implementado.

36.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos. As debêntures e os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas, apresentados nas notas 26 e 27, possuem regras contratuais para os passivos financeiros, fundamentalmente atrelados a essas exposições. Em 30 de junho de 2022, a Companhia e suas controladas possuem risco de mercado associado ao CDI, TJLP, IPCA e variação cambial. Deve-se considerar que a Companhia e suas controladas estão expostas à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

Um dos objetivos da Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP – Energias do Brasil é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, de índices de preços e de Em relação aos indexadores de dívida CDI, IPCA e TJLP os mesmos refletem direta ou indiretamente aos efeitos inflacionários. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas das controladas também estão relacionados à variação da inflação (IGP-M e IPCA). Desta forma, as variações das dívidas contratadas com os referidos indexadores tendem a estar protegidas pelas variações das receitas.

As controladas EDP Transmissão MG-SP, Mata Grande Transmissora, Porto do Pecém e EDP Smart Serviços possuem exposições à variação cambial (Dólar Norte Americano) e juros (CDI) atreladas a dívidas em moeda estrangeira, entretanto, possuem derivativos de *swap* e NDF com o objetivo de *hedge* econômico, para controlar todas as exposições à variação cambial e juros para essas obrigações.

As controladas EDP São Paulo e a EDP Espírito Santo estão expostas ao risco de variação cambial, atrelado ao Dólar Norte Americano, por meio dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, contudo, as alterações de variação cambial são repassadas integralmente ao consumidor na tarifa, por meio do mecanismo da CVA.

A captação e manutenção de empréstimos atrelados ao Dólar são considerados favoráveis, dadas as taxas de juros ofertadas no mercado externo serem inferiores ao mercado interno. Adicionalmente a esse cenário, pondera-se o risco cambial às operações com moedas estrangeiras onde, em uma economia na qual a oscilação das taxas de câmbio é muito agressiva, essa exposição é um fator relevante na análise de viabilidade de uma A controlada EDP Trading, decorrente da sua atividade de comercialização de energia, encontra-se exposta ao risco de preço de mercado associado a compromissos futuros resultantes de contratos bilaterais de compra e venda de energia (Nota 15). Para o período findo em 30 de junho de 2022, o resultado destes contratos é determinado como o diferencial, para cada prazo, entre os preços dos contratos bilaterais de compra e venda de energia e a respectiva valorização por marcação a mercado utilizando curvas de preço *forward*. O resultado de contratos de compromisso futuro apresenta volatilidade associada à flutuação do preço de energia, gerando risco de preço de mercado.

A controlada EDP Smart Energia, decorrente de sua atividade de comercialização de energia e serviços, encontra-se exposta ao risco de preço de mercado associado a compromissos futuros resultantes de contratos bilaterais de compra e venda de energia. Entretanto, como forma de gerenciamento e concentração de riscos, sendo tanto a controlada EDP Smart Energia quanto a EDP Trading, são controladas integrais do Grupo EDP – Energias do Brasil, o risco da controlada EDP Smart Energia é transferido, em suas operações realizadas no mercado, para a controlada EDP Trading, através do espelhamento dessas mesmas operações. Assim sendo, a gestão do risco de preço de mercado é realizada através da determinação e monitorização diária do risco respeitando os limites aprovados pela Administração da Companhia e enquadrados na Política de Gestão de Risco do Grupo EDP – Energias do Brasil, para compra e venda de energia utilizando uma metodologia estabelecida na Norma de Risco Energético. A metodologia adotada é um VaR (Value at Risk) com 95% de confiança (Value at Risk) que considera uma curva *forward* de preços de mercado, a exposição do portfólio (diferença entre compra e venda) e a volatilidade e liquidez observadas no mercado livre para cada período.

36.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas efetuam a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e das controladas da variação de cada risco destacado.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros mencionados na nota 36.1 que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

			Controladora						
			Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	Risco	Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	349.968	31.311	2.062	33.393	8.340	16.679	(8.342)	(16.688)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	392	1	1	2	1	1	(1)	(1)
Empréstimos a receber	CDI	328.183	22.254	15.008	37.262	9.670	19.489	(9.525)	(18.907)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	678.543	53.586	17.071	70.657	18.011	36.169	(17.868)	(35.596)
		678.543	53.586	17.071	70.657	18.011	36.169	(17.868)	(35.596)
Debêntures	IPCA	(72.192)	(5.792)	(2.844)	(8.636)	(8.636)	(728)	(1.470)	715
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(72.192)	(5.792)	(2.844)	(8.636)	(8.636)	(728)	(1.470)	715
		(72.192)	(5.792)	(2.844)	(8.636)	(8.636)	(728)	(1.470)	715

			Consolidado							
			Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)	
Operação	Risco	Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	1.897.005	211.098	2.062		213.160	53.894	108.063	(53.637)	(107.034)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	154.393	2.645			2.645	626	1.238	(639)	(1.292)
Fundos de investimento	CDI	54.068	5.282			5.282	1.307	2.608	(1.312)	(2.629)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	27.983	2.504	2.831		5.335	1.422	2.879	(1.388)	(2.738)
Títulos e valores mobiliários	CDI	360.465	47.475			47.475	11.859	23.714	(11.863)	(23.729)
Empréstimos a receber	CDI	14.469	395	256		651	93	187	(91)	(179)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	2.508.383	269.399	5.149	-	274.548	69.201	138.689	(68.930)	(137.601)
Debêntures	CDI	(4.148.715)	(653.237)	(652.688)		(1.305.925)	(271.261)	(551.493)	297.138	585.547
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	(88.590)	(79.302)	(33.736)		(113.038)	(23.044)	(47.834)	26.997	52.264
Empréstimos e financiamentos - NP	CDI	(1.041.499)	(120.605)	(68.521)		(189.126)	(24.257)	(67.351)	59.941	101.051
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(5.278.804)	(853.144)	(754.945)	-	(1.608.089)	(318.562)	(666.678)	384.076	738.862
Swap - Ponta Passiva	CDI	(3.342.442)	(492.162)	(1.311.170)		(1.803.332)	(203.020)	(366.563)	154.890	310.226
Instrumentos financeiros derivativos	CDI	(3.342.442)	(492.162)	(1.311.170)	-	(1.803.332)	(203.020)	(366.563)	154.890	310.226
		(6.112.863)	(1.075.907)	(2.060.966)		(3.136.873)	(452.381)	(894.552)	470.036	911.487
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(602.453)	(47.000)	(48.437)		(95.437)	(15.482)	(30.769)	15.681	31.568
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(602.453)	(47.000)	(48.437)	-	(95.437)	(15.482)	(30.769)	15.681	31.568
		(602.453)	(47.000)	(48.437)	-	(95.437)	(15.482)	(30.769)	15.681	31.568
Compromissos futuros	PLD	1.131.945	736.148	395.797		1.131.945	(277.364)	(552.734)	273.377	548.746
Instrumentos financeiros ativos	PLD	1.131.945	736.148	395.797	-	1.131.945	(277.364)	(552.734)	273.377	548.746
Compromissos futuros	PLD	(657.769)	(428.947)	(228.822)		(657.769)	492.285	984.595	(492.334)	(984.643)
Instrumentos financeiros passivos	PLD	(657.769)	(428.947)	(228.822)	-	(657.769)	492.285	984.595	(492.334)	(984.643)
		474.176	307.201	166.975	-	474.176	214.921	431.861	(218.957)	(435.897)
Principal	Dólar	(1.128.317)	(655.288)	(902.177)		(1.557.465)	(144.694)	(306.657)	177.167	341.193
Instrumentos financeiros passivos	Dólar	(1.128.317)	(655.288)	(902.177)	-	(1.557.465)	(144.694)	(306.657)	177.167	341.193
Swap - Ponta Ativa	Dólar	1.128.317	655.288	902.177		1.557.465	144.694	306.657	(177.167)	(341.193)
Instrumentos financeiros derivativos	Dólar	1.128.317	655.288	902.177	-	1.557.465	144.694	306.657	(177.167)	(341.193)
		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	IPCA	(1.152.144)	(448.494)	(942.294)	(571.074)	(1.961.862)	(288.697)	(599.696)	268.455	518.507
Empréstimos e financiamentos - BNDES	IPCA	(136.663)	(26.699)	(37.794)	(6.178)	(70.671)	(8.766)	(17.888)	8.426	16.530
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(1.288.807)	(475.193)	(980.088)	(577.252)	(2.032.533)	(297.463)	(617.584)	276.881	535.037
Swap - Ponta Ativa	IPCA	1.872.065	181.856	251.446		433.302	58.363	118.458	(56.681)	(111.728)
Instrumentos financeiros derivativos	IPCA	1.872.065	181.856	251.446		433.302	58.363	118.458	(56.681)	(111.728)
		583.258	(293.337)	(728.642)	(577.252)	(1.599.231)	(239.100)	(499.126)	220.200	423.309

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP, Dólar e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia e das controladas. Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 6,5% e 13,7% a.a.; TJLP entre 5,0% e 7,1% a.a.; Dólar entre 4,89 e 5,54 reais e IPCA entre 1,4% e 6,3% a.a.

Para a análise de sensibilidade do PLD da controlada EDP Trading são avaliadas as exposições do portfólio de operações através de variações de 25% e 50% nas curvas *forward* de preço de energia, representada pela Dcide (empresa do setor para cálculo de curvas futuras de preço da energia).

36.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e das controladas em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira para cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures e empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentados nas notas 26 e 27.

A Administração da Companhia e das controladas somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e das controladas são demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) sendo que a Companhia e suas controladas apresentam em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; (ii) Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6) que refere-se à aplicação em fundo de investimento, de liquidez diária e remuneração pós-fixada, com sua carteira de ativos atrelada a Letras Financeiras do Tesouro – LFT, com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo; (iii) Contas a receber (Nota 7), cujos os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos; (iv) Ativo financeiro indenizável (Nota 20) cujo o saldo apresentado nas controladas de distribuição corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ao final da concessão e está mensurado pelo valor novo de reposição; e (v) Ativos financeiros setoriais (Nota 8) que serão homologados pelo Poder Concedente e recebidos por meio da tarifa nos próximos meses. Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Debêntures e Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 37.1.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



A Companhia e suas controladas também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 30 de junho de 2022, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas esperam liquidar as respectivas obrigações.

	Controladora					
	30/06/2022					31/12/2021
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	14.870	1.408	7.461			23.739
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			57.115			57.115
Debêntures		26.216	4.217	41.896		72.329
Empréstimos e financiamentos						-
Derivativos			9.156			9.156
Arrendamentos e aluguéis	333	326	3.109	11.021	4.697	19.486
	15.203	27.950	81.058	52.917	4.697	181.825
						453.650
	Consolidado					
	30/06/2022					31/12/2021
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	1.044.895	182.395	173.381	87		1.400.758
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			58.704	(7.620)		51.084
Debêntures	37.366	102.831	364.913	7.218.477	1.618.394	9.341.981
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	1.651	222.503	667.907	2.718.568	81.345	3.691.974
Derivativos		7.250	237.747	363.508		608.505
Uso do bem público	3.710	7.365	34.159	170.260	323.234	538.728
Ressarcimento por indisponibilidade			1.915			1.915
Arrendamentos e aluguéis	3.210	2.986	21.036	59.901	28.678	115.811
Licenças Ambientais	3.801	29.304	21.210	29.423		83.738
Compromisso futuro	107.884	188.595	278.989	82.301		657.769
Passivos financeiros setoriais			744.798	114.139	666.007	1.524.944
	1.202.517	743.229	2.604.759	10.749.044	2.717.658	18.017.207
						17.020.078

36.2.2.1 Risco de sobrecontratação

Conforme previsto na regulamentação do setor elétrico, em especial no Decreto nº 5.163/04, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente e da consequente liquidação ao PLD. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite, sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

A estratégia para contratação de energia pelas distribuidoras busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os riscos com a compra de energia para atendimento ao mercado cativo. Para tal, a cada processo de decisão do montante de declaração de compra de energia em leilão e da participação em Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD ou venda de energia por meio do MVE, utilizam-se de modelos estatísticos para a projeções de diversos cenários de consumo, onde correlaciona-se variáveis climáticas, econômicas e tarifárias, além de modelos de otimização que buscam a minimização do custo, risco de penalidade e não-repasse tarifário.

Na regulação atual, a expansão em lastro do sistema energético nacional é garantida por meio da contratação de energia de longo prazo pelas distribuidoras, por meio da projeção do seu mercado cativo, com 3 a 6 anos de antecedência em relação ao período de suprimento da energia elétrica adquirida (alterado pelo Decreto nº 9.143/17), ou seja, as decisões de contratações utilizam-se de projeções econômicas de longo prazo que em situação de normalidade não apresentam grandes variações. O montante dos compromissos contratuais para compra de energia futura firmados até 30 de junho de 2022 estão apresentados na nota 37.1.

No cenário atual, além da queda no consumo ocasionada por uma conjuntura econômica adversa e imprevisível, a forte elevação nas tarifas do mercado regulado em contrapartida de um preço baixo no mercado livre, levaram muitos clientes a migrarem do ambiente cativo ao livre, motivados por uma redução do custo com a compra de energia. Ambos os fatores levaram as distribuidoras a um cenário generalizado de sobrecontratação.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação para que as distribuidoras possam elevar ou reduzir o volume de energia contratada, ou seja, administrar seus portfólios de contratos. São eles:

- Elevação do nível de contratação por meio da contratação nos Leilões A-7, A-6, A-5, A-4, A-3, A-2, A-1, A-0, de fontes alternativas (alterado pelo Decreto nº 9.143/17), de ajuste e também por meio de participações no MCSD tanto de Energia Existente quanto de Energia Nova com declaração de déficit;
- (i) Diminuição do nível de contratação por meio da redução dos volumes dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARs de energia existente por quantidade, com redução anual de até 4% do volume contratado por variações de mercado; (ii) declaração inferior a 96% do montante de reposição em Leilões A-1 (alterado pelo Decreto nº 8.828/16); (iii) redução de contratos de energia existente por quantidade por migração de consumidores convencionais e especiais (Previsto pela Resolução Normativa nº 726/2016) ao ACL; (iv) acordos bilaterais; e (v) participação em MCSDs com declaração de sobra e venda de energia para o ACL por meio do MVE.

Com a publicação da Lei nº 12.783/13, que tratou da prorrogação das concessões do setor de energia elétrica, os agentes detentores de usinas hidrelétricas cujo prazo de concessão terminasse em até cinco anos puderam solicitar a renovação da concessão, submetendo-se ao regime de Cotas de Garantia Física, alocadas às distribuidoras por meio dos Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGFs. Assim, a partir de 2013, os CCGFs substituíram parte dos CCEARs de energia existente das distribuidoras.

No entanto, aos CCGFs não foi dada a prerrogativa de redução do volume contratado para que a distribuidora pudesse administrar o seu nível de contratação. Com esta alteração, alheia à gestão das distribuidoras, este segmento passou a não possuir mecanismos suficientes para se proteger contra a redução de consumo e migração de clientes ao ambiente livre. Nomeadamente, a participação do MCSD 4%, tampouco do MCSD Trocas Livres e do MCSD Mensal, ficaram limitadas. Logo, reduziu o volume de realizações nos CCEARs de energia existente tal como preconizado na Lei nº 10.848/04 e no artigo 29 do Decreto nº 5.163/04.

Além dos contratos CCGFs, que não apresentam a prerrogativa de redução do volume contratado, a perda de flexibilidade das distribuidoras na gestão de suas sobras contratuais foi potencializada pela introdução de CCEARs de energia existente por disponibilidade nos seus portfólios, os quais também não preveem cláusula contratual específica que permita a redução do montante contratado.

Em 2016 a Nota Técnica nº109/2016 propunha o aprimoramento da Resolução Normativa nº 693/2015 permitindo criar o MCSD de Energia Nova como um mecanismo adicional para que tanto distribuidoras quanto geradoras pudessem desconstratar energia no mercado regulado. Em 2018 mediante a Resolução Normativa nº 824 de 10 de julho e a Resolução nº 833 de 10 de dezembro do mesmo ano (revogada pela Resolução nº 869 de 28 de janeiro de 2020), foi regulamentado o MVE como instrumento adicional de gestão de sobra de energia para as distribuidoras. Contudo, esta nova normativa também limitou a eficiência do MCSD Energia Nova e dos contratos bilaterais na redução do nível de contratação, permitindo a utilização destes mecanismos apenas com usinas que não estejam em operação comercial.

Em 30 de novembro de 2021 a Diretoria da ANEEL aprovou a regra de repasse tarifário dos efeitos do MVE para os produtos anuais e semestrais. Entretanto, a apuração final do valor depende da definição dos montantes de sobrecontratação involuntária, que estão em discussão com a Agência.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Com a publicação do Decreto nº 9.143/17 (Resolução nº 453 de 2011), passou-se a reconhecer a exposição contratual involuntária das distribuidoras sempre que observada a condição do máximo esforço do agente, em razão de: (i) compra frustrada de energia elétrica em leilões de contratação; (ii) acontecimentos extraordinários e imprevisíveis decorrentes de eventos alheios à vontade do agente vendedor, reconhecidos pela ANEEL; (iii) alterações na distribuição dos CCGFs, na disponibilidade de energia e potência da Itaipu Binacional, do PROINFA e, a partir do ano de 2013, das Usinas Angra 1 e Angra 2; e (iv) exercício da opção de compra por consumidores livres e especiais. Contudo, apesar de reconhecida a exposição involuntária, os critérios de cumprimento da condição de máximo esforço do distribuidor estão em fase de discussão na ANEEL no que se refere aos anos de 2016 em diante.

Conforme mencionado na nota 8.1, em dezembro de 2021 foi emitida a Nota Técnica nº 121/2021–SRM/SGT/ANEEL com novos critérios de apuração da sobrecontratação involuntária que passará pela avaliação da Diretoria da ANEEL.

A Resolução Normativa nº 869/20 determina ainda que para atender o critério de máximo esforço será exigida a declaração no MCSD Energia Nova de todos os montantes de exposição involuntária das distribuidoras.

No período de 2022, as distribuidoras participaram do MVE negociando os montantes de 119,07 MWh ao preço médio de R\$280,45/MWh para controlada EDP Espírito Santo e os montantes de 158,00 MWh ao preço médio de R\$286,93/MWh para controlada EDP São Paulo.

36.2.2.2 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants* normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro).

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia e das controladas exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 26 e 27. Até 30 de junho de 2022 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 37.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia e suas controladas podem ser exigidas a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

36.2.3 Risco hidrológico

Geração

A energia vendida pelas controladas de geração dependem das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe as controladas a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, as controladas de geração aderiram à proposta de repactuação do risco hidrológico para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% (válidos para a UHE Luiz Eduardo Magalhães (Investco e Lajeado)) e 94% (válidos para a UHE Mascarenhas (Energest) (Nota 17.1)) deste risco hidrológico remanescente para a CCRBT mediante pagamento de prêmio.

Adicionalmente, antecipando o cenário de deterioração do PLD e GSF em decorrência da piora do cenário hidrológico brasileiro, as controladas de geração implementaram algumas iniciativas a fim de reforçar as estratégias de proteção aos impactos causados pelos altos preços de energia no mercado livre, aumentando a parcela de energia descontratada de seu portfólio, além da sazonalização dos contratos de venda.

Distribuição

A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica e um período prolongado de escassez de chuva reduz o volume de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas, ocasionando, além de um risco de racionamento de energia, um aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação nos valores de encargos de sistema elétrico em decorrência do aumento do despacho das usinas termoeletricas, gerando maior necessidade de caixa e consequentemente de aumentos tarifários futuros para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão das controladas de distribuição.

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, as controladas de distribuição utilizam como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) a antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma assegurar o suprimento de energia; (iii) minimização dos impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das concessionárias.

36.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está, principalmente, relacionada às rubricas abaixo:

• Contas a receber

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros e esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional. Desta forma, o atendimento e aceite ao novo consumidor cativo dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regra integrante do contrato de concessão.

Assim, para a distribuição de energia elétrica o instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores. Contudo, as controladas de distribuição realizam abrangentes estudos para determinar a perda estimada para estes ativos.

A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização do contas a receber de consumidores é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes. Anterior a essa etapa as controladas realizam diversos métodos de cobrança tais como cobranças administrativas, notificações na fatura de energia e via SMS, protesto junto aos cartórios, restrição de crédito junto às empresas de proteção ao crédito, entre outras. As controladas oferecem diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, *call centers*, lojas de atendimento presencial, internet, aplicativo, além de realização de feirões para acordos de pagamentos.

Adicionalmente, com vistas a manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a regulamentação da ANEEL prevê o repasse nas tarifas do montante de receitas não arrecadadas, transcorridos o prazo de 5 anos de cobrança, conforme regulamentação vigente por meio do submódulo 2.2 do PRORET.

Em relação às controladas de geração, o risco decorrente da possibilidade das controladas apresentarem perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Em relação às controladas de comercialização e serviços, o risco das controladas apresentarem perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes também é considerado baixo. As controladas destes segmentos possuem uma política focada na mitigação do risco de crédito que consiste na identificação de *rating* de crédito junto ao cliente proponente, sendo atribuída uma nota para a saúde financeira da contraparte (separadas em A, B, C, D e E) que leva em consideração, dentre outros aspectos, a análise das demonstrações financeiras da contraparte associada a uma probabilidade de *default*. Para cada *rating* de crédito são estabelecidos prazos máximos de contratos e garantias financeiras, sendo que, quanto pior o *rating* da contraparte, menor serão os prazos de contratos e mais líquidas serão as garantias financeiras. Os créditos de todos estes clientes e a sua exposição aos diversos setores da economia são avaliados periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco.

• Caixa, Equivalentes de caixa, Cauções, Títulos e Valores Mobiliários

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras, também orientada pela mesma política, estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia e das controladas, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

Tratando-se de aplicações financeiras vinculadas à CDB ou lastreadas em debêntures, a Companhia e suas controladas operam apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

Classificação da instituição financeira	Controladora		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
AAA	318.264	806.998	1.920.190	2.293.096
AA	31.704	123.124	131.156	273.728
A			52	
	<u>349.968</u>	<u>930.122</u>	<u>2.051.398</u>	<u>2.566.824</u>

A Política de Gestão de Riscos também permite a aplicação de recursos em Fundo de Investimento Restrito cuja carteira de ativos é atrelada a Letras Financeiras do Tesouro – LFTs, emitidas pelo Governo Brasileiro, ou Operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais, considerados de alta liquidez no mercado e de baixíssimo risco (Nota 6).

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e suas controladas a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

• Ativo financeiro indenizável

O saldo refere-se a valores a receber a título de indenização do Poder Concedente e são decorrentes dos investimentos realizados na infraestrutura da concessionária que não serão recuperados por meio da prestação de serviços outorgados até o final da concessão. O contrato de concessão garante o direito da Companhia à indenização dos ativos de infraestrutura ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em procedimentos de fiscalização da agência.

• Ativos da concessão - Transmissão

As controladas de transmissão mantêm Contratos de Prestação de Serviço de Transmissão – CPST junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, regulando a prestação de seus serviços vinculados aos usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária, que assegura os recebimentos e mitiga o risco de inadimplência.

• Ativos financeiros setoriais

Os ativos financeiros setoriais decorrem das diferenças entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, comparados àqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Anualmente, a ANEEL revisa as tarifas das controladas de distribuição e incorpora tais ativos nas mesmas. Adicionalmente, o contrato de concessão também garante que serão indenizados às controladas de distribuição os saldos remanescentes de eventual insuficiência de ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

• Compromissos Futuros

As controladas EDP Trading e EDP Smart Energia mantém contratos de compromissos futuros bilaterais de curto e longo prazo. A mitigação de risco de inadimplência é obtida por cláusula específicas de garantia sempre de acordo com a capacidade financeira de cada contraparte, podendo essa garantia ser corporativa, bancária, seguro garantia ou registro contra pagamento, sendo essa última utilizada apenas com contrapartes específicas.

36.2.5 Riscos regulatórios

As atividades das controladas são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, ARSP-ES, ARSESP, etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, ONS, etc.). O Grupo EDP – Energias do Brasil tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem as partes interessadas nos negócios da Companhia. O Grupo EDP – Energias do Brasil atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos *stakeholders*.

36.2.6 Riscos ambientais

A EDP - Energias do Brasil atua em todos os segmentos do setor elétrico e reconhece que o meio ambiente e uso sustentável dos recursos naturais são essenciais para a sustentabilidade das operações do Grupo EDP - Energias do Brasil. Por isso, atua promovendo o respeito ao meio ambiente, em busca de um desenvolvimento sustentável, e estabelece os seguintes compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental e a diminuição dos impactos de suas atividades:

- Garantir o atendimento aos requisitos legais quanto à legislação ambiental vigente e a não autorização de realização de quaisquer atividades potencialmente poluidoras sem as devidas autorizações e controles necessários;
- Identificar e monitorar os aspectos e impactos ambientais e estabelecer controles para aspectos e riscos significativos;
- Gerenciar os riscos ambientais visando a sua eliminação, redução e controle antecipado, prevenindo incidentes, acidentes e passivos ambientais e/ou materiais e garantindo a comunicação dos riscos e respectivas medidas de mitigação;
- Identificar riscos e oportunidades e implementar medidas com vista melhoria da qualidade ambiental dos locais onde está inserida, a minimização e a mitigação dos impactos ao meio ambiente;

Como medidas de controle de risco, as empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil possuem:

- Política de sistemas de gestão e sustentabilidade aplicável a todas as empresas;
- 100 % da energia distribuída pelas controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, e 91% da energia gerada nas Usinas controladas Termoeletrônica e Hidroelétricas, estão em ativos certificados pela norma ISO 14.001, realizando uma gestão ambiental sistêmica, que garante o atendimento de requisitos legais, e a existência de procedimentos e formas de gerenciamento dos riscos;

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



36.2.7 Riscos climáticos

Os riscos relacionados com a Emergência Climática foram caracterizados como estratégicos sobre a ótica de Meio Ambiente do Grupo EDP - Energias do Brasil. A esse nível é avaliado a forma como as alterações climáticas afetam os negócios da Companhia e suas controladas, considerando as alterações nos padrões do clima (riscos físicos climáticos) e transição acelerada para uma economia de baixo carbono (riscos de transição climáticos). Esses fatores são discutidos periodicamente pela Administração da Companhia.

Neste sentido, para mitigação de qualquer impacto financeiro e social, a Companhia possui um Comitê de Sustentabilidade que supervisiona as questões de mudanças climáticas no Grupo. Este Comitê é responsável por aprovar as políticas e diretrizes relacionadas à sustentabilidade, responsabilidade social e preservação ambiental.

Em seus planos de atividades, incluem temas como mudança do clima, englobando impactos da precificação de carbono, vulnerabilidade climática e melhoria da performance no *Carbon Disclosure Project* (CDP) Clima que passou a ser incorporado pelo ISE. No exercício de 2021 a Companhia alcançou a pontuação máxima no CDP Clima, tendo como destaque a Gestão de Riscos Climáticos (Nota 4.2).

Em 2021 a Companhia revisou a metodologia de identificação, priorização e tratamento de riscos incorporando conceitos cada vez mais alinhados com ciência e com as diretrizes do TCFD (*Task-force on Climate-related Financial Disclosures*). Foram feitos estudos de cenários climáticos para verificação da exposição da Companhia a diferentes tipos de riscos onde, dentre outros itens, identificou-se que as usinas hídricas podem estar mais expostas caso haja aquecimento global a níveis elevados, além de, em cenários de temperaturas menos elevadas, em linha com o aquecimento global limitado a 1,5°C, a UTE de Pecém apresentou um risco de precificação de carbono. Segundo os cenários climáticos estudados, as Distribuidoras não experimentarão, de maneira geral, um aumento de riscos relacionados com as tempestades e ciclones. A Administração do Grupo EDP - Energias do Brasil assumiu o compromisso de criar Planos de Adaptação Climática para cada uma das unidades de negócio até 2022, onde serão estabelecidos planos de resposta para os principais riscos climáticos do referido Grupo.

O Grupo EDP - Energias do Brasil participa ativamente no compartilhamento de experiências que contribuem para aumentar e construir conhecimento sobre o setor energético e questões relacionadas às mudanças climáticas. Desta forma, desde 2020 a coordenação integra a plataforma Ação pelo Clima do Pacto Global criada pela ONU, participando ativamente no compartilhamento de experiências e conhecimento sobre No período de 2022, foi anunciada a carteira atualizada do Índice CDP Brasil de Resiliência Climática (ICDP70), que entrou em vigor no dia 1º de abril de 2022 e na qual a Companhia está presente, sendo uma das duas empresas com score A. O índice mensura o desempenho financeiro de uma carteira teórica composta por empresas listadas na B3, que atuam em território nacional, com elevado nível de conscientização sobre as questões climáticas e integração de medidas efetivas na redução de suas pegadas de carbono (Nota 1.2).

36.2.8 Risco operacional - Porto do Pecém

A controlada Porto do Pecém apresenta, como risco operacional, a eventual escassez de insumos, dentre eles, de carvão. A UTE Porto do Pecém utiliza o insumo de carvão mineral, sendo a origem usualmente de minas colombianas. Seus contratos de compra de carvão são firmados para o prazo mínimo de um ano, prevendo, além das minas habilitadas da Colômbia, origens de outros lugares do mundo de forma a mitigar possíveis riscos de produção, como greves, eventos climáticos e maiores contingências do minerador.

Além disso, a controlada faz a gestão de estoques considerando limites mínimos e máximos de segurança de forma que, para quaisquer contingências ou mudanças da demanda futura, sejam absorvidas sem maiores riscos.

Outro risco que a Porto do Pecém pode ter é o de escassez de água, devido a ter seu abastecimento - fornecido pela Companhia Gestora de Recursos Hídricos do Estado do Ceará (COGERH) - advindo de águas superficiais, a partir das bacias do sistema Jaguaribe-metropolitano, que depende principalmente das recargas pluviométricas. Tal abastecimento é realizado por meio de contrato firmado entre as partes, o qual estabelece o fornecimento de água para um volume inferior ou igual ao montante outorgado, (500/s para Pecém I) que é suficiente para atender a demanda requerida pelos processos do complexo termelétrico.

O referido contrato poderá ser sobrescrito, conforme Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 que trata da Política Nacional de Recursos Hídricos em seu artigo 1º inc. III, a qual estabelece em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais. Desta forma, mediante ao cenário hídrico que esteve vigente no Estado Ceará e impactou sucessivos períodos de estiagem ocorridos nos últimos anos, que reduziram os níveis dos reservatórios, algumas sanções no abastecimento foram impostas como também a implicação de uma sobretaxa em caráter contingencial na tarifa de água cobrada pela concessionária. Em 05 de maio de 2022, o ato declaratório nº 001/2022/SRH, alterou o ato declaratório nº 001/2021/SRH para constar a exclusão da situação crítica de escassez hídrica na região hidrográfica das bacias metropolitanas.

Visando uma economia no consumo de água a Porto do Pecém realizou algumas ações de melhoria no processo, que resultaram numa redução de mais de 10% do volume de água consumida pelo complexo e no reaproveitamento de quase 40% do efluente gerado.

36.2.9 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo EDP - Energias do Brasil ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada às empresas do Grupo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital e a liquidez financeira, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos, refinanciar as dívidas existentes ou vender ativos.

Em relação à estrutura de capital, a Companhia monitora o índice representado pela "Dívida Líquida Consolidada" dividida pelo "EBITDA Consolidado", cujo limite máximo é de até 3,5 vezes. Em 30 de junho de 2022 este índice foi de 2,2 vez.

	Nota	Consolidado	
		30/06/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos e debêntures	26 e 27	13.316.857	10.597.514
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(2.203.804)	(2.699.490)
(-) Títulos e valores mobiliários	6	(357.965)	(11.722)
(-) Cauções vinculadas à dívida		(19.639)	(5.798)
Dívida líquida		10.735.449	7.880.504
Total do Patrimônio Líquido		12.444.111	12.258.818
Total do capital		23.179.560	20.139.322
Índice de alavancagem financeira - %		46,31	39,13

37 Compromissos contratuais e Garantias

37.1 Compromissos contratuais

Em 30 de junho de 2022 a Companhia e suas controladas apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e suas controladas, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que representa o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP - Energias do Brasil.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Controladora				
	30/06/2022				31/12/2021
	Julho/2022 a Junho/2023	Julho/2023 a Junho/2025	Julho/2025 a Junho/2027	A partir de 2028	Total
Obrigações de compra					
Materiais e serviços	88.829	62.087	12.353	26.158	189.427
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	5.792	2.565			8.357
	94.621	64.652	12.353	26.158	197.784
					226.690

	Consolidado				
	30/06/2022				31/12/2021
	Julho/2022 a Junho/2023	Julho/2023 a Junho/2025	Julho/2025 a Junho/2027	A partir de 2028	Total
Responsabilidades com locações operacionais	3.350	2.727	216	2	6.295
Obrigações de compra					
Compra de Energia	5.325.900	9.073.325	7.390.145	28.174.754	49.964.124
Encargos de conexão e Transporte de Energia	942.189	1.929.341	1.674.469	1.177.569	5.723.568
Materiais e serviços	1.860.615	1.826.650	407.295	66.090	4.160.650
Prêmio de risco - GSF				25.605	25.605
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.377.305	1.217.619	312.091	316.111	3.223.126
	9.509.359	14.049.662	9.784.216	29.760.131	63.103.368
					59.723.698

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 30 de junho de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	Controladora				
	30/06/2022				31/12/2021
	Julho/2022 a Junho/2023	Julho/2023 a Junho/2025	Julho/2025 a Junho/2027	A partir de 2028	Total
Obrigações de compra					
Materiais e serviços	82.096	66.599	15.598	43.062	207.355
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	18.222	6.721			24.943
	100.318	73.320	15.598	43.062	232.298
					231.055

	Consolidado				
	30/06/2022				31/12/2021
	Julho/2022 a Junho/2023	Julho/2023 a Junho/2025	Julho/2025 a Junho/2027	A partir de 2028	Total
Responsabilidades com locações operacionais	3.080	2.960	260	3	6.303
Obrigações de compra					
Compra de Energia	5.325.708	10.386.995	9.228.464	47.899.668	72.840.835
Encargos de conexão e Transporte de Energia	942.203	2.210.206	2.165.296	1.630.767	6.948.472
Materiais e serviços	1.722.066	1.982.779	504.709	103.591	4.313.145
Prêmio de risco - GSF				50.051	50.051
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.566.111	1.999.225	698.911	1.256.134	5.520.381
	9.559.168	16.582.165	12.597.640	50.940.214	89.679.187
					86.886.476

37.2

Garantias

Garantias	Tipo de garantia	Limite máximo garantido			
		Controladora		Consolidado	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Seguro de vida	Aval de acionista	325.705	336.751	322.938	333.940
Ações judiciais	(i) Depósito Cauçionado, (ii) Fiança Bancária e (iii) Seguro garantia.	252.564	191.502	252.564	191.502
Contrato de Arrendamento				29.641	33.839
Executante construtor	Seguro garantia	316.814	305.483	284.029	264.416
Outros	Seguro garantia	7	1.611	88.272	85.796
		895.090	835.347	977.444	909.493

Os valores em garantia de Compra de energia (Nota 25), Debêntures (Nota 26) e Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 27), estão demonstrados em suas respectivas notas.

38

Informações por segmento

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio. As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria, responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo EDP - Energias do Brasil.

O Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolve um conjunto de atividades no setor energético, com especial ênfase na geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia elétrica.

Com base no relatório interno, a Diretoria é responsável por avaliar o desempenho dos vários segmentos e decidir sobre as alocações de recursos a efetuar a cada um dos segmentos de negócio identificados.

38.1

Caracterização dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das controladas e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transações intra-segmentos.

A coluna "Holding" refere-se a Controladora, sendo a origem desse lucro substancialmente relacionado com a avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A referida coluna "Holding", bem como a coluna "Outros" são apresentadas para fins de consolidação do resultado.

A visão de segmento da Companhia foi alterada no período de 2022 afim de demonstrar adequadamente a consolidação de seus esforços no Plano Estratégico 2021-2025. Para fins de comparabilidade, os saldos de 2021 também estão demonstrando esta nova visão:

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



38.1.1 Demonstração do Resultado

Períodos de 6 meses findos em 30 de junho									
2022									
	Distribuição	Geração	Comercialização	Cientes	Transmissão	Holding	Outros	Eliminação	Total
Receitas	5.262.477	1.143.661	1.498.912	195.515	545.139	2.362		(471.816)	8.176.250
Custo da produção e do serviço de energia elétrica									
Custo do serviço de energia elétrica	(2.705.056)	(167.530)	(1.394.379)	(126.466)				468.303	(3.925.128)
Custo da produção da energia elétrica		(95.645)		(13.705)				1.436	(107.914)
Custo de operação	(421.630)	(235.012)	(6.374)	(21.392)	(36.043)			1.854	(718.597)
Custo do serviço prestado a terceiros	(709.966)		(97)	(21.389)	(192.806)			224	(924.034)
	(3.836.652)	(498.187)	(1.400.850)	(182.952)	(228.849)	-	-	471.817	(5.675.673)
Lucro bruto	1.425.825	645.474	98.062	12.563	316.290	2.362	-	1	2.500.577
Despesas e Receitas operacionais									
Despesas com vendas	(84.335)		(49)	(248)	(205)				(84.837)
Despesas gerais e administrativas	(149.495)	(50.312)	(5.301)	(12.081)	(10.845)	(62.164)	(2.452)	(41.631)	(334.281)
Outras Despesas e Receitas operacionais	(66.434)	(412)	41	(175)	1.274	(9.064)	(1.675)		(76.445)
	(300.264)	(50.724)	(5.309)	(12.504)	(9.776)	(71.228)	(4.127)	(41.631)	(495.563)
Resultado das participações societárias		22.208	(8.034)			983.566	16.361	(885.656)	128.445
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	1.125.561	616.958	84.719	59	306.514	914.700	12.234	(927.286)	2.133.459
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	228.966	37.485	4.215	4.430	29.439	32.699	82.566	(23.081)	396.719
Despesas financeiras	(460.669)	(173.565)	(40.288)	(13.621)	(289.430)	(25.547)	(182.659)	23.081	(1.162.698)
	(231.703)	(136.080)	(36.073)	(9.191)	(259.991)	7.152	(100.093)	-	(765.979)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	893.858	480.878	48.646	(9.132)	46.523	921.852	(87.859)	(927.286)	1.367.480
Tributos sobre o lucro									
Imposto de renda e contribuição social correntes	(183.782)	(117.241)	(2.101)	(2.452)	(12.151)	(17.815)			(335.542)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(76.956)	(5.502)	(17.083)	2.220	(9.242)	(128)	35.141	18.732	(52.818)
	(260.738)	(122.743)	(19.184)	(232)	(21.393)	(17.943)	35.141	18.732	(388.360)
Resultado líquido do período	633.120	358.135	29.462	(9.364)	25.130	903.909	(52.718)	(908.554)	979.120
Atribuível aos acionistas controladores	633.120	281.993	29.462	(9.364)	26.061	903.909	(52.718)	(908.554)	903.909
Atribuível aos acionistas não controladores		76.142			(931)				75.211

Períodos de 6 meses findos em 30 de junho									
2021									
	Distribuição	Geração	Comercialização	Clientes	Transmissão	Holding	Outros	Eliminação	Total
Receitas	4.846.543	1.486.737	1.356.472	83.724	873.266	1.418	-	(700.939)	7.947.221
Custo da produção e do serviço de energia elétrica									
Custo do serviço de energia elétrica	(3.088.076)	(387.986)	(1.271.648)	(45.170)				697.212	(4.095.668)
Custo da produção da energia elétrica		(250.632)		(9.516)				1.611	(258.537)
Custo de operação	(395.864)	(229.573)	(7.101)	(12.550)	(2.878)			2.072	(645.894)
Custo do serviço prestado a terceiros	(492.028)	-	(17)	(10.576)	(547.763)			44	(1.050.340)
	(3.975.968)	(868.191)	(1.278.766)	(77.812)	(550.641)			700.939	(6.050.439)
Lucro bruto	870.575	618.546	77.706	5.912	322.625	1.418	-	-	1.896.782
Despesas e Receitas operacionais									
Despesas com vendas	(63.959)	-	4.782	196					(58.981)
Despesas gerais e administrativas	(132.276)	(41.408)	(6.474)	(10.265)	(10.521)	(61.012)	(1.559)	(22.998)	(286.513)
Outras Despesas e Receitas operacionais	(51.425)	(617)	(13)	(18)	11	4.138			(47.924)
	(247.660)	(42.025)	(1.705)	(10.087)	(10.510)	(56.874)	(1.559)	(22.998)	(393.418)
Resultado das participações societárias		(8.439)	(21.721)			914.201	482	(763.220)	121.303
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	622.915	568.082	54.280	(4.175)	312.115	858.745	(1.077)	(786.218)	1.624.667
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	105.021	19.783	5.673	9.877	14.130	18.085	347	(9.503)	163.413
Despesas financeiras	(213.481)	(200.825)	(6.672)	(13.599)	(48.232)	(36.166)	(16)	9.503	(509.488)
	(108.460)	(181.042)	(999)	(3.722)	(34.102)	(18.081)	331	-	(346.075)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	514.455	387.040	53.281	(7.897)	278.013	840.664	(746)	(786.218)	1.278.592
Tributos sobre o lucro									
Imposto de renda e contribuição social correntes	(141.245)	(102.999)	(5.430)	(2.988)	(1.074)				(253.736)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(27.502)	1.175	(20.052)	3.295	(83.147)	(392)		7.819	(118.804)
	(168.747)	(101.824)	(25.482)	307	(84.221)	(392)	-	7.819	(372.540)
Resultado líquido do período	345.708	285.216	27.799	(7.590)	193.792	840.272	(746)	(778.399)	906.052
Atribuível aos acionistas controladores	345.708	226.488	27.799	(7.590)	186.740	840.272	(746)	(778.399)	840.272
Atribuível aos acionistas não controladores		58.728			7.052				65.780

38.1.2 Balanço Patrimonial

	30/06/2022								
	Distribuição	Geração	Comercia- lização	Clientes	Transmissão	Holding	Outros	Eliminações	Total
Ativo circulante	4.168.770	1.456.450	1.931.272	329.085	916.796	2.270.788	31.464	(1.455.632)	9.648.993
Ativo não circulante	8.424.859	6.523.547	950.385	599.638	6.215.965	9.528.314	2.209.698	(8.537.361)	25.915.045
Passivo circulante	3.108.861	1.240.122	1.591.254	406.336	635.069	189.679	65.508	(1.434.799)	5.802.030
Passivo não circulante	7.375.163	2.031.951	912.124	386.387	4.662.899	360.729	2.210.161	(621.516)	17.317.898
Patrimônio Líquido e Não controladores	2.109.605	4.707.924	378.279	136.000	1.834.793	11.248.694	(34.507)	(7.936.678)	12.444.110
	31/12/2021								
	Distribuição	Geração	Comercia- lização	Clientes	Transmissão	Holding	Outros	Eliminações	Total
Ativo circulante	4.967.229	1.452.657	1.248.495	166.505	338.809	2.887.990	2.940	(1.193.322)	9.871.303
Ativo não circulante	8.836.619	6.676.158	1.043.570	541.770	4.905.010	9.613.925	38.233	(8.147.849)	23.507.436
Passivo circulante	3.412.177	1.622.092	1.144.295	285.088	624.548	1.074.089	767	(1.173.472)	6.989.584
Passivo não circulante	7.718.245	1.866.004	798.953	278.816	3.857.761	276.429	22.195	(723.260)	14.095.143
Patrimônio Líquido e Não controladores	2.673.426	4.640.719	348.817	144.371	761.510	11.151.397	18.211	(7.444.439)	12.294.012

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



39 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

39.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

Controladora										
Nota	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Efeito não caixa			Saldo em 30/06/2022				
			Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas					
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento										
Títulos a receber e empréstimos a receber		28.145		569	1.139		29.853			
		28.145	-	569	1.139	-	29.853			
Aumento (diminuição) de passivos financiamento										
Dividendos		14	515.900	(1.193.898)		682.487	4.489			
Debêntures		26	236.629	(181.157)	9.603	7.254	72.329			
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		27	105.305	(109.384)		4.079	-			
Ações em tesouraria		30.4	(90.534)	(190.362)			(280.896)			
Arrendamentos e aluguéis		16.6	8.154	(1.554)		11.907	19.486			
			775.454	(1.676.355)	9.603	705.727	(184.592)			
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)										
			747.309	(1.676.355)	9.034	(160)	(214.445)			
Controladora										
Nota	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Efeito não caixa			Saldo em 30/06/2021				
			Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas					
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento										
Títulos a receber e empréstimos a receber		27.557	(2.167)		(1.103)	2.935	27.222			
		27.557	(2.167)	-	(1.103)	2.935	27.222			
Aumento (diminuição) de passivos financiamento										
Dividendos			360.362	(562.914)		205.495	2.943			
Debêntures			442.530	(171.929)	16.535	16.590	303.726			
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			100.934			1.282	102.216			
Ações em tesouraria			(145.988)	(342.065)		2.025	(486.028)			
Arrendamentos e aluguéis			1.214	(984)		304	8.307			
			759.052	(1.077.892)	16.535	304	(68.836)			
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)										
			731.495	(1.075.725)	16.535	1.407	(96.058)			
Consolidado										
Nota	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Efeito não caixa					Saldo em 30/06/2022		
			Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Aquisição de empresa	Outros			
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento										
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures		5.798	(84)	13.925				19.639		
		5.798	(84)	13.925	-	-	-	19.639		
Aumento (diminuição) de passivos financiamento										
Dividendos		14	680.874	(1.355.356)		692.229	35.256	13.587	66.590	
Debêntures		26	7.724.383	1.041.893	347.817	(171.719)	414.048		9.356.422	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		27	2.873.131	958.443	(65.525)	(54.902)	152.294	97.913	(919)	3.960.435
Ações em tesouraria		30.4	(90.534)	(190.362)					1.522	(279.374)
Arrendamentos e aluguéis		16.6	110.410	(18.665)		6.232	17.729	105		115.811
Acionistas não controladores										
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC			15.000	2.600						17.600
Capital social		30.1	5.502.716							5.502.716
			16.815.980	438.553	282.292	(220.389)	1.276.300	133.274	14.190	18.740.200
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)										
			16.810.182	438.637	268.367	(220.389)	1.276.300	133.274	14.190	18.720.561
Consolidado										
Nota	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Efeito não caixa					Saldo em 30/06/2021		
			Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Outros				
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento										
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures			9.326	6.040	98					15.464
			9.326	6.040	98	-	-	-		15.464
Aumento (diminuição) de passivos financiamento										
Dividendos			514.171	(693.700)			229.769	13.159		63.399
Debêntures			5.216.201	835.508	135.860		172.569			6.360.138
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			3.818.691	(675.679)	(6.003)	20.369	113.631			3.271.009
Ações em tesouraria			(145.988)	(342.065)			2.025			(486.028)
Arrendamentos e aluguéis			70.798	(19.456)		7.105	54.500			112.947
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC			-							-
Adiantamento para futuro aumento de capital por não controladores			-	3.800			(3.800)			-
			9.473.873	(891.592)	129.857	27.474	568.694	13.159		9.321.465
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)										
			9.464.547	(897.632)	129.759	27.474	568.694	13.159		9.306.001

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



39.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Constituição de dividendos e JSCP a receber	39.980	235.658	39.980	18.847
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	5.644	205.480	119.782	242.933
Capitalização de juros de empréstimos e debêntures ao, imobilizado, intangível e ativos da concessão			7.752	186.881
Capitalização no Intangível, no Ativo financeiro indenizável e nos Ativos da concessão relativo à contingências			1.610	(10.248)
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado, intangível e ativos da concessão			1.746	5.153
Aquisição de ativos - Inova Soluções de Energia (Nota 18.2)		33.480		33.480
Aumento de capital com integralização de AFAC				3.800
Aumento de capital em subsidiária com integralização de AFAC		75.930		
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	11.907	7.773	13.898	54.500
Provisão de fornecedores dos ativos de concessão			(352)	101.185
Total	57.531	558.321	184.416	636.531

40 Eventos subsequentes

40.1 EDP Transmissão Litoral Sul - Entrada em Operação Comercial

Em 05 de julho de 2022 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que a ONS autorizou a operação comercial das instalações do trecho final da EDP Transmissão Litoral Sul. Com a conclusão da entrada em operação, a controlada passa a receber a RAP de R\$51,4 milhões.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Presidente

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz
Vice-Presidente

Vera de Moraes Pinto Pereira Carneiro
Conselheira

Ana Paula Garrido de Pina Marques
Conselheira

Modesto Souza Barros Carvalhosa
Conselheiro

Pedro Sampaio Malan
Conselheiro

Francisco Carlos Coutinho Pitella
Conselheiro

Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira
Conselheiro

Juliana Rozenbaum Munemori
Conselheira

CONSELHO FISCAL

Adir Pereira Keddi
Conselheiro

Arnaldo José Vollet
Conselheiro

João António de Sousa Araújo Ribeiro da Costa
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz
Diretor-Presidente

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor Vice-Presidente de Clientes

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Vice-Presidente de Geração e Redes

Fernanda Nascimento Pires Carsughi
Diretora Vice-Presidente de Pessoas e ESG

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)

Carla Renata Baptista
Contadora - CRC 1SP328362/O-5

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



COMENTÁRIO SOBRE O COMPORTAMENTO DAS PROJEÇÕES EMPRESARIAIS

Conforme Art.21 da Instrução CVM nº 80/22, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTE

Câmara de Arbitragem

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
EDP Energias do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da EDP Energias do Brasil S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 27 de julho de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os membros do Conselho Fiscal da EDP – Energias do Brasil S.A., em reunião realizada em 22 de julho de 2022 às 09:00 horas, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o relatório sobre a revisão das informações trimestrais dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Informações Contábeis Intermediárias e o Comentário de Desempenho do período findo em 30 de junho de 2022, manifestamo-nos, por unanimidade, com parecer favorável às Informações Contábeis Intermediárias tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 22 de julho de 2022.

ADIR PEREIRA KEDDI
Conselheiro efetivo

JOÃO ANTÔNIO DE SOUSA ARAÚJO RIBEIRO DA COSTA
Conselheiro efetivo

ARNALDO JOSÉ VOLLET
Conselheiro efetivo

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Nós, membros efetivos do Comitê de Auditoria, por unanimidade, emitimos parecer favorável à aprovação das contas da Diretoria e das Informações Contábeis Intermediárias da Companhia e de suas controladas referentes ao período findo em 30 de junho de 2022.

São Paulo, 22 de julho de 2022.

FRANCISCO CARLOS COUTINHO PITELLA
Presidente do Comitê de Auditoria

MODESTO SOUZA BARROS CARVALHOSA
Membro do Comitê de Auditoria

RUI MANUEL RODRIGUES LOPES TEIXEIRA
Membro do Comitê de Auditoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22, declaram que, em 22 de julho de 2022 reviram, discutiram e concordaram com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2022.

JOÃO MANUEL VERÍSSIMO MARQUES DA CRUZ
Diretor Presidente

HENRIQUE MANUEL MARQUES FARIA LIMA FREIRE
Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores

CARLOS EMANUEL BAPTISTA ANDRADE
Diretor Vice-Presidente de Clientes

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Diretor Vice-Presidente de Geração e Redes

FERNANDA NASCIMENTO PIRES CARSUGHI
Diretora Vice-Presidente de Pessoas e ESG

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22, declaram que, em 22 de julho de 2022, reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório emitido pela KPMG Auditores Independentes.

JOÃO MANUEL VERÍSSIMO MARQUES DA CRUZ
Diretor Presidente

HENRIQUE MANUEL MARQUES FARIA LIMA FREIRE
Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores

CARLOS EMANUEL BAPTISTA ANDRADE
Diretor Vice-Presidente de Clientes

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Diretor Vice-Presidente de Geração e Redes

FERNANDA NASCIMENTO PIRES CARSUGHI
Diretora Vice-Presidente de Pessoas e ESG

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	8
DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	20
DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	21
Demonstração de Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23

Notas Explicativas	48

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	150

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	151

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	152
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	153
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	154
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	155

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

156

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	581.165
Preferenciais	0
Total	581.165
Em Tesouraria	
Ordinárias	13.607
Preferenciais	0
Total	13.607

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	11.799.102	12.501.915
1.01	Ativo Circulante	2.270.788	2.887.990
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	362.384	932.703
1.01.03	Contas a Receber	314.890	360.465
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	314.890	360.465
1.01.03.02.01	Dividendos a receber	314.890	360.465
1.01.06	Tributos a Recuperar	91.641	119.900
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	91.641	119.900
1.01.06.01.01	Imposto de renda e Contribuição social a compensar	21.306	56.760
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	70.335	63.140
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.501.873	1.474.922
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	1.231.241	1.228.954
1.01.08.03	Outros	270.632	245.968
1.01.08.03.01	Cauções e depósitos vinculados	350	350
1.01.08.03.02	Empréstimos a receber	228.945	216.606
1.01.08.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	9.156	0
1.01.08.03.04	Outros créditos	32.181	29.012
1.02	Ativo Não Circulante	9.528.314	9.613.925
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	855.258	543.625
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	855.258	543.625
1.02.01.10.03	Adiantamento para futuro aumento de capital	683.660	346.285
1.02.01.10.04	Cauções e depósitos vinculados	12.006	4.892
1.02.01.10.05	Empréstimos a receber	99.238	94.132
1.02.01.10.06	Imposto de renda e Contribuição social a compensar	0	55.421
1.02.01.10.07	Outros tributos compensáveis	1.909	1.909
1.02.01.10.08	Outros créditos	58.445	40.986
1.02.02	Investimentos	8.555.108	8.964.308
1.02.02.01	Participações Societárias	8.545.624	8.954.824
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	9.484	9.484
1.02.03	Imobilizado	78.006	67.567
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	32.291	34.150
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	18.017	7.325
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	27.698	26.092
1.02.04	Intangível	39.942	38.425
1.02.04.01	Intangíveis	39.942	38.425
1.02.04.01.02	Intangível em andamento	27.134	28.673
1.02.04.01.03	Intangível em operação	12.808	9.752

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	11.799.102	12.501.915
2.01	Passivo Circulante	189.679	1.074.089
2.01.02	Fornecedores	23.739	50.834
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	23.739	50.834
2.01.03	Obrigações Fiscais	31.269	126.590
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	28.471	124.168
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.153	3.899
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	27.318	120.269
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.798	2.422
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	30.433	307.198
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	105.305
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	105.305
2.01.04.02	Debêntures	30.433	201.893
2.01.05	Outras Obrigações	104.238	589.467
2.01.05.02	Outros	104.238	589.467
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.489	515.900
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	9.156	0
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	90.593	73.567
2.02	Passivo Não Circulante	360.729	276.429
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	41.896	34.736
2.02.01.02	Debêntures	41.896	34.736
2.02.02	Outras Obrigações	38.408	26.327
2.02.02.02	Outros	38.408	26.327
2.02.02.02.03	Outros tributos a recolher	8.957	11.409
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	29.451	14.918
2.02.03	Tributos Diferidos	206.348	206.202
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	206.348	206.202
2.02.04	Provisões	74.077	9.164
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	20.154	8.099
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.024	1.619
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	13.804	6.157
2.02.04.01.05	Outros	326	323
2.02.04.02	Outras Provisões	53.923	1.065
2.02.04.02.04	Provisão para passivo a descoberto	53.923	1.065
2.03	Patrimônio Líquido	11.248.694	11.151.397
2.03.01	Capital Social Realizado	5.502.716	5.502.716
2.03.02	Reservas de Capital	-150.740	42.300
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-279.374	-90.534
2.03.02.07	Ágio na incorporação de sociedade controladora	35.351	35.351
2.03.02.08	Resultado na alienação de ações em tesouraria	58.968	60.490
2.03.02.09	Opções de ações outorgadas	3.799	5.681
2.03.02.20	Outras Reservas de Capital	30.516	31.312
2.03.04	Reservas de Lucros	5.583.748	6.260.565
2.03.04.01	Reserva Legal	673.859	673.859
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	4.909.889	4.116.043
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	1.470.663

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	903.909	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-590.939	-654.184
2.03.08.01	Equivalência Patrimonial s/Resultados Abrangentes de Subsidiárias	-590.939	-654.184

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	799	2.362	683	1.418
3.03	Resultado Bruto	799	2.362	683	1.418
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	393.173	912.338	344.456	857.327
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-37.116	-62.164	-32.601	-61.012
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-37.116	-62.164	-32.601	-61.012
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-410	0	4.408	4.138
3.04.04.01	Ganho na alienação de investimentos	-410	0	0	0
3.04.04.02	Outras Receitas Operacionais	0	0	4.408	4.138
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.435	-9.064	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	438.134	983.566	372.649	914.201
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	393.972	914.700	345.139	858.745
3.06	Resultado Financeiro	-8.780	7.152	304	-18.081
3.06.01	Receitas Financeiras	4.763	32.699	10.967	18.085
3.06.02	Despesas Financeiras	-13.543	-25.547	-10.663	-36.166
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	385.192	921.852	345.443	840.664
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.081	-17.943	-953	-392
3.08.01	Corrente	-3.993	-17.815	0	0
3.08.02	Diferido	-88	-128	-953	-392
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	381.111	903.909	344.490	840.272
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	381.111	903.909	344.490	840.272
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação	0,33575	10,15662	0,59286	1,43004
3.99.01.01	ON	0,33575	10,15662	0,59286	1,43004
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	0,33435	9,99015	0,59057	1,42342
3.99.02.01	ON	0,33435	9,99015	0,59057	1,42342

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	381.111	903.909	344.490	840.272
4.02	Outros Resultados Abrangentes	83.462	63.245	13.292	70.834
4.02.05	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	83.462	63.245	13.292	70.834
4.03	Resultado Abrangente do Período	464.573	967.154	357.782	911.106

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-78.820	-35.172
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-49.010	-39.582
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	921.852	840.664
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	8.742	9.102
6.01.01.04	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	0	387
6.01.01.05	Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos	-27.438	-6.830
6.01.01.06	Tributos diferidos	18	4
6.01.01.07	Encargos de dívidas, variações monetárias e AVP sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	20.936	34.407
6.01.01.10	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	13.061	1.660
6.01.01.11	Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP	979	304
6.01.01.12	Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	-196	0
6.01.01.13	Resultado de participações societárias	-983.566	-914.201
6.01.01.15	Ganhos com investimentos	0	-4.465
6.01.01.16	Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	-376	-77
6.01.01.18	Outros	-3.022	-537
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-29.810	4.410
6.01.02.02	Imposto de renda e contribuição social a compensar	0	295
6.01.02.03	Outros tributos compensáveis	-5.452	-2.525
6.01.02.04	Cauções e depósitos vinculados	-6.738	-359
6.01.02.06	Outros ativos operacionais	-28.076	5.900
6.01.02.07	Fornecedores	-27.095	-7.742
6.01.02.08	Outros tributos a recolher	2.000	-424
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-4.734	0
6.01.02.12	Provisões	-1.006	-1.154
6.01.02.14	Outros passivos operacionais	41.291	10.419
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.184.830	358.358
6.02.02	Dividendos e Juros sobre o capital próprio recebidos	1.530.052	495.686
6.02.04	Aumento de capital social em subsidiárias	0	-8.700
6.02.05	Adições ao ativo financeiro indenizável	-17.272	-30.189
6.02.06	Adiantamento para futuro aumento de capital	-337.375	-126.330
6.02.07	Empréstimos a receber	9.425	27.891
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.676.329	-1.075.725
6.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-1.193.872	-562.914
6.03.05	Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos	-1.554	-984
6.03.06	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures	-271.422	-154.019
6.03.07	Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos	-19.119	-17.910
6.03.09	Recompra de ações em tesouraria	-190.362	-342.065
6.03.10	Títulos recebidos	0	2.167
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-570.319	-752.539
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	932.703	907.204
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	362.384	154.665

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.502.716	42.300	6.260.565	0	-654.184	11.151.397
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.502.716	42.300	6.260.565	0	-654.184	11.151.397
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-193.040	-676.817	0	0	-869.857
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-1.522	0	0	0	-1.522
5.04.08	Dividendos adicionais - AGO 05/04/2022	0	0	-676.817	0	0	-676.817
5.04.10	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	-796	0	0	0	-796
5.04.11	Opções de ações outorgadas	0	-1.882	0	0	0	-1.882
5.04.12	Recompra de ações em tesouraria	0	-188.840	0	0	0	-188.840
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	903.909	63.245	967.154
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	903.909	0	903.909
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	63.245	63.245
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	63.245	63.245
5.07	Saldos Finais	5.502.716	-150.740	5.583.748	903.909	-590.939	11.248.694

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.502.716	-4.919	5.365.110	0	-741.827	10.121.080
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.502.716	-4.919	5.365.110	0	-741.827	10.121.080
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-341.567	-203.072	0	0	-544.639
5.04.06	Dividendos	0	0	-203.072	0	0	-203.072
5.04.10	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	-797	0	0	0	-797
5.04.14	Opções de ações outorgadas	0	1.295	0	0	0	1.295
5.04.15	Recompra de ações em tesouraria	0	-342.065	0	0	0	-342.065
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	840.272	70.834	911.106
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	840.272	0	840.272
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	70.834	70.834
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	70.834	70.834
5.07	Saldos Finais	5.502.716	-346.486	5.162.038	840.272	-670.993	10.487.547

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
7.01	Receitas	8.886	28.309
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.530	1.427
7.01.02	Outras Receitas	991	4.466
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	5.365	22.416
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-36.041	-45.408
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-20.426	-39.926
7.02.04	Outros	-15.615	-5.482
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-15.615	-5.482
7.03	Valor Adicionado Bruto	-27.155	-17.099
7.04	Retenções	-8.739	-9.106
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.739	-9.106
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-35.894	-26.205
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.029.413	932.901
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	983.566	914.201
7.06.02	Receitas Financeiras	45.847	18.700
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	993.519	906.696
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	993.519	906.696
7.08.01	Pessoal	29.735	24.653
7.08.01.01	Remuneração Direta	23.555	19.395
7.08.01.02	Benefícios	3.476	3.809
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.704	1.449
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	34.354	4.173
7.08.02.01	Federais	33.161	3.310
7.08.02.02	Estaduais	12	72
7.08.02.03	Municipais	1.181	791
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	25.521	37.598
7.08.03.01	Juros	25.547	36.166
7.08.03.02	Aluguéis	-26	1.432
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	903.909	840.272
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	903.909	840.272

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	35.564.038	33.378.739
1.01	Ativo Circulante	9.648.993	9.871.303
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.203.804	2.699.490
1.01.02	Aplicações Financeiras	357.965	11.722
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	357.965	11.722
1.01.02.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	357.965	11.722
1.01.03	Contas a Receber	3.690.891	3.402.167
1.01.03.01	Clientes	2.477.448	2.856.290
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.213.443	545.877
1.01.03.02.01	Dividendos a receber	38.239	50.015
1.01.03.02.02	Ativos da concessão	420.663	55.184
1.01.03.02.03	Compromissos futuros	743.572	440.678
1.01.03.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	10.969	0
1.01.04	Estoques	436.432	460.408
1.01.06	Tributos a Recuperar	824.190	833.765
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	824.190	833.765
1.01.06.01.01	Imposto de renda e Contribuição social a compensar	228.575	280.791
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	595.615	552.974
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.135.711	2.463.751
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	1.311.194	1.328.481
1.01.08.03	Outros	824.517	1.135.270
1.01.08.03.01	Cauções e depósitos vinculados	22.800	10.001
1.01.08.03.02	Ativos financeiros setoriais	344.157	643.174
1.01.08.03.03	Outros créditos	344.510	425.434
1.01.08.03.04	Tributos diferidos	113.050	56.661
1.02	Ativo Não Circulante	25.915.045	23.507.436
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	14.240.951	13.505.015
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	2.500	2.500
1.02.01.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	2.500	2.500
1.02.01.04	Contas a Receber	115.448	103.977
1.02.01.04.01	Clientes	115.448	103.977
1.02.01.07	Tributos Diferidos	554.631	601.422
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	554.631	601.422
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	13.568.372	12.797.116
1.02.01.10.03	Outros tributos compensáveis	638.276	1.070.781
1.02.01.10.05	Cauções e depósitos vinculados	414.250	419.776
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro Indenizável	5.082.839	4.362.393
1.02.01.10.07	Ativos da concessão	6.936.872	5.685.037
1.02.01.10.08	Ativos financeiros setoriais	61.879	786.263
1.02.01.10.09	Empréstimos a receber	14.469	12.713
1.02.01.10.10	Outros créditos	31.414	32.570
1.02.01.10.11	Compromissos Futuros	388.373	427.583
1.02.02	Investimentos	1.502.126	1.323.266
1.02.02.01	Participações Societárias	1.443.943	1.311.885
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	58.183	11.381
1.02.03	Imobilizado	5.940.731	6.068.213

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.432.803	5.580.306
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	92.504	86.243
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	415.424	401.664
1.02.04	Intangível	4.231.237	2.610.942
1.02.04.01	Intangíveis	4.202.612	2.582.317
1.02.04.01.02	Intangível em Andamento	89.143	85.303
1.02.04.01.03	Intagível em Operação	4.113.469	2.497.014
1.02.04.02	Goodwill	28.625	28.625

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	35.564.038	33.378.739
2.01	Passivo Circulante	5.802.030	6.989.584
2.01.02	Fornecedores	1.400.671	1.944.092
2.01.03	Obrigações Fiscais	533.737	770.934
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	304.315	461.261
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	154.054	136.043
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	150.261	325.218
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	221.361	302.327
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	8.061	7.346
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.452.855	1.580.503
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	947.745	801.082
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	718.200	608.441
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	229.545	192.641
2.01.04.02	Debêntures	505.110	779.421
2.01.05	Outras Obrigações	2.237.133	2.398.937
2.01.05.02	Outros	2.237.133	2.398.937
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	66.590	680.874
2.01.05.02.04	Encargos setoriais	119.707	132.454
2.01.05.02.05	Uso do bem público	45.234	43.269
2.01.05.02.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	130.601	67.558
2.01.05.02.07	Passivos financeiros setoriais	744.798	627.003
2.01.05.02.08	Ressarcimento por indisponibilidade	1.915	2.945
2.01.05.02.09	Outras contas a pagar	488.365	464.929
2.01.05.02.10	Compromissos futuros	575.468	379.905
2.01.05.02.11	Instrumentos Financeiros Derivativos	64.455	0
2.01.06	Provisões	118.776	117.118
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	64.461	65.981
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	45.860	51.615
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	2.436	2.315
2.01.06.01.07	Outras	16.165	12.051
2.01.06.02	Outras Provisões	54.315	51.137
2.01.06.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	54.315	51.137
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	58.858	178.000
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	58.858	178.000
2.02	Passivo Não Circulante	17.317.897	14.095.143
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	11.864.002	9.017.011
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.012.690	2.072.049
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.943.254	2.072.049
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.069.436	0
2.02.01.02	Debêntures	8.851.312	6.944.962
2.02.02	Outras Obrigações	1.914.401	2.462.304
2.02.02.02	Outros	1.914.401	2.462.304
2.02.02.02.04	Imposto de renda e Contribuição social a recolher	283.828	291.986
2.02.02.02.06	Uso do bem público	493.494	462.865
2.02.02.02.07	Passivos financeiros setoriais	780.146	1.496.347

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.02.02.02.09	Outras contas a pagar	138.342	125.369
2.02.02.02.10	Compromissos futuros	82.301	85.737
2.02.02.02.11	Instrumentos Financeiros Derivativos	136.290	0
2.02.03	Tributos Diferidos	2.168.914	1.227.836
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.168.914	1.227.836
2.02.04	Provisões	1.370.580	1.387.992
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.328.755	1.348.940
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	53.984	52.545
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	156.754	137.027
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	714.026	798.634
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	350.096	308.289
2.02.04.01.07	Outras	53.895	52.445
2.02.04.02	Outras Provisões	41.825	39.052
2.02.04.02.04	Provisões para Licenças Ambientais	29.423	26.052
2.02.04.02.06	Provisão para passivo a descoberto	1.325	2.329
2.02.04.02.07	Provisão para desmantelamento	11.077	10.671
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	12.444.111	12.294.012
2.03.01	Capital Social Realizado	5.502.716	5.502.716
2.03.02	Reservas de Capital	-150.740	42.300
2.03.02.04	Opções Outorgadas	3.799	5.681
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-279.374	-90.534
2.03.02.07	Ágio na incorporação de sociedade controladora	35.351	35.351
2.03.02.08	Resultado na alienação de ações em tesouraria	58.968	60.490
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	30.516	31.312
2.03.04	Reservas de Lucros	5.583.748	6.260.565
2.03.04.01	Reserva Legal	673.859	673.859
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	4.909.889	4.116.043
2.03.04.10	Lucros retidos à deliberar	0	1.470.663
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	903.909	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-590.939	-654.184
2.03.08.01	Equivalência Patrimonial s/ Resultados abrangentes das subsidiárias	-590.939	-654.184
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.195.417	1.142.615

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.065.139	8.176.250	3.954.428	7.947.221
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.881.883	-5.675.673	-3.133.524	-6.050.439
3.02.01	Custo do serviço de energia elétrica	-1.897.333	-3.925.128	-2.130.772	-4.095.668
3.02.02	Custo da produção da energia elétrica	-101.361	-107.914	-116.975	-258.537
3.02.03	Custo de operação	-384.792	-718.597	-341.254	-645.894
3.02.04	Custo do serviço prestado a terceiros	-498.397	-924.034	-544.523	-1.050.340
3.03	Resultado Bruto	1.183.256	2.500.577	820.904	1.896.782
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-186.937	-367.118	-144.581	-272.115
3.04.01	Despesas com Vendas	-42.348	-84.837	-34.050	-58.981
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-195.928	-334.281	-139.888	-286.513
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-195.928	-334.281	-139.888	-286.513
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-410	0	0	0
3.04.04.01	Ganho na alienação de investimento	-410	0	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-36.759	-76.445	-23.596	-47.924
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	88.508	128.445	52.953	121.303
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	996.319	2.133.459	676.323	1.624.667
3.06	Resultado Financeiro	-417.595	-765.979	-136.093	-346.075
3.06.01	Receitas Financeiras	239.946	396.719	80.009	163.413
3.06.02	Despesas Financeiras	-657.541	-1.162.698	-216.102	-509.488
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	578.724	1.367.480	540.230	1.278.592
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-159.715	-388.360	-159.480	-372.540
3.08.01	Corrente	-137.945	-335.542	-113.493	-253.736
3.08.02	Diferido	-21.770	-52.818	-45.987	-118.804
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	419.009	979.120	380.750	906.052
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	419.009	979.120	380.750	906.052
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	381.111	903.909	344.490	840.272
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	37.898	75.211	36.260	65.780
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,33575	10,15662	0,59286	1,43004
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,33435	9,99015	0,59057	1,42342

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	419.009	979.120	380.750	906.052
4.02	Outros Resultados Abrangentes	83.462	63.245	13.292	70.834
4.02.01	Ganhos atuariais - Benefícios pós-emprego	91.051	91.096	15.236	15.280
4.02.02	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	-5	64.979	-2	56.284
4.02.03	Hedge de fluxos de caixa	35.412	-93.726	4.907	6.766
4.02.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-42.996	896	-6.849	-7.496
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	502.471	1.042.365	394.042	976.886
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	464.573	967.154	357.782	911.106
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	37.898	75.211	36.260	65.780

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.316.226	567.956
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.221.160	1.551.773
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	1.367.480	1.278.592
6.01.01.02	Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	84.629	58.981
6.01.01.03	Remuneração e valor justo do ativo financeiro indenizável	-247.602	-121.476
6.01.01.04	Tributos diferidos	4.921	1.664
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	376.755	344.225
6.01.01.06	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	42.830	40.339
6.01.01.07	Compromissos futuros	-71.556	-52.926
6.01.01.08	Direito de concessão - GSF	0	-23.296
6.01.01.09	Encargos de dívidas e var. monetárias e cambiais de mútuos, empréstimos, financiamentos e debêntures	675.523	247.371
6.01.01.10	Uso do bem público e Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP	60.994	81.000
6.01.01.11	Provisão para plano de benefícios pós-emprego	36.946	31.975
6.01.01.12	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	90.984	60.902
6.01.01.13	Ativos e passivos financeiros setoriais	5.501	-25.948
6.01.01.14	Instrumentos Financeiros Derivativos	134.831	0
6.01.01.15	Resultado de participações societárias	-128.445	-121.303
6.01.01.16	Remuneração dos Ativos da concessão	-303.043	-312.200
6.01.01.17	Encargos setoriais - provisão e atualização monetária	26.935	15.482
6.01.01.18	Fornecedores - atualização monetária - Energia livre	3.133	4.916
6.01.01.19	Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	-22.695	26.049
6.01.01.20	Outros	83.039	17.426
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	95.066	-983.817
6.01.02.01	Contas a receber	338.281	742.746
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	289.787	347.721
6.01.02.04	Ativos financeiros setoriais	1.135.581	-37.540
6.01.02.05	Estoques	-36.832	-127.680
6.01.02.06	Cauções e depósitos vinculados	11.069	-2.271
6.01.02.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	-1.813	0
6.01.02.08	Rendas a receber	-8.483	1.859
6.01.02.09	Outros ativos operacionais	-40.967	-45.222
6.01.02.10	Fornecedores	-564.203	-1.034.613
6.01.02.11	Passivos financeiros setoriais	-715.617	-416.189
6.01.02.12	Outros tributos e contribuições sociais	-189.101	-102.806
6.01.02.13	Benefícios pós-emprego	-38.266	-22.891
6.01.02.14	Encargos setoriais	-41.698	-12.250
6.01.02.15	Provisões	-37.752	-39.081
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-195.328	-249.493
6.01.02.17	Uso do bem público	-22.187	-18.304
6.01.02.19	Outros passivos operacionais	44.164	2.103
6.01.02.20	Ativos da concessão	168.431	30.094
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.250.490	-870.197
6.02.02	Alienação de investimento	115	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.02.03	Dividendos e Juros sobre o capital próprio recebidos	71.145	36.867
6.02.04	Aquisição de investimento	-2.113.690	-78.355
6.02.07	Adições ao Imobilizado e Intangível e ativo financeiro indenizável	-74.261	-67.253
6.02.08	Alienação de bens e direitos	0	11
6.02.09	Empréstimo a receber	-107.974	1.649
6.02.10	Caixa e equivalentes de caixa - Investimentos alienados	206.290	631
6.02.11	Títulos e valores mobiliários	-346.243	45.441
6.02.12	Adições aos ativos da concessão	-885.872	-809.188
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	438.578	-897.632
6.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-1.355.330	-693.700
6.03.05	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	2.986.369	2.350.798
6.03.06	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures	-613.515	-1.979.248
6.03.07	Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos	-372.518	-211.721
6.03.08	Cauções e depósitos vinculados	84	-6.040
6.03.09	Títulos recebidos	-18.750	-19.456
6.03.12	Recompra de ações em tesouraria	-190.362	-342.065
6.03.13	Adiantamento para futuro aumento de capital por não controladores	2.600	0
6.03.14	Aumento de capital social em subsidiárias por não controladores	0	3.800
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-495.686	-1.199.873
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.699.490	2.735.858
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.203.804	1.535.985

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.502.716	42.300	6.260.565	0	-654.184	11.151.397	1.142.615	12.294.012
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.502.716	42.300	6.260.565	0	-654.184	11.151.397	1.142.615	12.294.012
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-193.040	-676.817	0	0	-869.857	-22.409	-892.266
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-1.522	0	0	0	-1.522	0	-1.522
5.04.08	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	-796	0	0	0	-796	796	0
5.04.09	Dividendos adicionais - AGO 05/04/2022	0	0	-676.817	0	0	-676.817	0	-676.817
5.04.11	Dividendos destinados a não controladores	0	0	0	0	0	0	-23.205	-23.205
5.04.15	Opções de ações outorgadas	0	-1.882	0	0	0	-1.882	0	-1.882
5.04.18	Recompra de ações em tesouraria	0	-188.840	0	0	0	-188.840	0	-188.840
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	903.909	63.245	967.154	75.211	1.042.365
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	903.909	0	903.909	75.211	979.120
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	63.245	63.245	0	63.245
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	63.245	63.245	0	63.245
5.07	Saldos Finais	5.502.716	-150.740	5.583.748	903.909	-590.939	11.248.694	1.195.417	12.444.111

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.502.716	-4.919	5.365.110	0	-741.827	10.121.080	1.135.193	11.256.273
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.502.716	-4.919	5.365.110	0	-741.827	10.121.080	1.135.193	11.256.273
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-341.567	-203.072	0	0	-544.639	-32.842	-577.481
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	3.800	3.800
5.04.08	Opções de ações outorgadas	0	1.295	0	0	0	1.295	0	1.295
5.04.09	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	-797	0	0	0	-797	797	0
5.04.10	Dividendos destinados a não controladores	0	0	0	0	0	0	-37.439	-37.439
5.04.11	Recompra de ações de tesouraria	0	-342.065	0	0	0	-342.065	0	-342.065
5.04.13	Dividendos complementares	0	0	-203.072	0	0	-203.072	0	-203.072
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	840.272	0	840.272	65.780	906.052
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	840.272	0	840.272	65.780	906.052
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	70.834	70.834	0	70.834
5.06.06	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	0	0	0	0	70.834	70.834	0	70.834
5.07	Saldos Finais	5.502.716	-346.486	5.162.038	840.272	-670.993	10.487.547	1.168.131	11.655.678

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
7.01	Receitas	11.838.191	12.804.069
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	10.347.831	11.037.274
7.01.02	Outras Receitas	1.505.719	1.745.555
7.01.02.01	Receita de construção	903.023	1.163.801
7.01.02.02	Atualização do Ativo financeiro indenizável	247.602	121.476
7.01.02.03	Remuneração dos Ativos da concessão	340.439	255.327
7.01.02.04	Outras Receitas	14.655	204.951
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	69.478	80.221
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-84.837	-58.981
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.863.070	-7.987.460
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-3.636.970	-5.502.068
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-501.324	-602.624
7.02.04	Outros	-1.724.776	-1.882.768
7.02.04.01	Encargos de uso da rede elétrica	-673.557	-712.498
7.02.04.02	Custo com construção da infraestrutura	-901.799	-1.039.546
7.02.04.03	Outros custos operacionais	-149.420	-130.724
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.975.121	4.816.609
7.04	Retenções	-401.417	-356.371
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-401.417	-356.371
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.573.704	4.460.238
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	552.363	298.247
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	128.445	121.303
7.06.02	Receitas Financeiras	423.918	176.944
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.126.067	4.758.485
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.126.067	4.758.485
7.08.01	Pessoal	290.641	236.344
7.08.01.01	Remuneração Direta	207.645	167.574
7.08.01.02	Benefícios	61.588	53.885
7.08.01.03	F.G.T.S.	21.408	14.885
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.683.041	2.914.180
7.08.02.01	Federais	1.983.477	1.504.815
7.08.02.02	Estaduais	1.690.421	1.397.477
7.08.02.03	Municipais	9.143	11.888
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.173.265	701.909
7.08.03.01	Juros	1.170.450	701.002
7.08.03.02	Aluguéis	2.815	907
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	979.120	906.052
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	903.909	840.272
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	75.211	65.780

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

As informações a seguir referem-se ao segundo trimestre de 2022 e primeiro semestre de 2022, em comparação ao período homólogo de 2021.

1. EVENTOS RELEVANTES

Distribuição de Dividendos

Em 05 de abril, em Assembléia Geral Ordinária ("AGO"), foi deliberado a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2021, no valor de R\$ 803,2 milhões, equivalente a R\$ 1,40 por ação. Em 29 de dezembro, o Conselho de Administração já tinha aprovado o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP"), no montante de R\$ 454,8 milhões, correspondente a R\$ 0,79 por ação. Com esse montante, os dividendos e JCP somam R\$ 1.258 milhões, correspondente a R\$ 2,19 por ação pagos em 27 de maio.

Desenvolvimento de Projeto de Energia Solar

Em 20 de abril, a Companhia informou o desenvolvimento da usina fotovoltaica Novo Oriente Solar, com capacidade instalada de 254 MWac, em conjunto com a EDP Renováveis S.A., em um co-investimento em partes iguais.

Adesão à Conta de Escassez Hídrica para as Distribuidoras

Em 26 de abril, em reunião de diretoria da ANEEL, foi aprovado o Contrato de Operação de Crédito, elaborado pela CCEE, referente ao Termo de Aceitação da Resolução Normativa 1.008/2022, destinada a cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as distribuidoras. A conta foi instituída pela Medida Provisória nº 1.078/2021, com objetivo de dar liquidez financeira ao setor e aliviar os consumidores dos impactos tarifários no período. O valor total requerido pela EDP foi de R\$ 109,1 milhões, sendo R\$ 59,2 milhões referente à EDP São Paulo ("EDP SP") e R\$ 49,9 milhões à EDP Espírito Santo ("EDP ES").

Entrada em Operação Comercial da EDP Transmissão SP-MG (lote18)

Em 16 de maio, o Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") autorizou a operação comercial das instalações do trecho final da EDP Transmissão SP-MG S.A que possui 740 km de linha. Com a conclusão da entrada em operação, a Companhia passa a receber a Receita Anual Permitida ("RAP") de R\$ 248 milhões¹.

Entrada em Operação Comercial Total da EDP Transmissão Litoral Sul (lote Q)

Em 05 de julho, o ONS autorizou a operação comercial das instalações da EDP Transmissão Litoral Sul, que possui 142 km de linhas de transmissão. Com a conclusão da entrada em operação, a Companhia passa a receber RAP de R\$ 51,4 milhões¹.

Programa de Recompra de Ações

O segundo Programa de Recompra de Ações já realizou 15.287.400 ações até o momento.

Liberações e Captações de Recursos Financeiros

Ao longo do semestre foram desembolsados os seguintes recursos:

Empresa	Fonte	Data da Liberação	Valor (R\$ Mil)
EDP Goiás	Debêntures - 1ª Emissão	jan-22	700.000
EDP Goiás	4131 Scotiabank - SWAP	jan-22	849.870
EDP Goiás	4131 ITAU - SWAP	fev-22	350.000
Subtotal EDP Goiás			1.899.870
EDP Trading	4131 MUFG	mar-22	50.000
Cachoeira Caldeirão	BNDES - Sub C	mar-22	2.600
Total até 31 de Março			1.952.470
EDP Smart Serviços	4131 ITAU - SWAP	abr-22	120.000
Lajeado	Debêntures - 6ª Emissão	mai-22	200.000
EDP São Paulo	Debêntures - 14ª Emissão	mai-22	450.000
EDP Espírito Santo	Debêntures - 12ª Emissão	mai-22	270.000
Total até 30 de Junho			2.992.470

Nota: Na aquisição da EDP Goiás foi utilizada a sub-holding PCH SL como veículo de aquisição

1 RAP Ciclo 2021/2022

Release 2T22



2. CONSOLIDADO

2.1 RESULTADO CONSOLIDADO

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Eliminações	Consolidado ³
	2T22	2T22	2T22	2T22	2T22	2T22	2T22	2T22	2T22
Receita Líquida¹	312.017	285.828	2.213.927	708.313	217.692	799	104.231	(225.371)	3.617.436
Receita de Construção	-	-	351.235	-	130.876	-	-	-	482.111
Margem Construção Transmissoras	-	-	-	-	(34.408)	-	-	-	(34.408)
Gastos Não-Gerenciáveis	(52.863)	(120.420)	(1.330.449)	(647.748)	-	-	(71.682)	224.468	(1.998.694)
Margem Bruta	259.154	165.408	883.478	60.565	183.284	799	32.549	(903)	1.584.334
Gastos Gerenciáveis⁴	(61.709)	(88.882)	(719.086)	(6.001)	(165.220)	(44.551)	(33.163)	(38.612)	(1.158.224)
PMSO	(17.133)	(40.345)	(220.786)	(5.614)	(34.875)	(37.165)	(28.896)	(1.351)	(386.165)
Provisões	(375)	(312)	(51.848)	147	665	(2.838)	(108)	-	(54.669)
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	-	7	(18.232)	-	-	-	-	-	(18.225)
EBITDA	241.646	124.758	592.612	55.098	149.074	(39.614)	3.545	(2.254)	1.124.865
Depreciação e Amortização	(44.201)	(49.232)	(76.985)	(534)	(134)	(4.548)	(4.159)	(37.261)	(217.054)
Resultado das Participações Societárias	22.208	-	-	(11.308)	-	438.134	-	(360.526)	88.508
Resultado Financeiro Líquido	(51.496)	(12.499)	(117.876)	(20.358)	(137.447)	(8.780)	(5.826)	(63.313)	(417.595)
IR e Contribuição Social	(44.527)	(14.493)	(114.094)	(11.590)	(9.661)	(4.081)	219	38.512	(159.715)
Lucro Líquido Antes de Minoritários	123.630	48.534	283.657	11.308	1.832	381.111	(6.221)	(424.842)	419.009
Participações de Minoritários	(38.538)	-	-	-	639	-	-	1	(37.898)
Lucro Líquido do Exercício	85.092	48.534	283.657	11.308	2.471	381.111	(6.221)	(424.841)	381.111

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Eliminações	Consolidado ³
	2T21	2T21	2T21	2T21	2T21	2T21	2T21	2T21	2T21
Receita Líquida¹	306.923	400.466	2.246.505	479.659	144.958	683	43.089	(237.180)	3.385.103
Receita de Construção	-	-	267.261	-	271.514	-	-	-	538.775
Margem Construção Transmissoras	-	-	-	-	17.124	-	-	-	17.124
Gastos Não-Gerenciáveis	(75.493)	(225.804)	(1.682.905)	(458.714)	-	-	(27.392)	235.987	(2.234.321)
Margem Bruta	231.430	174.662	563.600	20.945	162.082	683	15.697	(1.193)	1.167.906
Gastos Gerenciáveis⁴	(54.373)	(88.489)	(598.643)	(7.461)	(278.290)	(28.193)	(16.409)	(11.453)	(1.083.311)
PMSO	(17.931)	(40.530)	(199.918)	(5.605)	(6.571)	(27.350)	(13.576)	42	(311.439)
Provisões	51	(16)	(39.989)	(225)	-	(57)	142	-	(40.094)
Ganhos/Perdas na Desativação/Alienação de Bens	19	36	(21.681)	-	11	4.465	-	-	(17.150)
EBITDA	213.569	134.152	302.012	15.115	155.522	(22.259)	2.263	(1.151)	799.223
Depreciação e Amortização	(36.512)	(47.979)	(69.794)	(1.631)	(216)	(5.251)	(2.975)	(11.495)	(175.853)
Resultado das Participações Societárias	(8.439)	-	-	(4.851)	-	372.649	-	(306.406)	52.953
Resultado Financeiro Líquido	(46.054)	(12.056)	(54.746)	(901)	(20.143)	304	(2.731)	234	(136.093)
IR e Contribuição Social	(41.252)	(11.513)	(58.725)	(4.287)	(47.017)	(953)	359	3.908	(159.480)
Lucro Líquido Antes de Minoritários	81.312	62.604	118.747	3.445	88.146	344.490	(3.084)	(314.910)	380.750
Participações de Minoritários	(31.667)	-	-	-	(4.592)	-	-	-	(36.259)
Lucro Líquido do Exercício	49.645	62.604	118.747	3.445	83.554	344.490	(3.084)	(314.910)	344.491

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Eliminações	Consolidado ³
	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var
Receita Líquida¹	1,7%	-28,6%	-1,5%	47,7%	50,2%	17,0%	141,9%	-5,0%	6,9%
Receita de Construção	n.d.	n.d.	31,4%	n.d.	-51,8%	n.d.	n.d.	n.d.	-10,5%
Margem Construção Transmissoras	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Gastos Não-Gerenciáveis	-30,0%	-46,7%	-20,9%	41,2%	n.d.	n.d.	161,7%	-4,9%	-10,5%
Margem Bruta	12,0%	-5,3%	56,8%	189,2%	13,1%	17,0%	107,4%	-24,3%	35,7%
Gastos Gerenciáveis⁴	13,5%	1,6%	20,1%	-19,6%	-40,6%	58,0%	102,1%	237,1%	6,9%
PMSO	-4,5%	-0,5%	10,4%	0,2%	430,7%	35,9%	112,8%	n.d.	24,0%
Provisões	n.d.	1850,0%	29,7%	n.d.	n.d.	4878,9%	n.d.	n.d.	36,4%
Ganhos/Perdas na Desativação/Alienação de Bens	-100,0%	-80,6%	-15,9%	n.d.	-100,0%	-100,0%	n.d.	n.d.	6,3%
EBITDA	13,1%	-7,0%	96,2%	264,5%	-4,1%	78,0%	56,7%	n.d.	40,7%
Depreciação e Amortização	21,1%	2,6%	10,3%	-67,3%	-38,0%	-13,4%	39,8%	224,1%	23,4%
Resultado das Participações Societárias	n.d.	n.d.	n.d.	133,1%	n.d.	17,6%	n.d.	17,7%	67,1%
Resultado Financeiro Líquido	11,8%	3,7%	115,3%	2159,5%	582,4%	n.d.	113,3%	n.d.	206,8%
IR e Contribuição Social	7,9%	25,9%	94,3%	170,4%	-79,5%	328,2%	-39,0%	885,5%	0,1%
Lucro Líquido Antes de Minoritários	52,0%	-22,5%	138,9%	228,2%	-97,9%	10,6%	101,7%	34,9%	10,0%
Participações de minoritários	21,7%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	4,5%
Lucro Líquido do Exercício	71,4%	-22,5%	138,9%	228,2%	-97,0%	10,6%	101,7%	34,9%	10,6%

¹ Não considera receita de construção. ² Considera consolidado Grid e EDP Varejista. ³ Considera eliminações intragrupo. ⁴ Gastos gerenciáveis contemplam depreciação e amortização.

Release 2T22



Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Eliminações	Consolidado ³
	6M22	6M22	6M22	6M22	6M22	6M22	6M22	6M22	6M22
Receita Líquida¹	632.517	511.144	4.553.484	1.498.912	402.170	2.362	195.515	(471.816)	7.324.288
Receita de Construção	-	-	708.993	-	192.806	-	-	-	901.799
Margem Construção Transmissoras	-	-	-	-	(49.837)	-	-	-	(49.837)
Gastos Não-Gerenciáveis	(104.673)	(158.502)	(2.705.056)	(1.394.379)	-	-	(140.171)	469.739	(4.033.042)
Margem Bruta	527.844	352.642	1.848.428	104.533	352.333	2.362	55.344	(2.077)	3.241.409
Gastos Gerenciáveis⁴	(247.884)	(37.852)	(1.431.860)	(11.780)	(238.625)	(71.228)	(55.285)	(43.680)	(2.138.194)
PMSO	(32.782)	(67.780)	(430.055)	(10.666)	(46.636)	(59.613)	(46.707)	(1.783)	(696.022)
Provisões	(339)	(361)	(105.545)	(8)	1.069	(2.838)	(423)	-	(108.445)
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	-	101	(45.224)	-	-	-	-	-	(45.123)
EBITDA	494.723	284.802	1.267.804	93.859	306.766	(60.089)	8.214	(3.860)	2.391.819
Depreciação e Amortização	(88.161)	(96.414)	(142.043)	(1.106)	(252)	(8.777)	(8.155)	(41.897)	(386.805)
Resultado das Participações Societárias	22.208	-	-	(8.034)	-	983.566	-	(869.295)	128.445
Resultado Financeiro Líquido	(111.758)	(24.322)	(231.703)	(36.073)	(259.991)	7.152	(9.191)	(100.093)	(765.979)
IR e Contribuição Social	(90.470)	(32.273)	(260.738)	(19.184)	(21.393)	(17.943)	(232)	53.873	(388.360)
Lucro Líquido Antes de Minoritários	226.542	131.593	633.120	29.462	25.130	903.909	(9.364)	(961.272)	979.120
Participações de Minoritários	(76.142)	-	-	-	931	-	-	-	(75.211)
Lucro Líquido do Exercício	150.400	131.593	633.120	29.462	26.061	903.909	(9.364)	(961.272)	903.909

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Eliminações	Consolidado ³
	6M21	6M21	6M21	6M21	6M21	6M21	6M21	6M21	6M21
Receita Líquida¹	697.002	789.735	4.354.780	1.356.472	247.024	1.418	83.724	(700.939)	6.829.196
Receita de Construção	-	-	491.783	-	547.763	-	-	-	1.039.546
Margem Construção Transmissoras	-	-	-	-	78.479	-	-	-	78.479
Gastos Não-Gerenciáveis	(185.833)	(452.785)	(3.088.076)	(1.271.648)	-	-	(54.686)	698.823	(4.354.205)
Margem Bruta	511.169	336.950	1.266.684	84.824	325.503	1.418	29.038	(2.116)	2.553.470
Gastos Gerenciáveis⁴	(239.409)	(32.189)	(1.135.552)	(8.823)	(561.151)	(56.874)	(33.213)	(22.441)	(2.089.652)
PMSO	(34.946)	(69.328)	(391.299)	(11.446)	(12.985)	(51.625)	(27.965)	557	(599.037)
Provisões	(425)	(16)	(83.681)	4.769	-	(327)	155	-	(79.525)
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	19	174	(31.703)	-	11	4.465	-	-	(27.034)
EBITDA	475.817	267.780	760.001	78.147	312.529	(46.069)	1.228	(1.559)	1.847.874
Depreciação e Amortização	(71.745)	(95.331)	(137.086)	(2.146)	(414)	(9.387)	(5.403)	(22.998)	(344.510)
Resultado das Participações Societárias	(8.439)	-	-	(21.721)	-	914.201	-	(762.738)	121.303
Resultado Financeiro Líquido	(144.906)	(36.136)	(108.460)	(999)	(34.102)	(18.081)	(3.722)	331	(346.075)
IR e Contribuição Social	(78.039)	(23.785)	(168.747)	(25.482)	(84.221)	(392)	307	7.819	(372.540)
Lucro Líquido Antes de Minoritários	172.688	112.528	345.708	27.799	193.792	840.272	(7.590)	(779.145)	906.052
Participações de Minoritários	(58.728)	-	-	-	(7.052)	-	-	-	(65.780)
Lucro Líquido do Exercício	113.960	112.528	345.708	27.799	186.740	840.272	(7.590)	(779.145)	840.272

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Eliminações	Consolidado ³
	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var
Receita Líquida¹	-9,3%	-35,3%	4,6%	10,5%	62,8%	66,6%	133,5%	-32,7%	7,2%
Receita de Construção	n.d.	n.d.	44,2%	n.d.	-64,8%	n.d.	n.d.	n.d.	-13,3%
Margem Construção Transmissoras	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Gastos Não-Gerenciáveis	-43,7%	-65,0%	-12,4%	9,7%	n.d.	n.d.	156,3%	-32,8%	-7,4%
Margem Bruta	3,3%	4,7%	45,9%	23,2%	8,2%	66,6%	90,6%	-1,8%	26,9%
Gastos Gerenciáveis⁴	3,5%	17,6%	26,1%	33,5%	-57,5%	25,2%	66,5%	94,6%	2,3%
PMSO	-6,2%	-2,2%	9,9%	-6,8%	259,2%	15,5%	67,0%	n.d.	16,2%
Provisões	-20,2%	2156,3%	26,1%	n.d.	n.d.	767,9%	n.d.	n.d.	36,4%
Ganhos/Perdas na Desativação/ Alienação de Bens	-100,0%	-42,0%	42,6%	n.d.	-100,0%	-100,0%	n.d.	n.d.	66,9%
EBITDA	4,0%	6,3%	66,8%	20,1%	-1,8%	30,4%	568,9%	n.d.	29,4%
Depreciação e Amortização	22,9%	1,1%	3,6%	-48,5%	-39,1%	-6,5%	50,9%	82,2%	12,3%
Resultado das Participações Societárias	n.d.	n.d.	n.d.	-63,0%	n.d.	7,6%	n.d.	14,0%	5,9%
Resultado Financeiro Líquido	-22,9%	-32,7%	113,6%	3510,9%	662,4%	n.d.	146,9%	n.d.	121,3%
IR e Contribuição Social	15,9%	35,7%	54,5%	-24,7%	-74,6%	4477,3%	n.d.	589,0%	4,2%
Lucro Líquido Antes de Minoritários	31,2%	16,9%	83,1%	6,0%	-87,0%	7,6%	23,4%	23,4%	8,1%
Participações de minoritários	29,7%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	14,3%
Lucro Líquido do Exercício	32,0%	16,9%	83,1%	6,0%	-86,0%	7,6%	23,4%	23,4%	7,6%

2.1.1 MARGEM BRUTA

Itens em R\$ Mil ou %	Consolidado					
	2T22	2T21	Var	6M22	6M21	Var
Receita Operacional Líquida	3.583.028	3.402.227	5,3%	7.274.451	6.907.675	5,3%
Gastos Não Gerenciáveis	(1.998.694)	(2.234.321)	-10,5%	(4.033.042)	(4.354.205)	-7,4%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.592.270)	(1.806.074)	-11,8%	(3.311.889)	(3.469.467)	-4,5%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(303.821)	(323.334)	-6,0%	(610.697)	(646.351)	-5,5%
Outros	(102.603)	(104.913)	-2,2%	(110.456)	(238.387)	-53,7%
Margem Bruta	1.584.334	1.167.906	35,7%	3.241.409	2.553.470	26,9%

Nota: Margem Bruta desconsidera Receita de Construção.

A Margem Bruta aumentou 35,7% no trimestre, decorrente de:

Release 2T22

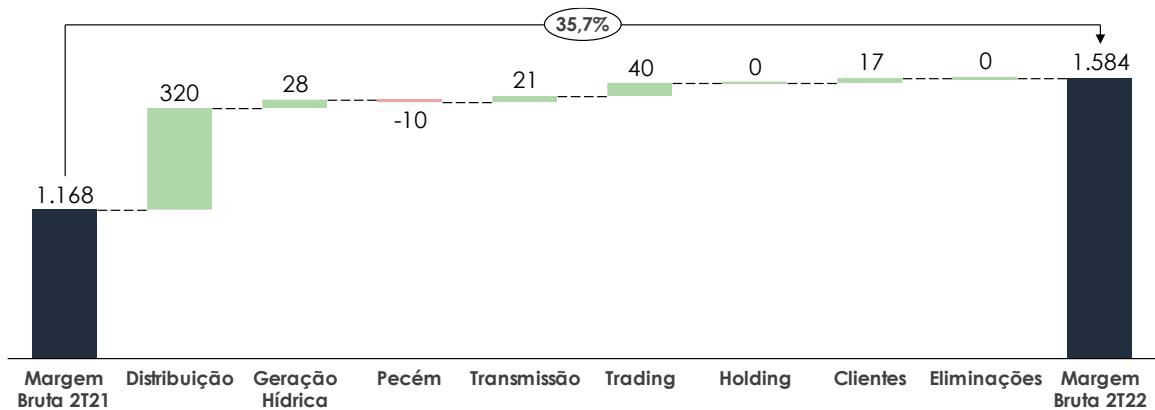


- (i) **Distribuição:** aumento de R\$ 319,9 milhões, decorrente principalmente de: (i) reajustes tarifa decorrente dos reajustes tarifários ocorridos em 2021 na EDP SP e na EDP ES; (ii) maior reconhecimento do valor novo de reposição ("VNR"), resultando em +R\$ 79,7 milhões; (iii) crescimento do mercado de energia distribuída em 3,0%; e (iv) outras receitas;
- (ii) **Hídrica:** aumento de R\$ 27,7 milhões, reflexo dos reajustes anuais dos contratos, além do menor custo com compra de energia, decorrente das condições mais favoráveis de hidrologia, com aumento dos níveis dos reservatórios. Além disso, a estratégia de sazonalização da Companhia contribuiu para o resultado do período, com maior alocação de energia no segundo semestre;
- (iii) **Pecém:** redução de R\$ 9,3 milhões, em função da contabilização da venda de carvão, a fim de mitigar o risco de consumo do estoque futuro;
- (iv) **Transmissão:** aumento de R\$ 21,2 milhões, decorrente dos efeitos de atualização dos ativos de concessão e do impacto positivo da incorporação da EDP Goiás, ocorrida em fevereiro;
- (v) **Trading:** aumento de R\$ 39,6 milhões, decorrente da melhora do cenário hidrológico, gerando antecipação das flutuações de preços e refletindo no aumento do volume de venda; e
- (vi) **Cliente:** aumento de R\$ 16,9 milhões, decorrente da entrada em operação dos projetos de energia fotovoltaica, além do aumento dos contratos na Varejista.

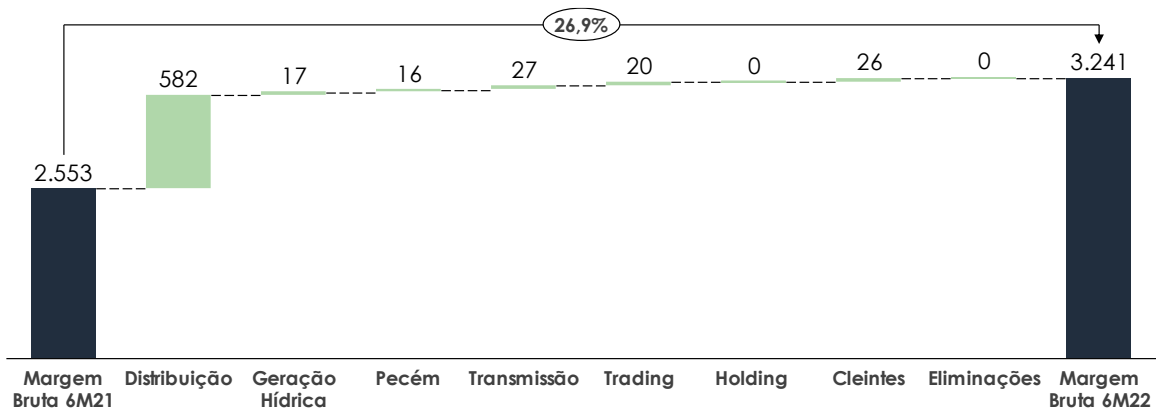
A Margem Bruta aumentou 26,9% no semestre, decorrente de:

- (vii) **Distribuição:** aumento de R\$ 581,7 milhões, decorrente principalmente de: (i) efeito tarifa, conforme já mencionado; (ii) maior reconhecimento do VNR, resultando em +R\$ 126,1 milhões; (iii) crescimento do mercado de energia distribuída em 2,4%; e (iv) outras receitas;
- (viii) **Hídrica:** aumento de R\$ 16,7 milhões, reflexo dos efeitos já mencionados, minimizado pela contabilização ocorrida em 2021 do complemento da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), que possibilitou o incremento de R\$ 23,3 milhões;
- (ix) **Pecém:** aumento de R\$ 15,7 milhões, decorrente do reajuste anual dos contratos, ocorrido em novembro, além dos efeitos mencionados no trimestre;
- (x) **Transmissão:** aumento de R\$ 26,8 milhões, decorrente dos efeitos já mencionados;
- (xi) **Trading:** aumento de R\$ 19,7 milhões, decorrente dos efeitos já mencionados; e
- (xii) **Cliente:** aumento de R\$ 26,3 milhões, decorrente dos efeitos já mencionados.

Formação da Margem Bruta 2T22 (R\$ milhões)



Formação da Margem Bruta 6M22 (R\$ milhões)



Nota: A Margem Bruta da Transmissão refere-se a Receita com a Remuneração do Ativo de Concessão.

Release 2T22



2.1.2 GASTOS GERENCIÁVEIS

No segundo trimestre, a Companhia manteve sua trajetória de eficiência e gerenciamento de gastos, refletindo no aumento do PMSO recorrente em 9,9% e de 6,7%, no trimestre e no semestre, respectivamente, abaixo da inflação (IPCA: 11,9% e IGP-M: 10,7%) dos últimos 12 meses.

	2T22	2T21	Var	6M22	6M21	Var
PMSO	(386.165)	(311.439)	24,0%	(696.022)	(599.037)	16,2%
Contabilização do IFRS 16 (aluguéis)	(7.312)	(6.953)	5,2%	(13.481)	(14.844)	-9,2%
Novos Negócios ¹	51.976	18.919	174,7%	80.203	36.010	122,7%
Custos com Receita Associada	14.407	3.131	360,2%	18.912	7.896	139,5%
Manutenção Preventiva Pecém	21.709	18.207	19,2%	31.437	26.818	17,2%
Crédito de PIS/COFINS Pecém	(1.855)	(1.606)	15,5%	(3.060)	(2.669)	14,6%
PMSO recorrente	(307.239)	(279.741)	9,8%	(582.011)	(545.826)	6,6%

¹ Transmissão, EDP Varejista, EDP Ventures, EDP GRID e Soluções.

Itens em R\$ mil ou %	EDP Goiás	
	2T22	6M22
Pessoal	(21.590)	(24.597)
Material	(369)	(533)
Serviços de Terceiros	(4.770)	(6.328)
Outros	(480)	(1.590)
Total PMSO	(27.209)	(33.048)

O PMSO da EDP Goiás foi de 27,2 milhões e de 33,0 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente. No trimestre e no semestre, destaca-se o efeito não recorrente de rescisões e do plano de demissão voluntário no valor de R\$ 13,4 milhões. Se excluirmos esse efeito, o valor recorrente de PMSO é de R\$ 13,8 milhões e de R\$ 19,6 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente.

Itens em R\$ Mil ou %	Consolidado					
	2T22	2T21	Var	6M22	6M21	Var
Pessoal	(178.557)	(138.867)	28,6%	(329.243)	(269.458)	22,2%
Material	(32.735)	(19.074)	71,6%	(48.832)	(34.543)	41,4%
Serviços de Terceiros	(148.252)	(126.924)	16,8%	(262.854)	(242.826)	8,2%
Provisões	(54.669)	(40.094)	36,4%	(108.445)	(79.525)	36,4%
Outros	(26.621)	(26.574)	0,2%	(55.093)	(52.210)	5,5%
Total PMSO com Provisões	(440.834)	(351.533)	25,4%	(804.467)	(678.562)	18,6%
Total PMSO (excluindo Provisões)	(386.165)	(311.439)	24,0%	(696.022)	(599.037)	16,2%
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	(18.225)	(17.150)	6,3%	(45.123)	(27.034)	66,9%
Custo com Construção da Infraestrutura	(482.111)	(538.775)	-10,5%	(901.799)	(1.039.546)	-13,3%
Depreciação e Amortização	(217.054)	(175.853)	23,4%	(386.805)	(344.510)	12,3%
Gastos Gerenciáveis	(1.158.224)	(1.083.311)	6,9%	(2.138.194)	(2.089.652)	2,3%

Os principais itens que influenciaram no aumento de PMSO, no trimestre e semestre foram:

- (i) Pessoal – aumento R\$ 39,7 milhões no trimestre e de R\$ 59,8 milhões no semestre, decorrente da incorporação da EDP Goiás e do reajuste anual de remuneração, conforme acordo coletivo realizado em novembro de 2021. Além disso, a rubrica foi impactada pelo maior número de horas extras;
- (ii) Material – aumento de R\$ 13,7 milhões no trimestre e de R\$ 14,3 milhões no semestre, decorrente do aumento de gastos no projeto de desenvolvimento do Hidrogênio Verde, além do aumento de gastos com combustíveis. Adicionalmente, no semestre houve impacto em EPIs;
- (iii) Serviços de Terceiros – aumento de R\$ 21,3 milhões no trimestre e de R\$ 20,0 milhões no semestre, reflexo das ações de combate às perdas nas distribuidoras e da manutenção programada em Pecém, além dos maiores gastos com Consultoria e Publicidade realizados no semestre; e
- (iv) Outros – aumento de R\$ 0,2 milhão no trimestre e de R\$ 3,0 milhões no semestre, decorrente do aumento em aluguéis.

A conta de **Provisões** aumentou 36,4% e 36,4%, no trimestre e no semestre, respectivamente, principalmente na rubrica de PECLD, detalhado no capítulo de distribuição.

A conta de **Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens**, aumentou R\$ 1,1 milhão e R\$ 18,1 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente da intensificação do plano de investimentos nas distribuidoras.

A conta de **Depreciação e Amortização** aumentou 23,4% e 12,2%, no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente da extensão do aumento do prazo de concessão das geradoras, conforme repactuação do GSF no ACL.

Release 2T22



2.1.3. RESULTADO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

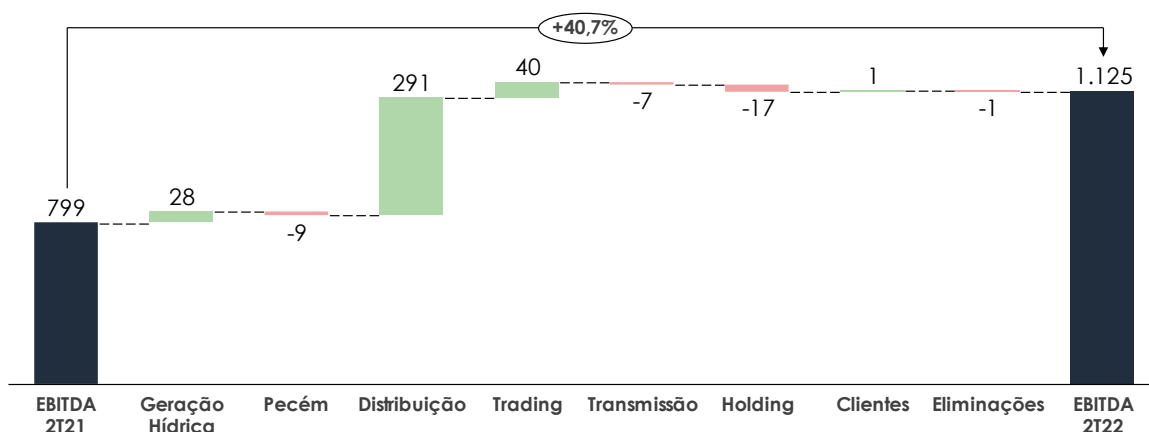
Itens em R\$ Mil ou %	2T22	2T21	Var	6M22	6M21	Var
Santo Antônio do Jari (50%) ¹	17.070	2.845	500,0%	33.052	9.938	232,6%
Cachoeira Caldeirão (50%) ¹	(1.064)	(5.250)	n.d.	(936)	(8.898)	-89,5%
São Manoel (33,33%) ¹	(5.449)	(4.480)	21,6%	(9.908)	(9.478)	4,5%
Celesc (29,90%) ¹	77.614	59.540	30,4%	103.966	129.391	-19,6%
Outros ²	337	298	n.d.	2.271	350	549,0%
Resultado das Participações Societárias	88.508	52.953	67,1%	128.445	121.303	5,9%

¹ Considera participação dos ativos e no caso da Celesc, a equivalência patrimonial utiliza as demonstrações financeiras com defasagem de um trimestre em relação à data apresentada das demonstrações financeiras da Companhia; ² Considera equivalência de Pecém TM, Pecém OM e Mabe.

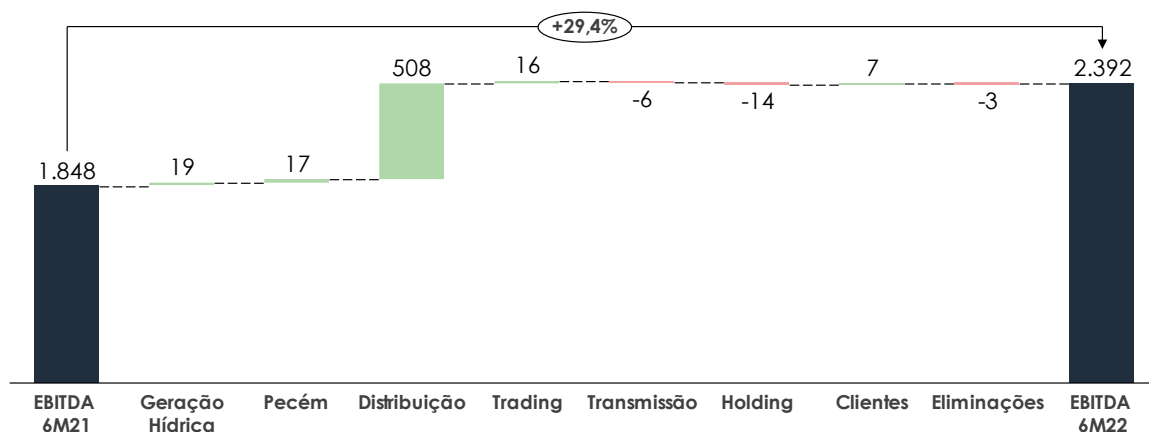
O aumento do Resultado das Participações Societárias, tanto no trimestre quanto no semestre, reflete o maior resultado em Jari, Celesc e Cachoeira Caldeirão. Na Celesc, o aumento do resultado no trimestre reflete a melhora operacional gerada pela expansão do número de clientes e redução das perdas, além da revisão tarifária ocorrida em 2021. No semestre, o resultado da Celesc reduziu decorrente do efeito positivo contabilizado no 4T20, conforme comentado no trimestre anterior. Os resultados das participações societárias de Jari, Cachoeira Caldeirão e São Manoel serão detalhados no capítulo de Ativos Não Consolidados.

2.1.4 EBITDA

Formação do EBITDA 2T22 (R\$ milhões)



Formação do EBITDA 6M22 (R\$ milhões)



Nota: A contabilização do resultado do segmento de Transmissão está de acordo com o ICPC 01, IFRIC12

O EBITDA foi de R\$ 1,1 bilhão e de R\$ 2,4 bilhões, aumento de 40,7% e de 29,4%, no trimestre e no semestre, respectivamente, conforme efeitos mencionados anteriormente.

Release 2T22



Itens em R\$ Mil ou %	2T22	2T21	Var	6M22	6M21	Var
EBITDA	1.124.865	799.223	40,7%	2.391.819	1.847.874	29,4%
Atualização do ativo financeiro indenizável - VNR	(128.220)	(48.463)	164,6%	(247.602)	(121.476)	103,8%
EBITDA Societário Transmissão (IFRS)	(149.074)	(155.522)	-4,1%	(306.766)	(312.529)	-1,8%
EBITDA Regulatório Transmissão	96.122	22.647	324,4%	168.950	33.281	407,7%
Prêmio de risco GSF - Extensão da concessão	-	-	n.d.	-	(23.296)	n.d.
EBITDA Ajustado	943.693	617.885	52,7%	2.006.401	1.423.854	40,9%
Resultado das Participações Societárias	88.508	52.953	67,1%	128.445	121.303	5,9%
EBITDA conforme "Instrução CVM 527"	1.213.373	852.176	42,4%	2.520.264	1.969.177	28,0%

Nota: O Ebitda Regulatório pode sofrer alteração decorrente de ajustes de PIS/COFINS

O EBITDA ajustado, pelos efeitos não recorrentes e não caixa, foi de R\$ 943,7 milhões e de R\$ 2,0 bilhões, aumento de 52,7% e de 40,9%, no trimestre e no semestre, respectivamente. Conforme instrução CVM 527, o EBITDA foi de R\$ 1,2 bilhão e de R\$ 2,5 bilhões, no trimestre e no semestre, respectivamente.

2.1.5. RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ mil)	Consolidado					
	2T22	2T21	Var	6M22	6M21	Var
Receita Financeira	239.946	80.009	199,9%	396.719	163.413	142,8%
Juros e variações monetárias	156.500	71.157	119,9%	306.630	149.798	104,7%
Operações de swap e hedge	24.090	(38.441)	n.d.	30.539	-	n.d.
Variações em moeda estrangeira	70.492	24.786	n.d.	81.536	24.786	n.d.
Ajustes a Valor Presente	156	31	403,2%	395	279	41,6%
(-) Juros capitalizados	(169)	26.488	n.d.	(256)	(4.774)	-94,6%
(-) Tributos sobre Receitas Financeiras	(13.659)	(4.715)	189,7%	(26.943)	(8.757)	207,7%
Outras Receitas Financeiras	2.536	703	260,7%	4.818	2.081	131,5%
Despesa Financeira	(657.541)	(216.102)	204,3%	(1.162.698)	(509.488)	128,2%
Encargos de Dívidas	(556.207)	(129.891)	328,2%	(945.318)	(254.347)	271,7%
Juros e variações monetárias	(92.193)	(72.348)	27,4%	(199.526)	(222.144)	-10,2%
Variações em moeda estrangeira	(369)	5.353	n.d.	(369)	(5.670)	-93,5%
Operações de swap e hedge	597	(11.420)	n.d.	-	(11.420)	n.d.
Ajustes a Valor Presente	(469)	36	n.d.	(1.243)	(384)	223,7%
(-) Juros capitalizados	-	202	-100,0%	-	986	n.d.
Outras Despesas Financeiras	(8.900)	(8.034)	10,8%	(16.242)	(16.509)	-1,6%
Total	(417.595)	(136.093)	206,8%	(765.979)	(346.075)	121,3%

A Receita Financeira aumentou 199,9% no trimestre e 142,8% no semestre, em decorrência de:

- Aumento de juros e variações monetárias, resultante de: (i) Maior renda de aplicações financeiras, em função do aumento do CDI; (ii) Aumento Juros e Multa sobre tributos, referente a atualização monetária do saldo de ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS; e (iii) Redução em Ativos e Passivos Setoriais reflexo do aumento da taxa Selic; e
- Aumento na rubrica de Operações de Swap e Hedge e Variação em Moeda Estrangeira decorrente principalmente das dívidas em moeda estrangeira captadas no semestre, do impacto da variação dos swaps, decorrente da mudança de indexador (IPCA para CDI), das debêntures da EDP SP e EDP ES e do reflexo do aumento das taxas de juros.

A Despesa Financeira aumentou 204,3% e 128,2%, no trimestre e no semestre, em decorrência de:

- Aumento dos encargos de dívidas, reflexo do aumento dos indexadores atreladas às dívidas, principalmente na rubrica de debêntures (CDI, IPCA e TJLP) nos segmentos de distribuição e transmissão, além do aumento de saldo de dívida, decorrente de novas captações.

Release 2T22



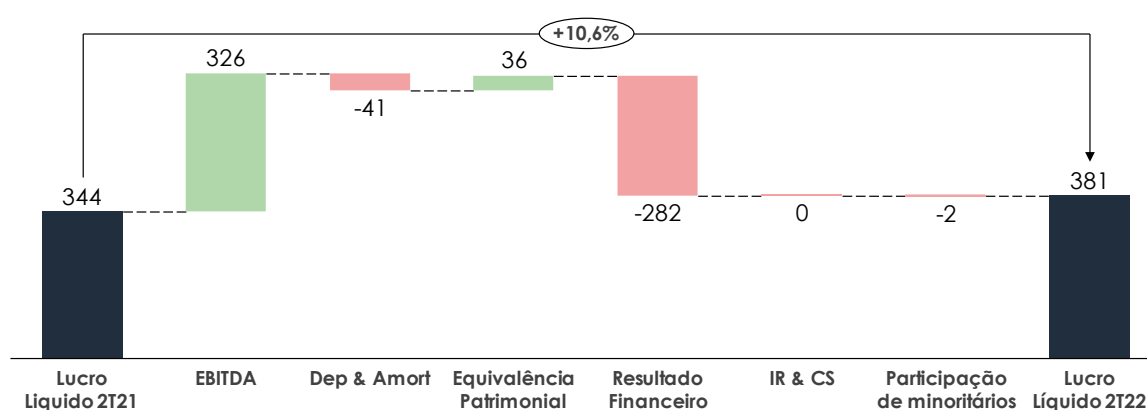
2.1.6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR/CS)

	2T22	2T21	Var	6M22	6M21	Var
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	578.724	540.230	7,1%	1.367.480	1.278.592	7,0%
Alíquota	34%	34%		34%	34%	
IR/CS	(196.766)	(183.678)	7,1%	(464.943)	(434.721)	7,0%
Adições/Exclusões						
Doações	(1.325)	(1.298)	2,1%	(1.449)	(1.615)	-10,3%
Impostos Diferidos N.Reconhecidos / (Adição)/reversão de diferenças perm.	910	(12.894)	-107,1%	2.025	(30.358)	-106,7%
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	4.172	-	n.d	4.849	28.895	-83,2%
Ajuste de Lucro Presumido	(6.835)	(1.750)	290,6%	(8.565)	(20.845)	-58,9%
Resultados de Equivalência Patrimonial	30.091	18.004	67,1%	43.671	41.243	5,9%
Juros sobre capital próprio	(4.259)	-	n.d	(7.754)	-	n.d
Incentivos Fiscais (SUDAM / SUDENE/Outros)	15.117	23.676	-36,2%	45.923	47.119	-2,5%
Outras	(820)	(1.540)	-46,8%	(2.117)	(2.258)	-6,2%
Total	(159.715)	(159.480)	0,1%	(388.360)	(372.540)	4,2%
Alíquota Efetiva	27,6%	29,5%	-1,9%	28,4%	29,1%	-0,7%

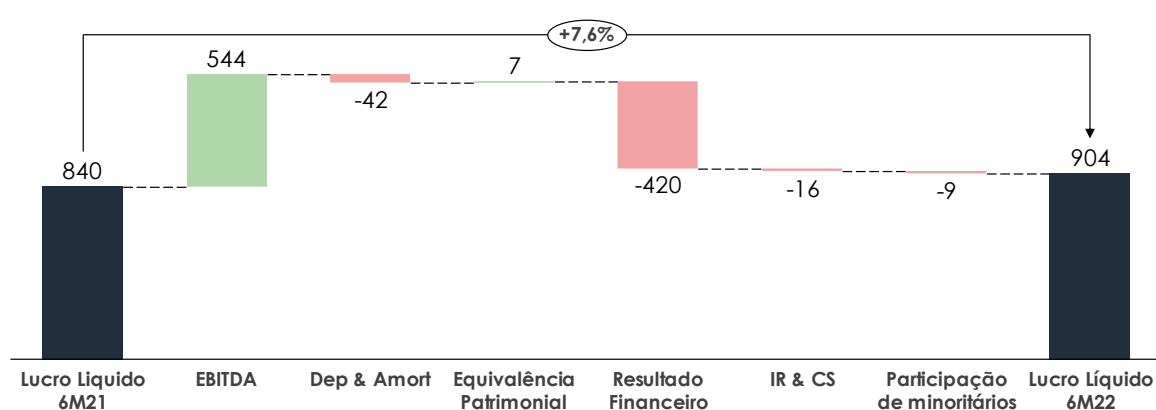
O IR/CS foi de R\$ 159,7 milhões no trimestre, em linha com o período homólogo. No semestre, o IR/CS foi de R\$ 388,4 milhões, aumento de 4,2%, decorrente do aumento do resultado entre os períodos, além das adições e exclusões à base de cálculo, conforme efeitos: (i) impostos diferidos não constituídos referente a prejuízos fiscais na Holding; e (ii) ajustes de lucro presumido, refletindo alterações dos regimes tributários das transmissoras, contabilizados no 1T21, minimizado pelos ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores.

2.1.7. LUCRO LÍQUIDO

Formação do Lucro Líquido 2T22 (R\$ milhões)



Formação do Lucro Líquido 6M22 (R\$ milhões)



O Lucro Líquido foi de R\$ 381,1 milhões e de R\$ 903,9 milhões, aumento de 10,6% e de 7,6%, no trimestre e no semestre, respectivamente. O Lucro Líquido ajustado foi de R\$ 369,9 milhões e de R\$ 755,9 milhões, aumento de 60,5% e de 37,1%, no trimestre e no semestre, respectivamente.

Release 2T22



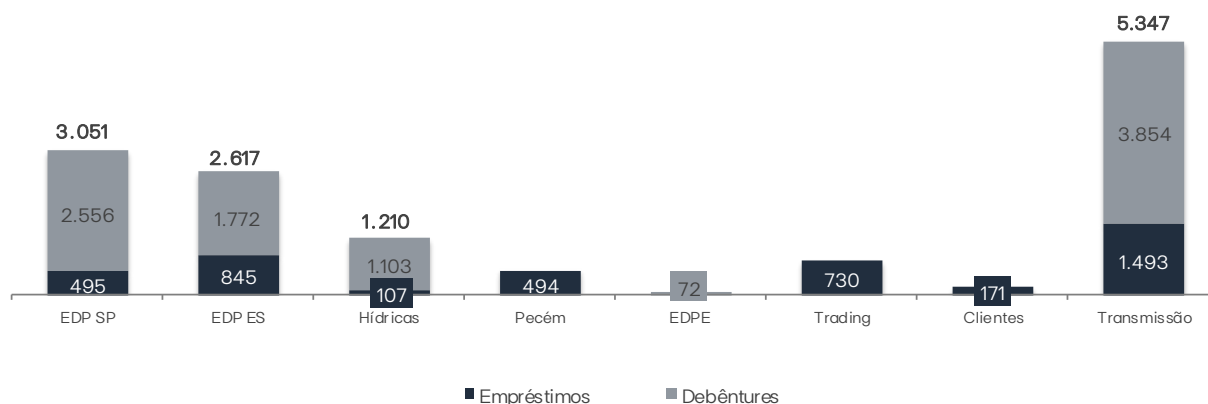
Itens em R\$ Mil ou %	2T22	2T21	Var	6M22	6M21	Var
Lucro	381.111	344.491	10,6%	903.909	840.272	7,6%
Atualização do ativo financeiro indenizável - VNR	(84.625)	(31.986)	164,6%	(163.417)	(80.175)	103,8%
Lucro Transmissão (IFRS)	(2.471)	(84.449)	-97,1%	(26.061)	(187.635)	-86,1%
Lucro Regulatório Transmissão	39.307	2.417	1526,1%	4.950	(5.884)	-184,1%
Prêmio de risco GSF - Extensão da concessão	-	-	n.d.	-	(15.375)	-100,0%
Lucro Líquido Ajustado	333.322	230.473	44,6%	719.381	551.203	30,5%

2.2. ENDIVIDAMENTO

2.2.1. DÍVIDA BRUTA

A Companhia finalizou o trimestre com Dívida Bruta de R\$ 13,3 bilhões, desconsiderando as dívidas dos ativos não consolidados, que representaram R\$ 1,3 bilhão. A fim de minimizar a volatilidade proveniente de ano eleitoral, a Companhia optou por antecipar a maioria das necessidades de capital. As principais captações feitas no período estão disponíveis no anexo IX.

Dívida Bruta por empresa (R\$ milhões)

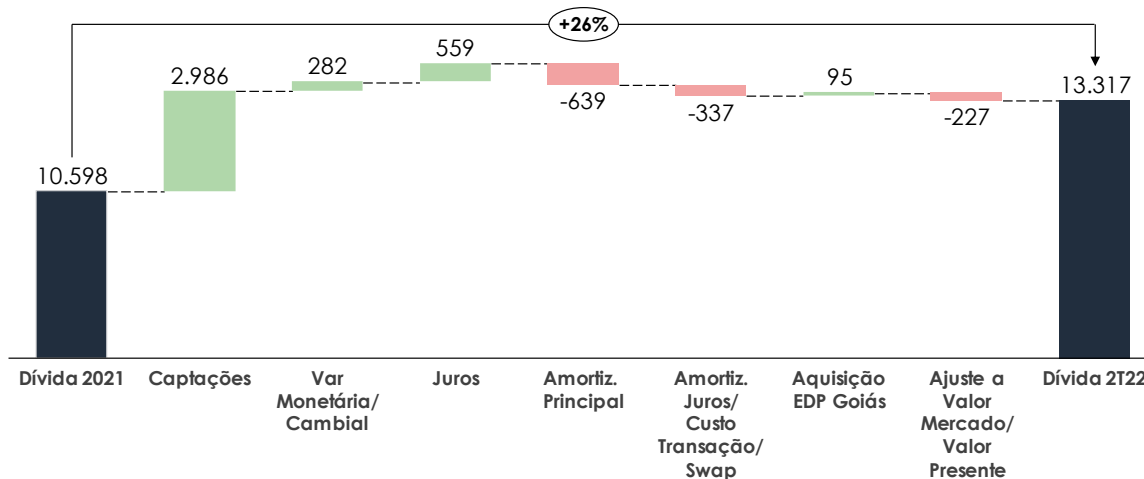


Nota: Não considera eliminações intragrupo de R\$ 375 milhões (considera os contratos de mútuo intragrupo e as ações preferenciais da Investco classificadas como dívida).

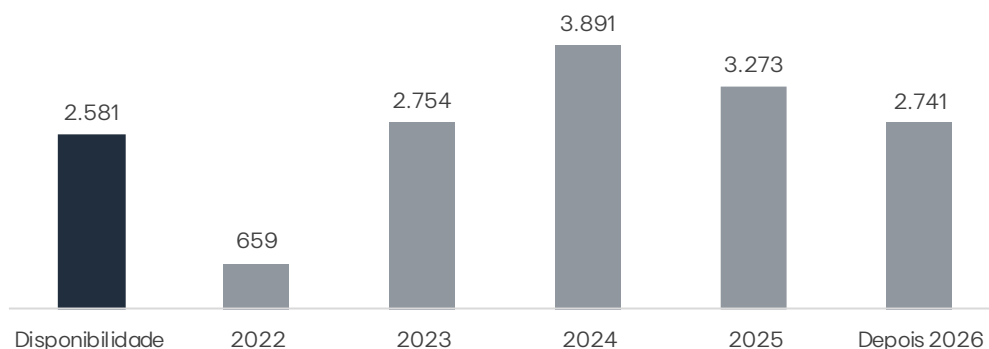
No semestre as duas principais captações realizadas foram para a aquisição da EDP Goiás. No trimestre, foram realizadas captações para reforço de caixa das distribuidoras.

As amortizações de Principal e Juros referem-se a: (i) BNDES nas distribuidoras e Pecém; (ii) 5ª, 7ª, 8ª, 10ª e 11ª Emissões de Debêntures da EDP Espírito Santo; (iii) 7ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª e 13ª Emissões de Debêntures da EDP SP; (iv) 4ª e 5ª Emissões de Debêntures na Holding; (v) Cédula de Crédito Bancário na EDP Grid; (vi) 2ª, 3ª e 4ª Emissões de Debêntures da Enerpeixe; (vii) Cédula de Crédito Bancário na Trading; (viii) 1ª Emissão de Debêntures da EDP Transmissão Aliança SC; (ix) 3ª Emissão de Debêntures da EDP Transmissão SP-MG; (x) 2ª, 3ª e 5ª Emissões de Debêntures da Lajeado Energia (xi) 1ª Emissão de Notas Promissórias da Energest.

Composição da Dívida Bruta Consolidada 2T22 (R\$ milhões)

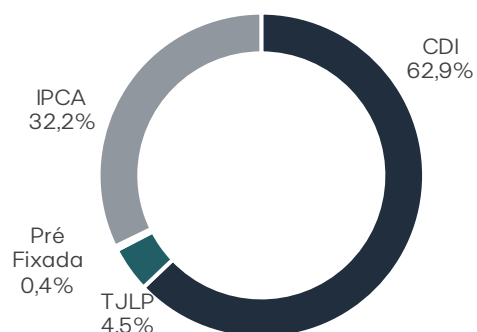


Nota: Captações consideram os custos de transação com a emissão de debêntures.

Cronograma de Vencimento da Dívida¹ (R\$ milhões)Nota: ¹Valores consideram principal + encargos + resultados de operações de hedge

O custo médio da dívida encerrou o trimestre em 12,0% a.a., em comparação aos 9,3% a.a. no final de 2021, levando em consideração os juros capitalizados das dívidas e os encargos incorridos. A variação do custo médio é reflexo do aumento do IPCA² e do CDI³. O prazo médio da dívida atingiu 3,1 anos. Considerando as dívidas das empresas que a Companhia detém participação, o prazo médio seria de 3,5 anos e o custo médio seria de 11,8% a.a..

Dívida Bruta por Indexador em 30/06/2022



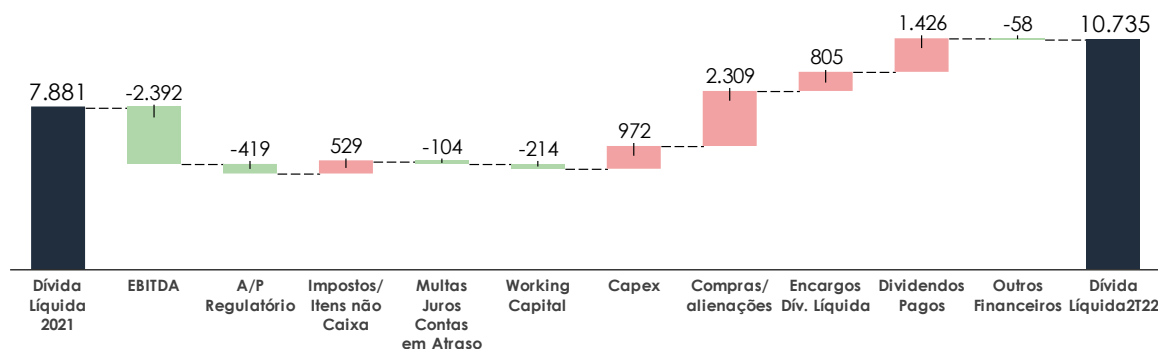
Nota: Inseridos no CDI estão consideradas as captações em dólar com swap para CDI.

2.2.2 FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL, DÍVIDA LÍQUIDA E ALAVANCAGEM

A Dívida Líquida, considerando a geração operacional e os dispêndios de caixa no período, foi de R\$ 10,7 bilhões, aumento de 36,5% em relação ao saldo de 2021.

No semestre, a Companhia captou R\$ 3,0 bilhões, referentes às operações já mencionadas no capítulo Eventos Relevantes.

Evolução da Dívida Líquida (R\$ milhões)



A relação Dívida Líquida/EBITDA dos ativos consolidados foi de 2,2 vezes e de 2,3 vezes considerando a participação em Jari, Cachoeira Caldeirão e São Manoel. Excluindo os efeitos não caixa dos últimos 12 meses, a relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado seria de 2,6 vezes.

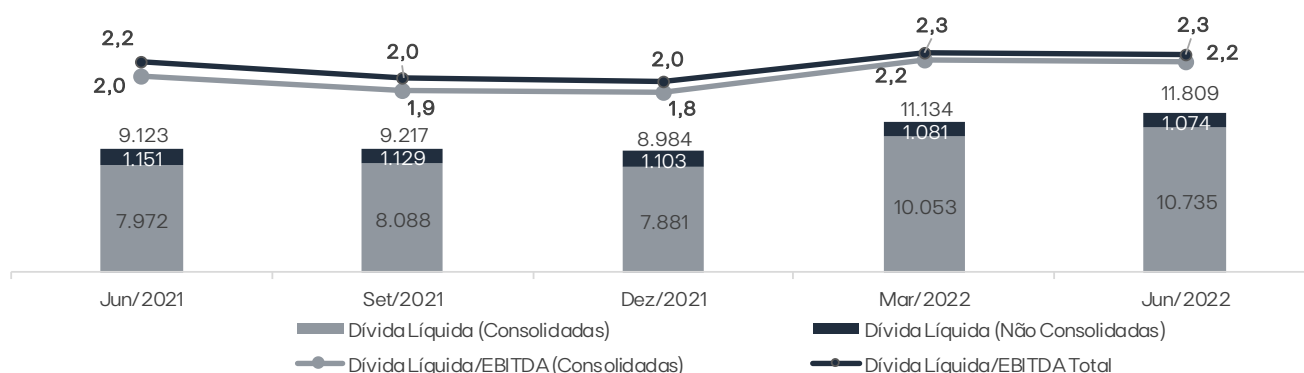
² IPCA acumulado nos últimos 12 meses até junho de 2022 foi de 11,89% versus 10,06% em dezembro de 2021.

³ CDI acumulado nos últimos 12 meses até junho de 2022 foi de 8,69% versus 4,42% em dezembro de 2021.

Release 2T22



Evolução da Dívida Líquida/EBITDA (R\$ milhões)



Nota: Considera proporção da participação detida pela EDP nos projetos não consolidados. O caixa considera disponibilidade e títulos e valores mobiliários.

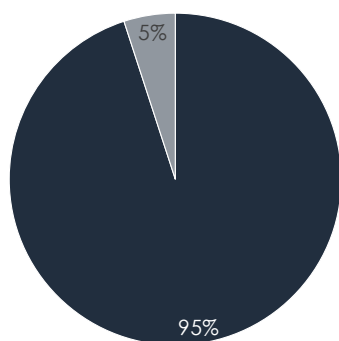
2.3. VARIAÇÃO DO IMOBILIZADO

Total						
Variação do Imobilizado (R\$ mil)	2T22	2T21	Var	6M22	6M21	Var
Distribuição	351.235	267.261	31,4%	708.993	491.783	44,2%
EDP São Paulo	179.407	123.122	45,7%	378.289	220.222	71,8%
EDP Espírito Santo	171.828	144.139	19,2%	330.704	271.561	21,8%
Geração	20.070	9.336	115,0%	31.138	20.028	55,5%
Enerpeixe	229	270	-15,2%	983	408	140,9%
Energest	346	1.330	-74,0%	493	1.703	-71,0%
Lajeado / Investco	137	533	-74,3%	333	631	-47,2%
Pecém	19.358	7.203	168,7%	29.329	17.287	69,7%
Transmissão	130.876	271.514	-51,8%	192.806	547.763	-64,8%
Solar	21.241	8.258	157,2%	27.800	18.166	53,0%
Outros	4.283	22.176	-80,7%	10.531	24.450	-56,9%
Total	527.705	578.545	-8,8%	971.268	1.102.190	-11,9%
Geração não consolidado	1.204	(514)	n.d.	2.204	437	404,4%
Total	528.909	578.032	-8,5%	973.472	1.102.627	-11,7%

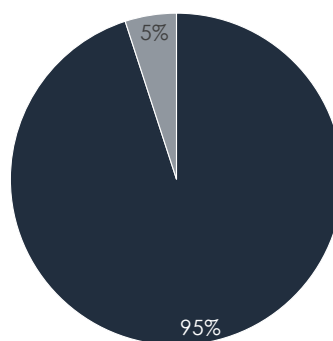
Os investimentos totalizaram R\$ 527,7 milhões e R\$ 971,3 milhões, redução de 8,8% e de 11,9%, no trimestre e no semestre, respectivamente, resultante da entrada em operação dos lotes de Transmissão.

Na Distribuição, os investimentos totalizaram R\$ 351,2 milhões e 709,0 milhões, aumento de 31,4% e de 44,2%, no trimestre e no semestre, respectivamente, em função do reforço dos investimentos para as obras de expansão, melhoria da rede, projetos relacionados ao combate as perdas e telecomunicações. Os principais investimentos foram direcionados à expansão do sistema elétrico, melhoria da rede e indicadores de continuidade de fornecimento, projetos de combate as perdas e investimentos em telecomunicações.

EDP SP 6M22



EDP ES 6M22



■ CAPEX Elétrico (BRR) ■ CAPEX Não Elétrico

Na Geração, os investimentos apresentaram aumento de R\$ 10,7 milhões e R\$ 11,1 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente do cronograma de execução de projetos, com destaque para o projeto de hidrogênio verde, renovação da licença de operação e demais manutenções programadas ocorridas em Pecém.

Release 2T22



Na Transmissão, os investimentos reduziram 51,8% e 64,8%, no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente da conclusão das obras de transmissão entre os períodos. No semestre, foram concluídas as obras da EDP Transmissão Aliança SC, da EDP Transmissão SP-MG e da EDP Transmissão Litoral Sul.

Variação do Imobilizado (R\$ mil)						
Linhas de Transmissão (Lote)	2T22	2T21	Var	6M22	6M21	Var
EDP Transmissão + EDP Transmissão MA I + EDP Transmissão MA II	-	6.974	-100,0%	-	30.342	-100,0%
Mata Grande Transmissão de Energia	14.767	19.180	-23,0%	27.202	19.180	41,8%
EDP Transmissão Aliança SC	2.291	86.149	-97,3%	11.861	207.983	-94,3%
EDP Transmissão SP-MG	59.830	118.674	-49,6%	63.358	225.670	-71,9%
EDP Transmissão Norte	4.173	-	n.d.	6.518	-	n.d.
EDP Transmissão Goiás	22.109	-	n.d.	24.095	-	n.d.
EDP Transmissão Litoral Sul	27.706	40.537	-31,7%	59.772	64.588	-7,5%
Total	130.876	271.514	-51,8%	192.806	547.763	-64,8%

Nota: Em 28 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu a alienação de 100% do capital social dos ativos EDP Transmissão S.A. ("Lote 24"), EDP Maranhão I S.A. ("Lote 7") e EDP Maranhão II S.A. ("Lote 11"), conforme Plano Estratégico da Companhia no período de 2021-2025

No segmento Solar, os investimentos aumentaram R\$ 13,0 milhões e R\$ 9,6 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente do cronograma de execução dos projetos.

A rubrica de investimentos também foi impactada pela construção da nova sede, concluída em 2021, além de novos projetos de eficiência energética, tecnologia e desenvolvimento de novos negócios.

3. DESEMPENHO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

3.1. DISTRIBUIÇÃO

3.1.2. RESULTADO

Itens em R\$ mil ou %	EDP São Paulo			EDP Espírito Santo			Consolidado		
	2T22	2T21	Var	2T22	2T21	Var	2T22	2T21	Var
Receita Operacional Líquida	1.197.817	1.262.818	-5,1%	1.016.110	983.687	3,3%	2.213.927	2.246.505	-1,5%
Gastos não gerenciáveis	(736.410)	(988.220)	-23,9%	(594.039)	(714.685)	-16,9%	(1.330.449)	(1.682.905)	-20,9%
Energia elétrica comprada para revenda	(594.903)	(812.719)	-26,8%	(472.363)	(586.467)	-19,5%	(1.067.266)	(1.399.186)	-23,7%
Encargos de uso da rede elétrica	(141.215)	(155.235)	-9,0%	(121.437)	(128.018)	-5,1%	(262.652)	(283.253)	-7,3%
Outros	(292)	(266)	9,8%	(239)	(200)	19,5%	(531)	(466)	13,9%
Margem Bruta	461.407	294.598	56,6%	422.071	269.002	56,9%	883.478	563.600	56,8%
Total do PMSO	(110.208)	(103.025)	7,0%	(110.578)	(96.893)	14,1%	(220.786)	(199.918)	10,4%
Pessoal	(52.047)	(44.884)	16,0%	(45.153)	(39.580)	14,1%	(97.200)	(84.464)	15,1%
Material	(7.384)	(4.332)	70,5%	(6.743)	(3.874)	74,1%	(14.127)	(8.206)	72,2%
Serviços de terceiros	(45.266)	(40.882)	10,7%	(52.440)	(46.589)	12,6%	(97.706)	(87.471)	11,7%
Outros	(5.511)	(12.927)	-57,4%	(6.242)	(6.850)	-8,9%	(11.753)	(19.777)	-40,6%
Provisões	(31.807)	(23.233)	36,9%	(20.041)	(16.756)	19,6%	(51.848)	(39.989)	29,7%
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	(8.200)	(10.300)	-20,4%	(10.032)	(11.381)	-11,9%	(18.232)	(21.681)	-15,9%
EBITDA	311.192	158.040	96,9%	281.420	143.972	95,5%	592.612	302.012	96,2%
Margem EBITDA	26,0%	12,5%	13,5%	27,7%	14,8%	13,1%	26,8%	13,4%	13,3%
Itens em R\$ mil ou %	EDP São Paulo			EDP Espírito Santo			Consolidado		
	6M22	6M21	Var	6M22	6M21	Var	6M22	6M21	Var
Receita Operacional Líquida	2.381.669	2.406.934	-1,0%	2.171.815	1.947.828	11,5%	4.553.484	4.354.760	4,6%
Gastos não gerenciáveis	(1.438.911)	(1.748.565)	-17,7%	(1.266.145)	(1.339.511)	-5,5%	(2.705.056)	(3.088.076)	-12,4%
Energia elétrica comprada para revenda	(1.155.817)	(1.438.203)	-19,6%	(1.022.491)	(1.083.139)	-5,6%	(2.178.308)	(2.521.342)	-13,6%
Encargos de uso da rede elétrica	(282.520)	(309.829)	-8,8%	(243.188)	(255.972)	-5,0%	(525.708)	(565.801)	-7,1%
Outros	(574)	(533)	7,7%	(466)	(400)	16,5%	(1.040)	(933)	11,5%
Margem Bruta	942.758	658.369	43,2%	905.670	608.315	48,9%	1.848.428	1.266.884	45,9%
Total do PMSO	(217.243)	(202.124)	7,5%	(212.812)	(189.175)	12,5%	(430.055)	(391.299)	9,9%
Pessoal	(103.281)	(89.339)	15,6%	(87.539)	(76.926)	13,8%	(190.820)	(166.265)	14,8%
Material	(12.741)	(7.586)	68,0%	(12.100)	(7.210)	67,8%	(24.841)	(14.796)	67,9%
Serviços de terceiros	(81.935)	(79.442)	3,1%	(100.025)	(93.455)	7,0%	(181.960)	(172.897)	5,2%
Outros	(9.286)	(25.757)	-25,1%	(13.148)	(11.584)	13,5%	(32.434)	(37.341)	-13,1%
Provisões	(55.974)	(45.984)	21,7%	(49.571)	(37.697)	31,5%	(105.545)	(83.681)	26,1%
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	(18.692)	(13.361)	39,9%	(26.532)	(18.342)	44,7%	(45.224)	(31.703)	42,6%
EBITDA	650.849	396.900	64,0%	616.755	363.101	69,9%	1.267.604	760.001	66,8%
Margem EBITDA	27,3%	16,5%	10,8%	28,4%	18,6%	9,8%	27,8%	17,5%	10,4%

Nota: Margem Bruta desconsidera Receita de Construção.

A Receita Líquida atingiu R\$ 2,2 bilhões e R\$ 4,5 bilhões, redução de 1,5% e aumento de 4,6%, no trimestre e no semestre, respectivamente. No trimestre, a redução da Receita Líquida reflete a queda dos ativos regulatórios. Os impactos positivos, tanto no trimestre, quanto no semestre foram::

Release 2T22



(i) maior reconhecimento de VNR, resultante do aumento do IPCA; (ii) reajustes tarifários das distribuidoras, com 46,08% de incremento na parcela B da EDP ES e de 32,59% na EDP SP; e (iii) aumento no volume de energia distribuída, resultante do aumento da atividade comercial da EDP SP e do desempenho positivo das classes de consumo na EDP ES, conforme [Relatório de Mercado](#).

A tarifa média, decorrente do mix de mercado, aumentou 18,7% na EDP SP e 14,9% na EDP ES, respectivamente, refletindo os reajustes tarifários ocorridos em 2021, bem como a bandeira tarifária, que permaneceu no patamar “escassez hídrica” até o mês de abril.

Tarifa Média (R\$/MWh)						
	EDP São Paulo			EDP Espírito Santo		
	2T22	2T21	Var	2T22	2T21	Var
Residencial	642,11	553,76	16,0%	622,01	560,79	10,9%
Industrial	622,48	505,12	23,2%	522,12	451,81	15,6%
Comercial	675,40	565,29	19,5%	632,74	549,20	15,2%
Rural	598,03	470,23	27,2%	522,98	433,44	20,7%
Outros	516,96	405,98	27,3%	493,33	399,00	23,6%
Total	633,54	533,84	18,7%	562,08	489,31	14,9%

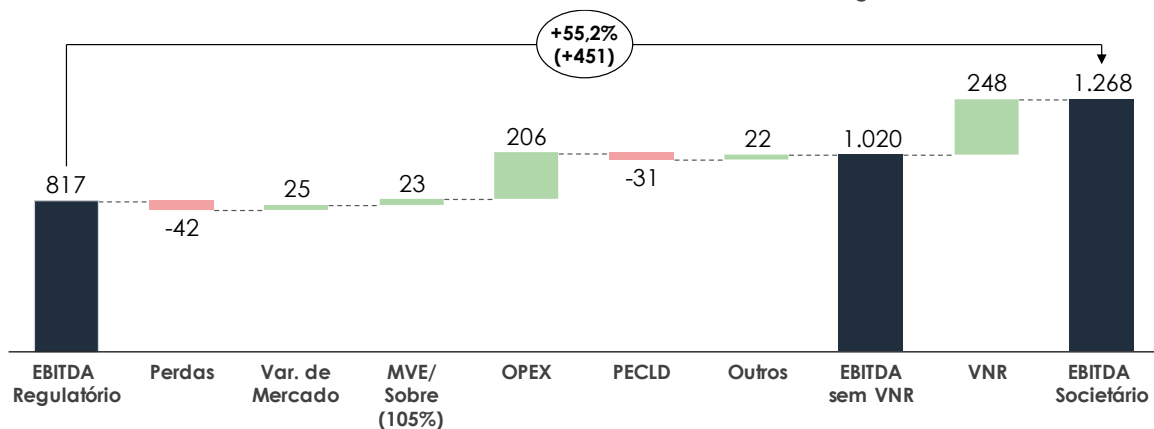
Os Gastos não Gerenciáveis foram de R\$ 1,3 bilhão e de R\$ 2,7 bilhões, redução de 20,9% e 12,4%, no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente da redução do preço de compra de energia (EDP SP: de R\$ 248,90/MWh para R\$ 206,30/MWh, EDP ES: de R\$ 237,90/MWh para R\$ 213,00/MWh). Além disso, houve redução de 7,3% nos encargos de uso da rede elétrica, relacionados com a expansão de rede e com a conexão de novos clientes livres.

A Margem Bruta foi de R\$ 883,5 milhões e de R\$ 1,8 bilhão, no trimestre e no semestre, respectivamente, resultante dos efeitos mencionados acima, além de:

R\$ milhões	EDP São Paulo			EDP Espírito Santo			Total Distribuição		
	2T22	2T21	Var	2T22	2T21	Var	2T22	2T21	Var
VNR	52,7	24,1	28,6	75,5	24,4	51,1	128,2	48,5	79,8
Perdas	(17,1)	(10,4)	(6,7)	(5,3)	(13,0)	7,7	(22,4)	(23,4)	1,0
MVE/Sobrecontratação	3,6	(8,6)	12,2	2,1	-	2,1	5,7	(8,6)	14,4
Mercado	10,2	-	10,2	6,8	-	6,8	17,0	-	17,0
Efeito Tarifa	103,3	-	103,3	112,1	-	112,1	215,4	-	215,4
Outras Receitas	32,0	19,9	12,1	12,4	11,2	1,2	44,4	31,1	13,3

R\$ milhões	EDP São Paulo			EDP Espírito Santo			Total Distribuição		
	6M22	6M21	Var	6M22	6M21	Var	6M22	6M21	Var
VNR	97,0	54,9	42,1	150,6	66,6	84,0	247,6	121,5	126,1
Perdas	(28,4)	(21,8)	(6,6)	(13,2)	(17,1)	3,9	(41,6)	(38,9)	(2,8)
MVE/Sobrecontratação	14,4	(11,1)	25,5	8,5	-	8,5	22,9	(11,1)	34,0
Mercado	14,0	-	14,0	11,1	-	11,1	25,1	-	25,1
Efeito Tarifa	186,9	-	186,9	222,9	-	222,9	409,8	-	409,8
Outras Receitas	56,9	44,1	12,8	27,9	29,0	(1,1)	84,8	73,1	11,7

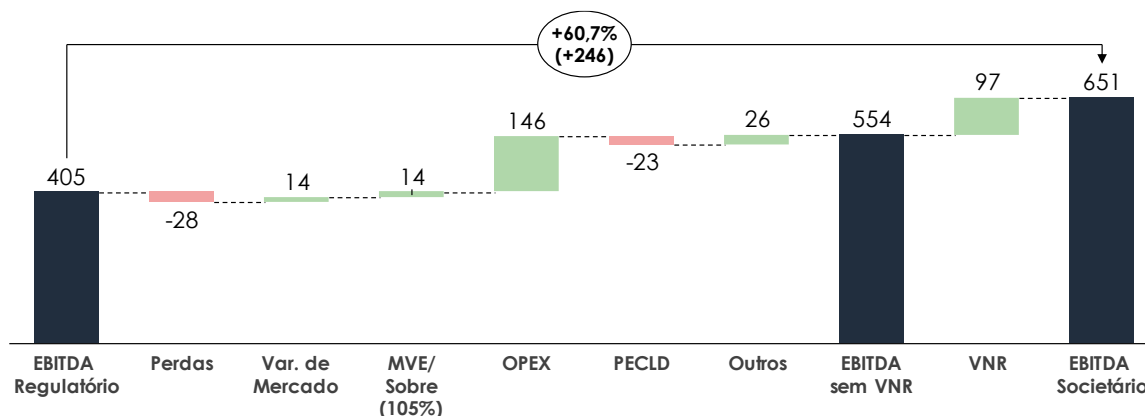
EBITDA Consolidado das Distribuidoras versus EBITDA Regulatório



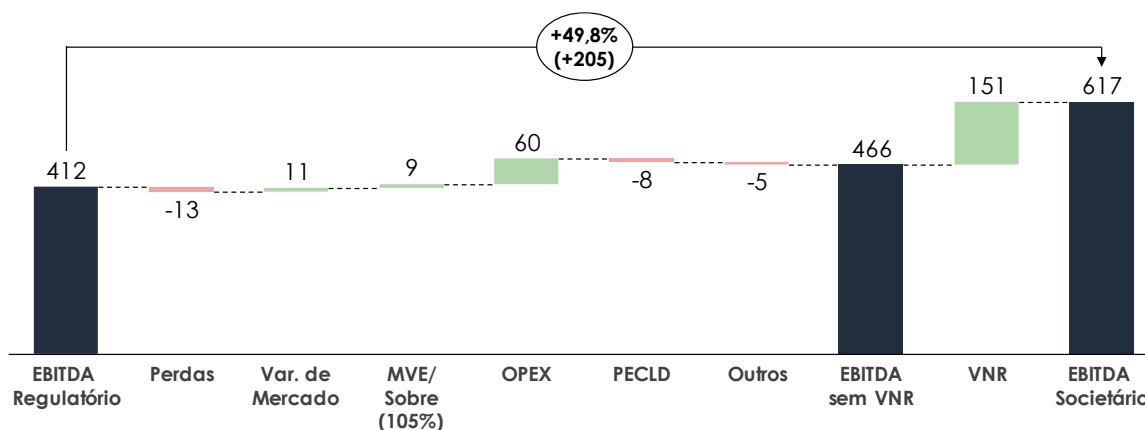
Release 2T22



EBITDA das Distribuidoras versus EBITDA Regulatório – EDP SP



EBITDA das Distribuidoras versus EBITDA Regulatório – EDP ES



O EBITDA Societário, desconsiderando o VNR, foi de R\$ 1.020 milhões, 24,8% acima do EBITDA regulatório, demonstrando o compromisso da Companhia em manter ações de eficiência operacionais e de custos, além dos ganhos relacionados com a gestão da sobrecontratação de energia.

3.1.3 BALANÇO ENERGÉTICO CONSOLIDADO (GWh)

Do total da Energia Requerida, 60,9% referem-se à EDP SP e 39,1% à EDP ES.

EDP DISTRIBUIÇÃO	EDP São Paulo	EDP Espírito Santo	EDP Distribuição
Itaipu + Proinfa	547.254	425.973	973.227
Leilão	2.292.327	1.599.987	3.892.314
Outros ¹	3.000	38.700	41.701
Energia em Trânsito	2.093.607	1.093.286	3.186.893
Total Energia Recebida	4.936.188	3.157.947	8.094.135
Perdas Transmissão (+)	63.422	41.660	105.081
Perdas de Itaipu (+)	32.273	25.077	57.350
Vendas C.Prazo (-)	-262.237	-125.449	-387.686
Ajustes C.Prazo (-)	7.071	39.694	46.766
Total Perdas	350.860	152.492	503.352
Cessões MCSD Energia Nova (+)	29.467	96.051	125.518
Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE)	-331.251	-225.325	-556.575
Total Vendas	-301.783	-129.274	-431.057
Energia Requerida	4.887.111	3.134.729	8.021.840
Suprimento	9.179	0	9.179
Fornecimento	1.875.352	1.542.380	3.417.732
Perdas e Diferenças	305.693	341.447	647.139
Energia em Trânsito	2.093.607	1.093.286	3.186.893
Total Energia Distribuída	4.283.830	2.977.112	7.260.943

¹ Bilaterais e Compras no Curto Prazo. Nota: Balanço energia considera energia medida.

Release 2T22



3.1.4 PERDAS

Perdas Acumuladas em 12 meses (GWh ou %)	EDP São Paulo						EDP Espírito Santo					
	Jun-21	Set-21	Dez-21	Mar-22	Jun-22	ANEEL	Jun-21	Set-21	Dez-21	Mar-22	Jun-22	ANEEL
Entrada de Energia na Rede	17.221	17.362	17.239	17.258	17.348		11.548	11.666	11.659	11.717	11.832	
Total de Perdas	1.435	1.434	1.431	1.420	1.423		1.484	1.482	1.451	1.422	1.429	
Total	8,33%	8,26%	8,30%	8,23%	8,20%	7,12%	12,85%	12,70%	12,45%	12,13%	12,08%	11,30%

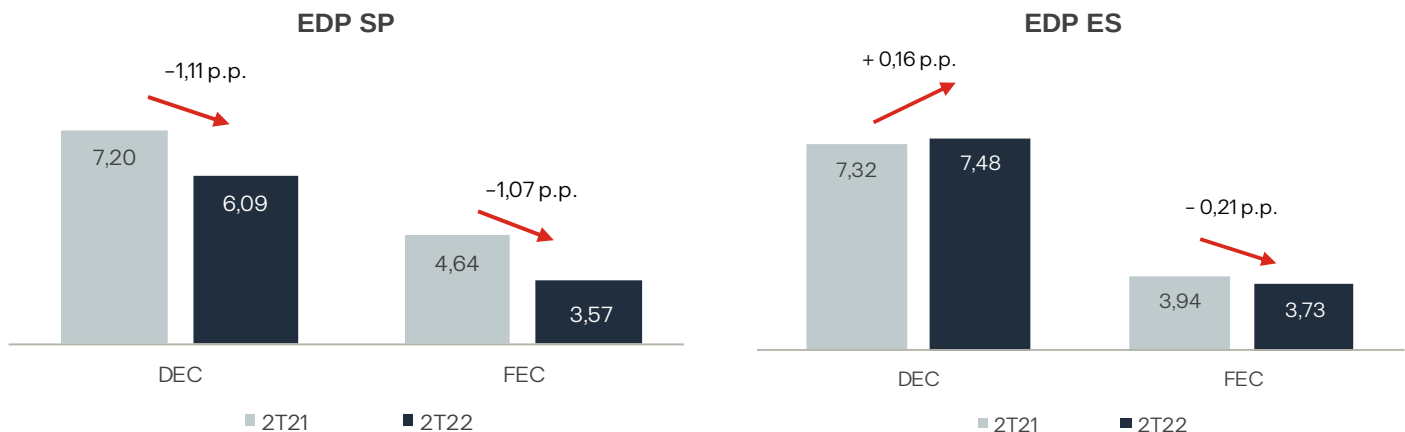
Ambas as distribuidoras reduziram perdas totais, concluindo o trimestre com 8,20% na EDP SP, redução de 0,13 p.p. e de 12,08% na EDP ES, redução de 0,77 p.p., em relação ao mesmo período do ano anterior, em função de reduções nas perdas técnicas e não técnicas. Em ambas as distribuidoras, a redução das perdas técnicas reflete a energização de novas subestações, além dos reforços de melhorias realizados na rede de média tensão. Além disso, a intensificação das ações de combate às perdas refletiram na redução das perdas não técnicas, com destaque para as iniciativas: (i) substituições de medidores; (ii) inspeções de campo; (iii) blindagem da rede de distribuição através da tecnologia BT Zero; (iv) blindagem de medição de edifícios populares; (v) instalação de medidores remotos; e (vi) manutenções dos ativos de telemedição.

3.1.5. INDICADORES DE QUALIDADE

Os indicadores de qualidade nas distribuidoras permaneceram abaixo das metas regulatórias estabelecidas pela Aneel, devido às ações de melhoria que envolvem as manutenções preventivas e a utilização de plataformas digitais para as equipes de campo.

A iniciativa "De Olho no DEC" baseada na multidisciplinaridade das equipes de campo, nas inovações no Centro de Operação Integrado (COI) e na ampliação do número de religadores de rede, refletiu na centralização dos despachos das equipes de manutenção e religamento, aumentando a eficiência e o tempo de resposta nas ações.

A quantidade de clientes interrompidos continua reduzindo, mesmo com o aumento no número de clientes na EDP SP e na EDP ES, refletindo no indicador DEC e FEC.



Meta Anual Regulatória ANEEL para 2022

EDP SP: DEC 7,05 / FEC: 5,22

EDP ES: DEC: 9,05 / FEC: 6,41

3.1.6. PECLD - PERDA ESTIMADA EM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA E INADIMPLÊNCIA

A PECLD consolidada das distribuidoras foi de R\$ 42,2 milhões e de R\$ 84,3 milhões, aumento de R\$ 8,4 milhões e de R\$ 20,3 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente, resultante da piora da conjuntura econômica do país. De acordo com o Serasa Experian, mais de dois milhões de pessoas se tornaram inadimplentes desde o início de 2022, sendo este o maior número registrado desde o início da série histórica do índice.

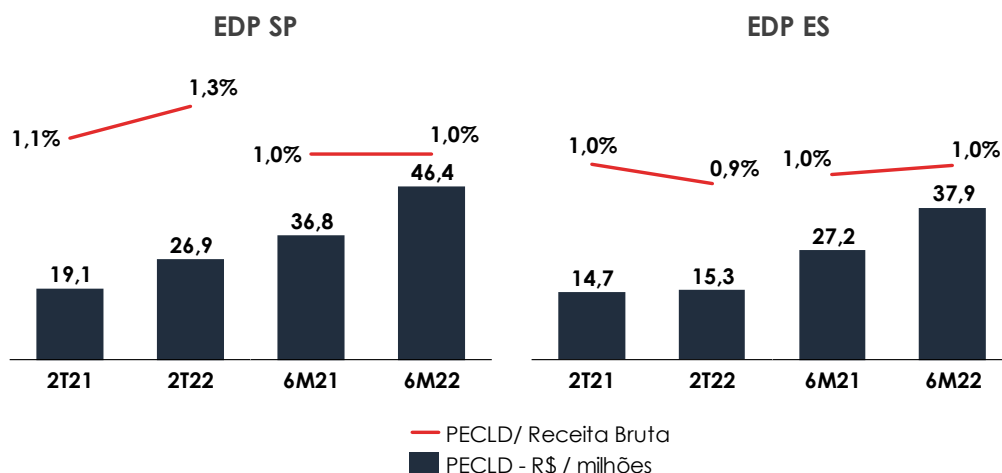
No semestre, a PECLD/Receita Bruta foi de 1,0%, em ambas as distribuidoras, em linha com o semestre do ano anterior.

Além disso, a curva histórica da PECLD sobre o faturamento foi alterada, de acordo com a realização da perda esperada por classe de consumo, conforme tabela abaixo:

Consumidores	PECLD Esperada							
	EDP São Paulo				EDP Espírito Santo			
	Consumo Irregular		Consumo Regular		Consumo Irregular		Consumo Regular	
	Baixa Tensão	Alta Tensão	Baixa Tensão	Alta Tensão	Baixa Tensão	Alta Tensão	Baixa Tensão	Alta Tensão
Residencial	22,56%	n/a	1,19%	n/a	21,42%	n/a	1,79%	n/a
Industrial	21,01%	8,51%	1,64%	0,23%	14,86%	7,37%	2,10%	0,82%
Comercio, Serviços e Outras Atividades	10,93%	1,84%	0,75%	0,86%	13,31%	n/a	1,07%	0,72%
Rural	14,62%	n/a	0,47%	n/a	7,50%	n/a	1,08%	0,11%
Poder Público	n/a	n/a	0,01%	n/a	n/a	n/a	0,01%	n/a
Iluminação Pública	4,51%	n/a	0,04%	n/a	4,55%	n/a	0,13%	0,04%
Serviço Público	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	0,18%

Vale destacar que a Companhia mantém medidas de controle e gestão da arrecadação, a fim de garantir e monitorar os indicadores de maneira que a perda estimada se mantenha controlada.

Release 2T22



3.1.7. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

No final do semestre, o saldo de passivos regulatórios era de R\$ 1,1 bilhão, reflexo da contabilização do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS, a ser devolvido ao consumidor. Excluindo esse efeito, o saldo de ativos regulatórios é de R\$ 210,7 milhões, conforme:

- Compra de energia:** a variação da apropriação referente aos valores de Compra de Energia deve-se a conjuntura de sazonalidade, associada ao cenário energético. Adicionalmente, cabe destacar que no primeiro semestre de 2022, em razão das afluências registradas no período, houve redução do despacho das usinas termoeletricas. Além disso, até abril vigorou a Bandeira Tarifária “escassez hídrica”, que contribuiu para atenuar o déficit registrado no final de 2021;
- Encargos (ESS/EER):** Conta de Desenvolvimento Energético – CDE: a variação positiva acumulada no período analisado é devido ao aumento do valor das quotas, quando comparadas ao período de 2021;
- Sobrecontratação/MVE:** o aumento nos valores do período ocorreu em função da participação no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) da EDP SP que negociou 158 MWh, ao preço de R\$ 286,93/MWh, e da EDP ES que negociou 110 MWh, ao preço de R\$ 281,30/MWh;
- PIS/COFINS sobre ativos financeiros setoriais:** redução no saldo de PIS e Cofins, decorrente da redução do saldo de ativos e passivos setoriais da EDP ES. O saldo de tributos acompanhou a redução das demais contas; e
- Outros:** o principal impacto nessa rubrica refere-se a bandeiras tarifárias, uma vez que em dezembro de 2021 vigorava a bandeira de “escassez hídrica” com término em abril de 2022.

	EDP Consolidado							
	dez-21	Apropriação	Amortização	Atualização	Recebimento Conta - ACR	Transferência	jun-22	Variação Acumulado
Aquisição de Energia/Custo de Energia Itaipu	825.641	(985.489)	(350.601)	9.449	-	-	(501.000)	(1.326.641)
Encargos	563.496	644.353	(91.932)	46.733	-	-	1.162.650	599.154
Sobrecontratação (100% a 105%)	(79.908)	103.172	10.466	2.177	-	-	35.907	115.815
PIS/COFINS sobre ativos financeiros setoriais	(1.425.643)	-	153.199	(57.141)	-	-	(1.329.585)	96.058
Outros	(577.499)	(190.560)	287.898	(6.719)	-	-	(486.880)	90.619
Total	(693.913)	(428.524)	9.030	(5.501)	-	-	(1.118.908)	(424.995)

	EDP São Paulo							
	dez-21	Apropriação	Amortização	Atualização	Recebimento Conta - ACR	Transferência	jun-22	Variação Acumulado
Aquisição de Energia/Custo de Energia Itaipu	539.275	(638.665)	(251.534)	3.202	-	-	(347.722)	(886.997)
Encargos	350.229	363.371	(75.697)	26.790	-	-	664.693	314.464
Sobrecontratação (100% a 105%)	(87.352)	49.750	27.368	1.006	-	-	(9.228)	78.124
PIS/COFINS sobre ativos financeiros setoriais	(873.778)	-	69.052	(33.442)	-	-	(838.168)	35.610
Outros	(387.383)	(44.471)	191.746	(426)	-	-	(240.534)	146.849
Total	(459.009)	(270.015)	(39.065)	(2.870)	-	-	(770.959)	(311.950)

	EDP Espírito Santo							
	dez-21	Apropriação	Amortização	Atualização	Recebimento Conta - ACR	Transferência	jun-22	Variação Acumulado
Aquisição de Energia/Custo de Energia Itaipu	286.366	(346.824)	(99.067)	6.247	-	-	(153.278)	(439.644)
Encargos	213.267	280.982	(16.235)	19.943	-	-	497.957	284.690
Sobrecontratação (100% a 105%)	7.444	53.422	(16.902)	1.171	-	-	45.135	37.691
PIS/COFINS sobre ativos financeiros setoriais	(551.865)	-	84.147	(23.699)	-	-	(491.417)	60.448
Outros	(190.116)	(146.089)	96.152	(6.293)	-	-	(246.346)	(56.230)
Total	(234.904)	(158.509)	48.095	(2.631)	-	-	(347.949)	(113.045)

Release 2T22



3.2. TRANSMISSÃO

Itens em R\$ mil ou %	Transmissão Consolidado					
	2T22	2T21	Var	6M22	6M21	Var
Receita Total	314.160	433.596	-27,5%	545.139	873.266	-37,6%
Receita de Construção	130.876	271.514	-51,8%	192.806	547.763	-64,8%
Margem Construção	(34.408)	17.124	n.d.	(49.837)	78.479	n.d.
Outras Receitas	217.692	144.958	50,2%	402.170	247.024	62,8%
Gastos Não Gerenciáveis	-	-	n.d.	-	-	n.d.
Margem Bruta	183.284	162.082	13,1%	352.333	325.503	8,2%
Total do PMSO	(34.875)	(6.571)	430,7%	(46.636)	(12.985)	259,2%
Pessoal	(25.735)	(2.409)	968,3%	(32.148)	(4.768)	574,2%
Material	(573)	(296)	93,6%	(861)	(169)	409,5%
Serviços de Terceiros	(7.763)	(3.212)	141,7%	(11.189)	(6.931)	61,4%
Outros	(804)	(654)	22,9%	(2.438)	(1.117)	118,3%
Provisões	665	-	n.d.	1.069	-	n.d.
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	-	11	-100,0%	-	11	-100,0%
Custo com Construção	(130.876)	(271.514)	-51,8%	(192.806)	(547.763)	-64,8%
EBITDA	149.074	155.522	-4,1%	306.766	312.529	-1,8%
Margem EBITDA	81,3%	96,0%	-15,2%	87,1%	96,0%	-9,3%

Receita Líquida Transmissão - 2T22							
	Mata Grande Transmissão de Energia	EDP Transmissão Norte	EDP Transmissão Aliança SC	EDP Transmissão SP-MG	EDP Transmissão Litoral Sul	EDP Transmissão Goiás	Total
Receita de construção	15.639	4.348	2.556	72.805	5.217	26.331	126.896
Atualização dos Ativos da concessão	1.304	223	61.000	66.439	10.617	40.089	179.672
Receita de Operação e Manutenção (O&M)	-	-	9.018	5.558	4.024	26.803	45.403
Outras receitas operacionais	-	1	-	-	-	278	279
PIS/COFINS	(618)	(167)	(6.912)	(13.543)	(545)	(8.643)	(30.428)
ISS	-	-	-	-	-	(9)	(9)
P&D	-	-	(453)	(264)	(25)	2.125	1.383
Outros encargos	-	-	-	-	-	(9.036)	(9.036)
Total	16.325	4.405	65.209	130.995	19.288	77.938	314.160

Receita Líquida Transmissão - 6M22							
	Mata Grande Transmissão de Energia	EDP Transmissão Norte	EDP Transmissão Aliança SC	EDP Transmissão SP-MG	EDP Transmissão Litoral Sul	EDP Transmissão Goiás	Total
Receita de construção	28.809	6.797	15.125	83.953	30.647	28.699	194.030
Atualização dos Ativos da concessão	2.393	375	120.582	130.298	20.097	66.694	340.439
Receita de Operação e Manutenção (O&M)	-	-	16.653	11.618	8.544	36.884	73.699
Outras receitas operacionais	-	1	75	-	-	278	354
PIS/COFINS	(1.138)	(262)	(14.361)	(21.042)	(2.002)	(12.256)	(51.061)
ISS	-	-	-	-	-	(9)	(9)
P&D	-	-	(770)	(476)	(70)	(809)	(2.125)
Outros encargos	-	-	-	-	-	(10.179)	(10.179)
Total	30.064	6.911	137.295	204.351	57.216	109.302	545.139

As transmissoras em operação comercial total (conforme quadro abaixo), apresentaram no trimestre RAP Líquida de R\$ 129,3 milhões e EBITDA regulatório de R\$ 96,1 milhões. Todos os lotes estão em operação comercial total, com exceção da Mata Grande Transmissão de Energia e da EDP Transmissão Norte, adquirida no leilão nº 01/2021, com previsão de entrada em operação em 2024. No semestre, a RAP Líquida foi de R\$ 213,2 milhões e o EBITDA regulatório de R\$ 168,9 milhões.

Até o momento foram investidos R\$ 4,6 bilhões nos projetos de Transmissão.

Nome Societário	Nº Leilão	Entrada em Operação	RAP Líquida 2T22 (R\$ milhões)	RAP Líquida 6M22 (R\$ milhões)	RAP Homologada - Ciclo 2022/2023 (em operação)	RAP Homologada - Ciclo 2022/2023 (prevista*)	TOTAL RAP Homologada Ciclo 2022/2023
EDP Transmissão Litoral Sul S.A.	nº 013/2015	jul/22	R\$ 4,1	R\$ 8,6	R\$ 57,5	R\$ 3,3	R\$ 60,8
EDP Transmissão Aliança SC S.A.	nº 05/2016	fev/22	R\$ 46,5	R\$ 76,9	R\$ 232,4	R\$ 6,7	R\$ 239,1
EDP Transmissão SP- MG S.A.	nº 05/2016	mai/22	R\$ 26,2	R\$ 47,4	R\$ 277,6	-	R\$ 277,6
Mata Grande Transmissão de Energia (MGTE)	nº 002/2018	-	-	-	-	R\$ 10,1	R\$ 10,1
Transmissão Norte	nº 01/2021	-	-	-	-	R\$ 45,1	R\$ 45,1
EDP Transmissão Goiás	nº 02/2021	Em operação	R\$ 52,5	R\$ 80,3	R\$ 254,7	R\$ 34,3	R\$ 289,0
Total			R\$ 129,3	R\$ 213,2	R\$ 822,2	R\$ 99,6	R\$ 921,8

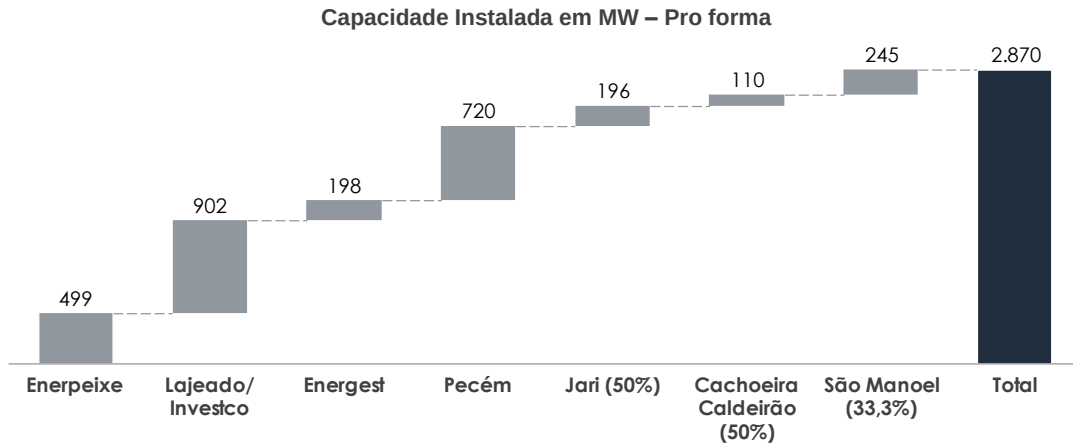
*Refere-se a projetos em construção, reforços e melhorias com RAP já homologada para o ciclo 22-23

3.3. GERAÇÃO CONVENCIONAL

3.3.1 CAPACIDADE INSTALADA

A Companhia possui 2,9 GW de capacidade instalada e 1,9 GW médios de garantia física.

Release 2T22

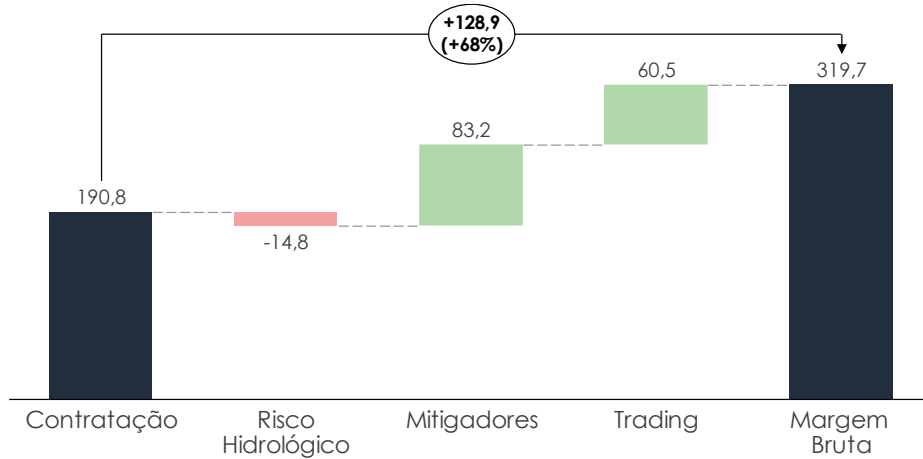


3.3.2 GESTÃO ENERGÉTICA INTEGRADA

Através da operação conjunta entre a Trading e a Geração Hídrica, a Companhia realiza a gestão do portfólio energético, atuando em conjunto nas transações de compra e venda de energia, possibilitando a mitigação do risco hidrológico.

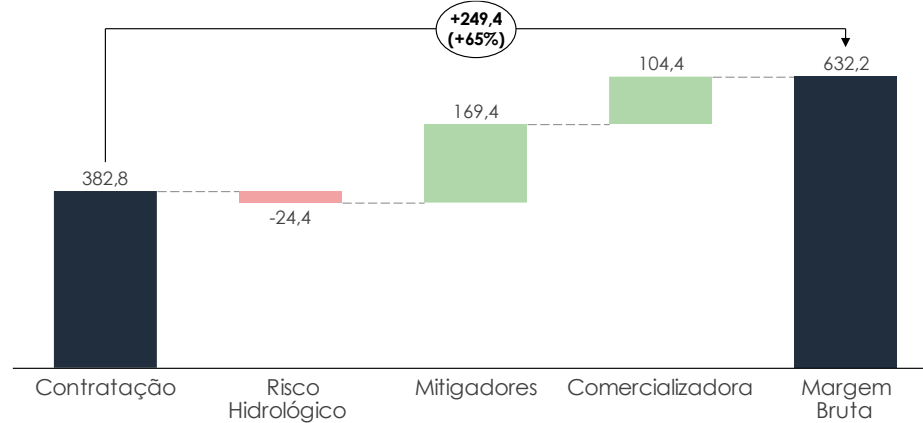
No trimestre, a Companhia manteve sua estratégia de proteção do portfólio, através da descontratação e/ou compra de energia para mitigação de riscos relativos ao GSF e da oscilação do PLD, com posição “*hedge*” de 24,9% no trimestre e 47,2% no semestre. Os mitigadores adotados protegeram o portfólio dos efeitos do GSF médio de 95,1% e de 95,4%, respectivamente, além da volatilidade do PLD (R\$ 55,70/MWh, no trimestre e de R\$ 56,90/MWh, no semestre (Submercado SE/CO)).

Impacto Energético na Geração e na Trading – 2T22 (R\$ milhões)



Nota: Considerando impactos do MRE, PLD e GSF. Desconsidera a repactuação do GSF no ACL.

Impacto Energético na Geração e na Trading – 6M22 (R\$ milhões)



Release 2T22



3.3.3 GERAÇÃO HÍDRICA

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica					
	2T22	2T21	Var	6M22	6M21	Var
Receita Operacional Líquida	312.017	306.923	1,7%	632.517	697.002	-9,3%
Gastos Não Gerenciáveis	(52.863)	(75.493)	-30,0%	(104.673)	(185.833)	-43,7%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(25.798)	(51.562)	-50,0%	(50.374)	(161.201)	-68,8%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(26.906)	(23.755)	13,3%	(53.978)	(47.580)	13,4%
Outros	(159)	(176)	-9,7%	(321)	22.948	n.d.
Margem Bruta	259.154	231.430	12,0%	527.844	511.169	3,3%
Total do PMSO	(17.133)	(17.931)	-4,5%	(33.121)	(35.371)	-6,4%
Pessoal	(9.734)	(9.095)	7,0%	(18.273)	(18.118)	0,9%
Material	(864)	(1.129)	-23,5%	(1.335)	(1.823)	-26,8%
Serviços de Terceiros	(5.961)	(6.852)	-13,0%	(10.815)	(12.925)	-16,3%
Outros	(574)	(855)	-32,9%	(2.359)	(2.080)	13,4%
Provisões	(375)	51	n.d.	(339)	(425)	-20,2%
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	-	19	-100,0%	-	19	-100,0%
EBITDA	241.646	213.569	13,1%	494.723	475.817	4,0%
Margem EBITDA	77%	70%	11,3%	78%	68%	14,6%

Ativo	Volume (MWh)			Tarifa média (R\$/MWh)		
	2T22	2T21	Var	2T22	2T21	Var
Lajeado	718.022	761.493	-5,7%	255,7	225,2	13,5%
Investco	8.260	8.250	0,1%	312,5	265,5	17,7%
Enerpeixe	501.576	449.863	11,5%	170,7	160,5	6,4%
Energest	257.020	272.644	-5,7%	239,4	229,0	4,6%
Total Hídricas	1.484.877	1.492.250	-0,5%	224,5	206,6	8,6%

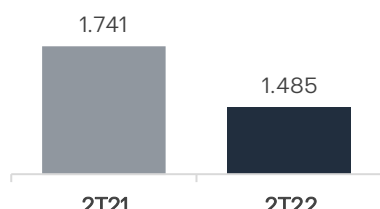
Nota: No 2T21 o valor transacionado era 1.741 GWh, no entanto na Energest desconsideramos 249,4 GWh, referente a transações de contratos de curto prazo, não sendo considerados no cálculo da tarifa média.

Ativo	Volume (MWh)			Tarifa de venda (R\$/MWh)		
	6M22	6M21	Var	6M22	6M21	Var
Lajeado	1.506.330	1.514.671	-0,6%	244,5	237,0	3,1%
Investco	16.455	16.788	-2,0%	300,3	244,9	22,6%
Enerpeixe	1.058.256	970.681	9,0%	159,4	162,2	-1,7%
Energest	467.941	502.704	-6,9%	257,2	391,4	-34,3%
Total Hídricas	3.048.981	3.004.844	1,5%	217,2	238,7	-9,0%

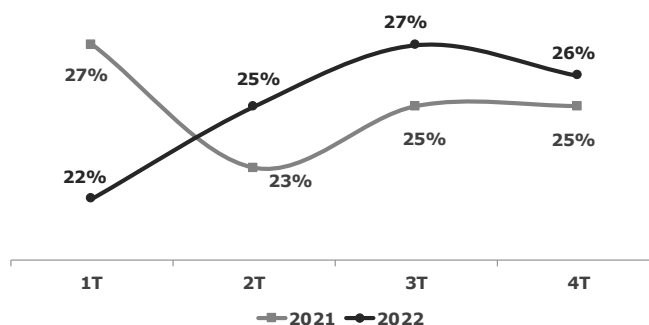
Nota: No 6M21 o valor transacionado era 3.254 GWh, no entanto na Energest desconsideramos 249,4 GWh, referente a transações de contratos de curto prazo, não sendo considerados no cálculo da tarifa média. Tarifa Total das Hídricas não considera eliminações intragrupo e refere-se a tarifa média.

A Receita Líquida foi de R\$ 312,0 milhões no trimestre, aumento de 1,7%, reflexo dos reajustes anuais dos contratos de energia. Já no semestre, a Receita Líquida foi de R\$ 632,5 milhões, redução de 9,3%, reflexo do menor número de contratos bilaterais estabelecidos no período, além do efeito de sazonalização dos contratos de venda, com maior alocação de energia no segundo semestre.

Venda Consolidada da Geração Hídrica (GWh)



Sazonalização dos Contratos de Venda (GWh)



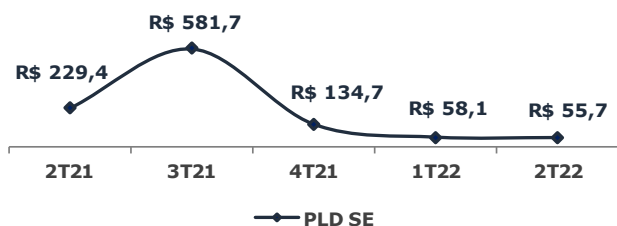
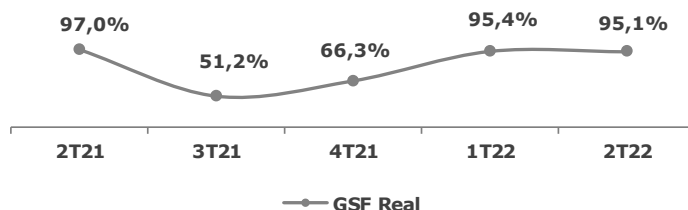
Os Gastos não Gerenciáveis reduziram 30,0% e 43,7% no trimestre e semestre, respectivamente, reflexo da menor compra de energia e da redução do PLD. No semestre, o efeito positivo da contabilização do complemento da repactuação do GSF das usinas hídricas no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), ocorrido em 2021, minimizou o efeito da redução. Excluindo esse efeito, a redução seria de 49,9%. O PMSO reduziu 4,5% e 6,4% no trimestre e semestre, respectivamente, reflexo de redução de gastos com manufaturas. A Margem Bruta apresentou aumento de 12,0% e de 3,3%,

Release 2T22



no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente dos efeitos mencionados acima. Excluindo o efeito da contabilização da repactuação do risco hidrológico no semestre, o aumento da Margem Bruta seria de 8,1%.

Evolução do PLD (MWh)

Evolução do GSF⁴ (%)

3.3.4 ATIVOS NÃO CONSOLIDADOS

Demonstrativo de Resultados (R\$ mil)	Jari			Cachoeira Caldeirão			São Manoel		
	2T22	2T21	Var.	2T22	2T21	Var.	2T22	2T21	Var.
Margem Bruta	32.853	19.909	65,0%	15.354	8.119	89,1%	20.839	20.605	1,1%
EBITDA	30.349	18.122	67,5%	13.977	6.254	123,5%	18.452	18.350	0,6%
Resultado financeiro líquido	(3.824)	(7.354)	-48,0%	(9.930)	(8.388)	18,4%	(16.573)	(14.123)	17,3%
Lucro líquido	17.070	4.525	277,3%	(1.084)	(5.238)	-79,7%	(5.449)	(4.480)	21,6%
Dívida Líquida	148.995	209.526	-28,9%	348.296	361.930	-3,8%	576.310	579.175	-0,5%

Demonstrativo de Resultados (R\$ mil)	Jari			Cachoeira Caldeirão			São Manoel		
	6M22	6M21	Var.	6M22	6M21	Var.	6M22	6M21	Var.
Margem Bruta	66.277	45.252	46,5%	32.435	19.864	63,3%	42.800	43.105	-0,7%
EBITDA	60.542	41.641	45,4%	29.542	16.391	80,2%	37.783	38.601	-2,1%
Resultado financeiro líquido	(8.847)	(14.726)	-39,9%	(19.640)	(18.333)	7,1%	(32.633)	(30.806)	5,9%
Lucro líquido	33.052	13.299	148,5%	(936)	(8.872)	-89,5%	(9.908)	(9.478)	4,5%
Dívida Líquida	148.995	209.526	-28,9%	348.296	361.930	-3,8%	576.310	579.175	-0,5%

Nota: Valores correspondem a 50% de Jari, 50% de Cachoeira Caldeirão e 33,3% de São Manoel, referente à participação da EDP Brasil. Saldo de dívida líquida referente a 12 meses.

3.3.4.1 UHE SANTO ANTÔNIO DO JARI

Jari						
Demonstrativo de Resultados (R\$ mil)	2T22	2T21	Var.	6M22	6M21	Var.
Receita operacional líquida	37.910	34.946	8,5%	76.217	70.947	7,4%
Gastos não gerenciáveis	(5.057)	(15.038)	-66,4%	(9.940)	(25.695)	-61,3%
Margem Bruta	32.853	19.909	65,0%	66.277	45.252	46,5%
Total do PMSO	(2.520)	(1.785)	41,1%	(5.774)	(3.610)	60,0%
Pessoal	(842)	(887)	-5,0%	(1.802)	(1.599)	12,7%
Material	(162)	(101)	59,9%	(250)	(369)	-32,4%
Serviços de terceiros	(1.328)	(599)	121,7%	(3.301)	(1.218)	171,0%
Outros	(188)	(199)	-5,3%	(422)	(424)	-0,5%
Provisões	15	(2)	n.d.	40	(2)	n.d.
EBITDA	30.349	18.122	67,5%	60.542	41.641	45,4%
Margem EBITDA	80,1%	51,9%	28,2 p.p.	79,4%	58,7%	20,7 p.p.
Resultado financeiro líquido	(3.824)	(7.354)	-48,0%	(8.847)	(14.726)	-39,9%
Lucro líquido	17.070	4.525	277,3%	33.052	13.299	148,5%

Nota: Valores correspondem a 50% de Jari, referente à participação da EDP Brasil.

Ativo	Volume (MWh)			Tarifa de Venda (R\$/MWh)		
	2T22	2T21	Var.	2T22	2T21	Var.
Jari (50%)	225.755	222.877	1,3%	192,8	175,9	9,6%
Ativo	Volume (MWh)			Tarifa de Venda (R\$/MWh)		
	6M22	6M21	Var.	6M22	6M21	Var.
Jari (50%)	460.404	460.651	-0,1%	189,2	174,1	8,7%

A Receita Líquida aumentou 8,5% e 7,4%, no trimestre e no semestre, respectivamente, em decorrência do reajuste anual dos contratos indexados ao IPCA. Os Gastos não Gerenciáveis reduziram 66,4% e 61,3%, no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente da redução do preço de energia e do menor volume de energia comprada, refletindo a melhora do cenário hidrológico. A Margem Bruta aumentou 65,0% e 46,5%, no trimestre e no semestre, respectivamente. O PMSO aumentou 41,1% e 60,0%, no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente das manutenções realizadas na usina. O EBITDA totalizou R\$ 30,3 milhões e R\$ 60,5 milhões, aumento de 67,5% e de 45,4%, no trimestre e no semestre, respectivamente.

⁴ Cálculo de média ponderada

Release 2T22



semestre, respectivamente. O Resultado Financeiro foi negativo em R\$ 3,8 milhões e em R\$ 8,8 milhões, redução de 48,0% e de 39,9%, no trimestre e no semestre, respectivamente, reflexo da maior renda de aplicações financeiras e da redução do saldo de dívida.

3.3.4.2 UHE CACHOEIRA CALDEIRÃO

Cachoeira Caldeirão						
Demonstrativo de Resultados (R\$ mil)	2T22	2T21	Var.	6M22	6M21	Var
Receita operacional líquida	20.273	18.372	10,4%	41.281	37.614	9,7%
Gastos não gerenciáveis	(4.920)	(10.253)	-52,0%	(8.846)	(17.751)	-50,2%
Margem Bruta	15.354	8.119	89,1%	32.435	19.864	63,3%
Total do PMSO	(1.377)	(1.945)	-29,2%	(2.893)	(3.554)	-18,6%
Pessoal	(654)	(808)	-19,1%	(1.358)	(1.479)	-8,2%
Material	(65)	(104)	-37,5%	(67)	(348)	-80,7%
Serviços de Terceiros	(395)	(722)	-45,3%	(855)	(1.104)	-22,5%
Outros	(263)	(311)	-15,4%	(613)	(624)	-1,8%
Provisões	-	5	-100,0%	-	6	-100,0%
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	-	75	-100,0%	-	75	-100,0%
EBITDA	13.977	6.254	123,5%	29.542	16.391	80,2%
Margem EBITDA	68,9%	34,0%	34,9 p.p.	71,6%	43,6%	28,0 p.p.
Resultado financeiro líquido	(9.930)	(8.388)	18,4%	(19.640)	(18.333)	7,1%
Lucro Líquido	(1.064)	(5.236)	-79,7%	(936)	(8.872)	-89,5%

Nota: Valores correspondem a 50% de Cachoeira Caldeirão, referente à participação da EDP Brasil.

Ativo	Volume (MWh)			Tarifa de Venda (R\$/MWh)		
	2T22	2T21	Var	2T22	2T21	Var
Cachoeira Caldeirão (50%)	138.240	137.411	0,6%	162,3	147,4	10,1%

Ativo	Volume (MWh)			Tarifa de Venda (R\$/MWh)		
	6M22	6M21	Var	6M22	6M21	Var
Cachoeira Caldeirão (50%)	282.427	281.812	0,2%	162,3	147,4	10,1%

A Receita Líquida aumentou 10,4% e 9,7%, no trimestre e no semestre, respectivamente, em decorrência do reajuste anual dos contratos indexados ao IPCA. Os Gastos não Gerenciáveis apresentaram redução de 52,0% e de 50,2%, no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente da redução do preço de energia e do menor volume de energia comprada, refletindo a melhora do cenário hidrológico. A Margem Bruta foi de R\$ 15,4 milhões e de R\$ 32,4 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente. O PMSO reduziu 29,2% e 18,6%, no trimestre e no semestre, respectivamente, reflexo da redução nos gastos com serviços jurídicos, nos gastos atrelados às remunerações e rescisões, além dos gastos com manutenções. O EBITDA totalizou R\$ 14,0 milhões e R\$ 29,5 milhões, aumento de 123,5% e de 80,2%, no trimestre e no semestre, respectivamente. O Resultado Financeiro foi negativo em R\$ 9,9 milhões e em R\$ 19,6 milhões, aumento de 18,4% e de 7,1%, no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente do aumento dos encargos sobre dívidas indexadas a TJLP e IPCA.

3.3.4.3 UHE SÃO MANOEL

São Manoel						
Demonstrativo de Resultados (R\$ mil)	2T22	2T21	Var.	6M22	6M21	Var
Receita operacional líquida	33.253	28.202	17,9%	66.491	60.330	10,2%
Gastos não gerenciáveis	(12.413)	(7.598)	63,4%	(23.690)	(17.225)	37,5%
Margem Bruta	20.839	20.605	1,1%	42.800	43.105	-0,7%
Total do PMSO	(2.387)	(2.391)	-0,2%	(7.526)	(7.060)	6,6%
Pessoal	(872)	(801)	8,8%	(2.534)	(2.500)	1,4%
Material	(131)	(118)	11,0%	(385)	(335)	14,9%
Serviços de terceiros	(738)	(930)	-20,7%	(2.814)	(2.681)	5,0%
Outros	(647)	(542)	19,3%	(1.794)	(1.545)	16,1%
Provisões	-	137	-100,0%	-	205	-100,0%
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	-	(0)	-100,0%	-	100	-100,0%
EBITDA	18.452	18.350	0,6%	37.783	38.601	-2,1%
Margem EBITDA	55,5%	65,1%	-14,7%	56,8%	64,0%	-11,2%
Resultado financeiro líquido	(16.573)	(14.123)	17,3%	(32.633)	(30.806)	5,9%
Lucro Líquido	(5.449)	(4.480)	21,6%	(9.908)	(9.478)	4,5%

Nota: Valores correspondem a 33,3% de São Manoel, referente à participação da EDP Brasil.

Ativo	Volume (MWh)			Tarifa de Venda (R\$/MWh)		
	2T22	2T21	Var	2T22	2T21	Var
São Manoel (33,3%)	263.279	260.319	1,1%	139,9	126,8	10,3%

Release 2T22



Ativo	Volume (MWh)			Tarifa de Venda (R\$/MWh)		
	6M22	6M21	Var	6M22	6M21	Var
São Manoel (33,3%)	531.967	539.953	-1,5%	138,4	126,4	9,5%

A Receita Líquida aumentou 17,9% e 10,2%, no trimestre e no semestre, respectivamente, em decorrência do reajuste dos contratos indexados ao IPCA. Os Gastos não Gerenciáveis aumentaram 63,4% e 37,5% no trimestre e semestre, respectivamente, decorrente do maior volume de compra de energia e dos contratos de hedge estabelecidos no período. A Margem Bruta foi de R\$ 20,8 milhões no trimestre, aumento de 1,1% e de R\$ 42,8 milhões no semestre, redução de 0,7%. O EBITDA totalizou R\$ 18,4 milhões e R\$ 37,8 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente. O Resultado Financeiro foi negativo em R\$ 16,6 milhões e em R\$ 32,6 milhões, aumento de 17,3% e de 5,9%, no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente do aumento dos encargos de dívida, mitigado parcialmente pela melhora na renda de aplicações financeiras.

3.3.5 GERAÇÃO TÉRMICA

Itens em R\$ mil ou %	Geração Térmica					
	2T22	2T21	Var	6M22	6M21	Var
Receita Operacional Líquida	285.828	400.466	-28,6%	511.144	789.735	-35,3%
Gastos Não Gerenciáveis	(120.420)	(225.804)	-46,7%	(158.502)	(452.785)	-65,0%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(4.051)	(91.865)	-95,6%	(20.543)	(160.558)	-87,2%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(20.975)	(20.547)	2,1%	(42.028)	(41.226)	1,9%
Outros	(95.394)	(113.392)	-15,9%	(95.931)	(251.001)	-61,8%
Margem Bruta	165.408	174.662	-5,3%	352.642	336.950	4,7%
Total do PMSO	(40.345)	(40.530)	-0,5%	(68.141)	(69.344)	-1,7%
Pessoal	(13.667)	(16.009)	-14,6%	(26.227)	(28.951)	-9,4%
Material	(6.355)	(8.016)	-20,7%	(9.495)	(12.277)	-22,7%
Serviços de Terceiros	(20.035)	(14.224)	40,9%	(30.871)	(23.601)	30,8%
Outros	(288)	(2.281)	-87,4%	(1.187)	(4.499)	-73,6%
Provisões	(312)	(16)	1850,0%	(361)	(16)	2156,3%
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	7	36	-80,6%	101	174	-42,0%
EBITDA	124.758	134.152	-7,0%	284.602	267.780	6,3%
Margem EBITDA	44%	33%	30,3%	56%	34%	64,2%

Ativo	Volume (MWh)			CVU (R\$/MWh)		
	2T22	2T21	Var	2T22	2T21	Var
Pecém	1.343.160	1.343.160	0,0%	887,7	242,3	266,4%

Ativo	Volume (MWh)			CVU (R\$/MWh)		
	6M22	6M21	Var	6M22	6M21	Var
Pecém	2.671.560	2.671.560	0,0%	707,0	225,0	214,2%

A Receita Líquida foi de R\$ 285,8 milhões e de R\$ 511,1 milhões, redução de 28,6% e de 35,3%, no trimestre e no semestre, respectivamente, em decorrência do não despacho da usina pelo ONS, decorrente da melhora do cenário hidrológico e dos níveis dos reservatórios. A receita fixa mensal é de R\$ 80,5 milhões, aumento de 10,7%, decorrente do reajuste anual, ocorrido em novembro.

Os Gastos não Gerenciáveis apresentaram redução de 46,7% e de 65,0%, no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente do não despacho da Usina, conforme mencionado. Além disso, o resultado foi impactado pela venda de carvão a fim de mitigar o risco financeiro do consumo do estoque futuro.

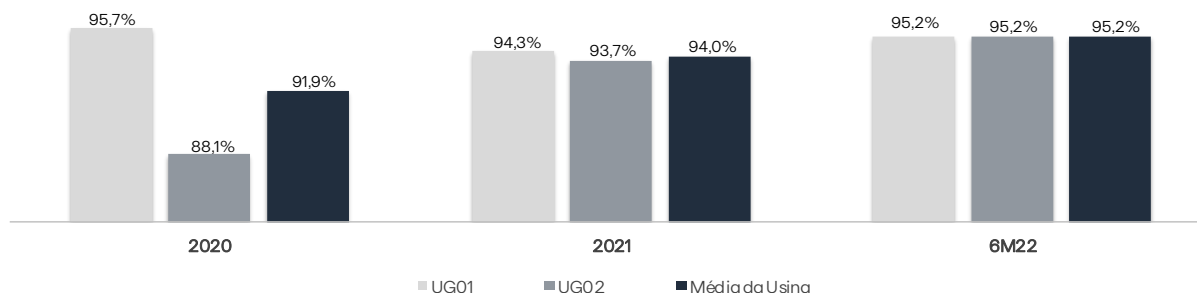
O aumento do CVU é reflexo da volatilidade do preço do carvão, decorrente principalmente da guerra entre Ucrânia e Rússia. A Margem Bruta apresentou redução de 5,3% no trimestre e aumento de 4,7% no semestre, conforme efeitos mencionados.

O PMSO reduziu 0,5% e 1,7%, no trimestre e no semestre, respectivamente, impactado pelas rubricas Pessoal, Material e Outros, reflexo de headcount, manutenções e do contrato de uso compartilhado de ativos, respectivamente, minimizado pela rubrica de Serviços de Terceiros, que refletiu as manutenções programadas ocorridas nas unidades geradoras. O EBITDA foi de R\$ 124,8 milhões e de R\$ 284,6 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente, refletindo os efeitos mencionados anteriormente. O Resultado Financeiro foi negativo em R\$ 12,5 milhões e em R\$ 24,3 milhões, aumento de 3,7% e redução de 32,7%, no trimestre e no semestre, respectivamente. No semestre a redução decorre do aumento de renda de aplicações financeiras e do menor saldo de dívida entre os períodos.

Disponibilidade

A disponibilidade média da Usina no semestre foi de 95,2%, em função da manutenção programada ocorrida nas duas unidades geradoras no trimestre.

Release 2T22



3.4 TRADING

Itens em R\$ mil ou %	EDP Trading					
	2T22	2T21	Var	6M22	6M21	Var
Receita Operacional Líquida	708.313	479.659	47,7%	1.498.912	1.356.472	10,5%
Gastos Não Gerenciáveis	(647.748)	(458.714)	41,2%	(1.394.379)	(1.271.648)	9,7%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(647.351)	(521.280)	24,2%	(1.393.514)	(1.267.466)	9,9%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	(1)	-100,0%	-	(2.729)	-100,0%
Outros	(397)	62.567	n.d.	(865)	(1.453)	-40,5%
Margem Bruta	60.565	20.945	189,2%	104.533	84.824	23,2%
Total do PMSO	(5.614)	(5.605)	0,2%	(10.666)	(11.446)	-6,8%
Pessoal	(3.963)	(4.244)	-6,6%	(7.338)	(8.167)	-10,2%
Material	(34)	(24)	41,7%	(71)	(50)	42,0%
Serviços de Terceiros	(1.563)	(1.147)	36,3%	(2.840)	(2.850)	-0,4%
Outros	(54)	(190)	-71,6%	(417)	(379)	10,0%
Provisões	147	(225)	n.d.	(8)	4.769	n.d.
EBITDA	55.098	15.115	264,5%	93.859	78.147	20,1%
Margem EBITDA	7,8%	3,2%	146,9%	6,3%	5,8%	8,7%

	Volume (MWh)			Volume (MWh)		
	2T22	2T21	Var	6M22	6M21	Var
Partes Relacionadas	292.416	199.764	46,4%	782.569	878.940	-11,0%
Vendas fora do grupo	3.686.698	3.060.511	20,5%	7.050.833	6.273.345	12,4%
Total Trading	3.979.114	3.260.275	22,0%	7.833.401	7.152.285	9,5%
Tarifa Média (R\$/MWh)	191,0	187,6	1,8%	208,1	205,0	1,5%

A Receita Líquida foi de R\$ 708,3 milhões e de R\$ 1,5 bilhão, aumento de 47,7% e de 10,5%, no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente do aumento de energia comercializada, conforme explicado no [Release de Mercado](#). Além disso, o PLD apresentou redução de 72,0% e de 67,6%, no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente da melhora do cenário hidrológico no Sistema Interligado Nacional ("SIN"), resultando em maiores níveis dos reservatórios. No trimestre, o valor contabilizado de marcação a mercado foi de R\$ 40,3 milhões, aumento de R\$ 38,7 milhões e no semestre foi de R\$ 52,1 milhões, redução de R\$ 0,8 milhão.

Os Gastos não Gerenciáveis foram de R\$ 647,7 milhões e de R\$ 1,4 bilhão, aumento de 41,2% e de 9,7%, no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente do aumento de volume e dos contratos bilaterais estabelecidos entre os agentes.

A Margem Bruta foi de R\$ 60,6 milhões e de R\$ 104,5 milhões, aumento de R\$ 36,6 milhões e de R\$ 19,7 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente, conforme efeitos já mencionados.

O PMSO foi de R\$ 5,6 milhões e de R\$ 10,7 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente, em linha com o mesmo período comparado. A rubrica de provisões apresentou redução de R\$ 4,8 milhões no semestre, decorrente do estorno de PECLD em 2021, devido a renegociações estabelecidas com clientes. O EBITDA foi de R\$ 55,1 milhões e de R\$ 93,9 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente.

Release 2T22



3.5. CLIENTES

Itens em R\$ mil ou %	Consolidado GRID			EDP Varejista			Clientes (Total GRID + Varejista)		
	2T22	2T21	Var	2T22	2T21	Var	2T22	2T21	Var
Receita Operacional Líquida	30.947	18.408	68,1%	73.284	24.681	196,9%	104.231	43.089	141,9%
Gastos Não Gerenciáveis	(7.543)	(4.531)	66,5%	(64.139)	(22.861)	180,6%	(71.682)	(27.392)	161,7%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	n.d.	(64.124)	(22.853)	180,6%	(64.124)	(22.853)	180,6%
Outros	(7.543)	(4.531)	66,5%	(15)	(8)	87,5%	(7.558)	(4.539)	66,5%
Margem Bruta	23.404	13.877	68,7%	9.145	1.820	402,5%	32.549	15.697	107,4%
Total do PMSO	(27.219)	(12.151)	124,0%	(1.677)	(1.425)	17,7%	(28.896)	(13.576)	112,8%
Pessoal	(9.992)	(7.139)	40,0%	(1.394)	(1.113)	25,2%	(11.386)	(8.252)	38,0%
Material	(10.666)	(1.298)	721,7%	(5)	(1)	400,0%	(10.671)	(1.299)	721,5%
Serviços de Terceiros	(5.382)	(3.345)	60,9%	(326)	(233)	39,9%	(5.708)	(3.578)	59,5%
Outros	(1.179)	(369)	219,5%	48	(78)	n.d.	(1.131)	(447)	153,0%
Provisões	(107)	141	n.d.	(1)	1	-200,0%	(108)	142	n.d.
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	-	-	n.d.	-	-	n.d.	-	-	n.d.
EBITDA	(3.922)	1.867	n.d.	7.467	396	1785,6%	3.545	2.263	56,7%
Margem EBITDA	-12,7%	10,1%	n.d.	10,2%	1,6%	n.d.	3,4%	5,3%	-35,2%

Itens em R\$ mil ou %	Consolidado GRID			EDP Varejista			Clientes (Total GRID + Varejista)		
	6M22	6M21	Var	6M22	6M21	Var	6M22	6M21	Var
Receita Operacional Líquida	51.377	36.877	39,3%	144.138	46.847	207,7%	195.515	83.724	133,5%
Gastos Não Gerenciáveis	(13.705)	(9.516)	44,0%	(126.466)	(45.170)	180,0%	(140.171)	(54.686)	156,3%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	n.d.	(126.436)	(45.127)	180,2%	(126.436)	(45.127)	180,2%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	n.d.	-	-	n.d.	-	-	n.d.
Outros	(13.705)	(9.516)	44,0%	(30)	(43)	-30,2%	(13.735)	(9.559)	43,7%
Margem Bruta	37.672	27.361	37,7%	17.672	1.677	953,8%	55.344	29.038	90,6%
Total do PMSO	(42.706)	(25.275)	69,0%	(4.001)	(2.690)	48,7%	(46.707)	(27.965)	67,0%
Pessoal	(17.852)	(13.172)	35,5%	(3.309)	(2.022)	63,6%	(21.161)	(15.194)	39,3%
Material	(11.745)	(4.763)	146,6%	(10)	(2)	400,0%	(11.755)	(4.765)	146,7%
Serviços de Terceiros	(9.732)	(6.443)	51,0%	(507)	(520)	-2,5%	(10.239)	(6.963)	47,0%
Outros	(3.377)	(897)	276,5%	(175)	(146)	19,9%	(3.552)	(1.043)	240,6%
Provisões	(421)	154	n.d.	(2)	1	-300,0%	(423)	155	n.d.
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	-	-	n.d.	-	-	n.d.	-	-	n.d.
EBITDA	(5.455)	2.240	n.d.	13.669	(1.012)	n.d.	8.214	1.228	568,9%
Margem EBITDA	-10,6%	6,1%	n.d.	9,5%	-2,2%	n.d.	4,2%	1,5%	186,4%

A Receita Líquida do Consolidado GRID aumentou R\$ 12,5 milhões e R\$ 14,5 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente. Dentre os principais impactos positivos, destacam-se os investimentos significativos em geração fotovoltaica. Foram contratados 247,6 MWp de projetos solares até o trimestre, reforçando o compromisso da Companhia em ampliar os investimentos no mercado de Solar. Desse total foram instalados 75,3 MWp em mais de 40 projetos e 172,3 MWp estão em desenvolvimento, sendo 137,2 MWp de contratos *Utility Scale*, em parceria com a EDP Renováveis.

O PMSO aumentou 124,0% e 69,0%, no trimestre e no semestre, respectivamente, reflexo do aumento no quadro de funcionários e de maiores manutenções. O EBITDA foi negativo em R\$ 4,0 milhões e R\$ 5,5 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente.

A Receita Líquida da EDP Varejista aumentou R\$ 48,6 milhões e R\$ 97,3 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente, reflexo da contabilização dos contratos de médio e longo prazo, que passaram a vigorar à partir de julho de 2021, resultando em aumento da Margem Bruta de R\$ 7,3 milhões e de R\$ 16,0 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente.

O PMSO aumentou 17,7% e 48,7%, no trimestre e no semestre, respectivamente, reflexo do aumento na rubrica de Pessoal, decorrente do aumento no quadro de funcionários. O EBITDA foi de R\$ 7,5 milhões e de R\$ 13,7 milhões, no trimestre e no semestre, respectivamente.

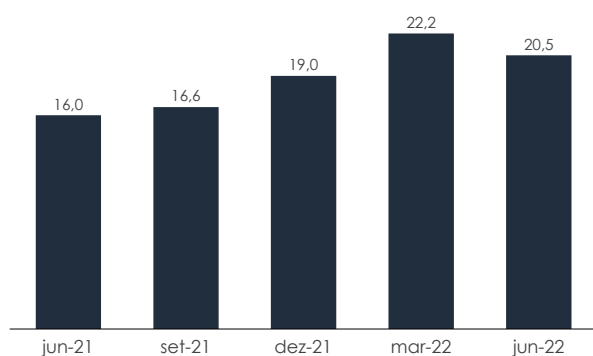
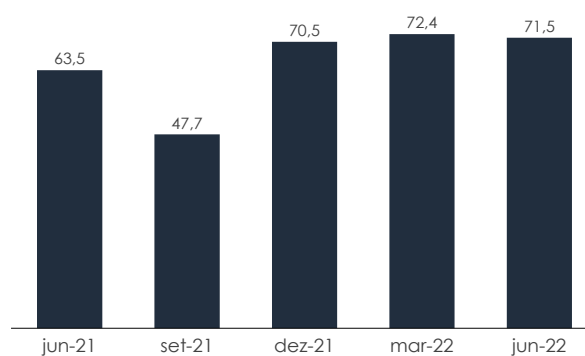
A Companhia apresentou aumento de 316,9 GWh e de 339,4 GWh no volume de energia comercializada, no trimestre e no semestre, respectivamente, decorrente da intensificação das vendas dos contratos da atacadista.

4. MERCADO DE CAPITAIS

4.1. DESEMPENHO DAS AÇÕES

Em 30 de junho, o valor de mercado da Companhia era de R\$ 11,9 bilhões, com as ações cotadas a R\$ 20,5, desvalorização de 7,4% no trimestre, desempenho este superior ao Ibovespa (-17,9%) e igual ao IEE (-7,4%). No semestre, as ações da Companhia valorizaram 8,1%, enquanto o Ibovespa apresentou desvalorização de 6,0% e o IEE valorização de 3,3%. As ações da Companhia foram negociadas em todos os pregões, totalizando 205,2 milhões de ações no trimestre e 416,8 milhões de ações no semestre. A média diária alcançou 3,3 milhões e 3,4 milhões de ações, no trimestre e no semestre, respectivamente. O volume financeiro no semestre totalizou R\$ 8,9 bilhões, com volume médio diário de R\$ 71,9 milhões.

Release 2T22

**Evolução da Cotação¹ (R\$)****Volume Médio Diário (R\$ milhões)**¹ Considera ajustes por proventos até 06/04/2022

4.2. CAPITAL SOCIAL

Em 30 de junho, o capital social da Companhia era representado, na sua totalidade, por 581.165.268 ações ordinárias nominativas. Do total de ações, 241.570.814 encontravam-se em circulação, em conformidade com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, 13.606.506 ações em tesouraria e 261.954 foram destinados ao programa de Incentivo de Longo Prazo dos executivos.

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)



		Controladora		Consolidado	
	Nota	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	362.384	932.703	2.203.804	2.699.490
Títulos e valores mobiliários	6			357.965	11.722
Contas a receber	7			2.477.448	2.856.290
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	9	21.306	56.760	228.575	280.791
Outros tributos compensáveis	9	70.335	63.140	595.615	552.974
Tributos diferidos	10			113.050	56.661
Empréstimos a receber	11	228.945	216.606		
Instrumentos Financeiros Derivativos	36.1.2	9.156		10.969	
Dividendos	14	314.890	360.465	38.239	50.015
Estoques	12			436.432	460.408
Cauções e depósitos vinculados	13	350	350	22.800	10.001
Ativos financeiros setoriais	8			344.157	643.174
Ativos da concessão	21			420.663	55.184
Compromissos futuros	15			743.572	440.678
Outros créditos	16	32.181	29.012	344.510	425.434
		1.039.547	1.659.036	8.337.799	8.542.822
Ativos não circulantes mantidos para venda	17	1.231.241	1.228.954	1.311.194	1.328.481
Total do Ativo Circulante		2.270.788	2.887.990	9.648.993	9.871.303
Não circulante					
Títulos a receber					
Ativo financeiro indenizável	20			5.082.839	4.362.393
Ativos da concessão	21			6.936.872	5.685.037
Contas a receber	7			115.448	103.977
Títulos e valores mobiliários	6			2.500	2.500
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	9		55.421	61.139	139.812
Outros tributos compensáveis	9	1.909	1.909	577.137	930.969
Tributos diferidos	10			554.631	601.422
Empréstimos a receber	11	99.238	94.132	14.469	12.713
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	683.660	346.285		
Cauções e depósitos vinculados	13	12.006	4.892	414.250	419.776
Ativos financeiros setoriais	8			61.879	786.263
Compromissos futuros	15			388.373	427.583
Outros créditos	16	58.445	40.986	31.414	32.570
		855.258	543.625	14.240.951	13.505.015
Investimentos	18	8.545.624	8.954.824	1.443.943	1.311.885
Propriedades para investimentos	22	9.484	9.484	58.183	11.381
Imobilizado	23	78.006	67.567	5.940.731	6.068.213
Intangível	24	39.942	38.425	4.231.237	2.610.942
		8.673.056	9.070.300	11.674.094	10.002.421
Total do Ativo Não circulante		9.528.314	9.613.925	25.915.045	23.507.436
TOTAL DO ATIVO		11.799.102	12.501.915	35.564.038	33.378.739

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)



		Controladora		Consolidado	
	Nota	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	25	23.739	50.834	1.400.671	1.944.092
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	9	1.153	3.899	154.054	136.043
Outros tributos a recolher	9	30.116	122.691	379.683	634.891
Tributos diferidos	10			130.601	67.558
Dividendos	14	4.489	515.900	66.590	680.874
Debêntures	26	30.433	201.893	505.110	779.421
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	27		105.305	947.745	801.082
Instrumentos Financeiros Derivativos	36.1.2	9.156		64.455	
Benefícios pós-emprego	28			45.860	51.615
Encargos setoriais				119.707	132.454
Uso do bem público				45.234	43.269
Ressarcimento por indisponibilidade				1.915	2.945
Provisões	29			72.916	65.503
Passivos financeiros setoriais	8			744.798	627.003
Compromissos futuros	15			575.468	379.905
Outras contas a pagar	16	90.593	73.567	488.365	464.929
		189.679	1.074.089	5.743.172	6.811.584
Passivos não circulantes mantidos para venda	17			58.858	178.000
Total do Passivo Circulante		189.679	1.074.089	5.802.030	6.989.584
Não circulante					
Outros tributos a recolher	9	8.957	11.409	283.828	291.986
Tributos diferidos	10	206.348	206.202	2.168.914	1.227.836
Debêntures	26	41.896	34.736	8.851.312	6.944.962
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	27			3.012.690	2.072.049
Instrumentos Financeiros Derivativos	36.1.2			136.290	
Benefícios pós-emprego	28			714.026	798.634
Uso do bem público				493.494	462.865
Provisões	29	20.154	8.099	655.229	587.029
Provisão para passivo a descoberto	18	53.923	1.065	1.325	2.329
Passivos financeiros setoriais	8			780.146	1.496.347
Compromissos futuros	15			82.301	85.737
Outras contas a pagar	16	29.451	14.918	138.342	125.369
Total do Passivo Não circulante		360.729	276.429	17.317.897	14.095.143
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	30.1	5.502.716	5.502.716	5.502.716	5.502.716
Reservas de capital	30.2	128.634	132.834	128.634	132.834
Reservas de lucros	30.2	5.583.748	6.260.565	5.583.748	6.260.565
Outros resultados abrangentes	30.3	(590.939)	(654.184)	(590.939)	(654.184)
Ações em tesouraria	30.4	(279.374)	(90.534)	(279.374)	(90.534)
Lucros acumulados		903.909		903.909	
		11.248.694	11.151.397	11.248.694	11.151.397
Participações não controladores	30.5			1.195.417	1.142.615
Total do Patrimônio líquido		11.248.694	11.151.397	12.444.111	12.294.012
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		11.799.102	12.501.915	35.564.038	33.378.739

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
 PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	Controladora				Consolidado			
		Movimento do período		Acumulado do período		Movimento do período		Acumulado do período	
		01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
Receitas	31	799	683	2.362	1.418	4.065.139	3.954.428	8.176.250	7.947.221
Custos	32								
Custo do serviço de energia elétrica						(1.897.333)	(2.130.772)	(3.925.128)	(4.095.668)
Custo da produção da energia elétrica						(101.361)	(116.975)	(107.914)	(258.537)
Custo de operação						(384.792)	(341.254)	(718.597)	(645.894)
Custo do serviço prestado a terceiros						(498.397)	(544.523)	(924.034)	(1.050.340)
		-	-	-	-	(2.881.883)	(3.133.524)	(5.675.673)	(6.050.439)
Lucro bruto		799	683	2.362	1.418	1.183.256	820.904	2.500.577	1.896.782
Despesas e Receitas operacionais	32								
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD						(42.348)	(34.050)	(84.837)	(58.981)
Despesas gerais e administrativas		(37.116)	(32.601)	(62.164)	(61.012)	(195.928)	(139.888)	(334.281)	(286.513)
Ganho na alienação de investimentos		(410)				(410)			
Outras despesas e receitas operacionais		(7.435)	4.408	(9.064)	4.138	(36.759)	(23.596)	(76.445)	(47.924)
		(44.961)	(28.193)	(71.228)	(56.874)	(275.445)	(197.534)	(495.563)	(393.418)
Resultado das participações societárias	18	438.134	372.649	983.566	914.201	88.508	52.953	128.445	121.303
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		393.972	345.139	914.700	858.745	996.319	676.323	2.133.459	1.624.667
Resultado financeiro	33								
Receitas financeiras		4.763	10.967	32.699	18.085	239.946	80.009	396.719	163.413
Despesas financeiras		(13.543)	(10.663)	(25.547)	(36.166)	(657.541)	(216.102)	(1.162.698)	(509.488)
		(8.780)	304	7.152	(18.081)	(417.595)	(136.093)	(765.979)	(346.075)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		385.192	345.443	921.852	840.664	578.724	540.230	1.367.480	1.278.592
Tributos sobre o lucro	34								
Imposto de renda e contribuição social correntes		(3.993)		(17.815)		(137.945)	(113.493)	(335.542)	(253.736)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(88)	(953)	(128)	(392)	(21.770)	(45.987)	(52.818)	(118.804)
		(4.081)	(953)	(17.943)	(392)	(159.715)	(159.480)	(388.360)	(372.540)
Lucro líquido do período		381.111	344.490	903.909	840.272	419.009	380.750	979.120	906.052
Atribuível aos acionistas controladores		381.111	344.490	903.909	840.272	381.111	344.490	903.909	840.272
Atribuível aos acionistas não controladores						37.898	36.260	75.211	65.780
Resultado por ação atribuível aos acionistas	35								
Resultado básico por ação (reais/ações)									
ON		0,33575	0,59286	10,15662	1,43004	0,33575	0,59286	10,15662	1,43004
Resultado diluído por ação (reais/ações)									
ON		0,33435	0,59057	9,99015	1,42342	0,33435	0,59057	9,99015	1,42342

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
 PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO
 (Em milhares de reais)



	Controladora				Consolidado			
	Movimento do período		Acumulado do período		Movimento do período		Acumulado do período	
	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
Lucro líquido do período	381.111	344.490	903.909	840.272	419.009	380.750	979.120	906.052
Outros resultados abrangentes								
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado								
Ganhos atuariais - Benefícios pós-emprego					91.051	15.236	91.096	15.280
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	83.462	13.292	63.245	70.834	(5)	(2)	64.979	56.284
Imposto de renda e contribuição social diferidos					(30.956)	(5.181)	(30.971)	(5.196)
	<u>83.462</u>	<u>13.292</u>	<u>63.245</u>	<u>70.834</u>	<u>60.090</u>	<u>10.053</u>	<u>125.104</u>	<u>66.368</u>
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado								
Hedge de fluxos de caixa					35.412	4.907	(93.726)	6.766
Imposto de renda e contribuição social diferidos					(12.040)	(1.668)	31.867	(2.300)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>23.372</u>	<u>3.239</u>	<u>(61.859)</u>	<u>4.466</u>
Resultado abrangente do período	<u>464.573</u>	<u>357.782</u>	<u>967.154</u>	<u>911.106</u>	<u>502.471</u>	<u>394.042</u>	<u>1.042.365</u>	<u>976.886</u>
Atribuível aos acionistas controladores	464.573	357.782	967.154	911.106	464.573	357.782	967.154	911.106
Atribuível aos acionistas não controladores					37.898	36.260	75.211	65.780

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais)



Período de 6 meses findos em 30 de junho

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.502.716	141.069	5.365.110	(145.988)	(741.827)	-	10.121.080	1.135.193	11.256.273
Aumento/Redução de capital de subsidiárias							-	3.800	3.800
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(797)					(797)	797	-
Dividendos destinados a não controladores							-	(37.439)	(37.439)
Opções de ações outorgadas		(730)		2.025			1.295		1.295
Recompra de ações em tesouraria				(342.065)			(342.065)		(342.065)
Lucro líquido do período						840.272	840.272	65.780	906.052
Destinação do lucro									
Dividendos complementares			(203.072)				(203.072)		(203.072)
Outros resultados abrangentes									
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias					70.834		70.834		70.834
Saldos em 30 de junho de 2021	5.502.716	139.542	5.162.038	(486.028)	(670.993)	840.272	10.487.547	1.168.131	11.655.678

Período de 6 meses findos em 30 de junho

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.502.716	132.834	6.260.565	(90.534)	(654.184)	-	11.151.397	1.142.615	12.294.012
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(796)					(796)	796	-
Dividendos adicionais - AGO 05/04/2022			(676.817)				(676.817)		(676.817)
Dividendos destinados a não controladores							-	(23.205)	(23.205)
Opções de ações outorgadas		(1.882)					(1.882)		(1.882)
Alienação de ações de tesouraria		(1.522)					(1.522)		(1.522)
Recompra de ações em tesouraria				(188.840)			(188.840)		(188.840)
Lucro líquido do período						903.909	903.909	75.211	979.120
Outros resultados abrangentes									
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias					63.245		63.245		63.245
Saldos em 30 de junho de 2022	5.502.716	128.634	5.583.748	(279.374)	(590.939)	903.909	11.248.694	1.195.417	12.444.111

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODOS DE 6 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO
(Em milhares de reais)



Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	921.852	840.664	1.367.480	1.278.592
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Tributos diferidos	18	4	4.921	1.664
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD			84.629	58.981
Remuneração dos Ativos da concessão			(303.043)	(312.200)
Valor justo do ativo financeiro indenizável			(247.602)	(121.476)
Depreciações e amortizações	8.742	9.102	376.755	344.225
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		387	42.830	40.339
Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos				(1.257)
Juros e atualizações monetárias dos Empréstimos à receber	(27.438)	(6.830)	(32.187)	(8.608)
Direito de concessão - GSF				(23.296)
Ativos e passivos financeiros setoriais			5.501	(25.948)
Fornecedores - atualização monetária - Energia livre			3.133	4.916
Encargos de dívidas, variações monetárias e AVP sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	20.936	34.407	707.710	255.979
Uso do bem público - atualização monetária e AVP			54.781	76.487
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP	979	304	6.213	4.513
Provisão para plano de benefícios pós-emprego			36.946	31.975
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	13.061	1.660	90.984	60.902
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP			4.374	3.693
Compromissos futuros			(71.556)	(52.926)
Resultado de participações societárias	(983.566)	(914.201)	(128.445)	(121.303)
Ganhos com investimentos		(4.465)		(4.465)
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária			26.935	15.482
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(376)	(77)	(10.630)	(4.771)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(196)		(22.695)	26.049
Provisão (reversão) - Ressarcimento por Indisponibilidade			(1.030)	(1.739)
Atualização monetária - GSF			1.634	52.050
Instrumentos Financeiros Derivativos			134.831	
Outros	(3.022)	(537)	88.691	(26.085)
	(49.010)	(39.582)	2.221.160	1.551.773
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Contas a receber			338.281	742.746
Ativos financeiros setoriais			1.135.581	(37.540)
Ativos da concessão			168.431	30.094
Imposto de renda e contribuição social a compensar		295	64.204	121.747
Outros tributos compensáveis	(5.452)	(2.525)	225.583	225.974
Estoques			(36.832)	(127.680)
Cauções e depósitos vinculados	(6.738)	(359)	11.069	(2.271)
Rendas a receber			(8.483)	1.859
Instrumentos Financeiros Derivativos			(1.813)	
Outros ativos operacionais	(28.076)	5.900	(40.967)	(45.222)
	(40.266)	3.311	1.855.054	909.707
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores	(27.095)	(7.742)	(564.203)	(1.034.613)
Passivos financeiros setoriais			(715.617)	(416.189)
Imposto de renda e contribuição social a recolher			(133.257)	(141.459)
Outros tributos a recolher	2.000	(424)	(55.844)	38.653
Benefícios pós-emprego			(38.266)	(22.891)
Encargos setoriais			(41.698)	(12.250)
Provisões	(1.006)	(1.154)	(37.752)	(39.081)
Uso do bem público			(22.187)	(18.304)
Outros passivos operacionais	41.291	10.419	44.079	2.103
	15.190	1.099	(1.564.745)	(1.644.031)
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(74.086)	(35.172)	2.511.469	817.449
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.734)		(195.328)	(249.493)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(78.820)	(35.172)	2.316.141	567.956
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Alienação de investimento			115	
Aquisição de investimento			(2.113.690)	(78.355)
Dividendos e Juros sobre o capital próprio recebidos	1.530.052	495.686	71.145	36.867
Títulos e valores mobiliários			(346.243)	45.441
Adiantamento para futuro aumento de capital	(337.375)	(126.330)		
Aumento de capital social em subsidiárias		(8.700)		
Adições aos ativos da concessão			(885.872)	(809.188)
Adições ao ativo financeiro indenizável	(17.272)	(30.189)	(17.272)	(30.189)
Adições ao Imobilizado e Intangível			(56.989)	(37.064)
Alienação de bens e direitos				11
Empréstimos a receber	9.425	27.891	(107.974)	1.649
Caixa e equivalentes de caixa - Investimentos			206.290	631
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	1.184.830	358.358	(3.250.490)	(870.197)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Cauções e depósitos vinculados			84	(6.040)
Títulos recebidos		2.167		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(1.193.872)	(562.914)	(1.355.330)	(693.700)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures			2.986.369	2.350.798
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures	(271.422)	(154.019)	(613.515)	(1.979.248)
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos	(19.119)	(17.910)	(372.518)	(211.721)
Pagamentos do principal de arrendamentos	(1.554)	(984)	(18.665)	(19.456)
Aumento de capital social em subsidiárias por não controladores				3.800
Adiantamento para futuro aumento de capital por não controladores			2.600	
Recompra de ações em tesouraria	(190.362)	(342.065)	(190.362)	(342.065)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento	(1.676.329)	(1.075.725)	438.663	(897.632)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(570.319)	(752.539)	(495.686)	(1.199.873)
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	362.384	154.665	2.203.804	1.535.985
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	932.703	907.204	2.699.490	2.735.858
	(570.319)	(752.539)	(495.686)	(1.199.873)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PERÍODOS DE 6 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO
 (Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Geração do valor adicionado	8.886	28.309	11.838.191	12.804.069
Receita operacional	2.530	1.427	10.347.831	11.037.274
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD			(84.837)	(58.981)
Receita relativa à construção de ativos próprios	5.365	22.416	69.478	80.221
Receita de Construção			903.023	1.163.801
Remuneração dos Ativos da concessão			340.439	255.327
Atualização do Ativo financeiro indenizável			247.602	121.476
Outras receitas	991	4.466	14.655	204.951
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(36.041)	(45.408)	(5.863.070)	(7.987.460)
Custos da energia comprada			(3.636.970)	(5.502.068)
Encargos de uso da rede elétrica			(673.557)	(712.498)
Materiais	(258)	(746)	(81.588)	(46.900)
Matéria-prima e insumos para produção energia elétrica			(110.218)	(262.391)
Serviços de terceiros	(20.168)	(39.180)	(309.518)	(293.333)
Custo de construção da infraestrutura			(901.799)	(1.039.546)
Outros custos operacionais	(15.615)	(5.482)	(149.420)	(130.724)
Valor adicionado bruto	(27.155)	(17.099)	5.975.121	4.816.609
Retenções				
Depreciações e amortizações	(8.739)	(9.106)	(401.417)	(356.371)
Valor adicionado líquido produzido	(35.894)	(26.205)	5.573.704	4.460.238
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	45.847	18.700	423.918	176.944
Resultado da equivalência patrimonial	983.566	914.201	128.445	121.303
Valor adicionado total a distribuir	993.519	906.696	6.126.067	4.758.485
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	23.555	19.395	207.645	167.574
Benefícios	3.476	3.809	61.588	53.885
FGTS	2.704	1.449	21.408	14.885
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	33.161	3.310	1.983.477	1.504.815
Estaduais	12	72	1.690.421	1.397.477
Municipais	1.181	791	9.143	11.888
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	25.547	36.166	1.170.450	701.002
Aluguéis	(26)	1.432	2.815	907
Remuneração de capital próprio				
Participações dos não controladores			75.211	65.780
	89.610	66.424	5.222.158	3.918.213
Lucros retidos	903.909	840.272	903.909	840.272
	993.519	906.696	6.126.067	4.758.485

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



1 Contexto

1.1 Operacional

A EDP - Energias do Brasil S.A. (Companhia, Controladora ou EDP - Energias do Brasil), sociedade anônima de capital aberto, constituída em 24 de julho de 2000, com sede no município de São Paulo, tem como objeto social: (i) participar em outras sociedades, como acionista ou quotista, bem como prestar serviços em negócios e empreendimentos do setor energético, no Brasil ou no exterior; (ii) gerir ativos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; (iii) estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; e (iv) prestar serviços em negócios do setor energético no Brasil ou no exterior.

As ações da Companhia, sob o código "ENBR3", estão registradas no mais elevado nível de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, denominado Novo Mercado. Adicionalmente, as ações da Companhia integram as carteiras dos seguintes índices na B3: Índice Bovespa - Ibovespa e Índice de Energia Elétrica - IEE.

A Companhia possui as seguintes participações nas controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas:

			% Participação			
Empresas	Classificação	Consolidação	30/06/2022		31/12/2021	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
Distribuição						
EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. (EDP Espírito Santo)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. (EDP São Paulo)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Geração						
Energest S.A. (Energest)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Enerpeixe S.A. (Enerpeixe)	Controlada	integral	60,00	-	60,00	-
Investco S.A. (Investco)	Controlada	integral	-	40,78	-	40,78
Lajeado Energia S.A. (Lajeado)	Controlada	integral	55,86	-	55,86	-
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Porto do Pecém)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Resende Engenharia e Assessoria Ltda. (Resende)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Companhia Energética do Jari - (CEJA)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Cachoeira Caldeirão)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Empresa de Energia São Manoel S.A. (São Manoel)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	33,334	-	33,334	-
Comercialização						
EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. (EDP Trading)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Transmissão						
EDP Transmissão Aliança SC S.A. (EDP Transmissão Aliança)	Controlada	integral	90,00	-	90,00	-
EDP Transmissão Litoral Sul S.A. (EDP Transmissão Litoral Sul)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
EDP Transmissão SP-MG S.A. (EDP Transmissão SP-MG)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	100,00
Mata Grande Transmissora de Energia Ltda. (Mata Grande Transmissora) (Nota 18.1)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP Transmissão Norte S.A. (EDP Transmissão Norte)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
EDP Transmissão Goiás S.A. (EDP Goiás)	Controlada	integral	99,994	-	-	-
Clientes						
EDP Smart Serviços S.A. (EDP Smart Serviços)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP Smart Soluções S.A. (EDP Smart Soluções)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
EDP Smart Energia Ltda. (EDP Smart Energia)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
UFV SP V Equipamentos Fotovoltáicos LTDA. (UFV SP V Equipamentos)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
AES Inova Soluções de Energia Ltda. (Inova Soluções de Energia)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
Nova Geração Solar Ltda. (Nova Geração Solar)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
Energia Solar I SPE Ltda. (Energia Solar I) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
Energia Solar II SPE Ltda. (Energia Solar II)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
Energia I SPE S.A (Energia I)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
Energia II SPE S.A (Energia II)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
Outros						
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (CELESC)	Coligada com influência significativa	por equivalência patrimonial	29,90	-	29,90	-
EDP Ventures Brasil S.A. (EDP Ventures)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Mabe Construções e Administração de Projetos Ltda. (Mabe)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Comercializadora de equipamentos y materiais Mabe Ltda. (Mabe Chile)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial pela Mabe Construções	-	50,00	-	50,00
Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. (Santa Leopoldina)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. (Pecém OM)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. (Pecém TM)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Blue Sol Participações S.A. (Blue Sol)	Coligada	por equivalência patrimonial	-	40,00	-	40,00

1.1.1 Alteração na denominação social

No período findo em 30 de junho de 2022, foram deliberadas alterações das denominações sociais das controladas, conforme relacionadas abaixo:

Denominação antiga	Denominação atual	Data de Alteração
CELG Transmissão S.A. - CELG - T	EDP Transmissão Goiás S.A. (EDP Goiás)	AGE - 17/03/2022
AES Tietê Inova Soluções de Energia II (Inova Soluções de Energia II)	Energia Solar I SPE Ltda (Energia Solar I)	ACS - 04/01/2022

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



1.2 Estratégias ESG - Environmental, Social and Governance

A EDP - Energias do Brasil integra, há 16 anos, o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, tendo conquistado o 1º lugar no *ranking* geral no exercício de 2021, sendo *benchmark* no desempenho da carteira nas dimensões Geral, Natureza do Produto, Econômico, Ambiental e Social, indicando a solidez da sua estratégia de sustentabilidade. O ISE é uma ferramenta de análise comparativa e reflete o retorno de uma carteira composta por ações de companhias com os melhores desempenhos de aspectos ESG, sendo referência para o investimento socialmente responsável. O ESG é um conjunto de práticas ambientais, sociais e de governança que pode ser usado para guiar investimentos e escolhas de consumo focadas em sustentabilidade. A Companhia mantém o seu compromisso em contribuir para 9 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Organização das Nações Unidas - ONU, sendo eles: Igualdade de gênero; Energia acessível e limpa; Trabalho decente e crescimento econômico; Indústria, Inovação e Infraestrutura; Cidades e comunidades sustentáveis; Consumo e produção responsáveis; Ação contra a mudança global do clima; Vida terrestre; e Parcerias e meios de implementação.

A EDP - Energias do Brasil é uma companhia comprometida com a excelência ESG, que tem a Sustentabilidade como principal valor de uma estratégia integrada. Por isso, a visão de futuro da Grupo EDP - Energias do Brasil é guiada pelo Plano Estratégico 2021-2025, um compromisso ambicioso, que inclui uma aceleração do crescimento em energias renováveis, apoiado pela história de conquistas enquanto líderes da transição energética. O Plano Estratégico 2021-2025 é orientado por quatro eixos: liderança da transição energética, compromisso com a proteção do meio ambiente, geração de impacto social positivo e atuação sob uma estrutura de governança forte.

2 Outorgas

Nas concessões, registros e autorizações as companhias têm ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21, os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Também é estabelecido que, extinta a concessão a autorização ou o registro, operar-se-á, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados à prestação dos serviços, procedendo-se os levantamentos e as avaliações necessárias pelo órgão regulador.

A Resolução ANEEL nº 691/15 regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados a concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

Em 30 de junho de 2022 as controladas e controladas em conjunto da Companhia possuem o direito de explorar as seguintes outorgas de geração, transmissão e distribuição de energia:

Em operação

Empresas	Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada (MWm)	Energia assegurada (MWm)	Início	Término	Prorrogação	Indenização
Distribuição										
EDP Espírito Santo		Serviço Público	Concessão	ES			17/07/1995	17/07/2025	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
EDP São Paulo		Serviço Público	Concessão	SP			23/10/1998	23/10/2028	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Geração										
Cachoeira Caldeirão (Nota 17.2)	UHE Cachoeira Caldeirão	Produtor Independente	Concessão	AP	219,00	129,70	29/05/2013	19/08/2048	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(ii)
CEJA (Nota 17.2)	UHE Santo Antônio do Jari	Produtor Independente	Concessão	PA/AP	392,95	222,00	21/12/1987	28/10/2045	20 anos	(i)
Energist (Nota 17.1)	UHE Mascarenhas	Serviço Público	Concessão	ES/MG	198,00	134,80	14/07/1995	12/03/2027	A critério da Aneel poderá ser prorrogada por mais 20 anos	(i)
Enerpeixe	UHE Peixe Angical	Produtor Independente	Concessão	TO	498,75	280,50	07/11/2001	11/05/2042	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Investco	UHE Luiz Eduardo Magalhães	Produtor Independente	Concessão	TO	902,50	505,10	15/01/1998	22/09/2035	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Porto do Pecém	UTE Porto do Pecém I	Produtor Independente	Autorização	CE	720,27	645,30	01/07/2008	20/01/2044	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(iii)
São Manoel	UHE São Manoel	Produtor Independente	Concessão	PA	735,84	430,40	10/04/2014	09/12/2049	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(ii)

Transmissão

Operação comercial

Empresas	Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação	Indenização
EDP Transmissão Aliança (Nota 4.6)	484,5 km	Serviço Público	Concessão	TO	3 LT 525kV; 2 LT 230kV; SE 525/230 kV	15/01/1998	22/09/2035	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
EDP Transmissão SP-MG (Nota 4.6)	375 km	Serviço Público	Concessão	PA	LT 500 kV	10/04/2014	09/12/2049	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
	744 km	Serviço Público	Concessão	GO	13 LT 230 kV; 12 SE 230/138/69 kV	01/01/2013	01/01/2043	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
EDP Goiás (Nota 4.7)	11 km	Serviço Público	Concessão	GO	1 LT 230 kV; 2 SE 230 kV	06/03/2015	06/03/2045	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
	0 km (Compensador Estático)	Serviço Público	Concessão	GO	Compensador Estático	20/01/2016	20/01/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)

Operação parcial (Nota 4.6)

Empresas	Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação	Indenização
EDP Transmissão Litoral Sul	142 km	Serviço Público	Concessão	SC/RS	3 LT 230kV; SE 230/69 kV; SE 230/138/69 kV	27/06/2016	27/06/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Em fase de projeto/construção

Empresas	Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação	Indenização
Transmissão									
Mata Grande Transmissora	113 km	Serviço Público	Concessão	MA	LT 230kV	20/09/2018	20/09/2048	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
EDP Transmissão Norte	360 km	Serviço Público	Concessão	AC/RO	LT 230kV; SE 230/69-13,8kV	30/09/2021	30/09/2051	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)

(i) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da própria Agência.

(ii) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O valor será apurado mediante auditoria própria do Poder Concedente.

(iii) Não existe previsão de indenização.

Adicionalmente a coligada Celesc, na qual a Companhia possui participação minoritária com influência significativa, detém o controle das seguintes outorgas:

Empresas	Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada (MWm)	Energia assegurada (MWm)	Término da concessão
Distribuição							
Celesc Distribuição S.A. – Celesc D		Serviço Público	Concessão	SC			07/07/2045
Gás natural							
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS		Serviço Público	Concessão	SC			28/03/2044
Geração							
Celesc Geração S.A. – Celesc G	UHE Garcia	Produtor Independente	Concessão	SC	8,92	7,10	03/01/2053
	UHE Pery	Produtor Independente	Concessão	SC	30,00	14,08	07/07/2054
	UHE: Palmeiras, Bracinho e Cedros	Produtor Independente	Concessão	SC	48,00	32,25	06/11/2053
	UHE Saltos	Produtor Independente	Concessão	SC	6,28	3,99	05/11/2053
	PCH Celso Ramos	Produtor Independente	Concessão	SC	13,92	6,77	(i)
	CGH: Caveiras, Ivo Silveira, Pirai, São Lourenço e Rio do Peixe	Produtor Independente	Concessão	SC	8,15	5,97	(i)
	Total				115,27	70,16	

Outros projetos de expansão de propriedade integral da coligada Celesc G estão em fase de revisão para ampliação e reativação conforme tabela a seguir:

Descrição	Localização	Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Acréscimo de Potência (MW)	Potência Final (MW)	Status
Usina Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	23,00	29,28	Licenciamento Ambiental
Usina Cedros Etapas 1 e 2	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	4,50	12,90	Revisão de Projeto Básico
Usina Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	0,75	25,35	Revisão de Projeto Básico
CGH Marum	São José/SC	(i)	-	1,00	1,00	Obras em licitação
CGH Caveiras	Lages/SC	(i)	3,83	-	-	Revisão de Projeto Básico
Total			43,11	29,25	68,53	

As informações apresentadas acima foram extraídas das informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2022, divulgadas ao mercado em 20 de maio de 2022.

(i) Usinas com potência instalada inferior a 5MW estão dispensadas do ato de Concessão (Lei no 13.360/16).

(ii) Potência final será definida com a Revisão de Projeto Básico.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que ela e suas controladas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia e das controladas não têm conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia e suas controladas autorizou a emissão das informações contábeis intermediárias em 13 de julho de 2022. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2021.

Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas devido às variações não serem relevantes comparadas às informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2021. Consequentemente, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais divulgadas à CVM em 16 de fevereiro de 2022. Segue abaixo a relação das notas explicativas nessa situação:

Número da nota explicativa em 31/12/2021	Título da nota explicativa	Justificativa
2.1	Contratos de concessão de Distribuição, Geração e Transmissão	(a)
3.8	Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes	(b)
9.6	Parcelamentos	(b)

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Número da nota explicativa em 31/12/2021	Título da nota explicativa	Justificativa
16.10	Títulos a receber	(b)
17.1	Alienação de 100% do capital social das três subsidiárias de transmissão	(a)
24.2	Energia livre	(a)
18.1	Aquisição de ativos - Mata Grande Transmissora	(b)
18.2	Combinação de negócios - Inova Soluções de Energia e subsidiárias	(b)
29	Uso do Bem Público - UBP	(b)
30	Ressarcimento por indisponibilidade	(b)
32.2	Destinação do lucro	(b)
32.3.1.1	Características dos Planos de Remuneração Baseado em Ações	(a)
32.6.1	Partes beneficiárias	(b)
36.3	SUDAM e SUDENE	(b)
38.1.1.1	Ativos financeiros	(c)
38.1.1.2	Passivos financeiros	(c)
38.1.2	Valor justo	(c)
38.1.2.1	Mensuração a valor justo	(c)
41	Cobertura de seguros	(b)

(a) Nota explicativa idêntica à divulgada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

(b) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 30 de junho de 2022, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, considerados imateriais pela Administração da Companhia.

(c) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, desta forma, os textos não estão sendo apresentados.

3.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia e suas controladas estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

3.3 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 36.1.1; (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial (Nota 28); (iii) a marcação a mercado dos contratos de compromissos futuros, conforme demonstrado na nota 36.2.1; e (iv) instrumentos financeiros derivativos, conforme demonstrado na nota 36.1.2.

3.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.7.

As principais estimativas que representam risco significativo de causar ajustes materiais ao conjunto das informações contábeis intermediárias, nos próximos períodos, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 3.7); Fornecimento não faturado (Nota 7); Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota 7); Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (Nota 7.7); Ativos e passivos financeiros setoriais (Nota 8); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 10); Compromissos futuros (Nota 15); Ativos da concessão (Nota 21); Ativo Financeiro Indenizável (Nota 20); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 23 e 24); Planos de benefícios pós-emprego (Nota 28); Provisões para contingências (Nota 29.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 29.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros.

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas, que operam no Brasil, é o Real e as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6 Informações contábeis intermediárias consolidadas

As informações contábeis intermediárias consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, correlacionado ao IFRS 10, aprovado pela Deliberação CVM nº 698/12, abrangendo a Companhia e suas controladas (Nota 18).

As controladas diretas e indiretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora nas suas controladas.
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado e nas demonstrações dos resultados abrangentes.
- As combinações de negócios são consideradas no momento da aquisição do controle de um negócio, sendo os montantes reconhecidos mensurados a valor justo com base em laudos de avaliação elaborados por avaliadores independentes.
- Consolidação de entidades com investimento inferior a 50%: a Companhia é controladora indireta da Investco, com 40,78% de participação, devido ao controle direto da Lajeado com 55,86% que, por sua vez, detém 73% do capital votante da Investco, assegurando o poder de controle das atividades da mesma, bem como, da sua consolidação integral nas demonstrações financeiras.
- Coligada com influência significativa: a Companhia detém 29,90% da participação no capital total e 33,11% de participação no capital votante da Celesc, possuindo 3 assentos no Conselho de Administração e 1 assento no Conselho Fiscal (Nota 19.2) e 40% da participação no capital total da Blue Sol.
- As datas das informações contábeis intermediárias das controladas e controladas em conjunto utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia. Em relação à coligada Celesc, sociedade anônima com ações negociadas na B3 e que segue as normas da CVM, o cálculo de equivalência patrimonial utiliza as demonstrações financeiras com defasagem em relação à data-base apresentada, uma vez que o calendário de divulgação das demonstrações financeiras da Companhia antecede ao calendário de divulgação da coligada.
- Acordos de controle compartilhado: a Companhia detém 50% do direito a voto nos empreendimentos, Pecém TM, Pecém OM, Mabe, CEJA e Cachoeira Caldeirão (Nota 17) e 33,334% em São Manoel. A Companhia detém o controle conjunto nestes empreendimentos pois, conforme os acordos contratuais, é requerido consenso unânime entre todas as partes dos acordos para todas as atividades relevantes.

Os acordos conjuntos da Companhia estão estruturados na forma de sociedades anônimas de capital fechado e, segundo os acordos contratuais, conferem à Companhia e às outras partes dos acordos direitos aos ativos líquidos das sociedades anônimas de capital fechado. Por essa razão, esses acordos são classificados como empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*) e não são consolidados nas informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



3.7 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de suas controladas revisam o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

• Ativos financeiros e Ativos contratuais

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Atualmente, a rubrica que apresenta saldos relevantes de redução ao valor recuperável é a de Contas a receber e, para mais informações sobre os critérios e premissas utilizadas nas estimativas dos valores, vide nota 7.7.

• Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

4 Eventos significativos no período

4.1 Liberações e captações de recursos

Durante o 1º semestre de 2022, as controladas e as controladas em conjunto obtiveram os seguintes recursos:

Consolidado						
Empresa	Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Em moeda nacional						
Santa Leopoldina	Debêntures - 1ª Emissão	jan/22	jan/24	700.000	CDI + 1,52% a.a.	(i) Compra de ações de emissão da EDP Goiás (ii) Capital de Giro da Emissora
Lajeado	Debêntures - 6ª Emissão	mai/22	mai/25	200.000	CDI + 1,45% a.a.	Capital de Giro
EDP São Paulo	Debêntures - 14ª Emissão	mai/22	mai/27	450.000	CDI + 1,20% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e Capital de Giro
EDP Espírito Santo	Debêntures - 12ª Emissão	mai/22	mai/27	270.000	CDI + 1,20% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e Capital de Giro
EDP Trading	Cédula de Câmbio Aditivo - MUFG	mar/22	mar/24	50.000	CDI + 1,24% a.a.	Capital de Giro
				1.670.000		
Controlada em Conjunto (não consolidada nessas Informações Contábeis Intermediárias (Nota 17.3))						
Cachoeira Caldeirão	BNDES - SUB C	mar/22	out/23	2.600	TJLP	subcrédito do BNDES para investimento social
				2.600		
				1.672.600		
Em moeda estrangeira						
Santa Leopoldina	4131 Scotiabank - SWAP	jan/22	jan/24	150.000 USD	USD + 1,6175%	(i) compra de ações de emissão da EDP Goiás (ii) capital de giro da Emissora
Santa Leopoldina	4131 ITAU - SWAP	fev/22	jan/24	64.941 USD	USD + 2,2000%	(i) compra de ações de emissão da EDP Goiás (ii) capital de giro da Emissora
EDP Smart Serviços	4131 ITAU - SWAP	abr/22	mar/23	25.565 USD	USD + 3,733%	Capital de Giro
				240.506 USD		

Para mais informações sobre os recursos recebidos acima, vide notas 26 e 27.

4.2 EDP Energias do Brasil - Agenda ESG

Em janeiro de 2022, após as divulgações prévias no final de 2021, a B3 anunciou a 17ª carteira de Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3) e pela primeira vez os resultados foram divulgados em formato de *ranking*, sendo que a EDP Brasil alcançou a 1ª posição no *ranking* geral que considera todas as empresas e setores, com mais de 90 pontos. A carteira será válida de 3 de janeiro a 30 de dezembro de 2022. São 46 empresas que foram avaliadas a partir de questionários temáticos, o *Carbon Disclosure Project* (CDP) e a nota de risco reputacional calculada pela RepRisk.

No período de 2022 também foi anunciada a carteira do Índice CDP Brasil de Resiliência Climática (ICDPR70) 2022, que entrou em vigor no dia 1º de abril de 2022 e na qual a EDP está presente sendo uma das duas empresas com *score* A. O índice mensura o desempenho financeiro de uma carteira teórica composta por empresas listadas na B3, que atuam em território nacional, com elevado nível de conscientização sobre as questões climáticas e integração de medidas efetivas na redução de suas pegadas de carbono.

Em junho de 2022, a EDP - Energias do Brasil ficou entre as empresas destacadas pelo Guia Exame Melhores do ESG 2022, como uma das três empresas destaque do setor de Energia. Nesta edição, o *ranking* contou metodologia desenvolvida em parceria com o Ibmecc e teve como objetivo avaliar a gestão e boas práticas ambientais, sociais e de governança das companhias.

No mês de junho, a Companhia anunciou globalmente sua nova identidade, acompanhada de seu novo propósito: “*Our energy and heart drive a better tomorrow*” (em português, com tradução livre “Nossa energia e coração constroem um amanhã melhor”). A nova marca traz a natureza, a tecnologia e as pessoas como eixos centrais, e tem como objetivo traduzir o compromisso da EDP - Energias do Brasil com a transição energética e seus compromissos ESG no horizonte 2021-2025. O novo logo é inspirado na circularidade da natureza, do planeta e das tecnologias de geração de energia, as turbinas hídricas, eólicas e o próprio sol – elementos centrais da estratégia da empresa, de duplicar a geração de energia renovável, a nível global, até 2025.

4.3 Medidas de Assistência Governamental adotadas desde o início da pandemia, com impactos no período de 2022

Diante da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) que teve início no exercício de 2020, as incertezas geradas pela disseminação do vírus e suas variantes, provocaram intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundiais. Como forma de atenuar os impactos causados pela pandemia, as autoridades governamentais brasileiras e agentes regulatórios tomaram diversas medidas para amenizar os impactos aos agentes do mercado de energia. Algumas das medidas adotadas apresentam efeitos no período de 2022, conforme descritas abaixo:

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Publicação	Descrição	Status
Despachos ANEEL nº 939 de 05 de abril 2021	O Despacho ANEEL nº 939 revogou o Despacho nº 181/21 com a finalidade de: (i) homologar os prazos de recolhimento e os valores das quotas mensais da CDE Conta-covid, devidas pelas concessionárias e permissionárias de distribuição, para amortização da operação de crédito contratada pela CCEE na gestão da Conta-covid, nos termos da Resolução Normativa (REN) ANEEL nº 885/2020; (ii) o valor de que trata o item (i) considera o custo total estimado das operações de crédito contratadas pela CCEE, incluindo principal, acessórios e despesas operacionais, observadas as condições contratadas e a constituição da Reserva de Liquidez; e (iii) os valores de que trata o item (i) devem ser recolhidos mensalmente à CCEE, diretamente na Conta-covid, a partir do processo tarifário ordinário de 2021, com pagamento até o dia 10 do mês subsequente. Conforme a Nota Técnica nº 55/2021-SGT/ANEEL, o valor total da Cobertura Tarifária Anual é de R\$5,9 bilhões e o valor total do Encargo Mensal é de R\$491 milhões. O valor do recolhimento destinado à EDP São Paulo e EDP Espírito Santo da Cobertura Tarifária Anual é de R\$141.414 e R\$87.916 e o valor do Encargo Mensal é de R\$11.784 e R\$7.326 respectivamente.	Para o período de 2022 o valor do recolhimento destinado à EDP São Paulo é de R\$70.706, e para EDP Espírito Santo é de R\$43.958 para CDE COVID, sendo o pagamento mensal de R\$11.784 e R\$7.326 respectivamente.
REN nº 1.000 de 07 de dezembro de 2021	A REN ANEEL nº 1.000 revoga e substitui a REN nº 414 de 9 de setembro de 2010 e estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Revoga ainda as Resoluções normativas nº 470, de 13 de dezembro de 2011; nº 901, de 8 de dezembro de 2020 e dá outras providências. Com a publicação da consolidação, 61 resoluções normativas da Agência serão totalmente revogadas e três terão revogação parcial. Os efeitos da REN tiveram início em 1º de janeiro de 2022 e se estenderão até 1º de julho de 2023.	As distribuidoras estão em processo de adequação das alterações decorrentes da REN. Para isso, foi definido plano de ação de três fases atendendo os prazos definidos pela ANEEL.
Resolução Homologatória (REH) nº 3.004 de 14 de dezembro de 2021	A REH ANEEL nº 3.004 homologa as quotas mensais provisórias da CDE, relativas às competências de janeiro a abril de 2022, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. A EDP São Paulo deverá pagar mensalmente diretamente à CCEE o montante de R\$89.216, e a EDP Espírito Santo o montante de R\$54.505 mensais até abril de 2022, conforme consta do Anexo I da referida Resolução. A partir de maio de 2022, a EDP São Paulo deverá pagar diretamente à CCEE o montante mensal de R\$86.084 e a EDP Espírito Santo o montante de R\$52.592, até o mês de dezembro de 2022.	As cotas mensais destinadas as controladas EDP São Paulo e Espírito Santos desde maio de 2022, foram respectivamente de R\$86.084 e R\$52.592. O pagamento será realizado mensalmente até dezembro de 2022.

4.4 Medidas governamentais para gestão de recursos hídricos

Diante do cenário de escassez hídrica que teve início no exercício de 2021, as autoridades brasileiras e os agentes reguladores do mercado de energia tomaram diversas medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e para o enfrentamento da situação de escassez hídrica, garantindo a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no país. Ao final do exercício de 2021 e para a extensão do período de 2022, o aumento das chuvas ocasionou melhorias significativas para o cenário hidrológico no país. Algumas das medidas adotadas apresentam efeitos no período de 2022, conforme descritas abaixo:

Publicação	Descrição	Status
Bandeiras tarifárias - faixas de acionamento e adicionais	Após deliberação na 23ª Reunião Pública Ordinária de Diretoria da ANEEL realizada em 29 de junho de 2021, foram definidos os novos adicionais aplicados a partir de 1º julho de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.888/2021, alterando de R\$1,343 para R\$1,874 o valor adicional da vigência da bandeira tarifária amarela a cada 100 kWh consumidos, de R\$4,169 para R\$3,971 o valor adicional para a bandeira vermelha patamar 1 para cada 100 kWh consumidos e de R\$6,243 para R\$9,492 o valor adicional da bandeira tarifária vermelha patamar 2 a cada 100 kWh consumidos. Em razão da excepcionalidade advinda da escassez hídrica em 2021, foi criada a Bandeira Tarifária Escassez Hídrica conforme determinação da CREG. Esse patamar foi criado por meio da Resolução nº 3 de 31 de agosto de 2021 para custear com recursos da bandeira tarifária os custos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia. Com isso, a cobrança da bandeira Escassez Hídrica é de R\$14,20 a cada 100 kWh consumidos. Essa cobrança vale para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional - SIN com exceção dos beneficiários da tarifa social que deverá ser aplicado a bandeira anterior patamar 2 vigente desde 1º de julho de 2021. Com a decisão da CREG, a Bandeira Escassez Hídrica não houve necessidade de deliberar a revisão do patamar 2 da bandeira vermelha oriunda da Consulta Pública nº 41/2021 aberta em julho. A consulta foi fechada por perda do objeto, considerando a decisão da CREG. Os valores estão vigentes desde 1º de setembro de 2021 à abril de 2022. Foi aberta Consulta Pública nº 012/2022, a fim de realizar a atualização anual dos adicionais e das faixas de acionamento das bandeiras tarifárias.	Valores foram vigentes até abril de 2022. A Consulta Pública nº 012/2022 foi concluída e resultou na REN nº 3.051/22 que Estabelece as faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias.
Medida Provisória - MP nº 1.078 de 13 de dezembro de 2021	A MP nº 1.078 dispõe sobre as medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica. A partir da referida MP, passa a vigorar a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com as principais alterações: (i) prover recursos, arrecadados exclusivamente por meio de encargo tarifário, para a amortização de operações financeiras vinculadas a medidas de enfrentamento aos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica e dos diferimentos aplicados no processo tarifário anterior à liberação dos recursos da operação financeira, conforme definido em regulamento; (ii) Os consumidores do ambiente de contratação regulada, a partir da data de publicação desta MP, deverão pagar, por meio de encargo tarifário cobrado na proporção do consumo de energia elétrica, os custos remanescentes das operações financeiras; e (iii) O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, fica autorizado a estabelecer bandeira tarifária extraordinária para a cobertura de custos excepcionais decorrentes de situação de escassez hídrica. Esta MP entrou em vigor no dia 13 de dezembro de 2021 (Nota 16.1), data de sua publicação e foi prorrogada até maio de 2022.	A Medida Provisória teve seu prazo encerrado em Maio de 2022.
Resolução Normativa - REN nº 02 de 31 de agosto de 2021	A REN nº 02, tendo em vista o disposto na Medida Provisória nº 1.055/21, na Lei nº 10.848/04, institui o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras dos grupos A e B no mercado regulado do Sistema Interligado Nacional - SIN, com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País. O Programa foi implementado mediante a concessão de bônus em fatura, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh, em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), por unidade consumidora do ambiente de contratação regulada, limitado a 20% (vinte por cento), apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021. Esta REN entrou em vigor no dia de sua publicação. A controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo reconheceram o montante de R\$64.018 e R\$59.807, respectivamente, referente a este subsídio em dezembro de 2021.	As controladas de distribuição liquidaram em 30 de junho de 2022 o montante total de subsídios destinados às mesmas (Nota 16.1.1).
Decreto nº 10.939 de 13 de janeiro de 2022	O Decreto nº 10.939/22, autoriza a criação da Conta Escassez Hídrica para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. Trata-se do resultado da MP nº 1.078 que previu o uso de recursos que seriam arrecadados por meio de encargo tarifário, para lidar com esses custos adicionais. A Lei possibilita que a CDE seja utilizada para arrecadação de recursos referentes à amortização de operações financeiras vinculadas ao enfrentamento da situação de escassez hídrica e dos diferimentos aplicados em processos tarifários anteriores, o que engloba os custos adicionais com as bandeiras tarifárias, as despesas relacionadas ao programa de bonificação por redução do consumo e os custos com a importação de energia entre julho e agosto de 2021.	Com a deliberação da Consulta Pública nº 02/2022 sobre a MP nº 1.078/21 e o Decreto nº 10.939/2022, entrou em vigor a REN nº 1.010/2022
Despachos - DSP ANEEL nº 397 de 10 de fevereiro de 2022	O DSP ANEEL nº 397/22 estabelece a operacionalização da cobrança dos custos e repasse de créditos relativos ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2/2021, emitida pela CREG.	As controladas de distribuição realizaram o reconhecimento do subsídio previsto conforme operacionalização prevista no DSP, mais detalhes na nota 16.1.1

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Publicação	Descrição	Status
Resoluções Normativas - REN nº 1.008 de 15 de março de 2022 e REN nº 1.010 de 29 de março de 2022 (Conta escassez hídrica)	A REN nº 1.008/22 dispõe sobre a Conta Escassez Hídrica, as operações financeiras, a utilização do encargo tarifário da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para estes fins e os procedimentos correspondentes. Estabelecer os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica e regular a utilização do encargo tarifário da CDE, para fins de pagamentos e recebimentos de valores. Em 29 de março de 2022, foi publicada a REN nº 1.010/22 que define os valores dos repasses de recursos da Conta Escassez Hídrica para as distribuidoras que ocorrerão até 28 de fevereiro de 2023.	A REN nº 1.010/22 entrou em vigor na data de sua publicação, e determina o montante de R\$59.174 como teto a ser repassado a EDP São Paulo e R\$49.853 a EDP Espírito Santo.
Resoluções Normativas - REN nº 3.051 de 21 de junho de 2022	A REN nº 3.051/22 estabelece as faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias, de que trata o submódulo 6.8 do PRORET, com vigência a partir de julho de 2022. As principais medidas são: (i) a partir de 1º de julho de 2022, as faixas de acionamento das Bandeiras Tarifárias, de que trata o Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, serão as definidas no Ábaco de Acionamento das Bandeiras Tarifárias; e (ii) a partir de 1º de julho de 2022, os valores a serem adicionados à tarifa de aplicação de energia, TE, serão de 29,89 R\$/MWh, quando da vigência da bandeira tarifária amarela, 65,00 R\$/MWh, quando da vigência do patamar 1 da bandeira tarifária vermelha e de 97,95 R\$/MWh, quando da vigência do patamar 2 da bandeira tarifária vermelha.	As novas faixas de acionamento de Bandeira Tarifárias entrarão em vigor a partir de julho de 2022

4.5 Distribuidoras - Sobrecontratação de energia

A sobrecontratação do período de 2022 oriunda substancialmente da estratégia da Administração das Distribuidoras para redução do nível de contratação. Em 30 de junho de 2022 o volume negociado pela EDP São Paulo foi de 276.713 MWh frente à 672.531 MWh no período do ano anterior, o preço comercializado pela controlada foi de R\$196,05/MWh enquanto que no período anterior foi de R\$ 286,09/MWh. Para a EDP Espírito Santo o volume negociado foi de 462.925 MWh frente à 41.702 MWh no período do ano anterior, o preço comercializado foi de R\$ 281,30/MWh enquanto que no período anterior foi de R\$ 196,06/MWh. No período findo em 30 de junho de 2022, ocorreu impacto positivo de R\$28.826 na EDP São Paulo e de R\$19.821 na EDP Espírito Santo (Nota 36.2.2.1).

4.6 Transmissoras - Entrada em Operação Parcial e Comercial Total

EDP Transmissão SP-MG

Em 27 de janeiro de 2022 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, nesta data, solicitou ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS o termo de liberação do início de operação comercial do primeiro trecho da linha de transmissão da EDP Transmissão SP-MG, com 7 meses de antecipação frente ao cronograma da ANEEL. A entrada em operação comercial deste primeiro trecho representa uma RAP Parcial de R\$111,8 milhões, sendo 45% da RAP total.

Em 16 de maio de 2022 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que o ONS autorizou a operação comercial das instalações do trecho final da EDP Transmissão SP-MG S.A., com 3 meses de antecipação frente ao cronograma da ANEEL. Com a conclusão da entrada em operação, a controlada passa a receber a RAP de R\$248 milhões.

EDP Transmissão Aliança

Em 18 de fevereiro de 2022 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, nesta data, a ONS autorizou a operação comercial das instalações do trecho final da EDP Transmissão Aliança, com 6 meses de antecipação frente ao cronograma da ANEEL. O primeiro trecho da linha de transmissão e a subestação Siderópolis 2 da EDP Transmissão Aliança entraram em operação comercial no dia 14 de junho de 2021, com 14 meses de antecipação em relação ao calendário da ANEEL. Com a conclusão da entrada em operação, a controlada passa a receber RAP de R\$208 milhões, resultando em receita antecipada total de R\$143,1 milhões.

4.7 Conclusão de investimento na EDP Goiás (Nota 1.1)

Em 07 de fevereiro de 2022, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, em cumprimento ao disposto nos termos da Instrução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, e em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 14 de outubro de 2021 que, na referida data, concluiu a aquisição de 99,994% das ações da EDP Goiás (anteriormente denominada Celg Transmissão S.A.), pelo montante atualizado de R\$2.113.690. O laudo de aquisição está sendo elaborado por consultoria especializada (Nota 18.3).

4.8 Distribuidoras - Alteração no regime de tributação

A partir de 2022 as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo alteraram o regime de tributação, que anteriormente era apurado pelo Lucro Real Anual, e passou a ser apurado pelo Lucro Real Trimestral.

4.9 Distribuidoras - Revisão do Submódulo 2.3 do PRORET

A ANEEL concluiu em 21 de fevereiro de 2022, a primeira etapa da Tomada de Subsídios 002/2022, que trata da revisão do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET), relativa à Base de Remuneração Regulatória (BRR) das distribuidoras de energia elétrica. Em suma, a tomada de subsídios propõe a revisão das componentes de custo que formam a Base de Remuneração e questiona quais fatores devem ser revisados na metodologia de cálculo. A Base de Remuneração consiste no montante de investimentos realizados pelas distribuidoras na prestação dos serviços e que será coberto pelas tarifas cobradas dos consumidores. Foram recebidas 140 contribuições, com as quais as controladas de distribuição contribuíram, e aguardam a conclusão dos próximos passos para avaliar os impactos desta decisão.

4.10 Porto do Pecém - Estoque de carvão

A controlada Porto do Pecém, considerando cenário hídrico (Nota 4.4) e energético global no período de 2022 e previsão de queima inicial de carvão, antes prevista para o primeiro trimestre de 2022 e atualizada para o primeiro trimestre de 2023, efetuou acordo de venda de seu estoque com a EDP Espanha, sendo 117 mil toneladas entregues no 2º trimestre de 2022 tendo recebido o valor de R\$166.088 e 108 mil toneladas com previsão de entrega no 3º trimestre de 2022 tendo já sido adiantado 80% do montante em dólar que representa em 30 de junho de 2022, R\$136.113 e o restante será recebido na data da entrega do carvão (Nota 12).

4.11 Destinação de lucro, distribuição de dividendos e JSCP

Em 05 de abril, foi realizada a AGOE, onde a Companhia deliberou a destinação de lucro líquido e a distribuição de JSCP e dividendos referentes ao exercício de 2021. Serão distribuídos na forma de JSCP o montante de R\$454,8 milhões, correspondente a R\$0,79 por ação, e na forma de dividendos o valor de R\$803 milhões, equivalente a R\$1,40 por ação, totalizando R\$2,19 por ação.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



4.12 Desenvolvimento de projeto de energia solar larga escala - Novo Oriente Solar ("Novo Oriente" ou "Projeto")

Em 20 de abril de 2022, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que irá investir no desenvolvimento da usina fotovoltaica Novo Oriente, com capacidade instalada de 254 MWac, em conjunto com a EDP Renováveis S.A. em co-investimento em partes iguais. Novo Oriente está localizado no estado de São Paulo, no município de Ilha Solteira, já está outorgado e tem previsão de início de operação em 2024. O Projeto possui um contrato de venda de energia ("PPA") de 120MWac. Este investimento reforça a orientação estratégica da EDP - Energias do Brasil, que foi apresentada ao mercado no Plano Estratégico 2021-2025, sendo o maior projeto de larga escala na ampliação da sua participação no segmento Clientes, especificamente geração solar.

4.13 Medidas da ANEEL para regulação de contratação de energia

Publicação	Descrição	Status
Resolução Normativa nº 1.009 de 22 de março de 2022	A REN nº 1.009/22 estabelece as regras atinentes à contratação de energia pelos agentes nos ambientes de contratação regulado e livre, sendo as principais: (i) estabelecer os critérios e procedimentos para controle dos contratos de comercialização de energia elétrica; (ii) determinar as condições para a contratação de Cotas de Garantia Física de Energia e Potência, em observância ao disposto no Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012; e (iii) estabelecer as condições para a comercialização de energia elétrica, proveniente de geração distribuída.	As RNEs se tratam de uma consolidação de normativos relativos à pertinência temática Contratação de Energia, sem alteração de mérito ou conceito.
Resolução Normativa nº 1.018 de 26 de abril de 2022	A REN nº 1.018/22 Altera a Resolução Normativa nº 1.009, de 22 de março de 2022, que estabelece as regras atinentes à contratação de energia pelos agentes nos ambientes de contratação regulado e livre, e dá outras providências.	
Resolução Normativa nº 1.015 de 12 de abril de 2022	A REN nº 1.015/22 estabelece a obrigação de aporte de garantias financeiras no Mecanismo de Venda de Excedentes e altera a redação de medidas estabelecidas pela Resolução Normativa nº 1.009/22 que são: (i) que os compradores deverão aportar as garantias financeiras e declarar montante de energia elétrica e preço, por submercado e por tipo de energia convencional ou convencional especial, a que estão dispostos a negociar; (ii) as distribuidoras que estiverem inadimplentes com qualquer obrigação financeira no âmbito da CCEE, na data de liquidação financeira do Mecanismo de Venda de Excedentes, terão a sua receita capturada para quitação de seus débitos, inclusive aquela oriunda da execução das garantias financeiras; e (iii) para a suspensão do processo de desligamento, o comprador inadimplente deverá efetuar o pagamento da multa rescisória e de outros valores eventualmente devidos. A CCEE deverá promover diretamente ou contratar instituição financeira para os serviços de depósito, avaliação, custódia e execução das garantias financeiras referidas.	A REN determina a instituição de garantias financeiras para participação no MVE, com objetivo de proporcionar maior segurança para os agentes de distribuição.
Despacho nº 1.007 de 19 de abril de 2022	O DSP nº 1.007/2022 defere o Requerimento Administrativo interposto pela EDP Energias do Brasil S.A. - EDP, mediante a aprovação da flexibilização excepcional do limite interposto pelo inciso III do art. 111 da REN nº 1.009, de 2022, para todas as distribuidoras, referente aos processamentos do MVE para 2022, devendo ser adotado o valor de 30%.	A flexibilização pleiteada pela Companhia foi aceita, desta forma os aumentos de limites declarados no MVE serão de até 30%.

4.14 TUST - Ciclo tarifário 2021/2022

Publicação	Descrição	Status
Resolução Normativa nº 1.021 de 30 de maio de 2022	A REN nº 1.021/22 mantém a regra de transição para os geradores que tiveram a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica - TUST revisada e aumentada até o ciclo tarifário 2021/2022, conforme art. 8º da REN nº 559/2013; e afasta a regra de transição: (i) a partir do ciclo 2022/2023 para os geradores com TUST estabilizada que tiveram o cálculo definido sob a vigência da Resolução Normativa nº 267/2007; e (ii) para os geradores que tiveram a TUST estabilizada revisada e reduzida até o ciclo tarifário 2021/2022.	A REN nº 1.021/2022 afastou a regra de transição para a UTE Porto do Pecém I, sendo definido um crédito de R\$25.656 que será creditado no ciclo tarifário 2022/2023, que inicia em julho de 2022

4.15 Resoluções Autorizativas - extensão do prazo de outorga CEJA

Em 26 de abril de 2022, a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 11.715 de 26 de abril 2022 com a extensão de 301 dias no prazo da outorga da UHE Santo Antônio do Jari.

Enerpeixe

Em 15 de junho de 2022, a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 11.998 de 15 de junho 2022 com a extensão de 2.011 dias no prazo da outorga da UHE Peixe Angical.

4.16 Constituição de controladas

No período findo em 30 de junho de 2022, a Companhia constituiu três novas controladas, sendo elas Energia Solar II, Energia I e Energia II. As referidas controladas foram constituídas com finalidade de viabilizar projetos do grupo EDP- Energias do Brasil, alinhados com o Plano Estratégico da Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento		12.416	2.581	98.338	130.962
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	5.1	349.968	930.122	1.897.005	2.544.000
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	5.2			154.393	22.824
Fundos de investimento	5.3			54.068	1.704
		349.968	930.122	2.105.466	2.568.528
Total		362.384	932.703	2.203.804	2.699.490

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. No caso dos fundos de investimento, o valor justo está refletido no valor de sua cota.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira. Em se tratando do fundo de investimento, não há concentração de risco em um único banco administrador ou gestor, tendo em vista que o risco é pulverizado nos ativos da carteira.

A exposição do Grupo EDP - Energias do Brasil a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 36.2.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



5.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB

Em 30 de junho de 2022 as aplicações financeiras da Companhia e suas controladas estão remuneradas a taxas que variaram entre 99,00% e 105,25% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5.2 Operações compromissadas lastreadas em Debêntures

Em 30 de junho de 2022, as operações compromissadas lastreadas em Debêntures são referentes às controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo e EDP Trading, e foram remuneradas a taxas que variaram entre 92,00% e 97,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5.3 Fundos de investimento

A partir de janeiro de 2018 as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo constituíram um Fundo de Investimento Restrito denominado "Discos Renda Fixa Fundo de Investimento Longo Prazo", administrado pelo Itaú Unibanco S.A., com o objetivo de diversificar as opções de aplicações financeiras além de obter maior eficiência e melhor rentabilidade com menor nível de risco.

Este fundo possui liquidez diária e remuneração pós-fixada com sua carteira de ativos atrelada a Letras Financeiras do Tesouro – LFT, emitidas pelo Governo Brasileiro, ou Operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais, considerados de baixíssimo risco e com alta liquidez. As cotas do fundo estão custodiadas junto ao administrador.

As operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais são classificadas como Equivalentes de caixa, uma vez que possuem liquidez imediata com o emissor. A rentabilidade do fundo no período foi equivalente a 90,53% do CDI.

6 Títulos e valores mobiliários

		Consolidado			
		Circulante		Não circulante	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Fundos de Investimento	6.1	357.965	11.722	2.500	2.500
Total		357.965	11.722	2.500	2.500

6.1 Fundos de investimento

O montante refere-se substancialmente aos títulos da controlada Porto do Pecém e são decorrentes de aplicação financeira em fundo de investimento, pertencente à instituição financeira, com carteira substancialmente composta por LFTs, com rentabilidade equivalente a 96,65% do CDI.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



7 Contas a Receber

		Consolidado													
		Valores Correntes						Valores Renegociados							
		Corrente a Vencer		Corrente Vencida				PECLD (Nota 7.7)	Renegociada a Vencer		Renegociada Vencida		PECLD (Nota 7.7)	Saldo líquido em 30/06/2022	Saldo líquido em 31/12/2021
Nota		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Circulante															
Consumidores															
Fornecimento faturado	7.2														
Residencial		270.435		323.922	56.850	66.730	314.022	(320.111)	24.787	62.218	16.351	66.416	(83.807)	797.813	852.904
Industrial		62.836		22.157	3.922	4.044	47.149	(35.803)	4.264	4.728	1.040	10.940	(4.169)	121.108	115.225
Comércio, Serviços e Outras Atividades		93.104		64.679	15.045	17.986	118.788	(107.076)	6.630	12.562	3.773	19.160	(21.454)	223.197	252.545
Rural		42.951		35.327	5.451	7.568	30.229	(30.394)	4.427	6.524	2.579	4.097	(5.592)	103.167	98.149
Poder Público															
Federal		2.101		362	122	98	189	(145)	9	4		51	(1)	2.790	2.961
Estadual		3.872		1.043	189	86	803	(293)	685	53	9	71	(62)	6.456	6.727
Municipal		15.511		4.841	1.483	1.054	2.924	(1.264)	455	2.145	107	283	(39)	27.500	27.283
Iluminação Pública		3.419		4.019	1.021	8.934	7.407	(11)	944	1.969	291	4.062	(3)	32.052	37.757
Serviço Público		11.722		1.710	759	1.009	1.493	(801)	76	135	542	272	(240)	16.677	27.134
Clientes livres		126.879				2.848		(2.848)						126.879	119.014
Serviços Cobráveis		282		1.694	297	724	6.647	(5.071)						4.573	3.808
Fornecimento não faturado	7.3	506.424						(3.536)						502.888	641.266
(-) Arrecadação em processo de reclassificação		(13.277)												(13.277)	(2.242)
Outros créditos		29.187		25	21	3	458	(3)						29.691	29.649
		1.155.446	-	459.779	85.160	111.084	530.109	(507.356)	42.277	90.338	24.692	105.352	(115.367)	1.981.514	2.212.180
Concessionárias															
Suprimento de energia elétrica	7.4	316.316		561		443	1.460	(443)	507					318.844	529.837
Energia de curto prazo		15.355												15.355	18.297
Encargos de uso da rede elétrica	7.5	75.177		361	92		2.187		329			104		78.250	18.551
Outros créditos		27.179												27.179	27.842
		434.027	-	922	92	443	3.647	(443)	836	-	-	104	-	439.628	594.527
Clientes															
Eficiência energética		26.414	1.992				4.012	(4.012)						28.406	22.133
Serviços de gerenciamento de assinaturas		584			5	6	117	(148)						564	1.539
Dispêndios a reembolsar		4.046	2.087											6.133	6.536
Geração de vapor		7		6										13	7.793
Construção de usina solar														-	953
Arrendamentos		1.617	3.076	363	108									5.164	9.333
Outros clientes		3.035	12.686	167	214	246	63	(385)						16.026	1.296
		35.703	19.841	536	327	252	4.192	(4.545)	-	-	-	-	-	56.306	49.583
Total Circulante		1.625.176	19.841	461.237	85.579	111.779	537.948	(512.344)	43.113	90.338	24.692	105.456	(115.367)	2.477.448	2.856.290

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Nota	Consolidado							
	Corrente a Vencer		Corrente Vencida	Renegociada a Vencer		PECLD (Nota 7.7)	Saldo líquido em 30/06/2022	Saldo líquido em 31/12/2021
	Mais de 60 dias	Mais de 360 dias	Mais de 360 dias	Mais de 60 dias	PECLD (Nota 7.7)			
Não circulante								
Consumidores								
Fornecimento faturado	7.2							
Residencial				45.899	(20.433)		25.466	9.213
Industrial			4.983	988	(442)		2.316	2.128
Comércio, Serviços e Outras Atividades			18	12.905	(6.688)		6.217	3.537
Rural				3.489	(903)		2.586	775
Poder público				2			2	
Federal							-	2
Estadual							-	3
Municipal				3.885	(1)		3.884	5.406
Iluminação pública				1.909			1.909	3.030
Serviço público				86	(2)		84	22
(-) Ajuste a valor presente				(588)			(588)	(730)
	-	-	5.001	(3.231)	68.575	(28.469)	41.876	23.386
Concessionárias								
Outros créditos	1.028			(119)			909	909
	1.028	-	-	(119)	-	-	909	909
Clientes								
Eficiência energética		18.974					18.974	22.849
Dispêndios a reembolsar		17.121					17.121	19.745
Arrendamentos		27.687					27.687	37.088
Outros clientes		8.881					8.881	-
	-	72.663	-	-	-	-	72.663	79.682
Total Não circulante	1.028	72.663	5.001	(3.350)	68.575	(28.469)	115.448	103.977

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Os saldos de Contas a receber são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos tributos de responsabilidade tributária da Companhia e das controladas.

O saldo de Consumidores e Concessionárias refere-se, substancialmente aos: (i) valores faturados de venda de energia elétrica a consumidores finais, concessionárias revendedoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia fornecida e não faturada; (ii) valores a receber relativos à energia comercializada na CCEE; e (iii) encargos de uso da rede elétrica.

7.1 Características das Contas a receber

• Geração

O recebimento da venda de energia realizada pelas controladas de geração, com exceção da controlada Porto do Pecém, relacionadas a contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Para a controlada Porto do Pecém, os contratos são desdobrados em três parcelas, sendo a primeira parcela com vencimento no dia 10 do mês seguinte ao reconhecimento da receita, a segunda no dia 20 do mês subsequente e a última parcela no dia 10 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo, são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

• Transmissão

A RAP remunera a o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção. Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária. Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

• Distribuição

O prazo mínimo para o vencimento das faturas junto aos Consumidores das classes residencial, industrial, rural e comercial é após 5 dias úteis, contados da data da respectiva apresentação. Quando se tratar de consumidores das classes de poder público, iluminação pública e serviço público, o prazo mínimo para o vencimento é de 10 dias úteis. Contudo, a companhia oferece aos consumidores a opção de alteração da data de vencimento da fatura (6 opções de datas) ao longo do mês.

• Comercialização

Para as controladas de comercialização, parte substancial das vendas ocorre em contratos bilaterais. Dessa forma, a condição de pagamento é livremente negociada entre as partes, contudo, a maioria dos recebimentos ocorre no 6º dia útil posterior ao reconhecimento da receita.

• Clientes

Para as controladas de clientes, o reconhecimento das receitas vinculadas à construção de usina solar e aos serviços de eficiência energética acontece durante toda a fase de construção do empreendimento pelo método de insumo e o recebimento pode ocorrer de duas formas: (i) com adiantamentos na fase de construção e o saldo restante no momento da entrega do empreendimento; e (ii) de forma parcelada ao longo de determinado período estabelecido em contrato.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente, pela taxa de financiamento de cada projeto, e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária.

Em relação à venda de vapor e ao serviço de gerenciamento de assinatura, a receita é reconhecida mediante medições mensais relativas à entrega de vapor para a produção de energia e conforme a prestação do serviço, respectivamente, sendo o recebimento de ambos programado para cerca de 30 dias após o reconhecimento da receita.

7.2 Distribuidoras - Fornecimento faturado

A redução observada refere-se a: (i) em 30 de junho de 2022 ocorreu aumento do saldo provisionado de PECLD (Nota 7.7) quando comparado ao mesmo período do ano anterior, ocasionando uma redução do saldo de contas a receber; e (ii) foi aplicada em maio e junho deste ano a bandeira tarifária verde (Nota 31.9), que também resultou na redução dos saldos a receber.

7.3 Distribuidoras - Fornecimento não faturado

A variação observada na rubrica refere-se ao impacto do fornecimento não faturado decorrente da redução da bandeira tarifária (Nota 31.9), em 30 de junho de 2022 quando comparado ao consumo em 31 de dezembro de 2021.

7.4 Concessionárias - Suprimento de Energia Elétrica

A variação de suprimentos de energia elétrica refere-se substancialmente à controlada Porto do Pecém, que no período de 2022 não foi despachada pela ONS dado a melhora do cenário hídrico do país (Nota 4.4).

7.5 Concessionárias - Encargos de uso da rede elétrica

O aumento no saldo no período refere-se (i) aquisição da controlada EDP Goiás (Notas 4.7 e 18.3); e (ii) EDP Transmissão Aliança e EDP Transmissão SP-MG que entraram em operação total em fevereiro e maio de 2022, respectivamente. Assim, a variação ocorre devido ao faturamento de RAP no mês junho de 2022. A RAP remunera o investimento na linha de transmissão e os serviços de Operação e Manutenção.

7.6 Ajuste a valor presente

Os saldos renegociados estão reconhecidos a valor presente considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto.

Para as controladas de distribuição o ajuste a valor presente, regulamentado pelo CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, foi calculado com base na taxa de remuneração de capital, aplicada pela ANEEL nas suas revisões tarifárias. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a taxa correspondente para a EDP São Paulo e EDP Espírito Santo é de 12,26% a.a., afetando positivamente o resultado financeiro das distribuidoras em R\$141 (R\$493 em 2021).

Para as controladas EDP Smart Soluções e EDP Smart Serviços o ajuste a valor presente considera a taxa de retorno de cada projeto, afetando positivamente o resultado do período em R\$2.046 (R\$2.221 em 2021).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



7.7 Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

	Consolidado				
	PECLD esperada		Revisão de risco (I)		Resultado de perdas
	Saldo em 31/12/2021	Ao longo da vida	PECLD		
Consumidores					
Residencial	(388.086)	(56.236)	(2.843)	22.814	(424.351)
Industrial	(45.688)	(3.922)	(1.698)	7.681	(43.627)
Comércio, Serviços e Outras Atividades	(127.639)	(13.678)	(1.506)	7.587	(135.236)
Rural	(36.900)	(4.450)	3.259	1.202	(36.889)
Poder Público	(1.519)	(15)	(220)	(51)	(1.805)
Iluminação Pública	-	(182)	158	10	(14)
Serviço Público	(792)	(123)	(129)	1	(1.043)
Clientes livres	(2.867)		19		(2.848)
Serviços Cobráveis	(5.095)		24		(5.071)
Não faturado	(4.331)	795	(3)		(3.539)
	(612.917)	(77.811)	(2.939)	39.244	(654.423)
Concessionárias	(498)		(64)		(562)
Clientes	(4.298)	(246)	(1)		(4.545)
Total	(617.713)	(78.057)	(3.004)	39.244	(659.530)
Circulante	(597.362)				(627.711)
Não circulante	(20.351)				(31.819)

(I) A matriz de risco é avaliada anualmente, no entanto, o estudo poderá ser reavaliado caso a PECLD se comporte diferente do resultado esperado.

Para as controladas de distribuição e comercialização, de acordo com os estudos realizados pela Companhia, para o período findo em 30 de junho de 2022, novos percentuais da PECLD passaram a ser aplicados, referente aos faturamentos de 2022 com base em um novo estudo da Matriz. A matriz anterior à pandemia do COVID-19, permanece sendo aplicada aos faturamentos referentes ao citado período, não tendo sido identificado aumento relevante de perda esperada conforme demonstrado no quadro a seguir.

Seguem abaixo os percentuais de perdas esperadas, segregadas por classe de consumo, aplicados quando do reconhecimento inicial dos recebíveis:

	30/06/2022							
	EDP São Paulo				EDP Espírito Santo			
	Consumo regular		Consumo irregular		Consumo regular		Consumo irregular	
			Clientes ativos				Clientes ativos	
	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão
Residencial	1,19%	n/a	22,56%	n/a	1,79%	n/a	21,42%	n/a
Industrial	1,64%	0,23%	21,01%	8,51%	2,10%	0,82%	14,86%	7,37%
Comércio, Serviços e Outras Atividades	0,75%	0,86%	10,93%	1,84%	1,07%	0,72%	13,31%	n/a
Rural	0,47%	n/a	14,62%	n/a	1,08%	0,11%	7,50%	n/a
Poder Público	0,04%	n/a	4,51%	n/a	0,01%	0,00%	0,00%	n/a
Iluminação Pública	0,01%	n/a	n/a	n/a	0,13%	0,04%	4,55%	n/a
Serviço Público	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	0,18%	n/a	n/a

	31/12/2021							
	EDP São Paulo				EDP Espírito Santo			
	Consumo regular		Consumo irregular		Consumo regular		Consumo irregular	
			Clientes ativos				Clientes ativos	
	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão
Residencial	1,09%	n/a	17,32%	n/a	1,69%	n/a	13,01%	n/a
Industrial	1,86%	0,66%	9,93%	23,68%	1,77%	n/a	27,28%	7,37%
Comércio, Serviços e Outras Atividades	0,84%	0,46%	24,25%	n/a	1,02%	0,46%	20,79%	n/a
Rural	0,35%	0,03%	14,62%	n/a	1,84%	0,01%	10,94%	n/a
Poder Público	n/a	n/a	n/a	n/a	0,16%	n/a	24,75%	n/a
Iluminação Pública	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Serviço Público	n/a	n/a	n/a	n/a	0,08%	0,18%	n/a	n/a

Para fins de PECLD, a Administração das controladas de distribuição adotou como prática as seguintes premissas de mensuração:

- A aplicação mensal de matriz de inadimplência, com bases em análises de arrecadação;
- Período de carência entre perdas esperadas e a aplicação da matriz de 4 meses;
- Atualização do risco de crédito pelo cenário econômico atual considerando projeção dos parâmetros do indicador de inadimplência do Banco Central; e
- Período de recebimento da carteira de recebíveis em 60 meses, que converge para o período regulatório para recuperação de crédito junto aos consumidores.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 36.2.4.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



8 Ativos e passivos financeiros setoriais

	Consolidado							Valores em		
	Saldo em 31/12/2021	Apropriação	Amortização (i)	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2022	Circulante	Não circulante	Valores em amortização IRT (*) 2021	Valores em constituição	
									IRT (*) 2022	IRT (*) 2023
CVA										
Compra de energia (ii)	259.398	(1.068.885)	(118.799)	(12.810)	(941.096)	(749.969)	(191.127)	88.539	(995.328)	(34.307)
Custo da Energia de Itaipu (iii)	566.243	83.396	(231.802)	22.259	440.096	385.895	54.201	112.837	327.259	
PROINFA (iv)	28.507	59.040	(12.389)	2.506	77.664	64.238	13.426	6.230	71.434	
Transporte Rede Básica (v)	93.652	34.208	(55.246)	3.794	76.408	67.634	8.774	23.026	53.382	
Transporte de Energia - Itaipu	15.084	7.317	(5.478)	722	17.645	15.399	2.246	2.788	14.857	
Encargos de Serviço do Sistema - ESS / Encargos de Energia de Reserva - EER (vi)	527.929	192.195	(68.811)	33.149	684.462	573.602	110.860	46.545	637.917	
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (vii)	(101.676)	351.593	49.992	6.562	306.471	248.824	57.647	(11.995)	318.466	
	1.389.137	(341.136)	(442.533)	56.182	661.650	605.623	56.027	267.970	427.987	(34.307)
Itens financeiros										
Sobrecontratação de energia (viii)	(79.908)	103.172	10.466	2.177	35.907	31.830	4.077	(14.379)	52.969	(2.683)
Neutralidade da Parcela A (ix)	(40.827)	(23.787)	23.856	(593)	(41.351)	(33.088)	(8.263)	(9.974)	(26.954)	(4.423)
Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativos (x)	(249.623)	(47.865)	119.797		(177.691)	(48.143)	(129.548)	(48.143)	(48.704)	(80.844)
Risco Hidrológico (xi)	(362.418)				(362.418)	(124.283)	(238.135)	(101.730)	(260.688)	
Outros (xii)	54.064	(118.908)	148.671	(6.126)	77.701	(139.013)	216.714	27.394	51.799	(1.492)
	(678.712)	(87.388)	302.790	(4.542)	(467.852)	(312.697)	(155.155)	(146.832)	(231.578)	(89.442)
PIS e COFINS										
PIS/ COFINS Nota Técnica nº 115/04	21.305		(4.426)		16.879	16.879			16.879	
Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS (Nota 9.2.2)	(1.425.643)		153.199	(57.141)	(1.329.585)	(710.446)	(619.139)	(61.268)	(810.567)	(457.750)
	(1.404.338)	-	148.773	(57.141)	(1.312.706)	(693.567)	(619.139)	(61.268)	(793.688)	(457.750)
Total	(693.913)	(428.524)	9.030	(5.501)	(1.118.908)	(400.641)	(718.267)	59.870	(597.279)	(581.499)
Ativo Circulante	643.174				344.157	344.157				
Ativo Não circulante	786.263				61.879		61.879			
Passivo Circulante	627.003				744.798	744.798				
Passivo Não circulante	1.496.347				780.146		780.146			

(*) IRT - Índice de Reposicionamento Tarifário

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



As receitas das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo são, basicamente, compostas pela venda da energia elétrica e pela sua entrega (transporte) por meio do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. As receitas das concessionárias são afetadas pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- Parcela "A" (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pelas distribuidoras, classificáveis como Parcela "A", são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela "B" (custos gerenciáveis): é composta pelos gastos na infraestrutura de distribuição e respectivo retorno pelo investimento e gastos com a operação e a manutenção. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho das distribuidoras, pois possui risco intrínseco do negócio por não haver garantia de neutralidade tarifária.

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se aos valores originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela "A"), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito incondicional das controladas receberem caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos. São segregados entre ativo e passivo de acordo com o cronograma de homologação nas tarifas pela ANEEL nos próximos processos tarifários.

Nos reajustes tarifários a ANEEL recalcula os montantes efetivamente faturados e arrecadados, conforme regulamentações vigentes, com o objetivo de garantir a liquidação financeira desses montantes, sem prejuízo ao equilíbrio econômico-financeiro da concessão, reduzindo o risco de perdas a valores imateriais.

São homologados anualmente pela ANEEL e incorporados à tarifa de energia por meio de Reajustes ou Revisões Tarifárias que, na EDP Espírito Santo ocorre em 7 de agosto e na EDP São Paulo ocorre em 23 de outubro.

Os valores que compõem os ativos e passivos financeiros setoriais são:

- Conta de Compensação de Variação dos Valores de Itens da Parcela "A" – CVA: É composta da variação dos custos com a aquisição da energia elétrica, de conexão e de transmissão, além dos encargos setoriais. A CVA deve ser neutra em relação ao desempenho da distribuidora, ou seja, as variações apuradas são integralmente repassadas ao consumidor ou suportadas pelo Poder Concedente; e
- Itens financeiros: Referem-se a outros componentes financeiros que se constituem em direitos ou obrigações que também integram a composição tarifária, dentre eles: Sobrecontratação de energia; Neutralidade dos encargos setoriais; e a Exposição financeira no mercado de curto prazo por diferença de preços entre Submercados.

O processo de amortização se dá de forma mensal e corresponde ao recebimento/devolução por meio da aplicação das tarifas vigentes, homologadas nos últimos eventos tarifários. Para os Itens financeiros, os valores de amortização mensais correspondem a 1/12 avos dos montantes totais homologados pela ANEEL. Para a CVA, a amortização mensal é efetuada de acordo com a curva de mercado. Os valores em constituição referem-se à diferença entre os custos incorridos e os constantes na tarifa até a data do fechamento do mês de referência, a serem homologados nos próximos processos tarifários.

As distribuidoras reconhecem seus ativos e passivos financeiros setoriais com base no "OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral da Companhia de Energia Elétrica, emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade", de modo que os registros dos ativos e passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada exercício contábil, apresentem como contrapartida receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, considerando a melhor estimativa da Companhia quanto ao montante financeiro a ser realizado como decorrência do cumprimento integral da obrigação de performance completada no período, bem como todos os fatos e circunstâncias existentes que suportam a transação.

8.1 Efeitos relevantes no período

O total de passivos setoriais líquidos dos ativos, em 31 de dezembro de 2021, somava um valor de R\$693.913, sendo que o total de passivos setoriais líquido dos ativos em 30 de junho de 2022 equivale ao montante de R\$1.118.908. A variação no período, no montante de R\$424.995, foi causada pelos seguintes motivos:

- Amortização: No período, foi repassado aos consumidores no faturamento de energia o montante de R\$9.030 referente a passivos setoriais líquidos homologados pela ANEEL.
- Compra de Energia: A variação da apropriação referente aos valores de Compra de Energia deve-se a uma conjuntura de sazonalidade associada ao cenário energético de 2021 com relação ao cenário médio previsto para o ano tarifário das distribuidoras. Adicionalmente, cabe observar que no período de 2022 em razão das afliências registradas, houve redução do acionamento das usinas termelétricas (Nota 4.4). Além disso, até meados de abril estava em vigor a Bandeira Tarifária Escassez Hídrica (Nota 31.9), o que contribuiu para atenuar o déficit registrado ao final de 2021.
- Custo da energia de Itaipu: Os custos de energia elétrica de Itaipu atribuídos mensalmente às distribuidoras são valorados de acordo com o câmbio do dólar. No processo tarifário de 2021 da controlada EDP Espírito Santo, realizado em agosto do referido exercício, foi considerada uma premissa de R\$5,10. No caso da EDP São Paulo, para o mesmo processo realizado em outubro de 2021, foi considerada uma premissa de R\$5,34. Apesar da taxa cambial do dólar verificada em alguns meses do período em análise ter sido inferior à cobertura tarifária, outro fator que explica o resultado obtido é decorrente da metodologia de cálculo da CVA, que se compara mensalmente ao preço da energia de Itaipu, assim como o preço dos demais contratos de energia com a Tarifa Média de Cobertura - TMC. A TMC é uma média ponderada dos preços dos contratos de energia das distribuidoras previstos para o seu ano tarifário. Portanto, o preço de energia de Itaipu verificado no período foi superior à TMC, resultando na formação de um ativo regulatório.
- PROINFA: A variação no período analisado decorre do aumento do valor das quotas do PROINFA, quando comparado com a cobertura tarifária definida nos Reajustes de 2021. A publicação das quotas do PROINFA de 2022 foi definida pela REH nº 2.995/21.
- Transporte rede básica: O saldo observado no período refere-se ao efeito do aumento das Tarifas de Transmissão (TUST) do ciclo 2021/2022, que remunera os custos de Rede Básica e outros de encargos de transmissão. As tarifas de transmissão do ciclo 2021/2022 foram definidas pela REH nº 2.959/21.
- Encargos de Serviço do Sistema - ESS / Encargos de Energia de Reserva - EER: Os custos do ESS/EER atribuídos às Distribuidoras no período mostraram-se superiores aos montantes previstos de cobertura tarifária, em decorrência principalmente do acionamento de usinas termelétricas despachadas fora da ordem de mérito. Além disso, no período verificado ocorreu a cobrança do encargo de Energia de Reserva, com o objetivo de remunerar as geradoras que operam nessa modalidade. Esse despacho termelétrico está inserido no contexto da crise hídrica mencionada na nota 4.4. Adicionalmente temos o efeito, do custo do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica que conforme Resolução CREG nº 2 (Nota 4.4), serão recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos Custos do Serviço do Sistema, seguindo os Ofícios nº 131/2022-SGT/ANEEL e 132/2022-SGT/ANEEL, além do Despacho nº 397/2022 (Nota 4.4), os custos foram contabilizados em março de 2022.
- Conta de Desenvolvimento Energético – CDE: a variação positiva acumulada no período analisado é devido ao aumento do valor das quotas quando comparadas ao período de 2021. A publicação das quotas da CDE a serem recolhidos pelas Distribuidoras foram definidos pela Resolução Homologatória nº 3.004/22 (Nota 4.3).
- Sobrecontratação de energia: A apropriação dos valores no período ocorreu em função da participação no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE), a controladas EDP São Paulo negociou 158 MWm ao preço de R\$286,93 R\$/MWh, e a controlada EDP Espírito Santo negociou 110 MWn ao preço de R\$281,30 R\$/MWh.
- Neutralidade da Parcela A: No período em análise houve um crescimento de mercado no qual as distribuidoras estão inseridas em relação aos mercados de referência dos Reajustes Tarifários de 2021, levando a uma maior arrecadação dos Encargos Setoriais. As diferenças serão repassadas aos consumidores no processo tarifário de 2022.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



(x) Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativos: Referem-se aos faturamentos realizados pelas distribuidoras, referente a parcela de ineficiência de utilização da rede de energia elétrica da Demanda e Reativos pelos consumidores de média e alta tensão. Esses valores faturados constituem passivo setorial, a serem revertidos nas tarifas no momento da Revisão Tarifária das distribuidoras.

(xi) Previsão de Risco Hidrológico – Antecipação: Os valores em apropriação no período em análise referem-se a cobertura tarifária dos custos de Risco Hidrológico, prevista no processo tarifário anterior, que fazem frente aos custos do GSF para as usinas hidrelétricas de Itaipu, Cotas e Repactuação CCEAR. Essa previsão é baseada na expectativa de GSF para os próximos 12 meses, além do PLD de referência no momento do processo tarifário.

(xii) Outros: O montante observado no período refere-se substancialmente às provisões de Bandeiras Tarifárias. No final do exercício de 2021 estava em vigência a Bandeira Tarifária Escassez Hídrica (Nota 4.4), cujos valores provisionados eram elevados, já em 30 de junho de 2022 a Bandeira Verde está vigente (Nota 31.9).

9 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

Controladora										
	Nota	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamen- tos / Pagamentos	Compen- sação tributos federais	Transferên- cia	Saldo em 30/06/2022	
Ativos compensáveis										
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9.1	112.181			606	3.661	(91.481)	(3.661)	21.306	
Total		112.181	-	-	606	3.661	(91.481)	(3.661)	21.306	
Circulante		56.760							21.306	
Não circulante		55.421								
Outros tributos compensáveis										
ICMS		-	25						25	
PIS e COFINS		411	311					(311)	411	
IRRF sobre aplicações financeiras		60.124	22.926					(15.828)	67.222	
IR/CS retidos sobre faturamento		990	17						1.007	
Outros		3.524	55						3.579	
Total		65.049	23.334	-	-	-	-	(16.139)	72.244	
Circulante		63.140							70.335	
Não circulante		1.909							1.909	
Passivos a recolher										
Imposto de renda e contribuição social a recolher		3.899	17.815			(1.073)		(19.488)	1.153	
Total Circulante		3.899	17.815	-	-	(1.073)	-	(19.488)	1.153	
Circulante		3.899							1.153	
Outros tributos a recolher										
PIS e COFINS		34.146	13.217			(11.724)	(28.903)	(312)	6.424	
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		2.443	5.025			(4.658)			2.810	
IRRF sobre juros s/ capital próprio	9.5	68.222		(5.644)			(62.578)		-	
Parcelamentos		16.983			407	(2.860)			14.530	
Encargos com pessoal		11.873	11.504			(8.373)			15.004	
Outros		433			3	(131)			305	
Total		134.100	29.746	(5.644)	410	(27.746)	(91.481)	(312)	39.073	
Circulante		122.691							30.116	
Não circulante		11.409							8.957	
Consolidado										
	Nota	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adianta- mentos / Pagamentos	Compen- sação tributos federais	Aquisição de empresas (Nota 18.3)	Transferên- cia	Saldo em 30/06/2022
Ativos compensáveis										
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9.1	420.603		(21)	10.205	45.582	(151.483)		(35.172)	289.714
Total		420.603	-	(21)	10.205	45.582	(151.483)	-	(35.172)	289.714
Circulante		280.791								228.575
Não circulante		139.812								61.139
Outros tributos compensáveis										
ICMS	9.3	259.345	103.647			172	(123)		(24.819)	338.222
PIS e COFINS	9.2	1.116.479	498.701		37.498		(458.721)		(482.348)	711.609
IRRF sobre aplicações financeiras		77.007	42.214						(27.661)	91.560
IRRF sobre juros s/ capital próprio		1.840							(1.840)	-
IR/CS retidos sobre faturamento		6.940	3.923	(9)				182	(2.898)	8.138
Outros		22.332	1.913			(37)		2.043	(3.028)	23.223
Total		1.483.943	650.398	(9)	37.498	135	(458.844)	2.225	(542.594)	1.172.752
Circulante		552.974								595.615
Não circulante		930.969								577.137

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Nota	Consolidado							
	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação tributos federais	Aquisição de empresas (Nota 9)	Saldo em 30/06/2022
Passivos a recolher								
Imposto de renda e contribuição social a recolher	136.043	319.813		2.997	(133.910)	(103.250)	3.437	154.054
Total Circulante	136.043	319.813	-	2.997	(133.910)	(103.250)	3.437	154.054
Outros tributos a recolher								
ICMS	302.327	1.718.798		4.359	(1.778.121)	(123)		222.421
PIS e COFINS	131.071	876.462		1	(83.478)	(379.360)	1.634	64.459
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	12.367	49.287		5	(49.645)			12.014
IRRF sobre juros s/ capital próprio	116.453	14.491	(5.646)		(15.079)	(102.778)		7.441
Parcelamentos	334.394			14.105	(22.346)			326.153
Encargos com pessoal	25.477	92.255		12	(70.909)	(18.333)	1.776	30.278
Outros	4.788	4		2.611	(7.131)		473	745
Total	926.877	2.751.297	(5.646)	21.093	(2.026.709)	(500.594)	3.883	663.511
Circulante	634.891							379.683
Não circulante	291.986							283.828

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas apresentam os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia e suas controladas liquidem ou compensem o tributo em um único pagamento ou compensação.

9.1 Imposto de renda e contribuição social - Ativos Compensáveis - Controladora

Os valores registrados referem-se, em suma, ao imposto de renda decorrente de retenções na fonte e suas respectivas atualizações pela SELIC. A compensação desse saldo é feita, principalmente, com Imposto de renda retido na fonte sobre o JSCP declarado e PIS e COFINS sobre receitas financeiras.

9.2 PIS e COFINS

9.2.1 PIS e COFINS - Ativos Compensáveis - Consolidado

A controlada Enerpeixe apurou um crédito de R\$134.244, sendo líquido das compensações até 30 de junho de 2022 o montante de R\$80.515 (R\$81.299 em 31 de dezembro de 2021), onde houve atualizações monetárias de R\$17.446 (R\$15.127 em 31 de dezembro de 2021) e compensações no valor R\$71.300 (R\$71.300 em 31 de dezembro de 2021). Este crédito está sendo compensado com os respectivos débitos desses tributos, à medida que os faturamentos de energia elétrica são realizados.

9.2.2 Distribuidoras - Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS

Em 3 de abril de 2019 e 10 de dezembro de 2019, as controladas de Distribuição EDP Espírito Santo e EDP São Paulo obtiveram respectivamente o trânsito em julgado com decisão favorável em processo judicial, no qual foi reconhecido o direito de excluir os valores do ICMS próprio da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente. A Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos. Com relação ao tratamento tarifário, as distribuidoras formularam consulta à ANEEL e receberam resposta por meio do Ofício nº 392 em 19 de novembro de 2019, com a orientação de que a Agência, por meio de suas áreas técnicas, está analisando a melhor forma do repasse dos valores recuperados às tarifas homologadas aos consumidores das Concessionárias. Em 17 de março de 2020, a ANEEL abriu a Tomada de Subsídios nº 5/2020 buscando obter subsídios por meio de "Participação Social", para a formulação de sua manifestação quanto ao tratamento a ser dado pelas distribuidoras de energia elétrica aos créditos tributários decorrentes desses processos judiciais.

Com relação a apuração dos créditos, o Supremo Tribunal Federal, em 13 de maio de 2021, modulou os efeitos da decisão e, entre eles, decidiu que o ICMS a ser retirado da base de cálculo das contribuições é aquele destacado na nota fiscal. Nesta ocasião, a controlada EDP Espírito Santo procedeu com recálculo e registrou ajuste no principal de R\$1.798 no exercício de 2021. A controlada EDP São Paulo aplicou essa modulação, além de efetuar uma revisão de estimativa do saldo, gerando uma redução de R\$156.441 da base de faturas elegíveis ao crédito, cuja contrapartida ocorreu nos ativos e passivos financeiros setoriais (Nota 8), assim sendo, sem efeitos no resultado.

Em 11 de fevereiro de 2021 a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 5/2021, objetivando definir a metodologia de devolução aos consumidores dos créditos tributários. O prazo de contribuições dos agentes se estendeu até 29 de março de 2021, cujos principais pontos de discussão apresentados em Nota Técnica nº 9/2021 SFF/SGT/SRM/SMA/ANEEL, estavam relacionados ao: (i) montantes a serem devolvidos a cada ciclo tarifário das distribuidoras; (ii) tempo necessário para a devolução; e (iii) operacionalização da devolução. A expectativa é que o tema seja deliberado pela Agência no primeiro semestre de 2021, com publicação da Resolução contendo as regulamentações para devolução dos créditos tributários.

A controlada EDP Espírito Santo, por meio da carta CT-EDP-ES-61/2021, solicitou a consideração da antecipação da reversão dos referidos créditos como componente financeiro negativo extraordinário a ser compensado do montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil. Em 29 de julho de 2020, a SGT, por meio da Nota Técnica nº 170/2020-SGT/ANEEL, consolidou o cálculo do Reajuste Tarifário Anual - RTA de 2021 da controlada, nas tarifas aplicadas aos consumidores a partir de 07 de agosto de 2021.

A controlada EDP São Paulo, por meio da carta CT-EDP-SP-64/2021, solicitou a consideração da antecipação da reversão dos créditos como componente financeiro negativo extraordinário a ser compensado do montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil. Em 20 de outubro de 2021, a SGT, por meio da Nota Técnica nº 236/2021-SGT/ANEEL, acatou o pedido da Companhia e consolidou o cálculo do Reajuste Tarifário Anual - RTA de 2021 da Companhia, nas tarifas aplicadas aos consumidores a partir de 23 de outubro de 2021.

Em 27 de junho de 2022 foi sancionada a Lei nº 14.385/22, que altera a Lei nº 9.427/96, com objetivo disciplinar a devolução de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica. A atual Lei respalda à ANEEL de reverter os créditos em prol dos consumidores, no âmbito dos processos tarifários das concessionárias, prática essa adotada pela Agência, em caráter provisório, desde o Reajuste Tarifário de 2020 da EDP Espírito Santo e Reajuste Tarifário de 2021 da EDP São Paulo.

Desta forma, o montante reconhecido na rubrica de passivos financeiros setoriais (Nota 8) refere-se ao valor principal atualizado monetariamente. A movimentação dos referidos valores, está em conformidade com a Solução de Consulta da RFB nº 13/2018, incluindo atualização monetária e compensação em 30 de junho de 2022, demonstrado a seguir:

Exclusão do ICMS próprio na base de cálculo do PIS e da COFINS	EDP Espírito Santo EDP São Paulo	Saldo em 31/12/2021	Atualização	(-) Compensação	Saldo em 31/03/2022
		381.228	11.676	(208.211)	184.693
		463.614	15.184	(250.489)	228.309
		844.842	26.860	(458.700)	413.002

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



9.3 ICMS - Ativos Compensáveis - Consolidado

Do montante em 30 de junho de 2022 de R\$338.222 (R\$259.345 em 31 de dezembro de 2021), as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo de R\$307.733 (R\$252.475 em 31 de dezembro de 2021), que incluem créditos de ICMS decorrente de aquisição de bens no valor de R\$307.695 (R\$253.306 em 31 de dezembro de 2021) que, de acordo com o parágrafo 5º do artigo 20 da Lei Complementar nº 87/96, são compensados à razão de 1/48 avos por mês.

9.4 ICMS - Passivo a Recolher - Consolidado

Do montante em 30 de junho de 2022 de R\$222.421 (R\$302.327 em 31 de dezembro de 2021), as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo de R\$200.664 (R\$290.930 em 31 de dezembro de 2021), referente ao ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.

9.5 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. Na controladora, o saldo em 31 de dezembro de 2021 de R\$68.222 foi relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2021 e liquidado em janeiro de 2022.

10 Tributos diferidos

	Nota	Controladora		Consolidado							
		Passivo		Ativo				Passivo			
		Não circulante		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
PIS e COFINS	10.1	187	169	113.050	56.661	20.972	26.205	129.555	67.229	622.276	491.114
Imposto de renda e contribuição social	10.2 e 18.3	206.161	206.033			533.659	575.766			1.545.909	735.085
Imposto sobre serviços							(549)	1.046	329	729	1.637
Total		206.348	206.202	113.050	56.661	554.631	601.422	130.601	67.558	2.168.914	1.227.836

10.1 PIS e COFINS

O PIS e COFINS diferidos reconhecidos apresentam as seguintes naturezas:

		Controladora		Consolidado							
		Passivo		Ativo				Passivo			
		Não circulante		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Compromissos futuros - EDP Trading (Nota 15)				113.050	56.661	20.972	26.205	128.600	66.928	49.283	53.308
Receitas sobre reconhecimento dos custos incorridos (CPC 47) na EDP Smart Soluções								955	301	665	1.494
Receita de construção nas controladas de transmissão										565.579	432.071
Atualização monetária dos depósitos judiciais (Nota 18.3)		187	169							6.749	4.241
		187	169	113.050	56.661	20.972	26.205	129.555	67.229	622.276	491.114

10.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

10.2.1 Composição

Natureza dos créditos	Nota	Controladora			
		Passivo Não circulante		Resultado	
				Períodos de 6 meses findos em 30 de junho	
		30/06/2022	31/12/2021	2022	2021
Diferenças Temporárias					
Compra vantajosa	10.2.1.1	151.230	151.230		(1.517)
Mais valia		53.436	53.436		1.152
Outras		1.495	1.367	(128)	(27)
Total		206.161	206.033	(128)	(392)

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



		Consolidado							
		Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado		Patrimônio Líquido	
		Períodos de 6 meses findos em 30 de junho							
Natureza dos créditos	Nota	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Prejuízos Fiscais	10.2.1.2	384.152	317.967			66.185	(15.080)		
Base Negativa da Contribuição Social	10.2.1.2	131.962	108.570			23.392	(5.411)		
		516.114	426.537	-	-	89.577	(20.491)	-	-
Diferenças Temporárias									
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		272.837	255.641			16.449	1.671		
Benefício pós-emprego		121.896	144.319			(22.359)	(2.056)		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		196.175	178.870			16.350	8.875		
Consumidores - ajuste a valor presente		200	243	5		(48)	(88)		
Gastos Pré-operacionais		23.080	14.444			8.636	(4.401)		
Compra vantajosa	10.2.1.1			151.230	151.230		(1.517)		
Mais valia	18.3			1.029.314	486.400	121	1.152		
Amortização / Depreciação mais valia - CPC 15 (R1)		4.554	4.554	(170.952)	(152.220)	18.916	7.819		
Uso do bem público - CPC 25		183.168	172.086	45.162	46.594	12.514	20.918		
Valor justo do Ativo Financeiro Indenizável - ICPC 01 (R1)				553.911	448.522	(87.569)	(41.302)		
Remuneração dos ativos da concessão				797.162	435.463	(89.330)	(69.606)		
PIS e COFINS sobre ativos da concessão		186.758	141.753			8.529	7.149		
Instrumentos financeiros - CPC 39		56.781	5.314	85.100	72.551	7.051	4.940	31.867	(2.300)
Benefícios pós-emprego - PSAP	10.2.1.3	(99.530)	(121.475)			21.945	5.212		
Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes		235.709	266.448				1	(30.971)	(5.196)
Ressarcimento por indisponibilidade							(6)		
Direito de concessão - GSF	24.1.3.1			140.309	144.745	7.439	(6.080)		
Licenças ambientais		12.999	8.071	10.179	7.638	693	1.824		
Compromissos futuros	15	492.621	304.592	653.840	441.481	(24.330)	(17.995)		
Outras		61.812	82.733	59.069	44.252	(31.100)	(8.153)		
Total diferenças temporárias		1.749.060	1.457.593	3.354.329	2.126.656	(136.093)	(91.643)	896	(7.496)
Crédito fiscal do ágio incorporado	10.2.1.4	76.905	83.207			(6.302)	(6.670)		
Total bruto		2.342.079	1.967.337	3.354.329	2.126.656	(52.818)	(118.804)	896	(7.496)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(1.808.420)	(1.391.571)	(1.808.420)	(1.391.571)				
Total		533.659	575.766	1.545.909	735.085				

A variação no Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos Consolidado no montante de R\$774.270, refere-se substancialmente, às entradas e saídas dos ativos e passivos não circulantes mantidos para venda, do Grupo EDP - Energias do Brasil (Nota 17), além da aquisição da EDP Goiás (Nota 18.3)

10.2.1.1 Compra vantajosa

Os tributos diferidos sobre as compras vantajosas são decorrentes das aquisições: (i) R\$120.096 da Porto do Pecém; (ii) R\$29.457 da Celesc; e (iii) R\$1.677 da Mata Grande Transmissora. Os tributos sobre as compras vantajosas serão realizados quando da alienação destes investimentos.

10.2.1.2 Prejuízos fiscais e Base negativa da contribuição social

Conforme legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos a prazo prescricional.

10.2.1.3 Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP

O crédito fiscal advindo da Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP da EDP São Paulo, refere-se à parcela de benefícios excedente aos ativos relativos aos planos previdenciários do tipo Benefício definido, cuja provisão, em 31 de dezembro de 2001, foi efetuada em contrapartida ao Patrimônio líquido, dedutível por ocasião dos pagamentos mensais, com expectativa de finalização no exercício de 2028 (Nota 28.1.1.4).

10.2.1.4 Crédito fiscal do ágio incorporado

O crédito fiscal do ágio é proveniente:

(i) na controlada EDP São Paulo: da incorporação, ocorrida no exercício de 2002, da parcela cindida da anterior controladora Enerpaulo - Energia Paulista Ltda., representada pelo ágio pago pela Enerpaulo quando da aquisição de ações de emissão da EDP São Paulo;

(ii) na controlada EDP Espírito Santo: da incorporação, ocorrida em abril de 2005, da parcela cindida da Controladora, representada pelo ágio pago pelas incorporadas EDP 2000 Participações Ltda. e EDP Investimentos Ltda. quando da aquisição de ações de emissão da IVEN, na época controladora da EDP Espírito Santo; e

(iii) na controlada Lajeado: da incorporação das controladas EDP Lajeado e Tocantins, ocorrida em novembro de 2009, representada pelo ágio pago pela Lajeado.

Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e, conforme determinação da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão das controladas, o que resulta em realização anual média futura do crédito fiscal de R\$5.747 para a controlada EDP São Paulo até o ano de 2027, de R\$1.514 para a controlada EDP Espírito Santo até o ano de 2025 e de R\$3.733 para a controlada Lajeado até o ano de 2032.

10.2.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração das controladas e controladas indiretas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Lajeado, Investco, EDP Trading, EDP Smart Energia, EDP Smart Serviços, Inova Soluções de Energia, Enerpeixe, Porto do Pecém, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG, EDP Goiás e Santa Leopoldina elaboraram a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, as controladas estimam recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2022	2023	2024	2025	2026	2027 a 2029	A partir de 2030	Total Não circulante
266.626	454.259	429.101	329.120	397.493	211.114	254.366	2.342.079

A realização do ativo fiscal diferido está em consonância com as disposições do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



10.2.3 Créditos fiscais diferidos não reconhecidos

Em 30 de junho de 2022 a Companhia e as controladas Lajeado, EDP Ventures, Nova Geração Solar I e Energia Solar I, possuem créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias no montante de R\$2.091 (R\$30.358 em 2021), tendo em vista as incertezas na sua realização. Este montante poderá ser objeto de reconhecimento futuro, conforme as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis. Não há prazo de prescrição para a utilização de tais créditos.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



11 Partes relacionadas

Além dos valores do saldo dos dividendos a pagar e a receber e de empréstimos a pagar apresentado na nota 27, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladas e controladas em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, estão apresentadas como segue:

				Controladora													
				Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)					
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		Financeiras			
												Períodos de 6 meses findos em 30 de junho					
	Relacionamento	Preço praticado	Duração	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021		
Empréstimos a receber																	
Contratos de mútuo - 100% a 110% do CDI																	
EDP Trading	Controlada		02/10/2020 a 01/10/2022			99.238	94.132							5.106	1.146		
Horizon Transmissão MA I	Controlada		26/11/2020 a 25/11/2024												1.844		
Horizon Transmissão MA II	Controlada		26/11/2020 a 25/11/2024												676		
EDP Transmissão SP-MG	Controlada (*)		22/11/2018 a 21/11/2022	228.945	216.606									11.766	2.628		
				228.945	216.606	99.238	94.132	-	-	-	-	-	-	16.872	6.294		
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC																	
EDP Transmissão Aliança	Controlada		23/08/2017 a indeterminado			158.400	135.000										
Horizon Transmissão ES	Controlada		07/03/2017 a indeterminado														
EDP Smart Energia	Controlada		15/12/2017 a indeterminado			16.025	5.300										
EDP Ventures	Controlada		13/12/2019 a indeterminado			18.455	16.455										
EDP Smart Serviços	Controlada		07/12/2015 a indeterminado			246.050	186.100										
Santa Leopoldina	Controlada		25/11/2021 a indeterminado			244.700	3.400										
Resende	Controlada		14/05/2019 a indeterminado			30	30										
				-	-	683.660	346.285	-	-	-	-	-	-	-	-		
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 16)																	
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)																	
EDP São Paulo	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			219				725		(2.384)	(3.782)				
Energest	Controlada (*)		01/01/2019 a 31/12/2022			138	128				10	183	631				
EDP Trading	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			469	112			274	986	2.027	787				
Investco	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			908	879			25	25	389	696				
EDP Espírito Santo	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			1.600	91			665		6.208	3.675				
Porto do Pecém	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			172	248			368		173	3.880				
EDP Smart Soluções	Controlada		01/01/2020 a 01/01/2022			1.227	1.223			190		181	73				
EDP Smart Serviços	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			304	(5)			230	148	362	(652)				
Lajeado	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			440	765			135		905	856				
Horizon Transmissão	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022										68				
EDP Smart Energia	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			128	73			94		53	836				
EDP Transmissão Norte	Controlada		01/01/2020 a 01/01/2022			2						8					
Horizon Transmissão MA I	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022											134			
Horizon Transmissão MA II	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022											129			
Mata Grande Transmissora	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			13						59					
EDP Transmissão SP-MG	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			212	30			75		715	659				
EDP Transmissão Litoral Sul	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2022			54				36	2	149					
EDP Transmissão Aliança	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			265	55			194	17	713	838				
CEJA	Controlada em conjunto		01/01/2018 a 31/12/2022			(3)	8			292	236	309	197				
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto		01/01/2019 a 31/12/2022			204	203			309	259	286					
UFV SP V Equipamentos						3						20					
São Manoel	Controlada em conjunto		01/05/2018 a 31/12/2022			264	268			108		641	592				
Enerpeixe	Controlada		01/07/2018 a 31/12/2022			140	79			314		771	472				

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



				Controladora											
				Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)			
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		Financeiras	
												Períodos de 6 meses findos em 30 de junho			
	Relacionamento	Preço praticado	Duração	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Compartilhamento do serviços de infraestrutura (b)															
EDP São Paulo	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			198				9	75	799	657		
Energest	Controlada (*)		01/01/2019 a 31/12/2022			5	3			10		(19)	9		
EDP Trading	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			90	15			143		119	120		
Horizon Transmissão ES	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022										3		
Investco	Controlada		01/01/2015 a 31/12/2022			41	10					144	75		
Porto do Pecém	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			108	30			257		173	257		
Lajeado	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			13						143	56		
CEJA	Controlada em conjunto		01/01/2019 a 31/12/2022												
EDP Espírito Santo	Controlada em conjunto (***)		01/01/2015 a 31/12/2022			374	75					1.435	456		
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto		01/01/2019 a 31/12/2022												
EDP Smart Serviços	Controlada em conjunto (***)		01/01/2015 a 31/12/2022				11			23		(114)	82		
Horizon Transmissão MA I	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022										10		
Horizon Transmissão MA II	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022										6		
EDP Transmissão SP-MG	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			14	5			50		40	36		
Mata Grande Transmissora			01/01/2019 a 31/12/2022			1						4			
EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			3	1			1		9			
EDP Transmissão Aliança	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			25	5			30		58	35		
EDP Goiás			01/01/2019 a 31/12/2022			31						99			
EDP Smart Soluções	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			178	52					187	68		
Enerpeixe	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022									116			
EDP Smart Serviços	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			65						189			
UFV SP V Equipamentos			01/01/2019 a 31/12/2022			12						37			
EDP Smart Energia	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			45	5			28		92	37		
Reembolso de gastos com leilão															
EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada		01/03/2019 a indeterminado				758								
EDP Transmissão SP-MG	Controlada		01/06/2017 a indeterminado				24								
EDP Transmissão Aliança	Controlada		01/06/2017 a indeterminado				23								
EDP Transmissão Aliança	Controlada		01/06/2017 a indeterminado												
Mata Grande Transmissora	Controlada		01/05/2021 a indeterminado				230								
EDP Transmissão Norte	Controlada		01/04/2021 a indeterminado				781								
Santa Leopoldina	Controlada		01/12/2021 a indeterminado				12								
Opções de ações outorgadas pela Companhia (Nota 11.2.1)															
EDP São Paulo	Controlada		15/06/2017 a 30/06/2026			445	514					15	(65)		
Energest	Controlada (*)		15/06/2017 a 30/06/2026			108	194						184		
EDP Trading	Controlada		15/06/2017 a 18/06/2025			19	224						59		
EDP Espírito Santo	Controlada		15/06/2017 a 30/06/2026			462	465					141	(188)		
Porto do Pecém	Controlada		15/06/2017 a 30/06/2026			481	733						(63)		
EDP Transmissão SP-MG	Controlada		18/06/2020 a 30/06/2026			24	17						6		
EDP Smart Serviços	Controlada		06/06/2018 a 30/06/2026				261						(12)		
EDP Transmissão Aliança	Controlada		22/06/2020 a 22/06/2025										10		
Contrato de serviços de consultoria															
EDP Renováveis	Parte Relacionada		01/06/2017 a indeterminado			270	270						61		
Contrato de prestação de serviços (c)															
EDP Portugal	Controladora		Indeterminado	9.490	8.124			51.983	44.336	1.259	1.287	(9.606)		84	3.244
EDP Renováveis	Controlada em conjunto (***)		Indeterminado	423	437										
EDP Valor	Parte Relacionada		Indeterminado					5.132	5.347						
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (d)															
EDP Espírito Santo	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			3.661	769			1.047		4.993	4.024		
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto (**)		01/01/2019 a 31/12/2021										260		
Horizon Transmissão MA I	Controlada (*)		01/01/2019 a 31/12/2021										404		
Horizon Transmissão MA II	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2021										371		
EDP Transmissão MA III	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			122						171			
EDP Transmissão Norte	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			149				44		104			
EDP Transmissão SP-MG	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			348	71			82		204	491		
EDP Transmissão Aliança	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			469	67			110		253	543		
EDP Goiás			01/01/2019 a 31/12/2024			233						109			
Energest	Controlada (*)		01/01/2019 a 31/12/2024			49	102					145	345		
EDP Smart Soluções	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			293	132					572	729		

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



				Controladora											
				Ativo		Passivo						Receitas (Despesas)			
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		Financeiras	
												Períodos de 6 meses findos em 30 de junho			
	Relacionamento	Preço praticado	Duração	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Lajeado	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			396				60		329	407		
UFV SP V Equipamentos			01/01/2019 a 31/12/2024			13						18			
Porto do Pecém	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			1.868	357			9		2.544	3.136		
EDP Smart Serviços	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			425	123			22		141	634		
EDP São Paulo	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			7.412	396			1.368		8.022	3.464		
EDP Trading	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			1.115	109			1.213		727	1.058		
Enerpeixe	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			420	134			197		439	804		
Investco	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			597	104					921	1.013		
Horizon Transmissão ES	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024										403		
EDP Smart Energia	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			116	49			7		(111)	383		
EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			241	1			41		181			
Compartilhamento da plataforma Neweb (e)												1.481			
EDP Portugal	Controladora		Indeterminado												
				9.913	8.561	27.698	11.289	57.115	49.683	10.044	3.045	27.072	30.457	84	3.244
				238.858	225.167	810.596	451.706	57.115	49.683	10.044	3.045	27.072	30.457	16.956	9.538

				Consolidado											
				Ativo		Passivo						Receitas (Despesas)			
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		Financeiras	
												Períodos de 6 meses findos em 30 de junho			
	Relacionamento	Preço praticado	Duração	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Contas a receber (Nota 7)															
Suprimento de energia elétrica															
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto (**)	140,76	01/01/2017 a 31/12/2046									1.235			
São Manoel	Controlada em conjunto (**)		01/01/2019 a 31/12/2019	2.565								15.473			
Encargo de uso da rede															
CEJA	Controlada em conjunto (**)		09/02/2019 a 10/02/2047		5							182			
São Manoel	Controlada em conjunto		09/02/2019 a 10/02/2047	197	16							593			
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto (**)		09/02/2019 a 10/02/2047	23	3							115			
				2.785	24	-	-	-	-	-	-	17.598	-	-	-
Fornecedores (Nota 25)															
Suprimento de energia elétrica															
CEJA	Controlada em conjunto (**)	174,22	01/01/2015 a 31/12/2044					479	791	173		(3.252)	(2.848)		
CEJA	Controlada em conjunto (**)	165,63	01/01/2015 a 31/12/2044						1.131	285		(5.033)	(7.147)		
São Manoel	Controlada em conjunto		01/05/2018 a 31/12/2038					3.155	3.116			(17.671)	(19.810)		
São Manoel	Controlada em conjunto	121,99	26/04/2018 a 31/12/2047					160	192			(876)	(754)		
				-	-	-	-	3.794	5.230	458	-	(26.832)	(30.559)	-	-
Compromissos futuros															
São Manoel	Controle comum		01/05/2018 a 31/12/2038	16.178	25.719	8.982	24.625	12.337		227		37.748	21.603		
EDP Renovaveis	Parte Relacionada		01/12/2023 a 31/12/2038	6.112		42.424	94.576			2.010		48.051	94.576		
Central Eólica Aventura II	Parte Relacionada		01/12/2022 a 31/12/2022					11.997	6.454			5.543	(6.454)		
Central Eólica Aventura III	Parte Relacionada		01/12/2022 a 31/12/2022					14.133	7.605			6.528	(7.605)		
Central Eólica Aventura IV	Parte Relacionada		01/12/2022 a 31/12/2022		820			2.533	4.655			(1.302)	(3.835)		
Central Eólica Aventura V	Parte Relacionada		01/12/2022 a 31/12/2022		4.712			4.187				8.899	4.712		
Central Eólica Srmn I	Parte Relacionada		01/12/2022 a 31/12/2022		2.663			2.366				5.030	2.663		
Central Eólica Jerusalém I	Parte Relacionada		01/1/2023 a 31/12/2023				9.248	4.947		7.095		21.289	9.248		
Central Eólica Monte Verde I	Parte Relacionada		01/7/2023 a 31/12/2023			2.223	3.490			1.080		2.348	3.490		
Central Eólica Monte Verde IV	Parte Relacionada		01/7/2023 a 31/12/2023				5.049			350		5.398	5.049		
Central Eólica Monte Verde V	Parte Relacionada		01/7/2023 a 31/12/2023				3.366			233		3.599	3.366		
Central Eólica Barreto I	Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036	2.993	35.367	11.981	44.639	14.066		671		79.770	80.006		
				25.283	69.281	65.610	184.993	66.566	18.714	11.666	-	222.901	206.819	-	-

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



				Consolidado											
				Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)			
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		Financeiras	
				Períodos de 6 meses findos em 30 de junho											
	Relacionamento	Preço praticado	Duração	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 16)															
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos															
(a)															
CEJA	Controlada em conjunto (**)		01/01/2018 a 31/12/2022			(3)	8			292	236	309	197		
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto (**)		01/01/2019 a 31/12/2022			204	203			309	274	286			
São Manoel	Controlada em conjunto		01/05/2018 a 31/12/2022			264	268			108		641	592		
Prestação de serviços - Backoffice															
Pecém TM	Controlada em conjunto		01/05/2015 a 01/05/2025			75	75								
Pecém OM	Controlada em conjunto		01/05/2015 a 01/05/2025			128	128								
Mabe	Controlada em conjunto		01/05/2015 a 01/05/2020	1.311	1.311										
Contrato de serviços de consultoria															
EDP Renováveis	Parte Relacionada		01/06/2017 a indeterminado	423	437	270	270					115			
Contrato prestação de serviços (d)															
EDP Portugal	Controladora		Indeterminado	9.490	8.124			51.983	44.336	1.259	1.287	(9.606)		84	3.244
São Manoel	Controlada em conjunto		01/05/2014 a 30/04/2019									(243)			
CEJA	Controlada em conjunto		01/01/2019 a 31/12/2022									(842)			
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto (**)		01/01/2019 a 31/12/2022									(246)			
EDP Valor	Controlada em conjunto (**)		Indeterminado					5.132	5.347						
Elebrás	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	11								57			
Cenaeel	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	2								11			
Baixa do Feijão I	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	5								59			
Baixa do Feijão II	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	5								64			
Baixa do Feijão III	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	5								62			
Baixa do Feijão IV	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	5								60			
JAU	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	15								164			
Aventura I	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	12								59			
Aventura II	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	3								17			
Aventura III	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	4								21			
Aventura IV	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	4								24			
Aventura V	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	4								24			
Babilônia I	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	44								27			
Babilônia II	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	4								24			
Babilônia III	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	5								27			
Babilônia IV	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	5								27			
Babilônia V	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	4								21			
Pereira Barreto I	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	6								34			
Pereira Barreto II	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	6								34			
Pereira Barreto III	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	6								34			
Pereira Barreto IV	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	6								34			
Pereira Barreto V	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	5								29			
Compartilhamento do serviços de infraestrutura (b)															
EDP Renováveis	Parte Relacionada		29/07/2015 a 31/12/2022			287	18								
Contrato revenda de carvão															
EDP Espanha								136.213				166.088			
Compartilhamento da plataforma NEWEB															
EDP Portugal								1.589	1.862			1.481		(273)	
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (c)															
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto (**)		01/01/2019 a 31/12/2021									260			
				11.390	9.872	1.225	970	194.917	51.545	1.968	1.797	158.896	1.049	(189)	3.244
				39.458	79.177	66.835	185.963	265.277	75.489	14.092	1.797	372.563	177.309	(189)	3.244

(*) A Energest encontra-se como Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda (Nota 17.1)
(**) As controladas em conjunto Cachoeira Caldeirão e CEJA encontram-se como Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda (Nota 17.2)

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.
Os avais e fianças concedidos e recebidos pela Companhia estão demonstrados na nota de Garantias (Nota 37.2).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a Companhia as controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (*), Investco, Lajeado, Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES (Nota 17.1), EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I, Horizon Transmissão MA II, e EDP Transmissão SP-MG. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2022.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação de imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 2021, foi assinado contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à nova sede da Companhia. O contrato celebra o compartilhamento entre a Companhia e as partes relacionadas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest (*), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. Ambos os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2022. Com a alienação pela controladora EDP - Energias do Brasil, das companhias Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, onde foram excluídas do compartilhamento.

Ainda em 2021, foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da controlada EDP São Paulo localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a controlada e partes relacionadas EDP Trading, Porto do Pecém, Investco, Lajeado, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções e EDP Smart Energia, já o segundo contrato com as partes EDP Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, Energest (*), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. Ambos os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2022. Com a alienação das companhias Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, com vigência a desde de 1º de janeiro de 2022, onde foram excluídas do compartilhamento.

A partir de 07 de fevereiro de 2022, foram firmados os aditivos com a inclusão da EDP Goiás como parte dos contratos. Os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2022.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) Contratos de Prestação de serviços

Os órgãos responsáveis pelo controle e respectiva supervisão destes contratos são o Comitê de Governança Corporativa e Partes Relacionadas, o Conselho de Administração e uma área interna da Companhia dedicada à apuração e conferência dos serviços importados e exportados.

Todo serviço importado ou exportado é submetido a uma análise criteriosa que exige interação da área dedicada à apuração e conferência com as demais áreas internas da Companhia que importaram e exportaram o serviço. São averiguados se o tempo despendido nas atividades, o número de pessoas beneficiadas e o volume de negócios agregado demonstram o efetivamente aplicado pelos colaboradores para realizar as atividades em questão.

EDP Portugal

Os montantes referem-se a contratos de prestação de serviços de consultoria e apoio a gestão celebrado mutuamente entre a Companhia e seu acionista controlador EDP – Energias de Portugal S.A. Estes contratos têm como objetivo: (i) o compartilhamento de custos, estrutura, conhecimento e tecnologia, possibilitando, assim, uma maior sinergia entre as empresas do grupo; (ii) evitar eventual capacidade ociosa de pessoal; (iii) reduzir os custos de contratação de determinados serviços em relação à média do mercado; e (iv) impedir o acesso de terceiros a questões estratégicas ou informações de tecnologia própria das contratantes.

EDP Trading, Enerpeixe, Investco, Lajeado, Cachoeira Caldeirão (**), CEJA (**), Horizon Transmissão ES e Horizon Transmissão MA II

Os contratos têm por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, das linhas, subestações e equipamentos associados, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, com vigência de 36 meses, a partir de 1º de janeiro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2021, pela EDP - Energias do Brasil como cedente, tendo como cessionária a EDP Trading, sendo que um aditivo foi firmado em 1º de outubro de 2019, quando do início das prestações de serviços, passando a EDP Trading para cedente. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações.

Foram anuídos pela ANEEL os seguintes Despachos, relacionados à celebração do contrato de Prestação de serviços com a Companhia, referente a operação remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de 24 horas, durante os 7 dias da semana, pelo prazo de 36 meses: (i) Despacho nº 1.976, de 3 de julho de 2020 com a Horizon Transmissão ES no valor global do contrato de R\$1.260; e (ii) Despacho nº 3.403, de 5 de dezembro de 2019 com a Horizon Transmissão MA II no valor global do contrato de R\$1.800.

EDP Trading, EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I, EDP Transmissão SP- MG e EDP Transmissão Litoral Sul

Foram anuídos pela ANEEL os seguintes Despachos, relacionados à celebração do contrato de Prestação de serviços, referente a operação remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de 24 horas, durante os 7 dias da semana, pelo prazo de 36 meses: (i) Despacho nº 1.962, de 3 de julho de 2020 com a EDP Transmissão Aliança no valor global do contrato de R\$1.726; (ii) Despacho nº 2.943, de 14 de outubro de 2020 com a Horizon Transmissão MA I no valor global do contrato de R\$1.769; (iii) Despacho nº 3.036, de 22 de outubro de 2020 com a EDP Transmissão SP-MG no valor global do contrato de R\$1.785; e (iv) Despacho nº 588, de 03 de março de 2021 com a EDP Transmissão Litoral Sul no valor global do contrato de R\$1.573.

(d) Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *backoffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve a Companhia e as seguintes partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (*), Investco, Lajeado e Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES, EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I, Horizon Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG. Com a alienação da Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II em dezembro de 2021, a partir de 2022 estas companhias estão excluídas do compartilhamento, fato que foi firmado em aditivo contratual. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima. Esses contratos são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadram nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de *backoffice* têm vigência até 31 de dezembro de 2023.

Em 2022 foi firmado o aditivo com a inclusão das empresas Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte e EDP Goiás (Nota 1.1.1) como parte do contrato. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima. Esses contratos são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadram nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de *backoffice* têm vigência até 31 de dezembro de 2023.

(e) Compartilhamento da plataforma Neweb: Refere-se à licença de utilização do *software Neweb*, contratado pela EDP Portugal, com o objetivo de hospedar os diferentes sites Grupo EDP - Energias do Brasil no mundo.

(*) A Energest encontra-se como Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda (Nota 17.1)

(**) As controladas em conjunto Cachoeira Caldeirão e CEJA encontram-se como Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda (Nota 17.2)

11.1

Controladora direta e final

A controladora final da Companhia é a EDP – Energias de Portugal S.A., que exerce controle por meio de suas controladas EDP International Investments and Services, S.L. e a EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



11.2 Remuneração dos administradores

11.2.1 Ações outorgadas pela Companhia

Entre os anos de 2016 e 2021, a Companhia instituiu, planos um a seis, de remuneração baseados em ações, com características semelhantes, os quais concedem outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre eles, encontram-se gestores e diretores estatutários e não estatutários das controladas, sendo estimado no resultado de 2022 da Companhia o montante de R\$156 (R\$69 em 2021) a ser reembolsado pelas controladas no momento da outorga. A outorga das ações será concedida quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo de 3 ou 5 anos a partir do início do plano.

11.2.2 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária paga pela Companhia

	Períodos de 6 meses findos em 30 de junho							
	2022				2021			
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	5.641	873	119	6.633	4.828	784	115	5.727
Benefícios de curto prazo (b)	107			107	92			92
Benefícios - Previdência privada	8			8	94			94
Remuneração baseada em ações	3.474			3.474	226			226
Total	9.230	873	119	10.222	5.240	784	115	6.139

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

Em relação às ações outorgadas, o montante relativo a diretores estatutários da Companhia, estimado no resultado de 2022, é de R\$1.380 (R\$491 em 2021). Os montantes estimados apenas são considerados como remuneração da diretoria estatutária no quadro acima quando da efetiva outorga das ações da Companhia.

12 Estoques

Nota	Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021
Matéria prima e insumos para produção de energia		
Carvão	12.1	345.735
Diesel		3.641
Cal		244
Outros		3.245
		352.865
Material de almoxarifado		105.114
Resíduos e sucatas		54.466
Kit fotovoltaico		672
Estoque de Produtos em Elaboração		2.400
Outros		9
(-) Perda estimada na realização dos estoques	12.2	(79.094)
		83.567
Total		436.432

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados nas rubricas de: (i) Ativos da concessão, nas controladas de distribuição, pelo montante, em 30 de junho de 2022, de R\$175.792 (R\$86.466 em 31 de dezembro de 2021); e (ii) Imobilizado, nas controladas de geração e serviços, pelo montante, em 30 de junho de 2022, de R\$19.190 (R\$21.189 em 31 de dezembro de 2021).

12.1 Carvão

A redução do estoque de carvão na controlada Porto do Pecém deve-se aos seguintes fatores: (i) devido ao cenário hidrológico favorável em 2022 (Nota 4.4), a controlada encontra-se desde o início do ano desligada pela ONS, por esta razão não foi necessária aquisição de estoque de carvão no primeiro semestre; (ii) a principal redução ocorreu em maio com a venda parcial do estoque de 117 mil toneladas de carvão para empresa do mesmo grupo econômico EDP Espanha (Nota 11).

12.2 Perda estimada na realização dos estoques - Controlada Porto do Pecém

A constituição do saldo de provisão em 31 de dezembro de 2021 refere-se à controlada Porto do Pecém, no montante de R\$141.490 foi decorrente de ajuste ao valor de realização do estoque, mensurado pela expectativa de preço do Custo Variável Unitário - CVU aplicado, considerando o cenário de realização do estoque no próximo exercício, quando comparado ao custo de aquisição.

Esta provisão ocorreu no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, substancialmente devido ao cenário de crise hidrológica mencionada na nota 4.4 e ao elevado preço médio do carvão, onde a controlada Porto do Pecém foi despachada integralmente em 8 meses, e parcialmente em 4, tendo CVU médio de 359,84R\$/Mwh em 2021 e 147,45R\$/Mwh em 2020, além do dólar médio de R\$5,21 para a aquisição de carvão, que trouxe aquisição elevada para planejamento de despacho. Ao final do exercício de 2021 a controlada foi desligada pela ONS após o aumento das chuvas, o que fez com que as projeções de despacho passassem para o final do último trimestre de 2022, trazendo a redução ao valor recuperável dos estoques, com reversão do montante de R\$3.427 em 31 de março de 2022, e de R\$ 67.371 no período findo em 30 de junho de 2022.

Considerando a melhoria do cenário hídrico e energético global e a frustração da previsão de queima inicial de carvão, que passou do primeiro trimestre de 2022, em 31 de dezembro de 2021, para o primeiro trimestre de 2023, em 30 de junho de 2022, a controlada que possuía um estoque total de 409 mil toneladas de carvão, efetuou acordo de venda de 225 mil toneladas do estoque para EDP Espanha (Nota 11), com entrega no segundo trimestre de 2022 de 117 mil toneladas e 108 mil toneladas restante para o segundo semestre de 2022 (Nota 4.10), a queima das 184 mil toneladas de carvão restante está prevista para primeiro trimestre de 2023.

13 Cauções e depósitos vinculados

Nota	Controladora				Saldo em 30/06/2022
	Saldo em 31/12/2021	Adição	Atualização	Resgate	
Depósitos judiciais	29	4.850	6.754	376	(16)
Outros cauções		392			392
Total		5.242	6.754	376	(16)
Circulante		350			350
Não circulante		4.892			12.006

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	Consolidado					
		Saldo em 31/12/2021	Aquisição de Empresas (Notas 4.7 e 18.3)	Adição	Atualização	Resgate	Saldo em 30/06/2022
Depósitos judiciais	29	413.482	1.470	19.706	9.314	(4.197)	408.316
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures		5.798	12.958	5.953	967	(6.037)	19.639
Outros cauções		10.497	765	3.027	402	(5.596)	9.095
Total		429.777	15.193	28.686	10.683	(15.830)	437.050
Circulante		10.001					22.800
Não circulante		419.776					414.250

14 Dividendos – Ativos e Passivos

Os dividendos e os JSCP a pagar são reconhecidos em contrapartida do Patrimônio líquido nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral. Os dividendos a receber das controladas, coligadas e controladas em conjunto são registrados como ativo nas demonstrações financeiras da Companhia, em consonância com a prática contábil do passivo anteriormente descrita.

Os créditos de JSCP são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito. Para o JSCP a receber, são inicialmente registrados em receitas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao investimento.

Em 29 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP do exercício de 2021 no montante bruto de R\$454.811, com retenção de 15% de IRRF, exceto para os acionistas imunes ou isentos que comprovarem essa condição até a data de 31 de dezembro de 2021, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia. O pagamento foi realizado em junho de 2022.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos a receber e a pagar do período:

Ativo	Controladora					
	Dividendos			Recebimen- tos/ Pagamentos		Saldo em 30/06/2022
	Saldo em 31/12/2021	Adicionais	Exercícios anteriores	JSCP	Reversão	
Energest	26.833	78.602			(84.340)	21.095
EDP Trading	14.244					14.244
EDP São Paulo	43.335	322.368	395.633	37.572	(761.336)	37.572
EDP Espírito Santo	55.502	256.914	185.086	44.547	(497.502)	44.547
Lajeado	11.343	104.385			(115.728)	-
EDP Transmissão Aliança	19.188					19.188
EDP Transmissão SP-MG	33.598					33.598
Pecém TM	95					95
Pecém OM	54					54
CEJA	18.492	33.979			(52.471)	-
Celesc	31.375	6.001		19.386	(18.674)	38.091
Porto do Pecém	106.406					106.406
	360.465	802.249	580.719	101.505	(1.530.051)	314.890

Passivo	Controladora				
	Dividendos			Pagamentos	
	Saldo em 31/12/2021	Adicionais	JSCP		Saldo em 30/06/2022
Acionistas não controladores	228.740	290.169	5.049	(519.469)	4.489
EDP International Investments and Services, S.L.	160.315	217.691	519	(378.525)	-
EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal Ltda.	126.845	168.983	76	(295.904)	-
	515.900	676.843	5.644	(1.193.898)	4.489

Ativo	Consolidado				
	Dividendos			Recebimen- tos	
	Saldo em 31/12/2021	Adicionais	JSCP		Saldo em 30/06/2022
Pecém TM	94				94
Celesc	31.375	6.001	19.386	(18.674)	38.091
Pecém OM	54				54
CEJA	18.492	33.979		(52.471)	-
	50.015	39.980	19.386	(71.145)	38.239

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Consolidado				
	Dividendos		Partes beneficiárias	Pagamentos	Saldo em 30/06/2022
	Saldo em 31/12/2021	Adicionais	JSCP		
Passivo					
CEB Lajeado	2.767	1.593			4.360
Paulista Lajeado Energia	969	557			1.526
Eletrobras	155.492			13.587	51.293
Governo do Tocantins	826	7.601		(8.427)	-
Cellesc Geração	2.132				2.132
Acionistas não controladores	231.528	290.169	5.051	(519.469)	7.279
EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal Lda.	160.315	217.691	519	(378.525)	-
EDP International Investments and Services, S.L.	126.845	168.983	76	(295.904)	-
	680.874	686.594	5.646	(1.320.111)	66.590

15 Compromissos futuros - Marcação a mercado de Instrumento Financeiro Derivativo

EDP Trading

Os contratos celebrados pela controlada EDP Trading visam a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda, que tem o objetivo também de comercializar com outros agentes.

Isto posto, a controlada avalia seus contratos, sob a ótica do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, sendo que eles não se destinam apenas a entrega da energia ("uso próprio", conforme termo utilizado pelo CPC 48), mas para a geração de valor na intermediação financeira, no que se refere a compra e venda de item não financeiro (energia), podendo ser quitados pelo seu valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro. Portanto, a controlada reconhece de forma integral as curvas compradas e vendidas de energia de seu portfólio (no limite da venda). Estes contratos de compromissos futuros são mensurados ao valor justo pela utilização de curva de *forward* com as melhores informações disponíveis e observáveis, assim sendo, considerado no resultado a Marcação a Mercado (MtM) de Instrumento Financeiro Derivativo.

Nesta mensuração, são consideradas as sensibilidades do PLD, sendo avaliado o portfólio de operações contendo curvas *forward* de preço de energia, representada pela Dcide (empresa do setor para cálculo de curvas futuras de preço da energia), além do direito dos clientes de usar de forma flexível o consumo, sob o mesmo preço. O resultado destes contratos é determinado a partir do diferencial, para cada prazo, entre os preços dos contratos bilaterais de compra e venda de energia e a respectiva valorização por marcação a mercado utilizando curvas de preço *forward*. A metodologia adotada é um VaR (*Value at Risk*) com 95% de confiança que considera uma curva *forward* de preços de mercado, a exposição do portfólio (diferença entre compra e venda) e a volatilidade e liquidez observadas no mercado livre para cada período.

No período findo em 30 de junho de 2022, a realização do valor justo dos referidos contratos, por meio da liquidação entre compra e venda de energia, gerou receita líquida de R\$52.102 (R\$52.925 em 2021) registrada no resultado do período de 2022.

EDP Smart Energia

A EDP Smart Energia celebra os contratos de comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Este perfil de agente fica responsável por toda operação de seus representados no mercado livre de energia, desde a migração para o ACL até a gestão de todos os procedimentos relacionados à sua operacionalização, entre eles modelagem, medição, contabilização, obrigações financeiras, entre outros.

Neste sentido, a controlada também avalia seus contratos sob a ótica do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, julgando que os mesmos destinam-se também a entrega da energia para a geração de valor na intermediação financeira, no que se refere a compra e venda de item não financeiro (energia), podendo ser quitados pelo seu valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro. Portanto, a controlada passou a reconhecer de forma integral as curvas compradas e vendidas de energia de seu portfólio (no limite da venda). Estes contratos de compromissos futuros também são mensurados de acordo com os preços de referência de compra do dia, e os demais riscos são transferidos à EDP Trading, uma vez que ela sofre exposição ao mercado. Assim sendo, as margens da controlada EDP Smart Energia são fixadas e sua exposição é mensurada pela EDP Trading através da utilização de curva de *forward* com as melhores informações disponíveis e observáveis, assim sendo, considerado no resultado a marcação a mercado de Instrumento Financeiro.

No período findo em 30 de junho de 2022, a realização do valor justo dos referidos contratos, por meio da liquidação entre compra e venda de energia, gerou despesa de R\$19.454 registrada no resultado do período de 2022.

16 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

Nota	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Outros créditos - Ativo								
Adiantamentos		67			47.325	44.224		
Descontos tarifários	16.1				98.705	211.928		
Modicidade tarifária - baixa renda	16.2						8.069	8.055
Bens destinados à alienação/desativação		2.411	2.411		13.330	12.640		
Serviços em curso					8.958	4.947	518	501
Serviços prestados a terceiros		4	4		96.518	84.373	364	457
Convênios de arrecadação					1.452	1.571		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	11	9.913	8.561	27.698	11.390	9.872	1.225	970
Rendas a receber					5.217	2.927		
Prêmio de risco - GSF					2.749	2.749	15.809	17.184
Despesas pagas antecipadamente		1.123	480	76	9.969	15.599	1.630	1.663
Títulos a receber		2.349	1.121	27.504				
Outros	16.8	16.314	16.435	3.167	48.897	34.604	3.799	3.740
Total		32.181	29.012	58.445	344.510	425.434	31.414	32.570

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Nota	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Outras contas a pagar - Passivo								
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos					3.176	26		
Contribuição de iluminação pública	16.3				26.301	31.489		
Credores diversos - consumidores e concessionárias	16.7				37.098	159.941		
Folha de pagamento		2.187	1.298	3.490	8.574	8.627	5.179	2.266
Modicidade tarifária - baixa renda	16.2				448	454	9.810	9.810
Arrecadação de terceiros a repassar		3.427			24.032	19.861		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	11	57.115	49.683	10.044	194.917	51.545	1.968	1.797
Arrendamentos e aluguéis	16.6	3.768	1.250	15.718	27.232	29.850	88.579	80.560
Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.4	12.988	17.905		100.201	116.987		
Reserva para reversão e amortização	16.5				1.944	1.944	6.802	7.774
Adiantamento para futuro aumento de capital							17.600	15.000
Outros		11.108	3.431	199	64.442	44.205	8.404	8.162
Total		90.593	73.567	29.451	488.365	464.929	138.342	125.369

16.1 Descontos tarifários e Adiantamentos de descontos tarifários

Refere-se a descontos aplicados a clientes nas tarifas de unidades consumidoras, conforme regulamentação da ANEEL, por meio de resoluções específicas. Os descontos são aplicados de acordo com a classificação da atividade de cada unidade consumidora e procuram contemplar residências de famílias com baixa renda inscritas no Cadastro Único do Governo Federal, estímulo à melhoria da produção agrícola, assim como descontos para serviços públicos essenciais, como é o caso das unidades de água, esgoto e saneamento.

Ao mesmo tempo em que determina o percentual de desconto a ser aplicado nos faturamentos mensais das unidades consumidoras, a regulamentação também estabelece o direito das controladas de serem ressarcidas dos respectivos montantes por meio do mecanismo da subvenção econômica, com recursos originários da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, conforme Lei nº 10.438/02.

Por meio da Lei nº 13.360/16, a partir de maio de 2017, a gestão e o repasse dos recursos é de responsabilidade da CCEE.

A ANEEL homologou os valores a serem repassados para as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, por meio das seguintes Resoluções Homologatórias:

Resolução Homologatória	Competências	Valor mensal
EDP Espírito Santo		
ANEEL nº 2.749/20	Ago/20 a Jul/21	20.523
ANEEL nº 2.918/21	Ago/21 a Jul/22	27.464
EDP São Paulo		
ANEEL nº 2.790/20	Out/20 a Set/21	7.868
ANEEL nº 2.964/21	Out/21 a Set/22	11.521

Segue abaixo a composição dos descontos tarifários:

Nota	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2021	Descontos tarifários	Ressarcimento	Saldo em 30/06/2022
Subsídio Baixa Renda	15.953	67.735	(61.306)	22.382
Subsídio Carga Fonte Incentivada - Res. nº 77/04	44.985	162.527	(147.427)	60.085
Subsídio Geração Fonte Incentivada - Res. nº 77/04	1.252	6.191	(5.857)	1.586
Subsídio Rural	34.615	35.479	(34.654)	35.440
Subsídio Irrigante/Aquicultor - Res. nº 414/10	(14.928)	23.720	(36.334)	(27.542)
Subsídio Água/Esgoto/Saneamento - Despacho nº 3.629/11	9.026	7.395	(8.546)	7.875
Subsídio Distribuição - TUSD fio B	(2.800)	609	(1.017)	(3.208)
Subsídio Crise Hídrica	123.825	(1.149)	(122.008)	668
	211.928	302.507	(417.149)	97.286

Adicionalmente, demonstramos abaixo a abertura por parcela de desconto tarifário:

	EDP Espírito Santo	EDP São Paulo	Saldo em 30/06/2022	Saldo em 31/12/2021
Parcela mensal	24.195	10.622	34.817	34.817
Parcela de ajustes homologados	39.229	10.791	50.020	50.020
Parcela de ajustes a homologar	(15.210)	5.277	(9.933)	111.138
Saldo subsídio baixa renda	10.606	11.776	22.382	15.953
	58.820	38.466	97.286	211.928

16.1.1 Subsídio Crise Hídrica

A rubrica refere-se ao reconhecimento do subsídio Crise Hídrica, que tem como base a Resolução Nº 2, de 31 de agosto de 2021 (Nota 4.4), que tem como propósito incentivar os consumidores a reduzirem o seu consumo de energia em meio a escassez hídrica. Para ter direito ao bônus, o consumidor precisou reduzir o consumo de energia elétrica nos meses de setembro a dezembro de 2021, de tal forma que a soma dos consumos de energia elétrica no período seja ao menos 10% menor, em relação à soma verificada no mesmo período de 2020. Uma vez atingida a meta de redução, o consumidor recebe um bônus de R\$0,50/kWh do total da energia economizada, bônus esse que passa a ser creditado na conta de luz e é limitado a 20% da energia economizada. Os consumidores aptos a receberem o bônus são os da baixa tensão e os de média e alta tensão, das classes de consumo residencial, industrial, comercial, serviços e outras atividades, rural e serviço público, incluindo aqueles residenciais com benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE). O DSP ANEEL nº 397/22 estabelece a operacionalização da cobrança dos custos e repasse de créditos (Nota 4.4).

Em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecido pelas distribuidoras, o montante total de subsídio de R\$123.825. A redução observada em 30 de junho de 2022 no montante total de R\$123.157, refere-se à liquidação do bônus reconhecido no final do exercício anterior (Nota 4.4), sendo R\$63.936 referente à controlada EDP São Paulo, e R\$59.221 à controlada EDP Espírito Santo.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



16.2 EDP São Paulo - Modicidade tarifária – baixa renda

Através do Termo de Notificação nº 1.091/05, a Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE, atual Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, determinou a correção do critério de cadastramento do equipamento de medição instalados em unidades consumidoras residenciais, alterando-as de bifásicas para monofásicas, com efeito retroativo a 2002.

As unidades consumidoras, apesar de estarem conectadas por meio do sistema monofásico a três fios, estavam classificadas como bifásicas, situação que impedia o faturamento das mesmas na condição de residencial baixa renda. Depois de inúmeras negociações com ANEEL e ARSESP, entre os períodos de 2008 e 2009, a controlada EDP São Paulo providenciou a revisão dos faturamentos classificando as unidades consumidoras como residencial Baixa Renda, quando identificados os valores a devolver aos consumidores até então faturados sem o benefício da tarifa social.

Conforme acordado com ANEEL e ARSESP, a restituição de valores aos consumidores teve início a partir do faturamento de março de 2009. Até 30 de junho de 2022 foi restituído o montante de R\$19.500 (R\$19.491 em 31 de dezembro de 2021), restando um saldo a restituir de R\$10.258 (R\$10.264 em 31 de dezembro de 2021), envolvendo unidades consumidoras ainda ativas e inativas do cadastro de faturamento da controlada EDP São Paulo.

Como as restituições são realizadas mediante compensação nos faturamentos mensais, as unidades consumidoras inativas estão a exigir medidas da controlada EDP São Paulo, com vistas a identificar a nova localização do cliente para efetuar a devolução.

Adicionalmente, a regulamentação prevê o direito da controlada EDP São Paulo reaver valores a título de subvenção econômica, líquidos dos referidos impostos e deduções previstas, cujo saldo a receber em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$8.069, que se realizará à medida em que as devoluções aos consumidores forem validadas pela ARSESP e homologadas pela ANEEL.

16.3 Contribuição de Iluminação Pública

Refere-se à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP das controladas de distribuição, que tem por finalidade os serviços de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública. É cobrada dos consumidores, em conformidade com o estabelecido por lei municipal, arrecadada pelas distribuidoras e repassadas mensalmente às Prefeituras, conforme previsto no artigo 149-A da Constituição Federal.

16.4 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de 13º salário, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

16.5 Reserva para reversão e amortização

Refere-se a recursos derivados da Reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do Serviço Público de Energia Elétrica - SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57 revogado pelo Decreto nº 10.810/21)), aplicado pela controlada EDP São Paulo na expansão do SPEE. Sobre o fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. A amortização do principal aguardava determinações do Poder Concedente.

O Decreto Lei nº 9.022/17 determinou que as Concessionárias, que possuíam recursos correspondentes ao fundo de reversão, deveriam amortizar integralmente seus débitos até 31 de dezembro de 2026, junto à CCEE.

As amortizações foram iniciadas em janeiro de 2018 e o montante relativo ao principal e juros, das próximas 12 parcelas, foram transferidos do Não circulante para o Circulante.

16.6 Arrendamentos e Aluguéis

Em atendimento ao CPC 06 (R2) a Companhia e suas controladas efetuaram o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

Controladora						
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Pagamentos	Transferências	AVP	Saldo em 30/06/2022
Edifícios	1.250	853	(845)	921	2	2.181
Veículos	-	1.447	(709)	851	(2)	1.587
Total Circulante	1.250	2.300	(1.554)	1.772	-	3.768
Edifícios	6.904	4.964		(921)	586	11.533
Veículos	-	4.642		(851)	394	4.185
Total Não circulante	6.904	9.606	-	(1.772)	980	15.718
	8.154	11.906	(1.554)	-	980	19.486

Consolidado						
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Pagamentos	Transferências	AVP	Saldo em 30/06/2022
Terrenos	1.433	177	(1.106)	268	29	801
Edifícios	15.521	1.143	(8.507)	8.582	19	16.758
Máquinas e equipamentos	8.419		(5.079)	1.075	104	4.519
Veículos	4.477	2.855	(3.971)	1.730	63	5.154
Total Circulante	29.850	4.175	(18.663)	11.655	215	27.232
Terrenos	4.610	4		(268)	245	4.591
Edifícios	73.803	4.496		(8.582)	4.826	74.543
Máquinas e equipamentos	2.027			(1.075)	160	1.112
Veículos	120	9.159		(1.731)	785	8.333
Total Não circulante	80.560	13.659	-	(11.656)	6.016	88.579
	110.410	17.834	(18.663)	(1)	6.231	115.811

Os montantes registrados no passivo encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Controladora			
	Edifícios		Veículos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
2022	1.131	10,54%	819	13,81%
2023	1.050	10,61%	768	13,81%
Total Circulante	2.181		1.587	
2023	951	10,91%	720	13,81%
2024	1.713	11,19%	1.307	13,81%
2025	1.541	11,19%	1.149	13,81%
2026	1.386	11,19%	1.009	13,81%
2027	1.246	11,19%		
2028 até 2040	4.696	11,19%		
Total Não circulante	11.533		4.185	

	Consolidado							
	Terrenos		Edifícios		Máquinas e equipamentos		Veículos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
2022	554	7,52%	8.876	9,27%	3.626	3,60%	3.678	10,59%
2023	247	6,40%	7.882	9,82%	893	3,73%	1.476	116,58%
	801		16.758		4.519		5.154	
2023	233	7,56%	7.397	9,92%	454	4,51%	1.458	10,76%
2024	433	7,56%	13.081	9,49%	658	3,49%	2.620	11,51%
2025	393	7,56%	11.474	9,51%			2.267	11,51%
2026	357	7,56%	9.717	9,59%			1.984	
2027	325	7,56%	7.135	10,10%			4	
2028 até 2040	2.850	7,56%	25.739	9,62%				
	4.591		74.543		1.112		8.333	

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

Fluxos de caixa	Controladora		Consolidado	
	Nominal	Com AVP	Nominal	Com AVP
Contraprestação do arrendamento	30.538	19.486	187.026	116.358
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(2.825)	(1.802)	(17.300)	(10.763)

Os contratos de arrendamentos e aluguéis foram registrados em contrapartida da rubrica do Imobilizado como "Ativos de direito de uso" (Nota 23.1.2).

16.7 Credores diversos - consumidores e concessionárias

A redução dos credores diversos ocorreu devido a liquidação da bonificação para os clientes que economizaram energia com o bônus de escassez hídrica (Nota 16.1.1). Do saldo de R\$159.941 em 31 de dezembro de 2021, R\$64.018 e R\$59.807 referem-se ao referido bônus das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo respectivamente. Os montantes foram liquidados em sua totalidade no período findo em 30 de junho de 2022.

16.8 Outros - Ativo circulante Consolidado

O aumento observado no período refere-se, a controlada EDP Smart Serviços que contratou carta de crédito para a liquidação das importações de módulos e inversores que são empregados nos projetos de arrendamento operacional.

17 Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda

Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda são registrados nas respectivas rubricas e foram mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda.

No exercício findo e 31 de dezembro de 2021 ocorreram alienações de ativos que estavam mantidos para venda (Nota 17.1) e classificação de novos ativos como mantidos para venda (Notas 17.2 e 17.3).

Por não se qualificarem como operações descontinuadas, nenhuma alteração foi efetuada na apresentação da demonstração do resultado, com exceção das depreciações e amortizações que não são consideradas entre a assinatura do contrato de compra e venda e a conclusão da alienação, conforme previsto no CPC 31.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



17.1 Controladas integrais

A Administração da Companhia visa estrategicamente a alienação de 100% de participação no investimento em ativo hídrico da controlada Energest S.A. ("Energest" ou "UHE Mascarenhas"). Portanto, em outubro de 2021, foram cumpridas as condições previstas no CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada (IFRS 5 - Ativos não correntes detidos para venda), para a classificação da controlada como ativos e passivos não correntes mantidos para venda. A controlada possui 198MWn de capacidade instalada.

Os montantes registrados nas respectivas rubricas foram mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda.

Por referirem-se a ativos cuja alienação do controle é altamente provável, todos os ativos e passivos foram classificados em linha separada do balanço. Por não se qualificarem como operação descontinuada, nenhuma alteração foi efetuada nas apresentações das demonstrações do resultado.

17.1.1 Balanço Patrimonial

ATIVO	Energest	
	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	23.929	35.871
Concessionárias	23.149	22.727
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	3.036	5.241
Outros tributos compensáveis	3.754	5.294
Empréstimos a receber		105.305
Estoques	6.926	6.545
Outros créditos	839	1.603
Total do Ativo Circulante	61.633	182.586
Não circulante		
Outros créditos	3.355	3.909
	3.355	3.909
Imobilizado	192.901	196.320
Intangível	85.526	94.795
Total do Ativo Não circulante	281.782	295.024
Total do Ativo	343.415	477.610
Passivo	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		
Fornecedores	2.130	5.981
Imposto de renda e Contribuição social a	12.277	10.796
Outros tributos a recolher	1.628	3.905
Dividendos	21.095	26.833
Empréstimos e financiamento		110.183
Provisões		105
Outras contas a pagar	3.670	4.934
	40.800	162.737
Não circulante		
Tributos diferidos	19.912	23.102
Provisões	7.312	6.460
Outras contas a pagar	11.926	12.536
	39.150	42.098
Patrimônio Líquido		
Capital social	3.205	3.205
Reservas de lucros	193.632	272.233
Outros resultados abrangentes	(2.210)	(2.663)
Lucros acumulados	68.838	
Total do passivo e patrimônio líquido	343.415	477.610

17.1.2 Informações sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa

	Energest	
	Períodos de 6 meses findos em 30 de junho	
	2022	2021
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	79.409	113.723
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	108.965	(1.298)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	(200.316)	(117.225)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(11.942)	(4.800)

17.1.3 Provisões

	Energest	
	30/06/2022	31/12/2021
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros	7.312	6.437
Licenças Ambientais		128
Total	7.312	6.565
Circulante		105
Não circulante	7.312	6.460

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



17.1.4 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros

17.1.4.1 Risco de perda provável

	Energest				
	Passivo		Ativo		
	Saldo em 31/12/2021	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2022	Depósito Judicial	
				30/06/2022	31/12/2021
Trabalhistas	5.049	651	5.700	2.858	2.850
Cíveis	1.166	74	1.240		
Outros	222	7	229		
Total Não circulante	6.437	732	7.169	2.858	2.850

17.1.4.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Energest			
			Ativo	
			Depósito judicial	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Trabalhistas	1.923	1.609	361	339
Cíveis	6.875	4.028		
Fiscais	3.921	3.835		
Total	12.719	9.472	361	339

17.1.5 Compromissos contratuais

Em 30 de junho de 2022 a controlada apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da sua atividade operacional, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP - Energias do Brasil.

	Energest	
	30/06/2022	31/12/2021
Responsabilidades com locações operacionais	13	17
Obrigações de compra		
Compra de Energia		4.203
Materiais e serviços	12.823	16.269
Prêmio de risco - GSF	3.983	3.915
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	621	5.326
	17.440	29.730

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 30 de junho de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	Energest	
	30/06/2022	31/12/2021
Responsabilidades com locações operacionais	13	18
Obrigações de compra		
Compra de Energia		4.344
Materiais e serviços	12.926	16.775
Prêmio de risco - GSF	5.409	5.409
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos		4.679
	18.348	31.225

17.1.6 Garantias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a controlada apresenta montante de R\$2.767 referente a seguro de vida.

17.2 Empreendimentos controlados em conjunto

A Administração da Companhia visa estrategicamente a alienação de 100% de participação nos investimentos em ativos hídricos das controladas em conjunto Companhia Energética do Jari – CEJA (“UHE Jari”) e Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (“UHE Cachoeira Caldeirão”). Portanto, em outubro de 2021, foram cumpridas as condições previstas no CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada (IFRS 5 - Ativos não correntes detidos para venda), para a classificação das referidas controladas como ativos e passivos não correntes mantidos para venda. Em conjunto totalizam o correspondente a 612MWm de capacidade instalada.

Os montantes registrados nas respectivas rubricas foram mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda.

Por referirem-se a ativos cuja alienação do controle é altamente provável, todos os ativos e passivos foram classificados em linha separada do balanço. Por não se qualificarem como operação descontinuada, nenhuma alteração foi efetuada nas apresentações das demonstrações do resultado.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

17.2.1 Balanço Patrimonial

Ativo	CEJA		Cachoeira Caldeirão	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	170.472	188.364	107.250	62.653
Consumidores e Concessionárias	39.170	45.868	20.815	27.741
Outros créditos	24.724	35.108	43.091	28.281
	234.366	269.340	171.156	118.675
Não circulante				
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	4.344	5.239		
Tributos diferidos			82.278	81.392
Outros créditos	33.957	34.299	41.566	54.545
	38.301	39.538	123.844	135.937
Investimentos				
Imobilizado	1.002.763	1.017.376	1.108.790	1.129.668
Intangível	465.260	476.418	11.277	11.699
Total do ativo	1.740.690	1.802.672	1.415.067	1.395.979
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	95.028	93.640	5.326	11.160
Debêntures			29.658	26.954
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	53.808	53.755	29.272	28.410
Provisões	2.778	2.326	1.879	2.259
Outras contas a pagar	12.810	55.295	3.793	5.212
	164.424	205.016	69.928	73.995
Não circulante				
Tributos diferidos	121.753	117.898	4	2
Debêntures			187.945	190.617
Empréstimos e financiamentos	414.654	440.036	556.967	531.649
Uso do bem público	34.329	31.927	13.242	12.631
Provisões	6.243	6.600	20.739	19.402
Outras contas a pagar		54	679	249
	576.979	596.515	779.576	754.550
Patrimônio Líquido	999.287	1.001.141	565.563	567.434
Total do passivo e patrimônio líquido	1.740.690	1.802.672	1.415.067	1.395.979
Participação EDP - 50%	870.345		707.534	

17.2.2 Demonstração do Resultado

	CEJA		Cachoeira Caldeirão	
	Períodos de 6 meses findos em 30 de junho		Períodos de 6 meses findos em 30 de junho	
	2022	2021	2022	2021
Receitas	152.433	141.893	82.561	75.228
Custo da produção e serviço de energia elétrica	(56.431)	(80.902)	(44.106)	(64.036)
Despesas e Receitas operacionais	(1.301)	(2.676)	(1.932)	(1.349)
Resultado financeiro	(17.693)	(29.451)	(39.280)	(36.666)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(10.904)	(2.267)	886	9.080
Resultado líquido do período	66.104	26.597	(1.871)	(17.743)

17.2.3 Extensão de prazo - GSF

Assim como as controladas de geração que tiveram os incrementos nos prazos de concessão, os empreendimentos CEJA (Nota 4.14) e Cachoeira Caldeirão também procederam com o registro contábil conforme abaixo:

	Direito de concessão GSF - ACL		Direito de concessão GSF - ACR		Total	
	Incremento - R\$	Incremento - prazo	Incremento - R\$	Incremento - prazo	Incremento - R\$	Incremento - prazo
CEJA	5.714	3,8	9.815	6,1	15.529	9,9
Cachoeira Caldeirão			1.875	2,7	1.875	2,7
Total	5.714		11.690		17.404	

17.2.4 Informações sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa

	CEJA		Cachoeira Caldeirão	
	Períodos de 6 meses findos em 30 de junho		Períodos de 6 meses findos em 30 de junho	
	2022	2021	2022	2021
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	131.298	105.568	67.815	41.610
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	(612)	(762)	(779)	(923)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	(148.578)	(81.190)	(22.439)	(59.947)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(17.892)	23.616	44.597	(19.260)

17.2.5 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros

17.2.5.1 Risco de perda provável

	CEJA				Cachoeira Caldeirão		
	Passivo		Ativo		Depósito Judicial		
	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2022	30/06/2022	31/12/2021
Trabalhistas	2.582	12	(61)	267	2.800	486	523
Cíveis	45	1		5	51	4	
Fiscais	30				30		
Outros	610		(31)	60	639		
Total Não circulante	3.267	13	(92)	332	3.520	490	523

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Cachoeira Caldeirão							
	Passivo					Ativo		
	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2022	Depósito Judicial 30/06/2022	31/12/2021
Cíveis	16.815	491	(347)	(10)	1.629	18.578	1.127	1.050
Outros	680					680		
Total Não circulante	17.495	491	(347)	(10)	1.629	19.258	1.127	1.050

Cachoeira Caldeirão

Dentre as ações cíveis destacam-se demandas envolvendo desapropriações relativas ao evento de passagem de água ocorrido na abertura contratada na enseadeira da UHE Cachoeira Caldeirão onde, em 7 de maio de 2015, devido a cheia do rio Araguaia, a Cachoeira Caldeirão realizou a abertura controlada na enseadeira na margem esquerda para permitir a passagem das águas do rio. Na sequência desse procedimento de segurança e de manobras executadas por outras usinas da região, verificou-se um alagamento parcial da cidade de Ferreira Gomes, a jusante da barragem.

Mediante o ocorrido, em 18 de maio de 2015, a Cachoeira Caldeirão assinou junto ao Ministério Público do Estado do Amapá um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, sem presunção de culpa, com o objetivo de promover a indenização em caráter emergencial das famílias e comerciantes atingidos pelo alagamento.

Os Ministérios Público, Estadual e Federal ajuizaram ação de Medida Cautelar com intuito de apurar, por meio de perícia judicial, a causa e os responsáveis pelo ocorrido em face da UHE Ferreira Gomes, UHE Coaracy Nunes, Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá - Imap e da Cachoeira Caldeirão.

Os reclamantes alegam terem sido impactados pelo alagamento, demandando a aplicação dos termos do TAC, adicionais aos previamente assinados pela Cachoeira Caldeirão, qual seja indenização em R\$20 para residências e R\$35 para estabelecimentos comerciais.

Em relação às referidas ações, a Cachoeira Caldeirão interpôs recurso, que foi admitido pelo colégio recursal do Amapá, que suspendeu parte das ações em trâmite no Juizado Especial Cível, até decisão final no Supremo Tribunal Federal - STF. Contudo, no mês de março de 2019, a Cachoeira Caldeirão participou do mutirão de acordos promovido pelo Tribunal de Justiça do Amapá, em conjunto com o juízo da Comarca de Ferreira Gomes, encerrando parte dos processos judiciais em andamento. O recurso da Cachoeira Caldeirão não foi conhecido pelo STF, desta forma parte das ações suspensas voltaram a tramitar. Ainda encontram-se suspensas ações com pedidos de danos morais.

A Cachoeira Caldeirão havia acionado sua seguradora para reembolso das indenizações e despesas gerais decorrentes do evento e, em 13 de agosto de 2018, encerrou-se o processo de regulação do seguro apurando-se como indenização para Cachoeira Caldeirão, já líquida de franquia, o valor de R\$28.000.

17.2.5.2 Risco de perda possível

	CEJA		Cachoeira Caldeirão			
			Ativo			
			Depósito Judicial			
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Trabalhistas	1.455	1.293	235	154		19
Cíveis	32.714	29.164			8.935	7.941
Fiscais	888	860	77	73	15.577	12.884
Total	35.057	31.317	312	227	24.512	20.844

CEJA

Cíveis

A CEJA, conjuntamente com outros agentes do setor, em outubro de 2014, ajuizaram ação judicial em trâmite na 2ª Vara Federal do Distrito Federal, em face da União Federal, visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/13, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema – ESS).

Em 04 de novembro de 2014 foi concedida liminar para suspender os efeitos das disposições previstas nos artigos 2º e 3º e no anexo da Resolução CNPE nº 03/13. Em 05 de setembro de 2017 foi publicada decisão julgando procedente os pedidos das autoras. A CEJA aguarda decisão do recurso interposto pela União. Em 30 de junho de 2022 o valor estimado da causa é de R\$32.714 (R\$29.164 em 31 de dezembro de 2021) e é estimado com base nos relatórios de contabilização da CCEE.

Cachoeira Caldeirão

Fiscais

Ação judicial movida pela Cachoeira Caldeirão em face da Receita Federal do Brasil, na qual discute a não homologação dos pedidos de compensações de créditos de retenções na fonte (IRRF), envolvendo o montante de R\$13.424 em 30 de junho de 2022 (R\$10.791 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente aguarda o julgamento.

17.2.6 Compromissos contratuais e Garantias

17.2.6.1 Compromissos contratuais

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os empreendimentos controlados em conjunto apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias e demonstrações financeiras, apresentados pelo seu montante total.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal de suas atividades operacionais atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 6,86% na CEJA e 7,00% na Cachoeira Caldeirão.

	CEJA		Cachoeira Caldeirão	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Obrigações de compra				
Compra de Energia	9.284	8.825	69.356	65.970
Materiais e serviços	33.193	22.790	19.254	23.221
Prêmio de risco - GSF	79.694	75.083		
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	122.389	141.238	330.262	353.181
	244.560	247.936	418.872	442.372

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas nas datas base de 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, ou seja, sem projeção dos índices de correção e não estão ajustados a valor presente.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	CEJA		Cachoeira Caldeirão	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Obrigações de compra				
Compra de Energia	10.821	11.031	81.176	82.446
Materiais e serviços	33.014	23.362	22.296	26.792
Prêmio de risco - GSF	241.616	241.616		
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	172.487	161.193	557.487	535.496
	<u>457.938</u>	<u>437.202</u>	<u>660.959</u>	<u>644.734</u>

17.2.6.2 Garantias

Os empreendimentos controlados em conjunto apresentam as garantias conforme demonstradas abaixo:

Garantias	Tipo de Garantias	CEJA		Cachoeira Caldeirão	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	(i) Depósito Cauçionado; (ii) Fiança Bancária; (iii) Fiança Corporativa; (iv) Penhor de ações; e (v) Penhor de Direitos	468.866	494.242	588.163	562.101
Debêntures	(i) Fiança Bancária; e (ii) Fiança Corporativa			217.883	217.885
Seguro de vida	Aval de acionista				
Ações judiciais	(i) Depósito caucionado; (ii) Fiança bancária; e (iii) Seguro garantia.	184	180	38.130	34.050
Compra de energia	(i) Depósito caucionado; (ii) Fiança bancária; (iii) Fiança corporativa; (iv) Recebíveis; e (v) Seguro garantia.				1.196
Outros	Recebíveis	2.438	2.431	1.539	1.534
		<u>471.488</u>	<u>496.853</u>	<u>845.715</u>	<u>816.766</u>

18 Investimentos e Provisão para passivo a descoberto

Nas demonstrações financeiras da Controladora os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa, são avaliadas por equivalência patrimonial.

• Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia está exposta ou tem direito de determinar as políticas financeiras e operacionais para obter retornos variáveis decorrentes de suas atividades.

• Coligadas e Controladas em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos do Grupo EDP - Energias do Brasil em coligadas e *joint ventures* incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação em Outros resultados abrangentes é reconhecida diretamente contra o Patrimônio Líquido da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou controladas em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo EDP - Energias do Brasil e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do Grupo EDP - Energias do Brasil. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas e controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo EDP - Energias do Brasil.

• Combinação de negócios

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo ativo (negócio), independente da sua forma jurídica. No momento da aquisição a companhia adquirente deverá reconhecer e mensurar os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores à valor justo, que resultará no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) ou em um ganho proveniente de compra vantajosa, sendo o ganho alocado ao resultado do período. Os custos gerados pela aquisição dos ativos deverão ser alocados diretamente ao resultado na medida que são incorridos.

18.1 Aquisição de ativos - Mata Grande Transmissora

Em 11 de fevereiro de 2021 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, na data de 10 de fevereiro de 2021, assinou contrato de compra e venda com o consórcio formado pela I.G. Distribuição e Transmissão de Energia S.A e ESS Energias Renováveis Ltda. para aquisição de 100% das quotas da Mata Grande Transmissora de Energia Ltda. (Mata Grande Transmissora).

O consórcio arrematou o lote 18, no Leilão de Transmissão para Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 002/2018, realizado pela ANEEL em 28 de junho de 2018, com 23,63% de deságio sobre a RAP máxima.

A Mata Grande Transmissora é composta por uma linha de transmissão de 230 kV com 113 km de extensão no estado do Maranhão. O projeto já possui licença de instalação e deverá entrar em operação com antecipação frente ao cronograma da ANEEL, em setembro de 2022. A linha está próxima aos lotes 11 e 7, este em fase final de desenvolvimento, o que permitirá sinergias de construção e operação.

O investimento total estimado é de R\$88,5 milhões, considerando o valor de aquisição e o CAPEX total, bem como os benefícios fiscais. A RAP é de R\$8,4 milhões caracterizando um rácio de 9,4% RAP/CAPEX. A alavancagem foi estimada em aproximadamente 80%, sendo o regime tributário da Mata Grande Transmissora o de lucro presumido.

Em 11 de maio de 2021 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que efetivou a aquisição da Mata Grande Transmissora após as vendedoras I.G. Distribuição e Transmissão de Energia S.A. e ESS Energias Renováveis Ltda. terem atendido a todas as condições precedentes estipuladas no contrato de compra e venda firmado anteriormente. Após análises efetuadas pela Companhia, a operação de compra foi classificada como aquisição de ativos, assim sendo, fora do alcance do CPC 15 - Combinação de Negócios, pelo valor de custo de aquisição de R\$1.320, relativo ao patrimônio líquido na data da aquisição de R\$6.252, gerando um resultado positivo pelo valor justo do ativo adquirido de R\$4.932.

18.2 Combinação de negócios - Inova Soluções de Energia e subsidiárias

Em 25 de fevereiro de 2021 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, nesta data, assinou através de sua controlada EDP Smart Serviços, um contrato de compra e venda com a AES Tietê Energia S.A. para aquisição de 100% das quotas, com direito de voto, representativas do capital social da Inova Soluções de Energia, e suas respectivas subsidiárias, a Nova Geração Solar e a Energia Solar I (Nota 1.1.1).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



A Inova Soluções de Energia é uma plataforma de investimento em geração solar distribuída detentora de um portfólio de aproximadamente 34MWp localizados nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais, em diferentes estágios de desenvolvimento. Deste total, aproximadamente 16MWp referem-se a empreendimentos contratados e em operação comercial, garantindo acréscimo de receita no curtíssimo prazo. Os demais 18MWp são caracterizados por projetos *ready to build* em Minas Gerais, que permitirão à Companhia o desenvolvimento da obra, a contratação em um mercado estratégico e o aproveitamento de sinergias operacionais com outros ativos na região.

No 1º semestre 2021, a controlada EDP Smart Serviços, com base no CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, contratou laudo de avaliação, junto a consultores independentes para mensuração dos ativos e passivos adquiridos a valor justo.

Com a conclusão da aquisição da Inova Soluções de Energia em 14 de junho de 2021, e os valores estabelecidos no momento da negociação passaram por avaliação de consultoria especializada, contratada pela Companhia, para realização de cálculo dos montantes a serem contabilizados a valor presente. O montante total trazido a valor presente foi de R\$100.245, deste total foram pagos à vista o montante de R\$66.656. Foi retido o montante de R\$33.589 do saldo de aquisição base, com a finalidade de garantir o cumprimento das obrigações pós fechamento.

18.3 Combinação de negócios - EDP Goiás

Em 14 de outubro de 2021, a Companhia, subsidiária Santa Leopoldina, sagrou-se vencedora no procedimento licitatório na modalidade de leilão, realizado na forma do edital CelgPar nº 02/2021, para alienação de 100% das ações da Celg Transmissão S.A. ("Celg-T") pertencentes à companhia Celg de Participações – CelgPar, pelo montante de R\$1.977.000.

A liquidação do leilão e a consumação da aquisição das ações EDP Goiás, por meio da celebração de contrato de compra e venda de ações, foi homologada pela Comissão de Licitação, aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) na data de 04 de janeiro de 2022, e recebeu anuência da ANEEL na data de 24 de janeiro de 2022.

Em 07 de fevereiro de 2022, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, em cumprimento ao disposto nos termos da Instrução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, conforme alterada, e em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 14 de outubro de 2021 que, naquela, concluiu a aquisição de 99,994% das ações da EDP Goiás (anteriormente denominada Celg Transmissão S.A.), pelo montante, atualizado nesta data-base, de R\$2.113.690.

A EDP Goiás (Nota 1.1) possui um portfólio de 755,5 Km de rede e opera 14 subestações (12 próprias + 2 como acessantes), percorrendo predominantemente o estado de Goiás. O prazo de concessão é até o período de 2043 a 2046 e apresenta Receita Anual Permitida ("RAP") de R\$ 223,0 milhões (ciclo 2021/2022). Esta transação reforça o ciclo de crescimento da EDP Brasil, com ênfase nos segmentos de distribuição e transmissão, apresentado ao mercado em 26 de abril de 2021.

Os três contratos de concessão (Nota 2) da EDP Goiás, e suas datas de vigência são: (i) Contrato de Concessão nº63/2001, de 1º de janeiro de 2013 até 1º de janeiro de 2043; (ii) Contrato de Concessão nº03/2015, de 6 de março de 2015 até 6 de março de 2045; e (iii) Contrato de concessão nº04/2016, de 20 de janeiro de 2016 até 20 de janeiro de 2046. Os três contratos podem ser prorrogados a critério do Poder Concedente.

A Companhia avaliou a operação por meio do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e determinou que os ativos adquiridos e os passivos assumidos constituem um negócio e satisfazem as condições para a aplicação do método de aquisição de combinação de negócios por meio da aquisição de controle, análise dos *inputs* e *outputs*, teste de concentração e substantivo.

O montante total pago na aquisição foi alocado provisoriamente, na data de sua realização como ativo intangível relacionado ao direito de uso da concessão e passivo não circulante de imposto de renda diferido, não contendo valor residual alocado como *goodwill*. O laudo de aquisição está sendo elaborado por consultoria especializada e independente, com isso, a Administração da Companhia estima que a alocação definitiva deva ocorrer ao longo do segundo semestre de 2022, dentro do prazo estipulado pelo CPC 15 (R1), item 45 e não se espera alterações significativas em relação à alocação provisória que foi realizada.

O preço de aquisição, que se refere à contraprestação conforme edital, adicionado aos ajustes de atualização monetária para a referida avaliação foi de R\$2.113.690.

O valor de aquisição dos ativos e passivos na data de aquisição é apresentado a seguir:

	Nota	31/01/2022		Nota	31/01/2022
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		194.348	Fornecedores		1.519
Consumidores e concessionárias		26.094	Impostos e contribuições sociais		7.321
Ativos da Concessão		160.492	Dividendos e JSCP		35.246
Impostos e contribuições sociais		2.225	Empréstimos e financiamentos		10.668
Estoques		18.928	Obrigações sociais e trabalhistas		4.094
Outros Créditos		5.588	Encargos setoriais		2.768
Total do Ativo Circulante		407.675	Outras contas a pagar		675
			Total do Passivo Circulante		62.291
Não circulante			Não circulante		
Ativos da concessão	21	1.097.325	Impostos e contribuições sociais e diferidos	10.1	355.254
Cauções e depósitos vinculados		1.291	Empréstimos e financiamentos		84.260
Outros créditos		12.958	Benefícios pós-emprego		1.498
Investimentos		532	Encargos setoriais		1.944
Propriedade para investimentos		63.515	Provisões		12.295
Imobilizado		9.304	Outras contas a pagar		1.646
Intangível		1.790	Total do Passivo Não circulante		456.897
Total do Ativo Não circulante		1.186.715	Patrimônio Líquido		
Total do Ativo		1.594.390	Capital Social		328.750
			Reservas		773.072
			Lucros (Prejuízos) acumulados		(40.689)
			Resultado do período		14.069
			Total do Patrimônio líquido (i)		1.075.202
			Total do Passivo		1.594.390

O cálculo do montante desembolsado está demonstrado a seguir:

Aquisição de ativos	Nota	Valor Contábil
Investimento	(i)	1.036.992
Direito de Concessão	24	1.631.361
Tributos diferidos	10	(554.663)
Valor Pago na aquisição		2.113.690

(i) R\$130 na data de aquisição, refere-se à participação de não controladores (Nota 30.5).

O montante do investimento da Companhia na adquirida considera adequação de políticas do Grupo EDP - Energias do Brasil.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



18.4 Movimentação dos Investimentos e da Provisão para passivo a descoberto

	Controladora								% Participação direta	
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas / Amortiza- ções	Equivalência patrimonial	Dividendos / JSCP	Outros resultados abrangentes	Outras	Transferên- cia	Saldo em 30/06/2022	30/06/2022 31/12/2021
Investimentos										
EDP São Paulo	1.290.518			322.040	(762.202)	42.600			892.956	100,00 100,00
EDP Espírito Santo	1.382.908			311.079	(494.408)	17.070			1.216.649	100,00 100,00
Lajeado	236.985			62.845	(104.386)				195.444	55,86 55,86
Lajeado (Mais Valia)	91.755			(1.335)			(796)		89.624	55,86 55,86
Mata Grande Transmissora	12.816			(1.962)					10.854	100,00 100,00
EDP Transmissão Aliança	308.855			(8.393)					300.462	90,00 90,00
EDP Transmissão SP-MG	291.203			7.904					299.107	100,00 100,00
Enerpeixe	399.462			(7.354)					392.108	60,00 60,00
Energest (Nota 17.1)				82.302	(78.602)			(3.700)	-	100,00 100,00
EDP Trading	348.817			29.462					378.279	100,00 100,00
EDP Smart Energia	20.279			9.138					29.417	100,00 100,00
CEJA (Nota 17.2)	-			33.052	(33.980)			928	-	50,00 50,00
CEJA (Mais Valia) (Nota 17.2)	-								-	50,00 50,00
Cachoeira Caldeirão (Nota 17.2)	-			(936)				936	-	50,00 50,00
Cachoeira Caldeirão (Mais Valia) (Nota 17.2)	-								-	50,00 50,00
Porto do Pecém	2.734.834			131.594		(62.853)			2.803.575	100,00 100,00
Porto do Pecém (Mais Valia)	290.761			(9.968)					280.793	100,00 100,00
Pecém TM	5.383			1.362					6.745	50,00 50,00
Pecém OM	3.757			180					3.937	50,00 50,00
Resende	21.182			(8)					21.174	100,00 100,00
EDP Smart Serviços	124.091			(18.502)		993			106.582	100,00 100,00
Mabe	391			(275)					116	50,00 50,00
Celesc(*)	698.188			103.966	(28.784)	64.985			838.355	29,90 29,90
São Manoel	603.696			(9.908)					593.788	33,334 33,334
EDP Ventures	19.275			140					19.415	100,00 100,00
Energia Solar II	-								-	100,00 -
Energia I	-								-	100,00 -
Energia II	-								-	100,00 -
	8.885.156	-	-	1.036.424	(1.502.362)	62.795	(796)	(1.836)	8.479.380	
Direito de Concessão (Nota 18.4.1)										
EDP São Paulo	9.841		(728)						9.113	
Enerpeixe	1.722		(58)						1.664	
Lajeado	58.105		(2.638)						55.467	
	69.668	-	(3.424)	-	-	-	-	-	66.244	
Total dos Investimentos	8.954.824	-	(3.424)	1.036.424	(1.502.362)	62.795	(796)	(1.836)	8.545.624	
Santa Leopoldina	(1.065)			(52.858)					(53.923)	100,00 100,00
Total de Provisão para passivo a descoberto	(1.065)	-	-	(52.858)	-	-	-	-	(53.923)	
Investimento líquido	8.953.759	-	(3.424)	983.566	(1.502.362)	62.795	(796)	(1.836)	8.491.701	

(*) O montante de R\$838.355 refere-se ao investimento na Celesc no período findo em 31 de março de 2022.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Equivalên- cia Patrimonial	Dividendos/ JSCP	Outros resultados abrangentes	Saldo em 30/06/2022
Investimentos						
EDP - Energias do Brasil						
Celesc	698.188		103.966	(28.784)	64.985	838.355
Pecém TM	5.383		1.362			6.745
Pecém OM	3.757		180			3.937
CEJA (Nota 17.2)	-		33.052	(33.980)	928	-
Cachoeira Caldeirão (Nota 17.2)	-		(936)		936	-
Mabe	391		(275)			116
São Manoel	603.696		(9.908)			593.788
EDP Trading						
BBCE	470	532				1.002
Total dos Investimentos	1.311.885	532	127.442	(62.764)	64.985	1.443.943
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Equivalên- cia Patrimonial	Dividendos/ JSCP	Outros resultados abrangentes	Saldo em 30/06/2022
Provisão para passivo a descoberto						
Blue Sol	(2.329)		1.004			(1.325)
Total de Provisão para passivo a descoberto	(2.329)	-	1.004	-	-	(1.325)
Investimento líquido	1.309.556	532	128.446	(62.764)	64.985	1.442.618

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



18.4.1 Direito de concessão

Conforme o ICPC 09, os Direitos de concessão são classificados como investimentos na controladora. Para fins de consolidação, estão classificados como Intangível (Nota 24.1.3).

18.5 Participação direta dos investimentos

Companhia	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)				% de participação da Companhia				Ativos totais		Passivos (Circulantes e Não circulantes)		Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		Receitas		Resultado líquido do período	
	30/06/2022		31/12/2021		30/06/2022		31/12/2021		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
	Ordinárias / Quotas	Preferenciais	Ordinárias / Quotas	Preferenciais	Capital social integralizado	Capital votante	Capital social integralizado	Capital votante										
EDP São Paulo	39.091.735		39.091.735		100,00	100,00	100,00	100,00	6.472.427	7.214.987	5.579.471	5.924.469	892.956	1.290.518	2.759.958	2.627.156	322.041	179.804
EDP Espírito Santo	5.876		5.876		100,00	100,00	100,00	100,00	6.121.202	6.588.861	4.904.553	5.205.953	1.216.649	1.382.908	2.502.519	2.219.387	311.079	165.904
Energest (Nota 17.1)	48.205		48.205		100,00	100,00	100,00	100,00	343.415	477.610	79.950	204.835	263.465	272.775	106.248	207.221	68.838	72.452
Lajeado	113.690		113.690		55,86	100,00	55,86	100,00	1.383.246	1.357.556	673.235	657.824	710.011	699.732	343.854	332.852	135.852	131.594
CEJA (Nota 17.2)	12.897		12.897		50,00	50,00	50,00	50,00	1.740.690	1.802.672	741.403	801.531	999.287	1.001.141	152.433	141.893	66.104	26.597
Enerpeixe	499.951		499.951		60,00	60,00	60,00	60,00	1.812.631	1.866.974	1.159.117	1.201.201	653.514	665.773	149.135	136.990	(12.259)	(24.689)
Cachoeira Caldeirão (Nota 17.2)	364.000		364.000		50,00	50,00	50,00	50,00	1.415.066	1.395.979	849.503	828.545	565.563	567.434	82.561	75.228	(1.871)	(17.743)
EDP Trading (*)	32.606		32.606		100,00	100,00	100,00	100,00	2.881.657	2.292.065	2.503.378	1.943.248	378.279	348.817	1.498.912	1.356.472	29.462	27.799
EDP Smart Energia	4.531		4.531		100,00	100,00	100,00	100,00	312.263	122.251	282.846	101.972	29.417	20.279	144.138	46.847	9.138	(622)
EDP Smart Serviços	10		10		100,00	100,00	100,00	100,00	576.933	516.509	470.350	392.417	106.583	124.092	21.474	11.314	(18.502)	(6.968)
Porto do Pecém	2.368.998		2.368.998		100,00	100,00	100,00	100,00	3.932.736	3.939.611	1.129.161	1.204.777	2.803.575	2.734.834	511.144	789.735	131.593	112.528
Pecém TM	1.682		1.682		50,00	50,00	50,00	50,00	17.948	15.539	4.643	4.770	13.305	10.769	13.893	10.336	2.725	946
Pecém OM	3.527		3.527		50,00	50,00	50,00	50,00	9.587	9.299	1.824	1.786	7.763	7.513	3.923	4.010	360	350
São Manoel	803.341		803.341		33,33	33,33	33,33	33,33	3.837.665	3.818.594	2.056.337	2.007.542	1.781.328	1.811.052	199.472	180.989	(29.724)	(28.433)
Mabe	283.076		283.076		50,00	50,00	50,00	50,00	5.651	6.172	5.419	5.390	232	782			(550)	(1.560)
Resende	21.573		21.573		100,00	100,00	100,00	100,00	21.206	21.213	31	30	21.175	21.183			(8)	(8)
Horizon Transmissão ES (**)																15.105		25.060
Horizon Transmissão MA I (**)																108.243		46.136
Horizon Transmissão MA II (**)																22.315		12.568
EDP Transmissão Aliança	113.851		113.851		90,00	90,00	90,00	90,00	2.414.619	2.316.687	2.080.772	1.973.515	333.847	343.172	137.295	322.531	(9.325)	70.519
EDP Transmissão SP-MG	33.001		33.001		100,00	100,00	100,00	100,00	2.619.630	2.488.283	2.320.523	2.197.080	299.107	291.203	204.351	325.434	7.904	61.568
Celelesc(**)	5.141	6.391		6.391	29,90	33,11	29,90	33,11	3.043.353	2.803.107	196.826	181.738	2.846.527	2.621.369			259.859	199.154
EDP Ventures	6.501		6.501		100,00	100,00	100,00	100,00	39.635	38.663	20.219	19.387	19.416	19.276			140	(746)
Mata Grande Transmissora	8.830		8.830		100,00	100,00	100,00	100,00	120.753	117.128	109.899	104.312	10.854	12.816	30.064	19.773	(1.962)	(338)
Blue Sol	66.665		66.665		40,00	40,00	40,00	40,00	24.129	24.129	29.950	29.950	(5.821)	(5.821)			(2.310)	
Santa Leopoldina	10		10		100,00	100,00	100,00	100,00	2.201.527	2.510	2.255.450	3.575	(53.923)	(1.065)			(52.858)	

(*) O montante em 31 de dezembro de 2021 para a controlada EDP Trading está reapresentado para adequada informação em R\$249.883 entre o ativo e o passivo totais, que se refere a adiantamento a fornecedor e de cliente.

(**) Os montantes patrimoniais referem-se às informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2022 e às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e de resultado às informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2022 e 2021 respectivamente.

(***) No período de 2022, a Novo Horizon, atual controladora destas transmissoras, alterou a denominação social das empresas de EDP Transmissão, EDP Transmissão MA I e EDP Transmissão MA II para Horizon Transmissão ES S.A., Horizon Transmissão MA I S.A e Horizon Transmissão MA II S.A., respectivamente.

18.6 Reconciliação das informações financeiras dos Investimentos

Segue abaixo a reconciliação dos principais saldos de investimento:

	EDP São Paulo		EDP Espírito Santo		Lajeado		Enerpeixe		Porto do Pecém		São Manoel		Celelesc	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido - Saldo inicial	1.290.518	987.963	1.382.908	1.082.961	699.732	676.832	665.773	664.277	2.734.834	2.613.691	1.811.052	1.890.863	2.586.668	1.984.612
Distribuição de dividendos aos acionistas	(762.203)	(124.309)	(494.410)	(193.356)	(111.986)	(316.668)		4.313	131.593	(125.184)			(41.897)	(178.504)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	322.041	446.677	311.079	444.408	122.265	339.369	(12.259)	(2.817)		246.560	(29.724)	(79.811)	259.859	563.172
Outros resultados abrangentes	42.800	(19.813)	17.072	48.895		199			(62.852)	(233)				217.388
Patrimônio líquido - Saldo final	892.956	1.290.518	1.216.649	1.382.908	710.011	699.732	653.514	665.773	2.803.575	2.734.834	1.781.328	1.811.052	2.804.630	2.586.668
Percentual de participação societária - %	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	55,86%	55,86%	60,00%	60,00%	100,00%	100,00%	33,334%	33,334%	29,90%	29,90%
Participação nos investimentos	892.956	1.290.518	1.216.649	1.382.908	396.629	390.887	392.108	399.462	2.803.575	2.734.834	593.788	603.696	838.355	773.190
Partes Beneficiárias					(252.150)	(252.150)								
Benefício Fiscal					56.244	56.244								
Resultados Acumulados					(5.280)	42.004								
Saldo contábil do investimento na Controladora	892.956	1.290.518	1.216.649	1.382.908	195.443	236.985	392.108	399.462	2.803.575	2.734.834	593.788	603.696	838.355	773.190
Participação dos não controladores	-	-	-	-	514.568	462.747	261.406	266.311	-	-	1.187.540	1.207.356	1.966.275	1.813.478

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



19 Divulgação em outras Entidades

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 45 - Divulgação em Outras Entidades, as demonstrações financeiras condensadas relativas a cada um dos empreendimentos controlados em conjunto relevantes e coligada estão apresentadas a seguir. Os investimentos destes empreendimentos são contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial e os valores apresentados nas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as IFRS.

19.1 Empreendimentos controlados em conjunto (Joint venture)

Todas as informações apresentadas abaixo representam 100% dos saldos dos empreendimentos controlados em conjunto que, na avaliação da Companhia, são considerados relevantes.

CEJA

A CEJA é a detentora do direito da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari (UHE Jari), com sede no município de São Paulo - SP. O empreendimento foi transferido para ativo mantido para venda, conforme nota 17.2.

Cachoeira Caldeirão

A Cachoeira Caldeirão é a detentora do direito de concessão da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão, com sede na cidade de Ferreira Gomes no estado do Amapá. O empreendimento foi transferido para ativo mantido para venda, conforme nota 17.2.

São Manoel

A São Manoel é a detentora do direito de concessão da Usina Hidrelétrica São Manoel, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

Mediante substituição do consórcio construtor da UHE São Manoel, ocorrida em janeiro de 2017, a Administração projetou que haveria um incremento no montante total previsto para a construção da UHE São Manoel, uma vez que gastos adicionais seriam demandados junto às novas empresas para a conclusão da construção dentro do cronograma esperado.

Devido ao ocorrido, em 31 de dezembro de 2016, a São Manoel procedeu o teste de recuperabilidade dos ativos para constatar se esse potencial incremento no valor total do ativo seria recuperável. Com base em premissas que vão desde a base de determinação do valor recuperável, até a taxa de desconto, a São Manoel, no exercício de 2016, entendendo que usou as melhores estimativas disponíveis para o cálculo, identificou uma perda no valor recuperável do ativo UHE São Manoel no valor de R\$460.236, registrada em contrapartida da rubrica Outras despesas operacionais, no resultado daquele exercício.

Adicionalmente, a São Manoel avalia a obrigação de indenizar a cargo da Pan Seguros S.A., seguradora que emitiu apólice de seguro garantia em favor da São Manoel, com início de cobertura a partir de julho de 2014. A São Manoel contratou parecer jurídico junto a consultores especializados o qual conclui que a São Manoel possui direito ao recebimento da indenização visto que o seguro possui como objetivo garantir a execução, em regime de empreitada total, a preço fixo, dos fornecimentos de materiais e equipamentos, montagem, serviços de engenharia e obras civis, na modalidade "Turn Key" pleno, para a implantação do empreendimento. O limite de indenização pela apólice é R\$429.555.

Em agosto de 2018, a Pan Seguros S.A. encerrou o procedimento de regulação do sinistro e negou cobertura securitária à São Manoel. Em razão disso, em janeiro de 2019, foi ajuizada ação de cobrança pela São Manoel em face da seguradora. Em outubro de 2019, foi proferida sentença desfavorável à São Manoel, diante desta decisão, foi interposto recurso de Apelação, o qual aguarda julgamento. O prognóstico de perda permanece classificado como "possível" pelos assessores jurídicos da São Manoel.

A São Manoel monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade. Nos exercícios 2021, 2020, 2018 e 2017 a São Manoel procedeu a revisão do teste de recuperabilidade dos ativos, não identificando a necessidade de reversão ou complemento ao valor registrado no exercício de 2016.

No entanto, no último trimestre de 2019, a Administração da São Manoel, por meio de testes de sensibilidade, alterações regulatórias, e análise de indicadores, identificou indicativos de que o cálculo de valor recuperável da usina poderia estar subavaliado, tendo efeito sobre o lançamento de *impairment* reconhecido em 2016. Os indicadores identificados vão desde a homologação da nova Garantia Física, até fatores de melhora no cenário macroeconômico, componentes para desconto de fluxo de caixa na avaliação de investimentos, utilizados para cálculo do valor recuperável.

Após realizadas as análises de indicadores e performedo o teste de recuperabilidade, utilizando as fontes internas e externas de informação previstas no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a São Manoel procedeu com o registro da reversão no montante de R\$111.191.

Em 30 de junho de 2022 a Administração da São Manoel efetuou a análise da situação patrimonial e financeira e concluiu que o valor registrado de ativos não financeiros no período, considerando o acima exposto, é recuperável, não tendo constituído valor adicional ou reversão.

19.1.1 Demonstrações financeiras condensadas

Balanco Patrimonial

Ativo	São Manoel	
	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	199.722	93.791
Consumidores e Concessionárias	56.276	47.942
Outros créditos	69.381	75.724
	<u>325.379</u>	<u>217.457</u>
Não circulante		
Imposto de renda e Contribuição social a compensar		
Tributos diferidos	323.544	308.250
Outros créditos	78.996	126.403
	<u>402.540</u>	<u>434.653</u>
Imobilizado	3.040.930	3.094.742
Intangível	68.816	71.742
Total do ativo	<u>3.837.665</u>	<u>3.818.594</u>
Passivo	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		
Fornecedores	18.978	23.234
Debêntures	35.340	37.882
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	55.811	48.861
Provisões	23.019	24.007
Outras contas a pagar	12.095	12.538
	<u>145.243</u>	<u>146.522</u>
Não circulante		
Tributos diferidos	25	19
Debêntures	259.551	273.456
Empréstimos e financiamentos	1.576.146	1.510.707
Uso do bem público	54.682	52.097
Provisões	20.401	24.389
Outras contas a pagar	289	352
	<u>1.911.094</u>	<u>1.861.020</u>
Patrimônio Líquido	<u>1.781.328</u>	<u>1.811.052</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>3.837.665</u>	<u>3.818.594</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Demonstração do Resultado

	2022	2021
Receitas	199.472	180.989
Custo da produção e serviço de energia elétrica	(139.949)	(125.701)
Despesas e Receitas operacionais	(6.642)	(5.944)
Resultado financeiro	(97.899)	(92.418)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	15.294	14.641
Resultado líquido do exercício	(29.724)	(28.433)

19.1.2 Extensão de prazo - GSF

Assim como as controladas de geração que tiveram os incrementos nos prazos de concessão descrito na nota 24.1.3.1, a São Manoel também procedeu com o registro contábil conforme abaixo:

	Direito de concessão GSF - ACL		Direito de concessão GSF - ACR		Total	
	Incremento - R\$	Incremento - prazo	Incremento - R\$	Incremento - prazo	Incremento - R\$	Incremento - prazo
São Manoel	11.484	5,8	4.737	2,2	16.221	8,0
Total	11.484		4.737		16.221	

19.1.3 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e depósitos vinculados a litígios – Circulante e Não circulante

19.1.3.1 Risco de perda provável

	São Manoel		
	Passivo		
	Saldo em 31/12/2021	Atualização	Saldo em 30/06/2022
Trabalhistas	2.714	290	3.004
Outros	663	12	675
Total Não circulante	3.377	302	3.679

19.1.3.2 Risco de perda possível

	São Manoel			
			Ativo	
			Depósito Judicial	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Trabalhistas	6.147	5.479	10	
Cíveis	1.213	1.679	4	
Fiscais	45.894	44.321	2.608	2.501
Total	53.254	51.479	2.622	2.501

São Manoel

Cíveis

A São Manoel é parte em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal - MPF, sob a alegação de supostas irregularidades no licenciamento ambiental para a construção da UHE São Manoel, quanto ao não cumprimento das condicionantes relativas ao componente indígena.

Na ação o MPF requer em sede de liminar a suspensão do licenciamento. Em virtude da complexidade do pedido, não é possível estimar o valor econômico envolvido, pois os reflexos de eventual suspensão do licenciamento vão variar de acordo com o valor do investimento já realizado pela São Manoel para a construção do empreendimento. Apesar dos argumentos sólidos da defesa, a São Manoel e seus assessores jurídicos classificam a ação com risco possível em virtude da tendência protetiva da matéria ambiental. Atualmente a ação aguarda julgamento do recurso interposto pelo MPF.

Fiscais

- Mandado de Segurança, executado pela São Manoel em face do Estado do Pará, para discutir a constitucionalidade do diferencial de alíquota de ICMS que deveria estar previsto por Lei Complementar, bem como, a forma de cálculo prevista na lei estadual nº 8.315/15, em 30 de junho de 2020, em consideração a decisão desfavorável em 2ª instância a São Manoel incluiu esse processo no grupo de risco de perda possível o valor envolvido em 30 de junho de 2022 é de R\$27.639 (R\$26.687 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente o processo encontra-se em fase de recurso ao Tribunal Superior.

- Ação judicial movida pela São Manoel em face da Receita Federal do Brasil, na qual discute a não homologação dos pedidos de compensações de créditos de retenções na fonte (IRRF), envolvendo o montante de R\$7.658 em 30 de junho de 2022 (R\$7.366 em 31 de dezembro de 2021). A São Manoel aguarda o julgamento.

- Discussão administrativa decorrente de Auto de infração, lavrado pelo Estado do Pará, objetivando a cobrança do diferencial de alíquota, relativo ao período compreendido entre março e agosto de 2016, o montante envolvido em 30 de junho de 2022 é de R\$7.233 (R\$7.040 em 31 de dezembro de 2021). A São Manoel apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento.

19.1.4 Compromissos contratuais e Garantias

19.1.4.1 Compromissos contratuais

Em 30 de junho de 2022, os empreendimentos controlados em conjunto apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados pelo seu montante total.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal de suas atividades operacionais atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente que representam a taxa média de financiamento para a construção dos empreendimentos.

	São Manoel	
	30/06/2022	31/12/2021
Obrigações de compra		
Compra de Energia		34.515
Encargos de conexão e Transporte de Energia	29	88
Materiais e serviços	27.937	32.083
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.043.683	1.100.522
	1.071.649	1.167.208

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 30 de junho de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção e não estão ajustados a valor presente.

	São Manoel	
	30/06/2022	31/12/2021
Obrigações de compra		
Compra de Energia		32.883
Encargos de conexão e Transporte de Energia	26	86
Materiais e serviços	28.368	32.831
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.823.574	1.736.501
	1.851.968	1.802.301

19.1.4.2 Garantias

Garantias	Tipo de Garantias	São Manoel	
		30/06/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	(i) Depósito Cauçionado; (ii) Fiança Bancária; (iii) Fiança Corporativa; (iv) Penhor de ações; e (v) Penhor de Direitos	1.648.232	1.576.836
Debêntures	(i) Fiança Bancária; e (ii) Fiança Corporativa	308.095	325.674
Executante construtor	Seguro garantia	823	823
		1.957.150	1.903.333

19.2

Coligada

A Companhia detém 6.390.720 ações preferenciais, acrescidas a 5.140.868 ações ordinárias, totalizando 11.531.588 ações, que representam 29,90% do capital social total da Celesc.

A Celesc é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista que atua desde 1955 nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia. Durante esse período, consolidou-se como uma das maiores empresas do setor elétrico brasileiro, com reconhecimento nacional e internacional pela qualidade dos seus serviços e por suas ações nos campos técnico, econômico, ambiental e social. Em 2006, atendendo ao modelo preconizado pela legislação do setor elétrico nacional, a Celesc foi estruturada como *Holding*, com duas subsidiárias integrais: a Celesc Geração S.A., que conta com 12 usinas operacionais com 115,27 MW de capacidade e a Celesc Distribuição S.A., que atende mais de 3,2 milhões de clientes, para 285 municípios, além de parte do município de Rio Negro, no Paraná. Além disso, possui a controlada em conjunto Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS que atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

As informações apresentadas abaixo representam 100% dos saldos da Celesc, extraídas das: (i) informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2022, divulgadas ao mercado em 20 de maio de 2022; e (ii) demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, divulgadas ao mercado em 11 de março de 2022, que, na avaliação da Companhia, são considerados relevantes para divulgação. A Companhia avaliou os eventos societários divulgados ao mercado pela Celesc entre 1º de janeiro e 30 de junho de 2022 e não identificou eventos relevantes a serem ajustados nas demonstrações financeiras utilizadas para cálculo da equivalência patrimonial.

19.2.1

Demonstrações financeiras individuais condensadas

Balanco Patrimonial

Ativo	31/03/2022	31/12/2021	Passivo	31/03/2022	31/12/2021
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5.345	26.872	Dividendos e JCP a Pagar	166.215	134.356
Tributos a recuperar	29.044	37.879	Obrigações Fiscais	6.770	23.304
Dividendos a receber	177.789	145.877	Outros passivos circulantes	3.214	3.483
Outros ativos circulantes	70	51		176.199	161.143
	212.248	210.679			
Não circulante			Não circulante		
Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	137.478	137.478	Provisões	20.567	20.477
Outros ativos não circulantes	64.982	51.984	Outros passivos não circulantes	60	118
	202.460	189.462		20.627	20.595
			Patrimônio Líquido	2.846.527	2.621.369
Investimentos	2.624.048	2.398.187	Total do passivo e patrimônio líquido	3.043.353	2.803.107
Imobilizado		282			
Intangível	4.315	4.441			
Total do ativo	3.043.353	2.803.107			

Demonstração do Resultado

	31/03/2022	31/03/2021
Despesas e Receitas operacionais	(1.693)	(5.342)
Resultado das participações societárias	264.425	202.766
Resultado financeiro	(2.873)	208
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos		1.522
Resultado líquido do período	259.859	199.154

19.2.2

Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e depósitos vinculados a litígios – Circulante e Não circulante

19.2.2.1

Risco de perda provável

	31/03/2022		31/12/2021	
	Passivo	Ativo Depósito Judicial	Passivo	Ativo Depósito Judicial
Trabalhistas		4.686		4.686
Cíveis	271	49.997	181	21.748
Fiscais	16.813	2.117	16.813	2.117
Regulatórias	3.483	8.182	3.483	8.182
Total Não circulante	20.567	64.982	20.477	36.733

19.2.2.1.1 Fiscais

Estão relacionadas às contingências de ordem tributária na esfera federal, relativas a recolhimento de COFINS e Contribuição Previdenciária, e na esfera municipal, associadas às notificações fiscais expedidas pela Prefeitura de Florianópolis para exigência de ISS.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



19.2.2.1.2 Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc D discute com outros agentes setoriais (concessionários de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação setorial.

20 Ativo financeiro indenizável

	Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2021	Transferência dos ativos da concessão	Valor justo	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 30/06/2022
Ativo financeiro indenizável	4.362.393	494.987	247.602	(18.760)	(3.383)	5.082.839
Total Não circulante	4.362.393	494.987	247.602	(18.760)	(3.383)	5.082.839

As controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo no ativo não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estes ativos financeiros são avaliados a valor justo com base no Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos vinculados à concessão, revisado a cada quatro anos por meio do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR, conforme estabelecido no contrato de concessão.

O método do Valor Novo de Reposição - VNR estabelece que cada ativo é valorado, a preços atuais, por todos os gastos necessários para sua substituição por idêntico, similar ou equivalente que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente. A aplicação deste método se dá pela utilização do Banco de Preços Referenciais, do Banco de Preços da empresa ou de Orçamento Referencial.

O Banco de Preços Referenciais representa os custos médios regulatórios, por agrupamento, de componentes menores e custos adicionais, conforme definido no Anexo V dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, submódulo 2.3.

O Banco de Preços da empresa é definido como o banco formado com base em informações da própria empresa, podendo ser aplicado unicamente para os equipamentos principais ou também para os componentes menores e custos adicionais.

O Orçamento Referencial representa o valor de um bem ou suas partes constituintes por meio da comparação de dados de mercado relativos a outros de características similares, aplicado exclusivamente sobre Edificações, obras civis e benfeitorias.

O Ativo financeiro indenizável é ajustado: (i) por atualização do IPCA de acordo com a Resolução Normativa nº 686/15; e (ii) por adições e baixas de itens da infraestrutura conforme regulamentação da ANEEL.

Estes ativos serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão e os efeitos da mensuração a valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Nesse sentido, a avaliação é validada mediante fiscalização da ANEEL e ocorre a partir de inspeções em campo da infraestrutura da concessão, seguindo metodologia e critérios de avaliação de bens, considerados elegíveis, das concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, com o objetivo restabelecer o nível eficiente dos custos operacionais e da base de remuneração regulatória das concessionárias.

21 Ativos da concessão

	Consolidado											
	Valor líquido em 31/12/2021	Transferên- cia para o Intangível	Transferên- cia para o Ativo financeiro indenizável	Adições (Notas 21.1.1 e 32)	Remunera- ção	RAP	Aquisição de empresas (Nota 18.3)	Juros Capitalizados	Margem de Construção	Reclassifica- ção	Outros (**)	Valor líquido em 30/06/2022
	Reapresenta- do (*)											
Distribuição	858.576	(212.073)	(494.987)	701.584				7.409		(532)		859.977
Transmissão	4.881.645			192.719	340.439	(175.286)	1.257.817	87	(13.017)	(21)	13.175	6.497.558
	5.740.221	(212.073)	(494.987)	894.303	340.439	(175.286)	1.257.817	7.496	(13.017)	(553)	13.175	7.357.535
Circulante	55.184											420.663
Não circulante	5.685.037											6.936.872

(*) O montante em 31 de dezembro de 2021 está reapresentado para adequada informação na rubrica de Transmissão, incluindo montante de R\$1.659 de reversão.

(**) O montante apresentado na coluna de Outros refere-se ao reconhecimento do PIS e COFINS que incidem nas adições dos ativos da concessão das controladas de transmissão.

21.1 Distribuição

Referem-se ao direito contratual das concessionárias de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e na Deliberação CVM nº 672/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nos Ativos da concessão, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras. A taxa média mensal aplicada no período para determinar o montante dos encargos financeiros passíveis de capitalização foi de 1,5412% para as controladas de distribuição, que representam a taxa efetiva do empréstimo conforme regras previstas do PRORET submódulo 2.4 e Resolução Normativa ANEEL nº 648/15.

Quando da conclusão da construção da infraestrutura, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho exigida pelo CPC 47, sendo os referidos ativos bifurcados como Ativo financeiro indenizável (Nota 20) ou como Intangível (Nota 24), conforme a forma de remuneração.

21.1.1 Adições

A distribuição nos montantes de investimentos das distribuidoras estão destacados a seguir:

	EDP Espírito Santo	EDP São Paulo
Instalação de sistemas de medição, expansão de linhas, subestações e redes de distribuição para ligação de novos clientes	50%	40%
Melhoria da rede, substituição de equipamentos e de medidores, tanto obsoletos quanto depreciados, além do recondução de redes em final de vida útil	20%	17%
Telecomunicações, informática e outras atividades, tais como infraestrutura e projetos comerciais	8%	15%
Combate a perdas	22%	28%
	100%	100%

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



21.2 Transmissão

Os ativos da concessão de transmissão da controlada EDP Goiás estão relacionados aos contratos de concessão de serviço público e são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão.

No entanto, os bens vinculados aos contratos de uso de bem público sob o regime de produtor independente de energia elétrica são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, como determina a Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, às taxas constantes na tabela anexa à mesma Resolução, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

Para as demais transmissoras do Grupo EDP - Energias do Brasil os ativos contratuais incluem os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto vigente quando da formalização do contrato de concessão, conforme CPC 47.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, as transmissoras reconhecem receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcional ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de “ativo de contrato” até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque as transmissoras ainda detêm obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia apresentadas na nota 31.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

22 Propriedades para investimentos

O montante em 30 de junho de 2022 refere-se substancialmente à controlada EDP Goiás adquirida no período (Notas 4.7 e 18.3), sendo referente a imóveis recebidos pela EDP Goiás como promessa de compra e venda, com anuência da CELGPAR, de acordo com o CPC 28 – Propriedade para Investimento, de operações realizadas anteriormente a aquisição da controlada pela Companhia. O montante foi ajustado ao valor justo com base no referido CPC, pois foram considerados inservíveis à concessão da Celg Distribuição S.A., e repassados à EDP Goiás, conforme acordo de cisão ocorrido.

23 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do período.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

A taxa de depreciação considera o prazo de vida útil dos bens, entretanto, para os ativos não indenizáveis pelo Poder Concedente ao final da concessão/autorização, a depreciação é registrada considerando o prazo remanescente de concessão/autorização.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados às usinas hidrelétricas passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

23.1 Composição do Imobilizado

Nota	Controladora							
	30/06/2022				31/12/2021			
	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	7,58	24.797	(4.295)	20.502	12,50	24.797	(3.334)	21.463
Máquinas e equipamentos	13,20	28.225	(21.709)	6.516	11,52	28.069	(20.905)	7.164
Veículos	14,29	1.245	(970)	275	10,00	1.245	(931)	314
Móveis e utensílios	6,25	7.460	(2.462)	4.998	8,67	7.460	(2.251)	5.209
		61.727	(29.436)	32.291		61.571	(27.421)	34.150
Total do Imobilizado em serviço		61.727	(29.436)	32.291		61.571	(27.421)	34.150
Ativos de direito de uso	23.1.2							
Edificações, obras civis e benfeitorias	9,81	13.580	(930)	12.650	11,16	7.762	(437)	7.325
Veículos	20,00	6.089	(722)	5.367				
Total Ativos de direito de uso		19.669	(1.652)	18.017		7.762	(437)	7.325
Imobilizado em curso								
Administração		27.698	-	27.698		26.092	-	26.092
Total do Imobilizado em curso		27.698	-	27.698		26.092	-	26.092
Total Imobilizado		109.094	(31.088)	78.006		95.425	(27.858)	67.567

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Nota	Consolidado							
	30/06/2022				31/12/2021			
	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		183.610		183.610		183.610		183.610
Reservatórios, barragens e adutoras	1,84	1.764.278	(608.776)	1.155.502	1,84	1.764.278	(590.674)	1.173.604
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,26	943.791	(335.799)	607.992	2,26	944.039	(324.532)	619.507
Máquinas e equipamentos	3,93	5.454.566	(2.274.706)	3.179.860	3,93	5.446.291	(2.154.431)	3.291.860
Veículos	14,49	4.703	(3.904)	799	14,48	4.890	(3.784)	1.106
Móveis e utensílios	7,04	5.430	(2.060)	3.370	6,61	5.295	(1.879)	3.416
		8.356.378	(3.225.245)	5.131.133		8.348.403	(3.075.300)	5.273.103
Sistema de Transmissão de Conexão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,38	2.993	(1.471)	1.522	3,38	2.993	(1.421)	1.572
Máquinas e equipamentos	3,06	201.713	(94.044)	107.669	3,06	201.715	(91.001)	110.714
		204.706	(95.515)	109.191		204.708	(92.422)	112.286
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	6,65	37.219	(7.008)	30.211	9,93	37.218	(5.746)	31.472
Máquinas e equipamentos	7,95	195.257	(77.131)	118.126	10,37	186.153	(67.594)	118.559
Veículos	12,23	9.990	(4.521)	5.469	13,54	8.794	(3.095)	5.699
Móveis e utensílios	6,74	11.665	(4.497)	7.168	8,54	11.260	(3.981)	7.279
		254.131	(93.157)	160.974		243.425	(80.416)	163.009
Atividades não vinculadas à concessão								
Terrenos		85		85		85		85
Edificações, obras civis e benfeitorias	8,70	47.619	(12.384)	35.235	9,95	47.028	(10.442)	36.586
		47.704	(12.384)	35.320		47.113	(10.442)	36.671
Atividades vinculadas à concessão	23.1.1							
Veículos	14,29	(5.176)	1.361	(3.815)	14,29	(5.716)	953	(4.763)
		(5.176)	1.361	(3.815)		(5.716)	953	(4.763)
Total do Imobilizado em serviço		8.857.743	(3.424.940)	5.432.803		8.837.933	(3.257.627)	5.580.306
Ativos de direito de uso	23.1.2							
Terrenos	25,11	7.320	(1.926)	5.394	3,84	7.139	(1.007)	6.132
Edificações, obras civis e benfeitorias	10,18	96.105	(24.609)	71.496	13,90	90.463	(19.648)	70.815
Máquinas e equipamentos	26,51	25.618	(21.256)	4.362	26,51	25.618	(17.878)	7.740
Veículos	23,12	17.908	(6.656)	11.252	30,55	5.894	(4.338)	1.556
Total Ativos de direito de uso		146.951	(54.447)	92.504		129.114	(42.871)	86.243
Imobilizado em curso								
Geração		171.055		171.055		160.812		160.812
Administração		51.519		51.519		44.879		44.879
Terrenos		897		897		897		897
Edificações, obras civis e benfeitorias		4.200		4.200		4.200		4.200
Máquinas e equipamentos		175.235		175.235		139.656		139.656
Outros		12.518		12.518		51.220		51.220
Total do Imobilizado em curso		415.424	-	415.424		401.664	-	401.664
Total Imobilizado		9.420.118	(3.479.387)	5.940.731		9.368.711	(3.300.498)	6.068.213

23.1.1 Atividades vinculadas à concessão

Refere-se ao desenvolvimento do primeiro ônibus elétrico brasileiro movido totalmente a energia solar, projetado pela montadora BYD em parceria com área de Pesquisa & Desenvolvimento - P&D da controlada Porto do Pecém.

23.1.2 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos decorrentes da aplicação do CPC 06 (R2) (Nota 16.6). Os principais ativos reconhecidos possuem as seguintes características:

- **Terrenos:** refere-se substancialmente a terrenos destinados a projetos de construção de usinas com contratos de arrendamento operacional.
- **Edificações, obras civis e benfeitorias:** Referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) às sedes das empresas pertencentes ao Grupo EDP - Energias do Brasil; e (ii) às lojas de atendimento presencial aos consumidores localizadas nos municípios onde as distribuidoras possuem suas concessões.
- **Máquinas e equipamentos:** Referem-se, substancialmente, à controlada Porto do Pecém e correspondem ao aluguel de máquinas para movimentação e empilhamento do carvão armazenado no pátio.
- **Veículos:** Refere-se, substancialmente, ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

23.2 Movimentação do Imobilizado

	Controladora			
	Valor líquido em			Valor líquido em
	31/12/2021	Ingressos	Depreciação	30/06/2022
Imobilizado em serviço				
Edificações, obras civis e benfeitorias	21.463		(961)	20.502
Máquinas e equipamentos	7.164		(803)	6.361
Veículos	314		(39)	275
Móveis e utensílios	5.209		(211)	4.998
Total do Imobilizado em serviço	34.150	-	(2.014)	32.136
Ativos de direito de uso				
Edificações, obras civis e benfeitorias	7.325	5.818	(493)	12.650
Veículos (Nota 23.2.1)	-	6.089	(722)	5.367
Total Ativos de direito de uso	7.325	11.907	(1.215)	18.017
Imobilizado em curso				
Edificações, obras civis e benfeitorias	650			650
Máquinas e equipamentos	25.442	1.761		27.203
Total do Imobilizado em curso	26.092	1.761	-	27.853
Total do Imobilizado	67.567	13.668	(3.229)	78.006

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Consolidado						
	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço e ativos de concessão	Depreciação	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 30/06/2022
Imobilizado em serviço							
Terrenos	183.695						183.695
Reservatórios, barragens e adutoras	1.173.604			(18.102)			1.155.502
Edificações, obras civis e benfeitorias	689.137		597	(14.611)	(163)		674.960
Máquinas e equipamentos	3.521.133		19.834	(131.859)	(4.626)	1.173	3.405.655
Veículos	2.042		826	(468)	(73)	126	2.453
Móveis e utensílios	10.695		167	(518)		194	10.538
Total do Imobilizado em serviço	5.580.306	-	21.424	(165.558)	(4.862)	1.493	5.432.803
Ativos de direito de uso							
Terrenos	6.132	182		(920)			5.394
Edificações, obras civis e benfeitorias	70.815	5.638		(4.957)			71.496
Máquinas e equipamentos	7.740			(3.378)			4.362
Veículos (Nota 23.2.1)	1.556	12.014		(2.318)			11.252
Total Ativos de direito de uso	86.243	17.834	-	(11.573)	-	-	92.504
Imobilizado em curso							
Terrenos	23.183						23.183
Reservatórios, barragens e adutoras	52	3					55
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.310					(39)	3.271
Máquinas e equipamentos	111.082	24.688	(15.062)		(1)	21.558	142.265
Adiantamento a fornecedores	2.988					6.456	9.444
A reatear	2.456				(10)	(1.062)	1.384
Outros	53.205	7.398	(993)		(1.769)	(14.623)	43.899
Ativos destinados a arrendamentos operacionais							
Terrenos	897						897
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.200	7					4.207
Máquinas e equipamentos	155.705	15.764	(4.772)			8.530	175.227
Outros	22.804	6.350				(27.054)	2.100
Adiantamento a fornecedores	21.782				(18.555)	6.265	9.492
Total do Imobilizado em curso	401.664	54.210	(20.827)	-	(20.335)	31	415.424
Total do Imobilizado	6.068.213	72.044	597	(177.131)	(25.197)	31	5.940.731

23.2.1 Veículos

O valor de ingressos na Controladora e no Consolidado refere-se principalmente a renovação da frota de veículos da Companhia que ocorreu no período.

23.2.2 Ativos destinados a arrendamentos operacionais - Máquinas e equipamentos e Outros

O montante de ingressos de R\$22.121 refere-se a projetos de eficiência energética da controlada EDP Smart Serviços

23.2.3 Imobilizado em curso - Máquinas e equipamentos e Outros

O montante de ingressos de R\$32.086 refere-se a aquisição de equipamentos para manutenção e substituição em torres de resfriamento e caldeiras da controlada Porto do Pecém.

24 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

As servidões permanentes estão registradas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, com exceção da controlada Porto do Pecém, que amortiza suas servidões permanentes pelo prazo de autorização.

Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

24.1 Composição do Intangível

	Controladora							
	30/06/2022				31/12/2021			
	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Administração								
Software	20,00	39.894	(27.086)	12.808	20,00	34.751	(24.999)	9.752
Total do Intangível em serviço		39.894	(27.086)	12.808		34.751	(24.999)	9.752
Intangível em curso								
Administração		27.134		27.134		28.673		28.673
Total do Intangível em curso		27.134	-	27.134		28.673	-	28.673
Total do Intangível		67.028	(27.086)	39.942		63.424	(24.999)	38.425

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



		Consolidado							
		30/06/2022				31/12/2021			
		Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortiza- ção acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortiza- ção acumulada	Valor líquido
Nota									
Intangível em serviço									
Distribuição									
Direito de concessão - Infraestrutura	24.1.1	4,78	4.931.786	(3.555.601)	1.376.185	4,65	4.776.007	(3.450.189)	1.325.818
Direito de concessão - Outros		3,82	38.143	(29.030)	9.113	3,82	38.143	(28.302)	9.841
			4.969.929	(3.584.631)	1.385.298		4.814.150	(3.478.491)	1.335.659
Geração e Transmissão									
Software		23,36	2.437	(2.120)	317	21,35	2.437	(2.073)	364
Servidão permanente			1.224	(604)	620		1.224	(604)	620
Direito de concessão - Licenças ambientais		22,69	75.242	(50.570)	24.672	22,06	71.076	(46.265)	24.811
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	24.1.2	3,67	229.799	(96.970)	132.829	3,27	229.799	(92.757)	137.042
Direito de concessão - Outros	24.1.3	2,78	1.572.812	(651.325)	921.487	541,74	1.572.812	(619.016)	953.796
			1.881.514	(801.589)	1.079.925		1.877.348	(760.715)	1.116.633
Sistema de Transmissão de Conexão									
Servidão permanente		3,19	1.132	(346)	786	3,19	1.132	(328)	804
			1.132	(346)	786		1.132	(328)	804
Administração									
Software		20,20	66.964	(43.704)	23.260	20,33	57.399	(39.071)	18.328
Outros		4,38	33.162	(8.220)	24.942	4,38	33.154	(7.564)	25.590
			100.126	(51.924)	48.202		90.553	(46.635)	43.918
Transmissão									
Direito de concessão - Outros	24.1.3	4,43	1.631.361	(32.103)	1.599.258		-	-	-
			1.631.361	(32.103)	1.599.258		-	-	-
Total do Intangível em serviço			8.584.062	(4.470.593)	4.113.469		6.783.183	(4.286.169)	2.497.014
Intangível em curso									
Geração			17.785		17.785		17.785		17.785
Administração			71.358		71.358		67.518		67.518
Total do Intangível em curso			89.143	-	89.143		85.303	-	85.303
Atividades não vinculadas à concessão									
Ágio na incorporação de sociedade controladora	24.1.4	4,18	940.511	13.566	954.077	4,23	940.511	14.611	955.122
(-) Provisão para manutenção de dividendos	24.1.4	4,18	(940.511)	(13.566)	(954.077)	4,23	(940.511)	(14.611)	(955.122)
			-	-	-		-	-	-
Goodwill									
BlueSol	24.1.5		22.477		22.477		22.477		22.477
EDP Smart Soluções			6.148		6.148		37.952	(31.804)	6.148
			28.625	-	28.625		60.429	(31.804)	28.625
Total do Intangível			8.701.830	(4.470.593)	4.231.237		6.928.915	(4.317.973)	2.610.942

24.1.1 Direito de concessão - Infraestrutura

Referem-se ao direito das concessionárias EDP São Paulo e EDP Espírito Santo de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estão registrados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

A amortização é registrada com base na vida útil estimada de cada bem, limitada ao prazo final da concessão. As taxas de amortização utilizadas são as determinadas pela ANEEL, responsável por estabelecer a vida útil dos ativos de distribuição do setor elétrico, e estão previstas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

24.1.2 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado às UHEs das controladas Investco e Enerpeixe. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo. A amortização será até o término do contrato de concessão das controladas.

	Consolidado	
	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 30/06/2022
(*) Reapresentado		
Investco	7.126	(324)
Enerpeixe	129.916	(3.889)
	137.042	(4.213)

(*) Os montantes em 31 de dezembro de 2021 estão reapresentados para adequada informação da controlada Investco, incluindo montante de R\$648 de amortização.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



24.1.3 Direito de concessão - Outros

Nota	Consolidado		
	30/06/2022		
	Custo	Amortização	Total
Distribuição			
EDP São Paulo	38.143	(29.030)	9.113
Transmissão			
EDP Transmissão Litoral Sul	63.851		63.851
EDP Goiás	24.2 e 18.3	(32.103)	1.599.258
Geração			
Lajeado	164.826	(109.356)	55.470
Enerpeixe	3.837	(2.173)	1.664
Porto do Pecém	106.855	(26.969)	79.886
Investco	787.263	(479.323)	307.940
Total Geração	1.062.781	(617.821)	444.960
Extensão de prazo - GSF			
Enerpeixe	216.842	(15.246)	201.596
Lajeado	229.338	(18.258)	211.080
Total Extensão de prazo - GSF	24.1.3.1	(33.504)	412.676
Total	3.242.316	(712.458)	2.529.858

Referem-se à diferença entre o custo total de aquisição do investimento e o seu valor justo, deduzidas das despesas de amortização. A amortização é linear de acordo com o prazo da concessão.

24.1.3.1 Extensão de prazo - GSF

Refere-se ao Projeto de Lei nº 10.985/18, que trata do ressarcimento dos riscos não hidrológicos do Generation Scaling Factor - GSF, por meio de extensão da concessão condicionada à desistência das liminares, foi aprovado em 2019 na Câmara dos Deputados. O Ativo foi reconhecido conforme as estimativas divulgadas pela CCEE dos efeitos do ACL e ACR e os acréscimos pela ANEEL. A amortização teve início em janeiro de 2021 e ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão. No período findo em 30 de junho de 2020, a ANEEL divulgou as Resoluções Autorizativas nº 11.715/22 e 11.998/22 para as controladas CEJA e Enerpeixe, respectivamente, onde são informados os prazos de extensão concedidos (Nota 4.15).

As controladas Enerpeixe e Lajeado efetuaram os incrementos cujos valores e meses estão demonstrados a seguir:

	Direito de concessão GSF - ACL		Direito de concessão GSF - ACR		Total	
	Incremento - R\$	Incremento - prazo	Incremento - R\$	Incremento - prazo	Incremento - R\$	Incremento - prazo
Enerpeixe	216.841	67,0			216.841	67,0
Lajeado	98.416	13,6	130.922	18,5	229.338	32,1
Total	315.257		130.922		446.179	

24.1.4 Ágio - Incorporação de Sociedade Controladora e Provisão para manutenção de dividendos

Refere-se à parcela cindida do ágio incorporado nas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo e Lajeado, decorrentes da aquisição de ações das mencionadas Companhias, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva da expectativa de resultados futuros dentro do prazo de concessão das controladas. Consequentemente ao registro, foi reconhecido um crédito fiscal (Nota 10.2.1.4).

A constituição da provisão para manutenção dos dividendos visa ajustar o valor do ágio pago ao valor do benefício fiscal esperado por sua amortização e, consequentemente, ajustar o fluxo de dividendos futuros das controladas, para que este não seja afetado negativamente pela despesa incorrida na amortização contábil do ágio.

A provisão tem o objetivo de reduzir o valor do ágio ao seu montante líquido (representativo do efetivo benefício fiscal), parcela que possui substância econômica que lhe permite ser considerada um ativo em contrapartida da Reserva Especial de Ágio, no Patrimônio líquido.

24.1.5 Goodwill

O *goodwill* é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores a determinação do *goodwill* inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida e o *goodwill* é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. O *goodwill* apurado sobre investimento adquirido com prazo indefinido, não deve ser amortizado, porém é objeto de análise de redução ao valor recuperável.

24.2 Movimentação do Intangível

	Controladora		
	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Valor líquido em 30/06/2022
Intangível em serviço			
Software	9.752	(2.087)	7.665
Total do intangível em serviço	9.752	-	7.665
Intangível em curso			
Outros Intangíveis em curso	28.673	3.604	32.277
Total do intangível em curso	28.673	3.604	32.277
Total do Intangível	38.425	3.604	39.942

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Consolidado								
	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos (Nota 18.3)	Transferên- cia para intangível em serviço	Transferên- cias dos ativos da concessão	Amortização	Baixas	Reclassifica- ção	Transferência de Investimentos	Valor líquido em 30/06/2022
Intangível em serviço									
Software	18.692		8.617	266	(4.066)			68	23.577
Servidão permanente	1.424				(18)				1.406
Direito de concessão - Licenças ambientais	24.811		4.168	(2)	(4.305)				24.672
Direito de concessão - Infraestrutura	1.325.818			212.073	(150.599)	(14.490)	3.383		1.376.185
Direito de concessão - Uso do Bem Público	137.042				(4.213)				132.829
Direito de concessão - Outros	963.637	1.631.361			(65.140)				2.529.858
Outros intangíveis em serviço	25.590				(656)			8	24.942
Total do intangível em serviço	2.497.014	1.631.361	12.785	212.337	(228.997)	(14.490)	3.383	76	4.113.469
Intangível em curso									
Outros Intangíveis em curso	85.303	15.200	(12.785)	(264)		7	(31)	1.713	89.143
Total do Intangível em curso	85.303	15.200	(12.785)	(264)	-	7	(31)	1.713	89.143
Goodwill	28.625								28.625
Total do Intangível	2.610.942	1.646.561	-	212.073	(228.997)	(14.483)	3.352	1.789	4.231.237

25 Fornecedores

	Nota	Controladora Circulante		Consolidado Circulante	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Suprimento de energia elétrica (i)	25.1			757.096	999.880
Energia livre				41.501	38.368
Encargos de uso da rede elétrica				148.671	146.461
Operações CCEE	25.2			56.807	194.215
Materiais e serviços	25.3	23.739	50.834	396.596	565.168
Total		23.739	50.834	1.400.671	1.944.092

(i) O valor total de garantias de compras de energia em 30 de junho de 2022 é de R\$353.754 (R\$285.397 em 31 de dezembro de 2021) na Controladora e R\$510.497 (R\$585.696 em 31 de dezembro de 2021) no Consolidado.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

25.1 Suprimento de energia elétrica

A variação observada no período refere-se a redução do custo na contratação de energia decorrente do desligamento das termoeletricas pela ONS ao final de 2021 que se mantém em 2022, devido ao aumento das chuvas ocorridas no período citado, acarretando diretamente na redução da parcela variável dos contratos de compra de energia por disponibilidade.

25.2 Operações CCEE

O saldo refere-se às transações de energia comercializada e encargos no âmbito da CCEE. Da redução total, R\$49.657 é decorrente substancialmente da redução das transações de energia e de encargos comercializados no âmbito da CCEE, por sazonalização operacionalizada pelas Distribuidoras, os quais foram impactados pela redução da carga contratada do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits – MCSD. Adicionalmente, a redução tem impacto da liquidação do bônus da crise hídrica no montante de R\$64.018 da EDP São Paulo e de R\$57.761 da EDP Espírito Santo (Nota 16.1.1)

25.3 Materiais e serviços

A redução de R\$168.572 observada na rubrica decorre substancialmente:

- (i) redução de R\$27.095 na Controladora devido ao pagamento de consultorias especializadas contratadas para os processos de novos negócios no exercício de 2021;
- (ii) redução de R\$127.099 da controlada Porto do Pecém ocorreu devido a liquidação dos montantes a pagar a fornecedores referente a importação de carvão no exercício anterior;
- (iii) redução de R\$15.389 da controlada EDP Transmissão Litoral Sul ocorreu devido a liquidação de montantes em aberto relacionados a obras de construção civil dada a entrada em operação da controlada (Nota 40.1)

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



26 Debêntures
26.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fiduciário												Controladora							
												30/06/2022					31/12/2021		
												Encargos		Principal			Encargos		Principal
												Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante
Empresa	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Moeda Nacional																			
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 400/03	48.066	1	48.066	3ª Série da 4ª emissão em 15/09/2015	15/09/2015 a 15/09/2024	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,2608% a.a. até 14/03/2016 IPCA + 8,7608% a.a. a partir de 15/03/2016 (ii)	Amortizações anuais a partir de setembro de 2022 e juros semestral	4.156		26.277	42.033	72.466	1.882	29.266	34.927	66.075
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(16.347)		15/09/2015 a 15/09/2024			Amortização mensal				(137)	(137)			(191)	(191)
Planner Trustee Distribuidora	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 476/09	25.000	10	250.000	5ª emissão em 22/03/2016	22/03/2016 a 15/04/2022	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,3479% a.a.	Amortizações anuais a partir de abril de 2021 e juros semestrais					-	5.001	165.936		170.937
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(7.097)		22/03/2016 a 15/04/2022			Amortização mensal					-		(192)		(192)
Total											4.156	-	26.277	41.896	72.329	6.883	195.010	34.736	236.629
Agente Fiduciário												Consolidado							
												30/06/2022					31/12/2021		
												Encargos		Principal			Encargos		Principal
												Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	19.000	10	190.000	5ª emissão em 07/04/2017	07/04/2017 a 07/04/2022	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	108,75% do CDI a.a.	Principal semestral a partir de abril/2020 e juros semestral					-	711	38.000		38.711
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(1.301)		07/04/2017 a 07/04/2022			Amortização mensal					-		(17)		(17)
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	190.000	1	190.000	7ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/07/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 5,91%	Principal anual a partir de agosto/2023 e juros semestral	5.791		240.406	246.197	5.683		228.348	234.031	
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(2.941)		15/08/2018 a 15/07/2025			Amortização mensal			(1.055)	(1.055)			(1.299)	(1.299)	
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	300.000	1	300.000	8ª emissão em 30/03/2019	09/04/2019 a 30/03/2024	Refinanciar e alongar o prazo média da dívida e capital de giro	106,90% do CDI a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral	9.462		300.000	309.462	5.910		300.000	305.910	
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(375)		09/04/2019 a 30/03/2024			Amortização mensal			(375)	(375)			(481)	(481)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	500.000	1	500.000	10ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/07/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 3,26%	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral	8.335		575.266	583.601	9.646		501.034	510.680	
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(9.559)		12/02/2021 a 15/07/2025			Amortização mensal			(5.750)	(5.750)			(6.702)	(6.702)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	400.000	1	400.000	11ª emissão em 04/08/2021	04/08/2021 a 15/07/2025	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	Principal no final do contrato e juros semestral	22.344		400.000	422.344	12.779		400.000	412.779	
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(1.399)		04/08/2021 a 15/07/2025			Amortização mensal			(1.078)	(1.078)			(1.253)	(1.253)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	270.000	1	270.000	12ª emissão em 25/05/2022	25/05/2022 a 25/05/2027	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,20% a.a.	Principal anual a partir de maio/2025 e juros semestral			270.000	270.000				-	
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(1.399)		25/05/2022 a 25/05/2027			Amortização mensal			(924)	(924)				-	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	15.000	10	150.000	7ª emissão em 07/04/2017	07/04/2017 a 07/04/2022	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	108,75% do CDI a.a.	Principal semestral a partir de abril/2020 e juros semestral					-	564	30.293	30.857	
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.052)		07/04/2017 a 07/04/2022			Amortização mensal					-		(14)		(14)

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



											Consolidado									
											30/06/2022				31/12/2021					
											Encargos		Principal			Encargos		Principal		
Agente Fiduciário	Empresa	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Simplex Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	260.000	1	260.000	9ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/08/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 5,91%	Principal anual a partir de agosto/2023 e juros semestral		18.107			319.082	337.189	17.958		302.004	319.962
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(3.948)		15/08/2018 a 15/08/2025			Amortização mensal					(1.416)	(1.416)			(1.745)	(1.745)
Simplex Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	200.000	1	200.000	10ª emissão em 30/03/2019	09/04/2019 a 30/03/2024	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	106,60% do CDI a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		6.290			200.000	206.290	3.929		200.000	203.929
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(301)		09/04/2019 a 30/03/2024			Amortização mensal					(301)	(301)			(386)	(386)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	700.000	1	700.000	11ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/01/2026	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 3,91%	Principal anual a partir de janeiro/2025 e juros semestral		13.972			805.374	819.346	15.065		711.485	726.550
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(4.001)		12/02/2021 a 15/01/2026			Amortização mensal					(1.928)	(1.928)			(2.240)	(2.240)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	350.000	1	350.000	12ª emissão em 04/08/2021	04/08/2021 a 20/07/2026	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	Amortizações anuais a partir de julho de 2024 e juros semestral		19.111			350.000	369.111	11.181		350.000	361.181
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.234)		04/08/2021 a 20/07/2026			Amortização mensal					(952)	(952)			(1.106)	(1.106)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	450.000	1	450.000	13ª emissão em 20/12/2021	20/12/2021 a 20/12/2026	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,38% a.a.	Amortizações anuais a partir de dezembro de 2024 e juros semestral		1.965			450.000	451.965	1.086		450.000	451.086
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.944)		20/12/2021 a 20/12/2026			Amortização mensal					(1.714)	(1.714)			(1.944)	(1.944)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	450.000	1	450.000	14ª emissão em 25/05/2022	25/05/2022 a 25/05/2027	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,20% a.a.	Principal anual a partir de maio/2025 e juros semestral					450.000	450.000				-
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.944)		25/05/2022 a 25/05/2027			Amortização mensal					(1.490)	(1.490)				-
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 400/03	48.066	1	48.066	3ª Série da 4ª emissão em 15/09/2015	15/09/2015 a 15/09/2024	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,2608% a.a. até 14/03/2016 IPCA + 8,7608% a.a. a partir de 15/03/2016 (ii)	Amortizações anuais a partir de setembro de 2022 e juros semestral		4.156		26.277	42.033	72.466	1.882	29.266	34.927	66.075
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(16.347)		15/09/2015 a 15/09/2024			Amortização mensal					(137)	(137)			(191)	(191)
Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 476/09	25.000	10	250.000	5ª emissão em 22/03/2016	22/03/2016 a 15/04/2022	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,3479% a.a.	Amortizações anuais a partir de abril de 2021 e juros semestrais						-	5.001	165.936		170.937
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(7.097)		22/03/2016 a 15/04/2022			Amortização mensal						-		(192)		(192)
Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado	Instrução CVM nº 476/09	200.000	1	200.000	2ª série da 2ª emissão em 08/12/2017	08/12/2017 a 08/12/2022	Readequação da estrutura de capital, com redução de capital social.	113,70% do CDI a.a.	Principal anual a partir de dezembro/2021 e juros semestral		868		100.000		100.868	667	100.000		100.667
(-) Custos de emissão	Lajeado				(1.635)		08/12/2017 a 08/12/2022			Amortização mensal				(37)		(37)		(78)		(78)
Simplex Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado	Instrução CVM nº 476/09	100.000	1	100.000	3ª emissão em 14/11/2018	14/11/2018 a 20/10/2022	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	109,25% do CDI a.a.	Principal anual a partir de outubro/2021 e juros semestral		1.230		50.000		51.230	836	50.000		50.836
(-) Custos de emissão	Lajeado				(351)		14/11/2018 a 20/10/2022			Amortização mensal				(16)		(16)		(41)		(41)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado	Instrução CVM nº 476/09	150.000	1	150.000	5ª emissão em 21/06/2021	21/06/2021 a 17/06/2024	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,05% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		797			150.000	150.797	702		150.000	150.702
(-) Custos de emissão	Lajeado				(608)		21/06/2021 a 17/06/2024			Amortização mensal					(991)	(991)			(493)	(493)

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



												Consolidado									
												30/06/2022								31/12/2021	
												Encargos		Principal						Encargos	
												Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	
Agente Fiduciário	Empresa	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado	Instrução CVM nº 476/09	200.000	1	200.000	6ª emissão em 05/05/2022	05/05/2022 a 05/05/2025	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,45% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		4.100			200.000	204.100				-	
Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Enepeixe	Instrução CVM nº 476/09	32.000	10	320.000	2ª emissão em 20/11/2017	20/11/2017 a 20/12/2022	Realavancagem e redução de capital	116% do CDI a.a.	Principal semestral a partir de junho/2020 e juros semestral	Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios de Contratos de Energia	245		53.441		53.686	388	106.752		107.140	
(-) Custos de emissão	Enepeixe				(2.048)		20/11/2017 a 20/12/2022			Amortização mensal				(43)		(43)		(127)		(127)	
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Enepeixe	Instrução CVM nº 476/09	255.000	1	255.000	3ª emissão em 23/11/2018	23/11/2018 a 23/11/2023	Alongamento da dívida.	112,48% do CDI a.a.	Principal em parcela única em novembro/2023 e juros semestral		3.732			255.000	258.732	2.614		255.000	257.614	
(-) Custos de emissão	Enepeixe				(510)		23/11/2018 a 23/11/2023			Amortização mensal					(146)	(146)			(197)	(197)	
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Enepeixe	Instrução CVM nº 476/09	275.000	1	275.000	4ª emissão em 30/03/2021	30/03/2021 a 20/03/2026	Capital de giro	CDI + 1,75% a.a.	Principal anual a partir de março/2025 e juros semestral		10.356			275.000	285.356	6.939		275.000	281.939	
(-) Custos de emissão	Enepeixe				(1.084)		30/03/2021 a 20/03/2026			Amortização mensal					(769)	(769)			(887)	(887)	
Simplific Pavarini Distribuido	EDP Transmissão Aliança	Instrução CVM nº 476/09	1.200.000	1	1.200.000	1ª emissão em 15/10/2018	15/10/2018 a 15/10/2028	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 21 do leilão 05/2016-ANEEL	IPCA + 6,7200% a.a.	Principal semestral a partir de abril/2023 e juros semestral	a. Fianças Corporativas da EDP - Energias do Brasil e da Celesc proporcionais às suas participações acionárias; b. Depósitos caucionados.	23.023		27.417	1.487.046	1.537.486	22.720		1.434.857	1.457.577	
(-) Custos de emissão	EDP Transmissão Aliança				(56.660)		15/10/2018 a 15/10/2028			Amortização mensal				(6.952)	(24.367)	(31.319)			(34.764)	(34.764)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Transmissão SP-MG	Instrução CVM nº 476/09	800.000	1	800.000	2ª emissão em 15/07/2019	15/07/2019 a 15/07/2039	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	IPCA + 4,45% a.a.	Principal semestral a partir de julho/2022 e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	25.753		23.394	1.069.206	1.118.353	107.074	7.030	923.117	1.037.221	
(-) Custos de emissão	EDP Transmissão SP-MG				(56.278)		15/07/2019 a 15/07/2039			Amortização mensal				(4.359)	(39.233)	(43.592)		(4.381)	(41.395)	(45.776)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Transmissão SP-MG	Instrução CVM nº 476/09	525.000	1	525.000	3ª emissão em 05/11/2021	05/11/2021 a 05/11/2023	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	CDI + 1,10% a.a.	Principal no final e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	10.759			525.000	535.759	5.785		525.000	530.785	
(-) Custos de emissão	EDP Transmissão SP-MG				(1.266)		05/11/2021 a 05/11/2023			Amortização mensal					(862)	(862)			(1.166)	(1.166)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Santa Leopoldina	Instrução CVM nº 476/09	700.000	1	700.000	1ª emissão em 19/01/2022	19/01/2022 a 17/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	CDI + 1,52% a.a.	Principal e juros no final	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	38.479			700.000	738.479				-	
(-) Custos de emissão	Santa Leopoldina		(404)				19/01/2022 a 17/01/2024			Amortização mensal					(307)	(307)				-	
Total moeda nacional												190.396	38.479	269.122	8.979.618	9.477.615	239.120	522.427	6.944.523	7.706.070	
Derivativos																					
Safrá	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	500.000	1	700.000	10ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/01/2026	Plano de Investimento 2019, 2020 e 2021	Swap de IPCA + 3,91% a.a. para CDI + 1,50% a.a.	Principal anual a partir de janeiro/2025 e juros semestral		25.948			(96.402)	(70.454)	10.260		(3.248)	7.012	
Itaú	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	700.000	1	500.000	11ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/07/2025	Plano de Investimento 2019, 2020 e 2021	Swap de IPCA + 3,26% a.a. para CDI + 1,15% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		19.644			(70.383)	(50.739)	7.614		3.687	11.301	
Total derivativos												45.592	-	-	(166.785)	(121.193)	17.874	-	439	18.313	
Total geral												235.988	38.479	269.122	8.812.833	9.356.422	256.994	522.427	6.944.962	7.724.383	

(i) Conforme cláusula 4.2.3.2. da escritura da emissão, que prevê um aumento de 0,3% na taxa anual face um rebaixamento de pelo menos dois níveis no rating da emissora frente ao da data da emissão. Em 25 de fevereiro de 2016 o rating da EDP Espírito Santo foi rebaixado pela agência Moody's da nota "Aa1.br" em escala local e "Baa3" em escala global para a nota "Aa2.br" em escala local e "Ba2" em escala global.
(ii) Conforme cláusula 9.1. da escritura da emissão, que prevê um aumento de 0,5% no spread anual face um rebaixamento de pelo menos dois níveis no rating da emissora frente ao da data da emissão. Em 25 de fevereiro de 2016 o rating da Companhia foi rebaixado pela agência Moody's da nota "Aa3.br" em escala local e "Ba2" em escala global para a nota "A2.br" em escala local e "Ba3" em escala global.

As debêntures são demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, a exceção das 10ª e 11ª emissões da EDP Espírito Santo e EDP São Paulo respectivamente, que estão mensurada a valor justo considerando opção irrevogável de mensuração no reconhecimento inicial decorrente de contratação de derivativo de swap, com a finalidade de evitar descasamento de mensuração entre os instrumentos financeiros e das 7ª e 9ª emissões das controladas de distribuição, mensuradas a valor justo considerando expediente de aplicação de hedge de valor justo.
O valor total referente as garantias das debêntures mencionados acima em 30 de junho de 2022 na Companhia é de R\$3.776.330 (R\$2.490.708 em 31 de dezembro de 2021) e no consolidado R\$3.983.763 (R\$3.123.723 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



26.2 Movimentação das debêntures

		Controladora								
	Valor líquido em 31/12/2021	Pagamentos	Juros provisiona- dos	Transferên- cias	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 30/06/2022			
Circulante										
Principal	195.202	(171.422)		(7.106)		9.603	26.277			
Juros	6.883	(9.735)	7.008				4.156			
Custo de transação	(192)			(54)	246		-			
	201.893	(181.157)	7.008	(7.160)	246	9.603	30.433			
Não circulante										
Principal	34.927			7.106			42.033			
Custo de transação	(191)			54			(137)			
	34.736	-	-	7.160	-	-	41.896			
Consolidado										
	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Pagamentos	Juros provisiona- dos	Juros integraliza- dos	Transferên- cias	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado	Valor líquido em 30/06/2022
Circulante										
Principal	527.277		(292.733)			(62.858)		108.843		280.529
Juros	239.120		(257.935)	314.515	(105.304)					190.396
Custo de transação	(4.850)					(15.955)	9.398			(11.407)
Swap	17.874		(23.938)	51.656						45.592
	779.421	-	(574.606)	366.171	(105.304)	(78.813)	9.398	108.843	-	505.110
Não circulante										
Principal	7.040.772	1.620.000			105.304	62.858		238.974	(4.495)	9.063.413
Juros	-			38.479						38.479
Custo de transação	(96.249)	(3.501)				15.955				(83.795)
Swap	439								(167.224)	(166.785)
	6.944.962	1.616.499	-	38.479	105.304	78.813	-	238.974	(171.719)	8.851.312

26.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	Controladora	Consolidado
Circulante		
2022	16.020	361.988
2023	14.413	143.122
	30.433	505.110
Não circulante		
2023	17.327	1.174.778
2024	24.569	2.001.355
2025		3.105.564
2026		772.138
2027		973.465
2028 até 2040		824.012
	41.896	8.851.312
Total	72.329	9.356.422

As emissões realizadas pela Companhia e suas controladas não são conversíveis em ações.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

Em 30 de junho de 2022 a Companhia e as controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Lajeado, Enerpeixe, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG, Porto do Pecém e Santa Leopoldina encontram-se em pleno atendimento de todas as obrigações previstas no contrato de emissão de debêntures.

EDP - Energias do Brasil

• Para ambas as emissões:

- (i) Descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;
- (ii) Descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;
- (iii) Pedido de autofalência;
- (iv) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, decretação de falência, liquidação ou dissolução da Companhia ou pelas Controladas Relevantes - EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Enerpeixe, ou qualquer controlada cuja receita represente mais de 20% da receita consolidada da Companhia, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;
- (v) Descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro da Dívida Líquida Consolidada em relação ao EBITDA Consolidado nas datas de apuração, qual seja 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano, não superior a 3,5;
- (vi) Protesto de título contra a Emissora e/ou suas Controladas Relevantes, cujo valor individual, ou agregado, ultrapasse R\$75.000, desde que não tenha sido comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário, que foi contestado de boa-fé e/ou não tenha sido sanado em 30 dias contados de sua intimação; e
- (vii) Arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra constrição de bens e/ou direitos, ou vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, com valor, individual ou agregado, superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas.

• Específicas para a 4ª emissão:

- (i) Fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária (inclusive incorporação e/ou incorporação de ações) da Emissora, salvo se: (a) divulgado pela Emissora por meio de fato relevante ou comunicado ao mercado até a data da Escritura de Emissão; (b) por determinação legal ou regulatória; (c) concedida anuência prévia dos titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas - AGD especialmente convocada para tal finalidade; ou (d) não provocar alteração do rating da Emissão para uma nota inferior a: (aa) "AA-" (duplo A menos) pela Standard & Poors Ratings do Brasil Ltda.; (bb) "Aa3.br" pela Moody's; ou (cc) "AA-" (duplo A menos) pela Fitch Ratings Brasil Ltda.;
- (ii) Notificação de pagamento oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva contra a Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, com valor, individual ou agregado, superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas; e

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



(iii) Venda, cessão, locação ou qualquer forma de alienação ou promessa de alienação total ou parte relevante de ativos da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$75.000, sem aprovação prévia dos titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação, reunidos em AGD especialmente convocada para tal finalidade, ressalvada a alienação de ativos ou projetos, individualmente considerados, desde que não tenha sido divulgado pela Emissora por meio de fato relevante ou comunicado ao mercado e que tenham capacidade instalada individual, atual ou futura, de até 70MW, e de forma que afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Emissora.

• Específicas para a 5ª emissão:

(i) Fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária (inclusive incorporação e/ou incorporação de ações) da Emissora, salvo se: (a) por determinação legal ou regulatória (ressalvada, neste caso, a hipótese de extinção); (b) concedida anuência prévia dos titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% dos Debenturistas presentes à AGD, especialmente convocada para tal finalidade; ou (c) não provocar a queda do *rating* da Emissão em 2 ou mais *notches*; e

(ii) Descumprimento, pela Emissora ou pelas Controladas Relevantes, de sentença judicial transitada em julgado ou de qualquer decisão ou sentença administrativa ou arbitral não sujeita a recurso contra a Emissora, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas, e desde que, cumulativamente, a critério dos Debenturistas, seja capaz de colocar em risco o cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora.

Controladas

EDP São Paulo

(i) EDP São Paulo (7ª, 8ª, 9ª e 10ª emissões): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado¹, não superior a 3,5 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano;

(ii) EDP São Paulo (11ª emissão): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado^(*), não superior a 3,5 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano, para os anos de 2021, 2022, 2023 e 2024; e não superior a 4,0 na data de apuração, de 2025 até o vencimento;

(iii) EDP São Paulo (12ª, 13ª e 14ª emissões): Descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida ajustada²/EBITDA ajustado, em 31 de dezembro de cada ano, e não superior a 4,0 na data de apuração; e

(iv) EDP São Paulo (11ª emissão) celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a R\$200.000.

EDP Espírito Santo

(i) EDP Espírito Santo (5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª emissões): descumprimento, pela Emissora, da manutenção do índice financeiro Dívida líquida em relação ao EBITDA ajustado^(*) na data de apuração, 31 de dezembro de cada ano, sendo não superior a 3,5;

(ii) EDP Espírito Santo (5ª e 6ª emissões): declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora no mercado local ou internacional em montante superior a R\$75.000;

(iii) EDP Espírito Santo (10ª, 11ª e 12ª emissões): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida ajustada²/EBITDA ajustado¹, não superior a 4,0 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano; e

(iv) EDP Espírito Santo (10ª emissão): celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a R\$200.000.

EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

(i) EDP São Paulo (8ª, 12ª e 13ª emissões) e EDP Espírito Santo (6ª e 11ª emissões): celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a R\$100.000.

(ii) celebração de contratos de mútuo pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas que representem, no mínimo, dois terços das Debêntures em Circulação, com quaisquer sociedades, nacionais ou estrangeiras, integrantes do seu grupo econômico, em valor individual ou agregado superior a: até 31 de dezembro de 2025, R\$100.000, e após 31 de dezembro de 2025, R\$200.000;

Enerpeixe

(i) Enerpeixe (2ª, 3ª e 4ª emissões): não observância, pela Emissora, do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 vezes, a ser apurado anualmente, em 31 de dezembro de cada ano;

(ii) Enerpeixe (4ª emissão): redução de capital social da controlada para valor inferior a R\$50.000 até 2022, para valor inferior a R\$ 30.000 a partir de 2023 e para valor inferior a R\$ 10.000 a partir de 2025, exceto se para absorção de prejuízos ou em caso de aprovação pelos Debenturistas; e

(iii) Enerpeixe (4ª emissão): declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora no mercado local ou internacional em montante superior a R\$85.000.

Lajeado

(i) Lajeado (2ª, 3ª, 5ª e 6ª emissões): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro da Dívida Líquida em relação ao EBITDA, não superior a 3,5 vezes nas datas de apuração, qual seja 31 de dezembro de cada ano; e

(ii) Lajeado (2ª e 3ª emissões): descumprimento de sentença condenatória final transitada em julgado em ação judicial cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$75.000, sem que esteja em curso eventual ajuizamento, de boa-fé, pela controlada de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos.

(iii) Lajeado (5ª emissão): inadimplemento de sentença judicial, ou decisão administrativa, e/ou decisão arbitral contra a controlada cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$75.000, considerando o período de doze meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajuizamento de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral;

(iv) Lajeado (6ª emissão): inadimplemento de sentença judicial, ou decisão administrativa, e/ou decisão arbitral contra a Companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000, considerando o período de doze meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajuizamento de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral;

Porto do Pecém

(i) Porto do Pecém (1ª emissão): não observância: (a) pela Emissora, do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD maior ou igual a 1,2 vezes a ser apurado anualmente, em 31 de dezembro de cada ano, a partir de 31 de dezembro de 2017; e (b) pela Fiadora (EDP - Energias do Brasil), do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 vezes.

EDP Transmissão Aliança

(i) EDP Transmissão Aliança (1ª emissão): manutenção de Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes da EDP - Energias do Brasil, apurado semestralmente nos meses de junho e dezembro.

EDP Transmissão SP-MG

(i) EDP Transmissão SP-MG (2ª e 3ª emissões): manutenção de Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes da EDP - Energias do Brasil, apurado anualmente em dezembro.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



EDP Transmissão Aliança e EDP Transmissão SP-MG

(i) EDP Transmissão Aliança (1ª emissão) e EDP Transmissão SP-MG (2ª emissão): vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da emissora ou da interveniente garantidora cujo valor individual ou agregado ultrapasse R\$75.000, caso não sanado em 10 dias, ou caso protesto foi efetuado por erro ou má-fé, ou tenha sido cancelado, ou teve sua exigibilidade suspensa por medida judicial.

Santa Leopoldina

(i) distribuição de dividendos da controlada em montante superior ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto na Lei das S.A.; (b) aprovação de resgate ou amortização de ações de emissão da controlada; ou (c) realização de pagamentos aos acionistas da companhia sob obrigações contratuais;

(ii) não observância, pela Garantidora, do índice financeiro resultante da divisão Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,5, a ser apurado anualmente a partir das Demonstrações Financeiras da Garantidora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e verificado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 dias úteis contados da data de recebimento.

¹ O EBITDA ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".

² A Dívida Líquida ajustada não considera em seu cálculo as operações de mútuos com partes relacionadas.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



27 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
27.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

											Controladora									
											30/06/2022					31/12/2021				
											Encargos		Principal		Total	Encargos		Principal		Total
											Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Instituição	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias										
Moeda nacional																				
Energest	EDP - Energias do Brasil S.A.	400.000	03/07/2020	100.000	03/07/2020 a 02/07/2022	Contratos de Mútuo		100,3% CDI	Principal e juros com parcela única ao final do contrato					-	5.305		100.000		105.305	
														-	5.305		100.000		105.305	
											Consolidado									
											30/06/2022					31/12/2021				
											Encargos		Principal		Total	Encargos		Principal		Total
											Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Instituição	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias										
Moeda nacional																				
BNDES - FINEM / Nº 14.2.1238.1	EDP São Paulo	296.785	28/12/2014	253.733	28/12/2014 a 16/12/2024	Programa de investimentos de 2013 a 2015	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	T.JLP a T.JLP + 3,05% a.a., IPCA + TR(ii) + 3,05% a.a. e Pré de 6,00% a.a.	Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal. Principal e juros anuais. (iv)	a. Depósitos caucionados; b. Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil.	68		11.383	17.075	28.526	1.910		47.297	28.776	77.983
(-) Custo de transação	EDP São Paulo		28/12/2014	(1.134)	28/12/2014 a 16/12/2024								(10)	(6)	(16)			(70)	(10)	(80)
Notas Promissórias (5ª Emissão)	EDP São Paulo	300.000	19/07/2019	300.000	19/07/2019 a 17/07/2024	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	106,58% do CDI	Principal e juros com parcela única ao final do contrato			50.851		300.000	350.851		31.721		300.000	331.721
(-) Custo de transação	EDP São Paulo		19/07/2019	(507)	19/07/2019 a 17/07/2024									(208)	(208)				(258)	(258)
BNDES - FINEM / Nº 17.2.0295.1	EDP São Paulo	399.733	05/09/2017	158.600	05/09/2017 a 15/06/2025	Programa de investimentos no triênio de 2016 a 2018	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	T.JLP + 2,96% a.a. IPCA + 3,23% a.a.	a)Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal; b)Principal e juros anuais.	a. Cessão fiduciária de no mínimo 130% do valor do saldo devedor; b. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	382		39.296	77.147	116.825	3.773		32.870	108.983	145.626
(-) Custo de transação	EDP São Paulo		05/09/2017	(3.498)	05/09/2017 a 15/06/2025								(325)	(288)	(613)			(385)	(442)	(827)
BNDES - FINEM / Nº 14.2.1237.1	EDP Espírito Santo	270.924	28/12/2014	249.593	28/12/2014 a 16/12/2024	Programa de investimentos de 2013 a 2015	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	T.JLP a T.JLP + 3,05% a.a., IPCA + TR(ii) + 3,05% a.a. e Pré de 6,00% a.a.	Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal. Principal e juros anuais. (iv)	a.Depósitos caucionados; b. Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil	69		10.967	17.073	28.109	1.727		44.629	28.346	74.702
(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo		28/12/2014	(1.390)	28/12/2014 a 16/12/2024				Amortização mensal do custo de transação					-				(67)	(8)	(75)
BNDES - FINEM / Nº 17.2.0296.1	EDP Espírito Santo	354.078	05/09/2017	174.093	05/09/2017 a 15/06/2025	Programa de investimentos no triênio de 2016 a 2018	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	T.JLP + 2,96% a.a. IPCA + 3,23% a.a.	a)Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal; b)Principal e juros anuais.	a. Cessão fiduciária de no mínimo 130% do valor da prestação vincenda do mês subsequente; b. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	416		43.200	83.960	127.576	4.049		46.909	107.374	158.332
(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo		05/09/2017	(2.676)	05/09/2017 a 15/06/2025				Amortização mensal do custo de transação				(259)	(232)	(491)			(296)	(347)	(643)
MFUG - Cédula de Câmbio	EDP Espírito Santo	300.000	15/01/2021	300.000	15/01/2021 a 17/01/2023	Capital de Giro	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,13% a.a.	Principal em parcela única no final e Juros em parcelas semestrais	Nota Promissória	16.330		300.000	316.330	10.155			300.000		310.155
Notas Promissórias (2ª Emissão)	EDP Espírito Santo	350.000	30/11/2021	350.000	30/11/2021 a 30/11/2023	Capital de Giro	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 4,0, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,20% a.a.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato			24.318		350.000	374.318		3.057		350.000	353.057
(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo		30/11/2021	(734)	30/11/2021 a 30/11/2023				Amortização mensal do custo de transação					(479)	(479)				(648)	(648)
BNDES	Porto do Pecém	1.410.000	10/06/2009	1.402.000	09/07/2009 a 15/06/2026	Implantação da usina termelétrica Pecém I.	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20, apurado anualmente em Dezembro.	2,77% a.a. acima da T.JLP	Principal e juros mensais	a. Penhor de ações; b. Fiança bancária; c. Cessão de direitos e contratos; d. Notas promissórias; e. Hipoteca; e f. Alienação de ativos.	1.748		123.317	370.066	495.131	1.935		123.102	430.966	556.003
(-) Custo de transação	Porto do Pecém	(11.286)	10/06/2009	(11.286)	09/07/2009 a 15/06/2026	-	-		Amortização mensal do custo de transação				(398)	(503)	(901)			(464)	(722)	(1.186)

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Instituição											Consolidado										
											30/06/2022					31/12/2021					
											Encargos		Principal			Encargos		Principal			
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total										
Ações recebíveis cumulativa (v)	Investco																				
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Smart Soluções	82.000	20/08/2018	82.000	20/08/2018 a 22/08/2023	Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"			Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão		5.372	21.036		41.894	68.302	2.584	21.650		40.182	64.416	
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP - Trading	200.000	05/04/2021	200.000	05/04/2021 a 05/04/2022	Capital de Giro		Divida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado trimestralmente em Março, Junho, Setembro e Dezembro.	CDI + 0,45% a.a	Principal semestral a partir de agosto/2020 e juros semestral	a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil	1.431		23.429	11.714	36.574	1.185		23.429	23.429	48.043
MFUG - Cédula de Câmbio	EDP - Trading	100.000	09/09/2021	100.000	09/09/2021 a 09/03/2023	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul		Divida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 0,65% a.a.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato	a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil	6.115			200.000	206.115	8.648		200.000		208.648
MFUG - Cédula de Câmbio	EDP - Trading	250.000	12/11/2021	250.000	12/11/2021 a 13/11/2023	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul		Divida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 0,99% a.a.	Principal a partir 09/09/2022 em parcelas semestrais e juros parcelas semestrais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	3.895		100.000		103.895	2.433		50.000	50.000	102.433
MFUG - Cédula de Câmbio	EDP - Trading	250.000	12/11/2021	250.000	12/11/2021 a 13/11/2023	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul		Divida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,165% a.a.	Principal no final e juros parcelas anuais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	18.207			250.000	268.207	3.088		250.000		253.088
Cédula de Crédito Bancário nº 091200050341	EDP - Trading	50.000	14/12/2021		14/12/2021 a 14/01/2022	Capital de Giro		CDI +0,249000% a.m.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	2.016			50.000	52.016						-
CCB BRASIL - 511600554	EDP Goiás	53.581	26/09/2018	53.387	26/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão			TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	419		4.853	35.592	40.864					-
(-) Custo de transação	EDP Goiás		26/09/2018		26/09/2018 a 01/10/2030					Amortização mensal do custo de transação				(45)	(334)	(379)					-
CCB BRASIL - 511600555	EDP Goiás	9.132	26/09/2018	7.414	26/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão			TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e Amortização mensal do custo de transação	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos	62		674	4.943	5.679					-
(-) Custo de transação	EDP Goiás		26/09/2018		26/09/2018 a 01/10/2030									(10)	(76)	(86)					-
CCB BRASIL - 511600556	EDP Goiás	6.260	26/11/2020	4.521	26/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão			TLP-IPCA + 5,163%	Principal semestral a partir de maio/2021 e juros semestral	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	38		411	3.014	3.463					-
(-) Custo de transação	EDP Goiás		26/09/2018		26/09/2018 a 01/10/2030					Amortização mensal do custo de transação				(7)	(52)	(59)					-
CCB BRASIL - 511600557	EDP Goiás	8.309	26/09/2018	7.923	26/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão			TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	62		720	5.282	6.064					-
(-) Custo de transação	EDP Goiás		26/09/2018		26/09/2018 a 01/10/2030					Amortização mensal do custo de transação				(9)	(70)	(79)					-
CCB BRASIL - 511600561	EDP Goiás	8.508	28/09/2018	8.038	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão			TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	68		731	5.359	6.158					-
(-) Custo de transação	EDP Goiás		28/09/2018		28/09/2018 a 01/10/2030					Amortização mensal do custo de transação				(10)	(71)	(81)					-
CCB BRASIL - 511600669	EDP Goiás	13.383	28/03/2019	13.207	28/03/2019 a 01/04/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão			TLP-IPCA + 4,694%	Juros trimestrais até abril/2020 a partir de maio/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	114		1.201	9.405	10.720					-
(-) Custo de transação	EDP Goiás		28/03/2019		28/03/2019 a 01/04/2031					Amortização mensal do custo de transação				(15)	(119)	(134)					-
CCB BRASIL - 511600670	EDP Goiás	6.406	28/03/2019	6.284	28/03/2019 a 01/04/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão			TLP-IPCA + 4,694%	Juros trimestrais até abril/2020 a partir de maio/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	55		571	4.476	5.102					-
(-) Custo de transação	EDP Goiás		28/03/2019		28/03/2019 a 01/04/2031					Amortização mensal do custo de transação				(7)	(57)	(64)					-
CCB BRASIL - 511600682	EDP Goiás	7.004	09/04/2019	6.968	09/04/2019 a 01/05/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão			TLP-IPCA + 4,454%	Juros trimestrais até maio/2020 a partir de junho/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	60		633	5.016	5.709					-
(-) Custo de transação	EDP Goiás		09/04/2019		09/04/2019 a 01/05/2031					Amortização mensal do custo de transação				(8)	(62)	(70)					-
CCB BRASIL - 511600785	EDP Goiás	11.992	27/06/2019	10.282	27/06/2019 a 01/07/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão			TLP-IPCA + 4,356%	Juros trimestrais até set/2020 a partir de out/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	5		999	7.702	8.706					-
(-) Custo de transação	EDP Goiás		27/06/2019		27/06/2019 a 01/07/2031					Amortização mensal do custo de transação				(14)	(112)	(126)					-
Total moeda nacional												56.932	96.205	661.268	1.847.049	2.661.454	41.487	56.428	566.954	2.015.621	2.680.490

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



											Consolidado									
											30/06/2022				31/12/2021					
											Encargos		Principal				Encargos		Principal	
											Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
Instituição	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira																				
4131 Scotiabank - SWAP	EDP Smart Serviços	17.985 USD	12/04/2021	17.985 USD	12/04/2021 a 12/04/2022	Capital de Giro	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 0,62% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final		1.440		133.007		134.447	463		100.303		100.766
4131 Scotiabank - SWAP	Mata Grande Transmissora	16.283 USD	16/08/2021	16.283 USD	16/08/2021 a 16/08/2022	Investimento no projeto	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 0,66% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final		497		84.835		85.332	228		90.728		90.956
4131 Scotiabank - SWAP	Santa Leopoldina	150.000 USD	14/01/2022	150.000 USD	14/01/2022 a 16/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 1,6175% a.a.	Principal no final e Juros anual		5.895		729.294		735.189					-
4131 Scotiabank - SWAP	Santa Leopoldina	64.941 USD	01/02/2022	64.941 USD	01/02/2022 a 16/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 2,933% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final		3.871		340.142		344.013					-
Total moeda estrangeira											11.703	-	217.842	1.069.436	1.298.981	691	-	191.031	-	191.722
Derivativos																				
4131 Scotiabank - SWAP	EDP Smart Serviços	17.985 USD	12/04/2021	17.985 USD	12/04/2021 a 12/04/2022	Hedge frente ao financiamento do Banco Scotiabank		Swap de variação cambial de USD + 0,62% a.a. para CDI + 0,79% a.a.	Em parcela única no final do contrato.									3.957		3.957
4131 Scotiabank - SWAP	Mata Grande Transmissora	16.283 USD	16/08/2021	16.283 USD	16/08/2021 a 16/08/2022	Hedge frente ao financiamento do Banco Scotiabank		Swap de variação cambial de USD + 0,66% a.a. para CDI + 0,86% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final							2.223		(5.261)		(3.038)
Total derivativos											-	-	-	-	-	2.223		(1.304)		919
Total geral											68.635	96.205	879.110	2.916.485	3.960.435	44.401	56.428	756.681	2.015.621	2.873.131

Para melhor apresentação, os saldos de derivativos estão apresetando na nota 36.1.2.
(*) Conforme Alteração nº1 do Contrato de crédito junto ao MUFG, foi deliberada: (i) a prorrogação do vencimento para 22/07/2021; e (ii) alteração dos juros remuneratórios para CDI + 1,89% a.a. a partir de 22/07/2021.

- (i) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".
- (ii) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais" e com outras rubricas não operacionais que tenham efeito no caixa.
- (iii) Equivalerá ao resultado da interpolação linear das taxas internas de retorno observadas no mercado secundário das Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), aplicável ao prazo médio de amortização de cada parcela dos Subcréditos B e D.
- (iv) Os subcréditos A, C, E e F possuem juros e amortizações mensais, e os subcréditos B e D possuem juros e amortizações anuais.
- (v) Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela controlada indireta Investco no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º do estatuto social da Investco, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos. O saldo em 31 de dezembro de 2021 de R\$100.741 (R\$98.591 em 31 de dezembro de 2020) contempla o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações. Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o Item 19 do CPC 39.

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo, exceto para as controladas Mata Grande Transmissora e EDP Smart Serviços, cujas dívidas em moeda estrangeira são demonstrados pelo valor justo na data de 30 de junho de 2022, sendo classificado tal devido ao fato de terem, no reconhecimento inicial, sido mensurados ao valor justo por meio do resultado, e o resultado líquido, incluindo juros, reconhecidos no resultado.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no período findo em 30 de junho de 2022 as mesmas encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de empréstimos e financiamentos.

As operações de empréstimos em moeda estrangeira foram reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado e a forma de realização é marcação a mercado.

O valor total referente às garantias de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, mencionados acima, em 30 de junho de 2022 na Companhia é de R\$2.854.421 (R\$2.068.637 em 31 de dezembro de 2021) e no consolidado R\$3.154.420 (R\$2.116.580 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



27.2 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

		Controladora										
		Valor líquido em 31/12/2021	Pagamentos	Juros provisio- nados	Valor líquido em 30/06/2022							
Circulante												
Principal		100.000	(100.000)		-							
Juros		5.305	(9.384)	4.079	-							
		105.305	(109.384)	4.079	-							
Consolidado												
	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Pagamentos	Juros provisio- nados	Transferên- cias	Ajuste a valor presente	Ajuste a valor de mercado	Aquisição de empresas	Reclassifica- ção	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 30/06/2022
Circulante												
Principal	759.267	120.000	(322.119)		313.977		(1.149)	10.793			(542)	880.227
Juros	42.178		(89.308)	113.826	1.510						429	68.635
Custo de Transação	(1.282)				(772)			(125)		1.062		(1.117)
Swap	919								(919)			
	801.082	120.000	(411.427)	113.826	314.715	-	(1.149)	10.668	(919)	1.062	(113)	947.745
Não circulante												
Principal	2.018.056	1.249.870			(313.977)	1.712	(56.361)	85.267			(65.412)	2.919.155
Juros	56.428			40.391	(1.510)	896						96.205
Custo de Transação	(2.435)				772			(1.007)				(2.670)
	2.072.049	1.249.870	-	40.391	(314.715)	2.608	(56.361)	84.260	-	-	(65.412)	3.012.690

Para melhor apresentação, os saldos de derivativos estão apresentados na nota 36.1.2.

27.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	Consolidado		
	Nacional	Estrangeira	Total
Circulante			
2022	211.537	85.332	296.869
2023	505.771	145.105	650.876
	717.308	230.437	947.745
Não circulante			
2023	784.849		784.849
2024	819.986	1.069.436	1.889.422
2025	167.259		167.259
2026	74.527		74.527
2027 até 2033	96.633		96.633
	1.943.254	1.069.436	3.012.690
Total	2.660.562	1.299.873	3.960.435

28 Benefícios pós-emprego

A Companhia e determinadas controladas mantêm planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida, Auxílio de Incentivo a Aposentadoria - AIA e outros benefícios a aposentados.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest (*) e Investco contrataram atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base de 30 de junho de 2022.

A Companhia e suas controladas reconhecem as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano, conforme legislação vigente e regulamento do plano.

Oriundo da aquisição da EDP Goiás (Notas 1.1.1, 4.7 e 18.3), em 30 de junho de 2022 a referida controlada possui montante de R\$1.498 referente a benefícios de assistência médica e odontológica pagos diretamente pela controlada. A Administração da Companhia avaliou as premissas dos planos e não foram identificadas alterações em premissas relevantes no período de 2022.

A controlada EDP Goiás, através da Fundação CELG de Seguros e Previdência (ELETRA), oferece aos seus empregados o Plano Misto de Benefícios, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de CD, durante o exercício de acumulação e de benefício definido na fase de pagamento. A referida controlada tem responsabilidade no plano original de benefício definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No plano misto, a responsabilidade durante a fase de acumulação é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a controlada assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do período em que os serviços são prestados.

(*) A controlada Energest foi classificada para Ativo Mantido para Venda (Nota 17.2), porém para maior clareza, relevância, comparabilidade e transparência aos acionistas a Administração optou por não retirar as informações da subsidiária nesta nota.

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
PSAP Bandeirante	7.135	12.687	189.300	254.025
Auxílio Incentivo à aposentadoria - AIA	167	167	20	
Assistência médica e seguro de vida	38.649	38.649	524.706	544.609
Contribuição definida	(91)	112		
	45.860	51.615	714.026	798.634

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



28.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

São administrados pela Enerprev, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrados no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia e de suas controladas, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos nos regulamentos.

28.1.1 Planos de Benefício definido e Contribuição variável

EDP São Paulo

Os planos estão estruturados na modalidade "Saldado, Benefício definido e Contribuição variável", encontram-se fechados para novas adesões, e possuem as seguintes características:

(i) Plano PSAP Bandeirante – Grupo de Custeio BSPS: Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998, enquanto esteve vigente. Possui a característica do tipo Benefício definido, que concede Benefício saldado, na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apuradas pelo atuário da Enerprev, é da EDP São Paulo; e

(ii) Plano PSAP Bandeirante – Grupos de Custeio BD e CV:

- Grupo de Custeio BD - vigente após 31 de março de 1998: Plano do tipo Benefício definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apuradas pelo atuário da Enerprev, é paritária entre a controlada e os participantes.

- Grupo de Custeio CV: Implantado junto com a modalidade BD vigente após 31 de março de 1998 que, até a concessão da renda (vitalícia ou financeira), reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial à controlada. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando, neste caso, responsabilidade atuarial para a EDP São Paulo.

A EDP São Paulo contribuiu para estes grupos de custeio, no período, com o montante de R\$753 (R\$597 em 2021).

EDP Espírito Santo

- Plano Escelsos I estruturado na modalidade de Benefício definido (vigente para adesões até 31 de maio de 1998): O Plano de custeio é sustentado por contribuições da patrocinadora, que correspondem ao dobro das contribuições dos participantes limitado a 7% da folha de salários. Concede renda vitalícia reversível em pensão, na base de até 100% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade.

EDP Espírito Santo e Energest (Nota 17.2)

- Plano Escelsos II estruturado na modalidade de Contribuição variável (vigente para adesões até 1º de novembro de 2006): O Plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano. É um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para as controladas. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, se for essa a escolha do participante, é que o plano previdenciário pode passar a ser do tipo Benefício definido e, portanto, gerando responsabilidade atuarial às controladas. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando responsabilidade atuarial para as controladas.

28.1.1.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência.

As obrigações dos planos são calculadas utilizando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade do tipo Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B) com *duration* similar ao do benefício, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios.

As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditadas pelos fluxos atuariais futuros.

Foi publicada em 21 de fevereiro de 2017 a Resolução nº 24 da PREVIC que dispõe sobre o reconhecimento de submassas nos planos de benefícios. De acordo com a referida resolução, caracteriza-se como submassa um grupo de participantes ou assistidos vinculados a um plano de benefícios e que tenham identidade de direitos e obrigações homogêneos entre si, porém heterogêneos em relação aos demais participantes e Em 25 de setembro de 2018, a Enerprev iniciou junto aos órgãos competentes processo para permitir a opção de migração que dispõe sobre a possibilidade dada a cada Participante e Assistido do referido Plano de transacionar seus direitos e obrigações a ele inerentes pelos direitos e obrigações do Plano Energias do Brasil e/ou do Plano Saldado PSAP. A possibilidade da ocorrência de migração para ambos os Planos decorre do fato de o Plano PSAP/Bandeirante possuir três submassas, assim denominadas: BD, CV e BSPS.

Com base neste conceito, para a EDP São Paulo a avaliação atuarial realizada em 30 de junho de 2022 identificou que cada grupo de custeio do plano PSAP Bandeirante (BSPS, BD e CV) representaria uma submassa no plano e, por sua vez, deveriam ser controlados de forma segregada, resultando em uma posição superavitária para a submassa de custeio BD nos montantes de R\$106.588 e R\$6.184 uma posição deficitária para as submassas de custeio CV e BSPS no montante de R\$194.978, resultando em um montante líquido deficitário atualizado de R\$82.206

Para a EDP Espírito Santo e para a Energest, a avaliação atuarial realizada na data-base 30 de junho de 2022 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se superavitário. O superávit possui restrição no seu reconhecimento decorrente de premissas estabelecidas no CPC 33 (R1).

28.1.1.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais

EDP São Paulo

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(1.274.624)	1.075.563	(67.651)	(266.712)
Custo do serviço corrente	461			461
Custo dos juros	(46.890)	38.522	(2.956)	(11.324)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no Patrimônio Líquido	90.024	(16.385)	(9.094)	64.545
Contribuições pagas pela controlada		16.595		16.595
Contribuições pagas pelos empregados	(601)	601		
Benefícios pagos pelo plano	(33.864)	33.864		
Saldos em 30 de junho de 2022	(1.265.494)	1.148.760	(79.701)	(196.435)

O ganho atuarial no valor presente das obrigações no montante de R\$64.545, apurada na avaliação atuarial efetuada em 30 de junho de 2022, decorrente dos efeitos de aumento na taxa de desconto considerando situação atual de mercado bem como por efeitos de inflação realizada ter sido superior à inflação projetada no estudo atuarial de 2020.

As contribuições da EDP São Paulo esperadas neste plano para os próximos 12 meses é de R\$12.687.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



O saldo de perda atuarial em 30 de junho de 2022, líquido de Imposto de renda e Contribuição social, é de R\$193.204 (R\$235.804 em 31 de dezembro de 2021).

EDP Espírito Santo

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Ativo reconhecido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(175.696)	304.975	(130.938)	
Custo do serviço corrente	(27)			(27)
Custo dos juros	(2.738)	5.156	(2.912)	(494)
Ganhos/(perdas) atuariais	(324)			(324)
Contribuições pagas pela companhia		845		845
Benefícios pagos pelo plano	(9.493)	9.493		-
Saldos em 30 de junho de 2022	(188.278)	320.469	(133.850)	-

Devido à situação superavitária destes planos, não há contribuições esperadas da EDP Espírito Santo para os próximos 12 meses.

Para estes planos o saldo de perda atuarial, líquido de imposto de renda e contribuição social, em 30 de junho de 2022 é de R\$42 (perda atuarial de R\$117 em 31 de dezembro de 2021).

Energist (Nota 17.1)

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Ativo reconhecido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(577)	1.278	(701)	
Custo do serviço corrente	1			1
Contribuições pagas pela companhia	(1)			(1)
Saldos em 30 de junho de 2022	(577)	1.278	(701)	-

Devido à situação superavitária destes planos, não há contribuições esperadas da Energist para os próximos 12 meses.

28.1.1.3 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	EDP São Paulo		EDP Espírito Santo		Energist (Nota 17.1)	
	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
Custo do serviço						
Custo do serviço corrente	(461)	(1.162)	27	51	(1)	1
Custo dos juros	46.890	41.474	494	7.497		1
Rendimento esperado dos ativos	(36.712)	(34.754)	(8.875)	(11.929)		
Benefícios / contribuições pagas pela empresa	(18.405)	(7.717)				
Mudança na recuperação do superávit	2.956	1.962	10.720	4.470		
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado	(5.732)	(197)	2.366	89	(1)	2
Remuneração do valor líquido do passado de benefício definido						
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)	(32.681)	(32.013)	8.875	2.826	(99)	(852)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência	(12.668)	848	(2.864)	1.053	102	553
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras	(61.061)		845	861		
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	41.865	15.835	(6.532)	(5.034)	(2)	297
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(64.545)	(15.330)	324	(294)	1	(2)
Total	(70.277)	(15.527)	2.690	(205)	-	-

28.1.1.4 Confissão de dívida - Enerprev e EDP São Paulo

A EDP São Paulo, com o objetivo de equacionar o déficit atuarial da sua submassa BPS e diminuir o risco de futuros déficits, formalizou instrumento jurídico com a Enerprev decorrente de déficit atuarial, calculado conforme diretrizes da Resolução CGPC nº 26/2008 e suas alterações. O acordo original estava sendo liquidado financeiramente em 240 meses com base em percentual sobre a folha de salários, contados a partir de setembro de 1997. Em 22 de agosto de 2016, a EDP São Paulo e a Enerprev firmaram o 2º aditivo do termo de compromisso entre as empresas, destacando a alteração do prazo da liquidação (que estava prevista para encerrar-se em setembro de 2017) para 143 parcelas, sendo a primeira em setembro de 2016. A partir de dezembro de 2016, o saldo devedor e o valor da prestação mensal serão apurados uma vez por ano na época da avaliação atuarial da Enerprev, posicionada em dezembro, considerado o valor e o prazo remanescente da dívida. As premissas atuariais utilizadas pela EDP São Paulo atendem ao disposto no CPC 33 (R1) enquanto que as premissas atuariais utilizadas pela Enerprev atendem a Resolução CGPC nº 18/2006 e Instrução Previc nº 7/2013.

Segue abaixo conciliação entre os dois métodos de avaliação atuarial:

	30/06/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações do plano	(1.055.740)	(1.116.303)
Valor justo dos ativos do plano	973.534	917.376
Superávit	(82.206)	(198.927)
Superávit irre recuperável	(112.772)	(67.785)
Total registrado submassa BPS - CPC 33 (Nota 28.1.1.1)	(194.978)	(266.712)
Contrato de confissão de dívida e ajuste de reserva matemática - Resolução CGPC nº 26/2008	(73.032)	(64.932)
Diferença entre premissas (*)	121.946	201.780

(*) O montante de R\$121.946 (R\$201.780 em 31 de dezembro de 2021) é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela EDP São Paulo para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 695/12 e aquelas utilizadas pela Enerprev (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento à Resolução nº 26/08 e suas alterações do Conselho Nacional de Previdência Complementar e tende a ser eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.

28.1.2 Planos de Contribuição definida

A Companhia e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil são patrocinadoras do Plano Energias do Brasil administrado pela Enerprev, o qual encontra-se aberto para adesão de novos participantes. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual fixo de 1% até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para as patrocinadoras. Os participantes poderão ainda participar com contribuições voluntárias mensais, que equivalem a um percentual de sua livre escolha aplicado sobre o seu salário de contribuição, ou anuais, por meio de um valor único a escolha do participante. Este tipo de contribuição é feito adicionalmente à contribuição básica, sem a proporcional contribuição das

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Na qualidade de patrocinadoras deste plano a Companhia contribuiu no período com R\$62 (R\$610 em 2021) e as controladas contribuíram no período com o montante de R\$1.539 (R\$3.047 em 2021).

Em 30 de junho de 2022 este plano tem a adesão de 133 colaboradores (142 em 31 de dezembro de 2021) da Companhia e 1.714 (1.721 em 31 de dezembro de 2021) das suas controladas.

28.2 Auxílio Incentivo à Aposentadoria (AIA), Assistência médica, Seguro de vida e Outros benefícios a aposentados: Benefício Definido

• Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA (EDP Espírito Santo): Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996;

• Assistência médica, seguro de vida e outros benefícios a aposentados (EDP Espírito Santo e Energest (Nota 17.2) - vigente aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1990 e aposentados nas controladas): Cobertura vitalícia com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial das

• Assistência médica (Investco): De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos planos de assistência à saúde. O modelo de assistência médica da Investco de abril de 2005 até dezembro de 2011 atendia a essa condição.

28.2.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente da calculada na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos benefícios ou da legislação aplicável a estes.

A maior parte das obrigações dos benefícios consistem na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos. Estes benefícios são sensíveis à inflação, sendo que uma inflação maior que o previsto nesta avaliação levará a um maior nível de obrigações.

A avaliação atuarial realizada na data-base 30 de junho de 2022 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido.

28.2.2 Movimentação dos passivos atuariais

	Valor presente das obrigações do plano		
	EDP Espírito Santo	Energest (Nota 17.1)	Investco
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(582.091)	(12.077)	(1.334)
Custo do serviço corrente	(378)	(10)	(30)
Custo dos juros	(4.342)	(515)	(59)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no Patrimônio Líquido	26.190	686	
Contribuições pagas pela controladas		330	
Saldos em 30 de junho de 2022	(560.621)	(11.586)	(1.423)

O ganho atuarial no montante de R\$25.866 na EDP Espírito Santo e de R\$685 na Energest (Nota 17.2), apurados na avaliação atuarial efetuada em 30 de junho de 2022, foi decorrente, principalmente, do aumento na taxa de desconto de mercado utilizado no valor presente do fluxo de pagamento de benefícios previsto no estudo atuarial.

Para estes planos, acumulado desde o início da obrigação, o saldo de perda atuarial líquido de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2022 na EDP Espírito Santo é de R\$428.463 (R\$402.597 em 31 de dezembro de 2021), na Energest (Nota 17.2) de R\$3.343 (R\$2.661 em 31 de dezembro de 2021) e na Investco de R\$415 (R\$415 em 31 de dezembro de 2021).

28.2.3 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	Períodos de 6 meses findos em 30 de junho					
	EDP Espírito Santo		Energest (Nota 17.1)		Investco	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Custo do serviço						
Custo do serviço corrente	378	1.195	10	14	30	37
Custo dos juros	4.342	23.577	515	487	59	60
Benefícios / contribuições pagas pela empresa		(15.780)	(330)			
Mudança na recuperação do superávit				(197)		
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado	4.720	8.992	195	304	89	97
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido						
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência		337	(686)	9		(1)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras	(26.190)					
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(26.190)	337	(686)	9	-	(1)
Total	(21.470)	9.329	(491)	313	89	96

29 Provisões

Nota	Controladora		Consolidado			
	Não circulante		Circulante		Não circulante	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias	29.1	20.154	8.099	18.601	14.367	614.729
Licenças Ambientais	29.2			54.315	51.136	29.423
Desmantelamento	29.3				11.077	10.671
Total		20.154	8.099	72.916	65.503	655.229

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco

29.1 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e depósitos vinculados a litígios

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



29.1.1 Risco de perda provável

A Administração da Companhia e de suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue.

		Controladora							
		Passivo				Ativo			
						Depósito Judicial			
		Saldo em 31/12/2021	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2022	30/06/2022	31/12/2021
Trabalhistas		1.619	2.833	(408)		1.980	6.024	1.249	
Cíveis		6.157	8.165	(596)	(577)	655	13.804	8.608	2.279
Outros		323	9	(2)	(8)	4	326		
Total Não circulante		8.099	11.007	(1.006)	(585)	2.639	20.154	9.857	2.279

		Consolidado							Ativo	
		Passivo								
							Depósito Judicial			
Nota		Saldo em 31/12/2021	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Aquisição de empresas	Saldo em 30/06/2022	30/06/2022	31/12/2021
Trabalhistas	29.1.1.1	137.027	20.515	(14.589)	(7.461)	18.339	2.924	156.755	51.859	59.014
Cíveis	29.1.1.2	310.605	26.612	(15.833)	(6.911)	37.958	102	352.533	134.056	129.810
Fiscais	29.1.1.3	52.545	386	(697)	(407)	1.314	842	53.983	628	628
Regulatórios	29.1.1.4	12.051				881	3.232	16.164		
Outros	29.1.1.5	52.445	1.102	(852)	(710)	1.910		53.895		
Total		564.673	48.615	(31.971)	(15.489)	60.402	7.100	633.330	186.543	189.452
Circulante		14.367						18.601		
Não circulante		550.306						614.729	186.543	189.452

O valor total referente as garantias de provisões prováveis na Companhia e consolidado é de R\$101.120 em 30 de junho de 2022 (R\$91.564 em 31 de dezembro de 2021).

29.1.1.1 Trabalhistas

EDP - Energias do Brasil, EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Porto do Pecém, EDP Smart Serviços e EDP Smart Soluções

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e equiparação salarial.

Em 4 de agosto de 2015, por meio do julgamento do processo de arguição de inconstitucionalidade nº 479-60.2011.5.04.0231, o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que os débitos trabalhistas devem ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O índice seria utilizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT para a tabela de atualização monetária da Justiça do Trabalho (Tabela Única). Desta forma, o índice de correção desses débitos, que era a Taxa Referencial - TR, passaria a ser o IPCA-E.

O novo índice deveria ser aplicado em todas as ações trabalhistas que envolvem entes públicos e privados que discutem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009, que ainda não foram executadas ou houve o trânsito em julgado. Todavia, em 14 de outubro de 2015, o Ministro do Supremo Tribunal Federal - STF deferiu liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST.

Em ato contínuo, em 05 de dezembro de 2017, a 2ª Turma do STF, por maioria dos votos, julgou improcedente a ação ajuizada pela Federação Nacional dos Bancos - FENABAN contra a decisão do TST nos autos do processo ArgInc-479-60.2011.5.04.0231, que determinava a aplicação do IPCA-E como índice de correção monetária dos débitos trabalhistas. Na decisão questionada pela FENABAN, o TST declarou que o uso da TR como índice de correção na Justiça do Trabalho era inconstitucional, ficando, em consequência, revogada a liminar anteriormente deferida, e determinou a adoção do IPCA-E determinado pelo IBGE, para calcular os débitos.

Em março de 2018 os Embargos Declaratórios foram julgados no TST e, neste sentido, a Companhia e suas controladas entenderam, por ora, que a decisão do STF deveria ser aplicada a partir de seus efeitos modulatórios e não sobre todo o processo, logo, a aplicação do IPCA-E deveria ocorrer a partir de 25 de março de 2015. Cabe recurso ao tema.

Desta forma, desde dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas passaram a atualizar todos os processos trabalhistas por meio do IPCA-E.

Em dezembro de 2020, o plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu que a correção monetária de débitos trabalhistas deve ser feita pelo IPCA-E e pela taxa SELIC, mais favoráveis aos trabalhadores. O entendimento firmado pela Corte abrange também os depósitos recursais realizados em Os processos que ainda estejam na fase de conhecimento, independentemente da prolação de sentença, deverão observar, de forma retroativa, a aplicação dos dois índices da seguinte forma: a aplicação do IPCA-E na fase prejudicial e, a partir da citação do processo, a taxa SELIC. A decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal encerra discussões travadas nos TRTs e TST sobre o índice de correção aplicável na Justiça do Trabalho, e tais índices devem ser aplicados enquanto não for aprovado projeto de Lei pelo Congresso Nacional sobre o tema.

Neste sentido, a Companhia e suas controladas a partir de 1º de janeiro de 2021 passaram a aplicar os referidos índices de correção das seguintes formas: (i) processos em andamento com atualização da nova forma de cálculos em fase de liquidação do processo; e (ii) processos novos com aplicação dos índices desde o cadastramento no sistema EDP Legal, o qual deverá ser incluído já com o correto valor atualizado pelo índice IPCA-E para que o sistema realize as atualizações mensais pós citação pela taxa SELIC.

29.1.1.2 Cíveis

EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

Referem-se, principalmente, a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38/86 e nº 45/86 - Plano Cruzado, que vigoraram de fevereiro a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. O saldo em 30 de junho de 2022 para a EDP São Paulo é de R\$ R\$85.684 (R\$71.426 em 31 de dezembro de 2021) e para a EDP Espírito Santo é de R\$6.349 (R\$6.339 em 31 de dezembro de 2021), destacando-se o seguinte processo para a EDP São Paulo:

• Processo nº 2000.001.127615-0, em trâmite na 10ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, movido pela White Martins que discute a existência de reflexos decorrentes da vigência das Portarias nº 38/86 e nº 45/86 do extinto DNAEE, nas tarifas de consumo de energia elétrica, relativo ao período de setembro de 2000 em diante. No mês de abril de 2010, a EDP São Paulo cumpriu determinação judicial de substituição da garantia processual existente, de carta-fiança por depósito bancário no montante de R\$60.951 e, em junho de 2011, foi efetuado o complemento do depósito judicial no valor de R\$10.627. A EDP São Paulo apresentou diversas manifestações e recursos visando a suspensão da execução do montante, bem como para reverter a determinação de desconto do percentual de 16,66% nas faturas mensais da White Martins, até que, em 8 de junho de 2011, foi autorizado o levantamento, em pagamento, do valor de R\$60.951 depositado inicialmente, sem prestação de caução. No dia 10 de junho de 2011, a White Martins realizou o levantamento do referido depósito atualizado monetariamente no montante de R\$66.806. Não obstante o levantamento do referido depósito, permanece depositado judicialmente o montante de R\$10.627, havendo ainda recursos pendentes perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e no Superior Tribunal de Justiça - STJ discutindo a questão. Atualmente, foi realizada nova pericia no âmbito do cumprimento de sentença. O registro contábil foi efetuado de forma a apresentar a redução do depósito judicial em contrapartida de uma redução da provisão constituída para esta contingência. O saldo remanescente em 30 de junho de 2022 é de R\$61.526 (R\$57.960 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



EDP São Paulo

Ação De Cobrança nº 0002000-33.2001.8.26.0100, promovida pela Fundação CESP em face das empresas cindidas da Eletropaulo, para haver a importância total de R\$ 1.642 de 30 de outubro de 2000, referente à parte que lhes caberia em face do plano de suplementação de aposentadorias e pensão para os empregados da Funcesp - o valor refere-se à reavaliação atuarial anual do plano referido ocorrido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 1997. O montante estimado em 30 de junho de 2022 é de R\$31.885 (R\$28.426 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente a EDP São Paulo aguarda julgamento do recurso.

EDP Espírito Santo

A controlada é parte em causas referente a pedidos de responsabilidade civil por eletroplessão, onde ocorreu acidentes provocados pela exposição acidental a carga elétrica. O montante estimado em 30 de junho de 2022 é de R\$16.590 (R\$ 14.863 em 31 de dezembro de 2021). Aguarda-se julgamento dos processos.

Processos relacionados a desapropriação e constituição de servidão administrativa para a construção de empreendimentos no Estado. Na grande maioria dos processos discute-se apenas o valor indenizatório decorrente da desapropriação e permanecem aguardando julgamento ou decisão final. O montante estimado em 30 de junho de 2022 é de R\$22.177 (R\$ 18.771 em 31 de dezembro de 2021).

Investco

A Investco possui provisionado em 30 de junho de 2022 o montante de R\$17.075 (R\$15.281 em 31 de dezembro de 2021) que refere-se:

(i) Indenizações

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Investco, cujo montante provisionado em 30 de junho de 2022 é de R\$2.770 (R\$2.474 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Desapropriações

Referem-se a indenizações a título de desapropriações propostas pela Investco para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Investco e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 30 de junho de 2022 é de R\$14.305 (R\$12.807 em 31 de dezembro de 2021). O saldo dos Depósitos judiciais, relacionados a estes processos, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$13.138 e estão registrados no Imobilizado em curso - Outros (Nota 23).

EDP Transmissão Aliança

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela controlada para a construção da linha de transmissão. O montante estimado em 30 de junho de 2022 é de R\$27.283 (R\$ 25.500 em 31 de dezembro de 2021).

EDP Transmissão SP-MG

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela controlada para a construção da linha de transmissão. O montante estimado em 30 de junho de 2022 é de R\$44.110 (R\$ 41.533 em 31 de dezembro de 2021).

29.1.1.3

Fiscais

Enerpeixe

Refere-se a processo administrativo no âmbito da Receita Federal do Brasil - RFB, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL apurados nos períodos de 2014 a 2016 por suposta falta de recolhimento. O valor atualizado em 30 de junho de 2022 é de R\$2.214 (R\$2.140 em 31 de dezembro de 2021). A Enerpeixe apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento.

EDP São Paulo

Em 30 de junho de 2022, o valor total da contingência é de R\$11.028 (R\$10.730 em 31 de dezembro de 2021), em razão da reavaliação de provas do processo judicial, no qual discute-se ao direito aos créditos de ICMS utilizados pela EDP São Paulo no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica". Foi efetuada a provisão parcial do valor total da contingência, e a segregação da classificação de risco. A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda julgamento. O valor em risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/09, além dos honorários exigidos pela Procuradoria Estadual na fase judicial.

Mandado de Segurança em face da Receita Federal, objetivando o afastamento da base de cálculo da COFINS prevista pela Lei nº 9.718/98. Em 2009 foi feita adesão ao REFIS, para liquidação parcial dos débitos (1999), mantendo a discussão dos demais temas relativos aos períodos de 2000 e 2001, entretanto, a EDP São Paulo obteve decisão parcialmente favorável, restando devido a União o valor relativo a discussão da majoração da alíquota no montante de R\$6.602 em 30 de junho de 2022 (R\$6.486 em 31 de dezembro de 2021). O processo aguarda decisão sobre a conversão parcial do depósito em favor da União, para quitação dos débitos.

EDP Espírito Santo

Refere-se a ação judicial movida pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS e COFINS dos períodos de 2002 e 2005, em razão do não processamento das retificações das declarações decorrentes da recomposição tarifária extraordinária, conforme orientações do parecer COSIT 26/02. Em razão do indeferimento da perícia nos autos, foi proferida decisão desfavorável no Tribunal Superior, ocasionando o provisionamento da contingência no valor de R\$28.039, já atualizados, em 30 de junho de 2022 (R\$27.560 em 31 de dezembro de 2021). A EDP Espírito Santo apresentou recurso e aguarda julgamento.

Processo judicial entre a controlada e a Receita Federal, o qual discute, dentre demais assuntos, a multa aplicada pela entrega em atraso da DCTF relativo ao primeiro trimestre de 2003. O valor em 30 de junho de 2022 é de R\$2.966 (R\$2.905 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente, o processo aguarda o julgamento dos recursos nos Tribunais Superiores.

29.1.1.4

Regulatórios

EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

Referem-se a autos de infração editados pela ANEEL ou outros órgãos reguladores que encontram-se em fase de recurso pelas controladas de distribuição.

29.1.1.5

Outros

Porto do Pecém

Como consequência da combinação de negócios relativa à aquisição da Porto do Pecém, é considerado em 30 de junho 2022 o montante de R\$21.745 (R\$21.745 em 31 de dezembro de 2021) resultante de processo judicial, o qual a Porto do Pecém é litisconsorte, promovido por prestador de serviços na construção da usina que questiona suposto descumprimento contratual. Atualmente aguarda-se início da fase de produção de provas.

EDP São Paulo

Em 30 de junho de 2022, o valor total é de R\$2.366. A provisão foi constituída de acordo com o Termo de Restituição, no qual atribuiu responsabilidade a EDP São Paulo em favor da Enerprev, em caso de desembolso relacionado ao processo judicial nº 0021584-06.2001.4.03.6100 em nome Fundação CESP em face da União Federal, no qual discute as regras de imunidade e isenção quanto ao recolhimento de contribuições sociais do período de 1995 a 1999, o mesmo foi parcialmente classificado com perda provável pelos patronos da ação. A reversão de parte do valor se deu em razão da liberação da garantia nos autos do processo judicial.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



29.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

		Controladora				Consolidado			
		Ativo		Ativo		Ativo		Ativo	
		Saldo em		Depósito Judicial		Saldo em		Depósito Judicial	
Nota		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Trabalhistas	29.1.2.1	1.505	1.540	33	54	106.543	111.988	5.915	6.104
Cíveis	29.1.2.2	150.003	107.153	1.006	307	1.484.297	1.341.280	16.012	14.991
Fiscais	29.1.2.3	47.920	46.885	1.035	995	2.186.320	2.132.095	110.457	131.504
Regulatórios	29.1.2.4					12.298	12.298	552	552
Total		199.428	155.578	2.074	1.356	3.789.458	3.597.661	132.936	153.151

O valor total referente as garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$770.272 em 30 de junho de 2022 (R\$725.666 em 31 de dezembro de 2021) e no consolidado R\$652.810 em 30 de junho de 2022 (R\$736.225 em 31 de dezembro de 2021).

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacam-se as seguintes:

29.1.2.1 Trabalhistas

EDP - Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, EDP São Paulo, Porto do Pecém e EDP Smart Soluções

Referem-se a diversas ações que, de maneira geral, versam sobre horas extras, equiparação salarial, responsabilidade subsidiária/solidária envolvendo empresas prestadoras de serviços, indenização por danos morais/materiais decorrentes de doenças/acidentes de trabalho, dentre

29.1.2.2 Cíveis

EDP - Energias do Brasil

• Processo nº 1109675-81.2014.8.26.0100, em trâmite na 20ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, movido pela Montcalm Montagens Industriais S.A. contra as empresas MABE Construção e Administração de Projetos LTDA, Pecém II Geração de Energia S.A., Eneva S.A. e EDP - Energias do Brasil, que discute suposto desequilíbrio contratual em subcontratação realizada pela MABE, para prestação de serviços de montagem de equipamento relacionadas à implantação da UTE Pecém II, empresa do grupo econômico da Eneva S.A.. A Montcalm, alega que as empresas possuem responsabilidade subsidiária pelos inadimplementos contratuais, em razão de suposta sucessão contratual e sucessão empresarial. Atualmente o processo encontra-se em fase pericial. O valor estimado em 30 de junho de 2022 é de R\$68.009 (R\$60.630 em 31 de dezembro de 2021).

• Referem-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 29.1.1.2 - Indenizações e Desapropriações, no montante em 30 de junho de 2022 de R\$122.128 (R\$109.146 em 31 de dezembro de 2021).

EDP Espírito Santo e EDP São Paulo

• Ação civil pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte, movida pela Associação de Defesa de Interesses Coletivo - ADIC, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"). Nesta demanda, foi proferida decisão que determinou a exclusão das concessionárias do polo passivo da ação, sendo mantida tão somente a ANEEL. O processo encontrava-se suspenso até que, em 27 de novembro de 2013, o STJ considerou o Juízo da 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte como competente para julgar todas as demandas coletivas que discutem a questão da Parcela "A". Em 05 de abril de 2017, foi proferida sentença extinguindo o feito também em relação a ANEEL. Após julgamento que extinguiu o processo sem resolução do mérito, atualmente aguarda-se decisão do recurso da parte autora. A ação tramita apenas em face da ANEEL. O valor estimado em 30 de junho de 2022 da EDP Espírito Santo é de R\$119.955 (R\$106.941 em 31 de dezembro de 2021) e da EDP São Paulo é de R\$269.557 (R\$240.310 em 31 de dezembro de 2021).

• Mandado de segurança nº 0002173-26.2014.4.01.3400, em trâmite na 22ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, impetrado por Santo Antônio Energia S.A. - SAESA contra ato da Diretoria da ANEEL, objetivando suspender as obrigações de recomposição de lastro e potência e de pagamento dos encargos pelo uso do sistema de transmissão, bem como a aplicação de eventuais penalidades pelo descumprimento do cronograma da obra. Em 26 de fevereiro de 2014 foi deferido em parte o pedido de antecipação de tutela, que gerou impactos às distribuidoras de energia. Em face da referida decisão, as controladas, por meio da ABRADÉE, ajuizaram o pedido de suspensão da decisão perante o STJ, que foi deferido. Atualmente aguarda-se decisão de recurso. O valor estimado em 30 de junho de 2022 da EDP Espírito Santo é de R\$22.389 (R\$19.960 em 31 de dezembro de 2021) e da EDP São Paulo é de R\$24.826 (R\$22.132 em 31 de dezembro de 2021).

EDP Espírito Santo, EDP São Paulo, Lajeado, Investco e Enerpeixe

• Ação Ordinária nº 0028271-48.2014.4.01.3400, em trâmite na 13ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, também proposta pela SAESA contra a ANEEL com pedido de liminar para não aplicação, durante o período de motorização da UHE Santo Antônio, do Mecanismo de Redução de Energia Assegurada - MRA. A liminar não foi concedida em primeira instância. Em sede de agravo, o TRF deferiu o pedido de antecipação de tutela formulado pela SAESA, conferindo efeito retroativo, que passou a ter eficácia desde o início de março de 2012. As controladas e a ANEEL protocolaram junto ao STJ pedidos de Suspensão de Liminar que foi deferido suspendendo a mesma. Em 18 de março de 2015 o recurso proposto pela SAESA foi rejeitado pela corte especial do STJ. Em 26 de setembro de 2018 foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos da SAESA. Atualmente aguarda-se decisão de recurso. O valor estimado consolidado em 30 de junho de 2022 é de R\$32.745 (R\$29.192 em 31 de dezembro de 2021).

EDP Espírito Santo

• Ação de Repetição de Indébito nº 0031324-59.2008.8.08.0024 proposta pela Vale do Rio Doce - CVRD em que se pleiteia a condenação da EDP Espírito Santo e da Empresa de Luz e Força Santa Maria S/A a devolução do valor correspondente à majoração tarifária instituída pelas Portarias nº 38/86 e nº 45/86 do DNAEE, durante o período do congelamento, qual seja, de fevereiro a novembro de 1986, bem como dos supostos reflexos de tal aumento nas tarifas posteriores. Após a realização de perícia, em 12 de junho de 2014 foi proferida sentença julgando a ação extinta em relação à Empresa Luz e Força Santa Maria S/A e procedente em relação à EDP Espírito Santo, condenando esta última a restituir os valores pagos pela companhia Vale do Rio Doce no período de congelamento de preços. Em face da referida decisão, foram interpostos recursos de Apelação pelas partes ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Os recursos da EDP Espírito Santo e da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. foram providos, e o recurso da companhia Vale do Rio Doce foi rejeitado. A companhia Vale do Rio Doce então interpôs Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça, com posterior interposição de Agravo, o qual aguarda admissão e julgamento. O valor estimado em 30 de junho de 2022 é de R\$26.226 (R\$23.416 em 31 de dezembro de 2021).

• Ação de indenização nº 0000526-91.2003.8.08.0024, ora em fase de cumprimento de sentença, em trâmite perante a 6ª Vara Cível da Comarca de Vitória/ES, na qual pretendeu a Transalva a condenação da EDP Espírito Santo ao pagamento (i) dos valores constantes nos contratos para cada viagem contratada e não fornecida pela concessionária e, (ii) lucros cessantes, devidos em razão da rescisão unilateral imotivada do contrato, em quantia a ser arbitrada pelo Juízo. Iniciado o procedimento de liquidação de sentença pela Transalva em 10 de fevereiro de 2014, o qual se encontra em fase pericial. O Valor estimado em 30 de junho de 2022 é de R\$23.967 (R\$21.367 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



EDP São Paulo

• Ação de Cobrança nº 0187728-40.2007.8.26.0100, ajuizada pela EDP São Paulo no ano de 2007 visando: (i) a condenação da RTR a restituir R\$11.260 arrecadados e não repassados; (ii) a desconsideração da personalidade jurídica da RTR para condenar seus sócios e seus administradores, solidariamente à RTR, ao pagamento da mencionada quantia; (iii) a inclusão do Lemon Bank no polo passivo da ação; e (iv) consequentemente, a declaração de responsabilidade solidária do Lemon Bank quanto aos atos ilícitos praticados, condenando-o a devolver, solidariamente, a quantia acima mencionada. O valor acrescido de juros e correção monetária ultrapassa os R\$12.500. Em 2014, a EDP São Paulo firmou acordo com o Lemon Bank, atual Banco Bracce, no qual as partes concordaram em (i) autorizar o levantamento do valor de R\$9,5 milhões em favor da distribuidora; (ii) autorizar o levantamento do saldo remanescente do depósito judicial em favor do Lemon Bank; e (iii) extinguir a ação em relação ao Lemon Bank e prosseguir a demanda tão somente em face da RTR Serviços Financeiros e seus sócios. Em 13 de outubro de 2020, foi proferida sentença julgando a ação improcedente. Aguarda-se julgamento do recurso de apelação protocolado, tendo em vista o prognóstico de reversão de julgamento de mérito em favor da controlada. O valor estimado em 30 de junho de 2022 é de R\$109.475 (R\$97.598 em 31 de dezembro de 2021).

• Ação Anulatória de ato administrativo nº 1031550-21.2017.8.26.0577, em trâmite perante a 10ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na qual pretendeu a EDP São Paulo a anulação dos autos de infração originários dos processos administrativos nº 119354/2014 e nº 119464/2014, bem como declarar a inconstitucionalidade das leis municipais nº 7.451/2007 e nº 8.766/2012, caso os pleitos anteriores não sejam atendidos a redução das multas para R\$ 10. Em 29 de outubro de 2018 foi proferida sentença que julgou procedente a demanda para declarar incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 1º, §2º, §3º e §4º, da Lei Municipal nº 7.451/2007, com as correlatas alterações posteriores pelas Leis nº 8.766/2012 e nº 9.559/2017, bem como declarar a nulidade dos autos de infração mencionados na inicial e do julgamento dos recursos apresentados nos processos administrativos nº 119354/2014 e nº 119364/2014. Irresignados, a Prefeitura de São José dos Campos, quanto a procedência da ação, e a EDP São Paulo, quanto ao valor dos honorários fixados, apresentaram recursos de apelação, sendo que estes foram tempestivamente contra arrazoados. Ato contínuo, o processo foi remetido e acabou por julgar procedente, por votação unânime, os apelos, reduzindo apenas o valor da multa e majorando o valor dos honorários advocatícios.

A EDP São Paulo apresentou os competentes Recursos Especiais e Extraordinários sendo que estes foram inadmitidos, razão pela qual interpusemos os competentes Agravos de Instrumento de Despacho Denegatório de Recurso Especial e Extraordinário que após terem sido remetidos ao STJ, seguem conclusos com o Ministro Relator para julgamento. O valor estimado em 30 de junho de 2022 é de R\$98.984 (R\$88.245 em 31 de dezembro de 2021).

Porto do Pecém

Em decorrência da situação de escassez hídrica no Estado do Ceará, o Governo do Estado por meio do Decreto nº 32.044 de 16 de setembro de 2016, estabeleceu a cobrança do Encargo Hídrico Emergencial – EHE a ser incidido sobre as indústrias termoeletricas do Estado, cobrado mensalmente com base no consumo verificado no valor de R\$7.210,00 a cada 1.000 metros cúbicos.

Em 13 de outubro de 2016 a Porto do Pecém apresentou à ANEEL requerimento administrativo com o fim de obter, cautelarmente, a aplicação de novo valor de Custo Variável Unitário – CVU da energia gerada pela UTE Pecém I, face à cobrança do novo encargo, visto que afetaria a equação econômico-financeira dos CCEARs. A ANEEL, por meio do Despacho nº 3.293 de 16 de dezembro de 2016, negou provimento ao requerimento.

Encontra-se em andamento a ação judicial promovida em face da ANEEL em 19 de dezembro de 2016, com vistas a ter garantido o equilíbrio econômico financeiro dos CCEARs, mediante repasse do EHE ao CVU. Em 31 de janeiro de 2017 foi indeferido o pedido de liminar. Em 3 de maio de 2017 a Porto do Pecém ingressou com um novo recurso requerendo nova apreciação onde foi proferida decisão deferindo a antecipação da tutela em favor da Porto do Pecém. Atualmente o processo aguarda a sentença. Mediante os fatos, a Porto do Pecém vem reconhecendo e repassando o custo integral do EHE no CVU impactando a receita líquida em contrapartida do contas a receber. Em 11 de agosto de 2017 foi promulgado pelo governo do estado de Ceará o decreto nº32.305/17 que prorrogou o encargo por prazo indeterminado.

Em 30 de junho de 2022 a ação possui o valor estimado total de R\$163.413 (R\$145.684 em 31 de dezembro de 2021). No decorrer de 2020 houve a revisão das premissas envolvendo o cálculo da contingência que, anteriormente, levavam em consideração a estimativa do valor a ser pago de EHE, segundo a média histórica, passando a ser considerado o risco efetivo da ação considerando o repasse da CVU.

29.1.2.3 Fiscais

EDP - Energias do Brasil (Controladora e Consolidado)

• A Companhia possui discussão administrativa relativa à não homologação de compensações diversas e ao não reconhecimento pela Receita Federal do Brasil - RFB de saldo negativo de IRPJ, apurado nos anos calendários de 1999/2001, originado de empresa incorporada (Magistra Participações S.A.), que totalizam em 30 de junho de 2022 o valor de R\$23.443 (R\$23.007 em 31 de dezembro de 2021). O processo aguarda julgamento na esfera administrativa.

EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

• Ação Judicial objetivando assegurar o direito da inclusão de débitos de PIS e COFINS dos períodos de 2015 e 2017 para a EDP São Paulo e inclusão de débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2015 e 2016 para a EDP Espírito Santo, no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Receita Federal do Brasil, os quais estão sendo regularmente pagos. Contudo, não constavam no sistema no momento da consolidação realizada em dezembro de 2018, envolvendo o montante em 30 de junho de 2022 de R\$36.550 (R\$35.464 em 31 de dezembro de 2021) para a EDP São Paulo e R\$147.977 para a EDP Espírito Santo (R\$143.55 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente aguardam o julgamento.

EDP São Paulo

• Autos de infração lavrados pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL do exercício de 2017, incidentes sobre as perdas não técnicas de energia elétrica. O montante atualizado até 30 de junho de 2022 é de R\$147.977 (R\$116.957 em 31 de dezembro de 2021). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda o julgamento.

• Discussão na esfera judicial sobre créditos de ICMS utilizados pela EDP São Paulo no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante atualizado em 30 de junho de 2022 de R\$128.443 (R\$125.000 em 31 de dezembro de 2021). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda julgamento. O valor em risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/09 além dos honorários exigidos pela Procuradoria Estadual na fase judicial.

• Discussões administrativas e judiciais relativas à utilização de crédito de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas (2007, 2012 e 2015) e creditamento de ativo imobilizado (2014 a 2019). Em dezembro de 2021 houve nova adição de auto de infração, objetivando a cobrança de ICMS relativa à utilização de crédito de ICMS pela aquisição de bens integrados ao ativo imobilizado, com base no coeficiente de credimento e forma de escrituração das notas (2016 a 2020) totalizando o montante de R\$165.867 em 30 de junho de 2022 (R\$160.730 em 31 de dezembro de 2021). A Controlada apresentou as defesas e aguarda o julgamento.

• Discussão Judicial em face da Receita Federal, objetivando o cancelamento dos débitos originários do processo administrativo nº 19515.720336/2014-24, o qual manteve a cobrança dos débitos compensados com crédito decorrente de saldo negativo de CSLL da empresa cindida (Eletropaulo) do exercício de 2011, envolvendo o montante de R\$29.238 em 30 de junho de 2022 (R\$28.867 em 31 de dezembro de 2021). A EDP São Paulo aguarda o julgamento da ação judicial.

• Discussão judicial decorrente de execução fiscal ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança de CSLL, relativa ao ano-calendário de 2009, que foi compensada com saldo de base negativa de CSLL de exercícios anteriores, acumulada pela empresa cindida AES Eletropaulo, que envolve o montante atualizado em 30 de junho de 2022 de R\$40.633 (R\$39.957 em 31 de dezembro de 2021). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda o julgamento.

• Discussões administrativas envolvendo o montante atualizado até 30 de junho de 2022 de R\$109.076 (R\$107.314 em 31 de dezembro de 2021), referentes às compensações não homologadas de créditos decorrentes de pagamento a maior efetuados em 2001 com relação ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE). A redução do valor se deu em razão do êxito obtido em um dos processos administrativos, cancelando a cobrança do débito. A EDP São Paulo apresentou as defesas, tendo obtido êxito em alguns dos processos, que resultou na redução da contingência. Os demais casos aguardam julgamento.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



- Medida judicial relativa à COFINS do período de 1993 a 1995, em litisconsórcio com a Eletropaulo. A questão versa sobre o direito ao aproveitamento da anistia trazida pelas Medidas Provisórias nºs 1858-6 e 1858-8, concedida aos contribuintes que deixaram de recolher tributos por entendê-los indevidos. No julgamento de 2ª Instância, foi confirmado parcialmente o direito à anistia, excluindo-se a parcela atinente aos encargos do Decreto-Lei nº 1.025/69. O valor atualizado até 30 de junho de 2022 é de R\$78.232 (R\$77.408 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente o processo aguarda julgamento de recurso nos Tribunais Superiores.
- Autuações de prefeituras que exigem o pagamento de multa por suposto descumprimento de obrigações acessórias relacionadas à instalação de postes de energia elétrica bem como taxas de fiscalização de obras em logradouros públicos e preço público. O valor da contingência em 30 de junho de 2022 é de R\$114.364 (R\$102.378 em 31 de dezembro de 2021). No primeiro trimestre de 2022 houve um aumento expressivo no valor da contingência, em razão da alteração de risco para possível de um dos processos, que discute taxa de de fiscalização de obras. A EDP São Paulo apresentou as defesas, as quais aguardam julgamento.
- Discussões administrativas relativas à não homologação pela Receita Federal, dos créditos decorrentes de saldo negativo de IRPJ e CSLL relativos aos anos-calendários de 2016 e 2017, envolvendo o montante em 30 de junho de 2022 de R\$13.955 (R\$13.415 em 31 de dezembro de 2021). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda o julgamento.
- Discussões administrativas relativas à não homologação pela Receita Federal, dos créditos de PIS e COFINS recolhidos a maior nos períodos de 2015 e 2016, envolvendo o montante em 30 de junho de 2022 de R\$17.342 (R\$16.550 em 31 de dezembro de 2021). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda julgamento.
- Ação Judicial objetivando assegurar o direito da inclusão de débitos de PIS e COFINS dos períodos de 2015 e 2017, no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Receita Federal do Brasil, os quais estão sendo regularmente pagos, contudo, não constavam no sistema no momento da consolidação realizada em dezembro de 2018, envolvendo o montante de R\$36.550 em 30 de junho de 2022 (R\$35.464 em 31 de dezembro de 2021). A EDP São Paulo aguarda o julgamento.

EDP Espírito Santo

- Discussão administrativa relativa ao auto de infração lavrado pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2014 e 2015, incidentes sobre as perdas não técnicas de energia elétrica. O montante do processo atualizado até 30 de junho de 2022 é de R\$191.243 (R\$184.042 em 31 de dezembro de 2021). A EDP Espírito Santo apresentou defesa e aguarda julgamento.
- A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança da contribuição previdenciária versando sobre: (i) a descon sideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a EDP Espírito Santo; e (ii) a sua incidência sobre pagamentos realizados aos segurados empregados a título de PLR e bolsa de estudos. Essas notificações atualizadas até 30 de junho de 2022 importam em R\$8.804 (R\$8.685 em 31 de dezembro de 2021) e atualmente aguardam decisão administrativa.
- Diversas Prefeituras: A EDP Espírito Santo discute administrativa e judicialmente a cobrança de ISSQN supostamente incidente sobre os serviços relacionados à atividade de fornecimento de energia elétrica. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamento das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos atualizados até 30 de junho de 2022 totalizam o montante de R\$119.579 (R\$116.642 em 31 de dezembro de 2021). Deste montante, destaca-se o valor de R\$97.086 (R\$94.843 em 31 de dezembro de 2021) decorrente da lavratura de 122 autos de infração pelo município de Vitória objetivando a cobrança do ISSQN do período de março de 2011 a fevereiro de 2016. A EDP Espírito Santo apresentou as defesas administrativas e judiciais, as quais aguardam julgamento.
- Discussões administrativas e judiciais relativas às compensações não homologadas pela Receita Federal, com respaldo em créditos reconhecidos judicialmente, bem como de saldo negativo de IRPJ e CSLL, e decorrentes de pagamento a maior de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS efetuados em 2001 em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE), que somam em 30 de junho de 2022 o valor de R\$107.132 (R\$111.235 em 31 de dezembro de 2021). A EDP Espírito Santo apresentou as defesas, tendo obtido êxito em alguns dos processos, que resultou na redução da contingência. Os demais casos aguardam julgamento.
- Ação Judicial objetivando assegurar o direito da inclusão de débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2015 e 2016, no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Receita Federal do Brasil, os quais estão sendo regularmente pagos, contudo, não constavam no sistema no momento da consolidação realizada em dezembro de 2018, envolvendo o montante de R\$147.977 em 30 de junho de 2022 (R\$143.550 em 31 de dezembro de 2021). A EDP Espírito Santo aguarda o julgamento.
- Auto de infração lavrado pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS e COFINS em razão dos créditos utilizados como insumos no período de 2017 e 2018. O montante atualizado em 30 de junho de 2022 é de R\$4.280 (R\$4.171 em 31 de dezembro de 2021). A EDP Espírito Santo apresentou defesa e aguarda o julgamento.

Adicionalmente, o saldo apresentado em Depósito Judicial em 30 de junho de 2022 deve-se, principalmente, ao processo nº 2009.50.01.010131-6, no valor de R\$59.934 (R\$57.291 em 31 de dezembro de 2021), referente à execução Fiscal que visa a cobrança de débitos de COFINS referente aos meses de março a outubro de 2001, que foram compensados com crédito advindo do recolhimento indevido de FINSOCIAL. Após decisão nos autos de Agravo de Instrumento da Fazenda Nacional, foi determinada a liquidação da Carta de Fiança Bancária apresentada nos autos da Execução, resultando no depósito judicial.

EDP Trading

- Discussão administrativa acerca da cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente aos exercícios de 2004 a 2006, decorrentes da não homologação da compensação com créditos dos mesmos tributos. O valor atualizado desses processos em 30 de junho de 2022 é de R\$14.750 (R\$14.494 em 31 de dezembro de 2021). A EDP Trading apresentou as defesas, tendo obtido êxito em alguns dos processos, que resultou na redução da contingência. Os demais casos aguardam julgamento.
- Discussão administrativa decorrente de Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, objetivando à cobrança de multa por suposta informação incorreta nas obrigações acessórias (EFD ICMS/IPI e EFD Contribuições) do período de 2016, envolvendo o montante de R\$25.434 em 30 de junho de 2022 (R\$24.294 em 31 de dezembro de 2021).

Lajeado

- Discussões nas esferas administrativa e judicial decorrente da autuação da RFB em 2014, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL em decorrência da glosa de despesas com ágio gerado na aquisição de participação societária. O valor atualizado até 30 de junho de 2022 é de R\$149.365 (R\$145.323 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente, aguarda-se o julgamento da cobrança da multa majorada na esfera administrativa e na esfera judicial dos demais valores em cobrança (principal atualizado com acréscimo dos encargos da Procuradoria).
- Discussão na esfera administrativa relativa à não homologação pela Receita Federal, dos créditos de saldo negativo de IRPJ do ano-calendário de 2014, envolvendo o montante em 30 de junho de 2022 de R\$8.193 (R\$7.894 em 31 de dezembro de 2021). A Lajeado apresentou defesa e aguarda o julgamento.

Enerpeixe

- Discussões administrativas relativas às compensações de PIS e COFINS não homologadas pela RFB, nos períodos de 2012 a 2015, por suposta falta de crédito em razão das DCTFs retificadoras não terem sido analisadas pela RFB, totalizando em 30 de junho de 2022 o valor de R\$159.899 (R\$151.173 em 31 de dezembro de 2021). O acréscimo no valor é devido ao ingresso de novos casos. A Enerpeixe apresentou as defesas e aguarda julgamento.
- Discussão na esfera administrativa de autuação da RFB, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL apurados nos períodos de 2014 a 2016 por suposta falta de recolhimento. O valor atualizado até 30 de junho de 2022 é de R\$63.440 (R\$60.886 em 31 de dezembro de 2021). A Enerpeixe apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento.
- Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Estadual do Tocantins, objetivando a cobrança de multa por supostas divergências de informações constantes nos registros do período de 2014. O valor atualizado até 30 de junho de 2022 é de R\$5.225 (R\$5.003 em 31 de dezembro de 2021). A Enerpeixe apresentou defesa e aguarda julgamento.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Porto do Pecém

Discussão judicial decorrente de Execução Fiscal nº 000.153777.2015.405.8100, que envolve o montante atualizado em 30 de junho de 2022 de R\$96.346 (R\$93.708 em 31 de dezembro de 2021), ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança de débitos de IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de exclusões de determinadas receitas financeiras e variações cambiais ativas auferidas nos meses de janeiro, fevereiro e dezembro de 2009. Aguardando o julgamento dos recursos nos Tribunais Superiores.

29.1.2.4 Regulatórias

EDP Espírito Santo

Refere-se à penalidade por ultrapassagem dos Montantes de Uso do Sistema de Transmissão – MUST nos anos de 2011 e 2013. A contratação do MUST foi realizada conforme recomendação do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contudo, em razão de restrições sistêmicas, pela ausência de rede básica para escoar a geração no SIN, em 2011 o escoamento elevou a utilização do ponto de conexão de Mascarenhas e, em 2013, ocorreu a inversão de fluxo no ponto de Mascarenhas resultando em ultrapassagem no ponto de conexão de Campos. Atualmente, o processo encontra-se judicializado com liminar suspendendo as cobranças até a avaliação do mérito.

29.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações, o saldo de depósitos judiciais em 30 de junho de 2022 na Controladora é de R\$33 (R\$1.215 em 31 de dezembro de 2021) e nas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Enerpeixe, Porto do Pecém, Lajeado, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG, EDP Transmissão Litoral Sul, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções, Investco e EDP Goiás é de R\$67.508 (R\$60.032 em 31 de dezembro de 2021).

29.2 Licenças Ambientais

O montante em 30 de junho de 2022 no Circulante e Não circulante de R\$83.738 (R\$77.188 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação das UHEs, PCHs, UTE e LT, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes.

Os custos relativos às Licenças ambientais estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA. As controladas efetuaram alteração de sua taxa de atualização de IGP-M para IPCA, devido ao indexador refletir atualmente a melhor estimativa de inflação do mercado. As controladas realizaram o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto as taxas compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação dos empreendimentos, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens (usinas hidrelétricas) ou das máquinas e equipamentos (usinas térmicas), conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil desses imobilizados. Já as licenças de operação, obtidas para a entrada em operação comercial das usinas, são reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência das licenças.

As controladas de geração, distribuição e transmissão de energia estão sujeitas a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra as mesmas por eventual inobservância da legislação.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares, além de permitirem ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

A Companhia mantém compromisso e processos de melhoria contínua no que diz respeito às questões ambientais, buscando excelência e embasamento sólido para o planejamento de suas ações, estando alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. A EDP mantém, ainda, metas nos horizontes 2022 e 2025 com relação direta com 9 dos 17 ODS, incluindo objetivos diretamente ligados a temática ambiental, como o ODS 13 que trata de alterações climáticas e o ODS 15, sobre proteção da vida terrestre. Para fazer a gestão do tema, contamos com uma Política de Sistemas de Gestão e Sustentabilidade e Sistemas de Gestão Ambiental (SGA), em linha com a Norma ISO 14.001, com atividades conduzidas pelas áreas locais de Meio Ambiente das unidades de negócio.

A Companhia e suas controladas desenvolvem projetos que consolidam também seu engajamento nos esforços de restauração e preservação da biodiversidade, sendo eles:

(i) Água e fluentes: Com foco na preservação e uso eficiente de recursos hídricos, a Companhia e suas controladas contam com sistema de captação de água pluvial nos telhados no prédio administrativo da controlada Porto do Pecém, nos Centros de Serviços da Distribuição (CSD), Poá (SP), Carapina (ES), São Mateus (ES), Linhares (ES), Cachoeiro (ES) e na sede da EDP São Paulo em São José dos Campos. Além disso, a UTE Pecém possui, ainda, o reaproveitamento de parte dos efluentes no processo de produção de energia.

(ii) Resíduos: Além de buscar a diminuição do consumo de materiais, a Companhia e suas controladas segregam, armazenam, tratam e descartam seus resíduos de forma ambientalmente adequada, respeitando os requisitos legais aplicáveis. Na controlada Porto do Pecém, são reaproveitadas as cinzas produzidas na geração de energia, enviadas para processamento na indústria cimenteira, diminuindo o montante de resíduos não perigosos enviados para aterro. As distribuidoras utilizam óleo vegetal nos transformadores de distribuição que são adquiridos e reformados, e possuem contrato de recuperação de transformadores que ajudam na redução do consumo de recursos naturais para a fabricação de novos equipamentos, incentivando a economia circular.

(iii) Biodiversidade: A Companhia e suas controladas estabelecem, em sua política ambiental, os compromissos relativos à biodiversidade e serviços ecossistêmicos e à gestão dos impactos de suas atividades e ao longo de sua cadeia de valor. As principais iniciativas desenvolvidas continuamente envolvem o acompanhamento aéreo e fluvial das represas das usinas, monitoramento de fauna e flora das áreas de usina e das faixas de servidão (linhas e redes) em zona rural da distribuição e transmissão. Na Distribuição são realizadas análises durante o planejamento de projetos, a partir de geoprocessamento e visitas em campo, para que seja avaliada a presença de unidades de conservação, reservas legais, áreas de preservação permanente e vegetação nativa nos processos de implantação de linhas. As análises têm como objetivo encontrar alternativas com o menor impacto possível ou soluções para mitigá-los.

(iv) Atualmente a Companhia mantém o Plano Estratégico Climático 2021-2025 (PEC 21-25). Esse plano visa dar maior clareza sobre as ações de mitigação que serão feitas para cumprir as metas climáticas do Grupo, um aprofundamento nos cenários climáticos e estratégicos para gestão dos riscos e oportunidades climáticas e planos de ação para melhoria da performance em índices de sustentabilidade relacionados com o tema. A Companhia possui metas de redução das emissões aprovadas pela ciência (SBTi targets).

Os desembolsos relacionados ao licenciamento ambiental ocorridos no período foram de R\$144.798 (R\$86.159 em 2021). Deste montante, já haviam sido provisionados e capitalizados nas rubricas de Imobilizado, Intangível e Ativos da concessão o valor de R\$140.853 (R\$76.124 em 2021), relativos a proteção de biodiversidade e da paisagem e gestão e proteção do meio ambiente. Em contrapartida do resultado do período, na rubrica de Serviços de terceiros, foram registrados R\$3.965 (R\$10.035 em 2021), relativos a Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações e gestão de resíduos.

29.3 Desmantelamento

O montante em 30 de junho de 2022 de R\$11.077 (R\$10.671 em 31 de dezembro de 2021), refere-se à controlada Porto do Pecém. O Desmantelamento foi constituído para fazer face à responsabilidade relativa às despesas com a reposição dos locais ocupados pela usina em seu estado original. Esta provisão foi calculada com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e é registrada em contrapartida do Imobilizado (Nota 23). Anualmente, a provisão está sujeita a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras.

O cálculo do valor da provisão foi efetuado a partir dos custos obtidos com entidades externas idôneas, projetado até o fim da autorização de funcionamento da usina, com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa responsabilidade à taxa de desconto de 9,0% a.a. que representava a taxa de financiamento no momento do reconhecimento.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



30 Patrimônio Líquido

30.1 Capital social

O Capital social da Companhia em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$5.502.716, totalmente subscrito e integralizado, representado por 581.165.268 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com as principais características, a saber:

- O Capital social está representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia;
- As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio;
- Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia;
- A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 novas ações ordinárias independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização;
- A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado; e
- A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A composição do capital social está demonstrada a seguir:

Acionista	30/06/2022		31/12/2021		Acionista controlador
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação	
EDP International Investments and Services, S.L. (1)	183.141.323	31,51	180.209.523	31,01	Sim
EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda (1)	142.584.671	24,53	142.584.671	24,53	Sim
Conselheiros e Diretores	261.954	0,05	165.005	0,03	
Ações em tesouraria (2)	13.606.506	2,34	4.435.100	0,76	
Ações em circulação	241.570.814	41,57	253.770.969	43,67	
Total	581.165.268	100,00	581.165.268	100,00	

(1) Empresa de controle estrangeiro.

(2) As ações em tesouraria não têm direitos patrimoniais.

30.2 Reservas

	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Reservas de capital			
Resultado na alienação de ações em tesouraria	30.2.1	58.968	60.490
Opções de ações outorgadas	30.2.2	3.799	5.681
Ágio na incorporação de sociedade controladora		35.351	35.351
Outras Reservas de Capital		30.516	31.312
		<u>128.634</u>	<u>132.834</u>
Reservas de lucros			
Legal		673.859	673.859
Retenção de lucros	14	4.909.889	4.116.043
Dividendo adicional proposto	14		1.470.663
		<u>5.583.748</u>	<u>6.260.565</u>

30.2.1 Resultado na alienação de ações em tesouraria

A variação no exercício de R\$1.523 é decorrente do feito da apuração de perdas e ganhos na outorga das ações.

30.2.2 Opções de ações outorgadas

A Companhia oferece a seus administradores e a alguns colaboradores indicados pelo Conselho de Administração plano de opção de compra de ações da Companhia. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas, ajustadas a valor presente, e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido. No final de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções e ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

A variação no exercício no montante de R\$1.882 é decorrente das provisões de ações outorgadas referente aos planos II, III, IV, V e VI, bem como a transferência da outorga aos colaboradores contemplados no plano ILP II e IV.

Planos	Data da aquisição	Qtde. de ações adquiridas pelos colaboradores	Preço unitário (R\$)	Valor total das ações adquiridas	Qtde. de ações a serem outorgadas	
					Plano de incentivo	Plano de retenção
Plano de remuneração II	junho/2017	44.113	13,37	590	2.845	11.930
Plano de remuneração III	agosto/2017	27.747	14,26	396		
Plano de remuneração IV	junho/2018	83.240	13,75	1.144	79.746	156.501
Plano de remuneração V	junho/2019	57.892	18,68	1.081	5.541	19.817
Plano de remuneração VI	junho/2020	71.256	16,71	1.191	94.507	87.144
Plano de remuneração VII	julho/2020	12.000	16,71	201	24.000	73.607
Plano de remuneração VIII	agosto/2021	71.645	18,69	1.339	122.181	172.887
Total		<u>367.893</u>			<u>328.820</u>	<u>521.886</u>

Planos	Plano de incentivo			Plano de retenção		
	Quantidade de ações em 31/12/2021	Outorga/Baixa	Exercidas	Quantidade de ações em 31/12/2021	Outorga/Baixa	Exercidas
Plano de remuneração II	71.704	(7.758)	(61.101)	58.646		(46.716)
Plano de remuneração III	83.404	(3.658)		79.746	(10.909)	
Plano de remuneração IV	64.859	(7.937)	(51.381)	135.900	(13.256)	(102.827)
Plano de remuneração V	130.622	(10.224)	(1.891)	118.507	(9.425)	
Plano de remuneração VI	130.167	(7.986)		172.887		
Total	<u>480.756</u>	<u>(37.563)</u>	<u>(114.373)</u>	<u>328.820</u>	<u>(33.590)</u>	<u>(149.543)</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



30.3 Outros resultados abrangentes

A movimentação de Outros resultados abrangentes no período é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2021	Equivalência patrimonial	Saldo em 30/06/2022
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias			
Ganhos e (Perdas) com subsidiárias e coligadas	(654.184)	63.245	(590.939)
	(654.184)	63.245	(590.939)

30.4 Ações em tesouraria

A recompra de ações próprias são classificadas na rubrica de Ações em tesouraria e reconhecidas ao custo de aquisição como dedução no patrimônio líquido. Quando essas ações forem alienadas, seu ganho ou perda na operação serão transferidos para Reservas de Capital.

Em 28 de agosto de 2020 a Companhia divulgou Fato Relevante informando que, nesta data, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações ordinárias de sua emissão. O objetivo da recompra foi adquirir ações de própria emissão da Companhia para manutenção em tesouraria, com o objetivo de aplicar recursos disponíveis para maximizar a geração de valor para os acionistas, uma vez que, na visão da administração da Companhia, o valor atual de suas ações não reflete o real valor dos seus ativos combinado com a perspectiva de rentabilidade e geração de resultados futuros.

Em RCA realizada em 25 de outubro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento de ações atualmente mantidas em tesouraria e o lançamento de novo programa de recompra de ações ordinárias de sua emissão.

A Companhia cancelou o total de 25.685.126 ações ordinárias de sua emissão mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social. Em decorrência do Cancelamento de Ações, o capital social da Companhia, de R\$ 5.502.715.947,12, passou a ser dividido em 581.165.268 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mantendo-se em tesouraria a quantidade de 200.000 ações ordinárias.

De modo maximizar a geração de valor para os acionistas da Companhia, e capturar o potencial de valorização das ações da Companhia, o Conselho de Administração aprovou a realização de um novo Programa de Recompra. Serão adquiridas no âmbito do Programa de Recompra até 23.558.500 ações ordinárias de emissão da Companhia, tendo em vista o limite de manutenção de ações em tesouraria disposto no artigo 8º da ICVM 567/15, qual seja, de 10% das ações de cada espécie ou classe de ações em circulação no mercado.

O Programa de Recompra tem o objetivo de adquirir ações de própria emissão da Companhia para manutenção em tesouraria, com o objetivo de aplicar recursos disponíveis para maximizar a geração de valor para os acionistas, uma vez que, na visão da administração da Companhia, o valor atual de suas ações não reflete o real valor dos seus ativos combinado com a perspectiva de rentabilidade e geração de resultados futuros.

A Administração entende que esta deliberação faz parte do processo contínuo da Companhia em maximizar valor aos seus acionistas e que sua situação financeira atual é compatível com a possível execução do Programa de Recompra nas condições aprovadas, não sendo vislumbrado nenhum impacto ao cumprimento das obrigações assumidas aos credores e demais compromissos. Ainda em 25 de outubro de 2021 a Companhia divulgou ao mercado as características do Programa de Recompra de Ações:

Prazo da realização das operações	Máximo de ações que poderão ser recompradas	Quantidade recomprada de ações	Preço médio de aquisição	Recursos disponíveis	Instituições financeiras intermediárias
18 meses após a realização da RCA	23.558.500	13.606.506	20,66	Reservas de Lucros ou capital da Companhia, com exceção das reservas descritas no parágrafo primeiro do artigo 7º da Instrução CVM nº 567/15.	BTG Pactual CTVM S.A.; Itaú; Santander CCVM S.A.; Safra Corretora de Valores e Câmbio Ltda.; e XP Investimentos CCTVM S/A

30.5 Participações de não controladores

O saldo em 30 de junho de 2022 de R\$1.195.417 (R\$1.142.615 em 31 de dezembro de 2021) refere-se à participação que outros acionistas detêm sobre as controladas (Nota 18.4).

A participação total dos não controladores no balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 é composta por: (i) R\$514.569 correspondente à Lajeado; (ii) R\$385.928 correspondente à Investco; (iii) R\$261.405 correspondente à Enerpeixe; (iv) R\$33.385 correspondente à EDP Transmissão Aliança; e (v) R\$130 correspondente à EDP Goiás.

As informações sintéticas de fluxo de caixa das controladas que possuem participação dos não controladores, estão apresentadas a seguir:

	Investco	Enerpeixe	Lajeado	EDP Transmissão Aliança	EDP Goiás	Total
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	74.733	94.780	87.160	54.110	67.896	378.679
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(189)	(983)	(5)	(11.855)	(25.027)	(38.059)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(125)	(88.232)	(59.956)	(23.404)	(46.458)	(218.175)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	74.419	5.565	27.199	18.851	(3.589)	122.445

31 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados para os clientes, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados para o cliente ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia e suas controladas, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia e suas controladas reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

As receitas da Companhia e suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

Distribuição

• **Fornecimento - Faturado:** São reconhecidos por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela distribuidora. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas com base na tarifa vigente homologada pelo órgão regulador.

• **Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado:** São reconhecidas pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos), sendo o valor justo da contraprestação calculado conforme tarifa de uso do sistema, a qual é definida pelo órgão regulador.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



- **Não faturado:** Refere-se a energia fornecida e/ou ao uso do sistema de distribuição que ainda não foram faturados correspondentes ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento das demonstrações financeiras. É estimada e reconhecida como receita não faturada considerando-se como base a carga real de energia distribuída no mês, o índice de perda anualizado e a tarifa vigente.
- **Resultados de ativos financeiros setoriais:** É reconhecido mensalmente pela diferença entre os custos pertencentes à Parcela "A" efetivamente incorridos no resultado, daqueles reconhecidos na receita de operações com energia elétrica previstos na tarifa vigente pela ANEEL.
- **Suprimento - Faturado:** Refere-se a energia elétrica fornecida para outra concessionária, segundo condições contratuais. O montante da contraprestação é determinado pela quantidade de energia entregue multiplicada pela tarifa vigente estabelecida pelo órgão regulador.
- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.
- **Receita de construção:** O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições aos Ativos da concessão, não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida à Custo com construção da infraestrutura em igual montante (Nota 32).
- **Subvenções vinculadas ao serviço concedido:** É reconhecida quando da efetiva aplicação de descontos nas tarifas de unidades consumidoras beneficiadas por subsídios governamentais (Nota 16.1) pela diferença entre a tarifa de referência da respectiva classe de consumo daquela efetivamente aplicada a consumidores beneficiários desses subsídios.
- **Arrendamentos e aluguéis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e são reconhecidas em bases mensais conforme os contratos de arrendamento.

Geração

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A controlada poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.
- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

Transmissão

• Receita de construção da Infraestrutura de construção

A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

As margens da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 30 de junho de 2022 está entre -23,72% e 44,71% sobre o custo real incorrido de construção no resultado.

A referida margem é estimada pelas transmissoras levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término da Linha de Transmissão são reconhecidas no resultado do período da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.

Conforme o modelo praticado pelas transmissoras, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

• Receita de Operação e Manutenção (O&M)

A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data que a Companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.

As margens da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 30 de junho de 2022 equivalem a 5,00% a 218,00%.

Conforme o modelo de negócios praticado pelas transmissoras, que trabalham com faixa de *mark up* para precificação que deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.

• Remuneração dos Ativos da concessão

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da Concessão.

O Ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento.

As taxas de remuneração dos Ativos da Concessão das transmissoras representam de 5,00% a 13,65% a.a. para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento das transmissoras, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do período em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

Comercialização

A receita é reconhecida com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE. Os contratos de compromisso futuro, são classificados como Instrumentos Financeiros, reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado conforme orientação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros (Nota 15).

Clientes

• Vendas à vista e vendas financiadas

A receita é reconhecida quando da conclusão do projeto, em caso de venda à vista e financiadas. Para o caso de venda a prazo, o ajuste a valor presente é diferido no prazo do contrato.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



• Vendas reconhecidas por transferência de controle faseada

As vendas reconhecidas por transferência de controle faseada tem seu reconhecimento da receita diretamente associado à medição da prestação de serviços e de outros custos diretamente alocados, por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47. Determinados contratos possuem componente de financiamento significativo, os quais são reconhecidos proporcionalmente ao longo do contrato utilizando a taxa de financiamento que seria refletida em uma transação separada entre as partes.

• Arrendamentos financeiros e operacionais

Para os arrendamentos financeiros, as receitas referentes ao componente de financiamento dos contratos são reconhecidas na demonstração do resultado do período no decorrer do período contratual, sendo seu reconhecimento inicial no início do arrendamento. Já para os arrendamentos operacionais, as contraprestações do contrato são reconhecidas como receitas na demonstração do resultado linearmente e em consonância com a depreciação dos respectivos ativos arrendados, durante o período do arrendamento.

	Nota	Movimento do Período					
		Controladora		Consolidado			
		R\$	R\$	MWh	MWh	R\$	R\$
		01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021
Fornecimento	7.2 e 31.1						
Residencial				1.693.604	1.695.355	712.135	595.762
Industrial				304.647	342.836	153.450	127.422
Comercial				745.371	699.458	339.457	245.794
Rural				264.713	267.528	79.166	68.592
Poder público				140.804	113.739	71.372	45.945
Iluminação pública				159.257	166.644	45.112	36.085
Serviço público				106.620	103.091	50.086	40.818
Consumo próprio				2.994	3.255		
		-	-	3.418.011	3.391.906	1.450.778	1.160.418
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado							
Consumidores cativos							
Residencial						730.781	657.400
Industrial						106.212	101.366
Comercial						326.976	259.811
Rural						89.098	73.078
Poder público						56.413	37.852
Iluminação pública						46.306	38.690
Serviço público						32.511	27.543
Consumidores livres				3.220.571	3.070.721	525.081	550.839
		-	-	3.220.571	3.070.721	1.913.378	1.746.579
Não faturado	31.2						
Fornecimento						(100.524)	(11.126)
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado						(111.731)	(27.674)
		-	-	-	-	(212.255)	(38.800)
Resultados de ativos financeiros setoriais	8						
CVA						(553.441)	194.892
Itens financeiros - RTE	31.3					381.660	(17.320)
Itens financeiros - Outros						166.616	33.170
PIS/COFINS						39.975	148.580
		-	-	-	-	34.810	359.322
Suprimento - Faturado	31.4			2.805.735	3.086.169	472.933	580.620
Energia de curto prazo	31.5			405.140	386.245	31.808	165.538
Comercialização	31.6					854.583	492.582
Receita de construção						478.131	595.177
Atualização dos Ativos da concessão						179.672	136.700
Atualização do ativo financeiro indenizável	20					128.220	48.463
Receita de Operação e Manutenção (O&M)						45.403	8.520
Serviços cobráveis						4.780	4.461
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	31.8					189.554	145.982
Ressarcimento por indisponibilidade						(7.024)	(5.278)
Arrendamentos e aluguéis						53.232	32.631
Compromissos futuros	15					46.537	1.570
Outras receitas operacionais		819	683			135.329	39.052
Receita operacional bruta		819	683	9.849.456	9.935.041	5.799.869	5.473.537
(-) Deduções à receita operacional							
Tributos sobre a receita							
ICMS						(774.680)	(696.073)
PIS/COFINS		(13)				(398.426)	(520.239)
ISS		(7)				(652)	(610)
		(20)	-	-	-	(1.173.758)	(1.216.922)
Encargos do consumidor							
P&D						(25.358)	(23.979)
CDE						(485.817)	(247.586)
RGR						(936)	(1.087)
PROINFA - Consumidores Livres						(34.437)	(18.470)
Bandeiras tarifárias (CCRBT)	31.9						
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH						(7.408)	(6.769)
Outros encargos						(7.016)	(4.296)
		-	-	-	-	(560.972)	(302.187)
		(20)	-	-	-	(1.734.730)	(1.519.109)
Receita		799	683	9.849.456	9.935.041	4.065.139	3.954.428

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	Acumulado do Período							
		Controladora		Consolidado					
		R\$		Nº de consumidores		MWh		R\$	
		01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
Fornecimento	7.2 e 31.1								
Residencial				3.194.260	3.105.639	3.498.109	3.444.337	1.652.361	1.230.136
Industrial				17.572	22.598	618.592	699.763	304.201	224.581
Comercial				275.938	267.740	1.559.594	1.465.409	726.840	493.110
Rural				196.002	201.098	491.906	516.638	152.228	124.225
Poder público				21.718	21.470	289.423	244.152	147.052	84.978
Iluminação pública				4.247	4.717	320.742	330.413	99.443	58.850
Serviço público				3.287	3.234	219.607	220.655	106.520	70.448
Consumo próprio				390	406	6.573	6.817		
		-	-	3.713.414	3.626.902	7.004.546	6.928.184	3.188.645	2.286.328
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado									
Consumidores cativos									
Residencial								1.572.403	1.320.977
Industrial								217.801	176.519
Comercial								696.127	516.187
Rural								178.303	140.183
Poder público								113.607	70.288
Iluminação pública								97.735	62.508
Serviço público								69.927	47.926
Consumidores livres				1.758	1.542	6.343.909	6.126.624	1.085.688	1.091.772
		-	-	1.758	1.542	6.343.909	6.126.624	4.031.591	3.426.360
Não faturado	31.2								
Fornecimento								(63.777)	83.244
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição								(75.395)	31.973
		-	-	-	-	-	-	(139.172)	115.217
Resultados de ativos financeiros setoriais	8								
CVA								(674.643)	264.351
Itens financeiros - RTE	31.3							(82.219)	(32.123)
Itens financeiros - Outros								297.621	35.851
PIS/COFINS								148.773	188.196
		-	-	-	-	-	-	(310.468)	456.275
Suprimento - Faturado	31.4					6.277.118	6.085.883	1.047.536	1.176.136
Energia de curto prazo	31.5					715.554	630.145	70.449	311.404
Comercialização	31.6							1.687.755	1.097.333
Receita de construção	21							903.023	1.163.801
Remuneração dos Ativos da concessão	21							340.439	255.327
Atualização do ativo financeiro indenizável	20							247.602	121.476
Receita de Operação e Manutenção (O&M)	31.7							73.699	(7.848)
Serviços cobráveis								9.588	12.237
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	31.8							350.418	275.108
Arrendamentos e aluguéis								100.949	72.538
Compromissos futuros	15							71.556	52.925
Outras receitas operacionais	4.10 e 12	2.530	1.427					165.285	64.837
Receita operacional bruta		2.530	1.427	3.715.172	3.628.444	20.341.127	19.770.836	11.838.895	10.879.454
(-) Deduções à receita operacional									
Tributos sobre a receita									
ICMS								(1.684.597)	(1.380.704)
PIS/COFINS		(110)	(6)					(842.456)	(885.940)
ISS		(58)	(3)					(1.320)	(1.198)
		(168)	(9)	-	-	-	-	(2.528.373)	(2.267.842)
Encargos do consumidor									
P&D								(56.429)	(48.031)
CDE								(974.311)	(552.829)
RGR								(1.873)	(2.174)
PROINFA - Consumidores Livres								(68.874)	(36.938)
Bandeiras tarifárias (CCRBT)	31.9								
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH								(19.237)	(15.834)
Outros encargos								(13.548)	(8.585)
		-	-	-	-	-	-	(1.134.272)	(664.391)
		(168)	(9)	-	-	-	-	(3.662.645)	(2.932.233)
Receita		2.362	1.418	3.715.172	3.628.444	20.341.127	19.770.836	8.176.250	7.947.221

31.1 Fornecimento - Faturado

A variação em fornecimento faturado, quando comparados os dois períodos, deve-se principalmente ao: (i) aumento do consumo quando comparados os dois períodos; e (ii) aumento da receita da Parcela B devido ao reajuste tarifário.

31.2 Fornecimento não faturado

A variação refere-se principalmente pela aplicação da bandeira tarifária verde em maio e junho de 2022 (Nota 7.3), visto que o volume de energia não faturada aumentou em quando comparado ao mesmo período em 2021.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



31.3 Itens financeiros - RTE

A variação refere-se às bandeiras tarifárias que, em 2022 foram aplicadas a de crise hídrica e verde, enquanto que no período de 2021 foram substancialmente amarela e vermelha (Notas 4.4 e 31.9)

31.4 Suprimento - Faturado

A variação de suprimento faturado deve-se substancialmente à (i) redução de R\$252.648 da controlada Porto do Pecém, que devido a melhora do cenário hídrico no país não está sendo despachada pela ONS desde dezembro de 2021; (ii) aumento do saldo de suprimento das controladas EDP São Paulo de R\$138.142 e da EDP Espírito Santo de R\$121.353, devido ao aumento da carga de energia elétrica comercializada no MVE, em linha com a estratégia das controladas em reduzir os níveis de sobrecontratação. Adicionalmente, no período de 2022 o preço comercializado pela EDP São Paulo foi de R\$196,05/MWh enquanto que no período anterior foi de R\$ 286,09/MWh, e para a EDP Espírito Santo o preço foi de R\$ 281,30/MWh enquanto que no período anterior foi de R\$ 196,06/MWh, além do impacto da pandemia do COVID-19 na receita de suprimento do período anterior.

31.5 Energia de curto prazo

A redução de R\$240.955 observada na rubrica de energia de curto prazo é decorrente substancialmente:

(i) redução de R\$62.819 na controlada EDP São Paulo, e redução de R\$20.149 da controlada EDP Espírito Santo, cujas variações ocorreram devido as transações de energia e de encargos comercializados no âmbito da CCEE, por sazonalização operacionalizada nas controladas, os quais foram impactados pela redução da carga contratada do MCS.

(ii) redução de R\$131.012 na controlada Porto do Pecém, com a melhora do cenário energético (Nota 4.4) no período de 2022 a controlada não realizou operações no mercado de curto prazo, ao contrário do que ocorreu no período anterior, quando foram realizadas operações de recomposição de lastro para suprimento do mercado interno.

(iii) redução de R\$33.765 na controlada EDP Trading, devido diminuição do PLD médio em vista da melhora no cenário hidrológico do país (Nota 4.4).

31.6 Comercialização

O aumento ocorrido nas controladas EDP Trading e EDP Smart Energia, é reflexo da melhora do cenário hidrológico no período de 2022 quando comparado ao mesmo período do ano anterior, ocorrido pela retomada e avanço operacional no país, considerando também a diminuição da volatilidade dos preços do mercado. Adicionalmente, em relação à EDP Smart Energia, houve reflexo da entrada de novos contratos.

31.7 Transmissoras - Receita de Operação e Manutenção (O&M)

O aumento de R\$81.547 observado na rubrica de Receita de Operação e Manutenção O&M refere-se às transmissoras EDP Transmissão Litoral Sul, no montante de R\$7.355; à EDP Transmissão Aliança, no montante de R\$15.742; e à EDP Transmissão SP-MG no montante de R\$11.618, que no período de 2022 estão em operação, ao contrário do período anterior em que os lotes de transmissão estavam em construção. Adicionalmente, com a aquisição da EDP Goiás (Notas 4.7 e 18.3) houve um reconhecimento de receitas de O&M no montante total de R\$36.884 no período analisado.

31.8 Subvenções vinculadas ao serviço concedido

O aumento da subvenção é observado principalmente devido reconhecimento de repasses financeiros feitos às controladas de distribuição decorrentes do aumento do consumo no período e da tarifa decorrente do último reajuste tarifário.

31.9 Bandeiras tarifárias e Subvenções vinculadas ao serviço concedido

O Sistema de Bandeiras Tarifárias é o mecanismo que tem como objetivo sinalizar aos consumidores os custos da geração de energia elétrica de cada mês, sendo dividido em 4 bandeiras: verde, amarela, vermelha patamar 1 e vermelha patamar 2. Em razão do cenário de escassez hídrica (Nota 4.4) foi criada a bandeira tarifária de escassez hídrica, regulamentada pela Resolução nº 3/2021 da CREG.

A definição das faixas de acionamento observa limiares de risco hidrológico definidos segundo o histórico operativo do Sistema Interligado Nacional - SIN. A métrica de acionamento considera a definição de custo do risco hidrológico, onde há relação indireta entre a profundidade do déficit de geração hidráulica (GSF) e o preço da energia elétrica de curto prazo (PLD). A composição dessas duas variáveis, em sistemática de gatilho, faz com que a arrecadação prevista com as bandeiras tarifárias se aproxime mais dos custos incorridos. Este acionamento das Bandeiras Tarifárias é definido mensalmente pela ANEEL, por meio de Despacho da Superintendência de Gestão Tarifária - SGT.

O saldo relativo às bandeiras tarifárias refere-se aos valores a repassar à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, gerida pela CCEE, provenientes da diferença entre os valores faturados líquidos de ICMS e os valores estimados não faturados, a título de bandeiras tarifárias, deduzidos de parte dos sobrecustos de energia e encargos. Esses recursos são alocados para a cobertura de custos não previstos nas tarifas das diversas distribuidoras do país. O valor homologado mensalmente pela ANEEL a repassar ou a ressarcir é a diferença entre o montante cobrado dos clientes e os sobrecustos referentes a: (i) Segurança Energética do Encargo de Serviço do Sistema - ESS; (ii) despacho térmico; (iii) risco hidrológico; (iv) cotas de Itaipu; (v) exposição ao mercado de curto prazo; e (vi) excedente da Conta de Energia de Reserva - CONER. Os eventuais custos não cobertos pela receita são considerados no processo tarifário subsequente.

As faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias vigentes para o período findo em 30 de junho de 2022 são:

(i) Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. Tarifa não sofre nenhum acréscimo;

(ii) Bandeira Amarela: R\$1,874 a cada 100 kWh;

(iii) Bandeira Vermelha no patamar 1: R\$3,971 a cada 100 kWh;

(iv) Bandeira Vermelha no patamar 2: R\$9,492 a cada 100 kWh; e

(v) Bandeira Escassez Hídrica: R\$14,20 a cada 100 kWh.

As bandeiras tarifárias aplicadas em 2022 e 2021 foram:

	2022						2021					
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho
Bandeira Tarifária	Escassez hídrica	Escassez hídrica	Escassez hídrica	Escassez hídrica	Verde	Verde	Amarela	Amarela	Amarela	Amarela	Vermelha I	Vermelha II
PLD gatilho (**)	69,85	55,70	55,70	55,70	55,70	55,70	213,42	136,72	127,36	92,88	203,88	251,84

(*) Exceto para os clientes inscritos na Tarifa Social de Energia - TSEE, que permanecem na Bandeira Vermelha - patamar 2.

(**) PLD gatilho: Valor em reais / MWh utilizado como base de PLD médio mensal para o acionamento do patamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE.

32 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e suas controladas classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço de energia elétrica vinculados a concessão e também os gastos vinculados à geração de energia, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, amortização do direito de concessão da infraestrutura, gastos relacionados ao atendimento comercial, operação e manutenção da concessão, e gastos com matéria prima para a produção de energia; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e de suas controladas representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com créditos de liquidação duvidosa e provisões judiciais, Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

Controladora						
Movimento do Período						
01/04/2022 a 30/06/2022				01/04/2021 a 30/06/2021		
Despesas Operacionais				Despesas Operacionais		
Nota	Gerais e administrativas	Outras	Total	Gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	32.4	16.289	16.289	13.926		13.926
Material		110	110	104		104
Serviços de terceiros	32.5	10.147	10.147	10.953		10.953
Depreciação - Imobilizado em serviço		1.011	1.011	897		897
Depreciação - Ativos de direito de uso		630	630	730		730
Amortização		2.907	2.907	3.624		3.624
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas		2.838	2.838		57	57
Arrendamentos e aluguéis		914	914	302		302
Ganho na aquisição de investimentos					(4.465)	(4.465)
Outras		5.108	9.705	2.065		2.065
Total		37.116	44.551	32.601	(4.408)	28.193

Controladora						
Períodos de 6 meses findos em 30 de junho						
01/01/2022 a 30/06/2022				01/01/2021 a 30/06/2021		
Despesas Operacionais				Despesas Operacionais		
Nota	Gerais e administrativas	Outras	Total	Gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	32.4	32.227	32.227	27.128		27.128
Material		159	159	663		663
Serviços de terceiros	32.5	16.082	16.082	18.089		18.089
Depreciação - Imobilizado em serviço		2.014	2.014	1.566		1.566
Depreciação - Ativos de direito de uso		1.253	1.253	1.217		1.217
Amortização		5.510	5.510	6.604		6.604
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas		2.838	2.838		327	327
Arrendamentos e aluguéis		(337)	(337)	871		871
Ganho na aquisição de investimentos					(4.465)	(4.465)
Outras		5.256	11.482	4.874		4.874
Total		62.164	71.228	61.012	(4.138)	56.874

Consolidado								
Movimento do Período								
01/04/2022 a 30/06/2022								
Custos					Despesas operacionais			
Nota	Com energia elétrica	Da produção	De operação	Prestado a terceiros	PECLD	Gerais e administrativas	Outras	Total
Encargos de uso da rede elétrica	32.2	303.821						303.821
Custo da matéria prima consumida	32.3		101.361					101.361
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	32.4			110.950	2.130	65.477		178.557
Material				20.285	10.854	1.596		32.735
Serviços de terceiros	32.5			88.032	2.580	57.640		148.252
Depreciação - Imobilizado em serviço				72.010		8.152		80.162
Depreciação - Ativos de direito de uso				440		2.818		3.258
Amortização				84.628		49.006		133.634
PECLD / perdas líquidas					42.348			42.348
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas							12.321	12.321
Arrendamentos e aluguéis			1.820	187		(1.236)		771
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							18.225	18.225
Custo com construção da infraestrutura	21			482.111				482.111
Outras		1.242	6.627	535		12.475	6.213	27.092
Total		1.897.333	101.361	384.792	498.397	42.348	36.759	3.156.918

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Consolidado								
Movimento do Período								
01/04/2021 a 30/06/2021								
Nota	Custos				Despesas operacionais			Total
	Com energia elétrica	Da produção	De operação	Prestado a terceiros	PECLD	Gerais e administrativas	Outras	
Energia elétrica comprada para revenda	32.1	1.806.074						1.806.074
Encargos de uso da rede elétrica	32.2	323.334						323.334
Custo da matéria prima consumida	32.3		116.975					116.975
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	32.4			94.630	1.844	42.393		138.867
Material				16.533	1.303	1.238		19.074
Serviços de terceiros	32.5			73.880	2.584	50.460		126.924
Depreciação - Imobilizado em serviço				69.844		14.669		84.513
Depreciação - Ativos de direito de uso						6.357		6.357
Amortização				68.732		16.251		84.983
PECLD / perdas líquidas					34.050			34.050
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas							6.044	6.044
Arrendamentos e aluguéis			102	6		716		824
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							17.150	17.150
Custo com construção da infraestrutura	21			538.775				538.775
Outras		1.364	17.533	11		7.804	402	27.114
Total		2.130.772	116.975	341.254	544.523	139.888	23.596	3.331.058

Consolidado								
Acumulado do período								
01/01/2022 a 30/06/2022								
Nota	Custos				Despesas operacionais			Total
	Com energia elétrica	Da produção	De operação	Prestado a terceiros	PECLD	Gerais e administrativas	Outras	
Energia elétrica comprada para revenda	32.1	3.311.889						3.311.889
Encargos de uso da rede elétrica	32.2	610.697						610.697
Custo da matéria prima consumida	32.3		107.914					107.914
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	32.4			212.939	3.574	112.730		329.243
Material				33.212	12.539	3.081		48.832
Serviços de terceiros	32.5			157.210	4.799	100.845		262.854
Depreciação - Imobilizado em serviço				142.992		15.103		158.095
Depreciação - Ativos de direito de uso				877		5.612		6.489
Amortização				152.118		70.103		222.221
PECLD / perdas líquidas					84.837			84.837
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas							23.608	23.608
Arrendamentos e aluguéis			2.971	244		(552)		2.663
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							45.123	45.123
Custo com construção da infraestrutura	21			901.799				901.799
Outras		2.542	16.278	1.079		27.359	7.714	54.972
Total		3.925.128	107.914	718.597	924.034	84.837	76.445	6.171.236

Consolidado								
Acumulado do período								
01/01/2021 a 30/06/2021								
Nota	Custos				Despesas operacionais			Total
	Com energia elétrica	Da produção	De operação	Prestado a terceiros	PECLD	Gerais e administrativas	Outras	
Energia elétrica comprada para revenda	32.1	3.469.467						3.469.467
Encargos de uso da rede elétrica	32.2	646.351						646.351
Custo da matéria prima consumida	32.3		258.537					258.537
Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão		(23.296)						(23.296)
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	32.4			182.324	3.108	84.026		269.458
Material				27.907	4.441	2.195		34.543
Serviços de terceiros	32.5			136.736	3.196	102.894		242.826
Depreciação - Imobilizado em serviço				139.927		27.960		167.887
Depreciação - Ativos de direito de uso						11.789		11.789
Amortização				132.950		31.884		164.834
PECLD / perdas líquidas					58.981			58.981
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas							20.544	20.544
Arrendamentos e aluguéis			(695)	5		1.199		509
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							27.034	27.034
Custo com construção da infraestrutura	21			1.039.546				1.039.546
Outras		3.146	26.745	44		24.566	346	54.847
Total		4.095.668	258.537	645.894	1.050.340	58.981	47.924	6.443.857

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



32.1 Energia elétrica comprada para revenda

		Consolidado			
		Movimento do Período		Acumulado do Período	
	Nota	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
Contratos de compra de energia por disponibilidade	32.1.1	372.875	556.829	564.330	775.561
Contratos de compra de energia por quantidade	32.1.2	175.923	208.091	378.468	415.012
PROINFA		39.150	30.913	83.615	61.827
Contratos de compra de energia por cotas	32.1.1	139.784	271.217	280.782	448.462
Energia de curto prazo	32.1.3	26.293	125.712	59.163	187.794
Energia de Itaipu Binacional	32.1.4	255.395	271.931	476.611	573.699
Encargo de Energia de Reserva - EER	32.1.5	39.062	39.672	86.340	40.898
Encargos de Serviço do Sistema - ESS		84.276	49.276	246.371	218.213
Contratos de comercialização de energia	32.1.6	690.354	466.494	1.469.882	1.124.280
Outros	32.1.7	(81.101)	(9.946)	(14.494)	(13.253)
(-) Ressarcimentos CCEE/CONER		(1.904)	(25.589)	(1.807)	(31.445)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(147.837)	(178.526)	(317.372)	(331.581)
		1.592.270	1.806.074	3.311.889	3.469.467

32.1.1 Contratos de compra de energia por disponibilidade e por cotas

A redução observada nos montantes de compra de energia por disponibilidade e por cotas refere-se substancialmente as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, devido as condições favoráveis de geração de energia hídrica ocasionada pela maior incidência de chuvas no período, consequentemente acarretando na redução expressiva da geração termoeletrica (Notas 4.4 e 4.10).

32.1.2 Contratos de compra de energia por quantidade

A variação de R\$36.544 observada na rubrica de contratos de compra de energia por quantidade refere-se a:

- (i) redução de R\$154.035 na controlada Porto do Pecém, que devido a melhora do cenário de crise hídrica não está sendo despachada pela ONS;
- (ii) redução de R\$6.813 na controlada Lajeado devido à compra de energia para constituição de lastro em 2021, com intuito estratégico de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE, o que não ocorreu de forma relevante em 2022;
- (iii) aumento de R\$16.058 na controlada Enerpeixe, referente a compra de energia como estratégia de mitigação dos efeitos do GSF na controlada, com volatilidade de efeitos entre os períodos dependendo da alocação de sazonalidade contratual de energia, PLD e efeitos reais de GSF; e
- (iv) aumento de R\$37.520 e R\$40.079 nas controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, respectivamente, devido ao aumento nos contratos de compra de energia por quantidade deve-se, substancialmente, a sazonalidade e os reajustes de preços os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e Contratos Bilaterais Regulados - CBR.

32.1.3 Energia de curto prazo

A redução de R\$128.631 observada na rubrica de energia de curto prazo decorre substancialmente:

- (i) redução de R\$17.593 da controlada EDP São Paulo ocorreu devido a exposição associada à contratação regulada, provocando exposições financeiras em relação à diferença entre os PLDs dos submercados envolvidos, sendo no período de 2022 PLD médio de R\$56,90/MWh (Submercado SE/CO), quando no mesmo período de 2021, para o mesmo submercado, alcançou a média de R\$201,00/MWh.
- (i) redução R\$24.645 da controlada Lajeado refere-se ao PLD menor em 2022, que alcançou média de R\$57,90/MWh (Submercado SE/CO), em comparação com R\$201,00/MWh em 2021, influenciado pela crise hídrica em 2021 quando apresentou o maior período seco registrado no país (Nota 4.4), trazendo baixa nos reservatórios, além de um maior desvio no GSF médio.
- (ii) redução de R\$35.111 da controlada EDP Trading ocasionada pela melhora no cenário energético (Nota 4.4), levando os preços de liquidação ao seu menor valor, tornando os custos para operação no mercado de curto prazo menores.

32.1.4 Energia de Itaipu Binacional

A redução decorre substancialmente das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, pois houve uma diminuição dos montantes correspondentes às cotas-partes a serem consideradas no rateio de energia elétrica referentes a Itaipu quando comparado ao mesmo período de 2021.

32.1.5 Encargo de Energia de Reserva - EER

O EER representa todos os custos decorrentes da contratação da energia de reserva, entendida como aquela destinada a aumentar a segurança no fornecimento de energia elétrica ao SIN, proveniente de usinas especialmente contratadas mediante leilões para este fim, incluindo os custos administrativos, financeiros e tributários, que são rateados entre os usuários finais de energia elétrica do SIN. No período de 2022, as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, levando em consideração o comportamento da estimativa do PLD e da geração das usinas vencedoras em Leilões de Energia de Reserva - LER, houve a necessidade do recolhimento do EER visando o contínuo equilíbrio financeiro do fundo, de modo a assegurar a cobertura das próximas obrigações vinculadas à Conta. A complementação da Conta de Energia de Reserva (CONER) ocorre por meio do pagamento das controladas de distribuição.

32.1.6 Contratos de comercialização de energia

A variação refere-se as controladas EDP Trading e EDP Smart Energia, que apresentaram aumento nos contratos de comercialização de energia em montantes negociados, em razão do avanço das operações das controladas (Nota 31.6).

32.1.7 Outros

O aumento do saldo observado na rubrica refere-se às controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo e decorrem, principalmente, da Cobrança dos valores da Redução Voluntária de Consumo, conforme DSP ANEEL nº 397/22 (Nota 16.1.1).

32.2 Encargos de uso da rede elétrica

O aumento deve-se principalmente à Tarifa do uso do sistema de transmissão - TUST, no qual é realizada uma revisão tarifária em todos os agentes de transmissão.

32.3 Custo da matéria prima consumida

A diminuição na rubrica refere-se substancialmente a controlada Porto do Pecém, ocasionada pela baixa de estoque decorrente da venda do estoque de 117 mil toneladas, correspondente ao montante de R\$152.157. Adicionalmente, houve a reversão de R\$70.798 da provisão de perda estimada na realização dos estoques da controlada (Notas 4.10 e 12.2).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



32.4 Pessoal e Administradores

	Controladora				Consolidado			
	Movimento do Período		Acumulado do Período		Movimento do Período		Acumulado do Período	
	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
Pessoal								
Remuneração	5.208	4.715	11.464	9.610	73.420	62.646	141.691	121.625
Encargos	1.885	1.958	3.947	3.755	27.517	24.083	51.741	45.379
Previdência privada - Corrente	127	251	191	517	3.099	3.483	5.058	6.912
Despesas rescisórias	417	379	691	413	10.158	3.427	14.783	7.840
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	1.252	610	2.496	1.658	13.812	7.056	25.884	17.535
Outros benefícios - Corrente	1.318	1.497	3.265	3.312	27.042	24.148	55.761	46.484
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	4		(19)		432	623	865	1.246
(-) Créditos de tributos recuperáveis					(326)			
Outros	316	10	520	19	10.421	1.400	11.965	2.248
	10.527	9.420	22.555	19.284	165.575	126.866	307.748	249.269
Administradores								
Honorários e encargos	4.118	3.600	7.044	6.290	10.880	9.969	18.234	16.951
Benefícios dos administradores	1.644	906	2.628	1.554	2.102	2.032	3.261	3.238
	5.762	4.506	9.672	7.844	12.982	12.001	21.495	20.189
	16.289	13.926	32.227	27.128	178.557	138.867	329.243	269.458

32.5 Serviços de terceiros

	Controladora				Consolidado			
	Movimento do Período		Acumulado do Período		Movimento do Período		Acumulado do Período	
	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
Serviços de consultoria	11.703	9.716	17.642	18.392	20.051	20.559	34.758	37.163
Serviços comerciais					34.678	32.881	66.791	64.220
Serviços de manutenção	175	1.858	291	1.961	38.090	34.160	67.119	59.739
Serviços de limpeza e vigilância	144	210	474	314	7.045	7.274	13.396	14.513
Serviços de informática	5.556	3.045	8.967	6.125	20.015	20.641	36.447	41.912
Serviços de publicação e publicidade	974	483	2.184	1.955	3.525	861	5.332	5.359
Serviços de transporte	1.131	101	1.683	163	4.018	2.270	6.531	4.195
Serviços Compartilhados	(13.010)	(5.699)	(20.430)	(13.968)	5	131		
(-) Crédito de PIS/COFINS					(5.448)	(5.072)	(9.803)	(9.007)
Outros	3.474	1.239	5.271	3.147	26.273	13.219	42.283	24.732
	10.147	10.953	16.082	18.089	148.252	126.924	262.854	242.826

33 Resultado financeiro

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Movimento do Período		Acumulado do Período		Movimento do Período		Acumulado do Período	
		01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
Receitas financeiras									
Juros e variações monetárias									
Renda de aplicações financeiras e cauções	5 e 13	10.575	3.072	26.280	6.638	72.316	16.556	140.407	30.547
Energia vendida						55.043	56.631	104.526	111.725
Energia comprada						(400)		522	
Depósitos judiciais		260	33	376	77	7.810	2.592	9.429	4.620
Contratos de mútuo	11	9.258	3.815	16.872	6.294		(4)		(1)
Ativos/ passivos financeiros setoriais	8					(2.602)	23.857		25.113
Juros e multa sobre tributos	9		122	606	122	21.959	(28.538)	47.900	(22.271)
Remuneração das ações preferenciais		662	1.285	1.798	1.833	90		90	
Arrendamentos e aluguéis	16.6						(2)		
Outros juros e variações monetárias			58		58	2.284	65	3.756	65
Operações de swap e hedge	26.2 e 27.2					24.090	(38.441)	30.539	
Variações em moeda estrangeira	36.1.2	(9.228)	3.244		3.244	70.492	24.786	81.536	24.786
Ajustes a valor presente	7.6					156	31	395	279
(-) Juros capitalizados	21					(169)	26.488	(256)	(4.774)
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(6.679)	(332)	(13.148)	(615)	(13.659)	(4.715)	(26.943)	(8.757)
Outras receitas financeiras		(85)	(330)	(85)	434	2.536	703	4.818	2.081
		4.763	10.967	32.699	18.085	239.946	80.009	396.719	163.413

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Nota	Controladora				Consolidado			
	Movimento do Período		Acumulado do Período		Movimento do Período		Acumulado do Período	
	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
Despesas financeiras								
Encargos de dívida								
Empréstimos e financiamentos	27.2	(1.499)	(784)	(4.079)	(1.282)	(37.031)	(58.386)	(121.145)
Debêntures	26.2	(8.373)	(12.985)	(16.857)	(33.125)	(427.246)	(132.438)	(706.001)
Variações em moeda estrangeira	36.1.2	(80)		(80)		(80)	29.545	(80)
Operações de swap e hedge	26.2 e 27.2					(94.711)	(24.458)	(123.805)
Ajustes a valor presente						(1.310)	(1.480)	(2.039)
(-) Juros capitalizados	21					4.171	57.326	7.752
Energia comprada						400	(209)	400
Juros e multa sobre tributos	9	(218)	(72)	(410)	(122)	(12.541)	(2.103)	(24.090)
Ativos/ passivos financeiros setoriais	8					3.953	4.612	(5.501)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	29.1.1	(2.902)	(748)	(2.639)	(1.333)	(35.964)	(18.152)	(61.135)
Uso do bem público						(22.207)	(37.031)	(54.781)
Generation Scaling Factor - GSF							358	(52.050)
Benefícios pós-emprego	28.1.1 e 28.2.1					(18.289)	(16.425)	(38.473)
Arrendamentos e aluguéis	16.6	(560)	(293)	(979)	(304)	(3.217)	(3.393)	(6.253)
Energia Livre						(1.027)	(2.224)	(3.133)
Outros juros e variações monetárias						(3.301)	2.219	(6.560)
Variações em moeda estrangeira			4.219			(369)	5.353	(369)
Operações de swap e hedge						597	(11.420)	(11.420)
Ajustes a valor presente						(469)	36	(1.243)
(-) Juros capitalizados							202	986
Outras despesas financeiras		89	(503)			(8.900)	(8.034)	(16.242)
		(13.543)	(10.663)	(25.547)	(36.166)	(657.541)	(216.102)	(1.162.698)
Total		(8.780)	304	7.152	(18.081)	(417.595)	(136.093)	(765.979)

34

Imposto de renda e contribuição social

Nas controladas EDP Smart Soluções, EDP Smart Energia, UFV SP V Equipamentos, Mata Grande Transmissora e EDP Transmissão Litoral Sul o imposto de renda e a contribuição social registrados no resultado referem-se ao regime de tributação de lucro presumido, cujas bases de cálculo foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente.

Para a Companhia e demais controladas, o imposto de renda corrente é calculado conforme sistemática do lucro real com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis, por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido. Em 2022, houve alteração do regime de apuração de Lucro Real anual para trimestral das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo (Nota 4.8).

Nota	Controladora				Consolidado			
	Movimento do Período		Acumulado do Período		Movimento do Período		Acumulado do Período	
	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	385.192	345.443	921.852	840.664	578.724	540.230	1.367.480	1.278.592
Alíquota	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(130.966)	(117.451)	(313.430)	(285.826)	(196.768)	(183.675)	(464.944)	(434.719)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes								
Doações	(1.095)		(1.095)		(1.325)	(1.298)	(1.449)	(1.615)
Perdas indedutíveis	(3)	(4)	(12)	(7)	(43)	(4)	(52)	(7)
Resultados de equivalência patrimonial	148.983	127.276	334.412	311.980	30.091	18.004	43.671	41.243
Juros sobre o capital próprio	(21.127)		(40.602)		(4.259)		(7.754)	
Juros sobre as ações preferenciais							(664)	
Outras	(66)	(60)	(281)	(333)	(781)	(1.539)	(1.400)	(2.253)
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	(171)	(10.714)	2.695	(26.206)	976	(12.894)	2.091	(30.358)
(Adição) Reversão de diferenças permanentes					(66)		(66)	
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores					4.172		4.849	28.895
Ajuste lucro presumido					(6.835)	(1.750)	(8.585)	(20.845)
SUDAM / SUDENE					12.916	22.385	41.231	43.840
Outras	364		370		2.207	1.291	4.692	3.279
Despesa de IRPJ e CSLL	(4.081)	(953)	(17.943)	(392)	(159.715)	(159.480)	(388.360)	(372.540)
Alíquota efetiva	1,06%	-0,28%	1,95%	-0,05%	27,60%	29,52%	28,40%	29,14%

35

Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por ação.

A Companhia instituiu Plano de Remuneração Baseado em Ações, plano este que concede outorga futura de ações da Companhia aos seus beneficiários. Assim, para o cálculo do resultado por ação diluído, foram considerados os valores estimados destas outorgas na data de encerramento destas informações contábeis intermediárias.

O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Controladora e Consolidado			
	Movimento do Período		Acumulado do Período	
	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
Resultado básico				
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas	381.111	344.490	903.909	840.272
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas (mil) (*)	570.413	581.062	573.172	587.588
Resultado básico por ações (reais/ação)	0,66813	0,59286	1,57703	1,43004
Resultado diluído				
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas	381.111	344.490	903.909	840.272
Ajuste ao lucro (prejuízo) líquido do período disponível para as ações considerando o potencial incremento das ações ordinárias como resultado dos planos de incentivo e retenção	(206)	(768)	(2.730)	(2.524)
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas ajustado	380.905	343.722	901.179	837.748
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas (mil) (*)	570.413	581.062	573.172	587.588
Potencial incremento nas ações ordinárias em função dos planos de incentivo e retenção a longo prazo	851	958	851	958
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas ajustado (mil) (*)	571.264	582.020	574.023	588.546
Resultado diluído por ações (reais/ação)	0,66678	0,59057	1,56994	1,42342

(*) O número de ações ordinárias não contempla as ações em tesouraria.

36 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

36.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

36.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:

		Controladora				
Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil		
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa						
Aplicações financeiras	5	Nível 2	349.968	930.122	349.968	930.122
Derivativos		Nível 2	9.156		9.156	
			359.124	930.122	359.124	930.122
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Bancos conta movimento		Nível 2	12.416	2.581	12.416	2.581
Títulos a receber		Nível 2	29.853	28.145	29.853	28.145
Consumidores e concessionárias						
Rendas a receber						
Empréstimos a receber	11	Nível 2	328.183	310.738	328.183	310.738
Cauções	13	Nível 2	392	392	392	392
Outros créditos - Partes relacionadas	11	Nível 2	37.611	19.850	37.611	19.850
			408.455	361.706	408.455	361.706
			767.579	1.291.828	767.579	1.291.828
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Derivativos						
Derivativos outros		Nível 2	9.156		9.156	
			9.156	-	9.156	-
Custo amortizado						
Fornecedores	25	Nível 2	23.739	50.834	23.739	50.834
Debêntures	26	Nível 2	71.732	237.212	72.329	236.629
Contratos de mútuo		Nível 2		105.305		105.305
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	11	Nível 2	67.159	52.728	67.159	52.728
Arrendamentos e aluguéis	16.6	Nível 2	25.674	8.156	19.486	8.154
			188.304	454.235	182.713	453.650
			197.460	454.235	191.869	453.650

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



		Consolidado				
		Valor justo		Valor contábil		
	Nota	Níveis	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Aplicações financeiras		Nível 2	2.105.466	2.568.528	2.105.466	2.568.528
Ativo financeiro indenizável	20	Nível 2	5.082.839	4.362.393	5.082.839	4.362.393
Títulos e valores mobiliários	6	Nível 2	357.965	11.722	357.965	11.722
Contrato de compromisso futuro	15	Nível 3	1.923.063	868.261	1.923.063	868.261
Derivativos		Nível 2	81.841	3.227	81.841	3.227
			9.551.174	7.814.131	9.551.174	7.814.131
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa						
Bancos conta movimento	5	Nível 2	98.338	130.962	98.338	130.962
Contas a receber	7	Nível 2	2.592.896	2.960.267	2.592.896	2.960.267
Rendas a receber		Nível 2	5.217	2.927	5.217	2.927
Empréstimos a receber	11	Nível 2	14.469	12.713	14.469	12.713
Cauções	13	Nível 2	28.734	16.295	28.734	16.295
Títulos e valores mobiliários	6	Nível 2	2.500	2.500	2.500	2.500
Ativos financeiros setoriais	8	Nível 2	406.036	1.429.437	406.036	1.429.437
Outros créditos - Partes relacionadas	11	Nível 2	12.615	10.842	12.615	10.842
			3.160.805	4.565.943	3.160.805	4.565.943
			12.711.979	12.380.074	12.711.979	12.380.074
Consolidado						
			Valor justo		Valor contábil	
	Nota	Níveis	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	27					
Moeda estrangeira		Nível 2	1.298.982	192.641	1.298.981	192.641
Contrato de compromisso futuro	15	Nível 3	1.463.320	215.642	1.463.320	215.642
Debêntures		Nível 2	624.771	1.228.288	624.771	1.228.288
Derivativos						
Derivativos de dívidas		Nível 2	186.573		186.573	
Derivativos de debêntures		Nível 2	15.177	18.313	15.177	18.313
Derivativos outros		Nível 2	9.156		9.156	
			3.597.979	1.654.884	3.597.978	1.654.884
Custo amortizado						
Fornecedores	25	Nível 2	1.400.758	1.960.429	1.400.758	1.960.429
Debêntures	26	Nível 2	8.886.071	6.409.151	8.852.844	6.602.502
Uso do bem público		Nível 2	495.482	464.934	538.728	506.134
Ressarcimento por indisponibilidade		Nível 2	1.915	2.945	1.915	2.945
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	27					
Moeda nacional		Nível 2	2.686.801	2.696.841	2.661.454	2.680.489
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	11	Nível 2	196.586	53.342	196.885	53.342
Arrendamentos e aluguéis	16.6	Nível 2	157.716	110.844	115.811	110.410
Licenças ambientais		Nível 2	83.534	81.236	83.738	81.193
Passivos financeiros setoriais	8	Nível 2	1.524.944	2.123.350	1.524.944	2.123.350
			15.433.807	13.903.072	15.377.077	14.120.794
			19.031.786	15.557.956	18.975.055	15.775.678

36.1.2 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas registrados em Outros resultados abrangentes no Patrimônio líquido.

As operações com derivativos nas controladas EDP Trading e EDP Smart Energia referem-se a operações de compra e venda de energia, sendo transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente convertíveis em montante financeiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 e são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, sendo reavaliado a valor justo na data do balanço. A Controlada não efetuou transações de caráter especulativo em instrumentos derivativos no período.

Durante o período de 2022, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo registrado por meio de seu valor justo no resultado, com a finalidade de proteção cambial sobre investimento em projetos solares em parceria com a EDP Renováveis. Simultaneamente à contratação, a Companhia realizou transferência da operação junto às companhias detentoras dos projetos solares através de contrato específico em condições análogas ao contrato de derivativo (Nota 11).

Em 30 de junho de 2022, as operações com derivativos no consolidado referem-se a Controladora e às controladas EDP Smart Serviços, EDP Espírito Santo, EDP São Paulo, Mata Grande Transmissora, Porto do Pecém e Santa Leopoldina. Segue abaixo o quadro contendo as principais informações a respeito destes derivativos:

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



							Controladora			Períodos de 6 meses findos em 30 de junho
							30/06/2022			
Controlada	Contraparte	Operação	Vigência	Posição	Nacional USD	Nacional BRL	Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	
NDF										
EDP - Energias do Brasil	Itaú	Compra	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	79.094	454.278	9.156		9.156	9.156
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente I S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685		(1.465)	(1.465)	(1.465)
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente II S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685		(1.465)	(1.465)	(1.465)
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente III S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685		(1.465)	(1.465)	(1.465)
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente IV S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685		(1.465)	(1.465)	(1.465)
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente V S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	14.237	81.770		(1.648)	(1.648)	(1.648)
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente VI S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	14.237	81.770		(1.648)	(1.648)	(1.648)
Total geral							9.156	(9.156)	-	-

							Consolidado							
Controlada	Contraparte	Operação	Vigência	Posição	Nacional USD	Nacional BRL	30/06/2022			Períodos de 6 meses findos em 30 de junho	31/12/2021			Períodos de 6 meses findos em 30 de junho
							Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado	Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado
Swap de dívida														
EDP Transmissão SP-MG	Scotiabank Brasil S/A Banco Múltiplo		23/12/2020 a 10/12/2021	USD + 0,95% a.a. / CDI + 0,45% a.a.	59.055	300.000								(13.924)
EDP São Paulo	Safra		12/02/2021 a 15/01/2026	IPCA + 3,91% a.a. / CDI + 1,50% a.a.		700.000	761.356	(748.892)	12.464	64.009	725.195	(732.207)	(7.012)	(6.786)
EDP Espírito Santo	Itaú		12/02/2021 a 15/07/2025	IPCA + 3,26% a.a. / CDI + 1,15% a.a.		500.000	536.311	(532.862)	3.449	51.370	510.680	(521.981)	(11.301)	(4.634)
EDP Smart Serviços	Scotiabank Brasil S/A Banco Múltiplo		07/04/2021 a 12/04/2022	USD + 0,62% a.a. / CDI + 0,79% a.a.	17.986	100.000				(18.487)	100.766	(104.723)	(3.957)	(10.534)
Mata Grande Transmissora	Scotiabank Brasil S/A Banco Múltiplo		16/08/2021 a 16/08/2022	USD + 0,95% a.a. / CDI + 0,45% a.a.	16.284	85.000	85.332	(92.582)	(7.250)	(10.288)	90.956	(87.918)	3.038	
Pequena Central Hidrelétrica SL	Itaú BBA		01/02/2022 a 16/01/2024	USD + 2,20% a.a. / CDI + 1,25% a.a.	64.941	350.000	329.776	(370.282)	(40.506)	(40.506)				
Pequena Central Hidrelétrica SL	Scotiabank Brasil S/A Banco Múltiplo		14/01/2022 a 16/01/2024	USD + 1,6175% a.a. / CDI + 0,85% a.a	150.000	849.870	749.426	(898.873)	(149.447)	(149.447)				
EDP Smart Serviços	Itaú BBA		08/04/2022 a 29/03/2023	USD + 3,733% a.a. / CDI + 1,59% a.a.	25.565	120.000	134.447	(123.817)	10.630	10.630				
EDP São Paulo	XP Investimentos		15/06/2022 a 15/08/2025	IPCA + 5,91% a.a./CDI + 0,15% a.a.		329.605	331.895	(332.197)	(302)	(302)				
EDP Espírito Santo	XP Investimentos		15/06/2022 a 15/07/2025	IPCA + 5,91% a.a. / CDI + 0,19% a.a.		240.865	242.503	(242.937)	(434)	(434)				
Total swap de dívida							3.171.046	(3.342.442)	(171.396)	(93.455)	1.427.597	(1.446.829)	(19.232)	(35.878)
NDF														
Porto do Pacém	Citibank		06/04/2020 a 04/01/2021	BRL/USD 5,3076	4.902	25.470								(794)
Porto do Pacém	Citibank		06/04/2020 a 01/02/2021	BRL/USD 5,3289	1.009	5.245								28
Porto do Pacém	Citibank		16/04/2021 a 01/06/2021	BRL/USD 5,6020										(2.400)
Porto do Pacém	BTG Pactual	Compra	02/02/2022 a 15/07/2022	BRL/USD 5,5410	4.250	23.594		(4.280)	(4.280)					

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



							Consolidado									
							30/06/2022			Períodos de 6 meses findos em 30 de junho		31/12/2021			Períodos de 6 meses findos em 30 de junho	
Controlada	Contraparte	Operação	Vigência	Posição	Nacional USD	Nacional BRL	Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado	Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado		
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	17/05/2021 a 17/05/2022	BRL/USD 5,5451	385	2.134					86		86			
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	21/06/2021 a 31/03/2022	BRL/USD 5,2500	257	1.348					113		113			
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	04/08/2021 a 31/03/2022	BRL/USD 5,4120	25	134					7		7			
EDP Smart Serviços	Safra	Compra	04/08/2021 a 30/06/2022	BRL/USD 5,5090	37	205					12		12			
EDP Smart Serviços	Safra	Compra	20/08/2021 a 29/07/2022	BRL/USD 5,7720	1.123	6.483		(24)	(24)		144		144			
EDP Smart Serviços	Safra	Compra	01/10/2021 a 31/05/2022	BRL/USD 5,6315	608	3.424					99		99			
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	03/11/2021 a 31/05/2022	BRL/USD 5,9978	190	1.139						(36)	(36)			
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	15/12/2021 a 30/06/2022	BRL/USD 6,0186	460	2.767						(72)	(72)			
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/12/2021 a 31/03/2022	BRL/USD 5,8100	57	329						(6)	(6)			
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/12/2021 a 31/03/2022	BRL/USD 5,8600	85	497						(9)	(9)			
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/12/2021 a 28/04/2022	BRL/USD 5,9100	122	721						(13)	(13)			
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/12/2021 a 29/06/2022	BRL/USD 5,9600	141	841						(14)	(14)			
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/12/2021 a 28/04/2022	BRL/USD 5,8591	29	169						(3)	(3)			
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	19/01/2022 a 29/08/2022	BRL/USD 5,8143	133	6.356	(197)		(197)							
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	19/01/2022 a 28/07/2022	BRL/USD 5,7602	133	767	(40)		(40)							
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	18/05/2022 a 30/11/2022	BRL/USD 5,2525	11.942	62.726	2.048		2.048							
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	15/06/2022 a 30/11/2022	BRL/USD 5,3245	248	1.323	26		26							
EDP - Energias do Brasil	Itaú	Compra	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	79.094	454.278	9.156		9.156	9.156						
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente I S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685		(1.465)	(1.465)	(1.465)						
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente II S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685		(1.465)	(1.465)	(1.465)						
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente III S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685		(1.465)	(1.465)	(1.465)						
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente IV S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685		(1.465)	(1.465)	(1.465)						
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente V S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	14.237	81.770		(1.648)	(1.648)	(1.648)						
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente VI S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	14.237	81.770		(1.648)	(1.648)	(1.648)						
Total NDF							10.993	(13.460)	(2.467)		461	(153)	308	(3.166)		
Opções																
Porto do Pecém	BTG Pactual		22/04/2021 a 01/06/2021	API2" 66,75 USD/ton	8.310	41.565								350		
Porto do Pecém	BTG Pactual		22/04/2021 a 01/07/2021	API2" 67,26 USD/ton	12.352	61.784								500		
Porto do Pecém	BTG Pactual		22/04/2021 a 02/08/2021	API2" 67,63 USD/ton	1.436	7.182								598		
Total							-	-	-	-	-	-	-	1.448		
Total geral							3.182.039	(3.355.902)	(173.863)	(93.455)	1.428.058	(1.446.982)	(18.924)	(37.596)		

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Os impactos dos ganhos e perdas no período findo em 30 de junho de 2022, assim como a movimentação dos derivativos foram os seguintes:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2021	Liquidação	Efeito no Patrimônio Líquido	Juros provisionados	Efeito no resultado Variação monetária e cambial Ajuste a valor de mercado	30/06/2022
Swap						
Risco de taxa de juros e moeda						
Empréstimos	919	(22.444)		66.531	79.390	186.573
Debêntures	-				736	736
	919	(22.444)	-	66.531	79.390	187.309
Hedge de fluxo de caixa						
Risco de taxa de juros e moeda						
NDFs	(308)		(1.505)			(1.813)
Risco cambial						
NDFs	-		4.280			4.280
	(308)	-	2.775	-	-	2.467
Total	611	(22.444)	2.775	66.531	79.390	189.776

36.1.2.1 Contratos de swap

Os contratos de *swap* são utilizados como seguro ou *hedge*, com o objetivo de reduzir riscos e de dar mais previsibilidade para diferentes agentes do mercado.

Mata Grande Transmissora e Santa Leopoldina

Em 16 de agosto de 2021 e 1º de fevereiro de 2022, as controladas Mata Grande Transmissora e Santa Leopoldina contrataram respectivamente instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial e da taxa de juros CDI do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 27).

EDP Espírito Santo e EDP São Paulo

Em 12 de fevereiro de 2021, as controladas contrataram instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos de inflação (IPCA) através da troca dos fluxos de pagamentos, de IPCA + *Spread* para taxa de juros CDI + *Spread* da 10ª emissão de debêntures da controlada EDP Espírito Santo e da 11ª emissão de debêntures da controlada EDP São Paulo (Nota 26). A referida dívida está mensurada a valor justo por meio de resultado para evitar descasamento contábil com a mensuração deste derivativo em procedimento optativo do CPC 48.

Em 15 de junho de 2022, as controladas contrataram instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos de inflação (IPCA) através da troca dos fluxos de pagamentos, de IPCA + *Spread* para taxa de juros CDI + *Spread* da 7ª emissão de debêntures da controlada EDP Espírito Santo e da 9ª emissão de debêntures da controlada EDP São Paulo (Nota 26). O *swap* foi declarado como Hedge de Valor Justo, de acordo com o CPC 48, considerado como instrumento de proteção da 7ª emissão de debêntures, que, por consequência, está mensurada a valor justo por meio de resultado.

EDP Smart Serviços

Em 12 de abril de 2021, a controlada contratou instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial através da troca dos fluxos de pagamentos, de dólar americano para taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 27).

36.1.2.2 Non-Deliverable Forward - NDF

Os contratos de NDFs garantem ao seu comprador/vendedor ou titular o direito de pagar/receber uma determinada moeda/ação/índice/mercadoria a um preço pré-determinado em uma data de vencimento definida.

36.1.2.3 Non-Deliverable Forward - NDF - hedge accounting

Os contratos de NDFs - *hedge accounting* são instrumentos financeiros de cobertura do risco de taxa de juros e variação cambial. Os derivativos que não se qualificam como de cobertura são registrados como para negociação.

EDP Smart Serviços

Desde de 2020, a controlada adotou metodologia de *hedge accounting*, registrado por meio de seu valor justo com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial nas aquisições de mercadoria em moeda estrangeira. Por se tratar de *hedge accounting* classificado como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação do MtM, líquido dos juros provisionados, são reconhecidas diretamente no Patrimônio líquido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial quando considerado efetivo. A diferença entre o valor justo e a taxa fixada é a parcela inefetiva e, por consequência, é reconhecida no resultado.

Porto do Pecém

A controlada contratou em 16 de abril de 2021 operações de derivativos no montante de USD10.300, envolvendo venda de NDF de câmbio e de API2(*). Em 6 de janeiro de 2022, realizou novas operações de derivativos no montante de USD24.600.

O objetivo dos derivativos foram de mitigar o risco de descasamento do *pass-through* entre receita variável e custo de aquisição de estoque de carvão. A receita variável foi mensurada, dentre outros fatores pelo CVU, que tem como variáveis de cálculo o valor do carvão em dólar (carvão mineral importado) e a taxa de câmbio. A estratégia da Companhia foi reduzir a exposição da variável de câmbio, uma vez que, conforme fórmula aplicada pelo regulador, a valorização do real frente ao dólar diminui o valor do CVU e, por consequência, reduz o valor da Receita Variável. Os prazos e montantes foram alinhados com a previsão de despacho da usina.

36.1.2.4 Contabilidade de hedge (hedge accounting)

Os derivativos de cobertura são registrados ao valor justo e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo da contabilidade de cobertura adotado e, para isso, os seguintes requisitos foram atendidos:

- (i) para a data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- (ii) existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- (iii) a eficácia da cobertura possa ser mensurada de forma confiável;
- (iv) a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período da vida útil da estrutura de *hedge accounting*; e
- (v) em relação a cobertura de uma transação prevista, esta deve ser altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia, em última análise, afetar o resultado.

• Cobertura de fluxos de caixa

A parte efetiva das variações do valor justo dos derivativos designados e que se qualifiquem como cobertura de fluxos de caixa é reconhecida no Patrimônio líquido – na rubrica Outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas da parcela inefetiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida no resultado do exercício, no momento em que ocorre a inefetividade.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Os valores acumulados no Patrimônio líquido transitam pelo resultado nos exercícios em que o item coberto afeta o resultado, entretanto, quando a transação prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registrados no Patrimônio líquido são reconhecidos, por contrapartida, do custo inicial do ativo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registrado em Patrimônio líquido na data mantém-se em Patrimônio líquido até que a transação prevista seja reconhecida em resultado. Quando já não é esperado que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registrados por contrapartida de Patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

• Efetividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, a controlada executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e em cada data de balanço, e de modo a demonstrar a sua efetividade e que as alterações no valor justo do item coberto são compensadas por alterações no valor justo do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida no resultado no momento em que ocorre.

36.2 Gestão de riscos

Desde 2006 o Grupo EDP – Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo o mesmo sido consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

O Grupo EDP – Energias do Brasil, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, segregou as funções de *Compliance* e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão do Riscos, foi criada uma Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

Dessa forma, o Grupo EDP – Energias do Brasil possui uma área de Gestão de Riscos e Segurança, responsável por gerências Executivas de Riscos e Crise, Cyber Segurança e Segurança do Trabalho, a qual realiza o gerenciamento integrado dos riscos e resposta rápida a eventos disruptivos que possam impactar os negócios. As atividades de gestão de risco, Controles Internos, *Compliance* e Auditoria Interna da EDP Brasil seguem o conceito das três linhas de defesa.

A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, pública ao mercado, e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma de Riscos Corporativos, documentos esses atualizados no exercício de 2021 e aprovados no Comitê de Auditoria e Conselho de Administração. Ainda em linha com as melhores práticas, esse processo está baseado em metodologias reconhecidas, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e Norma ISO 31.000, que fornece diretrizes para gerenciar riscos enfrentados pelas organizações por meio de uma linguagem e abordagem comuns a quaisquer tipos de riscos.

O Grupo EDP – Energias do Brasil atualiza anualmente seu Mapa de Riscos atualizado, de forma colegiada pela Liderança e aprovado no Comitê de Auditoria. Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro grupos: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro; (4) Operacional e desdobrados em 50 categorias de risco.

O Grupo EDP – Energias do Brasil teve mais uma vez as suas boas práticas reconhecidas ao manter a Certificação da Norma ISO 37.001, que tem por objetivo apoiar as organizações a combater suborno, a partir de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis vigentes, com o auxílio de requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os respectivos riscos. O resultado desta manutenção reforça que os controles adotados pelo Grupo EDP – Energias do Brasil são adequados e aderentes ao Sistema de Gestão Antissuborno implementado.

36.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos. As debêntures e os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas, apresentados nas notas 26 e 27, possuem regras contratuais para os passivos financeiros, fundamentalmente atrelados a essas exposições. Em 30 de junho de 2022, a Companhia e suas controladas possuem risco de mercado associado ao CDI, TJLP, IPCA e variação cambial. Deve-se considerar que a Companhia e suas controladas estão expostas à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

Um dos objetivos da Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP – Energias do Brasil é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, de índices de preços e de Em relação aos indexadores de dívida CDI, IPCA e TJLP os mesmos refletem direta ou indiretamente aos efeitos inflacionários. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas das controladas também estão relacionados à variação da inflação (IGP-M e IPCA). Desta forma, as variações das dívidas contratadas com os referidos indexadores tendem a estar protegidas pelas variações das receitas.

As controladas EDP Transmissão MG-SP, Mata Grande Transmissora, Porto do Pecém e EDP Smart Serviços possuem exposições à variação cambial (Dólar Norte Americano) e juros (CDI) atreladas a dívidas em moeda estrangeira, entretanto, possuem derivativos de *swap* e NDF com o objetivo de *hedge* econômico, para controlar todas as exposições à variação cambial e juros para essas obrigações.

As controladas EDP São Paulo e a EDP Espírito Santo estão expostas ao risco de variação cambial, atrelado ao Dólar Norte Americano, por meio dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, contudo, as alterações de variação cambial são repassadas integralmente ao consumidor na tarifa, por meio do mecanismo da CVA.

A captação e manutenção de empréstimos atrelados ao Dólar são considerados favoráveis, dadas as taxas de juros ofertadas no mercado externo serem inferiores ao mercado interno. Adicionalmente a esse cenário, pondera-se o risco cambial às operações com moedas estrangeiras onde, em uma economia na qual a oscilação das taxas de câmbio é muito agressiva, essa exposição é um fator relevante na análise de viabilidade de uma A controlada EDP Trading, decorrente da sua atividade de comercialização de energia, encontra-se exposta ao risco de preço de mercado associado a compromissos futuros resultantes de contratos bilaterais de compra e venda de energia (Nota 15). Para o período findo em 30 de junho de 2022, o resultado destes contratos é determinado como o diferencial, para cada prazo, entre os preços dos contratos bilaterais de compra e venda de energia e a respectiva valorização por marcação a mercado utilizando curvas de preço *forward*. O resultado de contratos de compromisso futuro apresenta volatilidade associada à flutuação do preço de energia, gerando risco de preço de mercado.

A controlada EDP Smart Energia, decorrente de sua atividade de comercialização de energia e serviços, encontra-se exposta ao risco de preço de mercado associado a compromissos futuros resultantes de contratos bilaterais de compra e venda de energia. Entretanto, como forma de gerenciamento e concentração de riscos, sendo tanto a controlada EDP Smart Energia quanto a EDP Trading, são controladas integrais do Grupo EDP – Energias do Brasil, o risco da controlada EDP Smart Energia é transferido, em suas operações realizadas no mercado, para a controlada EDP Trading, através do espelhamento dessas mesmas operações. Assim sendo, a gestão do risco de preço de mercado é realizada através da determinação e monitorização diária do risco respeitando os limites aprovados pela Administração da Companhia e enquadrados na Política de Gestão de Risco do Grupo EDP – Energias do Brasil, para compra e venda de energia utilizando uma metodologia estabelecida na Norma de Risco Energético. A metodologia adotada é um VaR (Value at Risk) com 95% de confiança (Value at Risk) que considera uma curva *forward* de preços de mercado, a exposição do portfólio (diferença entre compra e venda) e a volatilidade e liquidez observadas no mercado livre para cada período.

36.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas efetuam a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e das controladas da variação de cada risco destacado.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros mencionados na nota 36.1 que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

			Controladora						
			Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	Risco	Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	349.968	31.311	2.062	33.393	8.340	16.679	(8.342)	(16.688)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	392	1	1	2	1	1	(1)	(1)
Empréstimos a receber	CDI	328.183	22.254	15.008	37.262	9.670	19.489	(9.525)	(18.907)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	678.543	53.586	17.071	70.657	18.011	36.169	(17.868)	(35.596)
		678.543	53.586	17.071	70.657	18.011	36.169	(17.868)	(35.596)
Debêntures	IPCA	(72.192)	(5.792)	(2.844)	(8.636)	(8.636)	(728)	(1.470)	715
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(72.192)	(5.792)	(2.844)	(8.636)	(8.636)	(728)	(1.470)	715
		(72.192)	(5.792)	(2.844)	(8.636)	(8.636)	(728)	(1.470)	715

			Consolidado							
			Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)	
Operação	Risco	Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	1.897.005	211.098	2.062		213.160	53.894	108.063	(53.637)	(107.034)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	154.393	2.645			2.645	626	1.238	(639)	(1.292)
Fundos de investimento	CDI	54.068	5.282			5.282	1.307	2.608	(1.312)	(2.629)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	27.983	2.504	2.831		5.335	1.422	2.879	(1.388)	(2.738)
Títulos e valores mobiliários	CDI	360.465	47.475			47.475	11.859	23.714	(11.863)	(23.729)
Empréstimos a receber	CDI	14.469	395	256		651	93	187	(91)	(179)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	2.508.383	269.399	5.149	-	274.548	69.201	138.689	(68.930)	(137.601)
Debêntures	CDI	(4.148.715)	(653.237)	(652.688)		(1.305.925)	(271.261)	(551.493)	297.138	585.547
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	(88.590)	(79.302)	(33.736)		(113.038)	(23.044)	(47.834)	26.997	52.264
Empréstimos e financiamentos - NP	CDI	(1.041.499)	(120.605)	(68.521)		(189.126)	(24.257)	(67.351)	59.941	101.051
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(5.278.804)	(853.144)	(754.945)	-	(1.608.089)	(318.562)	(666.678)	384.076	738.862
Swap - Ponta Passiva	CDI	(3.342.442)	(492.162)	(1.311.170)		(1.803.332)	(203.020)	(366.563)	154.890	310.226
Instrumentos financeiros derivativos	CDI	(3.342.442)	(492.162)	(1.311.170)	-	(1.803.332)	(203.020)	(366.563)	154.890	310.226
		(6.112.863)	(1.075.907)	(2.060.966)		(3.136.873)	(452.381)	(894.552)	470.036	911.487
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(602.453)	(47.000)	(48.437)		(95.437)	(15.482)	(30.769)	15.681	31.568
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(602.453)	(47.000)	(48.437)	-	(95.437)	(15.482)	(30.769)	15.681	31.568
		(602.453)	(47.000)	(48.437)	-	(95.437)	(15.482)	(30.769)	15.681	31.568
Compromissos futuros	PLD	1.131.945	736.148	395.797		1.131.945	(277.364)	(552.734)	273.377	548.746
Instrumentos financeiros ativos	PLD	1.131.945	736.148	395.797	-	1.131.945	(277.364)	(552.734)	273.377	548.746
Compromissos futuros	PLD	(657.769)	(428.947)	(228.822)		(657.769)	492.285	984.595	(492.334)	(984.643)
Instrumentos financeiros passivos	PLD	(657.769)	(428.947)	(228.822)	-	(657.769)	492.285	984.595	(492.334)	(984.643)
		474.176	307.201	166.975	-	474.176	214.921	431.861	(218.957)	(435.897)
Principal	Dólar	(1.128.317)	(655.288)	(902.177)		(1.557.465)	(144.694)	(306.657)	177.167	341.193
Instrumentos financeiros passivos	Dólar	(1.128.317)	(655.288)	(902.177)	-	(1.557.465)	(144.694)	(306.657)	177.167	341.193
Swap - Ponta Ativa	Dólar	1.128.317	655.288	902.177		1.557.465	144.694	306.657	(177.167)	(341.193)
Instrumentos financeiros derivativos	Dólar	1.128.317	655.288	902.177	-	1.557.465	144.694	306.657	(177.167)	(341.193)
		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	IPCA	(1.152.144)	(448.494)	(942.294)	(571.074)	(1.961.862)	(288.697)	(599.696)	268.455	518.507
Empréstimos e financiamentos - BNDES	IPCA	(136.663)	(26.699)	(37.794)	(6.178)	(70.671)	(8.766)	(17.888)	8.426	16.530
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(1.288.807)	(475.193)	(980.088)	(577.252)	(2.032.533)	(297.463)	(617.584)	276.881	535.037
Swap - Ponta Ativa	IPCA	1.872.065	181.856	251.446		433.302	58.363	118.458	(56.681)	(111.728)
Instrumentos financeiros derivativos	IPCA	1.872.065	181.856	251.446		433.302	58.363	118.458	(56.681)	(111.728)
		583.258	(293.337)	(728.642)	(577.252)	(1.599.231)	(239.100)	(499.126)	220.200	423.309

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP, Dólar e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia e das controladas. Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 6,5% e 13,7% a.a.; TJLP entre 5,0% e 7,1% a.a.; Dólar entre 4,89 e 5,54 reais e IPCA entre 1,4% e 6,3% a.a.

Para a análise de sensibilidade do PLD da controlada EDP Trading são avaliadas as exposições do portfólio de operações através de variações de 25% e 50% nas curvas *forward* de preço de energia, representada pela Dcide (empresa do setor para cálculo de curvas futuras de preço da energia).

36.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e das controladas em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira para cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures e empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentados nas notas 26 e 27.

A Administração da Companhia e das controladas somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e das controladas são demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) sendo que a Companhia e suas controladas apresentam em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; (ii) Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6) que refere-se à aplicação em fundo de investimento, de liquidez diária e remuneração pós-fixada, com sua carteira de ativos atrelada a Letras Financeiras do Tesouro – LFT, com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo; (iii) Contas a receber (Nota 7), cujos os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos; (iv) Ativo financeiro indenizável (Nota 20) cujo o saldo apresentado nas controladas de distribuição corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ao final da concessão e está mensurado pelo valor novo de reposição; e (v) Ativos financeiros setoriais (Nota 8) que serão homologados pelo Poder Concedente e recebidos por meio da tarifa nos próximos meses. Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Debêntures e Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 37.1.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



A Companhia e suas controladas também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 30 de junho de 2022, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas esperam liquidar as respectivas obrigações.

	Controladora					
	30/06/2022					31/12/2021
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	14.870	1.408	7.461			23.739
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			57.115			57.115
Debêntures		26.216	4.217	41.896		72.329
Empréstimos e financiamentos						-
Derivativos			9.156			9.156
Arrendamentos e aluguéis	333	326	3.109	11.021	4.697	19.486
	15.203	27.950	81.058	52.917	4.697	181.825
						453.650
	Consolidado					
	30/06/2022					31/12/2021
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	1.044.895	182.395	173.381	87		1.400.758
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			58.704	(7.620)		51.084
Debêntures	37.366	102.831	364.913	7.218.477	1.618.394	9.341.981
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	1.651	222.503	667.907	2.718.568	81.345	3.691.974
Derivativos		7.250	237.747	363.508		608.505
Uso do bem público	3.710	7.365	34.159	170.260	323.234	538.728
Ressarcimento por indisponibilidade			1.915			1.915
Arrendamentos e aluguéis	3.210	2.986	21.036	59.901	28.678	115.811
Licenças Ambientais	3.801	29.304	21.210	29.423		83.738
Compromisso futuro	107.884	188.595	278.989	82.301		657.769
Passivos financeiros setoriais			744.798	114.139	666.007	1.524.944
	1.202.517	743.229	2.604.759	10.749.044	2.717.658	18.017.207
						17.020.078

36.2.2.1 Risco de sobrecontratação

Conforme previsto na regulamentação do setor elétrico, em especial no Decreto nº 5.163/04, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente e da consequente liquidação ao PLD. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite, sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

A estratégia para contratação de energia pelas distribuidoras busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os riscos com a compra de energia para atendimento ao mercado cativo. Para tal, a cada processo de decisão do montante de declaração de compra de energia em leilão e da participação em Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD ou venda de energia por meio do MVE, utilizam-se de modelos estatísticos para a projeções de diversos cenários de consumo, onde correlaciona-se variáveis climáticas, econômicas e tarifárias, além de modelos de otimização que buscam a minimização do custo, risco de penalidade e não-repasse tarifário.

Na regulação atual, a expansão em lastro do sistema energético nacional é garantida por meio da contratação de energia de longo prazo pelas distribuidoras, por meio da projeção do seu mercado cativo, com 3 a 6 anos de antecedência em relação ao período de suprimento da energia elétrica adquirida (alterado pelo Decreto nº 9.143/17), ou seja, as decisões de contratações utilizam-se de projeções econômicas de longo prazo que em situação de normalidade não apresentam grandes variações. O montante dos compromissos contratuais para compra de energia futura firmados até 30 de junho de 2022 estão apresentados na nota 37.1.

No cenário atual, além da queda no consumo ocasionada por uma conjuntura econômica adversa e imprevisível, a forte elevação nas tarifas do mercado regulado em contrapartida de um preço baixo no mercado livre, levaram muitos clientes a migrarem do ambiente cativo ao livre, motivados por uma redução do custo com a compra de energia. Ambos os fatores levaram as distribuidoras a um cenário generalizado de sobrecontratação.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação para que as distribuidoras possam elevar ou reduzir o volume de energia contratada, ou seja, administrar seus portfólios de contratos. São eles:

- Elevação do nível de contratação por meio da contratação nos Leilões A-7, A-6, A-5, A-4, A-3, A-2, A-1, A-0, de fontes alternativas (alterado pelo Decreto nº 9.143/17), de ajuste e também por meio de participações no MCSD tanto de Energia Existente quanto de Energia Nova com declaração de déficit;
- (i) Diminuição do nível de contratação por meio da redução dos volumes dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARs de energia existente por quantidade, com redução anual de até 4% do volume contratado por variações de mercado; (ii) declaração inferior a 96% do montante de reposição em Leilões A-1 (alterado pelo Decreto nº 8.828/16); (iii) redução de contratos de energia existente por quantidade por migração de consumidores convencionais e especiais (Previsto pela Resolução Normativa nº 726/2016) ao ACL; (iv) acordos bilaterais; e (v) participação em MCSDs com declaração de sobra e venda de energia para o ACL por meio do MVE.

Com a publicação da Lei nº 12.783/13, que tratou da prorrogação das concessões do setor de energia elétrica, os agentes detentores de usinas hidrelétricas cujo prazo de concessão terminasse em até cinco anos puderam solicitar a renovação da concessão, submetendo-se ao regime de Cotas de Garantia Física, alocadas às distribuidoras por meio dos Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGFs. Assim, a partir de 2013, os CCGFs substituíram parte dos CCEARs de energia existente das distribuidoras.

No entanto, aos CCGFs não foi dada a prerrogativa de redução do volume contratado para que a distribuidora pudesse administrar o seu nível de contratação. Com esta alteração, alheia à gestão das distribuidoras, este segmento passou a não possuir mecanismos suficientes para se proteger contra a redução de consumo e migração de clientes ao ambiente livre. Nomeadamente, a participação do MCSD 4%, tampouco do MCSD Trocas Livres e do MCSD Mensal, ficaram limitadas. Logo, reduziu o volume de realizações nos CCEARs de energia existente tal como preconizado na Lei nº 10.848/04 e no artigo 29 do Decreto nº 5.163/04.

Além dos contratos CCGFs, que não apresentam a prerrogativa de redução do volume contratado, a perda de flexibilidade das distribuidoras na gestão de suas sobras contratuais foi potencializada pela introdução de CCEARs de energia existente por disponibilidade nos seus portfólios, os quais também não preveem cláusula contratual específica que permita a redução do montante contratado.

Em 2016 a Nota Técnica nº109/2016 propunha o aprimoramento da Resolução Normativa nº 693/2015 permitindo criar o MCSD de Energia Nova como um mecanismo adicional para que tanto distribuidoras quanto geradoras pudessem desconstratar energia no mercado regulado. Em 2018 mediante a Resolução Normativa nº 824 de 10 de julho e a Resolução nº 833 de 10 de dezembro do mesmo ano (revogada pela Resolução nº 869 de 28 de janeiro de 2020), foi regulamentado o MVE como instrumento adicional de gestão de sobra de energia para as distribuidoras. Contudo, esta nova normativa também limitou a eficiência do MCSD Energia Nova e dos contratos bilaterais na redução do nível de contratação, permitindo a utilização destes mecanismos apenas com usinas que não estejam em operação comercial.

Em 30 de novembro de 2021 a Diretoria da ANEEL aprovou a regra de repasse tarifário dos efeitos do MVE para os produtos anuais e semestrais. Entretanto, a apuração final do valor depende da definição dos montantes de sobrecontratação involuntária, que estão em discussão com a Agência.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Com a publicação do Decreto nº 9.143/17 (Resolução nº 453 de 2011), passou-se a reconhecer a exposição contratual involuntária das distribuidoras sempre que observada a condição do máximo esforço do agente, em razão de: (i) compra frustrada de energia elétrica em leilões de contratação; (ii) acontecimentos extraordinários e imprevisíveis decorrentes de eventos alheios à vontade do agente vendedor, reconhecidos pela ANEEL; (iii) alterações na distribuição dos CCGFs, na disponibilidade de energia e potência da Itaipu Binacional, do PROINFA e, a partir do ano de 2013, das Usinas Angra 1 e Angra 2; e (iv) exercício da opção de compra por consumidores livres e especiais. Contudo, apesar de reconhecida a exposição involuntária, os critérios de cumprimento da condição de máximo esforço do distribuidor estão em fase de discussão na ANEEL no que se refere aos anos de 2016 em diante.

Conforme mencionado na nota 8.1, em dezembro de 2021 foi emitida a Nota Técnica nº 121/2021–SRM/SGT/ANEEL com novos critérios de apuração da sobrecontratação involuntária que passará pela avaliação da Diretoria da ANEEL.

A Resolução Normativa nº 869/20 determina ainda que para atender o critério de máximo esforço será exigida a declaração no MCSD Energia Nova de todos os montantes de exposição involuntária das distribuidoras.

No período de 2022, as distribuidoras participaram do MVE negociando os montantes de 119,07 MWh ao preço médio de R\$280,45/MWh para controlada EDP Espírito Santo e os montantes de 158,00 MWh ao preço médio de R\$286,93/MWh para controlada EDP São Paulo.

36.2.2.2 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants* normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro).

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia e das controladas exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 26 e 27. Até 30 de junho de 2022 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 37.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia e suas controladas podem ser exigidas a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

36.2.3 Risco hidrológico

Geração

A energia vendida pelas controladas de geração dependem das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe as controladas a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, as controladas de geração aderiram à proposta de repactuação do risco hidrológico para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% (válidos para a UHE Luiz Eduardo Magalhães (Investco e Lajeado)) e 94% (válidos para a UHE Mascarenhas (Energest) (Nota 17.1)) deste risco hidrológico remanescente para a CCRBT mediante pagamento de prêmio.

Adicionalmente, antecipando o cenário de deterioração do PLD e GSF em decorrência da piora do cenário hidrológico brasileiro, as controladas de geração implementaram algumas iniciativas a fim de reforçar as estratégias de proteção aos impactos causados pelos altos preços de energia no mercado livre, aumentando a parcela de energia descontratada de seu portfólio, além da sazonalização dos contratos de venda.

Distribuição

A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica e um período prolongado de escassez de chuva reduz o volume de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas, ocasionando, além de um risco de racionamento de energia, um aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação nos valores de encargos de sistema elétrico em decorrência do aumento do despacho das usinas termoeletricas, gerando maior necessidade de caixa e consequentemente de aumentos tarifários futuros para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão das controladas de distribuição.

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, as controladas de distribuição utilizam como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) a antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma assegurar o suprimento de energia; (iii) minimização dos impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das concessionárias.

36.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está, principalmente, relacionada às rubricas abaixo:

• Contas a receber

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros e esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional. Desta forma, o atendimento e aceite ao novo consumidor cativo dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regra integrante do contrato de concessão.

Assim, para a distribuição de energia elétrica o instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores. Contudo, as controladas de distribuição realizam abrangentes estudos para determinar a perda estimada para estes ativos.

A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização do contas a receber de consumidores é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes. Anterior a essa etapa as controladas realizam diversos métodos de cobrança tais como cobranças administrativas, notificações na fatura de energia e via SMS, protesto junto aos cartórios, restrição de crédito junto às empresas de proteção ao crédito, entre outras. As controladas oferecem diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, *call centers*, lojas de atendimento presencial, internet, aplicativo, além de realização de feirões para acordos de pagamentos.

Adicionalmente, com vistas a manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a regulamentação da ANEEL prevê o repasse nas tarifas do montante de receitas não arrecadadas, transcorridos o prazo de 5 anos de cobrança, conforme regulamentação vigente por meio do submódulo 2.2 do PRORET.

Em relação às controladas de geração, o risco decorrente da possibilidade das controladas apresentarem perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Em relação às controladas de comercialização e serviços, o risco das controladas apresentarem perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes também é considerado baixo. As controladas destes segmentos possuem uma política focada na mitigação do risco de crédito que consiste na identificação de *rating* de crédito junto ao cliente proponente, sendo atribuída uma nota para a saúde financeira da contraparte (separadas em A, B, C, D e E) que leva em consideração, dentre outros aspectos, a análise das demonstrações financeiras da contraparte associada a uma probabilidade de *default*. Para cada *rating* de crédito são estabelecidos prazos máximos de contratos e garantias financeiras, sendo que, quanto pior o *rating* da contraparte, menor serão os prazos de contratos e mais líquidas serão as garantias financeiras. Os créditos de todos estes clientes e a sua exposição aos diversos setores da economia são avaliados periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco.

• Caixa, Equivalentes de caixa, Cauções, Títulos e Valores Mobiliários

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras, também orientada pela mesma política, estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia e das controladas, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

Tratando-se de aplicações financeiras vinculadas à CDB ou lastreadas em debêntures, a Companhia e suas controladas operam apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

Classificação da instituição financeira	Controladora		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
AAA	318.264	806.998	1.920.190	2.293.096
AA	31.704	123.124	131.156	273.728
A			52	
	349.968	930.122	2.051.398	2.566.824

A Política de Gestão de Riscos também permite a aplicação de recursos em Fundo de Investimento Restrito cuja carteira de ativos é atrelada a Letras Financeiras do Tesouro – LFTs, emitidas pelo Governo Brasileiro, ou Operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais, considerados de alta liquidez no mercado e de baixíssimo risco (Nota 6).

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e suas controladas a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

• Ativo financeiro indenizável

O saldo refere-se a valores a receber a título de indenização do Poder Concedente e são decorrentes dos investimentos realizados na infraestrutura da concessionária que não serão recuperados por meio da prestação de serviços outorgados até o final da concessão. O contrato de concessão garante o direito da Companhia à indenização dos ativos de infraestrutura ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em procedimentos de fiscalização da agência.

• Ativos da concessão - Transmissão

As controladas de transmissão mantêm Contratos de Prestação de Serviço de Transmissão – CPST junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, regulando a prestação de seus serviços vinculados aos usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária, que assegura os recebimentos e mitiga o risco de inadimplência.

• Ativos financeiros setoriais

Os ativos financeiros setoriais decorrem das diferenças entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, comparados àqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Anualmente, a ANEEL revisa as tarifas das controladas de distribuição e incorpora tais ativos nas mesmas. Adicionalmente, o contrato de concessão também garante que serão indenizados às controladas de distribuição os saldos remanescentes de eventual insuficiência de ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

• Compromissos Futuros

As controladas EDP Trading e EDP Smart Energia mantém contratos de compromissos futuros bilaterais de curto e longo prazo. A mitigação de risco de inadimplência é obtida por cláusula específicas de garantia sempre de acordo com a capacidade financeira de cada contraparte, podendo essa garantia ser corporativa, bancária, seguro garantia ou registro contra pagamento, sendo essa última utilizada apenas com contrapartes específicas.

36.2.5 Riscos regulatórios

As atividades das controladas são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, ARSP-ES, ARSESP, etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, ONS, etc.). O Grupo EDP – Energias do Brasil tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem as partes interessadas nos negócios da Companhia. O Grupo EDP – Energias do Brasil atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos *stakeholders*.

36.2.6 Riscos ambientais

A EDP - Energias do Brasil atua em todos os segmentos do setor elétrico e reconhece que o meio ambiente e uso sustentável dos recursos naturais são essenciais para a sustentabilidade das operações do Grupo EDP - Energias do Brasil. Por isso, atua promovendo o respeito ao meio ambiente, em busca de um desenvolvimento sustentável, e estabelece os seguintes compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental e a diminuição dos impactos de suas atividades:

- Garantir o atendimento aos requisitos legais quanto à legislação ambiental vigente e a não autorização de realização de quaisquer atividades potencialmente poluidoras sem as devidas autorizações e controles necessários;
- Identificar e monitorar os aspectos e impactos ambientais e estabelecer controles para aspectos e riscos significativos;
- Gerenciar os riscos ambientais visando a sua eliminação, redução e controle antecipado, prevenindo incidentes, acidentes e passivos ambientais e/ou materiais e garantindo a comunicação dos riscos e respectivas medidas de mitigação;
- Identificar riscos e oportunidades e implementar medidas com vista melhoria da qualidade ambiental dos locais onde está inserida, a minimização e a mitigação dos impactos ao meio ambiente;

Como medidas de controle de risco, as empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil possuem:

- Política de sistemas de gestão e sustentabilidade aplicável a todas as empresas;
- 100 % da energia distribuída pelas controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, e 91% da energia gerada nas Usinas controladas Termoeletrônica e Hidroeletrônicas, estão em ativos certificados pela norma ISO 14.001, realizando uma gestão ambiental sistêmica, que garante o atendimento de requisitos legais, e a existência de procedimentos e formas de gerenciamento dos riscos;

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



36.2.7 Riscos climáticos

Os riscos relacionados com a Emergência Climática foram caracterizados como estratégicos sobre a ótica de Meio Ambiente do Grupo EDP - Energias do Brasil. A esse nível é avaliado a forma como as alterações climáticas afetam os negócios da Companhia e suas controladas, considerando as alterações nos padrões do clima (riscos físicos climáticos) e transição acelerada para uma economia de baixo carbono (riscos de transição climáticos). Esses fatores são discutidos periodicamente pela Administração da Companhia.

Neste sentido, para mitigação de qualquer impacto financeiro e social, a Companhia possui um Comitê de Sustentabilidade que supervisiona as questões de mudanças climáticas no Grupo. Este Comitê é responsável por aprovar as políticas e diretrizes relacionadas à sustentabilidade, responsabilidade social e preservação ambiental.

Em seus planos de atividades, incluem temas como mudança do clima, englobando impactos da precificação de carbono, vulnerabilidade climática e melhoria da performance no *Carbon Disclosure Project* (CDP) Clima que passou a ser incorporado pelo ISE. No exercício de 2021 a Companhia alcançou a pontuação máxima no CDP Clima, tendo como destaque a Gestão de Riscos Climáticos (Nota 4.2).

Em 2021 a Companhia revisou a metodologia de identificação, priorização e tratamento de riscos incorporando conceitos cada vez mais alinhados com ciência e com as diretrizes do TCFD (*Task-force on Climate-related Financial Disclosures*). Foram feitos estudos de cenários climáticos para verificação da exposição da Companhia a diferentes tipos de riscos onde, dentre outros itens, identificou-se que as usinas hídricas podem estar mais expostas caso haja aquecimento global a níveis elevados, além de, em cenários de temperaturas menos elevadas, em linha com o aquecimento global limitado a 1,5°C, a UTE de Pecém apresentou um risco de precificação de carbono. Segundo os cenários climáticos estudados, as Distribuidoras não experimentarão, de maneira geral, um aumento de riscos relacionados com as tempestades e ciclones. A Administração do Grupo EDP - Energias do Brasil assumiu o compromisso de criar Planos de Adaptação Climática para cada uma das unidades de negócio até 2022, onde serão estabelecidos planos de resposta para os principais riscos climáticos do referido Grupo.

O Grupo EDP - Energias do Brasil participa ativamente no compartilhamento de experiências que contribuem para aumentar e construir conhecimento sobre o setor energético e questões relacionadas às mudanças climáticas. Desta forma, desde 2020 a coordenação integra a plataforma Ação pelo Clima do Pacto Global criada pela ONU, participando ativamente no compartilhamento de experiências e conhecimento sobre No período de 2022, foi anunciada a carteira atualizada do Índice CDP Brasil de Resiliência Climática (ICDP70), que entrou em vigor no dia 1º de abril de 2022 e na qual a Companhia está presente, sendo uma das duas empresas com score A. O índice mensura o desempenho financeiro de uma carteira teórica composta por empresas listadas na B3, que atuam em território nacional, com elevado nível de conscientização sobre as questões climáticas e integração de medidas efetivas na redução de suas pegadas de carbono (Nota 1.2).

36.2.8 Risco operacional - Porto do Pecém

A controlada Porto do Pecém apresenta, como risco operacional, a eventual escassez de insumos, dentre eles, de carvão. A UTE Porto do Pecém utiliza o insumo de carvão mineral, sendo a origem usualmente de minas colombianas. Seus contratos de compra de carvão são firmados para o prazo mínimo de um ano, prevendo, além das minas habilitadas da Colômbia, origens de outros lugares do mundo de forma a mitigar possíveis riscos de produção, como greves, eventos climáticos e maiores contingências do minerador.

Além disso, a controlada faz a gestão de estoques considerando limites mínimos e máximos de segurança de forma que, para quaisquer contingências ou mudanças da demanda futura, sejam absorvidas sem maiores riscos.

Outro risco que a Porto do Pecém pode ter é o de escassez de água, devido a ter seu abastecimento - fornecido pela Companhia Gestora de Recursos Hídricos do Estado do Ceará (COGERH) - advindo de águas superficiais, a partir das bacias do sistema Jaguaribe-metropolitano, que depende principalmente das recargas pluviométricas. Tal abastecimento é realizado por meio de contrato firmado entre as partes, o qual estabelece o fornecimento de água para um volume inferior ou igual ao montante outorgado, (500/s para Pecém I) que é suficiente para atender a demanda requerida pelos processos do complexo termelétrico.

O referido contrato poderá ser sobrescrito, conforme Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 que trata da Política Nacional de Recursos Hídricos em seu artigo 1º inc. III, a qual estabelece em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais. Desta forma, mediante ao cenário hídrico que esteve vigente no Estado Ceará e impactou sucessivos períodos de estiagem ocorridos nos últimos anos, que reduziram os níveis dos reservatórios, algumas sanções no abastecimento foram impostas como também a implicação de uma sobretaxa em caráter contingencial na tarifa de água cobrada pela concessionária. Em 05 de maio de 2022, o ato declaratório nº 001/2022/SRH, alterou o ato declaratório nº 001/2021/SRH para constar a exclusão da situação crítica de escassez hídrica na região hidrográfica das bacias metropolitanas.

Visando uma economia no consumo de água a Porto do Pecém realizou algumas ações de melhoria no processo, que resultaram numa redução de mais de 10% do volume de água consumida pelo complexo e no reaproveitamento de quase 40% do efluente gerado.

36.2.9 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo EDP - Energias do Brasil ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada às empresas do Grupo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital e a liquidez financeira, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos, refinanciar as dívidas existentes ou vender ativos.

Em relação à estrutura de capital, a Companhia monitora o índice representado pela "Dívida Líquida Consolidada" dividida pelo "EBITDA Consolidado", cujo limite máximo é de até 3,5 vezes. Em 30 de junho de 2022 este índice foi de 2,2 vez.

	Nota	Consolidado	
		30/06/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos e debêntures	26 e 27	13.316.857	10.597.514
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(2.203.804)	(2.699.490)
(-) Títulos e valores mobiliários	6	(357.965)	(11.722)
(-) Cauções vinculadas à dívida		(19.639)	(5.798)
Dívida líquida		10.735.449	7.880.504
Total do Patrimônio Líquido		12.444.111	12.258.818
Total do capital		23.179.560	20.139.322
Índice de alavancagem financeira - %		46,31	39,13

37 Compromissos contratuais e Garantias

37.1 Compromissos contratuais

Em 30 de junho de 2022 a Companhia e suas controladas apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e suas controladas, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que representa o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP - Energias do Brasil.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Controladora				
	30/06/2022				31/12/2021
	Julho/2022 a Junho/2023	Julho/2023 a Junho/2025	Julho/2025 a Junho/2027	A partir de 2028	Total
Obrigações de compra					
Materiais e serviços	88.829	62.087	12.353	26.158	189.427
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	5.792	2.565			8.357
	94.621	64.652	12.353	26.158	197.784
					226.690

	Consolidado				
	30/06/2022				31/12/2021
	Julho/2022 a Junho/2023	Julho/2023 a Junho/2025	Julho/2025 a Junho/2027	A partir de 2028	Total
Responsabilidades com locações operacionais	3.350	2.727	216	2	6.295
Obrigações de compra					
Compra de Energia	5.325.900	9.073.325	7.390.145	28.174.754	49.964.124
Encargos de conexão e Transporte de Energia	942.189	1.929.341	1.674.469	1.177.569	5.723.568
Materiais e serviços	1.860.615	1.826.650	407.295	66.090	4.160.650
Prêmio de risco - GSF				25.605	25.605
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.377.305	1.217.619	312.091	316.111	3.223.126
	9.509.359	14.049.662	9.784.216	29.760.131	63.103.368
					59.723.698

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 30 de junho de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	Controladora				
	30/06/2022				31/12/2021
	Julho/2022 a Junho/2023	Julho/2023 a Junho/2025	Julho/2025 a Junho/2027	A partir de 2028	Total
Obrigações de compra					
Materiais e serviços	82.096	66.599	15.598	43.062	207.355
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	18.222	6.721			24.943
	100.318	73.320	15.598	43.062	232.298
					231.055

	Consolidado				
	30/06/2022				31/12/2021
	Julho/2022 a Junho/2023	Julho/2023 a Junho/2025	Julho/2025 a Junho/2027	A partir de 2028	Total
Responsabilidades com locações operacionais	3.080	2.960	260	3	6.303
Obrigações de compra					
Compra de Energia	5.325.708	10.386.995	9.228.464	47.899.668	72.840.835
Encargos de conexão e Transporte de Energia	942.203	2.210.206	2.165.296	1.630.767	6.948.472
Materiais e serviços	1.722.066	1.982.779	504.709	103.591	4.313.145
Prêmio de risco - GSF				50.051	50.051
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.566.111	1.999.225	698.911	1.256.134	5.520.381
	9.559.168	16.582.165	12.597.640	50.940.214	89.679.187
					86.886.476

37.2

Garantias

Garantias	Tipo de garantia	Limite máximo garantido			
		Controladora		Consolidado	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Seguro de vida	Aval de acionista	325.705	336.751	322.938	333.940
Ações judiciais	(i) Depósito Cauçionado, (ii) Fiança Bancária e (iii) Seguro garantia.	252.564	191.502	252.564	191.502
Contrato de Arrendamento				29.641	33.839
Executante construtor	Seguro garantia	316.814	305.483	284.029	264.416
Outros	Seguro garantia	7	1.611	88.272	85.796
		895.090	835.347	977.444	909.493

Os valores em garantia de Compra de energia (Nota 25), Debêntures (Nota 26) e Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 27), estão demonstrados em suas respectivas notas.

38

Informações por segmento

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio. As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria, responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo EDP - Energias do Brasil.

O Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolve um conjunto de atividades no setor energético, com especial ênfase na geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia elétrica.

Com base no relatório interno, a Diretoria é responsável por avaliar o desempenho dos vários segmentos e decidir sobre as alocações de recursos a efetuar a cada um dos segmentos de negócio identificados.

38.1

Caracterização dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das controladas e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transações intra-segmentos.

A coluna "Holding" refere-se a Controladora, sendo a origem desse lucro substancialmente relacionado com a avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A referida coluna "Holding", bem como a coluna "Outros" são apresentadas para fins de consolidação do resultado.

A visão de segmento da Companhia foi alterada no período de 2022 afim de demonstrar adequadamente a consolidação de seus esforços no Plano Estratégico 2021-2025. Para fins de comparabilidade, os saldos de 2021 também estão demonstrando esta nova visão:

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



38.1.1 Demonstração do Resultado

Períodos de 6 meses findos em 30 de junho									
2022									
	Distribuição	Geração	Comercialização	Clientes	Transmissão	Holding	Outros	Eliminação	Total
Receitas	5.262.477	1.143.661	1.498.912	195.515	545.139	2.362		(471.816)	8.176.250
Custo da produção e do serviço de energia elétrica									
Custo do serviço de energia elétrica	(2.705.056)	(167.530)	(1.394.379)	(126.466)				468.303	(3.925.128)
Custo da produção da energia elétrica		(95.645)		(13.705)				1.436	(107.914)
Custo de operação	(421.630)	(235.012)	(6.374)	(21.392)	(36.043)			1.854	(718.597)
Custo do serviço prestado a terceiros	(709.966)		(97)	(21.389)	(192.806)			224	(924.034)
	(3.836.652)	(498.187)	(1.400.850)	(182.952)	(228.849)	-	-	471.817	(5.675.673)
Lucro bruto	1.425.825	645.474	98.062	12.563	316.290	2.362	-	1	2.500.577
Despesas e Receitas operacionais									
Despesas com vendas	(84.335)		(49)	(248)	(205)				(84.837)
Despesas gerais e administrativas	(149.495)	(50.312)	(5.301)	(12.081)	(10.845)	(62.164)	(2.452)	(41.631)	(334.281)
Outras Despesas e Receitas operacionais	(66.434)	(412)	41	(175)	1.274	(9.064)	(1.675)		(76.445)
	(300.264)	(50.724)	(5.309)	(12.504)	(9.776)	(71.228)	(4.127)	(41.631)	(495.563)
Resultado das participações societárias		22.208	(8.034)			983.566	16.361	(885.656)	128.445
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	1.125.561	616.958	84.719	59	306.514	914.700	12.234	(927.286)	2.133.459
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	228.966	37.485	4.215	4.430	29.439	32.699	82.566	(23.081)	396.719
Despesas financeiras	(460.669)	(173.565)	(40.288)	(13.621)	(289.430)	(25.547)	(182.659)	23.081	(1.162.698)
	(231.703)	(136.080)	(36.073)	(9.191)	(259.991)	7.152	(100.093)	-	(765.979)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	893.858	480.878	48.646	(9.132)	46.523	921.852	(87.859)	(927.286)	1.367.480
Tributos sobre o lucro									
Imposto de renda e contribuição social correntes	(183.782)	(117.241)	(2.101)	(2.452)	(12.151)	(17.815)			(335.542)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(76.956)	(5.502)	(17.083)	2.220	(9.242)	(128)	35.141	18.732	(52.818)
	(260.738)	(122.743)	(19.184)	(232)	(21.393)	(17.943)	35.141	18.732	(388.360)
Resultado líquido do período	633.120	358.135	29.462	(9.364)	25.130	903.909	(52.718)	(908.554)	979.120
Atribuível aos acionistas controladores	633.120	281.993	29.462	(9.364)	26.061	903.909	(52.718)	(908.554)	903.909
Atribuível aos acionistas não controladores		76.142			(931)				75.211

Períodos de 6 meses findos em 30 de junho									
2021									
	Distribuição	Geração	Comercialização	Clientes	Transmissão	Holding	Outros	Eliminação	Total
Receitas	4.846.543	1.486.737	1.356.472	83.724	873.266	1.418	-	(700.939)	7.947.221
Custo da produção e do serviço de energia elétrica									
Custo do serviço de energia elétrica	(3.088.076)	(387.986)	(1.271.648)	(45.170)				697.212	(4.095.668)
Custo da produção da energia elétrica		(250.632)		(9.516)				1.611	(258.537)
Custo de operação	(395.864)	(229.573)	(7.101)	(12.550)	(2.878)			2.072	(645.894)
Custo do serviço prestado a terceiros	(492.028)	-	(17)	(10.576)	(547.763)			44	(1.050.340)
	(3.975.968)	(868.191)	(1.278.766)	(77.812)	(550.641)			700.939	(6.050.439)
Lucro bruto	870.575	618.546	77.706	5.912	322.625	1.418	-	-	1.896.782
Despesas e Receitas operacionais									
Despesas com vendas	(63.959)	-	4.782	196					(58.981)
Despesas gerais e administrativas	(132.276)	(41.408)	(6.474)	(10.265)	(10.521)	(61.012)	(1.559)	(22.998)	(286.513)
Outras Despesas e Receitas operacionais	(51.425)	(617)	(13)	(18)	11	4.138			(47.924)
	(247.660)	(42.025)	(1.705)	(10.087)	(10.510)	(56.874)	(1.559)	(22.998)	(393.418)
Resultado das participações societárias		(8.439)	(21.721)			914.201	482	(763.220)	121.303
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	622.915	568.082	54.280	(4.175)	312.115	858.745	(1.077)	(786.218)	1.624.667
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	105.021	19.783	5.673	9.877	14.130	18.085	347	(9.503)	163.413
Despesas financeiras	(213.481)	(200.825)	(6.672)	(13.599)	(48.232)	(36.166)	(16)	9.503	(509.488)
	(108.460)	(181.042)	(999)	(3.722)	(34.102)	(18.081)	331	-	(346.075)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	514.455	387.040	53.281	(7.897)	278.013	840.664	(746)	(786.218)	1.278.592
Tributos sobre o lucro									
Imposto de renda e contribuição social correntes	(141.245)	(102.999)	(5.430)	(2.988)	(1.074)				(253.736)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(27.502)	1.175	(20.052)	3.295	(83.147)	(392)		7.819	(118.804)
	(168.747)	(101.824)	(25.482)	307	(84.221)	(392)	-	7.819	(372.540)
Resultado líquido do período	345.708	285.216	27.799	(7.590)	193.792	840.272	(746)	(778.399)	906.052
Atribuível aos acionistas controladores	345.708	226.488	27.799	(7.590)	186.740	840.272	(746)	(778.399)	840.272
Atribuível aos acionistas não controladores		58.728			7.052				65.780

38.1.2 Balanço Patrimonial

	30/06/2022								
	Distribuição	Geração	Comercia- lização	Clientes	Transmissão	Holding	Outros	Eliminações	Total
Ativo circulante	4.168.770	1.456.450	1.931.272	329.085	916.796	2.270.788	31.464	(1.455.632)	9.648.993
Ativo não circulante	8.424.859	6.523.547	950.385	599.638	6.215.965	9.528.314	2.209.698	(8.537.361)	25.915.045
Passivo circulante	3.108.861	1.240.122	1.591.254	406.336	635.069	189.679	65.508	(1.434.799)	5.802.030
Passivo não circulante	7.375.163	2.031.951	912.124	386.387	4.662.899	360.729	2.210.161	(621.516)	17.317.898
Patrimônio Líquido e Não controladores	2.109.605	4.707.924	378.279	136.000	1.834.793	11.248.694	(34.507)	(7.936.678)	12.444.110
	31/12/2021								
	Distribuição	Geração	Comercia- lização	Clientes	Transmissão	Holding	Outros	Eliminações	Total
Ativo circulante	4.967.229	1.452.657	1.248.495	166.505	338.809	2.887.990	2.940	(1.193.322)	9.871.303
Ativo não circulante	8.836.619	6.676.158	1.043.570	541.770	4.905.010	9.613.925	38.233	(8.147.849)	23.507.436
Passivo circulante	3.412.177	1.622.092	1.144.295	285.088	624.548	1.074.089	767	(1.173.472)	6.989.584
Passivo não circulante	7.718.245	1.866.004	798.953	278.816	3.857.761	276.429	22.195	(723.260)	14.095.143
Patrimônio Líquido e Não controladores	2.673.426	4.640.719	348.817	144.371	761.510	11.151.397	18.211	(7.444.439)	12.294.012

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



39 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

39.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

Controladora							
Nota	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Efeito não caixa		Saldo em 30/06/2022	
				Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas		
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento							
Títulos a receber e empréstimos a receber	28.145		569	1.139		29.853	
	28.145	-	569	1.139	-	29.853	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos	14	515.900	(1.193.898)		682.487	4.489	
Debêntures	26	236.629	(181.157)	9.603	7.254	72.329	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	27	105.305	(109.384)		4.079	-	
Ações em tesouraria	30.4	(90.534)	(190.362)			(280.896)	
Arrendamentos e aluguéis	16.6	8.154	(1.554)	979	11.907	19.486	
		775.454	(1.676.355)	9.603	705.727	(184.592)	
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)							
		747.309	(1.676.355)	9.034	705.727	(214.445)	
Controladora							
Nota	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Efeito não caixa		Saldo em 30/06/2021	
				Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas		
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento							
Títulos a receber e empréstimos a receber	27.557	(2.167)		(1.103)	2.935	27.222	
	27.557	(2.167)	-	(1.103)	2.935	27.222	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos		360.362	(562.914)		205.495	2.943	
Debêntures		442.530	(171.929)	16.535	16.590	303.726	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		100.934			1.282	102.216	
Ações em tesouraria		(145.988)	(342.065)		2.025	(486.028)	
Arrendamentos e aluguéis		1.214	(984)	304	7.773	8.307	
		759.052	(1.077.892)	16.535	233.165	(68.836)	
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)							
		731.495	(1.075.725)	16.535	230.230	(96.058)	
Consolidado							
Nota	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Efeito não caixa			Saldo em 30/06/2022
				Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Aquisição de empresa	
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento							
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	5.798	(84)	13.925				19.639
	5.798	(84)	13.925	-	-	-	19.639
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos	14	680.874	(1.355.356)		692.229	35.256	66.590
Debêntures	26	7.724.383	1.041.893	347.817	(171.719)	414.048	9.356.422
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	27	2.873.131	958.443	(65.525)	(54.902)	97.913	3.960.435
Ações em tesouraria	30.4	(90.534)	(190.362)				1.522
Arrendamentos e aluguéis	16.6	110.410	(18.665)		17.729	105	115.811
Acionistas não controladores							
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		15.000	2.600				17.600
Capital social	30.1	5.502.716					5.502.716
		16.815.980	438.553	282.292	(220.389)	133.274	18.740.200
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)							
		16.810.182	438.637	268.367	(220.389)	133.274	18.720.561
Consolidado							
Nota	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Efeito não caixa			Saldo em 30/06/2021
				Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Outros	
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento							
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures		9.326	6.040	98			15.464
		9.326	6.040	98	-	-	15.464
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos		514.171	(693.700)			229.769	63.399
Debêntures		5.216.201	835.508	135.860		172.569	6.360.138
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		3.818.691	(675.679)	(6.003)	20.369	113.631	3.271.009
Ações em tesouraria		(145.988)	(342.065)			2.025	(486.028)
Arrendamentos e aluguéis		70.798	(19.456)		7.105	54.500	112.947
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		-					-
Adiantamento para futuro aumento de capital por não controladores		-	3.800			(3.800)	-
		9.473.873	(891.592)	129.857	27.474	568.694	9.321.465
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)							
		9.464.547	(897.632)	129.759	27.474	568.694	9.306.001

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



39.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Constituição de dividendos e JSCP a receber	39.980	235.658	39.980	18.847
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	5.644	205.480	119.782	242.933
Capitalização de juros de empréstimos e debêntures ao, imobilizado, intangível e ativos da concessão			7.752	186.881
Capitalização no Intangível, no Ativo financeiro indenizável e nos Ativos da concessão relativo à contingências			1.610	(10.248)
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado, intangível e ativos da concessão			1.746	5.153
Aquisição de ativos - Inova Soluções de Energia (Nota 18.2)		33.480		33.480
Aumento de capital com integralização de AFAC				3.800
Aumento de capital em subsidiária com integralização de AFAC		75.930		
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	11.907	7.773	13.898	54.500
Provisão de fornecedores dos ativos de concessão			(352)	101.185
Total	57.531	558.321	184.416	636.531

40 Eventos subsequentes

40.1 EDP Transmissão Litoral Sul - Entrada em Operação Comercial

Em 05 de julho de 2022 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que a ONS autorizou a operação comercial das instalações do trecho final da EDP Transmissão Litoral Sul. Com a conclusão da entrada em operação, a controlada passa a receber a RAP de R\$51,4 milhões.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Presidente

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz
Vice-Presidente

Vera de Moraes Pinto Pereira Carneiro
Conselheira

Ana Paula Garrido de Pina Marques
Conselheira

Modesto Souza Barros Carvalhosa
Conselheiro

Pedro Sampaio Malan
Conselheiro

Francisco Carlos Coutinho Pitella
Conselheiro

Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira
Conselheiro

Juliana Rozenbaum Munemori
Conselheira

CONSELHO FISCAL

Adir Pereira Keddi
Conselheiro

Arnaldo José Vollet
Conselheiro

João António de Sousa Araújo Ribeiro da Costa
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz
Diretor-Presidente

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor Vice-Presidente de Clientes

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Vice-Presidente de Geração e Redes

Fernanda Nascimento Pires Carsughi
Diretora Vice-Presidente de Pessoas e ESG

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)

Carla Renata Baptista
Contadora - CRC 1SP328362/O-5

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



COMENTÁRIO SOBRE O COMPORTAMENTO DAS PROJEÇÕES EMPRESARIAIS

Conforme Art.21 da Instrução CVM nº 80/22, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTE

Câmara de Arbitragem

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
EDP Energias do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da EDP Energias do Brasil S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 27 de julho de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os membros do Conselho Fiscal da EDP – Energias do Brasil S.A., em reunião realizada em 22 de julho de 2022 às 09:00 horas, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o relatório sobre a revisão das informações trimestrais dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Informações Contábeis Intermediárias e o Comentário de Desempenho do período findo em 30 de junho de 2022, manifestamo-nos, por unanimidade, com parecer favorável às Informações Contábeis Intermediárias tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 22 de julho de 2022.

ADIR PEREIRA KEDDI
Conselheiro efetivo

JOÃO ANTÔNIO DE SOUSA ARAÚJO RIBEIRO DA COSTA
Conselheiro efetivo

ARNALDO JOSÉ VOLLET
Conselheiro efetivo

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Nós, membros efetivos do Comitê de Auditoria, por unanimidade, emitimos parecer favorável à aprovação das contas da Diretoria e das Informações Contábeis Intermediárias da Companhia e de suas controladas referentes ao período findo em 30 de junho de 2022.

São Paulo, 22 de julho de 2022.

FRANCISCO CARLOS COUTINHO PITELLA
Presidente do Comitê de Auditoria

MODESTO SOUZA BARROS CARVALHOSA
Membro do Comitê de Auditoria

RUI MANUEL RODRIGUES LOPES TEIXEIRA
Membro do Comitê de Auditoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22, declaram que, em 22 de julho de 2022 reviram, discutiram e concordaram com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2022.

JOÃO MANUEL VERÍSSIMO MARQUES DA CRUZ
Diretor Presidente

HENRIQUE MANUEL MARQUES FARIA LIMA FREIRE
Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores

CARLOS EMANUEL BAPTISTA ANDRADE
Diretor Vice-Presidente de Clientes

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Diretor Vice-Presidente de Geração e Redes

FERNANDA NASCIMENTO PIRES CARSUGHI
Diretora Vice-Presidente de Pessoas e ESG

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22, declaram que, em 22 de julho de 2022, reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório emitido pela KPMG Auditores Independentes.

JOÃO MANUEL VERÍSSIMO MARQUES DA CRUZ
Diretor Presidente

HENRIQUE MANUEL MARQUES FARIA LIMA FREIRE
Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores

CARLOS EMANUEL BAPTISTA ANDRADE
Diretor Vice-Presidente de Clientes

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Diretor Vice-Presidente de Geração e Redes

FERNANDA NASCIMENTO PIRES CARSUGHI
Diretora Vice-Presidente de Pessoas e ESG